



Mestre Maria de Fátima Carrilho Fernandes

DA PORNOGRAFIA DE MENORES EM PORTUGAL — DIREITO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA

Tese com vista à obtenção do grau de
Doutora em Direito e Segurança

Orientador:

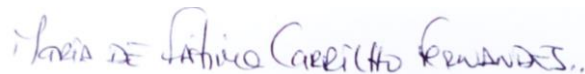
Doutor José Fontes, Professor Associado com Agregação da Academia Militar

Maio de 2018

Declaração antiplágio

Maria de Fátima Carrilho Fernandes, titular do Cartão de Cidadão n.º 09572246 7ZZ2, na qualidade de Autora da tese de doutoramento em Direito e Segurança, intitulada “*Da pornografia de menores em Portugal – Direito, políticas públicas e segurança*”, cumprindo o disposto no artigo 5.º do Regulamento n.º 384/2013, publicado no Diário da República, 2ª Série – N.º 194, de 8 de outubro de 2013, declara que o trabalho apresentado é da sua exclusiva autoria e que toda a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada.

A Autora,



Resumo

O crime de pornografia de menores, pese embora não constitua um crime essencialmente tecnológico, é consensual de que se expandiu por via das Tecnologias de Informação e Comunicação. Esta conduta delituosa recrudescceu potenciada pelas capacidades técnicas da transmissão instantânea de conteúdos de alcance global, do armazenamento digital dissimulado, da democratização do acesso à Internet, facilidade de utilização e redução do preço dos dispositivos associados às tecnologias que facilitam estas práticas. A problemática tornou-se um foco de interesse do Direito Internacional Público, do Direito Europeu, de ordenamentos jurídicos estrangeiros, da legislação nacional, da imprensa, das polícias e do cidadão em geral.

O presente estudo debruça-se sobre a situação do crime em Portugal. Analisámos a informação disponível, os diversos atores sociais e judiciais envolvidos, a evolução legislativa, os dados estatísticos, as políticas públicas e boas práticas neste âmbito. Analisámos os processos-crime, os arguidos e as vítimas com base nos dados quantitativos disponibilizados pela Polícia Judiciária, com o objetivo de caracterizar cada um destes elementos e responder também a questões que se erguem sobre a reincidência dos arguidos e a relação entre os crimes sexuais de contacto físico contra crianças e a pornografia de menores. Traçámos, com base nos resultados, um perfil sociodemográfico dos intervenientes e do próprio processo-crime.

Concluimos pela sugestão de algumas alterações legislativas e de implementação de políticas públicas com vista a garantir melhor proteção e maior capacitação dos menores no âmbito deste crime.

Palavra-chave: Pornografia de menores; Direito e Segurança; Infância; Abuso sexual de crianças; Exploração sexual de crianças; Internet.

Abstract

The child pornography offence, even though it is not an essentially technological crime, is consensual that it has expanded through Information and Communication Technologies. This criminal conduct has been enhanced by the technical capabilities of instantaneous transmission of global content, hidden digital storage, democratization of Internet access, ease of use and reduction of the price of devices associated with the technologies that facilitate these practices. The problem has become a focus of interest in public international law, European law, foreign legal systems, national legislation, the press, the police and the citizen in general.

This study focuses on the offence situation in Portugal. We analyzed the information available, the various social and judicial actors involved, legislative developments, statistical data, public policies and good practices in this area. We analyzed the criminal cases, the defendants and the victims based on the quantitative data provided by the Judiciary Police, in order to characterize each of these elements and also to answer questions raised about the recidivism of the defendants and the relation between sexual physical offences against children and child pornography. Based on the results, we drew a sociodemographic profile of the actors and the criminal process itself.

We conclude by suggesting some legislative changes and the implementation of public policies aimed at ensuring better protection and better training of minors in the context of this crime.

Keywords: Child pornography, Law and Security; Childhood; Child sexual abuse; Child sexual exploitation; Internet.

Agradecimentos

Foi um caminho inesperadamente árduo para um trabalho que, mesmo alegadamente terminado, é sempre uma obra incompleta, um *work in progress*. Agradeço a todos os que me apoiaram, em especial às seguintes pessoas e entidades:

À Polícia Judiciária;

Ao Professor Doutor José Fontes, pelo apoio, liberdade, conhecimentos, pragmatismo e não ter desistido de mim;

Aos Professores da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;

Ao Inspetor-chefe Jorge Duque da Polícia Judiciária;

À Procuradora-Adjunta Marta Viegas, do Departamento Central de Investigação e Ação Penal;

À Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais;

Aos colegas da 1.^a edição do Doutoramento em Direito e Segurança, em especial a Carina Quaresma e a David Freitas. David, este caminho foi bem mais fácil contigo, com a tua força e incentivo;

Aos meu colegas de trabalho Carla Monteiro, Sandra Ramos, Sílvia Munhoz, Luís Pereira e, em especial, o incansável apoio do Paulo Cabral, que sempre me fez crer de que seria capaz;

Aos colegas Jorge Correia e, em especial, a Carla Pages, com a qual chorei quando vi com os meus próprios olhos aquilo sobre o qual me propunha estudar;

Aos colegas da UIIC agradeço a paciência, mas em especial não posso deixar de destacar o Diretor Veríssimo Milhazes que nunca me deixou sucumbir; ao José Leal, à Cristina Curto, à Carla Santos, ao Hermano Tavares e à Ana Paula Gomes; Ao colega Paulo Dias, mais uma vez, imprescindível para o trabalho com os dados da PJ, agradeço a sua amizade, conhecimentos e altruísmo;

Àqueles que são o meu *Suporte básico de vida*, R., J. e M., pela paciência...Voltei! que este trabalho que nos custou a todos sirva o propósito para o qual trabalho diariamente: as pessoas.

Índice de tabelas

Tabela I – Algumas tipificações de crimes sexuais no CP de 1886.....	222
Tabela II - Algumas das tipificações de crimes sexuais no CP de 1960.....	224
Tabela III - Algumas tipificações de crimes sexuais no CP de 1982.....	227
Tabela IV - Algumas das tipificações e respetiva agravação de crimes sexuais no CP em 1995.	234
Tabela V - Algumas tipificações de crimes sexuais no CP em 1998, com enfoque sobre as condutas que envolvem pornografia de menores.	237
Tabela VI - Alterações legislativas, no âmbito da pornografia de menores, concretizada pela Lei n.º 99/2001, de 25 de agosto.....	241
Tabela VII - Alterações ao Código Penal em 2007, nomeadamente a inserção do art.º 176.º - "pornografia de menores" e agravação das condutas com ele relacionadas por via da Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro.....	258
Tabela VIII - Alterações introduzidas pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto, no âmbito da pornografia de menores.....	276
Tabela IX - Excerto de tabela contendo número e taxas de crimes sexuais contra crianças, registadas pelas polícias.....	316
Tabela X - Excerto do Mapa para notação de crimes.	319
Tabela XI - Crimes registados pelas autoridades policiais, por tipo de crime	323
Tabela XII - Número de lesados/ofendidos identificados em crimes registados, segundo o escalão etário, por crime, entre os anos de 2007 e 2016..	325
Tabela XIII - Número de lesados/ofendidos em crimes registados, segundo o sexo, por crime, entre 2007 e 2016.	326
Tabela XIV - Número de agentes/suspeitos identificados em crimes registados, por crime.....	331
Tabela XV - Número de agentes/suspeitos identificados em crimes registados, segundo o escalão etário, por crime, entre os anos de 2007 e 2016..	332
Tabela XVI - Número de agentes/suspeitos detidos em crimes registados, por crime, por ano..	333
Tabela XVII - Número de processos crime, em fase de julgamento findos em tribunais judiciais de 1.ª instância.....	336

Tabela XVIII - Número de arguidos em processo crime, findos em tribunais judiciais de 1. ^a instância.....	337
Tabela XIX - Número de condenados em processos crime, findos em tribunais judiciais de 1. ^a instância.. ..	338
Tabela XX - Processos findos em tribunais de 1. ^a instância, relativamente ao crime de pornografia de menores.. ..	339
Tabela XXI - Escalões etários de indivíduos sujeitos a penas e medidas não privativas da liberdade na fase pós sentencial.. ..	353
Tabela XXII - Dados estatísticos da APAV relativamente ao crime de pornografia de menores.	356
Tabela XXIII - “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” por ano.	377
Tabela XXIV - "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores" por ano de início de acontecimento.....	380
Tabela XXV - "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores" por ano de acontecimento da ocorrência e por ano de abertura da investigação na PJ.	383
Tabela XXVI - "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores" de acordo com o respetivo estado, por ano.	385
Tabela XXVII – Atribuição anual entre o n.º de "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores" concluídos na PJ com proposta da acusação e o n.º de Inquéritos findos em tribunais de 1. ^a instância, pelo crime de pornografia de menores.	386
Tabela XXVIII - Participações de entidades em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”.	387
Tabela XXIX - Participações de entidades em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, por ano de início de investigação.	389
Tabela XXX - “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” por local da ocorrência do crime, por ano de início de investigação.....	391
Tabela XXXI – Crimes e n.º de “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”.	394
Tabela XXXII – Crimes/infrações e n.º de "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores", por ano.	397

Tabela XXXIII - Crimes e Inquéritos com o crime de pornografia de menores como infração principal, por ano de início de investigação.	399
Tabela XXXIV - Crimes/infrações desagregados em "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores".	401
Tabela XXXV - Arguidos por "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores".	403
Tabela XXXVI - Vítimas em cada "Inquérito contendo o crime de pornografia de menores".	405
Tabela XXXVII - "Inquéritos exclusivos de PM" por ano.	406
Tabela XXXVIII - "Inquéritos exclusivos de PM" por ano de início de acontecimento.	407
Tabela XXXIX - "Inquéritos exclusivos de PM" de acordo com o seu estado, por ano.	408
Tabela XL - Participações de entidades em "Inquéritos exclusivos de PM".	410
Tabela XLI - Participações de entidades em "Inquéritos exclusivos de PM", por ano.	411
Tabela XLII - "Inquéritos exclusivos de PM" por local da ocorrência do crime, por ano.	412
Tabela XLIII - Arguidos por "Inquéritos exclusivos de PM".	414
Tabela XLIV - Vítimas em cada "Inquérito exclusivo de PM".	415
Tabela XLV - "Inquéritos mistos" por ano.	416
Tabela XLVI - "Inquéritos mistos" de acordo com o seu estado, por ano.	417
Tabela XLVII - Participações de entidades em "Inquéritos mistos".	418
Tabela XLVIII - Participações de entidades em "Inquéritos mistos", por ano de início de investigação.	419
Tabela XLIX - "Inquéritos mistos" por local da ocorrência do crime, por ano.	420
Tabela L - Crimes/Infrações e n.º de "Inquéritos mistos".	423
Tabela LI - Arguidos em cada "Inquérito misto".	424
Tabela LII - Vítimas em cada "Inquérito misto".	425
Tabela LIII - "Arguidos PM" por ano.	433
Tabela LIV - "Arguidos PM" por sexo.	433
Tabela LV - "Arguidos PM" por nacionalidade, por ano.	435
Tabela LVI - Detenções anuais de "Arguidos PM" por sexo e nacionalidade.	436

Tabela LVII - Detenções anuais convertidas em prisão preventiva, por sexo.....	437
Tabela LVIII - Diferença percentual entre n.º de "Arguidos PM" e detenções.....	438
Tabela LIX - Diferença percentual anual entre detenção e a subsequente aplicação de prisão preventiva.	438
Tabela LX - "Arguidos PM" por naturalidade, por ano.....	440
Tabela LXI - "Arguidos PM" por grandes grupos de profissões, por ano.	442
Tabela LXII - As 10 ocupações profissionais com maior incidência nos "Arguidos PM", no Grande Grupo de Profissões "Especialistas das atividades intelectuais e científicas".	443
Tabela LXIII - As 10 ocupações profissionais com maior incidência dos "Arguidos PM"	443
Tabela LXIV - "Arguidos PM" por situação profissional, por ano.	444
Tabela LXV - "Arguidos PM" por escalões etários, por ano do início da investigação.	446
Tabela LXVI - "Arguidos PM" por escalões etários, por ano de início do acontecimento.	449
Tabela LXVII - "Arguidos PM" por local de residência.	451
Tabela LXVIII - "Arguidos PM" por local de residência, por escalão etário à data de abertura da investigação.	452
Tabela LXIX - "Arguidos PM" por local de residência, por ano de abertura da investigação.	453
Tabela LXX - Situação familiar dos "Arguidos PM"	454
Tabela LXXI - Situação familiar dos "Arguidos PM" por ano.....	455
Tabela LXXII - "Arguidos PM" de acordo com o seu relacionamento com a vítima.	456
Tabela LXXIII - "Arguidos PM" de acordo com o seu relacionamento com a vítima, por ano.	457
Tabela LXXIV - Histórico policial na PJ de "Arguidos PM": n.º de Inquéritos por arguido.	458
Tabela LXXV - Histórico criminal no SICPJ dos "Arguidos PM" em Inquéritos, por ano.	460

Tabela LXXVI – Crime de pornografia de menores em relação aos outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, cronologicamente, por ano de abertura de investigação, em “Arguidos PM”.	462
Tabela LXXVII – Crime de pornografia de menores em relação ao crime de abuso sexual de crianças, cronologicamente, por ano de abertura de investigação em “Arguidos PM”.	463
Tabela LXXVIII - "Arguidos mistos" por ano.	466
Tabela LXXIX - "Arguidos mistos" por sexo.	466
Tabela LXXX - "Arguidos mistos" por nacionalidade.	467
Tabela LXXXI - "Arguidos mistos" por naturalidade, por ano.	469
Tabela LXXXII - "Arguidos mistos" por Grandes Grupos de profissões, por ano.	470
Tabela LXXXIII - As 10 ocupações profissionais da amostra com maior incidência nos "Arguidos mistos", no Grande Grupo de Profissões "Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices".	471
Tabela LXXXIV - As 10 ocupações profissionais dos "Arguidos mistos" com maior incidência.	471
Tabela LXXXV - "Arguidos mistos" por situação profissional, por ano.	472
Tabela LXXXVI - "Arguidos mistos" por escalões etários, apurados pelo ano de início da investigação.	473
Tabela LXXXVII - "Arguidos mistos" por escalões etários, pelo ano do início do acontecimento.	475
Tabela LXXXVIII - "Arguidos mistos" por local de residência.	476
Tabela LXXXIX - "Arguidos mistos" por local de residência, por escalão etário.	477
Tabela XC - "Arguidos mistos" por local de residência, por ano de abertura da investigação.	478
Tabela XCI - Situação familiar dos "Arguidos mistos".	479
Tabela XCII - Situação familiar dos "Arguidos mistos" por ano.	479
Tabela XCIII - "Arguidos mistos" de acordo com o seu relacionamento com a vítima.	480
Tabela XCIV - "Arguidos mistos" de acordo com o seu relacionamento com a vítima, por ano.	480

Tabela XCV - Histórico policial na PJ de "Arguidos mistos": n.º de Inquéritos por arguido.	481
Tabela XCVI – Histórico criminal no SICPJ dos “Arguidos mistos” em Inquéritos, por ano.	484
Tabela XCVII - Crime de pornografia de menores em relação aos outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, cronologicamente, por ano de abertura de investigação, no grupo de "Arguidos mistos" reincidentes.	485
Tabela XCVIII - Crime de pornografia de menores em relação ao crime de abuso sexual de crianças, cronologicamente, por ano de abertura de investigação, em “Arguidos mistos” reincidentes.	486
Tabela XCIX - "Arguidos exclusivos" por ano.	487
Tabela C - "Arguidos exclusivos" por sexo.	488
Tabela CI – “Arguidos exclusivos” por nacionalidade.	489
Tabela CII - "Arguidos exclusivos" por naturalidade, por ano.	490
Tabela CIII - "Arguidos exclusivos" por Grandes Grupos de Profissões, por ano.	492
Tabela CIV - As 10 ocupações profissionais da amostra "Arguidos exclusivos" com maior incidência no Grande Grupo de Profissões do INE "Especialistas das atividades intelectuais e científicas".	493
Tabela CV - As 10 ocupações profissionais dos "Arguidos exclusivos" com maior incidência.	494
Tabela CVI - As 10 ocupações profissionais dos "Arguidos exclusivos" com maior incidência, por ano.	494
Tabela CVII - "Arguidos exclusivos" por situação profissional, por ano.	495
Tabela CVIII - "Arguidos exclusivos" por escalões etários.	496
Tabela CIX - "Arguidos exclusivos" por escalões etários, à data do início do acontecimento.	498
Tabela CX - "Arguidos exclusivos" por local de residência.	500
Tabela CXI - "Arguidos exclusivos" por local de residência, por escalão etário.	501
Tabela CXII - "Arguidos exclusivos" por local de residência, por ano de abertura de investigação.	502
Tabela CXIII - Situação familiar dos "Arguidos exclusivos".	503
Tabela CXIV - Situação familiar dos "Arguidos exclusivos" por ano.	503

Tabela CXV - "Arguidos exclusivos" de acordo com o seu relacionamento com a vítima.....	504
Tabela CXVI - "Arguidos exclusivos" de acordo com o seu relacionamento com a vítima, por ano.....	505
Tabela CXVII - Histórico criminal no SICPJ de "Arguidos exclusivos": n.º de Inquéritos por arguido.....	506
Tabela CXVIII – Histórico dos “Arguidos exclusivos” reincidentes, por ano de abertura de investigação.	507
Tabela CXIX - Crime de pornografia de menores em relação a outros crimes, cronologicamente, por ano de abertura de investigação, de "Arguidos exclusivos" reincidentes.	508
Tabela CXX - Idade dos "Arguidos exclusivos" reincidentes no crime de pornografia de menores, no ano de início das investigações.	510
Tabela CXXI – Vítimas pelos três grupos de Inquéritos, por ano de abertura de investigação.	526
Tabela CXXII - Vítimas pelos três grupos de Inquéritos, por ano de início de acontecimento.	528
Tabela CXXIII – Vítimas por sexo e por ano.	531
Tabela CXXIV - Vítimas por nacionalidade e sexo.	532
Tabela CXXV - Vítimas por escalões etários, apurados pelo ano da abertura da investigação, em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”.	533
Tabela CXXVI - Vítimas por escalões etários, por ano, apurados pelo ano da abertura da investigação em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”.	534
Tabela CXXVII - Média da idade das vítimas por ano de abertura da investigação de "Inquéritos mistos".....	536
Tabela CXXVIII - Vítimas, por escalões etários, por ano do início do acontecimento em "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores".	537
Tabela CXXIX - Ocupação profissional das vítimas.....	539
Tabela CXXX - Vítimas por situação profissional.....	539
Tabela CXXXI - Vítimas em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, por naturalidade.	541
Tabela CXXXII - Vítimas em "Inquéritos mistos" por naturalidade.	542

Tabela CXXXIII - Vítimas em "Inquéritos exclusivos de PM" por naturalidade. ..	544
Tabela CXXXIV - Vítimas em "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores" por local de residência.	545
Tabela CXXXV - Vítimas em "Inquéritos mistos" por local de residência.....	546
Tabela CXXXVI - Vítimas em "Inquéritos exclusivos de PM" por local de residência.	547
Tabela CXXXVII - Vítimas por situação familiar.	548

Índice de ilustrações

Ilustração 1 - "Tipologia de imagens pedófilas de coleções" (Taylor, Holland & Quayle, 2001).....	123
Ilustração 2 – “N.º de crimes registados pelas polícias”, “Agentes/suspeitos identificados”, “Agentes/suspeitos detidos” e “total de lesados/ofendidos”, na categoria de lenocínio e pornografia de menores, por ano.	334
Ilustração 3 - Processos findos em tribunais de 1.ª instância, relativamente ao crime de pornografia de menores.....	340
Ilustração 4 - Participações de alguns dos crimes sexuais, entre 2010 e 2013.	345
Ilustração 5 - “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”.....	376
Ilustração 6 – “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, por ano de início de investigação (estimativa de regressão linear para o ano completo de 2017).	378
Ilustração 7 – “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” por mês.	379
Ilustração 8 - "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores" por ano de início de acontecimento (estimativa por regressão linear relativa ao ano completo de 2017).	381
Ilustração 9 - "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores" por mês de acontecimento.	381
Ilustração 10 - "Inquéritos exclusivos de PM" por ano de início de investigação.	406
Ilustração 11 - "Inquéritos exclusivos de PM" por ano de início de acontecimento.	408
Ilustração 12 - "Inquéritos mistos" por ano de início de investigação.....	416
Ilustração 13 - "Inquéritos mistos" por ano de início de acontecimento.	417
Ilustração 14 - Subgrupos de todos os arguidos em Inquéritos com o crime de pornografia de menores.	432
Ilustração 15 - “Arguidos PM” por sexo, por ano.....	434
Ilustração 16 - "Arguidos PM", detenções e aplicação da prisão preventiva.....	439
Ilustração 17 - Média da idade dos "Arguidos PM" por ano de abertura da investigação.	445

Ilustração 18 - Média da idade dos "Arguidos PM" por ano de início de acontecimento.	447
Ilustração 19 - Média da idade dos "Arguidos PM" apurada por ano do início da investigação e ano do início da ocorrência.....	448
Ilustração 20 - "Reincidência" criminal de "Arguidos PM". Histórico da constituição de arguidos de indivíduos "Arguidos PM".....	458
Ilustração 21 - "Arguidos mistos" por sexo, por ano.....	467
Ilustração 22 - Média de idade dos "Arguidos mistos" por ano de início de investigação.	472
Ilustração 23 - Média de idade dos "Arguidos mistos" por ano de início de acontecimento.	474
Ilustração 24 - Médias anuais da idade dos "Arguidos mistos" apuradas pelo ano do início da investigação e pelo ano do início da ocorrência.....	474
Ilustração 25 - "Reincidência" criminal de "Arguidos mistos". Histórico da constituição de arguidos em indivíduos "Arguidos mistos".....	482
Ilustração 26 - "Arguidos exclusivos" por sexo, por ano.	488
Ilustração 27 - Média da idade dos "Arguidos exclusivos" apurada pelo ano de início de investigação.	496
Ilustração 28 - Média da idade dos "Arguidos exclusivos" por ano de início do acontecimento.	497
Ilustração 29 - Médias anuais da idade dos "Arguidos exclusivos" apuradas pelo ano do início da investigação e pelo ano do início da ocorrência.....	498
Ilustração 30 – Reincidência criminal de “Arguidos exclusivos”. Histórico da constituição de arguidos em indivíduos “Arguidos exclusivos”.....	506
Ilustração 31 - Vítimas nos três grupos de Inquéritos, por ano de abertura de investigação.	528
Ilustração 32 - Vítimas nos três grupos de Inquéritos, por ano de início de acontecimento.	530
Ilustração 33 - Vítimas por sexo.....	530
Ilustração 34 - Vítimas, por sexo e por ano.....	531
Ilustração 35 – Média de idade das vítimas, por ano, apurada pelo ano da abertura da investigação em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”. .	535

Ilustração 36 - Média da idade das vítimas por ano de início de acontecimento.	
.....	538

Índice

Resumo	III
Abstract	IV
Agradecimentos	V
Índice de tabelas	VI
Índice de ilustrações.....	XIV
Índice.....	XVII
Siglas, acrónimos e abreviaturas	XXIII
Declaração	XXVI
INTRODUÇÃO	1
Motivação e pertinência	9
Metodologia.....	11
PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL	19
1. Enquadramento concetual e Estado da Arte	19
1.1. Segurança e Internet: uma impossibilidade?.....	19
1.1.1 Segurança <i>versus</i> insegurança	19
1.1.2 A Internet: breve sùmula de características e potencialidades.....	29
1.1.3 Penetração e utilização da Internet	33
1.1.4 Conteúdo lesivo e conteúdo ilegal: o cibercrime	36
1.1.5 Riscos em linha: as experiência e perceção dos menores e dos pais.....	40
1.1.6 Simbioses: alarmismo social, mediatização e neocriminalização	49
1.1.7 Dificuldades inerentes à investigação criminal do cibercrime e, em particular, do crime de pornografia de menores	56
1.2 O dilema sobre a puberdade: proteção restritiva ou liberdade de escolha?.....	60
1.2.1 A liberdade sexual e o consentimento válido dos jovens pubescentes e pós-pubescentes.....	66
1.2.2 O paradoxo da hipersexualização da infância	70
1.2.3 Crimes sexuais contra crianças e a pedofilia: desconstruir mitos e descortinar factos.....	80
1.2.4 Conceito de pedofilia	92
1.3 Pornografia de menores	101

1.3.1	Definição de pornografia	101
1.3.2	Abordagem concetual à pornografia de menores e a controvérsia em redor da terminologia	102
1.3.3	Tipologia de material de pornografia de menores	114
1.3.3.1	Tipologia quanto à forma	114
1.3.3.2	Tipologia quanto ao conteúdo	120
1.3.3.3	Tipologia quando ao propósito	124
1.3.3.3.1	<i>O papel da coleção de pornografia de menores</i>	129
1.3.3.3.2	<i>Subcultura com interesse sexual em crianças</i>	131
1.3.4	Nexo causal: relação entre crimes sexuais de contacto contra crianças e a pornografia de menores	137
1.3.5	As vítimas de pornografia de menores	143
1.3.5.1	Os danos da pornografia de menores para as vítimas	144
1.3.5.2	A relevância da identificação das vítimas de pornografia de menores 146	
1.3.6	Ofensores de pornografia de menores	150
1.3.6.1	Caracterização do ofensor de pornografia de menores	150
1.3.7	O papel da Internet na promoção da pornografia de menores	155
1.3.8	Tendências do crime de pornografia de menores	157
1.4	Políticas públicas e boas práticas estrangeiras no âmbito da proteção das crianças no ciberespaço	160
1.5	As dificuldades no estudo académico da pornografia de menores	164
2.	O Direito Internacional Público e o Direito Europeu	167
2.1	Definições de pornografia de menores no Direito Internacional Público e no Direito Europeu	169
2.2	Instrumentos de Direito Internacional Público que visam o combate à pornografia de menores	173
2.2.1	<i>A Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança</i>	173
2.2.2	<i>A Convenção n.º 182 da Organização Internacional do Trabalho</i>	173
2.2.3	<i>O Protocolo Facultativo à Convenção sobre Direitos da Criança, Relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil</i>	174
2.2.4	<i>A Convenção sobre o Cibercrime</i>	175

2.2.5 A Convenção do Conselho da Europa contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual de Crianças	176
2.3 União Europeia: instrumentos jurídicos no combate à problemática da pornografia de menores	179
2.3.1 A Diretiva 2011/93/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, e que substitui a Decisão-Quadro 2004/68/JAI.....	182
3. Experiências de outros Direitos: o crime de pornografia de menores em alguns ordenamentos jurídicos estrangeiros	187
3.1 Alemanha	188
3.2 Bahamas	189
3.3 Bélgica.....	190
3.4 Bolívia.....	190
3.5 Botsuana	191
3.6 Canadá.....	192
3.7 Egito	194
3.8 Espanha	194
3.9 Filipinas	197
3.10 Japão.....	201
3.11 Nova Zelândia	202
PARTE II – O CASO PORTUGUÊS	206
1. Evolução da criminalização das infrações de natureza sexual no Código Penal português e o interesse jurídico na problemática da pornografia de menores	208
1.1 O Código Penal em 1919	220
1.2 O Código Penal em 1960	222
1.3 O Código Penal em 1982	225
1.4 O Código Penal em 1995	227
1.5 A Lei n.º 65/98, de 2 de setembro	235
1.6 A Lei n.º 99/2001, de 25 de agosto	237
1.7 A Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro	241
1.8 A criação do Gabinete Cibercrime em 2011	253
1.9 As novas competências do DCIAP em 2013.....	255

1.10	A Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto	259
2.	Questões polémicas nas doutrina e jurisprudência portuguesas	277
2.1	O bem jurídico no crime de pornografia de menores e a idade do consentimento	277
2.2	Concurso de infrações e a figura do <i>trato sucessivo</i>	283
2.3	Detenção de pornografia de menores	285
2.4	Pornografia virtual de menores	287
3.	Dimensões do apuramento da criminalidade	292
3.1	As vicissitudes do apuramento do fenómeno da criminalidade: estatísticas criminais e as “cifras negras”	292
3.1.1	Vítimas: motivação para a participação ou não participação às autoridades	297
3.1.2	As elevadas taxas de crimes sexuais não participados	300
3.2	Métodos utilizados para o conhecimento da criminalidade	301
3.2.1	Inquéritos de delinquência autorrevelada	301
3.2.2	Inquéritos de vitimação	303
3.2.3	Estatísticas criminais ou de criminalidade participada	311
3.3	Estatísticas internacionais e europeias e a problemática da comparabilidade	312
4.	Estatísticas portuguesas e o crime de pornografia de menores	317
4.1	Estatísticas oficiais da Direção-Geral da Política de Justiça	321
4.2	Relatório Anual de Segurança Interna: o refinamento dos dados da Direção-Geral da Política de Justiça	340
4.3	Os dados estatísticos do Departamento Central de Investigação e Ação Penal e do Gabinete Cibercrime da Procuradoria-Geral da República	349
4.4	O contributo da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais	350
4.5	O aporte da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	355
5.	Identificação de políticas públicas e boas práticas em Portugal abrangendo a problemática da pornografia de menores	356
6.	Estudo empírico sobre os dados da Polícia Judiciária no âmbito da pornografia de menores	363
6.1	Metodologia	364
6.2	Análise e discussão	376

6.2.1	Inquéritos.....	376
6.2.1.1	Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores	376
6.2.1.2	Inquéritos exclusivos de PM	406
6.2.1.3	Inquéritos mistos	415
6.2.1.4	Síntese da análise aos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”	426
6.2.1.5	Síntese da análise e comparação entre “Inquéritos exclusivos de PM” e “Inquéritos mistos”	429
6.2.2	Arguidos	431
6.2.2.1	Arguidos PM	432
6.2.2.2	Arguidos mistos	465
6.2.2.3	Arguidos exclusivos	487
6.2.2.4	Síntese da análise dos “Arguidos PM”	511
6.2.2.5	Síntese da análise e comparação entre “Arguidos mistos” e “Arguidos exclusivos”	516
6.2.3	Vítimas	525
6.2.3.1	Vítimas: análise de acordo com os grupos de Inquéritos	526
6.2.3.2	Síntese da análise e comparação das Vítimas	549
CONCLUSÃO.....		556
BIBLIOGRAFIA		584
Monografias, livros, artigos e outros documentos		584
Legislação e Jurisprudência nacionais.....		632
Legislação estrangeira, Instrumentos jurídicos internacionais e europeus		634
Sítios de Internet consultados		637
APÊNDICES.....		640
Apêndice A1 - Pedido de colaboração à PGR		640
Apêndice A2 (a) – Resposta da PGR.....		643
Apêndice A2 (b) - Entrevista DCIAP		644
Apêndice B1 - Pedido dirigido à DGRSP		648
Apêndice B2 - Resposta da DGRSP		650
Apêndice C1 – Pedido de informação à DGAJ		660

Apêndice D1 – Pedido de entrevista e questões formuladas a elemento da PJ	661
Apêndice D2 – Respostas do elemento da PJ: Inspetor-Chefe Jorge Duque.	664
Apêndice E1 – Pedido de esclarecimento à DGPJ	691
Apêndice E2 – Resposta da DGPJ	692
Apêndice F1 - Pedido de esclarecimento à DGAJ	693
Apêndice F2 – Resposta da DGAJ	694

Siglas, acrónimos e abreviaturas

Ac. — Acórdão

Al. — Alínea

ANACOM — Autoridade Nacional de Comunicações

APA — *American Psychological Association*

APAV — Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Art.º — Artigo

Cf. — Conforme

CoE — Conselho da Europa

CP — Código Penal

CPP — Código de Processo Penal

CRP — Constituição da República Portuguesa

DCIAP — Departamento Central de Investigação e Ação Penal

DE — Direito Europeu

DGAJ — Direção Geral da Administração da Justiça

DGPJ — Direção-Geral de Políticas de Justiça

DGRSP — Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DIP — Direito Internacional Público

DSM — *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*

ECPAT — *End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes*

ELSJ — Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça

EM — Estado-Membro

Etc. — *Etcetera*

FBI — *Federal Bureau of Investigation*

IAC — Instituto de Apoio à Criança

ICD — *International Classification of Diseases*

ICMEC — *International Centre for Missing Kids & Exploited Children*

INE — Instituto Nacional de Estatística

Interpol — *International Criminal Police Organization*

IOCTA — *Internet Organised Crime Threat Assessment*

IP — *Internet Protocol*

IWF — *Internet Watch Foundation*

JOUE — Jornal Oficial da União Europeia

MJ — Ministério da Justiça

MP — Ministério Público

N.º — Número

NCMEC — *National Centre For Missing & Exploited Children*

NSPCC — *National Society for the Prevention of Cruelty to Children*

NUIPC — Número Único Identificador de Processo Crime

OIT — Organização Internacional do Trabalho

OMS — Organização Mundial de Saúde

ONG — Organização não governamental

ONU — Organização das Nações Unidas

Op. cit. — *Opus citatum*: obra citada

OPC — Órgão de Polícia Criminal

P. — Página

PJ — Polícia Judiciária

PGR — Procuradoria-Geral da República

RASI — Relatório Anual de Segurança Interna

S/Ref.^a — Sem referência/informação ausente

SICPJ — Sistema de Informação Criminal da Polícia Judiciária

STJ — Supremo Tribunal de Justiça

SIEJ — Sistema de Informação de Estatística da Justiça

SOCTA — *Serious Organised Crime Threat Assessment*

SSI — Sistema de Segurança Interna

TIC — Tecnologias de Informação e Comunicação

TRC — Tribunal da Relação de Coimbra

TRE — Tribunal da Relação de Évora

TRL — Tribunal da Relação de Lisboa

TRP — Tribunal da Relação do Porto

TUE — Tratado da União Europeia

TFUE — Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

UE — União Europeia

UNODC — *United Nations Office on Drugs and Crime*

URL — *Uniform Resources Locator*

V.g — *Verbi gratia*: por exemplo

Declaração

Conforme determinado pelo Regulamento do Terceiro Ciclo de Estudos Conducentes ao Grau de Doutor em Direito e Segurança, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, declara-se que o presente estudo, no que respeita ao corpo da tese, ocupa 949.249 carateres, incluindo notas de rodapé.

Introdução

A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* marca a consagração de direitos e liberdades para todo o ser humano, sendo um documento amplamente traduzido pelo mundo inteiro. Nele se estabelece que “todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”¹. Também a *Carta das Nações Unidas*² visa promover e encorajar o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Para o exercício pleno da liberdade, o ser humano tem de estar e sentir-se seguro, pois não poderá desenvolver o seu potencial se se vir limitado por insegurança.

Temos assim que o bem-estar³, percecionado e salvaguardado, possibilita ao ser humano o seu desenvolvimento, confiante no presente e no futuro. A dimensão sexual do ser humano assume-se como uma parcela muito relevante e tem sofrido, nas sociedades ocidentais, uma alteração positiva nos valores e atitudes das sociedades face à sexualidade, a qual, inevitavelmente, tem exercido influência sobre as reformas no âmbito do direito penal sexual (Natscheradetz, 1985, p. 84)⁴.

¹ Cf. art.º 3.º da DUDH, adotada pela Assembleia Geral da ONU, em Paris, em 10 de dezembro de 1948. Acessível em http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf (acedido em 2014-01-20). A sua relevância é assumida no art.º 16.º da Constituição da República Portuguesa, realçando que os preceitos constitucionais e legais no que concerne aos direitos fundamentais devem ser interpretados em harmonia com a Declaração. De acordo com (Canotilho e Moreira, 2014, p. 367) a “Constituição não só consumiu a Declaração — sendo muitas das disposições constitucionais reprodução textual, ou quase textual, de disposições daquela — mas também inclui direitos não referidos na Declaração”. Cf. CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital - **Constituição da República Portuguesa anotada**. 4.ª Reimp. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. ISBN 978-972-32-2286-9.

² Vide n.º 3, art.º 1.º da Carta das Nações Unidas (Organização das Nações Unidas, 1945), disponível em <http://www.un.org/en/charter-united-nations/> (acedido em 2014-02-01). Portugal foi admitido na ONU em 14/12/1955, conforme informação disponível no sítio de internet oficial, em <http://www.un.org/en/member-states/index.html#gotoP> (acedido em 2016-01-12).

³ Cf. p. 28 do PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. A Ascensão do Sul: Progresso humano num mundo diversificado**. Nova Iorque. 2013.

Neste documento é referido que embora constitua um indicador subjetivo do bem-estar, “(...) a satisfação com a vida tende a ser maior em países com desenvolvimento humano mais elevado”.

⁴ Cf. NATSCHERADETZ, Karl Prehaz - **O Direito Penal sexual: conteúdo e limites**. Coimbra: Livraria Almedina, 1985.

Conforme reconhecido por José Fontes (2014, p. 213)⁵, “a vida social não pode fazer-se sem uma disciplina e sem uma ordem para a segurança tanto dos indivíduos como da própria comunidade, nacional e internacional”. Uma das tarefas primordiais do Estado traduz-se na proteção da pessoa humana — pois só ele detém o “monopólio da coercibilidade” (Fontes, 2014, p. 218) — encontrando-se tal preceito consignado na CRP, como “estalão supremo da Ordem Jurídica” (Bacelar Gouveia, 2015, “Direitos fundamentais”, p. 161)⁶, explicitamente, entre muitas outras tarefas fundamentais do Estado, a de “garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático” (al. b) do art.º 9.º da CRP, Canotilho e Moreira, 2014).

Como releva Jorge Bacelar Gouveia (2015, “Direitos fundamentais”, p. 165), “o itinerário da posituação constitucional dos direitos fundamentais identicamente não pode desconsiderar as profundas mutações que o Direito Internacional Público conheceria na segunda metade do século XX, as quais são diretamente atinentes aos valores internamente protegidos pelos direitos fundamentais”. Contudo, conforme depreendemos de Jean de Maillard (1994, p. 115)⁷, o poder e responsabilidade coativa do Estado, nomeadamente através da política penal, sofre de uma “insuperável contradição” porque o Estado representa a maior ameaça à limitação das liberdades individuais, ao mesmo tempo que “(...) é intimado a desenvolver as proteções jurídicas para o seu exercício contra ele próprio e a apagar-se precisamente por estas razões. Pede-se-lhe, de qualquer modo, que não seja forte senão para se abster de o ser”, o que, na opinião deste Autor, explica que reste ao Estado a concentração na manutenção da ordem pública, satisfazendo “(..) a exigência de proteção que emana da sociedade, deixando ainda aos seus membros a autonomia que eles requerem e lhes é reconhecida através dos direitos do homem”.

⁵ Vide FONTES, José - **Teoria geral do Estado e do Direito**. 4.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. ISBN 978-972-32-2279-1.

⁶ Vide BACELAR GOUVEIA, Jorge - Direitos fundamentais. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Eds.). Em Enciclopédia de Direito e Segurança. Coimbra: Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5.

⁷ Cf. MAILLARD, Jean De - **Crimes e leis**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. ISBN 972-8245-40-8.

De facto, conforme Cristina Montalvão Sarmento salienta, “esquece-se muitas vezes que a segurança está na base da fundamentação histórica do Estado” (Sarmiento, 2010, p. 16)⁸ e se num passado não muito distante o conceito de segurança visava o garante da unidade da nação, defesa das fronteiras do território, segurança das pessoas e bens, tal conceito alargou-se nas últimas décadas, resultante de novas ameaças surgidas ou amplificadas⁹. O conceito de segurança, reformulado em 1994 pela ONU¹⁰, afirma a transcendência da segurança, antes de carácter nacional ou estadual, para uma “segurança humana” de cunho individual e comunitária, das pessoas e sociedades. Nesta perspetiva, o vetor da segurança pessoal contempla vários tipos de ameaças, entre as quais as direcionadas às crianças, seres humanos de reconhecida vulnerabilidade¹¹ e dependência.

Nesta esteira, a comunidade internacional adotou uma perspetiva mais ampla da segurança, a que Bacelar Gouveia (2015, Segurança humana, p. 420) apelida de “metamorfose da Segurança Internacional”, entendendo-se que a prossecução da segurança e bem-estar comuns obriga à concessão e partilha de soberania¹²,

⁸ Cf. SARMENTO, Cristina Montalvão - **Política & Segurança - novas configurações do poder**. Lisboa: Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna & Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2010. ISBN 978-972-8630-06-5.

⁹ No sentido de resgatar a amplitude do sentido de “Segurança” e ao papel do Estado na proteção das inseguranças, reduzido a “uma estrita dimensão criminal”, vide Manuela Ivone Cunha e Susana Durão (2011, pp. 53–55), sendo de realçar a mediatização da segurança coletiva, a qual passará “(...) cada vez menos por uma ideia de estabilidade e previsibilidade ligada a níveis mínimos de bem estar e proteção contra as incertezas, para assentar numa noção de risco que sofreu, também ela, uma redução de sentido”; Cf. CUNHA, Manuela Ivone; DURÃO, Susana - Os sentidos da segurança: ambiguidades e reduções. **Etnográfica**. Portugal. ISSN 2182-2891. 15:1 (2011) 53–66. doi: 10.400/etnografica.790. Vide também FONTES, José - **O direito ao quotidiano estável. Uma questão de direitos humanos**. Coimbra: Coimbra Editora, 2013. ISBN 978-972-32-2208-1.

¹⁰ Referimo-nos ao Relatório de Desenvolvimento Humano do “United Nations Development Programme”, acessível em *United Nations Development Reports*: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-1994> (Organização das Nações Unidas, 1994).

¹¹ A respeito da vulnerabilidade, o “Relatório de desenvolvimento humano 2014. Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2014), refere que a “vulnerabilidade no ciclo de vida, a vulnerabilidade estrutural e a insegurança pessoal são fontes determinantes de privação persistente — e devem ser consideradas para se garantir o desenvolvimento humano e a sustentabilidade do progresso”. (p. 11) Neste âmbito, a infância, especialmente a primeira infância, até aos 5 anos de idade, configura-se como “(...) uma janela de oportunidade para resolver a desigualdade em início de vida” (p. 57). Cf. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - **Relatório do desenvolvimento humano 2014. Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência**. Nova Iorque.

¹² Neste sentido, vide Sacchetti, António Emílio Ferraz - O impacto do conceito de Segurança Humana. Em ADRIANO MOREIRA E PINTO RAMALHO (COORD.) (Ed.) - **Estratégia**.

evoluindo para formas de cooperação. A elaboração de normas supranacionais estabelece direitos e obrigações comuns aos Estados intervenientes e tal não implica a perda de soberania, porque, como foi exposto, tratam-se de instrumentos fulcrais à subsistência do Estado de direito democrático¹³.

A cooperação visa mitigar as ameaças contra as quais as fronteiras nada podem, conforme realça Rui Vieira (2008, p. 448)¹⁴, quando afirma que “as ameaças transnacionais são desterritorializadas, atravessam a fronteira dos Estados, escapam ao seu controlo e atuam no interior do seu território. Funcionam por rede, proliferação ou “contágio”, fenómenos cuja complexidade absorve e desvanece a origem das mesmas”. Luís Valença Pinto (2011)¹⁵ denomina este incremento de cooperação internacional de “segurança cooperativa”, fazendo-o corresponder a uma evolução ou progresso natural da humanidade.

Ora, como já referimos, as crianças carecem de proteção adicional, tendo em consideração as suas características específicas, pelo que os crimes de natureza sexual contra crianças correspondem à violação de direitos humanos, consagrados em vários instrumentos jurídicos internacionais e sobre os quais também pugna a nossa lei fundamental, razão pela qual o legislador se encontra balizado pelas

Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 2008, v. XVII e VIEIRA, Rui - O combate às ameaças transnacionais - sua articulação entre Portugal, União Europeia, EUA e as principais organizações internacionais de segurança e defesa (ONU e OTAN). Em ADRIANO MOREIRA E PINTO RAMALHO (COORD.) (Ed.) - **Estratégia**. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 2008, p. 463. ISBN 1645-9083v. XVII. p. 443–532.

¹³ No mesmo sentido, Manuel Monteiro Guedes Valente (2014, p. 583); Sobre as inconveniências da cooperação (Friedrichs, 2008, p. 1), onde refere: “*On the one hand, states are motivated by an interest in fighting global threats such as international terrorism and drug trafficking; on the other hand, they are constrained by an interest in maintaining national sovereignty and the monopoly of force*”. Vide VALENTE, Manuel Monteiro Guedes - **Teoria geral do direito policial**. 4.^a ed. Coimbra: Almedina, 2014. ISBN 978-972-40-5798-9 e FRIEDRICHS, Jörg - **Fighting terrorism and drugs - Europe and international police cooperation**. [ebook] ed. Oxon, Estados Unidos da América: Routledge, 2008. ISBN 978-0-203-93456-2.

¹⁴ Cf. VIEIRA, Rui - O combate às ameaças transnacionais - sua articulação entre Portugal, União Europeia, EUA e as principais organizações internacionais de segurança e defesa (ONU e OTAN). Em ADRIANO MOREIRA E PINTO RAMALHO (COORD.) (Ed.) - **Estratégia**. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 2008. ISBN 1645-9083v. XVII. p. 443–532.

¹⁵ Cf. PINTO, Luís Valença - A centralidade das pessoas para a segurança. **Cidadania e Defesa**. 44:2011. 16–19.

determinações da CRP, também sujeita a compromissos internacionais a que o Estado português se vinculou¹⁶.

Neste sentido, a pornografia de menores decorre de crimes que atentam contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores e também este crime se encontra positivado pelo DIP e pelo DE, por constituírem violações graves dos direitos fundamentais, em especial do direito das crianças à proteção e aos cuidados necessários ao seu bem-estar. Este crime, apesar de não ser um crime essencialmente tecnológico, pois a sua existência é anterior ao advento do ciberespaço (Ferraro, Casey e McGrath, 2005, p. 7)¹⁷, parece ter aproveitado da evolução tecnológica, como a câmara de filmar, o armazenamento digital e, em especial, da Internet¹⁸. A pornografia de menores não tem a sua génese na Internet, todavia, a tecnologia veio potenciar as suas produção e difusão, com recurso a técnicas sofisticadas e acessíveis.

As características da Internet, permitindo o anonimato¹⁹, a difusão ao toque de um clique e a globalização de conteúdos, parecem ter aumentado exponencialmente a

¹⁶ Cf. art.º 8.º da CRP, sob a epígrafe “Direito Internacional” cominando no n.º 1, que “as normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português”. O Direito Penal Internacional é o “direito penal emergente de factos normativos internacionais” de acordo com o Professor Germano Marques da Silva (Silva, 1997, p. 95). *Vide* SILVA, Germano Marques Da - **Direito Penal Português - Parte Geral - Introdução e teoria da lei penal**. 1.ª Reimpr ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1997. ISBN 972-2218-28-x.

¹⁷ Cf. FERRARO, Monique Mattei; CASEY, Eoghan; MCGRATH, Michael - **Investigating child exploitation and pornography: the internet, the law and forensic science**. Estados Unidos da América: Academic Press, 2005.

Ciberespaço foi uma expressão utilizada pela primeira vez em 1984, por William Gibson, na respetiva obra de ficção científica “Neuromancer” (Verdelho, 2003, p. 347), cf. VERDELHO, Pedro - Cibercrime. Em COIMBRA EDITORA (Ed.) - **Direito da Sociedade da informação**. Coimbra, Portugal: APDI - Associação Portuguesa de Direito intelectual, 2003. ISBN 9789723211696v. IV. p. 347–383. De acordo com do Dicionário de Informática e internet: Inglês/português (Sawaya, 1999, p. 110), ciberespaço significa “Cyberspace – *espaço cibernético, ciberespaço*. O prefixo “ciber” (*cyber*) se refere ao uso de computadores. Portanto, o ciberespaço, ou espaço cibernético, é um espaço virtual criado por sistemas de computadores. Abrange desde os mundos da realidade virtual até as simples mensagens de correio eletrónico”. *Vide* SAWAYA, Márcia Regina - **Dicionário de Informática e Internet: Inglês/Português**. São Paulo, Brasil: Livraria Nobel, S.A., 1999.

¹⁸ Acessibilidade generalizada que, no entender de John Carr (Carr, 2003, p. 17) não justificará o incremento do número de imagens desta natureza que são detetadas. *Vide* CARR, John - **Child abuse, child pornography and the internet**. Londres. 2003.

¹⁹ Cf. Luciana Costa (2006, p. 21), onde refere que: “(...) a nova sociedade, que se fundamenta nas redes de informação e, mais concretamente, na Internet, permite que os usuários transformem-se em sujeitos anónimos. O anonimato se configura, pois, como uma garantia do usuário da Internet, expressão do direito fundamental da privacidade e do segredo das comunicações”. *Vide* COSTA, Luciana G. - **A Difusão de pornografia infantil pela internet: sentido e limites de uma incriminação**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006.

produção, distribuição e difusão das imagens de pornografia de menores (Ferraro, Casey e McGrath, 2005, p. 9-10). Assim, uma ofensa sexual pode estar a ser cometida contra um menor em qualquer parte do mundo, podendo ser transmitida, em direto ou diferido, para localizações dispersas no planeta, eternizando-se em sítios de Internet ou discos rígidos de alguém, algures. De acordo com Ana Paula Rodrigues (2011, p. 265)²⁰, “a Internet tornou o crime de abuso sexual de menor um problema global e a tecnologia facilitou a prática e dificultou a sua deteção e investigação²¹”.

A gravidade destas condutas não lesa apenas o menor em causa — lesões de natureza física e psicológica que perduram, comprometendo o seu desenvolvimento sadio — mas fomentam condutas criminosas conexas, a exploração sexual de menores com fins lucrativos e um ciclo de ofensas sexuais que alguns autores advogam autoalimentado, contribuindo para o perigo e consequente insegurança para a infância em geral. São evocados argumentos sobre a existência de um nexo causal entre o consumo destas imagens e um consequente crime sexual de contacto físico, sendo este um dos assuntos que iremos explorar no decurso deste trabalho.

O CP português não é alheio a estas condutas, fazendo-se punir o infrator desde 2007 pelo crime tipificado no artigo n.º 176.º, sob a epígrafe “pornografia de menores”, embora já se encontrasse tipificado, inserto no crime de abuso sexual de crianças desde 1995. Está positivado em capítulo próprio no CP, cujos bens jurídicos a proteger dão nome às secções correspondentes, a liberdade sexual e a autodeterminação sexual. A proteção penal visa a proteção da infância e da juventude, seguindo as linhas mestras da CRP (art.ºs 69.º e 70.º).

Constatando-se a transversalidade deste crime, facilitada pela globalização e pela mobilidade humana, revelam-se decisivos a harmonização legislativa dos vários países e o estreitamento da cooperação, pese embora se ponderem os conflitos

²⁰ Vide RODRIGUES, Ana Paula - Pornografia de menores: Novos desafios na investigação e recolha de prova digital. **Revista do Centro de Estudos Judiciários**. Portugal. ISSN 1645-829-X. 15 (2011) 261–291.

²¹ No mesmo sentido Luciana Costa, 2006, *op. cit.*, p. 20.

entre a prossecução da proteção dos menores e uma alegada restrição de alguns direitos, como o da liberdade de expressão ou uma excessiva intromissão do direito penal nalgumas vertentes do crime de pornografia de menores, conflituando com princípios de Direito Penal, nomeadamente o princípio da proporcionalidade e o da necessidade. Questiona-se a sua eficácia e se tal desígnio não seria alcançado com maior sucesso com recurso a outras políticas sociais, com ênfase na perspetiva preventiva.

Contudo, insofismável que seja o repúdio dos crimes cometidos contra as crianças, os de natureza sexual suscitam reações emocionais acentuadas. A idealização da infância permanece ligada à ideia de pureza, ingenuidade e castidade, carecida de proteção e esse constructo social acentua-se quanto menor é a criança. Os crimes de natureza sexual contra as crianças *mancham* essa idealização e causam revolta, acentuada pelos meios de comunicação social, que caracterizam os ofensores como “predadores” e “pedófilos”²². O “outro” representado como perigo.

Paradoxalmente, ocorre a disponibilização de conteúdos erotizantes das infância e adolescência, publicidade que traveste crianças em adultos, brinquedos que simulam vestuário e adereços de mulher que sexualizam as crianças. A globalização de práticas provindas de culturas quase *hegemónicas* que se afirmam na vida dos menores, por via dos seus interesses, como por exemplo, os vídeos de música e o vestuário.

No que respeita às legislações penais, é amplamente criminalizado o crime de pornografia de menores e para esse propósito tem concorrido decisivamente o DIP e o DE. Conforme realça Severiano Teixeira (2002, p.71)²³, “(...) da liberdade de

²² Neste sentido, *vide* Rita de Simões (2011, p. 490) quando se refere ao estudo que efetuou sobre a violência contra mulheres, esclarece: “Podemos (...) inferir das análises efectuadas lógicas de desempenho diferenciadas consoante se trate de imprensa de referência ou da imprensa popular. Nesta última, representada no nosso *corpus* pelo *Correio da Manhã*, a tendência para a *espectacularização* na cobertura de casos isolados e atípicos de violência contra as mulheres e a tendência para um certo populismo penal, demagógico e alienante, permitem-nos ler o carácter heterodoxo do discurso noticioso como uma forma de sensacionalismo, propícia a manter estereótipos das cognições partilhadas pelos leitores.” Cf. SIMÕES, Rita Joana Basílio De - **Crime, castigo e género nas sociedades mediatizadas. Políticas de (in)justiça no discurso dos Media**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.

²³ *Vide* TEIXEIRA, Nuno Severiano - **Contributos para a Política de Segurança Interna**. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 2002. ISBN 972-95771-1-0. De realçar que este Autor desempenhou as funções de Ministro da Administração Interna entre Setembro de 2000 e Abril de

circulação consagrada beneficiam também os agentes do crime, o que impõe necessárias medidas compensatórias no plano da segurança: controle externo de fronteiras e cooperação policial e judiciária. A Segurança é condição de Liberdade. O que é verdade por maioria de razão quando Portugal integra o «*Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça*» da União Europeia”, preceito constitucional de que todos os cidadãos devem beneficiar, de acordo com o art.º 27.º da CRP, sob a epígrafe “Direito à liberdade e à segurança”.

No entanto, as disposições internacionais e europeias parecem ter evoluído no sentido do “direito penal do inimigo” (Albergaria e Lima, 2010, p. 198)²⁴, com penalizações crescentes para condutas já tipificadas e criação de novos tipos penais, tendo em conta o alegado risco de reincidência e as inovações no campo das TIC, facilitadoras da emergência de novas condutas atentatórias da segurança dos menores.

Contudo, permanecem algumas questões geradoras de perspetivas discordantes respeitantes à multiplicidade de condutas que integram o articulado penal, assim como da sustentação científica para o conhecimento da infração, do ofensor e da vítima, a mediatização dos casos e a *demonização* dos infratores. Dirimem-se pontos de vista sobre a existência ou inexistência de relação causal entre a visualização de pornografia de menores e a ofensa sexual de contacto. Mais acérrima tem-se revelado a discussão relativamente à pornografia integralmente virtual, tratando-se de imagens nas quais não são retratadas crianças reais, mas geradas por sistemas informáticos por meio de *software* de edição de imagem. Iremos também abordar adiante esta controvérsia, pois conforme admite Fernanda Palma, há “(...) limites constitucionais que condicionam a legitimidade de uma

2002, pelo que a obra citada corresponde a várias intervenções oficiais que efetuou neste período na qualidade de Ministro.

²⁴ Vide ALBERGARIA, Pedro Soares De; LIMA, Pedro Mendes - O crime de detenção de pseudopornografia infantil - evolução ou involução? **Julgar**. Portugal. ISSN 1646-6853. 12:Crimes no seio da família e sobre menores (2010) 195–220; Atente-se também em Vera Dias, 2010, p. 28: “Despoletado pelo 11 de Setembro o Direito Penal do Inimigo assenta na luta contra o terrorismo, o qual se associa o ciberterrorismo, transformando o Estado num «voyeur», que através de medidas extremas, discricionárias, populistas e irracionais controla a vida dos cidadãos que vivem como que num aquário debaixo do olho do «Big Brother»”. Cf. DIAS, Vera Elisa Marques - **A problemática da investigação do cibercrime**. Lisboa, Portugal: Universidade de Lisboa, 2010.

intervenção penal, em função do equilíbrio entre a segurança e a liberdade” (Palma, 2014, p.20)²⁵, mas mesmo com estas balizas, as opções de política criminal nem sempre se revelam consensuais.

Motivação e pertinência

Este tema, aparentemente gerador de consensos no repúdio ao crime, é alvo de um caleidoscópio de perspetivas, nacionais e internacionais, que nos fez encetar esta trajetória de estudo para conhecer a situação externa e, principalmente, a nacional.

O trabalho que se apresenta, conforme já tivemos oportunidade de afirmar, versa sobre a pornografia de menores, na medida em que corresponde a uma transgressão do Direito e um atentado à segurança das crianças.

Tratando-se um doutoramento em Direito e Segurança, sentimo-nos na obrigação de seguir a terminologia jurídica determinada no CP português. Assim é, desde 2007, quando este crime se autonomizou, seguindo uma tradição de outras legislações e instrumentos jurídicos internacionais e europeus. Contudo deixa-se expressa a ressalva de que o termo “pornografia de menores”, pese embora de reconhecimento generalizado, não colhe a nossa concordância, pelo que assumimos que se deveria considerar aplicar terminologia mais adequada. Desta feita e, atendendo ao melindre da temática, além das questões éticas e legais que se relacionam com a impossibilidade ou limitação de determinadas opções investigatórias, que serão abordadas adiante, também perfilhamos a ideia de que a “comunidade” jurídica deverá ponderar a utilização de termos mais adequados, atendendo à raiz etimológica de “pornografia”, conforme adiante iremos explicitar. Contudo, a adoção de terminologia está intimamente relacionada com os conceitos e, como veremos, não constitui tarefa fácil. Não obstante, tomaremos a nossa posição a esse respeito.

²⁵ Vide PALMA, Maria Fernanda - Conceito material de crime e reforma penal. **Anatomia do Crime**. Coimbra. ISSN 2183-4180. 0 (2014). 113–118.

No decurso deste trabalho faremos referência a “menor”, expressão meramente jurídica sem qualquer conotação depreciativa, apenas para nos conformarmos com o determinado no art.º 122.º do Código Civil português²⁶, que determina a maioridade quando se perfaz 18 anos de idade e com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco²⁷. No entanto, obrigatoriamente teremos de referir idades intermédias, porquanto o próprio CP português diferencia a capacidade de autodeterminação sexual por idades (sendo os grandes marcos os 14 e os 16 anos), constituindo-se de grande relevância para o consentimento. De facto, a liberdade sexual jaz aos 14 anos de idade. Neste contexto, teceremos algumas considerações a respeito da progressiva autonomização dos menores.

Justificada a opção terminológica, cumpre-nos justificar as razões da pertinência deste estudo. No nosso entender, no domínio dos Direitos Humanos, as crianças são dos seres humanos mais vulneráveis, decorrendo dessa circunstância sofrerem graves atentados, tanto física como psicologicamente²⁸. Pese embora o empenho rigoroso na isenção que se requer de um trabalho de investigação académica, não nos é estranha a emotividade associada à maternidade nem à profissão de investigadora criminal.

Assim, considerando hediondos os crimes sexuais cometidos contra crianças, não poderíamos deixar de estender tal majoração ao que consideramos a continuação, a “sequela” deste crime, por via da sua perpetuação em imagens. Contudo, o desvalor associado a cada uma das diferentes condutas também é sopesado à luz dos princípios de Direito Penal. Por conseguinte, considerarmos os crimes sexuais cometidos contra crianças um problema de grande relevância social, induz-nos necessariamente a que reputemos as imagens destes crimes como igualmente

²⁶ Cf. Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro (62.ª versão) - Código Civil.

²⁷ Cf. al. a) do art.º 5.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que estabelece: “Criança ou jovem - a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, e ainda a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional”. Redação dada pela Lei n.º 23/2017, de 23 de maio.

²⁸ Cf. realça Hugo Lança (2017, p. 82) “as crianças são duas ou três vezes mais suscetíveis que os adultos de serem vítimas de roubos, violações, agressões físicas graves e toda uma panóplia de crimes violentos”, cf. LANÇA, Hugo Cunha - Como proteger as crianças dos conteúdos disponíveis na internet? **Cyberlaw by CIJC**. ISSN 2183-729. 4 (2017) 68–119.

perturbadoras, especialmente associadas à publicidade e exploração desses mesmos crimes.

Conquanto os temas do abuso sexual e dos crimes sexuais diversos contra as crianças já tenha sido alvo de diversos estudos nacionais, a mesma incidência não se passa relativamente à pornografia de menores, constatando-se, na nossa perspetiva, uma lacuna a explorar.

Entendemos “bem-estar” como fortemente associado a segurança, efetiva e percebida, tarefa fundamental do Estado, concretizada através de políticas públicas que se devem alicerçar no conhecimento dos problemas ou perigos que os cidadãos enfrentam, no caso em concreto, sobre esta parcela de seres humanos mais jovem e inexperiente. O nosso ordenamento jurídico atribui grande importância a esta ofensa, razão pela qual se encontra plasmada no CP português, constituindo um crime. Internacionalmente, os vários ordenamentos jurídicos trilham caminho semelhante, como por exemplo os países que constituem a UE. Por esses motivos, as condutas relacionadas com a pornografia de menores são alvo de repúdio, este consignado na lei que elege os bens jurídicos carecidos de proteção penal.

Assim, debruçámo-nos sobre este desafio complexo por considerarmos o tema da pedopornografia de grande relevância social, atendendo à sua repercussão social e no desenvolvimento das vítimas, acrescido do caleidoscópio de variáveis a considerar, inclusive a utilização do ciberespaço para catapultar e multiplicar as imagens dos crimes sexuais.

Metodologia

Primeiro que tudo, cabe-nos destacar que este trabalho se dedica ao estudo da “pornografia de menores”, especificamente em formato de fotografia, filme ou gravação, independentemente do suporte. Como tal, embora perspetivando a grande amplitude de condutas associadas, não focaremos com acuidade a vertente dos “espetáculos pornográficos” a que o art.º 176.º do CP faz referência.

No que concerne à metodologia elegida, optámos por uma abordagem multidimensional com estudo de caso. Na pesquisa documental sobre o estado da arte, que constitui a primeira parte deste trabalho, tentámos apresentar a miríade de abordagens, enveredando pelas áreas do Direito e Segurança, DIP, Direito Constitucional, Criminologia, Psicologia, Psiquiatria, Sociologia, entre outras. Não nos limitámos a debruçar sobre a pornografia de menores, considerando que seria imprescindível contextualizar com as noções de infância, a puberdade, a erotização da infância, o abuso sexual, a pedofilia, a Internet, entre outros. Como dissertar sobre pornografia ou sobre a infância, sem as contextualizar? Sublinha-se que nesta parte também foram abordados autores portugueses e estudos que tiveram como objeto a população portuguesa, devidamente enquadrados nas temáticas, dos quais destacamos, a título de exemplo, estudos concretizados sobre as experiências de jovens e crianças portuguesas na Internet. O objetivo visou introduzir contribuições nacionais nas temáticas apresentadas.

A problemática da pornografia de menores foi aprofundada, nas suas variadas vertentes, em particular o conceito e a terminologia aplicada, os intervenientes e as tendências recentes desta problemática. Vimos como o estudo académico enfrenta dificuldades legais e éticas.

Quanto às questões de Direito, elencámos os instrumentos de DIP e de DE, os quais, como adiante verificamos, muito contribuíram para o desenvolvimento das políticas públicas portuguesas em termos jurídico-legislativos.

Ainda no enquadramento, sob a epígrafe “Experiências de outros Direitos: o crime de pornografia de menores em alguns ordenamentos jurídicos estrangeiros”, procurámos buscar outros ordenamentos jurídicos que penalizam o crime de pornografia de menores, não só com o propósito de obter diversidade, mas também para que pudéssemos interligar essa análise aos dados estatísticos que são publicamente disponibilizados pela ONU relativamente à criminalidade sexual, que abordamos na sequência. A diversidade prende-se com a vontade de não submeter a nossa opção aos ordenamentos mais influentes ou conhecidos. Ao invés, buscámos países que representassem cada um dos continentes, por mais díspar ou semelhante que seja a cominação penal do crime com o nosso próprio ordenamento jurídico. A interligação com referidos dados estatísticos da ONU releva de importância porque analisamos em secção posterior as dificuldades

comparativas entre as estatísticas criminais dos Estados, precisamente devido às diferenças legais e aos métodos estatísticos para o apuramento de taxas de incidência dos crimes a nível global. Não se ambicionou, neste âmbito, uma análise comparativa dos diversos ordenamentos, tão só uma abordagem global e sucinta sobre a variedade contida na amostra selecionada, constituída por onze Estados, nomeadamente: Alemanha, Bahamas, Bélgica, Bolívia, Botsuana, Canadá, Egito, Espanha, Filipinas, Japão e Nova Zelândia.

A segunda parte do trabalho é totalmente dedicada ao caso português.

No primeiro capítulo debruçamo-nos sobre o Direito Penal e os seus princípios, focando, em particular, os crimes sexuais. No seguimento desta introdução expomos a evolução cronológica da criminalização das infrações de natureza sexual no CP português e o interesse jurídico na problemática da pornografia de menores. De realçar que, no que diz respeito à análise historiográfica legislativa, optámos por privilegiar a doutrina relativa às sucessivas alterações legislativas para que não constituísse um mero elencar de diplomas, facilmente transformáveis em letra-morta. Pelo mesmo motivo, refletimos legislação conexa, as orientações de política criminal, a constituição do Gabinete Cibercrime na PGR, as novas competências do DCIAP, entre outras. Logo após, no segundo capítulo, enunciamos pontos de vista diferenciados da doutrina nacional postulados sobre algumas questões polémicas, concretamente quanto ao bem jurídico no crime de pornografia de menores e a idade do consentimento, o concurso de infrações e a figura do trato sucessivo, a detenção de pornografia de menores e a pornografia virtual de menores. Neste, apercebemo-nos de um certo quórum na crítica da criminalização da pornografia virtual de menores.

No terceiro capítulo prosseguimos para as dimensões do apuramento da criminalidade. Neste, destacamos as vicissitudes do apuramento do fenómeno da criminalidade, onde realçamos adversidade das cifras negras, em especial relativamente aos crimes sexuais, e as motivações das vítimas para a participação ou não participação às autoridades. Abordamos os três métodos mais comuns para apuramento da criminalidade — inquéritos de delinquência autorrevelada, inquéritos de vitimação e estatísticas criminais ou de criminalidade participada — apresentando as suas vantagens e desvantagens, sempre em busca de referências

ao crime que norteia este estudo. Discorreremos sobre as estatísticas policiais e como o método de apuramento e os diferentes ordenamentos jurídicos erguem dificuldades insanáveis, por ora, na comparabilidade de estatísticas entre Estados.

No seguimento, progredimos para a temática das estatísticas portuguesas relativamente ao crime em estudo, capítulo onde analisamos as estatísticas oficiais da justiça providenciadas pela DGPJ, assim como os contributos do RASI (SSI), do DCIAP, do Gabinete Cibercrime da PGR, da DGRSP e da APAV. As estatísticas da DGPJ constituem-se como as estatísticas oficiais do Estado português relativamente à criminalidade participada, mas na nossa perspetiva, como veremos, encerram insuficiências que dificultam o conhecimento da criminalidade. No que ao crime de pornografia de menores compete, dentre outras ressalvas, pensamos que a mais relevante é a inexistência de dados provenientes do MP, não obstante a sua importância na abertura de Inquéritos desta natureza.

As informações recolhidas foram complementadas através de questionamento ou entrevista no que tange às DGPJ, PJ, DGRSP e PGR.

Pensamos que, nesta matéria, devemos prestar os seguintes esclarecimentos:

- Realizámos duas entrevistas presenciais e, pese embora com recurso a um guia de perguntas, permitimos liberdade aos interlocutores para derivarem para temas conexos;
- As entrevistas académicas foram conduzidas a um elemento da PJ, Inspetor-Chefe Jorge Duque, a coordenar a secção que investiga o crime de pornografia de menores, e a um elemento do DCIAP designado pela PGR, a Procuradora-Adjunta Marta Viegas;
- No que concerne às indagações que endereçámos à PGR, à DGRSP, à DGAJ e à DGPJ, visaram a obtenção de elementos quantitativos e qualitativos e foram concretizados com recurso a mensagens de correio eletrónico;
- Junto da DGAJ não foi possível obter, numa primeira tentativa, os elementos que pretendíamos referentes ao Registo de condenados por crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, determinado por legislação de 2015, mas foram-nos providenciados posteriormente;
- Não nos foi possível obter os dados pretendidos da PGR;

- Todos estes contributos encontram-se agrupados em secção própria denominada de Apêndices, sendo alvo de remissão no decurso do estudo.

No quinto capítulo dedicado ao caso português elencamos algumas políticas públicas e boas práticas em Portugal. Não vislumbrámos nenhuma com foco exclusivo no crime de pornografia de menores mas várias iniciativas que o englobam, nomeadamente na educação e capacitação dos cidadãos e dos jovens em particular.

Por fim, o sexto capítulo, no qual efetuamos o estudo empírico sobre os dados da PJ no âmbito do crime de pornografia de menores. O estudo empírico foi concretizado nas vertentes do Inquérito, do arguido e da vítima, baseando-nos nos dados compreendidos no período temporal compreendido entre 2007 (porquanto foi o ano em que o CP português autonomizou o artigo 176.º, sob a epígrafe “pornografia de menores” subtraindo-o ao artigo “abuso sexual de menores” onde se encontrava elencado com variadas ações delitivas, o que tornava impossível o isolamento dos dados de interesse ao presente estudo) e o dia da recolha dos dados, em 19 de julho de 2017.

Selecionámos este OPC porque a investigação do crime de pornografia de menores está reservada à PJ, no âmbito da Lei de Organização da Investigação Criminal²⁹, estabelecendo que lhe cabe a investigação dos crimes “Contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores ou incapazes ou a que corresponda, em abstrato, pena superior a 5 anos de prisão” e os crimes “Informáticos e praticados com recurso a tecnologia Informática”.

De sublinhar que o ano de 2007 vê os seus dados comprometidos, porquanto a referida alteração legislativa, atendendo à *vacatio legis*, só entrou em vigor no último trimestre de 2007, precisamente em 15 de setembro de 2007. Os dados que recolhemos situam-se no hiato temporal entre 15 de setembro e 19 de julho de 2017, data em que foram extraídos do sistema desta polícia. Lamentamos que a amostra não se constitua uma década completa, mas atendendo ao prazo de

²⁹ Vide al. a) e i), respetivamente, do n.º 3 do art.º 7.º - “Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal” – da Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto.

finalização do presente trabalho, foi o prazo possível para recolha, tratamento e análise.

A razão pela qual a nossa análise privilegia os dados provenientes deste OPC prende-se, para além da razão já invocada relativa à competência de investigação, com a inexistência ou indisponibilidade de dados tão pormenorizados quanto os disponíveis naquele OPC. Contudo, estamos claramente cientes de que estes dados padecem de pelo menos duas limitações para o conhecimento da problemática da pornografia de menores em Portugal: constituem uma aproximação à criminalidade real, porquanto apenas dizem respeito à criminalidade participada e investigada pela PJ e são relativos apenas à fase de investigação em Inquérito, pelo que as subseqüentes fases por que passa o processo-crime nos são praticamente desconhecidas, exceto os números “redondos” oficiais dos indivíduos sentenciados, providenciados pela DGPJ.

Os dados obtidos da PJ não só permitem a avaliação elementar do número de Inquéritos iniciados e concluídos relativos ao crime de pornografia de menores, como permitem uma caracterização mais esmerada no que concerne à tríade constituída pelo Inquérito, pelo arguido e pela vítima. Tal refinamento de informação só foi possível com a obtenção destes dados, tendo em consideração que os dados oficiais, disponibilizados em linha são simples e frugais, não permitindo o aprofundamento do conhecimento do crime, como veremos na secção a eles dedicada.

A metodologia que adotámos, sem prejuízo de melhores esclarecimentos prestados na secção correspondente, foi a seguinte: cada elemento da tríade foi analisado sob três perspetivas diferentes, mas complementares, tendo como referência os Inquéritos que deram entrada na PJ para investigação entre as datas anteriormente mencionadas. A primeira análise que efetuámos visou a caracterização de todos os Inquéritos (com os respetivos intervenientes) que contivessem o crime de pornografia de menores para investigação, quer constituísse o único crime ou não, mais ou menos gravoso. Sobre este “universo” de dados realizámos, subseqüentemente, a divisão em dois grupos distintos: O grupo de Inquéritos (com os respetivos intervenientes) que investigassem apenas

e só o crime de pornografia de menores (para o qual utilizámos o termo “exclusivo”) e o grupo de Inquéritos (e respetivos intervenientes) que investigassem mais crimes do que apenas o crime de pornografia de menores (para o qual utilizámos o termo “misto”). Esta tripartição baseou-se na pretensão de apurar as características dos Inquéritos, arguidos e vítimas e efetuar as competentes comparações, especialmente no que tange aos Inquéritos e aos arguidos.

Para a caracterização da “história criminal” dos arguidos em Inquéritos cuja investigação se ocupou do crime de pornografia de menores, no sentido de obter informação sobre outras constituições de arguido de que tenham sido alvo no decurso dos anos, em Inquéritos diversos, foi necessário não impor qualquer restrição cronológica na pesquisa, pelo que esta informação data de anos anteriores. Neste âmbito, foi possível apurar a reincidência da constituição de arguido em Inquéritos que investigaram o crime em estudo. A análise efetuada permitiu-nos igualmente discernir a relação cronológica entre outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e o crime de pornografia de menores. Especial atenção foi dedicada à relação cronológica dos Inquéritos que investigaram o crime de abuso sexual de crianças e o de pornografia de menores. Em resultado das análises concretizadas, emergiu naturalmente um perfil ou um conjunto de características sociodemográficas com base no maior número de incidências absolutas ou relativas.

Procedemos às análise e discussão dos dados e, em busca de clareza e rigor, foi necessário recorrermos a um elevado número de tabelas e ilustrações.

Por fim, o desfecho do trabalho termina com a apresentação das conclusões sobre o nosso objeto de estudo, a análise da pornografia de menores em Portugal, sob uma perspetiva de Direito, de Políticas Públicas e de Segurança.

O nosso objetivo visou compilar e analisar a problemática da pornografia de menores em Portugal, contextualizando internacionalmente a problemática mas perspetivando as instituições, os processos e os atores envolvidos no estudo de caso português.

Para concluirmos a introdução, cumpre-nos dar conta que este trabalho cumpre as regras de estilo recomendadas pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de

Lisboa, assim como as referências bibliográficas seguem o determinado pela Norma Portuguesa 405-1 e 405-4. Para as referências bibliográficas e citações foi utilizado o gestor de referências bibliográficas “Mendeley”. Nas citações efetuadas no interior do texto, quando referimos os autores e obras pela primeira vez, introduzimos a respetiva referência bibliográfica em nota de rodapé.

Algumas das citações de textos em língua estrangeira mantêm a língua original, para se manter o exato sentido que decorre da expressão idiomática. Os textos citados de produção portuguesa antes do acordo ortográfico de 1990, foram adaptados à ortografia atual, para se manter homogeneidade no decurso deste trabalho.

Optámos por inserir o índice geral no início do estudo por considerarmos que a apresentação da estrutura do estudo nesta fase possui a vantagem de um vislumbre rápido sobre as temáticas apresentadas e a respetiva disposição.

PARTE I – Enquadramento geral

1. Enquadramento concetual e Estado da Arte

1.1. Segurança e Internet: uma impossibilidade?

1.1.1 Segurança *versus* insegurança

O crime na modernidade apresenta-se com características diferentes em relação ao passado, como elucida Manuel Castells (2003)³⁰, quando refere que “o crime global, a formação de redes entre poderosas organizações criminosas e seus associados, com atividades partilhadas em todo o planeta, constitui um novo fenómeno que afeta profundamente a economia no âmbito internacional e nacional, a política, a segurança e, em última análise, as sociedades em geral”.

A globalização, para além de proporcionar a germinação e desenvolvimento de efeitos positivos, tem também possibilitado “(...) o desrespeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e fomentado ou facilitado o crime estruturado, organizado, altamente especializado e violento – pondo em causa a segurança de todos os cidadãos (nacionais, europeus e internacionais)” (Valente, 2014)³¹. Assumindo que o bem-estar humano está intimamente ligado ao sentimento de segurança, a insegurança despoletada pelo desenvolvimento destes fenómenos criminais destabiliza a confiança no futuro, porque “(...) contrariamente a um pensamento tradicional que defendia que mais Segurança era igual a menos Liberdade, é claro, hoje, que a Segurança é um fator da Liberdade. A Segurança é

³⁰ Cf. CASTELLS, Manuel - O fim do milénio. A Era da informação: economia, sociedade e cultura. Em FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (Ed.) - **O fim do milénio. A Era da informação: Economia, sociedade e cultura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. ISBN 972-31-1055-5v. III.

³¹ No mesmo sentido, Nélson Lourenço (2015, "Criminalidade transnacional e globalização", p. 95), Cf. LOURENÇO, Nélson - Criminalidade transnacional e globalização. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Eds.). Em Enciclopédia de Direito e Segurança. Coimbra : Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5.

condição da liberdade como a Liberdade é condição da Democracia.” (Teixeira, 2002, p.10). No mesmo sentido, Amadeu Recasens (2016, p. 440)³² quando refere que “(...) é falacioso contrapor direitos e liberdades, por um lado, e segurança, por outro. Não existe democracia sem liberdades e não existe liberdade sem segurança; no entanto, por ser uma sequência, se a segurança anula as liberdades, então anula a democracia”. No que respeita à segurança interna dos Estados, a sua fragilidade afeta, não só a paz social, como a sua credibilidade e desenvolvimento económico, porquanto acarreta desconfiança para o investidor estrangeiro. Para António Francisco Sousa (2016, p. 267)³³, segurança interna³⁴ “(...) é genericamente entendida como a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais e o respeito pela legalidade”, cuja definição e princípios se encontram plasmados na Lei de Segurança Interna nacional³⁵.

O conceito de segurança evoluiu no decurso do tempo, tendo um marco notável em 1994, com o Relatório de Desenvolvimento Humano do “*United Nations Development Programme*”³⁶ da ONU, onde foi avançado um novo conceito de “Segurança Humana”, a qual transcende a segurança nacional por assegurar a segurança individual e comunitária das pessoas e das sociedades³⁷. Para António Francisco Sousa (2016, p. 113) “a segurança é, pois, uma necessidade individual e coletiva pública, como a educação, a saúde, a cultura, mas talvez seja a primeira destas necessidades, pois a falta de segurança torna desnecessárias as outras”. Entende-se que a segurança se traduz num conceito holístico da dimensão

³² Cf. RECASENS, Amadeu - Segurança. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 438–440.

³³ Vide SOUSA, António Francisco - **Manual de Direito Policial**. Porto, Portugal: Vida Económica - Editorial, SA, 2016. ISBN 978-989-768-244-5. .

³⁴ Quanto à segurança interna saliente-se o art.º 272 da CRP respeitante à epígrafe “Polícia”, onde esclarece que «a Polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos».

³⁵ Vide Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto - Lei de Segurança Interna.

³⁶ Acessível em *United Nations Development Reports*:

<http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-1994> (acedido em 2014-04-20).

³⁷ Sete vetores compõem a Segurança Humana: Segurança económica (garantia de um trabalho produtivo e remunerado); Segurança alimentar (acesso aos alimentos básicos); Segurança sanitária (proteção contra doenças); Segurança ambiental (um meio ambiente não prejudicial a ninguém); Segurança pessoal (contra violências físicas e psíquicas); Segurança comunitária (protegendo os valores, práticas e identidades culturais e étnicas de qualquer grupo); Segurança política (garantia do exercício da cidadania).

humana, que só se desenvolverá no *aconchego* da confiança, conceção esta que Amadeu Recasens (2016, p. 439) considera demasiado lata e “excessivamente inclusiva” pois engloba “qualquer coisa que possa ser considerada uma ameaça ao bem-estar e, nesse caso, segurança é tudo (...)”.

Para as funções do Estado a ideia de segurança humana vai muito para além da anacrónica forma de pensar segurança, que se balizava pelos limites territoriais e pela soberania do Estado, pois sofreu um alargamento que determinou, de alguma forma, a partilha e concessão de soberania, “(...) em troca de segurança e bem estar comuns” (Rui Vieira, 2008, p. 463)³⁸. Tal não significa que, embora de repercussão supraestadual, o Estado se deva demitir dessa tarefa, bem pelo contrário, atendendo às ameaças difusas, desterritorializadas e, aparentemente sem rosto. Conforme referido por Severiano Teixeira (2002, p. 9), “(...) são ameaças que sendo internacionais se manifestam no interior dos Estados, atravessam as sociedades e constituem um atentado aos Direitos Humanos e aos valores mais elementares da Democracia”, razão pela qual a segurança deve ser encarada “(...) com a importância que tem, e como aquilo que é: uma questão de Estado” (Teixeira, 2002, p. 10).

A globalização³⁹ potenciou a mobilidade transfronteiriça, de pessoas, bens e virtualmente, de tudo, tendo este movimento sido acompanhado de novas ameaças transnacionais que “(...) atravessam a fronteira dos Estados, escapam ao seu controlo e atuam no interior do seu território. Funcionam por rede, proliferação ou ‘contágio’, fenómenos cuja complexidade absorve e desvanece as origens das mesmas” (Vieira, 2008, p. 448). Efetivamente, conforme sublinha Jean de Maillard (1994, p. 17 e ss), “(...) os criminologistas assinalaram de facto, desde o fim dos anos 70, o aparecimento de novas formas de delinquência (e a evolução de certas

³⁸ No mesmo sentido, de realçar o entendimento de Guedes Valente (2013, p. 134) relativamente à segurança, referindo que “o polígono segurança (interna) deve dar lugar ao polígono segurança supranacional (...)”. Cf. VALENTE, Manuel Monteiro Guedes - **Segurança: um tópico jurídico em reconstrução**. Lisboa: Âncora Editora, 2013. ISBN 978-972-780-394-1.

³⁹ Nélson Lourenço considera que “a desterritorialização das ameaças é talvez o facto político e social com maior impacto na transformação do quadro tradicional de referência da segurança” (Lourenço, 2015, “Segurança interna”, p. 432), cf. LOURENÇO, Nélson - Segurança interna. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Eds.). Em Enciclopédia de Direito e Segurança. Coimbra: Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5.

formas tradicionais)”. Segundo o Autor, a evolução da criminalidade caracteriza-se pelo aparecimento de novos delitos oportunistas relacionados com o progresso técnico; pelo ressurgimento de delitos antigos como a pirataria marítima e, assinalado como fenómeno mais significativo, pelo surgimento de “novas relações criminais” em extensão, raio de ação e poder, ou seja, a criminalidade organizada.

No mesmo sentido, Hugo Lança (2015, p. 13)⁴⁰, quando se refere às dificuldades da regulação dos conteúdos na Internet e à globalização, argumentando que “(...) muitos dos mais prementes desafios coevos não são *geolocalizados*, antes, extravasam fronteiras, para se assumirem como problemáticas globais”, pelo que a globalização representa um “(...) constrangimento à capacidade dos Estados para imponem a sua soberania (...) porquanto as suas decisões são suscetíveis de afetar os nacionais de outros Estados”.

Temos, então, a conscientização de que a circulação de pessoas e capitais, assim como as novas tecnologias, se revestem do paradoxo de favorecer atividades lícitas e ilícitas. As atividades ilícitas podem adquirir tal poder e capacidade, aliadas à flexibilidade da ligação dessas atividades criminosas através de redes internacionais que, nas palavras de Manuel Castells (2003, p. 209), a flexibilidade constitui “(...) uma característica essencial na nova economia global, bem como da dinâmica sociopolítica da Era da Informação”⁴¹. Para fazer face a estes desafios, a cooperação internacional e transnacional é decisiva (Rui Vieira, 2008, p. 448), verificando-se mesmo uma “(...) forte pressão homogeneizadora de políticas criminais de pendor regional ou transnacional” (Pereira, A., 2016, p. 372)⁴².

É este quadro emergente de novas ameaças que estimula novas cooperações. Os Estados e as organizações internacionais aceitam e beneficiam da

⁴⁰ Cf. LANÇA, Hugo Cunha - **A regulação dos conteúdos disponíveis na internet: a imperatividade de proteger as crianças**. Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2015. Tese de Doutoramento em Direito.

⁴¹ Em sentido semelhante, Jean de Maillard (1994, p. 38 e ss) adverte para a “mundialização do crime”, onde os infratores se envolvem também em atividades lícitas, esbatendo as fronteiras da ilegalidade e dificultando a sua deteção.

⁴² Cf. PEREIRA, Artur - Política criminal. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 370–372.

responsabilidade partilhada na luta contra a criminalidade, instituindo instrumentos jurídicos e criando novos organismos que conciliem os seus interesses de justiça penal. E atente-se nas palavras de Nélson Lourenço (2011, p. 77)⁴³, no que concerne à falaciosa distinção entre “grande e pequena” criminalidade: “importa reter que todos os estudos mostram como esta fronteira se esvanece na complexidade das malhas estabelecidas entre uma e outra”. Efetivamente, pese embora as ameaças mais proeminentes que prendem a atenção dos Estados se relacionem com o terrorismo e o tráfico ilícito de estupefacientes, não se pode descurar que a preocupação mais acentuada dos cidadãos se resume a formas de criminalidade mais triviais (Friedrichs, 2008, p. 20). Contudo, observa-se que a aceitação da necessidade de cooperação deriva das ameaças globais, e que a omissão de vontade de um Estado em cooperar apenas se pode atribuir à falta de consciência do perigo ou mesmo à cumplicidade com os criminosos (Friedrichs, 2008, p.1). Em sentido inverso, podemos questionar, com algum ceticismo, confessamos, se a imposição da harmonização legislativa pelo Mundo, concretamente através de instrumentos de DIP, possui o condão de nivelar sociedades cujo desenvolvimento e cultura atravessem estádios diferenciados. cremos que tal se revelará um processo demorado.

Em síntese, a globalização e a crescente mobilidade humana acarretam também consequências negativas, nomeadamente na emergência de criminalidade transnacional e organizada, pondo em risco a segurança das pessoas e das sociedades. Em reação a estas ameaças, os Estados têm desenvolvido a inexorável cooperação internacional, atinente a uma segurança coletiva ou supranacional, com respeito pelos direitos humanos.

O crime sempre ocorreu na humanidade, conceção que se foi moldando aos tempos⁴⁴ e que se constitui como um dos vetores que põe em risco a segurança. A

⁴³ Cf. LOURENÇO, Nélson - Sentimento de insegurança e Estado de Direito: o espectro axial da relação liberdade e segurança. **Segurança e Defesa**. ISSN 1646-6071. 17 (2011) 70–83.

⁴⁴ Nas palavras de Jorge Figueiredo Dias e de Manuel da Costa Andrade (1992, p. 65 e ss) “(...) o conceito de crime – conglomerado histórico de elementos jurídicos, éticos, religiosos, de estereótipos e de coeficientes sociológicos – não é um conceito unívoco”. Cf. FIGUEIREDO DIAS, Jorge De; COSTA ANDRADE, Manuel Da - **Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena**. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, 1992. ISBN 972-32-0069-4.

sua ocorrência, entre outros fatores, potencia o sentimento de insegurança, alimentando “(...) o que se convencionou chamar-se «sentimento de insegurança»” (Maillard, 1994, p. 15), sendo que esta percepção de insegurança “(...) é um objeto fluido: porque constituído a partir de uma dispersão de acontecimentos, de atores e de contextos, portanto, difícil de delimitar empiricamente, porque faz convergir em seu torno elementos múltiplos da experiência social e da vivência psicológica dos indivíduos” (Fernandes e Rêgo, 2011, p. 179)⁴⁵. Sublinha-se que, efetivamente, “cada sociedade e cada cultura tem/produz os seus próprios medos e interpreta os seus específicos riscos face à segurança”, podendo falar-se de diferentes “(...) limiares de segurança em dado momento e em dada sociedade, ou seja, dos seus limites de tolerância perante o que, em dado momento, se considera «seguro»” (Recasens, 2016, p. 439). A experiência humana do medo “(...) determina o valor da necessidade de segurança que está na base da afetividade e da moral, e, sobretudo, na raiz da sobrevivência” e quando sentido coletivamente “(...) conduz a comportamentos em que a apreciação da realidade desaparece. Como emoção-choque, muitas vezes precedida pela surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente, pode provocar, entre outras características, a perda do espírito crítico. O medo afeta comportamentos e determina a direção da legislação social” (Sarmiento, 2010, p. 52).

Conforme ressaltam Luís Fernandes e Ximene Rêgo (2011, p. 178) “o sentimento de insegurança parte do medo do crime (...)”, estabelecendo-se um aparente nexo causal entre a ocorrência do crime, a sua natureza mais ou menos violenta e o sentimento de insegurança, conforme questionam os mesmos Autores: “se há mais delito, como está inscrito dum modo implícito no aumento do sentimento de insegurança, se há mais violência, se os transgressores se mostram mais perigosos, se é mais provável sermos vítimas, como parece estar subjacente à crença de que estamos mais vulneráveis, o que nos diz tudo isto sobre o que está a acontecer às nossas sociedades?” (Fernandes e Rêgo, 2011, p. 178-179).

⁴⁵ Cf. FERNANDES, Luís; RÊGO, Ximene - Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematisações sociais e científicas do medo à cidade. **Etnográfica**. ISSN 2182-2891. 15:1 (2011). doi: 10.4000/etnografica.869.

Contudo, registam-se o que os Autores denominam de “paradoxos da insegurança”⁴⁶, os quais demonstram que o medo do crime nem sempre se sustenta sobre os dados conhecidos da criminalidade e que a “(...) persistência nas crenças comuns sobre os perigos da cidade, sobre quem são os agressores, as vítimas e os lugares do medo mostra com eloquência como as manifestações do sentimento de insegurança são um terreno pleno de ambiguidades” (Fernandes e Rêgo, 2011, p. 171). No mesmo sentido, Nélson Lourenço (Sentimento de insegurança, 2015, p. 443)⁴⁷ recorda que “(...) a questão da insegurança surge, assim, como a resultante da combinação do aumento da criminalidade com um processo de seleção e construção social do crime como risco”.

Neste sentido, é oportuna a intervenção de Alberto Peixoto (2012, p. 125)⁴⁸, quando refere que há evidências de que “(...) existe um nexó de causalidade entre acesso crescente à informação criminal, o medo de vitimização criminal e a deterioração do sentimento de segurança, embora os fatores influenciadores da construção do sentimento de segurança possam ser bem mais complexos. Não podemos esquecer os contextos, a vivência individual e a própria personalidade do avaliador da insegurança”⁴⁹. O mesmo Autor entende que os mitos e perceções construídos ao redor da insegurança podem não corresponder aos factos conhecidos respeitantes ao crime, dando como exemplo o medo dos espaços públicos e o medo de estranhos, quando cerca de metade dos violadores são conhecidos da vítima e um terço das violações ocorrem em casa da vítima, sendo que “(...) embora

⁴⁶ Exemplificam os Autores, entre outros apontados, com os seguintes paradoxos: o período temporal que inspira mais insegurança é o noturno, mas é neste que ocorrem menos delitos; existe grande receio da vitimação de ofensas à integridade física, mas os crimes mais registados são os crimes perpetrados contra a propriedade (Fernandes e Rêgo, 2011, p. 171).

⁴⁷ Cf. LOURENÇO, Nélson - Sentimento de insegurança. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Eds.). Em Enciclopédia de Direito e Segurança. Coimbra: Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5.

⁴⁸ Cf. PEIXOTO, Alberto Da Costa Ribeiro - **Propensão, experiências e consequências da vitimização: representações sociais**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

⁴⁹ No mesmo sentido Jorge Quintas (2016, p. 320), cf. QUINTAS, Jorge - Medo do crime. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 320–321. Realçamos que o Autor apresenta perspetivas diferentes, provinda de diferentes autores, que distinguem entre um julgamento pessoal do “estado” da criminalidade e um sentimento de ansiedade perante a possibilidade de ser vítima de crime.

a representação social dite o contrário, o local mais inseguro não é a rua, mas sim os espaços privados. A noite é bem mais segura que o dia” (Peixoto, 2012, p. 126)⁵⁰.

No que concerne à insegurança sentida pelos portugueses, de acordo com Fernandes e Rêgo, os discursos podem ser contraditórios, conforme ressaltam os Autores: “de acordo com os rituais públicos discursivos acerca da (in)segurança, somos um país de baixa criminalidade, mas com crescente sentimento de insegurança — o que nos tornaria um povo irracionalmente medroso” (Fernandes e Rêgo, 2011, p. 168).

Com relação ao sentimento de insegurança nos países europeus, é suscetível de comparação entre países da UE, nas publicações da Comissão Europeia denominadas “Eurobarómetros”⁵¹. Um dos recentes resultados do Eurobarómetro, relativamente à perceção de segurança (União Europeia, 2015)⁵², coloca as respostas positivas dos entrevistados portugueses, no que diz respeito à questão “O nosso país é lugar seguro para se viver” acima da média europeia. Além disso, no que respeita a “desafios específicos à segurança da União Europeia”, nos vários itens elencados — “Terrorismo (incluindo o fenómeno dos «foreign fighters»”, “Crime organizado”, “Cibercrime”, “Gestão das fronteiras externas da UE” e “Desastres de origem natural e humana” — as respostas dos inquiridos portugueses, considerando-os temas ou desafios muito importantes, foram todas com taxas inferiores às respostas da média europeia.

Para finalizar esta brevíssima abordagem ao Eurobarómetro relativo ao sentimento de segurança dos cidadãos europeus, com destaque para os resultados dos portugueses inquiridos, resta-nos só enunciar os resultados relativos à questão “até

⁵⁰ O Autor chama ainda a atenção para a desproporcionalidade entre o medo e a vitimação ocorrida (p. 128), concluindo que “Os dados apontam no sentido de quem não tem medo de ser vítima de um crime tem menos propensão para ser vítima em comparação com as pessoas que afirmaram ter medo da vitimação” (p. 129) assim como os dados “(...) sugerem que sentimentos positivos, relações afectivas fortes, auto-estima elevada e comportamentos socialmente valorizados atenuam a probabilidade de vitimação criminal bem como da prática criminal” (p. 138).

⁵¹ Sondagens à opinião dos cidadãos de cada país da UE, versando sobre temas diversos como a segurança, alterações climáticas, segurança química, igualdade de género, corrupção e muitos outros. Os resultados constam das publicações denominadas “Eurobarómetros”, disponíveis em linha em ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/general/index.

⁵² Vide UNIÃO EUROPEIA - **Eurobarometer 432 «Europeans’ attitudes towards security»**, 2015.

que ponto concorda ou discorda com a seguinte afirmação: “A polícia e outras autoridades no nosso país está a fazer o suficiente para combater...”. Apenas 7% dos respondentes portugueses concordaram totalmente com esta frase quando se aplicava ao combate ao terrorismo, contra 17% da média europeia. Na verdade, em todas as questões formuladas — relativas a “Tráfico de estupefacientes”, “Cibercrime”, “Tráfico de seres humanos e exploração sexual”, “Tráfico de armas”, “Corrupção e branqueamento de capitais”, os respondentes portugueses demonstraram menos confiança do que a média europeia, pois em todas estas questões revelaram valores abaixo da média na resposta “concordo totalmente”. Estas respostas menos confiantes dos respondentes portugueses parecem refletir-se nas considerações de Fernandes e Rêgo.

Mas se as perceções de insegurança podem influenciar o poder político a enveredar por políticas criminais mais duras, existem autores que discordam deste rumo. As decisões políticas, no sentido de salvaguardar a segurança das pessoas foram, a partir da década de oitenta do século XX, no entendimento de António Araújo (2005, p. 287)⁵³, “(...) soluções mais simples e diretas baseadas num retributivismo puro e no encarceramento em massa (...)”. Tal opção terá sido tomada em virtude da ineficácia do forte investimento público em serviços sociais, que não obistou ao aumento da criminalidade. O aumento da criminalidade desacreditou a habitual assunção de associação entre a pobreza e o crime. No mesmo sentido, refletiu Anabela Miranda Rodrigues sobre “a crescente utilização da pena de prisão” como resultado de um “clima repressivo e securitário”, baseado na “análise de riscos” (Rodrigues, 2007, p. 117 ss). Neste sentido, o risco assume-se como a probabilidade da reincidência criminal (Neves, Risco, 2016, p. 431)⁵⁴, sendo utilizados instrumentos para medição do risco, como “(...) preditor dos problemas de ajustamento e adaptação dos ofensores à comunidade (...)”

⁵³ Cf. ARAÚJO, António De - **Crimes sexuais contra menores: entre o Direito Penal e a Constituição**. Coimbra: Coimbra Editora, 2005. ISBN 978-972-32-1349-2.

⁵⁴ A Autora (Neves, 2016, Risco, p. 431) advoga que a avaliação do risco permite “(...) orientar intervenções que visem a prevenção primária do comportamento criminal ou a prevenção da reincidência (...)” pelo que “(...) não é de estranhar que as ciências criminológicas, as tendências políticas e as práticas institucionais tenham aderido ao paradigma do risco”. Cf. NEVES, Ana Cristina - Risco. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7.

(Gonçalves e Vieira, 2005, p. 84)⁵⁵, “(...) aplicáveis à problemática da deteção da violência e do risco, uma vez que estes conceitos surgem como bastante mais operacionais do que o conceito de perigosidade, que se encontra fortemente enraizado no contexto legal e coloca um ênfase excessivo no indivíduo, esquecendo factores situacionais” (Vieira e Gonçalves, 2004, p. 66)⁵⁶.

A pena de prisão assume um papel de “inocuidade” pelo máximo de tempo possível, tendo em consideração a perigosidade do delinquente, pesando tanto o “cometimento de certos crimes como a previsão de que vão continuar a cometê-los” (Rodrigues, 2007, p. 118)⁵⁷. Alinhados com este ponto de vista, Pedro Albergaria e Pedro Lima (2010, p. 198) pronunciaram-se desfavoravelmente no que respeita à excessiva criminalização, quando referem que a proliferação dos crimes de “detenção” de algo ou coisa, são uma manifestação da expansão do Direito penal, o “(...) retorno à inocuidade (...)” e, Bernardo Blasco, quanto à “(...) emergência de um direito penal do inimigo (...)”, especialmente associado a crimes violentos e a crimes de natureza sexual (2009, p. 20)⁵⁸.

O sentimento de insegurança dos cidadãos e consequente descrédito do Estado, como ineficaz cumpridor das suas obrigações, poderão contribuir para “(....) a assunção de ideologias securitárias e para a aceitação de quadros restritivos das liberdades e direitos fundamentais” (Lourenço, 2015, Sentimento de insegurança, p. 444). Em concordância, Amadeu Recasens (2016, p. 440) refere que “governar através da manipulação do medo, da exigência da submissão e de sacrifício de liberdades em troca da garantia de segurança é uma tentação na qual o poder é

⁵⁵ Cf. GONÇALVES, Rui Abrunhosa; VIEIRA, Sandra - A avaliação do estilo de vida criminal em ofensores sexuais. **Psicologia: Teoria, Investigação e Prática**. ISSN 0873-4976. 10:1 (2005) 81–92.

⁵⁶ Cf. VIEIRA, Sandra; GONÇALVES, Rui Abrunhosa - A avaliação do risco de violência sexual. **Psicologia: Teoria, Investigação e Prática**. Portugal. ISSN 0873-4976. 2 (2004) 65–80.

⁵⁷ No mesmo sentido, Ana Cristina Neves (Risco, 2016, p. 431), sendo de sublinhar que a Autora considera que o conhecimento que advém da avaliação do risco “(...) permite fundamentar importantes decisões, tais como atribuir uma sanção mais restritiva a alguém que exiba estes fatores de risco, pois a sua mais elevada probabilidade de cometer um crime no futuro representa uma maior ameaça à segurança pública”.

⁵⁸ Cf. BLASCO, Bernardo Del Rosal - ¿ Hacia El Derecho Penal De La Postmodernidad ? **Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología**. Espanha. ISSN 1695-0194. 11:8 (2009) 1–64.

suscetível de cair. Quando tal acontece, a segurança torna-se obstáculo à convivência e passa a ser parte do problema e já não da solução”.

No mesmo sentido, António Araújo (2005, p. 291), referindo que a normalização da criminalização, no sentido da punição dos infratores, é uma tendência que se vem sentindo na Europa, importada dos “(...) padrões punitivos da América”, em consonância com Artur Pereira (2016, pp. 370–372), cujas observações, remetendo para a excessiva securitização das políticas criminais nos servem de conclusão para esta secção do nosso estudo:

“No atual mundo moderno globalizado, gerador da sociedade apelidada de risco e do medo ao crime que enfrenta uma criminalidade porosa e transnacional, permanentes desafios se colocam na definição das políticas criminais, uma vez que a segurança se converteu na prioridade da ação pública. Por isso, existe o risco da política criminal se confundir com «política de segurança», quando se privilegiam os valores da securitização em detrimento da liberdade, sob a influência de movimentos, ideologicamente marcantes de «Law and order» e «tolerância zero» de inspiração norte-americana, com reflexos negativos nos direitos e garantias do cidadãos”⁵⁹.

1.1.2 A Internet: breve súmula de características e potencialidades

Antes da Internet e da tecnologia desenvolvida nas últimas décadas, a revelação de negativos fotográficos de pornografia de menores era uma atividade que comportava custos e riscos para a pessoa que as entregava na loja; as revistas desta natureza eram mais difíceis de adquirir, mesmo na clandestinidade, por se servirem dos serviços postais e, o material adquirido mais difícil de esconder

⁵⁹ No mesmo sentido, Kate Moss (2016, pp. 416–418) quando realça as tendências securitárias atuais, concluindo que “deverá continuar-se a procurar responder adequadamente às mudanças da criminalidade, mas também procurar-se encontrar um equilíbrio entre os comportamentos que se pretenda reduzir ou prevenir e aquilo que, em nome das liberdades civis, se deva tolerar”. Vide MOSS, Kate - Redução da criminalidade. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 416–418.

(Ferraro, Casey e McGrath, 2005, p. 14). Tudo isto viria a mudar no terceiro quartel do século XX. Descendente da tecnologia desenvolvida pela “*ARPA – Advanced Research Projects Agency*” norte-americana pela altura da *Guerra Fria*, a Internet progrediu para uma rede mundial de computadores constituída por sub-redes com milhões de utilizadores, ligados por serviços e protocolos, a qual “(...) para muitos autores (...) representa a base material do ciberespaço — o sistema de comunicações global ao qual os sistemas de informação e os dispositivos eletrónicos de uso pessoal se ligam para realizarem a sua função” (Santos, 2015, p. 62)⁶⁰.

O desenvolvimento tecnológico propiciou a emergência de um espaço imaterial e aterritorial de jurisdição incerta, o ciberespaço, para uma profusão de atividades desenvolvidas pelos cibernautas, desde as recreativas, de convívio social, as comerciais, de aprendizagem até outras, de carácter ilícito. Há uma panóplia de possibilidades à escolha do utilizador dentro da grande rede, de *hardware* e *software* progressivamente mais amigáveis, rápidas, fáceis de utilizar e baratas. As opções são variadas e algumas destas abrangem o correio eletrónico, que permite remeter e receber mensagens às quais se podem anexar ficheiros contendo imagens, assim como recorrer a técnicas de encriptação; os grupos de discussão ou listas de discussão, que viabilizam aos utilizadores aderentes a troca de mensagens sobre temas diversos, com capacidade para anexar ficheiros; os *chats* ou fóruns de discussão em linha, que possibilita a comunicação em tempo real entre dois ou mais utilizadores, inclusive com recurso à utilização de “salas privadas” onde as conversas decorrem sem os demais terem conhecimento; as redes sociais, na generalidade proporcionando conversas privadas em tempo real entre dois ou mais utilizadores, com a possibilidade de troca de ficheiros e videochamadas; *Multimedia Messaging Services (MMS)* utilizados nos dispositivos móveis, para troca de imagens; as redes *Peer-to-Peer (P2P)* que permitem a partilha rápida de ficheiros entre os pares de uma rede; os *softwares* de comunicação como o *Skype* e o *WhatsApp*⁶¹, que permitem videochamadas com a

⁶⁰ Cf. SANTOS, Lino - Ciberespaço. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Coord.). Em Enciclopédia de Direito e Segurança. Coimbra: Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5.

⁶¹ Aplicação gratuita para dispositivos móveis ou computadores, requerendo apenas um número telefónico e uma ligação à Internet e oferecendo a possibilidade de envio e remessa de

utilização de câmaras *web*; o armazenamento em nuvem (*cloud*) que concede a possibilidade do utilizador armazenar em servidores remotos, situados em qualquer parte do globo, uma enorme quantidade de ficheiros, seja de que natureza forem e aceder-lhes a partir de um dispositivo com Internet; as moedas virtuais, como a *bitcoin*, que permitem transações comerciais com a manutenção do anonimato, e os motores de busca na rede pública, que procuram informação armazenada na Internet e indexam para uma rápida localização pelo utilizador (Ferraro, Casey e McGrath, 2005, p. 24 ss; Magriço, 2014, pp. 32–40; Pereira, E. 2016, p. 165; Steel, 2015, p. 151; Wolak, Liberatore e Levine, 2014, p. 348)⁶². Acresce às capacidades digitais elencadas uma parte da Internet cuja dimensão se supõe ser bastante maior do que a parte indexada (denominada de *Surface Web*). Referimo-nos à *Deep Web*, onde predomina o anonimato devido à utilização de *software* específico que não permite que se processe a indexação⁶³. O termo “*Deep Web* é “(...) usado para se referir coletivamente a todas as redes secretas de comunicação, que permite a partilha de todo o tipo de conteúdo de maneira anónima e privada, sendo impossível identificar o usuário, sendo que os arquivos disponibilizados são criptografados” (Pereira, E., 2016, p. 164). É composta por várias “camadas” de crescente grau de anonimização, correspondendo a *Darknet* à quarta e quinta “camadas”, constituindo uma das zonas mais profundas, uma “(...) área não regulamentada que escapa até hoje de todo e qualquer controlo das autoridades judiciais, garantindo a todos os utilizadores total anonimato, permitindo a prática da criminalidade mais variada, violenta, bizarra e doentia (...)” (Pereira, E., 2016, p. 165) e “(...) de acesso

vários tipos de ficheiros, chamadas de voz e videochamadas. As mensagens e ligações estão “(...) protegidas com criptografia de ponta-a-ponta, o que significa que terceiros, incluindo o *Whatsapp*, não podem lê-las ou ouvi-las”, conforme consta do sítio de Internet em <https://www.whatsapp.com/about/> (acedido em 2017-09-12).

⁶² Cf. MAGRIÇO, Manuel Aires - **A exploração sexual de crianças no ciberespaço**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014. ISBN 978-989-622-664-0; PEREIRA, Eliana - Crime de abuso sexual de menores com recurso à internet: Darknet - os desafios da investigação. Em JUDICIÁRIOS, CENTRO DE ESTUDOS (Ed.) - **Trabalhos temáticos de Direito e Processo Penal**. Lisboa, Portugal: Centro de Estudos Judiciais, 2016. ISBN 978-989-8815-47-7v. I. p. 157–177; STEEL, Chad M. S. - Web-based child pornography: The global impact of deterrence efforts and its consumption on mobile platforms. **Child Abuse & Neglect**. ISSN 1873-7757. 44 (2015) 150–158. doi: 10.1016/j.chiabu.2014.12.009; WOLAK, Janis; LIBERATORE, Marc; LEVINE, Brian Neil - Measuring a year of child pornography trafficking by U.S. computers on a peer-to-peer network. **Child Abuse & Neglect**. ISSN 1873-7757. 38:2 (2014) 347–356. doi: 10.1016/j.chiabu.2013.10.018.

⁶³ Os motores de busca utilizam *software* específico, denominado de “*web crawlers*”, que recolhem de forma automática, informação sobre a localização e os conteúdos de sítios e páginas, permitindo que sejam recuperados facilmente.

condicionado, inacessível aos motores de busca tradicionais, exigindo perícia informática para a descobrir e *softwares* específicos⁶⁴ para a desbravar (...) sendo que, para alguém aderir é *conditio sine qua non* um convite de um participante” (Lança, 2015, p. 104).

A configuração dispersa da Internet implica a inexistência de uma única entidade responsável e a regulação dos seus conteúdos bastante mais difícil de atingir. Não obstante, Hugo Lança (2015, pp. 14–15) considera-a um “caos controlado”⁶⁵ e apela a uma “visão holística para a regulação dos conteúdos disponíveis na Internet”, na qual o Estado terá um papel proativo, a saber:

“(...) O Estado pode servir-se dos prestadores de serviço em rede, enquadrando-os na cruzada do controlo dos conteúdos, através da estatuição do princípio de que estes, em determinadas situações, são responsáveis pelos conteúdos que transmitem; como podem convocar os fornecedores de conteúdos e os proprietários do hardware utilizado pelas crianças para a missão de as proteger de conteúdos nefastos; como é preciso consciencializar quem exerce a autoridade parental para o desiderato de proteger os menores, de os sensibilizar para uma navegação segura e impor consequências para o seu inadimplemento. Sem ignorar que a defesa das crianças na rede também se constrói com o contributo da sociedade civil, pela ação, tantas vezes anónima, de pessoas que, no exercício da cidadania ativa, alertam as autoridades para a presença na rede de conteúdos ilegais” (...) “Porque, de todos os riscos que a Internet oferece às crianças, o maior perigo, é o risco de as crianças serem excluídas da internet”.

⁶⁴ Um destes é o navegador chamado “The Onion Router”, sob o acrónimo TOR, que advoga no seu sítio de Internet, ser uma rede de servidores que permite aos utilizadores manter a sua segurança e privacidade na Internet com o seguinte slogan: “Anonymity Online. Protect your privacy. Defend yourself against network surveillance and traffic analysis” cf. THE TOR PROJECT - Tor. Disponível em www.torproject.org/index.html.en.

⁶⁵ Em sentido contrário Luciana Costa (Costa, 2006, p. 24) quando refere que “(...) ninguém governa a Internet; não existe uma entidade que diga a última palavra”.

Finda a exposição sobre algumas das características e potencialidades da Internet, abordamos seguidamente a crescente adesão a nível global, focando, em especial, a adesão dos utilizadores nacionais.

1.1.3 Penetração e utilização da Internet

A título introdutório adiantamos números, valores que representam a penetração da Internet no quotidiano mundial e que demonstram o quanto tem o ciberespaço conquistado do nosso tempo e vida. De acordo com o sítio da “*Internet World Stats*”, fornecendo tabelas e gráficos datados de 30 de junho de 2016⁶⁶, informa que, das várias zonas do mundo elencadas, é a América do Norte que detém maior percentagem de taxa de utilização da internet (89% do total da sua população), seguida da Europa (73,9%) e de perto, da Oceânia/Austrália (73,3%). A média do planeta, no tocante à taxa de utilização da internet (denominada de “*penetration rates*”) cifra-se em 50,1%.

Também nos é facultado ao simples clique do rato de computador, informação relativa ao crescimento dos acessos à Internet, sendo que no período compreendido entre 2000 e 30 de junho de 2016, África cresceu 7.448,8%, o Médio Oriente 4.207,4% e a América Latina/Caraíbas 2.029,4%. A Europa cresceu uns meros 485,2% nesta década e meia, sendo-nos possível constatar um refinamento dos dados a nível do país (reportando-se a dados estatísticos de 30 de novembro de 2015), sendo que na dianteira dos mais cibernautas se encontram a Rússia, a Alemanha e o Reino Unido, por esta ordem, respetivamente⁶⁷.

⁶⁶ Disponível em <http://www.internetworldstats.com/stats.htm> (consultado em 2016-11-25).

⁶⁷ Cf. refere Nuno de Almeida Alves (2008, p. 604): “O primeiro destes problemas remete para a questão estratégica da desigualdade de acesso às tecnologias da informação e da comunicação, tema amplamente abordado pelos trabalhos sobre o «fosso digital» (...) este fosso pode ser expresso em termos globais (entre o Ocidente e o resto do mundo), regionais (entre a Europa do Norte e a Europa do Sul e do Leste, por exemplo), ou em termos nacionais e locais. Neste nível de análise, as características sociográficas substituem progressivamente as assimetrias regionais e globais como factores explicativos do uso destas tecnologias”. Cf. ALMEIDA ALVES, Nuno DE - Perfis dos utilizadores da internet em Portugal. **Análise Social**. Lisboa. ISSN 0003-2573. 43:188 (2008) 603–625.

Em Portugal, consultados os dados mais recentes disponibilizados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística, 2016)⁶⁸, constatou-se que 74 % das famílias portuguesas (agregados familiares) tem acesso à Internet no domicílio⁶⁹, sendo que, das que têm acesso a banda larga, 94% tem crianças e residem na Área Metropolitana de Lisboa. Da ampla faixa etária entre os 16 e os 74 anos, 74% das pessoas já utilizaram a internet, sendo que os dispositivos mais utilizados para tal são telemóvel/*smartphone* e o computador portátil. Cerca de metade dos utilizadores disponibilizaram na Internet informação de carácter pessoal. Realça-se ainda que a utilização da Internet é mais frequente até aos 54 anos de idade e “(...) abrange a quase totalidade (99%) da população entre 16 e 24 anos. Os resultados evidenciam ainda que a proporção de utilizadores diminui significativamente com o aumento da idade”. No que respeita à participação em redes sociais, regista-se em 74% dos utilizadores de Internet. No que concerne a medidas para proteção dos seus dados pessoais na Internet, oito em cada dez utilizadores disse ter tomado essas precauções, que revelam nas seguintes ações: “(...) limitou o acesso ao perfil e conteúdos pessoais colocados em redes sociais (...), verificou a segurança dos *websites* utilizados (...) ou expressou a sua vontade em não autorizar que a sua informação pessoal fosse utilizada para fins publicitários”.

Um estudo preliminar efetuado em 2008, por Nuno de Almeida Alves (2008), recorrendo a dados do “inquérito à utilização das TIC pela população portuguesa”, realizado em 2003⁷⁰, permitiu-lhe diferenciar seis tipos diferentes de perfis de utilizadores de Internet. Emergiu do estudo que a qualificação escolar e profissional⁷¹ é uma característica mais relevante na diferenciação de utilização da

⁶⁸ Vide INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - **Destaque do Inquérito à utilização de tecnologias da informação e da comunicação pelas famílias**. Portugal, 2016.

⁶⁹ De acordo com este destaque informativo, Portugal mantém-se 11 pontos percentuais abaixo da média europeia (80%).

⁷⁰ Vide ALVES, *op. cit.*, 2008, p. 609: “O teste empírico da existência de perfis diferenciados de utilizadores da internet produziu-se através do recurso a um conjunto de variáveis incluídas no «inquérito à utilização das TIC pela população portuguesa», realizado em 2003 pela Unidade de Missão Inovação e Conhecimento. Este inquérito foi conduzido junto de uma amostra de 3000 indivíduos — representativa da população portuguesa entre os 15 e os 64 anos, estratificada por sexo, idade e escolaridade —, 1216 dos quais (41%) se declararam utilizadores da internet”.

⁷¹ Vide ALVES, *op. cit.*, 2008, p. 624: “Os capitais de qualificação escolar e profissional assumem também preponderância não apenas por permitirem a detenção do conjunto de competências elementares para uma utilização profícua destes instrumentos (nomeadamente

Internet do que a idade⁷². No mesmo sentido, sobre a relação positiva entre a escolarização e as profissões qualificadas dos pais no acesso e competências dos filhos com as TIC, se pronuncia Ana Nunes de Almeida *et al.* (2013, p. 351)⁷³.

Um estudo dirigido à infância portuguesa e respetivos comportamentos em linha cuja metodologia assentou num questionário aplicado a uma amostra 3049 inquiridos, constituída por alunos dos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade, em 2008 (Almeida, Alves e Delicado, 2011)⁷⁴, constatou a utilização heterogénea das TIC. Da amostra, apenas 20% dos inquiridos não tinha acesso à Internet em meio familiar, realçando os Autores de que os resultados reforçam a “(...) tese segundo a qual hoje as desigualdades entre grupos de crianças se reproduzem não tanto entre «o ter» e «o não ter», mas sobretudo nas modalidades e qualidade de uso da tecnologia” (Almeida, Alves e Delicado, 2011, p. 25). Os resultados apontaram para uma proficiência e desembaraço associado a um meio social de origem favorecido, sendo que tais comportamentos se registaram em crianças mais velhas e tendencialmente do sexo masculino. Contudo, alertam os Autores para a comunicabilidade entre os perfis delineados, sendo que “o progresso tem a marca do contexto e acontece sobretudo com as crianças de meios favorecidos: de utilizadores incipientes e estudantes aplicados passam, à medida que crescem, para cibernautas convictos e jogadores inveterados” (Almeida, Alves e Delicado,

digitais e em termos do emprego da língua inglesa, fundamental para o desenvolvimento de diversas atividades na internet), como também por potenciarem outros aspetos fundamentais para um uso intenso destas tecnologias, como sejam uma inserção profissional qualificada e propiciadora de atividades de maior intensidade tecnológica, um contexto laboral ou de formação que funcione como complemento aos usos residenciais e aumente a intensidade de utilização e a imprescindível curiosidade intelectual, propulsora de uma gama diversificada de interesses e estimuladora de um crescente alargamento das práticas eletrónicas, a par da continuidade de outras de carácter analógico”.

⁷² Vide ALVES, *op. cit.*, 2008, p. 624: “Os diferentes perfis, independentemente da diversidade e intensidade de utilização da internet, estão distribuídos, com algumas pequenas diferenças, pelo conjunto dos escalões etários. A inclusão em escalões etários mais elevados só constituirá uma barreira à utilização dos instrumentos eletrónicos quando coincidente com uma qualificação escolar deficiente, que, na maior parte dos casos, anda associada a uma curiosidade intelectual reduzida e à falta de mobilização para a aprendizagem.”

⁷³ Vide ALMEIDA, Ana Nunes de *et al.* - Crianças e internet: a ordem geracional revisitada. **Análise Social**. Lisboa. ISSN 2182-2999. 207 (2013) 340–365.

⁷⁴ Vide ALMEIDA, Ana Nunes de; ALVES, Nuno De Almeida; DELICADO, Ana - As crianças e a internet em Portugal: perfis de uso. **Sociologia, Problemas e Práticas**. ISSN 2182-7907. 65 (2011) 9– 30. Este artigo relata e analisa resultados de um estudo mais lato, denominado “Crianças e internet: usos e representações, a família e a escola”, projeto da autoria do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, o qual compreende três fases distintas e ainda se encontra em curso. Para mais informação, consultar <http://www.crinternet.ics.ul.pt>.

2011, p. 27). Estes indicadores de utilização são corroborados por Ana Nunes de Almeida *et al.* (2013, p. 342), constatando que “(...) em Portugal, como em alguns outros países europeus, as crianças lideram na apropriação e uso competentes de novas tecnologias de informação e comunicação, revelando intensidades de utilização e níveis de proficiência superiores aos adultos e exibindo notáveis capacidades de navegação e comunicação no ciberespaço”⁷⁵.

Em síntese, os estudos apontados demonstram que são os mais jovens que fazem uma utilização mais proficiente e intensa das TIC. Na nossa perspetiva, são estes os utilizadores que deverão merecer uma mais premente educação e conscientização dos perigos e potencialidades que representam as TIC⁷⁶, em especial os que provêm de meios mais desfavorecidos, mas não só... “com a penetração da internet no mundo infantil, o controlo da informação é (parece ser) extorquido à escola e às famílias, que se tornam inaptas para monitorizar as informações consumidas pelas crianças. Efetivamente, as amálgamas de informação disponível na rede incorporam uma perigosa concorrência desleal para com o educador; é prematuro procurar discorrer sobre as consequências, mas os efeitos não serão estéreis, para uma geração que percebe que o *Google* sabe mais do que os seus pais” (Lança, 2015, p. 88).

1.1.4 Conteúdo lesivo e conteúdo ilegal: o cibercrime

Conforme já referimos, a adesão às TIC tem vindo a aumentar consideravelmente em todo o mundo e, no tocante a Portugal, são os mais jovens que delas fazem uma utilização mais prolífera. Abordámos também, de forma muito breve, algumas

⁷⁵ Hugo Lança apelida de “crianças digitais” as nascidas depois de 1990, tendo-as como “(...) uma verdadeira *e-generation*, que nasceu rodeada de lareiras eletrónicas e cresceu imergida nos *smartphones*, *tablets*, portáteis, redes sem fios, câmaras de filmar e têm uma fotografia no *Facebook* ainda na incubadora; uma geração multitarefas, que, dizem-nos, em simultâneo, [alegadamente] consegue ver televisão, ouvir música e navegar pela Internet, enquanto conversa com os pais ou os seus pares e faz os trabalhos de casa” (2015, p. 86).

⁷⁶ Neste sentido, a Europol (IOCTA, 2017, p. 15) refere “Education is the best defence that can be provided to minors. It is therefore essential that the momentum for joint, high-quality and multi-lingual EU-wide prevention and awareness activity is maintained so that strong and effective messages can reach those that need them. Integration in education, and the education of parents is also essential. In addition every opportunity must be made available to enable victims to report abuse”. Cf. EUROPOL - **Internet Organised Crime Threat Assessment (IOCTA) 2017**.

das tecnologias atualmente disponíveis, cuja bondade da utilização depende apenas do utilizador, que Hugo Lança (2015, p. 39) faz questão de frisar, nos seguintes termos:

“Os benefícios sociais inequívocos de uma internet participativa, não podem servir de escudo nem artifício para ignorar o outro lado da lua, um conjunto de ambiguidades e riscos, uma amálgama de práticas censuráveis, pela imoralidade e pela ilegalidade, uma miscelânea de problemas e desafios para os juristas (e não só), que, se já existiam, foram otimizados para pior, com o surgimento de vagas de gentes, com divergentes motivações, com diferentes valores, com distintas culturas, nomeadamente, ondas de violação de direitos de propriedade intelectual, criação de vírus informáticos e outros programas maliciosos, invasões à privacidade, difamações e injúrias, discursos de ódio, pornografia infantil e toda e qualquer outra perversão que se possa imaginar, que, por certo, está algures na internet.”

Nesta secção abordaremos a utilização das TIC como instrumento para cometer crimes. No entanto, cabe-nos primeiramente fazer a distinção entre conteúdo lesivo e conteúdo ilegal, tendo em consideração de que o primeiro não está sujeito à sanção penal, mas o segundo está.

O conteúdo lesivo, no que concerne às crianças, é aquele que, pese embora possa não ser criminalizado, é moralmente censurável quando acessível a crianças. Nesta situação encontram-se os materiais com conteúdos pornográficos destinados a adultos, discursos de ódio ou incentivo a práticas autodestruidoras, não criminalizados em todos os ordenamentos jurídicos, mas que poderão ser encontrados por crianças no decurso de pesquisas na Internet. Para evitar esta ocorrência, registaram-se em 1996, propostas de medidas da Comissão Europeia para o desenvolvimento de programas e estratégias que espelham o ensejo de proteção das crianças destes conteúdos em linha (Comissão das Liberdades

Públicas e dos Assuntos Internos, 1997)⁷⁷ não só através da sua capacitação como através da promoção de controlo parental, para filtragem dos conteúdos, entre outras medidas. Também Luciana Costa (2006, p. 25) aborda este assunto, no sentido da distinção entre conteúdos nocivos e conteúdos ilícitos, sendo os últimos segundos habilitados à perseguição penal. Os nocivos, pese embora passíveis de sanção moral, “(...) exigem medidas para aumentar a sensibilização e capacitação dos usuários”.

No que concerne aos conteúdos ilícitos é paradigmático que as TIC não só permitiram o surgimento de novos tipos de criminalidade, como potenciaram e facilitaram o desenvolvimento dos crimes “tradicionais”⁷⁸, o que obrigou o Direito Penal a atualizar os seus tipos penais a este meio ⁷⁹. Efetivamente, as consequências do cibercrime, tendo em conta as características do ciberespaço, podem ser muito extensas e gravosas, quando comparadas com a criminalidade “tradicional” (Costa, 2006, p. 24). Pedro Verdelho (2003, p. 353) considera que ocorreu mesmo uma “(...) explosão das realidades criminais no ciberambiente” devida a uma multiplicidade de fatores, desde a variedade de sistemas operativos, a proficiência e empenho requerido em sistemas de proteção, à anonimização e mobilidade propiciada pelo meio. Assim, os “crimes informáticos” são os crimes cometidos com recurso a computadores ou dispositivos com capacidades semelhantes, redes e meios de acesso a estas, sendo que esta definição veio a

⁷⁷ Relatório de 20 de março de 1997 sobre a Comunicação da Comissão intitulada “Conteúdo ilegal e lesivo na internet” (COM(96)0487-C4-0592/96). Vide COMISSÃO DAS LIBERDADES PÚBLICAS E DOS ASSUNTOS INTERNOS - **Relatório sobre a comunicação da Comissão intitulada «Conteúdo ilegal e lesivo na internet» (COM(96)0487-C4-0592/96)**. Outras medidas foram desenvolvidas, sendo de destacar a Decisão n.º 1351/2008/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, que estabelece um programa comunitário plurianual para a proteção das crianças que utilizam a Internet e outras tecnologias da comunicação” que refere que “deverão ser aprovadas medidas a nível da União Europeia para proteger a integridade física, mental e moral das crianças, que podem ser negativamente afectadas pelo acesso a conteúdos desadequados”. Cf. Decisão n.º 1351/2008/CE do Parlamento Europeu e do Conselho. 2008. A preocupação com a saudável utilização da Internet pelas crianças manteve-se, tendo sido criado, pela Comissão Europeia, a “European Strategy to make the internet a better place for kids” em 2012, compreendendo um alargado conjunto de medidas neste âmbito. Vide, para mais informação <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/communication-european-strategy-make-internet-better-place-kids> (acedido em 2017-10-10).

⁷⁸ Neste sentido, Luciana Costa (*op. cit.*, 2006, p. 17 e 24).

⁷⁹ No mesmo sentido Luciana Costa (*op. cit.*, 2006, p. 19), a qual esclarece que os tipos penais foram configurados, inicialmente “sobre a base de uma dinâmica de relações diretas e interpessoais”.

tornar-se mais ampla, com o surgimento da Internet e das redes de comunicação, pelo que “(...) é comum identificar-se o crime informático com o cibercrime, o crime digital, o crime eletrónico ou o e-crime. Não existe uma tipologia unânime entre autores, países ou sistemas legais, o que por vezes torna difícil coordenar o seu combate” (Gouveia, F., 2016, Crime informático, p. 125)⁸⁰.

Segundo a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI)⁸¹, cibercrime é “qualquer tipo de crime perpetrado na Internet ou nas novas redes de telecomunicações” e crime informático é o “ato ilícito perpetrado por meios informáticos, ou tendo por alvo um sistema informático ou um dos seus componentes”.

Numa forma de sistematização diferente, Pedro Verdelho (2003, pp. 357–370) distingue os crimes informáticos em quatro grupos: os crimes de recorrem a meios informáticos (v.g. devassa por meio da informática); os crimes relativos à proteção de dados pessoais (v.g. viciação ou destruição de dados pessoais); os “crimes informáticos propriamente ditos” (v.g. falsidade informática e acesso ilegítimo) e os “crimes relacionados com o conteúdo” (v.g. violação do direito de autor e pornografia infantil). Numa perspetiva jurídica, Luciana Costa (2006, p. 17-18) considera que quatro tipos de bens jurídicos estão em risco pela Internet, por se tratar de “(...) um veículo especialmente poderoso para perpetrar atentados criminosos”: os de natureza íntima (intimidade, imagem, dignidade e honra das pessoas); os de natureza sexual (liberdade e autodeterminação sexuais); os de propriedade intelectual e industrial e os que dizem respeito à proteção da segurança nacional e da ordem pública.

Como tivemos oportunidade de observar, as TIC proporcionaram não só a emergência de novos tipos de ilícitos, como potenciaram outros previamente existentes.

Seguidamente, abordamos a vulnerabilidade dos mais jovens nesta matéria, ponderando da necessidade proteção neste ambiente “virtual”, na esteira do

⁸⁰ Cf. GOUVEIA, Feliz - Crime informático. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa, Portugal : Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 125–126.

⁸¹ Vide o glossário em <http://www.apdsi.pt/index.php/portugues/menu-secundario/glossario.html> (acedido em 2017-07-20). A APDSI é uma associação privada sem fins lucrativos portuguesa, sediada em Lisboa, e visa a “promoção e desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal”.

mentionado por Börjesson (2012, p. 53)⁸², onde refere que “não nos podemos esquecer que a tutela da infância e juventude é um imperativo constitucional e os avanços tecnológicos são inegavelmente responsáveis por um proliferar de diferentes e facilitadas formas de cometimento de crimes, sendo que os jovens são mais aptos a usá-las, colocando-se numa posição mais vulnerável.”

1.1.5 Riscos em linha: as experiência e percepção dos menores e dos pais

Apercebemo-nos melhor do que ocorre com os menores no ciberespaço quando é obtida informação dos próprios, das suas experiências, angústias e estratégias. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, foram realizados inquéritos de vitimação para discernir sobre o comportamento e vitimação na Internet de cerca de 1500 menores com idades compreendidas entre os 10 e os 17 anos. Os três inquéritos foram realizados em 2000, 2005 e 2010, tendo sido questionados os menores sobre as experiências vividas no ano anterior⁸³, assim como foram questionados os respetivos pais ou guardiães. Destacamos, de forma resumida, as seguintes ilações baseadas na comparação dos resultados dos três inquéritos (Jones, Mitchell e Finkelhor, 2012; Wolak, Mitchell e Finkelhor, 2006)⁸⁴:

1. Aumento da utilização da Internet entre 2000 e 2010;
2. Diminuição da proporção de menores que foram vítimas de solicitações de natureza sexual⁸⁵ (de 19% em 2000 para 9% em 2010), especialmente

⁸² Cf. BÖRJESSON, Carla - **Tecnologias de informação e crimes sexuais contra menores - o abuso sexual de menores e a internet**. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2012.

⁸³ Com o mínimo de utilização da Internet de uma vez por mês.

⁸⁴ Apresentamos ambos os estudos porque o efetuado em 2006 apresenta mais informação do que o efetuado em 2012. Vide JONES, Lisa M.; MITCHELL, Kimberly J.; FINKELHOR, David - Trends in youth internet victimization: findings from three youth internet safety surveys 2000-2010. **Journal of Adolescent Health**. ISSN 1054-139X. 50:2 (2012) 179–186. doi: 10.1016/j.jadohealth.2011.09.015; WOLAK, Janis; MITCHELL, Kimberly J.; FINKELHOR, David - Online Victimization of youth: five years later. **National Center for Missing & Exploited Children**. New Hampshire, Estados Unidos da América. (2006) 1–81.

⁸⁵ Neste estudo, solicitações de natureza sexual são definidas como solicitações indesejadas, efetuadas por um adulto, para envolvimento em atividades ou conversas sexuais ou solicitar informações pessoais de natureza sexual.

acentuada nos menores entre os 9 e os 14 anos, sendo que nos menores com 16 e 17 anos essa diminuição foi menos relevante;

3. Registou-se uma diminuição de solicitações de natureza sexual para ambos os géneros, sendo que o género feminino foi o que relatou diminuição nas solicitações sexuais agressivas ou causadoras de angústia ou medo⁸⁶, pois o género masculino relatou uma baixa taxa de solicitações sexuais angustiantes;
4. No escalão etário de 16 e 17 anos revelou-se uma diminuição significativa dos sentimentos de angústia ou medo resultantes de solicitações de natureza sexual;
5. As solicitações sexuais agressivas⁸⁷ mantiveram-se em valores diminutos e estáveis (entre os 3% e 4%), embora tenham diminuído especialmente na faixa etária entre os 13 e os 15 anos;
6. No que concerne ao assédio⁸⁸ registou-se um aumento de 6% para 11%, entre 2000 e 2010, mais acentuado nas raparigas;
7. A exposição indesejada dos menores a material de natureza sexual⁸⁹ obteve valores flutuantes, com aumento de 2000 para 2005 (de 25% para 34%), seguido de uma diminuição para 23% em 2010;
8. A tendência geral foi de diminuição na exposição a pornografia e também um menor número de relatos de exposição a pornografia causadora de sentimentos de angústia ou medo, em ambos os géneros, nas idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos;
9. O estudo que analisou a diferença entre o inquérito de 2000 e o de 2005 (Wolak, Mitchell e Finkelhor, 2006) registou um aumento deste tipo de solicitações e assédio cometidos através de Internet, por pessoas que os jovens conhecem pessoalmente, maioritariamente seus pares, o que, na opinião dos Autores, tais resultados sugerem que se trata de assédio decorrente de confrontos que começaram na escola;

⁸⁶ Nas palavras dos Autores: “distressing solicitations, harassment, or exposure to pornography”.

⁸⁷ Compreendem solicitações de natureza sexual envolvendo contacto ou tentativa de contacto *offline* com o menor.

⁸⁸ Neste estudo, assédio (*harassment*) é entendido como ameaças, declarações agressivas ou degradantes ou espalhar rumores *online*.

⁸⁹ Imagens de pessoas em situação de nudez ou de relação sexual, que aparecem ao menor sem que este procure ou deseje a visualização deste tipo de material.

10. Ainda sobre os dois primeiros inquéritos (Wolak, Mitchell e Finkelhor, 2006) os menores questionados admitiram terem assediado ou feito comentários rudes ou ofensivos a alguém na Internet, constituindo uma percentagem que aumentou de 14% para 28% entre inquéritos, resultados que conduziram à conclusão de que “*the Internet is apparently being used more and more for the bullying and harassment widespread among many youth peer groups*” (Wolak, Mitchell e Finkelhor, 2006, p. 11);
11. Os indivíduos que efetuaram solicitações de natureza sexual foram, no estudo de 2005, maioritariamente do sexo masculino (73%) e jovens adultos, entre os 18 e os 25 anos de idade (30%);
12. Aumentou, de 2000 para 2005, a percentagem de situações de solicitação nas quais o requerente é conhecido pessoal do menor (Wolak, Mitchell e Finkelhor, 2006);
13. De 2000 para 2005 diminuiu a percentagem de menores que comunicaram em linha com pessoas que não conheciam pessoalmente (de 40% para 34%) e apenas 4% dos menores relataram terem-lhes sido pedidas fotografias suas em situação de nudez ou sexualmente explícitas (dos menores solicitados, apenas um admitiu ter remetido fotografias suas) (Wolak, Mitchell e Finkelhor, 2006);
14. No que respeita à reação dos menores e de acordo com os resultados dos inquéritos de 2000 e de 2005 (Wolak, Mitchell e Finkelhor, 2006), 66% dos menores aos quais foram solicitadas imagens suas de natureza sexual reagiram fugindo da situação, bloqueando o requerente ou saindo do sítio de Internet ou do computador; 16% confrontaram o requerente, dizendo-lhe para parar ou avisando-o de consequências; 11% ignoraram o requerente. Mais de metade dos menores visados não reportaram a situação e apenas 5% reportaram à polícia ou outras autoridades.

Os Autores de ambos os estudos concluem que as TIC constituem um ambiente fluido que apesar de comportar riscos, também oferece oportunidades para criar consciência de práticas seguras na utilização da Internet, mudar comportamentos e aumentar a resiliência às adversidades no ciberespaço. As preocupações relativas ao eventual aumento de risco de vitimação que a Internet constitui para as

crianças e jovens podem não ser concordantes com os resultados dos inquéritos, verificando-se diminuição de vitimação que pode ter várias explicações: alteração de comportamentos dos menores atribuível ao maior empenho na educação das crianças nesta área e o efeito dissuasor das notícias de investigações criminais e detenções de indivíduos com práticas ilícitas desta natureza. Destacam a prevenção do *cyberbullying*, em especial das raparigas, como uma das prioridades a ter em atenção. Conforme realçam os Autores (Jones, Mitchell e Finkelhor, 2012, p. 184) e para terminar a apresentação destes três inquéritos norte-americanos: “(...) if young people are subject to less unwanted sexual messaging, it does suggest some improvement in the online environment”.

Outro estudo de natureza semelhante e que também se realiza periodicamente é o realizado pela rede “*EU Kids Online*”⁹⁰. Trata-se de uma rede de investigadores multinacional que procura aumentar o conhecimento sobre a utilização da Internet pelas crianças. Foi fundada pela Comissão Europeia, no âmbito do programa “*Better Internet for Kids*” e Portugal foi um dos países que marcou presença desde a primeira edição, em 2006, mantendo-se como parceiro até à presente data.

A última edição completa em 2014 (EU Kids Online, 2014)⁹¹, relativa a uma amostra estratificada composta milhares de crianças de 33 países, essencialmente mas não exclusivamente europeus, com idades entre os 9 e os 16 anos, utilizadoras da Internet e um dos seus pais, apurou as seguintes tendências:

1. Crescente utilização da Internet no geral e, em particular, através de dispositivos móveis;
2. Maioritariamente, as crianças utilizam a Internet para interação social em redes sociais, troca de mensagens, *You Tube* e jogos⁹²;
3. No que respeita a preocupações das crianças, segundo os seus relatos, o que mais as incomoda são conteúdos pornográficos, seguido de conteúdos reais

⁹⁰ Informação acessível no sítio de Internet do “centro de operações” situado na London School of Economics and Political Science, em <http://www.lse.ac.uk/media-and-communications/research/research-projects/eu-kids-online/about> (acedido em 2017-10-10).

⁹¹ Cf. EU KIDS ONLINE - **EU Kids Online: findings, methods, recommendations**. Londres, 2014.

⁹² Resultados relativos a projeto “irmão” denominado “Net Children Go Mobile”, sobre crianças entre os 11 e os 16 anos de idade, em 2010, da Bélgica, Dinamarca, Itália, Irlanda, Portugal, Roménia e Reino Unido.

- ou realistas (em oposição aos ficcionados) de violência, agressão, crueldade ou sangrentos, especialmente quando cometidos contra crianças ou animais;
4. As crianças mais novas (9-12 anos) revelam preocupações mais acentuadas do que crianças mais crescidas, denotando-se diferenças entre os sexos, os rapazes expressaram mais preocupação com conteúdos violentos, enquanto as raparigas preocupam-se com o risco relacionado com condutas e contactos na Internet;
 5. Em resposta à questão “quantas crianças se deparam com riscos online?” os resultados apontam para três grupos distintos, por faixas etárias, sendo que os mais novos (9-10) apresentam percentagens inferiores às dos mais velhos. A comparação de resultados dos grupos “11-13” e “14-16” mostram que os mais novos relatam que se deparam com menor quantidade de riscos na Internet. Os riscos mais frequentes, nas idades entre os 11 e os 16 anos, são o contacto *online* com pessoas estranhas, ver e receber imagens sexuais e gerar conteúdos próprios. Uma pequena percentagem referiu vitimação de *cyberbullying*, constatando-se que é uma das práticas à qual corresponde maior dano nos menores;
 6. Comparativamente com os resultados de 2010⁹³, os menores entre os 11 e os 16 anos de idade, estão mais sujeitos a serem expostos a mensagens de ódio, *cyberbullying* e sítios de Internet com conteúdos que incentivam à anorexia ou comportamentos autodestrutivos ou suicidas; menos propensos a contactar *online* com pessoas desconhecidas (embora ligeiramente mais propensos a encontros presenciais com indivíduos de contacto apenas *online*; No geral, apenas uma minoria da amostra foi vítima de acontecimentos *online*, tendo o relatório sublinhado a importância crescente do material de teor prejudicial produzido pelos próprios menores;
 7. O relatório conclui que, na comparação de resultados entre 2010 e 2014, *“overall, the incidence of harm online is less than many panicky media would suggest. Nor is the increase as great as one might expect given the rise of*

⁹³ Inclui os resultados relativos a projeto “irmão” denominado “Net Children Go Mobile”, sobre crianças entre os 11 e os 16 anos de idade, em 2010, da Bélgica, Dinamarca, Itália, Irlanda, Portugal, Roménia e Reino Unido.

frequent, personalized internet use. Possibly the many safety and awareness-raising initiatives are proving effective”;

8. No que tange às estratégias adotadas pelos menores para fazer face ao risco *online*, destacamos a crescente consciência dos riscos, sendo os mais novos os que refletem mais acentuadamente a perceção dos meios de comunicação e dos pais relativamente aos riscos, ao contrário dos mais velhos, que se baseiam nas suas experiências pessoais ou dos seus pares; As raparigas são mais suscetíveis de procurar apoio social quando confrontadas com situações problemáticas *online*; a faixa etária entre os 14 e os 16 anos manifesta mais comportamento preventivos, especialmente no âmbito das redes sociais; táticas de evasão de sítios de Internet, plataformas ou aplicações são uma forma popular entre a faixa etária mais nova (9-11);
9. No que respeita à intervenção parental, de pares ou apoio das escolas, destaca-se a maior aceitação da intervenção parental entre os mais novos, ao contrário dos mais velhos, que tendem a percecionar esta intervenção ou mediação como um comportamento que invade a sua privacidade, preferindo discutir os assuntos entre pares, recorrendo aos apoios mútuos; O envolvimento das escolas na prevenção é muito variável, podendo desenvolver estratégias para a segurança, não se debruçar sobre este tema ou assustar os menores sobre os perigos das atividades *online*.

Ainda no âmbito do estudo “*EU Kids Online*”, destacamos algumas das recomendações, nomeadamente as dirigidas aos pais e aos meios de comunicação. Recomenda e incentiva que os próprios pais se informem dos benefícios e riscos proporcionados pela Internet; que dotem os filhos de resiliência para enfrentar os riscos; adotem uma perspetiva positiva e procurem conteúdos positivos; comuniquem regularmente com os filhos sobre as situações com que estes se possam deparar; estabeleçam regras claras sobre o comportamento em linha e tenham uma perspetiva crítica sobre as informações dos meios de comunicação sobre os riscos em linha. No que concerne ao papel dos meios de comunicação, as recomendações vão no sentido de que se adotem práticas que aumentem o conhecimento dos pais, sem alarmismo ou sensacionalismo; privilegiar o foco nas oportunidades que a Internet proporciona; apresentar o ponto

de vista dos menores e respeitar os seus direitos e privacidade; providenciar informação baseada em evidências credíveis.

Introduzimos sobre esta temática um estudo piloto realizado num reduzido número de plataformas sociais e apenas 4 perfis fictícios de crianças do sexo feminino, com a intenção de averiguar a interação dos participantes e as solicitações de natureza sexual aos perfis fictícios (Jayawardena e Broadhurst, 2007, p. 228)⁹⁴. Os Autores verificaram que os perfis que disponibilizavam mais informação, com a incorporação de fotografia e outros detalhes, receberam maior número de solicitações. Este resultado poderá sugerir que os riscos *online* podem aumentar com a disponibilização de informação de carácter pessoal.

Retomando o “*EU Kids Online*” e agora relativamente a Portugal, o estudo concretizado pela equipa portuguesa (Jorge, 2012)⁹⁵ entre abril e julho de 2010, correspondeu à inquirição de mil crianças e um dos seus pais, resultando conclusões dignas de reparo. No que concerne aos riscos que correm os jovens portugueses, uma das conclusões a que chegaram foi que “Portugal foi um dos países com mais baixa incidência declarada de risco entre os países estudados” (Jorge, 2012, p. 94), com uma baixa taxa de experiências perturbadoras em linha, o que poderá estar correlacionado com a pouca utilização da Internet pelas crianças portuguesas, comparativamente com outros países europeus.

Como fonte de imagens e escritos de cariz sexual, os veículos mais utilizados entre os adolescentes entre os 13 e 16 anos portugueses são as SMS, MMS ou *Bluetooth*, o que indicia uma procura deste tipo de material sexual em fontes alternativas à Internet, numa “(...) cultura crescentemente sexualizada, que também tem as suas manifestações entre a cultura juvenil” (Jorge, 2012, p. 95 ss),

⁹⁴ Cf. JAYAWARDENA, Kasun P.; BROADHURST, Roderic - Online child sex solicitation: exploring the feasibility of a research «sting». **International Journal of Cyber Criminology**. ISSN 0974-2891. 1:2 (2007) 228-248. doi: 10.2139/ssrn.2137390.

⁹⁵ Vide JORGE, Ana - Em risco na Internet? Resultados nacionais do Inquérito EU Kids Online. Em PONTE, CRISTINA *et al.* (Coord.) - **Crianças e Internet em Portugal - acessos, usos, riscos, mediações: Resultados do inquérito europeu EU Kids Online**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2012. ISBN 978-857-811-079-6. p. 93-104. O projeto europeu *EU Kids Online* pretende — porque ainda se encontra em funcionamento — aferir da utilização dos média digitais pelos jovens europeus, caracterizando os usos e riscos a que estão sujeitos.

denotando uma maior utilização pelos rapazes. Na utilização da Internet perpassa uma atitude mais passiva nos mais novos (os conteúdos pornográficos aparecem involuntariamente, através de *pop-ups* ou sítios e jogos pornográficos) enquanto os adolescentes mais velhos demonstram uma atitude ativa de procura deste material, através de sítios dedicados a conteúdos pornográficos.

Ainda no que respeita aos inquiridos portugueses, Ana Jorge (2012, p. 96) declara existir uma acentuada discrepância (em relação a outros países) entre as imagens sexuais *online* que os menores admitem ver e a admitida pelos pais, tal como os pais parecem assumir grande desconhecimento sobre o que os filhos fazem relativamente a esta matéria, em especial as raparigas e que “(...) o contacto com as imagens sexuais *online* parece ainda ser objeto de tabu nas famílias”.

Na amostra nacional também as crianças mais novas têm menos contacto com imagens sexualizadas, sendo estes que se sentem mais incomodados com tal exposição, assim como as raparigas em relação aos rapazes. Contudo, no que releva ao impacto desse contacto “(...) apenas uma minoria se declara perturbada com a experiência: para a maioria, a perturbação passou imediatamente e apenas três jovens se sentiram perturbados durante alguns dias” (Jorge, 2012, p. 96).

No que concerne a receber mensagens de cariz sexual (“*sexting*”), os meios revelados foram os serviços de mensagens instantâneos, o correio eletrónico e as redes sociais, o impacto negativo foi ligeiro e a percentagem dos respondentes portugueses foi coincidente com a média europeia (menor percentagem para as crianças mais novas e maior percentagem para as mais velhas), podendo estar relacionado com a expectativa social de resposta “adequada” mas também releva o facto da amostra portuguesa ter revelado baixa percentagem de conteúdos produzidos, seguindo “(...) o padrão geral de baixo risco”. O desconhecimento parental e de outros adultos deste tipo de situações, designadamente à exposição a imagens de cariz sexual e a mensagens recebidas e trocadas de “*sexting*”, é consistente com “(...) fatores culturais (nomeadamente religiosos) vigentes em Portugal e a dificuldade de abordar estes riscos em família” (Jorge, 2012, p. 98). O estudo apurou ainda que os respondentes portugueses estão entre os que declaram menor contacto *online* com pessoas desconhecidas (média portuguesa de 16% contra média europeia de 30%) e menor percentagem dos que se

encontraram pessoalmente com alguém que apenas conheceram previamente em linha (média portuguesa de 5% contra 9% da média europeia). Os que tiveram essa conduta, percentualmente residual e maioritariamente iniciada através de correio eletrónico e de redes sociais, são sobretudo os mais velhos e as raparigas. No entanto, as raparigas tenderam a encontrar-se com pessoas amigas ou familiares de pessoas que já conheciam pessoalmente, enquanto os rapazes, entre ao 13 e 14 anos de idade, declararam ter-se encontrado pessoalmente com indivíduos sem ligação à sua esfera social, ou seja, totalmente desconhecidos, embora ambos os sexos, na maioria, se tenham feito acompanhar de conhecidos seus, de idade aproximada e não de adultos.

Na generalidade e alinhado com as recomendações do estudo “*EU Kids Online*” geral, os utilizadores mais novos são os mais afetados pelos riscos da Internet, prevendo-se o aumento de utilização deste meio com um acesso cada vez mais precoce, o que “(...) torna premente uma maior atenção das políticas aos utilizadores mais novos” (Jorge, 2012, p. 103). Todavia, para as crianças mais crescidas, as TIC constituem um leque de oportunidades que aumenta à medida que avança a adolescência, tal como os riscos associados. No entanto, dotados de capacidade de resiliência, “(...) a exposição ao risco pode até constituir uma forma de levar o jovem a lidar com esse risco e construir mais confiança na sua utilização da Internet”, recomendando que “o caminho é o da capacitação dos pequenos utilizadores da Internet e não a sua excessiva proteção, que os privaria das oportunidades, estratégia cada vez mais insustentável com a crescente mobilidade dos equipamentos e dos acessos” (Jorge, 2012, p. 103).

Para concluir a abordagem ao estudo da amostra portuguesa no “*EU Kids Online*”, Ana Jorge (2012, p. 104) termina a sua exposição com as seguintes palavras, que condensam todo o exposto:

“Assim, incentiva-se a autonomia dos jovens ao longo do seu avanço na experiência da utilização da internet, estratégia que passa pelo diálogo entre famílias sobre questões como onde se acede à internet ou os tempos de utilização; passa também pelo reforço de competências técnicas, relativamente a filtros, botões de reportar abusos ou guardar

mensagens ofensivas que possam constituir prova e passa ainda pela publicitação do apoio social, não só das linhas de ajuda, mas também do apoio imediato de pais, pares, professores, técnicos de ação social. A segurança das crianças na internet concerne a toda a comunidade”.

1.1.6 Simbioses: alarmismo social, mediatização e neocriminalização

Que constitui um ambiente com riscos descortinados e por descortinar (na medida da evolução da atividade humana neste meio) já vai sendo do conhecimento público, por vezes acirrado tempestuosamente pela comunicação social, como demonstram algumas paragonas na imprensa nacional⁹⁶ que nos fazem crer que o “inimigo” está na Internet, que o criminoso sexual de crianças é um monstro (Lowenkron, 2013, p. 330)⁹⁷; um estranho abscondito nos meandros da Internet, em busca de presas. Além disso, representa igualmente informação tendenciosa, aquela que é estritamente apresentada sob a lente da justiça criminal, pois relega a prevenção para um plano de invisibilidade (Dorfman *et al.*, 2011, p. 14)⁹⁸. Os temas de natureza criminal obtêm uma “ressonância” sem precedentes, por ação dos meios de comunicação (Simões, 2011, p. 485-486) e “(...) crime e castigo emergem como elementos cruciais da vida quotidiana (...)”, influenciando o Direito em movimentos de neo-criminalização e de descriminalização, por vezes desproporcionais, conforme referem Jorge Figueiredo Dias e Manuel da Costa Andrade (1992, p. 87).

⁹⁶ V.g. “Pedófilo usava a Internet” no Correio da Manhã (S. A. V., 2014); “Predador seduz crianças na net” no Correio da Manhã (Gonçalves, 2014); “PJ apanha predador” no Correio da Manhã (Laranjo, 2014); “Predador «despia» menores na net” no Jornal de Notícias (S/n, 2014); “Predador da net deixado à solta” no Correio da Manhã (Rodrigues, 2015); “PJ detém alegado predador sexual” no Jornal I (S/n, 2015); “Tinha imagens «porno» com menores” no Jornal de Notícias (S/n, 2016); “Pedófilo usava Facebook para aliciar rapazes” no Jornal de Notícias (Costa, 2016); “Segurança com pedofilia na internet” no Correio da Manhã (L. O., 2016).

⁹⁷ Cf. LOWENKRON, Laura - O monstro contemporâneo: notas sobre a construção da pedofilia como «causa política» e «caso de polícia». **Cadernos Pagu**. ISSN 0104-8333. 41 (2013) 303–337. doi: 10.1590/S0104-83332013000200016.

⁹⁸ Vide DORFMAN, Lori *et al.* - Case by case: news coverage of child sexual abuse, 2007-2009. **Issue**. Berkeley. 19:2011.

A exacerbação pode produzir alterações na percepção do crime ou o enviesamento de preocupações das pessoas com segurança⁹⁹, conforme realça Nuno Carvalho (2006, p. 2)¹⁰⁰, podendo desencadear um alarme social desproporcionado relativamente ao aparente risco, tendo em consideração a pequena proporção dos mesmos no geral da criminalidade. Efetivamente, as crenças que rodeiam a criminalidade podem não estar relacionadas com experiências de vitimação vivida, ao invés estão maioritariamente relacionadas “(...) com a exposição aos media que acabam por ter um efeito algo perverso nas populações” (Martins, 2016, p. 415)¹⁰¹, pelo que se torna imperiosa, no âmbito da criminalidade sexual, uma “(...) desconstrução informativa séria efetuada através de um discurso fundamentado que evite manipulações populistas. A ausência de rigor permite todas as interpretações. Pior que isso, permite todas as manipulações” (Mouraz Lopes e Milheiro, 2015, p. 8)¹⁰².

Sobre os perigos “*inflamados*” pela imprensa, cita-se a mordacidade de Lança (2015, p. 5), quando refere que a imprensa, “(...) sempre ávida de alcoviteirices, vestidas como notícias, fáceis de digerir por um consumidor pouco exigente, inapto para questionar, que aceita como dogmas todas as irrelevâncias que são joradas pelos órgãos de comunicação (especialmente a televisão e a imprensa mais sensacionalista), que, historicamente, têm condenado a Internet pela corrupção da inocência infantojuvenil, o isolamento dos cidadãos, o crescimento do número de divórcios, criando alarde social para os relacionamentos virtuais, o *role playing* e difundido fantasmas sexuais (...)”.

⁹⁹ Cf. exemplificam Luís Fernandes e Ximene Rêgo (2011, p. 170) é a partir dos anos 90 que alguns órgãos de comunicação social se debruçam sobre o sentimento de insegurança, com títulos “sugestivos” como “O Atlas do medo”. Os mesmos Autores, abordam também o “caso Maddie”, considerando ter ocorrido um “(...) profundo desfasamento entre o alarme social que a sua exploração mediática gerou e a pouca representatividade deste tipo de ocorrência no conjunto da criminalidade”, tratando-se de suma “hiper-representação de crimes de grande impacto emocional mas de baixa probabilidade sobre o sentimento de insegurança” (2011, p. 177-178).

¹⁰⁰ Vide Carvalho, Nuno Vieira de. 2006. As Estatísticas criminais e os ‘crimes invisíveis’. Disponível em www.psicologia.pt/artigos/textos/A0272.pdf (acedido em 2015-10-30).

¹⁰¹ Cf. MARTINS, José Soares - Reação psicológica e social ao crime. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 415-416.

¹⁰² Cf. MOURAZ LOPES, José; MILHEIRO, Tiago Caiado - **Crimes sexuais - análise substantiva e processual**. 1.^a ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2015. ISBN 978-972-32-2359.

A emergência na opinião pública do sentimento de medo do crime e a percepção do seu aumento, mesmo que irreal, assim como a falta de confiança no sistema de justiça criminal tem-se revelado de grande impacto na política (Garland, 2001, p. 10)¹⁰³. Os decisores políticos sentem que devem corresponder, compelidos a ações concretas, com o intuito de pacificar a opinião pública e demonstrar os seus poderes, legítimos, para os quais foram mandatados (Garland, 2001, p. 133)¹⁰⁴. A autora de um estudo etnográfico no Brasil, Laura Lowenkron (2013, p. 330), a respeito das discussões no Senado Federal brasileiro iniciadas em 2007 com o objetivo de investigar e apurar a utilização da Internet na prática de crimes sexuais contra menores refere que os políticos convertem a problemática numa “ (...) «causa política» que une a todos contra a «pedofilia»”, destacando a “(...) centralidade das emoções para a produção de um engajamento coletivo”, para o «contágio emocional». Tal estratégia difere substancialmente da prática adotada pelas polícias na investigação criminal, criando-se um «esfriamento emotivo» que se traduz no “(...) «olho clínico» policial, capaz de realizar uma análise «objetiva» dos «factos», reconhecer «indícios», identificar os «suspeitos» e encontrar o «culpado»” (Lowenkron, 2014, p. 166)¹⁰⁵.

Por vezes, utilizam-se de estudos académicos para justificar opções políticas na prossecução de uma agenda cuja bandeira é a figura do jovem sexualizado indefeso (Smith e Attwood, 2011, p. 334)¹⁰⁶.

As pressões podem conduzir a uma espécie de decisões “*fast-food*”, aparentemente satisfatórias a curto prazo, gerando-se a percepção de que as autoridades estão a cumprir o seu dever, fomentando-se um processo simbiótico

¹⁰³ Cf. GARLAND, David - **The Culture of Control - Crime and social order in contemporary society**. Chicago, Estados Unidos da América: The University of Chicago Press, 2001. ISBN 0-226-28383-6.

¹⁰⁴ David Garland (2001, p. 133) exemplifica a intolerância ao risco com as leis norte-americanas relativas aos ofensores sexuais de crianças (registos de ofensores acessíveis ao público e com notificação à comunidade) entre outras, que são medidas negligenciadoras dos direitos humanos, aprovadas como resposta à indignação pública, usualmente na sequência de crimes violentos.

¹⁰⁵ Cf. LOWENKRON, Laura - Dos sentimentos subjetivos às provas objetivas: uma etnografia do olhar investigativo (policial e antropológico) frente a cenas de pornografia infantil. **Revista de Antropologia (USP)**. São Paulo, Brasil. ISSN 1678-9857. 57:1 (2014) 145–177.

¹⁰⁶ Cf. SMITH, Clarissa; ATTWOOD, Feona - Lamenting sexualization: Research, rhetoric and the story of young people's «sexualization» in the UK Home Office review. **Sex Education**. ISSN 1468-1811. 11:3 (2011) 327–337. doi: 10.1080/14681811.2011.590314.

no qual a demonstração de diminuição da criminalidade e a severa punição dos infratores servem como bandeira para o sucesso e legitimidade dos poderes estatais. As consequências são explanadas por David Garland (2001, p. 134), nos seguintes termos:

“Law making becomes a matter of retaliatory gestures intended to reassure a worried public and to accord with common sense, however poorly these gestures are adapted to dealing with the underlying problem. A show of punitive force against individuals is used to repress any acknowledgement of the state's inability to control crime to acceptable levels. A willingness to deliver harsh punishments to convicted offenders magically compensates a failure to deliver security to the population at large”.

No mesmo sentido, advoga Miguel Navarrete (2005, p. 83)¹⁰⁷ que, perante alterações sociais, não pode a política criminal atuar sob impulso emocional, sob pena de se revelar ineficaz e até contraproducente¹⁰⁸. O Direito Penal atual, pese embora as correntes que advogam a intervenção mínima penal, não se tem revelado o enforme das políticas criminais, as quais se têm desenvolvido no sentido da crescente criminalização de várias condutas e consequente expansão do Direito Penal¹⁰⁹. As mudanças sociais decorrentes da globalização e os consequentes riscos podem ter incentivado à “(...) necessidade de transição do Direito penal tradicional, com a clássica proteção de bens jurídico-individuais para um «moderno

¹⁰⁷ Cf. NAVARRETE, Miguel Polaino - Funciones dogmáticas del derecho penal y legitimación material del sistema punitivo. **Derecho Penal Y Criminología**. Colombia. ISSN 2346-2108. 26 (2005) 77–98.

¹⁰⁸ Nestes termos: “Sin embargo, no todo cambio social ha de provocar inmediatamente un cambio de la legislación penal: el Derecho penal no puede actuar a impulso emocional de reivindicaciones sociales alentadas al calor de lacerantes casos de la realidad social, pues de lo contrario, la Política criminal corre el peligro de ser insatisfactoria, insuficiente, ineficaz, regresiva o directamente contraproducente”.

¹⁰⁹ Neste sentido, *vide* Miguel Navarrete (2005, p. 82): “La corriente del Derecho penal mínimo tiene el acierto de proponer una intervención limitada y racional del sistema punitivo, pero sus propuestas no pasan de ser, en muchos aspectos, una nómina de deseos y buenas intenciones sin mayor concreción: es una aspiración idealista, una utopía más que una realidad. Los rumbos de la Política criminal son otros: conducen, paradójicamente, a posturas neocriminalizadoras, y — por ende — a la expansión del Derecho penal”.

Direito penal», caracterizado pela proteção de bens jurídicos coletivos” (Farias, 2010, p. 160)¹¹⁰.

A emergência e a publicidade da problemática da pornografia de menores contribuem para a expansão do Direito Penal, o qual se arrisca a perder a eficácia, enfraquecido “(...) progresivamente a su desproporcionalidad y uso simbólico” (Noguera, 2014, p. 113)¹¹¹. A conclusão semelhante chegou Melissa Hamilton (2012, p. 22)¹¹² referindo que a “cruzada” pelo combate à pornografia de menores transferiu a atenção da ofensividade da conduta contra o menor para a presunção da “moral depravada dos ofensores”, no seguimento de uma agenda progressivamente punitiva e de reforço penal. Suzanne Ost (2009, p. 17)¹¹³ utiliza o termo “Pânico moral”¹¹⁴ como o resultado dos efeitos combinados da intensidade de atenção dos meios de comunicação sobre um fenómeno, a opinião pública e a reação das autoridades, podendo conduzir a um efeito em espiral capaz de produzir pânico moral. Na perspetiva da Autora, estes elementos encontram-se presentes no que respeita à questão da pornografia de menores e ao aliciamento sexual (*grooming*) porque a ameaça recai sobre algo sagrado na nossa sociedade, porque o assunto é mediatizado com regularidade pelos meios de comunicação e porque a comunidade política, nacional e internacional, tem atribuído grande ênfase ao assunto. Na sua opinião, o pânico moral associado à pornografia de menores e ao aliciamento de menores por estranhos pode conduzir a tensões entre o real nível de risco e a reação da sociedade ao risco percebido.

Os registos de abusadores sexuais de crianças, com génese nos EUA, tiveram origem em casos de crimes sexuais violentos cometidos contra crianças

¹¹⁰ Cf. FARIAS, Alexandre Ramalho De - A incidência da normativa internacional na delimitação do bem jurídico nos delitos relativos à pornografia infantil. **Revista Justiça e Sistema Criminal**. Curitiba, Brasil. ISSN 2177-4811. 2:3 (2010) 159–195.

¹¹¹ Cf. NOGUERA, Isabel García - Pornografía infantil en internet: principales aspectos de la transposición de la Directiva 2011/92/UE. IDP - Revista d'e Internet, Derecho Y Política. Espanha. ISSN 1699-8154. 19:November (2014) 105–116. doi: 10.7238/idp.v0i19.2329.

¹¹² Cf. HAMILTON, Melissa - The child pornography crusade and its net-widening effect. **Cardozo Law Review**. ISSN 0270-5192. 33:4 (2012) 1679–1732.

¹¹³ Vide OST, Suzanne - **Child pornography and sexual grooming: legal and societal responses**. Nova York: Cambridge University Press, 2009. ISBN 978-0521-88582-9.

¹¹⁴ De acordo com a Autora, este termo foi introduzido por Jock Young e Stan Cohen, em 1971-1972.

específicas¹¹⁵, e em consequência surgiram sucessivas leis, desde 1994, que não só obrigam à construção de bases de dados sobre condenados por crimes desta natureza como permitem o acompanhamento dos ofensores pelas polícias após o cumprimento de pena, a notificação das instituições e comunidades, a existência de sítios de Internet acessíveis aos cidadãos com informação e fotografia dos visados, entre outras disposições (Borrego, 2014, pp. 26–27)¹¹⁶. Dependendo da gravidade da pena de prisão, o ofensor poderá constar no registo para toda a vida, ser obrigado à renovação periódica da sua fotografia, informar do local de residência, emprego ou estudo. Atualmente, o sítio de Internet com o registo nacional de todos os condenados é acessível por qualquer cidadão do Mundo¹¹⁷. Sobre isto Herbert Rodrigues (2014, pp. 106–107)¹¹⁸ tece os seguintes comentários: “O principal objetivo desse dispositivo é a constante vigilância dos egressos do sistema carcerário e a transferência para a sociedade civil do controle dos corpos e dos movimentos das pessoas condenadas. A pena cumprida na prisão se converte numa pena perpétua de vigilância, de cuidados e atenções pela sociedade”. Releva-se ainda a acutilância de Bernardo del Rosal Blasco (2009, p. 53) sobre a publicidade dos ofensores sexuais, que se transforma numa verdadeira humilhação, porquanto “(...) algunas de las características que adornaron al Derecho penal premoderno ahora parecen reaparecer, de modo que volvemos a asistir, en determinadas prácticas penales recientes, a la deliberada humillación de algunos delincuentes individuales, mediante su exhibición pública.”

Outros países aderiram a este tipo de registos, quase sempre de acesso limitado a polícias, instituições de reinserção social e autoridades judiciais e parece ter-se iniciado o debate “(...) se se deve ou não criar um registo à escala da União Europeia” (Paulino, 2016, p. 352)¹¹⁹.

¹¹⁵ Adam Walsh, Jacob Wetterling e Megan Kanka.

¹¹⁶ Cf. BORREGO, Mafalda Meneses Gonçalves De Nunes - **Registo de abusadores sexuais de menores: perceção do cidadão português**. Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2014.

¹¹⁷ Em <https://www.nsopw.gov.pt>, com exibição de morada, nome e fotografia (acedido em 2018-01-28).

¹¹⁸ Cf. RODRIGUES, Herbert - **A pedofilia e suas narrativas - uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil**. São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo, 2014.

¹¹⁹ Cf. PAULINO, Mauro - Pedofilia. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 350–352.

Portugal não será exceção a esta alegada tendência ansiosa e os crimes sexuais, em particular os crimes sexuais contra menores, são palco de alterações legislativas que prosseguem uma agenda securitária difundida pelo globo, conforme referem Pedro Soares de Albergaria e Pedro Mendes Lima (2010, p. 196-197) sobre o “(...) o retorno de concepções morais como fundamento de incriminações, com particular incidência em áreas específicas como a de que aqui curamos [a pornografia de menores] e aliás em convergência de agenda com tendências securitárias que também se adensam”. Como refere Maria João Antunes (2010, p. 157)¹²⁰, nos crimes sexuais contra menores “(...) mostra-se também a tendência atual de um direito penal do bem jurídico que é, afinal, permeável a criminalizações alheias ao critério da dignidade jurídico-penal e da carência (necessidade) de tutela do bem jurídico, servindo mesmo opções não propriamente político-criminais, mas antes apenas «político-criminalmente corretas»”.

Para António Araújo “(...) o ideal de reabilitação entrou em crise¹²¹ — o que, de resto, não é de surpreender, sobretudo quando os próprios especialistas asseguram, por exemplo, que em relação à pedofilia «não há cura, só há controle», embora alguns estudos determinem que o risco de reincidência pode ser controlado e baixo, desde que ocorra acompanhamento dos condenados” (2005, p. 295). Sobre a tendência securitária com enfoque no âmbito penal da pornografia de menores em todo o Mundo, Ana Rita Alfaiate (2009, p. 130)¹²² adverte que não está em causa apenas a proteção da vítima, um menor em específico, mas sim a proteção de todos os menores, nestes termos:

“O holofote acesso sobre a exploração de menores desencadeou opções legislativas de fôlego marcadamente menos comprometido com a vontade da vítima. E a vítima menor de idade é, neste contexto, a que

¹²⁰ Cf. ANTUNES, Maria João - Crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual dos menores. **Julg.** Portugal. ISSN 1646-6853. (12 especial:2010) 153–161.

¹²¹ No mesmo sentido, Garland, 2001, *op.cit.*, p. 10.

¹²² Cf. ALFAIATE, Ana Rita - **A Relevância penal da sexualidade dos menores**. Coimbra: Coimbra Editora, 2009. ISBN 978-972-32-1730-8.

fica mais sujeita às valorações supra-individuais do ideário protetivo novo”.

1.1.7 Dificuldades inerentes à investigação criminal do cibercrime e, em particular, do crime de pornografia de menores

A par da inegável vantagem do advento da Internet, substancialmente debatido em inúmeros fóruns, é insofismável que também constitui um repositório de sordidez, ilegalidades várias e passível de utilização malévola¹²³ para fins cujo limite é a imaginação humana¹²⁴. É precisamente nisto que reside a imparcialidade da Internet: representa apenas um meio no qual a natureza humana, com os seus defeitos e virtudes, se expressa. Um palco global, luminoso em certos pontos, mas com esconsos negros¹²⁵.

Já enunciámos as oportunidades que o ciberespaço representa em várias vertentes. Ao utilizador assiste o direito de optar por se manter anónimo, sem ser alvo de rastreio nas suas incursões no ciberespaço ou nas suas comunicações, pelo que, nos defrontamos com um “(...) conflito de interesses: de um lado, o direito à privacidade, e, de outro, o direito à segurança” (Costa, 2006, p. 21).

Nesta secção prosseguimos a temática do ciberespaço, na vertente da investigação criminal, em especial na investigação do crime de pornografia de menores, a qual

¹²³ Aliciamento de menores, propaganda racista e xenófoba, meio de recrutamento e organização de terrorismo, desprezo pelos direitos de propriedade e personalidade, promoção de suicídio e desordens alimentares, venda de produtos farmacêuticos adulterados e estupefacientes, são apenas alguns dos exemplos. No mesmo sentido, Luciana Costa (2006, p. 16).

¹²⁴ Neste sentido Luciana Costa, 2006, p.7; Juan Carlos Rojo García, 2002, p. 214: “Frente a las películas y revistas de pornografía infantil producidas y comercializadas en la sombra, se pasa a un comercio rápido, seguro y oculto en la multitud de páginas web existentes; frente a la ocultación de este tipo de material, se pasa a su ofrecimiento al gran público de forma clara y manifiesta; frente al riesgo extremo de estos comportamientos, se pasa a la relativa seguridad de las dificultades de seguimiento de la información através de la red” cf. GARCÍA, Juan Carlos Rojo - La realidad de la pornografía infantil en internet. **Revista de Derecho Penal y Criminología**. Espanha. ISSN 1132-9955. 9 (2002) 211–251.

¹²⁵ No mesmo sentido, se expressa Hugo Lança, 2015, *op. cit.*, p. 4 .

se poderá depreender dificultada, atendendo às características da Internet que já enunciámos brevemente.

A investigação criminal visa o apuramento dos factos ilícitos e a identificação do autor do crime, pressupondo a recolha da prova eletrónico-digital¹²⁶ quando o crime ocorre com recurso a este meio, o que obriga a seguir *standards* rigorosos para a manutenção da cadeia da prova¹²⁷, a qual possui algumas características distintivas da prova relativa aos crimes “tradicionais”¹²⁸, pelo que “(...) a prova eletrónico-digital somente será válida, num dado processo penal, se forem respeitadas várias regras ao nível do seu acesso, recolha, armazenamento, transferência, preservação ou apresentação/repetição” (Silva Rodrigues, 2011, p. 47). De facto, conforme reconhecido pelo Gabinete Cibercrime da PGR (Gabinete Cibercrime, 2016, n. 17)¹²⁹, a investigação de Inquéritos sobre pornografia de menores “(...) é muito difícil e complexa, costumando ser demorada. O respetivo resultado tarda sempre em ser atingido. Por outro lado, todos estes processos supõem a realização de perícia informática, a qual é quase sempre um imprescindível meio probatório”.

A par da morosidade e especificidade da prova eletrónico-digital, outros fatores dificultam a investigação, prendendo-se não só com as características técnicas do ciberespaço, as possibilidades de evasão à identificação dos seus agentes e as limitações legislativas para o acesso à informação. Manuel Magriço (2014, p. 26)

¹²⁶ De acordo com Benjamin Silva Rodrigues (2011, p. 39), “a prova eletrónico-digital pode definir-se como qualquer tipo de informação, com valor probatório, armazenada [em repositório eletrónico-digital de armazenamento] ou transmitida [em sistemas e redes informáticas ou rede de comunicações eletrónicas, privadas ou publicamente acessíveis], sob a forma binária ou digital”. Cf. RODRIGUES, Benjamin Silva - **Da prova penal - Tomo IV - Da prova eletrónico-digital e da criminalidade informático-digital**. 1.^a ed. [S.l.]: Rei dos Livros, 2011. ISBN 978-989-8305-18-3.

¹²⁷ Silva Rodrigues (2011, p. 44 ss) aborda “os principais princípios relativos à obtenção da prova eletrónico-digital” dos quais apresentamos uma curta síntese, nomeadamente, o princípio da “aplicabilidade (cumulativa) dos princípios gerais da prova em processo penal e em Ciência Forense Digital”; o “princípio da não alteração da prova eletrónico-digital no ato de recolha”; o “princípio da especialização ou qualificação do pessoal de investigação forense digital”; o “princípio da documentação de todas as fases de acesso, recolha, armazenamento, transferência, preservação ou apresentação/repetição da prova eletrónico-digital”; o “princípio da pessoalidade do controlo da cadeia de custódia da produção da prova eletrónico-digital” e o “princípio da responsabilização repartida dos vários intervenientes na produção da prova eletrónico-digital no respeito dos princípios forenses digitais”.

¹²⁸ Novamente, Silva Rodrigues (2011, p. 41 ss) elucida-nos quanto às características da prova digital, a saber: efemeridade, fragilidade, instabilidade, “aparente imaterialidade”, complexidade, dispersão geográfica e tipo de “suporte”, dinamismo e mutabilidade.

¹²⁹ Vide GABINETE CIBERCRIME - **Inquéritos referentes a pornografia infantil - primeiro semestre 2016**. Lisboa.

fornece-nos algumas das dificuldades na rastreabilidade dos agentes do cibercrime, nomeadamente as “(...) conexões de alta velocidade à Internet, maior largura de banda, aumento do uso de redes P2P, mecanismos de compressão de dados, tecnologia mais sofisticada, técnicas de criptografia para facilitar a distribuição anónima, e novos meios de acesso à Internet através de *Wi-Fi* em telemóveis e com cartões pré-pagos”.

A Europol, no documento que elabora anualmente sobre o diagnóstico da criminalidade digital, denominado “*IOCTA*”, menciona em 2017 (Europol, *IOCTA*, 2017, p. 11) que não só as condicionantes legais como fatores técnicos associados ao meio digital condicionam a investigação criminal, nomeadamente no acesso atempado e completo aos dados das comunicações e na utilização abusiva da encriptação, o que evidencia a imprescindível colaboração com o setor privado no combate ao cibercrime.

A nível nacional e em particular para o crime de pornografia de menores, Marta Viegas (2016, Apêndice A2 (b), resposta 1) enuncia algumas das dificuldades, nomeadamente IP¹³⁰ falsificados, utilização da *Dark Web* e de redes de Internet públicas, assim como a deficiente cooperação dos fornecedores de serviços de Internet, enquanto Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 16) distingue o défice de recursos humanos e meios técnicos alocados à investigação do crime, em especial a necessidade de uma base de dados nacional que permita efetuar a análise e tratamento de informação e imagens desta natureza¹³¹. Alinhada com esta última necessidade declarada por Jorge Duque, Ana Paula Rodrigues (2011, p. 290) reputou como necessária, para um “combate eficaz desta atividade criminosa (...) a criação de um arquivo nacional de imagens, de modo a não se dispersarem recursos na identificação dos autores e vítimas já identificados anteriormente”. De

¹³⁰ Endereços de IP correspondem a um número único que identifica um dispositivo (computador, por exemplo) numa rede pública ou local, pois cada ligação à Internet está identificada com um IP (*Internet Protocol*).

¹³¹ No mesmo sentido se pronuncia a PGR, no parecer concedido para apreciação da Proposta de Lei n.º 305/XII (4.ª), sobre a qual nos debruçaremos adiante, sugerindo “a talhe de foice” que se aproveitasse a iniciativa legislativa para prever na lei um dos meios necessários para reforçar o combate ao abuso sexual de crianças, previsto na Diretiva europeia de 2011 e consubstanciando-se como “(...) um instrumento crucial para a identificação de vítimas e para a celeridade na realização de perícias”: a criação de uma base de dados de imagens apreendidas. Acessível em <https://tinyurl.com/ya22o25m> (acedido em 21/08/2015).

facto, sufragamos a questão de Ana Rita Alfaiate (2009, pp. 114–115): “De que vale prever o crime se não forem previstos meios para o prevenir, identificar e perseguir?”

A investigação desta criminalidade, considerada como “criminalidade informático-digital imprópria” (Pereira, E., 2016, pp. 167–168) por não ser essencialmente tecnológica¹³², tem como finalidade a identificação das vítimas e dos autores, a cessação do crime, a determinação da idade da vítima e o impedimento da divulgação das imagens. Além das dificuldades investigatórias já mencionadas, Eliana Pereira (2016, 167-168) ainda nos dá conta dos “(...) prazos de conservação de dados (variáveis de país para país) (...), delongas inerentes ao circuito burocrático na obtenção dos dados (...), o alojamento das páginas de Internet com conteúdos ilícitos em servidores distantes que mudam constantemente (...), dados armazenados no estrangeiro (...) e a “oferta de serviços de alojamento online com possibilidade de encriptação”. Ana Paula Rodrigues (2011, pp. 277–278) acrescenta ainda que além da característica transnacionalidade da Internet, o que constitui crime em Portugal pode não o ser no local onde essas páginas estão alojadas; a “utilização de endereços de correspondem a servidores *Proxy*”¹³³; a não exigência de registo com identificação do utilizador em cibercafés, entre outras, cujo aprofundamento remetemos para estudos específicos sobre o cibercrime.

Além das dificuldades elencadas, releva para o sucesso da deteção e investigação do crime de pornografia de menores limitações das próprias polícias, conforme Michael Seto *et al.* (2015, p. 67 ss)¹³⁴ referem, nomeadamente os recursos alocados nesta empresa como a necessária especialização, conhecimentos técnicos da Internet e informática e acesso a ferramentas de análise forense.

¹³² Neste sentido se pronuncia Ana Paula Rodrigues (2011, p. 275), referindo que “os crimes em causa não são, na sua essência, tecnológicos, ou seja, se a imagem de um abuso sexual é a prova inequívoca de um crime de abuso físico, a sua dimensão e difusão já não o é”.

¹³³ A Autora esclarece que “um servidor *proxy* é um computador intermediário que fica entre o computador do usuário e a Internet e que permite ao utilizador que navega através dele garantir o seu anonimato, pois é o IP do *proxy* que fica registado nos diversos servidores”. Exemplo disso é o *software* TOR ao qual já aludimos previamente.

¹³⁴ Vide SETO, Michael C. *et al.* - Viewing child pornography: prevalence and correlates in a representative community sample of young Swedish men. **Archives of Sexual Behavior**. ISSN 0004-0002. 2014. 1–13. doi: 10.1007/s10508-013-0244-4.

Outra possibilidade de investigação reside no “disfarce” do agente policial, fazendo-se passar por menor nas redes sociais e *chats* (Wortley e Smallbone, 2012, pp. 11–12)¹³⁵ ou como indivíduo que partilhe o mesmo interesse sexual em crianças. Estas ações policiais de “agente encoberto” são denominadas de “*sting*”, visam a deteção *online* de indivíduos relacionados com pornografia de menores (Jayawardena e Broadhurst, 2007, p. 231) e encontram-se previstas na *Diretiva 2011/93/UE*. De facto, Mitchell, Wolak e Finkelhor (2005, pp. 265–266)¹³⁶ consideram-nas ações policiais proativas, de âmbito preventivo e dissuasor no que respeita às condutas de aliciamento para encontro sexual com menores. Releva o assinalado por Alexandra Abrantes (2016, p. 31)¹³⁷: “Elas permitem à polícia usar uma das ferramentas mais importantes dos agressores — o anonimato — contra eles”¹³⁸. Finalizamos esta secção com as afirmações de Sharon W. Cooper (2009, p. 108)¹³⁹, sobre as vítimas crianças, como mote para reflexão futura:

“(...) in the offline world, the success of prosecution of child sexual abuse cases averages at the state level at about 72 percent. On the other hand, the success of child pornography prosecutions at the state level is 95 percent. A different interpretation of these statistics reveals that, as a society, we are more likely to believe a picture than a victim”.

1.2 O dilema sobre a puberdade: proteção restritiva ou liberdade de escolha?

O período de vida humana antes da adultez caracteriza-se por fases às quais vários autores e organizações atribuem várias designações, condensadas na *Convenção*

¹³⁵ Cf. WORTLEY, Richard; SMALLBONE, Stephen - Child pornography on the internet. Washington DC, Estados Unidos da América. 41 (2012). doi: 10.1016/j.psc.2012.08.004.

¹³⁶ Cf. MITCHELL, Kimberly J.; WOLAK, Janis; FINKELHOR, David - Police posing as juveniles online to catch sex offenders: Is it working? **Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment**. ISSN 1079-0632. 17:3 (2005) 241–267. doi: 10.1007/s11194-005-5055-2.

¹³⁷ Cf. ABRANTES, Alexandra Catarina Silva - **O problema do aliciamento de menores através da internet para fins sexuais**. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2016.

¹³⁸ Algumas questões se erguem no que respeita à utilização desta figura jurídica para influenciar ou incentivar ao cometimento do crime e assim já se consubstanciaria num “agente provocador”. Sobre esta questão, vide Alexandra Abrantes, *op. cit.*, 2016.

¹³⁹ Cf. COOPER, Sharon W. - The sexual exploitation of children and youth: redefining victimization. Em OLFMAN, SHARNA (Ed.) - **The sexualization of childhood**. Westport, Estados Unidos da América: Praeger Publishers, 2009. ISBN 978–0–275–99985–8. p. 105–120.

sobre os *Direitos da Criança* numa só, englobando todos os seres humanos até perfazerem 18 anos de idade¹⁴⁰ como criança. Este instrumento e vários outros subsequentes, tiveram o ensejo de garantir, entre outras, a proteção das crianças contra maus tratos, dos quais “(...) constam dos relatos históricos desde a mais remota origem das civilizações. Em determinadas épocas, certas práticas e ideias apoiaram atos socialmente aceites, em relação à infância, que hoje são encarados como cruéis e brutais” (Lérias, 2016, p. 66).

A Convenção e demais instrumentos jurídicos cominam a abrangência da idade legal, mas as crianças são alvo de diferentes perspetivas, sejam sociológicas, psicológicas ou biológicas. O que parece consensual é a atual visão da criança como uma “(...) construção social, contingente, produto do tempo e do espaço, estruturada num contexto” (Almeida, Alves e Delicado, 2011, p. 10), que atravessa fases de desenvolvimento que carecem da adequada resposta às necessidades fundamentais¹⁴¹, sem menosprezar a criança e as suas capacidades, conforme realça assertivamente Manuel Sarmiento (2016, p. 456)¹⁴²:

“a criança é, certamente, um ser em desenvolvimento, mas é errado assumir que é, por excelência, o ser em desenvolvimento; o processo de transformação e maturação é incondicionalmente humano e faz pouco sentido confiná-lo exclusivamente a uma etapa da vida. Conceber a criança pelo lado do ser-em-devir impede que se observem as crianças

¹⁴⁰ De acordo com Eduardo Lérias (2016, p. 67), até ao Século XVII as crianças ocupavam um papel insignificante na sociedade e o conceito de «criança» surge posteriormente, definido, alvo de estudos e “(...) preocupações de vários especialistas e domínios, sejam pedagogos, moralistas, teólogos e médicos”, cf. LÉRIAS, Eduardo Romeu De Oliveira - Maus Tratos Contra Crianças e Jovens – Uma Abordagem Teórica. **Revista de Direito e Segurança**. Lisboa, Portugal. ISSN 2182-8970. 7 (2016) 63–98.

¹⁴¹ Cf. Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (2011, p. 21) “As crianças encontram-se num processo de desenvolvimento em que vão adquirindo competências cada vez mais complexas. Esta aquisição processa-se, entre outros aspectos, em função das condições, ou dos modos, como são satisfeitas as suas necessidades fundamentais. Nesse sentido, poder-se-ia acrescentar que as formas de responder às necessidades da infância mudam consoante o momento, ou etapa evolutiva, em que a criança se encontra. Assim, por exemplo, as condições para a proteção da criança na primeira infância (0 aos 36 meses) implicam um contacto quase permanente com os adultos que cuidam dela. Pelo contrário, os adolescentes apelam a outros níveis de proteção e reclamam mais autonomia”. Vide COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO - Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças - Guia de orientações para os profissionais da acção social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo. Lisboa: 2011; 367.

¹⁴² Cf. SARMENTO, Manuel J. - Sociologia da infância. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa : Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 455–457.

naquilo que são, no presente. A criança não é um adulto imperfeito e imaturo, mas é o outro do adulto, isto é, entre criança e adulto há uma relação não de incompletude mas de alteridade. (...) A sociologia da infância tem vindo a enfatizar os direitos de participação das crianças: estas são seres sociais, competentes nos seus mundos de vida, com modos próprios de se exprimir sobre o mundo e as pessoas, com capacidade de ação (...). Nesse sentido, a audição das crianças nos processos judiciais não é apenas uma questão de processo jurídico, mas uma questão inerente à condição da infância como sujeito de direitos. Esta característica também inviabiliza o uso da expressão «menor», ou melhor, desqualifica-a na linguagem sociológica e jurídica. A criança não é um sujeito menor. É um sujeito maior na plenitude dos seus direitos”.

Contudo, clama pela sua proteção no que concerne à «imunidade jurídica», nestes termos:

“Questão diferente é a da imunidade jurídica. Contrariamente à pulsão que tem vindo a promover em vários países do mundo a diminuição da idade penal, estudos sociológicos da infância têm enfatizado a importância da educação para o direito das crianças com comportamentos desviantes. Esta educação para o direito não é contraditória com a ideia de que a criança é um ser competente no seu âmbito de ação. Reporta-se, outrassim, à ideia central, sociologicamente expressa, da vulnerabilidade estrutural da criança, que exige proteção. A educação para o direito é uma dimensão inerente à proteção e promoção dos direitos da criança. Proteção e participação não são incompatíveis: pelo contrário são mutuamente implicantes e condição de uma e de outra” (Sarmiento, 2016, p. 456).

Pese embora a visão holística da criança cumpra-nos aflorar brevemente a perspetiva biológica da infância, pois esta elucida-nos sobre as transformações físicas e mentais que ocorrem nesta fase. A aparência física, decorrente das transformações fisiológicas e anatómicas, é fundamental para enquadrar imagens

de pornografia de menores, atribuindo uma idade aproximada à vítima retratada. As mudanças operadas nesta fase de transição refletem-se nos comportamentos sexuais, os quais podem ou não comportar alguns riscos para o menor, contribuindo ativamente para a sua própria segurança. São alguns dos aspetos que relevamos para verificar da necessidade de proteção e, quiçá, limitação da liberdade de escolha dos menores, que abordamos seguidamente nesta e na secção seguinte.

O desenvolvimento sexual atinge a maturação sexual e reprodutora no final da adolescência. A puberdade, neste aspeto, revela-se um período de transição, um processo que dura três ou quatro anos e decorre entre a infância e a adolescência, caracterizando-se pelo amadurecimento dos caracteres sexuais secundários (Manuila *et al.*, 2000, p. 500)¹⁴³, iniciando-se nas meninas por volta dos nove ou dez anos, um ano antes do que a registada nos rapazes (Pereira, N., 2014, pp. 294–295)¹⁴⁴. No que concerne às alterações comportamentais e psicológicas na adolescência, e “(...) de um corpo muito pouco sexuado o rapaz e a rapariga passam, em poucos anos, a um corpo reconhecidamente sexuado” com todas as necessárias “(...) adaptações às novas circunstâncias físicas, sociais e intelectuais”, apercebendo-se que está progressivamente a ficar apto para a função sexual do adulto, ocorrendo “(...) um consequente fortalecimento dos impulsos sexuais e agressivos dos jovens” (Pereira, N., 2014, pp. 296-297). Não obstante, consiste num processo no qual vários fatores interferem, incluindo a raça, genética e o índice de massa corporal (Gillespie, 2017, p. 3)¹⁴⁵.

¹⁴³ Cf. MANUILA, L. *et al.* - Puberdade. Em CLIMEPSI EDITORES (Ed.) - **Dicionário Médico**. Lisboa. 2000. ISBN 972-8449-55-0.

¹⁴⁴ Cf. PEREIRA, Nuno Monteiro - Sexualidade na infância e adolescência. Em FORTUNATO BARROS E RUTE FIGUEIREDO (COORD.) (Ed.) - **Manual de medicina sexual - Visão multidisciplinar**. Portugal: Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica e Sociedade Portuguesa de Andrologia, 2014. p. 293–298. Nas meninas, a nível da aparência, o desenvolvimento inicia-se pelo crescimento dos seios, surgindo posteriormente a pilosidade púbica. Nos anos seguintes, intensifica-se a pilosidade púbica e nas axilas e ocorre o alargamento das ancas. A Enciclopédia Larousse Enciclopédia Moderna (Círculo de Leitores e Editions Larousse, 2009, p. 6026) indica o início da puberdade na rapariga entre os 11 e os 13 anos, e no rapaz, entre os 13 e os 15 anos de idade. Cf. CÍRCULO DE LEITORES, S. A.; EDITIONS LAROUSSE - Puberdade. Em Larousse Enciclopédia Moderna. Edição 6904. Portugal: Círculo de Leitores, S.A., 2009. ISBN 978-972-42-4377-1.

¹⁴⁵ Cf. GILLESPIE, Alisdair A. - Child pornography. **Information & Communications Technology Law**. ISSN 1360-0834. 27:1 (2017) 30–54. doi: 10.1080/13600834.2017.1393932.

Contudo, os jovens portugueses, à semelhança de transformações que se têm vindo a produzir noutros países, têm optado por um início cada vez mais tardio da atividade sexual (Cardoso *et al.*, 2016, p. 9)¹⁴⁶. No estudo empírico nacional concretizado por Zélia Anastácio (2012)¹⁴⁷, por exemplo, os resultados indicaram o seguinte:

- Os adolescentes questionados manifestaram vontade de tomar decisões em vários domínios do seu quotidiano;
- A maioria (70,4%) ainda não tinha iniciado a atividade sexual;
- A maior parte dos não respondentes quanto ao início da atividade sexual foram raparigas;
- A idade modal de início da atividade sexual foi de 14 anos de idade;
- Os rapazes tendem a iniciar a atividade sexual mais cedo;
- A iniciação sexual ocorre com pessoas da mesma faixa etária;
- Os motivos e os sentimentos relativos à iniciação sexual são, na generalidade positivos, recorrendo à utilização de contraceção;
- Possuem resultados positivos no que concerne à autoestima e à imagem corporal, em ambos os sexos.

Além das indiscutíveis alterações biológicas, as alterações resultantes do crescimento e maturidade são igualmente cominadas gradualmente na legislação nacional. As responsabilidades tentam ser adequadas à natural maturidade que os vários estádios de desenvolvimento, biológico, psicológico e sociológico propiciam e que as balizas legais delimitam. Na generalidade, a maioridade civil alcança-se aos 18 anos de idade. O Código de Processo Penal (CPP) aditou em 2015¹⁴⁸ a definição de vítima de crimes, constituindo a idade um dos fatores que inclui os menores na categoria de “vítima especialmente vulnerável”. Acrescenta ainda que

¹⁴⁶ Cf. CARDOSO, Daniel *et al.* - Projecto #ON_SEX: direitos sexuais e jovens vulneráveis. Lisboa. 2016. 37. doi: 10.13140/RG.2.1.3803.9284.

¹⁴⁷ A amostra foi constituída por 188 adolescentes, distribuídos equitativamente por ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos (média de 14.47 anos) de turmas do 9.º ano de escolaridade de uma escola na região norte de Portugal. Não indica o período da recolha da informação. Cf. ANASTÁCIO, Zélia - Saúde e desenvolvimento adolescente: relação entre a tomada de decisão, comportamento sexual, autoestima e imagem corporal. Em **VIII Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2012. ISBN 978-989-8537-00-3.

¹⁴⁸ Por via de Lei n.º 130/2015, de 04 de setembro, aditou o art.º 67.º-A, com a epígrafe “Vítima”, assim como introduziu o “Estatuto da vítima”.

“criança ou jovem” são as pessoas singulares com idade inferior aos 18 anos de idade (al. d) do n.º 1 do art.º 67.º-A do CPP).

O próprio CP, no que tange à vitimação sexual, procura fazer a distinção entre crianças e adolescentes, estipulando os limites respetivos de 14 e 16 anos, em consonância com o entendimento de que a progressiva maturidade correspondem direitos e deveres diferentes. Veja-se a imputabilidade penal, alcançada, de forma mitigada, aos 16 anos e só plenamente responsável criminalmente aos 21 anos de idade. As balizas determinadas pelo CP português representam um quesito necessário para a tipificação das modalidades do crime de pornografia de menores, pois é entendido que a culpa, e em consequência, a pena, é determinada pela idade da vítima.

Considerando o que já mencionámos previamente sobre as mudanças físicas associadas à puberdade, a atribuição da idade a uma vítima pós-pubescente retratada em material de pornografia de menores é um exercício ainda mais complicado, onde tendencialmente ocorre uma subestimação da idade da vítima, por vezes com recurso à denominada “*Escala de Tanner*” da qual resultam evidências de que constitui uma escala pouco fidedigna, porquanto, entre outros deméritos, não tem em consideração práticas culturais, tais como a depilação das axilas ou das zonas púbicas (Rosenbloom, 2013, p. 470)¹⁴⁹. No mesmo sentido, proferiu Sândia Alves (2014, p. 35)¹⁵⁰ que “(...) ainda não existe (...) nenhum método cientificamente comprovado no que diz respeito à estimativa da idade com base em fotografias” o que acarreta um risco na sua aferição, podendo redundar em erros judiciais.

¹⁴⁹ Cf. ROSENBLOOM, Arlan L. - Inaccuracy of age assessment from images of postpubescent subjects in cases of alleged child pornography. **International Journal of Legal Medicine**. ISSN 0937-9827. 127:2 (2013) 467–471. doi: 10.1007/s00414-012-0765-8.

¹⁵⁰ Cf. ALVES, Sândia Gabriela Pereira - **Um olhar sobre o crime de pedopornografia: importância do uso de fotografias da face na estimativa da idade**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014.

1.2.1 A liberdade sexual e o consentimento válido dos jovens pubescentes e pós-pubescentes

A liberdade para escolher livremente os parceiros sexuais traduz-se numa temática sujeita a discussão. O consentimento pressupõe a maturidade ou capacidade para prescindir da proteção penal e consta do CP português (art.º 38.º do CP) como tendo a necessidade de possuir “(...) discernimento necessário para avaliar o seu sentido e alcance no momento em que o presta”. Implica a capacidade legal ou funcional para consentir livremente para relacionamento de natureza sexual (Basile e Saltzman, 2002, p. 9)¹⁵¹. Não está em causa o relacionamento de natureza sexual consensual entre pares, associada à natural descoberta da sexualidade que Natscheradetz (1985, p. 154) considera “(...) benéficas para o seu crescimento sexual (...)”, mas que poderá resvalar para o âmbito penal se a assimetria de idades for acentuada.

Ricardo Barroso (2016, p. 530)¹⁵² discrimina o que se deve entender por consentimento da seguinte forma: “Por consentimento entende-se um acordo ou um acordo implícito, em que a pessoa que consente deverá possuir: (i) uma compreensão do que é proposto, (ii) conhecimento dos padrões sociais daquilo que é proposto, (iii) consciência dos potenciais riscos e consequências, (iv) conhecimento das alternativas, (v) decisão voluntária, assumindo o princípio de que o acordo e o desacordo serão respeitados e, finalmente, (vi) competências mentais”.

A idade para tomar as suas próprias decisões, liberdade para se relacionar sexualmente com quem entender constitui um tema não consensual por confrontar a necessidade de proteção com a da liberdade de se autodeterminar sexualmente. Como teremos oportunidade de verificar neste estudo, na parte dedicada ao estudo do caso português, a liberdade sexual do menor sucede a partir dos 14 anos (desde

¹⁵¹ Cf. BASILE, Kathleen C.; SALTZMAN, Linda E. - Sexual violence surveillance: uniform definition and recommended data elements. Atlanta, EUA. (2002) 94. A incapacidade para consentir poderá estar limitada por constrangimentos de idade, doença, sob influência de produtos químicos que inabilitem, défice mental acentuado ou estar desacordado.

¹⁵² Cf. BARROSO, Ricardo - Violência sexual. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 530–531.

que não ocorra abuso da sua inexperiência) e a plena liberdade sexual a partir dos 16. No entanto, dispõe a nossa legislação a criminalização de pornografia relativa a menores de 18 anos. Por exemplo, o brasileiro Leopoldo Louveira (2013, p. 253)¹⁵³ pensa que “(...) o ideal é pensar a questão da vulnerabilidade dos menores por meio de critérios etários escalonados”, sendo até aos 12 anos a proteção absoluta; entre os 12 e os 14, relativa e, por fim, a liberdade plena a partir dos 14 anos de idade.

Philip Jenkins (2001, pp. 219–220)¹⁵⁴ considera que 16 anos é uma idade mais adequada para que o jovem possa dispor da sua imagem sexual e que é “absurdo” impor as mesmas limitações a jovens de 17 anos e a crianças pequenas, sem qualquer distinção. Propõe uma “espécie de escala de gravidade” para que as ofensas cometidas contra crianças sejam cominadas mais severamente do que as cometidas contra jovens. Para o Autor, a sexualidade não se atinge no dia que se perfaz 18 anos, coincidindo com o subscrito por Hugo Lança (2015, p. 9), que afirma que atualmente a “(...) maioridade se atinge de forma abrupta por mera verificação de um requisito formal” e que “(...) não podemos persistir em interpretar a menoridade como um bloco, aplicando as mesmas normas e princípios a infantes e adolescentes; parece-nos evidente a imperatividade de revisitar a infância e procurar construir uma teoria, que se deseje sólida, sustentada na criação de diferentes patamares, com divergentes estatutos jurídicos, com desiguais modelos e intensidades no exercício da autoridade parental, que procure compatibilizar a necessidade de proteger o menor e a promoção salutar do desenvolvimento da personalidade”. Yaman Akdeniz (2008, p. 274)¹⁵⁵ concorda com este matiz, considerando que os ofensores de pornografia de menores que retrate jovens de 16 e 17 anos poderiam ser julgados de forma mais indulgente, dependendo da situação concreta.

¹⁵³ Cf. LOUVEIRA, Leopoldo Stefano Gonçalves Leone - **A esfera da vida privada do cidadão como limite à interferência do Direito Penal: a questão da pornografia infantil**. São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo, 2013.

¹⁵⁴ Cf. JENKINS, Philip - **Beyond tolerance: child pornography on the internet**. Nova Iorque: New York University Press, 2001. ISBN 0-8147-4262-9.

¹⁵⁵ Cf. AKDENIZ, Yaman - **International child pornography and the law: national and international responses**. Inglaterra: Ashgate publishing Limited, 2008. ISBN 978-0-7546-2297-0.

Esta aparente discrepância é também evidenciada por Alisdair Gillespie (2017, p. 3-4), salientando dois aspetos que nos parecem extremamente relevantes: o primeiro prende-se com o material de pornografia de menores encarado como a “documentação de um crime”, facto que não é corroborado quando é o próprio menor que se filma ou é filmado, com o seu consentimento, em atividades sexuais consensuais (por exemplo, a conduta denominada de “sexting” sobre a qual nos debruçaremos adiante), isto significando que se trata verdadeiramente da documentação de um ato lícito; o segundo é referente à liberdade de manter relacionamento sexual, mesmo tendo em consideração que esta conduta pode ocasionar gravidez ou doenças sexualmente transmissíveis graves, o que também constituem consequências que podem permanecer para o resto da vida (tal como uma imagem de pornografia de menores possui a característica de ser virtualmente impossível de eliminar da Internet). O Autor conclui que *“the law thus creates a situation where a photograph is considered more serious than actual sexual activity”* (Gillespie, 2017, p. 3)¹⁵⁶ e remete, como argumentação para o redirecionamento da proteção para os menores realmente necessitados, para o relatório da IWF¹⁵⁷ (Internet Watch Foundation, 2017, p. 9), o qual, no decurso da sua atividade proativa de deteção de material de pornografia de menores no ciberespaço, informa

¹⁵⁶ Em sentido semelhante vide Alexandre Ramalho Farias (2010, p. 173): “parece um tanto contraditório que o mesmo legislador considere como válido o consentimento para atividades sexuais desde os treze [na ocasião da publicação do artigo e referindo-se ao CP espanhol] e, de outro lado, que o desconsidere até os dezoito em relação à realização de pornografia (...). Destaca-se que tem capacidade para o mais, que são as relações sexuais desde os treze anos e parece, todavia, não tem para o menos, a divulgação das imagens”; vide também (Cortés, 2015, p. 47), que se pronuncia no mesmo sentido, atribuindo a elevação da idade ao “(...) afán de conseguir la coherencia con otras áreas del ordenamiento jurídico, que buscan proteger el menor en su intimidad, propia imagen u honor (...) tratando-se de de uma “(...) incoherencia interna de la legislación penal, puede ser explicada por la idea de buscar una adaptación com las disposiciones civiles y otras”. Cf. CORTÉS, Lina Mariola Díaz - Una aproximación al estudio de los delitos de pornografía infantil en materia penal: el debate sobre la libertad sexual y la influencia de la directiva 2011/92/UE en la reforma de 2015. **Revista de Derecho Penal y Criminología**. ISSN 1132-9955. 13 (2015) 13–50.

¹⁵⁷ A Internet Watch Foundation (IWF) é uma ONG britânica, criada em 1996 para receber e analisar denúncias relativas a conteúdos de pornografia infantil na Internet e para apoiar o desenvolvimento de um sistema de classificação de sítios de Internet. Com sede no Reino Unido, possui 16 portais pelo mundo, onde são reportados URL com conteúdos relativos a pornografia infantil. Na sequência da denúncia, os analistas avaliam a denúncia e caso confirmem da ilicitude do conteúdo, procedem à avaliação da gravidade/severidade do abuso, a idade da criança e a localização do conteúdo. Além desta atividade, também prosseguem varreduras proativas na Internet, com recurso a software adequado (*webcrawlers*), para deteção de material de pornografia infantil. Vide <https://www.iwf.org.uk/what-we-do> e https://annualreport.iwf.org.uk/assets/pdf/iwf_report_2016.pdf (accedidos em 2018-01-08).

que no ano de 2016, 98% do material detetado correspondia a imagens de menores com menos de 16 anos (53% do qual a crianças com 10 ou menos anos).

Ainda assim, conforme salienta Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 15) o jovem, no decurso da sua vida adulta, poderá vir a ser confrontado com a difusão da sua imagem de natureza sexual explícita e sentir-se constrangido ou inibido, com repercussões impensadas, mesmo que essa mesma imagem tenha sido obtida consentaneamente, no âmbito de uma relação afetiva.

De facto, qualquer adulto pode vir a sofrer o mesmo tipo de confrontação, estando tal conduta cominada no CP por atentar contra a reserva da vida privada.

As situações de troca consensual de imagens ou vídeos auto produzidos de natureza sexual explícita foram denominadas de “*sexting*” (Fávero e Ferreira, 2016, p. 448)¹⁵⁸ e são fonte de discussão sobre a responsabilidade penal dos indivíduos que as praticam. A utilização deste expediente contemporâneo como forma de expressão sexual ou comunicação íntima (Fávero e Ferreira, 2016, p. 448) pode acarretar preocupações e desconforto para os adultos (Salter, Crofts e Lee, 2013, p. 301; Zhang, 2010, p. 251)¹⁵⁹, especialmente por estarem provavelmente mais cientes dos riscos que advêm da falta de controlo sobre a *pegada digital* (Crofts e Lee, 2013, p. 14)¹⁶⁰.

A preocupação com a proteção dos menores conduziu já à criminalização dos próprios menores, numa perspetiva rígida de punir todos quantos produzem pornografia difundida pela Internet, numa “(...) irracional exigência de um nível de

¹⁵⁸ De acordo com Marisalva Fávero e Fátima Ferreira, trata-se de um “neologismo do século XXI que deriva da aglutinação da palavra «sex» e «texting» e refere-se à troca interpessoal de conteúdos sexuais explícitos na forma de mensagens de texto, fotografias e/ou vídeos através de tecnologias como o telemóvel e a Internet (...) constituindo-se num fenómeno relativamente comum junto das faixas etárias mais jovens”. Cf. FÁVERO, Marisalva Fernandes; FERREIRA, Fátima - Sexting. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 448–449.

¹⁵⁹ Cf. SALTER, Michael; CROFTS, Thomas; LEE, Murray - Beyond criminalisation and responsabilisation: sexting, gender and young people. **Current Issues in Criminal Justice**. ISSN 1034-5329. 24:3 (2013) 301–316; ZHANG, Xiaolu - Charging children with child pornography-Using the legal system to handle the problem of «sexting». **Computer Law and Security Review**. ISSN 0267-3649. 26:3 (2010) 251–259. doi: 10.1016/j.clsr.2010.03.005.

¹⁶⁰ Cf. CROFTS, Thomas; LEE, Murray - «Sexting», children and child pornography. **Sydney Law Review**. Austrália. 35 (2013). 85–106.

«decência» entre los menores” (Agustina, 2010, p. 3)¹⁶¹. Nesta perspetiva, “las normas penales no pueden ser la solución para todos los casos, ni se debería intervenir, en el supuesto de considerarlo pertinente, en las conductas y en el entorno de los menores con la misma contundencia con que sucede en el Derecho penal de adultos” (Agustina, 2010, p. 37), devendo-se privilegiar a prevenção, através de maior responsabilidade parental. Contudo, como tivemos oportunidade de realçar na secção dedicada aos riscos da Internet para os menores (Jorge, 2012, p.96) constatou-se que os pais portugueses tendem a ser desconhecedores das atividades *online* dos filhos, em particular o acesso a pornografia.

Diversa opinião enunciam Leukfeldt, Jansen e Stol (2014, p. 11)¹⁶², baseando-se em dados da polícia holandesa, reportando que um quarto dos suspeitos de possuírem material de pornografia infantil (auto produzida e de outros menores) tinham menos de 24 anos de idade e desses, 35% tinham menos de 18 anos de idade. Os Autores consideram que deviam ser desenvolvidos mais estudos sobre os ofensores juvenis de pornografia de menores, de forma a delinear estratégias preventivas através de disciplina e educação dos ofensores juvenis, função que não caberá às polícias, por constituir uma abordagem contraproducente.

1.2.2 O paradoxo da hipersexualização da infância

Nesta secção abordaremos alguns pontos de vista associados à alegada erotização ou hipersexualização da infância, podendo contribuir para a vitimação sexual das crianças. No nosso país os aspetos doravante invocados também se repercutem, por via da globalização dos conteúdos e técnicas de marketing. Na senda dos potenciais riscos de vitimação das crianças devido à sexualização precoce e à hipersexualização, são aventadas as consequências das alterações do paradigma da infância sexualizada.

¹⁶¹ Cf. AGUSTINA, José R. - ¿ Menores infractores o víctimas de pornografía infantil? Respuestas legales e hipótesis criminológicas ante el Sexting. **Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología**. ISSN 1695-0194. 12:11 (2010) 1–44.

¹⁶² Cf. LEUKFELDT, E.Rutger; JANSEN, Jurjen; STOL, Wouter P. - Child pornography, the Internet and juvenile suspects. **Journal of Social Welfare and Family Law**. ISSN 0964-9069. 36:1 (2014) 3–13. doi: 10.1080/09649069.2013.851178.

No sentido empregue por Filomena Teixeira (2015, p. 5)¹⁶³, hipersexualização corresponde à atribuição de caráter sexual a um comportamento ou produto que não o seja, ou por outras palavras, o recurso excessivo a estratégias que se centram na capacidade de sedução do corpo. No mesmo sentido, se pronuncia Linda Papadopoulos (2010, pp. 23–24)¹⁶⁴ quando refere que “o denominador comum da sexualização é a utilização de atributos sexuais como medida de valor e mérito de uma pessoa”, sendo que a sexualização infantil é a “(...) imposição da sexualidade adulta a crianças e jovens antes que estes sejam capazes de lidar com a situação mental, emocional e fisicamente”¹⁶⁵.

A APA define sexualização como possível de abarcar vários componentes (2007, p. 1)¹⁶⁶, a saber: “Sexualization occurs when: a person’s value comes only from his or her sexual appeal or behavior, to the exclusion of other characteristics; a person is held to a standard that equates physical attractiveness (narrowly defined) with being sexy; a person is sexually objectified — that is, made into a thing for others’ sexual use, rather than seen as a person with the capacity for independent action and decision making; and/or sexuality is inappropriately imposed upon a person”.

Por vezes, conforme ressaltam Taylor e Quayle (2003, p. 33)¹⁶⁷, as imagens decorrentes da utilização de menores na produção de publicidade encontram-se no limbo da mera sugestão, constituindo uma estratégia utilizada neste ramo empresarial. Todavia, a sexualização da imagem pode ocorrer na mente do observador, num “processo psicológico” de atribuição de características que noutro observador pode não se verificar.

¹⁶³ Cf. TEIXEIRA, Filomena - Hipersexualização, género e Media. **Interacções**. ISSN 1646-2335. 11:39 (2015) 1–9.

¹⁶⁴ Cf. PAPADOPOULOS, Linda - **Sexualization of young people review**. 2010. Reino Unido: Home Secretary. ISBN 978-1-84987-186-0.

¹⁶⁵ A Autora evidencia que a curiosidade sexual por impulso próprio e o material didático sobre sexualidade adequado à idade, não constituem sexualização.

¹⁶⁶ Vide AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION - **Report of the APA Task Force on the sexualization of girls - executive summary**. Washington DC, Estados Unidos da América. 2007.

¹⁶⁷ Cf. TAYLOR, Max; QUAYLE, Ethel - **Child pornography: an internet crime**. Nova Iorque: Brunner-Routledge, 2003. ISBN 0-203-69795-2.

À mulher atribuem-se características de beleza, conforme ressalva Gabriela Altaf (2014, p. 64)¹⁶⁸, e ser bela é um “(...) um objetivo incentivado e propagado à exaustão no imaginário cultural da sociedade contemporânea. Resta àquelas consideradas feias, portanto, a tarefa de se ajustarem aos padrões estéticos vigentes – ou arcarem com as «consequências» do não ajustamento”. Ao *fardo* dos ideais de beleza tem-se acentuado o culto do corpo e da sexualidade. A fase da adolescência, no decurso do desenvolvimento de caracteres sexuais associados à aparência física, encerra o que Nuno Pereira denomina de uma “(...) severa autoexigência em matéria de vestuário, de penteado, de postura”, adiantando que “a autoestima e o modo como cada adolescente se julga a si próprio, quase exclusivamente através da aparência, desenvolve a exigência de um ideal, que muitas vezes pode levar a uma exagerada avaliação de si próprio, tornando-se extremamente crítico para com qualquer mínima imperfeição ou anormalidade” (2014, p. 297).

As tendências atuais da sexualização, na perspetiva de Linda Papadopoulos (2010, p. 24) resumem-se em três: o volume, disseminação e imagens explícitas, acessíveis a todos; a proliferação conduziu à fixação de características exacerbadas para definição de feminilidade e masculinidade, com predominância de atitudes ou atributos físicos e, por último, a infantilização da mulher e o amadurecimento “forçado” de crianças, a imitar uma mulher adulta. Em sentido semelhante, Rush e Nauze (2006, p. vii)¹⁶⁹ também consideram que anteriormente, a sexualização das crianças ocorria indiretamente, por via das representações da sexualidade adolescente e adulta em publicidade e na cultura popular. Tal terá sido ultrapassado, numa tendência que se manifesta pela sexualização direta das crianças, sendo elas próprias modeladas pela sexualidade dos adultos.

Os argumentos contra a hipersexualidade nos *media* traduzem preocupações com a desvalorização feminina, a objetificação do corpo da mulher e a absorção de valores e atitudes nas quais as jovens podem ser conduzidas a verem-se como

¹⁶⁸ Cf. ALTAF, Gabriela Berutto - **As belas que me perdoem: marcas do feio na contemporaneidade**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2014.

¹⁶⁹ Cf. RUSH, Emma; NAUZE, Andrea La - **Corporate paedophilia: sexualization of children in Australia**. Manuka: The Australian Institute, 2006 (Relatório n.º 90).

objetos sexuais ou a concederem demasiada prevalência aos atributos físicos em detrimento de outras características (Moses e Charles, 2014, p. 31)¹⁷⁰, assim como “(...) perturbações alimentares, utilização recorrente de regimes de emagrecimento, consumo de tabaco, álcool e outras substâncias, recurso a cirurgias estéticas, relações sexuais precoces, perturbações de ordem sexual, incluindo a perda do desejo; problemas ligados à contraceção, DST e interrupção da gravidez” (Teixeira, F., 2015, p. 5-6).

Rush e Nauze (2006, p. vii) apelidaram o aproveitamento das crianças pela indústria publicitária e de marketing de “Corporate paedophilia”, quando se dedicaram a analisar três tipos de materiais culturais: publicidade (impressa e por televisão), revistas infanto-juvenis e programas televisivos, incluindo *videoclips* de música. Em consequência, as Autoras apresentaram o resultado da sua análise, concluindo pela existência de cinco tipos de riscos associados à sexualização precoce das crianças (2006, pp. 35–46), a saber: físicos, psicológicos, éticos, de custo da oportunidade perdida e sexuais.

No que respeita aos riscos físicos, pese embora a tendência para a precocidade da maturidade física das crianças, psicologicamente mantêm-se imaturas e vulneráveis às influências, pelo que a procura do corpo ideal poderá acarretar desordens alimentares de gravidade variável, comprometedoras do seu saudável desenvolvimento físico.

No que concerne aos riscos psicológicos, o desgosto com o aspeto físico poderá contribuir para depressões, desordens alimentares e o desenvolvimento de comportamentos sexualizados.

No que aos riscos éticos importa, Rush e Nauze (2006, p. 45) realçam as características modeladoras da indústria publicitária e de marketing, que não se limitam a refletir os valores prevalecentes numa dada comunidade, pelo que as suas responsabilidades éticas não podem ser omitidas, pois funcionam como “um espelho distorcido, reforçando apenas um conjunto particular de valores e símbolos

¹⁷⁰ Cf. MOSES, Ani; CHARLES, Makata - Sex as an advertising appeal: a review of its ethical basis, functions and effects. **International Journal of Management Sciences**. Paquistão. ISSN 2310-2845. 4:1 (2014) 25–34.

culturais”¹⁷¹. Quando se referem aos custos da oportunidade perdida, as Autoras mencionam que a excessiva preocupação com o aspeto físico pode propiciar o desinvestimento noutras áreas, como na saúde, desenvolvimento intelectual e artístico¹⁷².

No que tange aos riscos sexuais, as Autoras destacam a possibilidade da promoção da pedofilia e o prematuro início da vida sexual, associado a relações sexuais não desejadas e à contaminação por doenças sexualmente transmissíveis.

Importa enfatizar como as Autoras clamam pela incongruência entre a sexualização das crianças, como se estas desejassem interação sexual ou mostrassem disponibilidade sexual e o limite de idade do consentimento. As crianças não possuem a compreensão total sobre as opções e consequências sexuais, pelo que não estão abrangidas pelo consentimento, em termos legais e, baixar a idade do consentimento abaixo dos 16 anos seria despromover o propósito do consentimento e anular o objetivo de acautelar o diferencial de idades entre a criança e o parceiro sexual. As Autoras consideram que as crianças necessitam de proteção por serem vulneráveis à exploração sexual por adultos (Rush e Nauze, 2006, pp. 36–37).

No trilho deste raciocínio, as Autoras tentam demonstrar que a sexualização das crianças as exhibe como “(...) *willing participants in their sexualization when in fact they are not able to consent meaningfully either to sexualization or to the sexual interaction*”. Esta afirmação recorda-nos as leituras efetuados no âmbito da pornografia de menores, das quais daremos conta em secção posterior, nas quais os ofensores de pornografia de menores se desresponsabilizavam e desculpavam,

¹⁷¹ A sexualidade ou mais concretamente o *sex appeal* é um dos temas mais explorados nas publicidade, segundo adiantam alguns estudos. A revisão de cinco estudos empíricos concretizada por Ani Moses e Makata Charles (*op. cit.*, 2014) parecem indiciar que a utilização deste expediente se revela pouco ética e não atinge efetivamente o propósito de aumentar as vendas de produtos ou serviços. Para além dos problemas associados ao foco, há também a responsabilidade dos publicitários de que sejam verdadeiros relativamente aos produtos ou serviços que anunciam e não ofusquem ou escamoteiem as características, ou seja, que a publicidade não seja enganosa, conforme referem os Autores: “From the studies examined, it was found that sex appeal in advertising is a form of deception because the intent is not to sell “sex” but the product” (*op. cit.*, 2014, p. 31).

¹⁷² No mesmo sentido, sobre o excessivo investimento no aspeto físico, em detrimento do investimento académico, com consequências limitadoras no futuro académico e profissional, *vide* American Psychological Association, *op. cit.*, 2007, p. 32.

arguindo que as crianças retratadas nas imagens estavam a sorrir, e consequentemente, eram colaborantes voluntárias (Lanning, 2010, p. 90)¹⁷³. Tanto numa situação como noutra, isto é, na publicidade e nas imagens de pornografia de menores propriamente ditas, as crianças são instruídas para demonstrarem satisfação ou bem-estar, o que poderá condicionar o espetador no seu juízo, em prejuízo da criança retratada.

Salientam Rush e Nauze (2006, p. 40) que “transformar” a criança em adulta, por via da incorporação de objetos, vestuário, poses e frases, poderá conduzir à “(...) normalização dos desejos dos ofensores sexuais”, embora não seja pacífica a relação causal entre as imagens de crianças sexualizadas e o interesse sexual em crianças, por se tratar de um fenómeno complexo, pelo que as Autoras subscrevem uma posição protetiva das crianças (p.41):

“Although strong evidence is difficult to obtain about the risks of the sexualisation of children promoting paedophilia and child sexual abuse, we argue that in this area, society has an obligation to adopt a precautionary approach given the particular vulnerability of children”.

O relatório da APA (2007, p. 32-33) também salienta a possibilidade, pese embora a escassez de estudos experimentais, de que a sexualização de crianças possa conduzir ao aumento do abuso sexual e da prostituição infantil. Baseia tal hipótese em estudos que relacionam as condutas de agressão sexual com o visionamento de pornografia, em particular a pornografia violenta e em homens que possuem propensão para a agressão sexual. Desenvolveremos esta temática no capítulo subordinado à problemática da pornografia de menores e o seu eventual nexo causal com crimes sexuais de contacto.

A nível nacional, na senda da sexualização através da publicidade e mais concretamente nos meios de comunicação, destacamos um projeto concretizado em Portugal, denominado “Sexualidade e género no discurso dos media: implicações socioeducacionais e desenvolvimento de uma alternativa na formação

¹⁷³ Cf. LANNING, Kenneth V. - **Child molesters: a behavioral analysis**. 5.^a ed. Estados Unidos da América: National Center for Missing and Exploited Children, 2010.

de professores/as” o qual incidiu sobre a análise de anúncio publicitários, séries televisivas, videojogos, revistas, jornais, desenhos animados e *videoclips*. Sobre o projeto (Teixeira, F., 2015, p. 1 ss), dentre as conclusões anunciadas, destaca-se a constatação de que “(...) os *media* analisados veiculam representações de sexualidade e género e que naturalizam estereótipos e formas de dominação”. No mesmo se sentido se expressam Pascoal, Oliveira e Raposo (2014, p. 538)¹⁷⁴ quando referem que “a influência dos meios de comunicação na sexualidade exerce-se pelo poder que estes têm de transmitir conteúdos regulares e consequentemente socializando para a sexualidade e criando guiões sexuais”, não constituindo, no entanto, um curso unidirecional, “(...) pois os conteúdos mediáticos são eles também reflexo de padrões existentes na sociedade acerca da sexualidade”.

Filomena Teixeira (2015, p.4) ressalva que as maiores “vítimas” da pressão para a conformação ou sujeição a representações sociais desta natureza são as crianças do sexo feminino, no sentido em que estes meios promovem a sexualização precoce das crianças¹⁷⁵ e alerta que a sexualização de crianças torna-as alvos vulneráveis suscetíveis de serem vítimas de abusos sexuais diversos. Atente-se nas palavras da Autora (2015, p. 5): “No quadro de uma educação em sexualidade que privilegie a saúde e o respeito pelos direitos humanos, emerge, assim, a problemática da hipersexualização do espaço público, enquanto fenómeno social e mediático que afeta sobretudo crianças e jovens do sexo feminino. Sendo consideradas mercadoria sexual, as meninas são, desde cedo sexualizadas para venderem todo o tipo de produtos, desde automóveis, habitações, bonecas, videojogos, roupas, jóias”.

Na perspetiva de Papadopoulos (2010, p. 24) uma das tendências atuais é uma certa inversão das características que poderiam ser associadas aos adultos e às

¹⁷⁴ PASCOAL, Patrícia M.; OLIVEIRA, Leonor; RAPOSO, Catarina - Sexualidade e meios de comunicação social. Em FORTUNATO BARROS E RUTE FIGUEIREDO (COORD.) (Ed.) - **Manual de medicina sexual - Visão multidisciplinar**, 2014.

¹⁷⁵ Cf. a Autora (Teixeira, *op.cit.*, 2015, p. 4) “tratando-se de crianças, as imagens reenviam para a sexualização das suas expressões, posturas ou códigos de vestuário, demasiado precoces e evidenciando sinais de disponibilidade sexual, forjados e desajustados para a idade”.

crianças, isto é, “(...) *children are increasingly being portrayed in an ‘adultified’ way while, conversely, adult women are being infantilised. This leads to a blurring of the lines between sexual maturity and immaturity. This is having the effect of sexualising girlhood and legitimising the notion that children can be related to as sexual objects*”.

Utilizando a expressão “tirania do corpo ideal”, Filomena Teixeira questiona o paradoxo das críticas dirigidas às crianças e jovens sobre o seu modo de vestir, se os exemplos que são transmitidos às jovens, se o ambiente que as cerca “valoriza constantemente as mulheres hipersexy?” (2015, p. 6). No mesmo sentido se pronuncia assertivamente Julia Davidson (2008, p. 166)¹⁷⁶ ao referir-se à contradição nos seguintes termos:

“There is also a certain hypocrisy associated with a society that condones the sexualisation of children appearing in fashion magazines and on the television, but condemns the sexual abuse of children and young people”.

Alinhada com a crítica, Yvonne Jewkes (2012, p. 88)¹⁷⁷ classifica de “hipocrisia cultural” as nossas atitudes em relação ao “sexo, ao risco e aos jovens” e que “(...) a construção do «pedófilo» como o inimigo número um da sociedade não se coaduna com uma cultura que, noutros domínios (como a moda, a beleza e a arte), fetichiza os corpos jovens”, além de uma “(...) elevada ambiguidade nas atitudes da sociedade para com as crianças e a sexualidade” (pp. 89-90).

Conclui Filomena Teixeira (2015, p. 8) que “o reaparecimento de estereótipos de género e o reforço dos estereótipos sexistas ligados à hipersexualização do espaço público requerem olhares críticos sobre sexualidade e género, mediante a realização de projetos de investigação, que problematizem este fenómeno que

¹⁷⁶ Cf. DAVIDSON, Julia C. - **Child sexual abuse: media representations and government reactions**. E-book ed. Oxford: GlassHouse, 2008. ISBN 978-0-203-92873-8.

¹⁷⁷ Cf. JEWKES, Yvonne - Tanto pânico para nada? Representações e realidades da solicitação online de menores. **Comunicação & Cultura**. Lisboa. ISSN 1646-4877. 14 (2012) 85–105.

afeta crianças e jovens, colocando a sua reflexão nas agendas mediáticas na tentativa de sensibilizar os poderes políticos, as escolas, as famílias e os media¹⁷⁸.

Perspetiva diferente nos exhibe o estudo qualitativo realizado por Buckingham e parceiros (2010)¹⁷⁹, a pedido do Parlamento escocês. O estudo visou obter indicações sobre o que as pessoas entendiam sobre sexualização e como está presente no marketing, tendo como âmbito uma amostra de 57 menores, entre os 12 e os 14 anos, de ambos os sexos, e respetivos pais. Pese embora a diminuta amostra, os resultados são interessantes, porque apresentam o ponto de vista dos menores questionados. De acordo com os Autores, os menores questionados declararam-se conscientes dos riscos de aparentarem uma idade superior à real através da utilização de produtos sexualizados ou outros que potenciasssem uma interpretação errada sobre a idade real (2010, p. 8). Admitiram, especialmente as raparigas, a possibilidade de riscos associados a indivíduos “pedófilos”, a danos na reputação ou equívocos a seu respeito. Os menores entrevistados declararam que eram competentes para entender e interpretar as conotações sexuais de determinados produtos e relacioná-las com consequências, pelo que, exceto pelo eventual comprometimento da saúde física, eles “(...) strongly rejected the idea that regulation was necessary in order to protect them, and argued that they should have the right to make their own decisions (and mistakes)”.

Com efeito, as asserções sobre os perigos da sexualização precoce ou mesmo da excessiva sexualização tem mobilizado o que Smith e Attwood (2011, p. 333) consideram de “lamentos a respeito da sexualização”, muitos revestidos com argumentos razoáveis e aparentemente plausíveis, mas que carecem de estudos teóricos ou empíricos que os sustentem. Na generalidade, as Autoras condenam a exacerbação dos perigos para o sexo feminino em forma de “*rhetorical works*”, que perpetuam a ideia da mulher impotente e carecida de proteção, exemplificando com

¹⁷⁸ Na mesma esteira, é reforçado por Pascoal, Oliveira e Raposo (2014, p. 539) o poder que os meios de comunicação social detêm: “A contribuição dos meios de comunicação social para a construção social do sexo e da sexualidade pode ser danoso para diversas populações se perpetuar estereótipos sexuais, difundir informação desatualizada ou reivindicar, erroneamente, basear-se em evidências científicas. Por outro lado, são igualmente um veículo educativo poderoso”.

¹⁷⁹ Cf. BUCKINGHAM, David *et al.* - **Sexualised goods aimed at children: a report to the Scottish Parliament Equal Opportunities Committee**. Edimburgo. 2010.

aspectos contrários, como o sucesso académico e a igualdade no acesso ao trabalho.

O recurso a crianças na publicidade foi alvo de um parecer do Comité Económico e Social Europeu, em 2012, reconhecendo, no âmbito das suas conclusões e recomendações, que “(...) certa publicidade, pelos seus conteúdos particularmente violentos, racistas, xenófobos, eróticos ou pornográficos, afeta, por vezes irreversivelmente, a formação física, psíquica, moral e cívica das crianças, conduzindo a comportamentos violentos e à erotização precoce (Comité Económico e Social Europeu, 2012, n. 1.5)¹⁸⁰. A própria utilização das crianças como “veículo” da mensagem comercial deverá, por seu lado, respeitar a dignidade da pessoa humana e os direitos da criança. Importa destacar as preocupações enunciadas quanto à publicidade, com conteúdo “erótico ou pornográfico, fazendo apelo a comportamentos sexuais perversos, pervertidos ou excessivos” (Comité Económico e Social Europeu, 2012, n. 5.4 ss), cujas críticas alinham, na generalidade, com as enunciadas por Moses e Charles (2014), sendo de sublinhar que o Parecer particulariza as consequências para as crianças nos seguintes termos: “De outro lado, a excessiva carga sexual ou conteúdos eróticos quando não mesmo pornográficos, conduzem a uma erotização precoce das crianças. Apesar de várias marcas famosas terem sido obrigadas a retirar publicidade por contribuírem para a hipersexualização de crianças, e pelo repúdio da sociedade civil pela utilização abusiva de imagens do corpo de menores em anúncios, não existe uma clara definição legal a nível comunitário, relativamente a estas situações”, finalizando com a exortação de que a UE deveria proceder a “uma clara definição legal a nível comunitário, relativamente a estas situações”. O parecer do Comité refletiu, entre outros temas, sobre as insuficientes medidas legislativas de proteção das crianças, previstas pela “*Diretiva 2010/13/UE do Parlamento Europeu*

¹⁸⁰ Cf. Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «Um quadro para a publicidade destinada aos jovens e às crianças» (Parecer de iniciativa). **Jornal Oficial da União Europeia**. 2012. No que concerne à publicidade dirigida às crianças, o Parecer do Comité Económico e Social Europeu sublinha que a perceção e entendimento da publicidade varia de acordo com a faixa etária e até de fatores socioeconómicos, podendo conduzir à excessiva aquisição de produtos de “marca” e consequente exclusão de quem não adere a tais preceitos; consumo excessivo produtos alimentares não saudáveis ou nocivos para a saúde, podendo conduzir a problemas de saúde como a obesidade ou desordens alimentares, entre outras consequências (pp. 7–8).

e do Conselho, de 10 de março de 2010, relativa à coordenação de certas disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes à oferta de serviços de comunicação social audiovisual (Diretiva «Serviços de Comunicação Social Audiovisual»).

No mesmo sentido se pautou, no que respeita à necessária proteção legislativa das crianças nos media, a Resolução do Parlamento Europeu, de 22 de maio de 2013, sobre a aplicação da Diretiva “Serviços de Comunicação Social Audiovisual (2012/2132(INI))” (Parlamento Europeu, 2013, n. 39-49), a qual, tendo notado as iniciativas de autorregulação e de códigos de conduta, os esforços da indústria publicitária e a responsabilidade social das empresas, salienta que “(...) essas iniciativas podem, por vezes, não ser suficientemente eficazes em todos os EM (...)” e que “(...) é essencial encontrar o equilíbrio entre medidas voluntárias e regulação obrigatória”, com a consequente monitorização regular “(...) para garantir a sua aplicação, a par de futuros requisitos juridicamente vinculativos, eventualmente necessários para assegurar a proteção eficaz dos menores”.

A nível do CoE, a Assembleia Parlamentar pronunciou-se igualmente contra a “*over-sexualization of children*”, através da *Resolução 2119 (2016) – Fighting the over-sexualisation of children*, datada de 21 de junho de 2016 e da consequente Recomendação n.º 2092 (2016) com o mesmo título, incitando os EM a fundamentar as medidas políticas e legislativas baseando-se em evidências científicas e a promover medidas para informar, educar e capacitar os pais para educarem os filhos, nesta matéria, de forma construtiva.

1.2.3 Crimes sexuais contra crianças e a pedofilia: desconstruir mitos e descortinar factos

A definição de abuso sexual de crianças não é uniforme no meio científico, atendendo a variantes como a idade do menor, tipo de práticas que são consideradas abuso sexual, a diferença de idade entre o abusador e a vítima, assim

como o recurso a formas coercivas ou o consentimento (Magalhães, 2016, p. 14)¹⁸¹. Margarida Alpuim acrescenta que a definição é também influenciada por aspetos culturais (2009, p. 9)¹⁸².

O abuso sexual é uma das formas de maus tratos a crianças e de acordo com a Direção-Geral da Saúde (2011, pp. 7–9)¹⁸³ corresponde à seguinte conduta:

“O abuso sexual corresponde ao envolvimento de uma criança ou adolescente em atividades cuja finalidade visa a satisfação sexual de um adulto ou outra pessoa mais velha. Baseia-se numa relação de poder ou de autoridade e consubstancia-se em práticas nas quais a criança/adolescente, em função do estágio de desenvolvimento:

- Não tem capacidade para compreender que delas é vítima;*
- Percebendo que o é, não tem capacidade para nomear o abuso sexual;*
- Não se encontra estruturalmente preparada;*
- Não se encontra capaz de dar o seu consentimento livre e esclarecido”.*

Há vários instrumentos jurídicos internacionais que definem abuso sexual de crianças em termos semelhantes, como a *Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais* e a *Diretiva 2011/93/UE do Parlamento Europeu e do Conselho*. Sem embargo, também são consideradas outras modalidades de atuação que compreendem a inexistência de contacto sexual físico (Basile e Saltzman, 2002, p. 10), considerado como “(...) aquele que não inclua contacto físico de natureza sexual entre o ofensor e a vítima, como o *voyeurismo*; o exibicionismo; a pornografia; conduta ou verbalização de assédio sexual; ameaças de violência sexual para alcançar propósito diverso; fotografia de nudez em contexto sexual sem o consentimento ou

¹⁸¹ Cf. MAGALHÃES, Teresa M. - Abuso sexual infantil. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 14–15.

¹⁸² Cf. ALPUIM, Margarida Botelho Noronha Agorreta - **Há partes do Mundo...: influência dos fatores socio-culturais no abuso sexual de menores**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009.

¹⁸³ Cf. DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE - Maus tratos em crianças e jovens: guia prático de abordagem, diagnóstico e intervenção. Portugal. 2011.

conhecimento do visado ou que o visado esteja impossibilitado de consentir ou recusar”.

Segundo o NSPCC¹⁸⁴, uma criança é abusada sexualmente quando é forçada ou persuadida a participar em atividades sexuais, as quais podem ocorrer *online* e não incluir contacto físico. Por vezes a criança não está consciente de que está a ser vítima de abuso sexual, nem entender que tais acontecimentos são errados. Sublinha-se a distinção avançada por esta organização britânica entre o abuso sexual de crianças com contacto e sem contacto¹⁸⁵, na esteira da já apresentada por Basile e Saltzman (2002), sendo que a as imagens de pornografia de menores constituem uma forma de abuso sexual sem contacto físico. O NSPCC apresenta igualmente definição de exploração sexual de crianças, cuja prática consiste num tipo de abuso sexual com a exploração sexual das crianças, seja com ou sem contacto físico, incluindo-se nesta forma o abuso sexual *online*, que pode configurar a persuasão ou coação da criança para enviar ou publicar imagens sexualmente explícitas de si mesma, participar em atividades sexuais através de câmaras *web* ou *smartphones* ou manter conversas de teor sexual¹⁸⁶. Sharon Cooper (2009, p. 106) adianta cinco tipos de exploração sexual de crianças, independentemente de ocorrer *online* ou *offline*: pornografia de menores, prostituição intrafamiliar, aliciamento *online* para encontros sexuais, turismo sexual infantil e tráfico de

¹⁸⁴ O “NSPCC – *National Society for the Prevention of Cruelty to Children*”, é uma ONG britânica que trabalha a favor da proteção da criança contra abusos. Dispõe também de linha telefónica para a conselheamento ou denúncia (disponível em <https://www.nspcc.org.uk/services-and-resources/nspcc-helpline/>). Vide NATIONAL SOCIETY FOR THE PREVENTION OF CRUELTY TO CHILDREN - **How do you define child sexual abuse** [Em linha] [Consult. 29 jul. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.nspcc.org.uk/preventing-abuse/child-abuse-and-neglect/child-sexual-abuse/>>.

¹⁸⁵ A distinção é apresentada nos seguintes termos: “Contact abuse involves touching activities where an abuser makes physical contact with a child, including penetration. It includes: sexual touching of any part of the body whether the child's wearing clothes or not; rape or penetration by putting an object or body part inside a child's mouth, vagina or anus; forcing or encouraging a child to take part in sexual activity; making a child take their clothes off, touch someone else's genitals or masturbate. Non-contact abuse involves non-touching activities, such as grooming, exploitation, persuading children to perform sexual acts over the internet and flashing. It includes: encouraging a child to watch or hear sexual acts; not taking proper measures to prevent a child being exposed to sexual activities by others; meeting a child following sexual grooming with the intent of abusing them; online abuse including making, viewing or distributing child abuse images; allowing someone else to make, view or distribute child abuse images; showing pornography to a child; sexually exploiting a child for money, power or status (child exploitation)”.

¹⁸⁶ Outra definição é apresentada por Monique Ferraro, Eoghan Casey e Michael McGrath, na qual “a exploração sexual de crianças inclui todas as formas de abuso sexual de crianças online, em especial o aliciamento de menores para atividade sexual, a produção, distribuição e importação de pornografia infantil e o turismo sexual infantil” (2005, p. 3).

crianças para escravatura, trabalho, prostituição ou outras violações dos direitos civis.

A OMS providencia uma definição mais completa sobre abuso sexual que abrange ambas as modalidades (2003, p. 75)¹⁸⁷:

“Child sexual abuse is the involvement of a child in sexual activity that he or she does not fully comprehend, is unable to give informed consent to, or for which the child is not developmentally prepared and cannot give consent, or that violates the laws or social taboos of society. Child sexual abuse is evidenced by this activity between a child and an adult or another child who by age or development is in a relationship of responsibility, trust or power, the activity being intended to gratify or satisfy the needs of the other person. This may include but is not limited to:

- the inducement or coercion of a child to engage in any unlawful sexual activity;*
- the exploitative use of a child in prostitution or other unlawful sexual practices;*
- the exploitative use of children in pornographic performance and materials”.*

Teresa M. Magalhães (2016, p. 15) considera que a definição da OMS é bastante abrangente mas que carece de esclarecimentos, nomeadamente: a nível do abuso ser intrafamiliar (mais censurável na nossa legislação) ou extrafamiliar; e, no caso do segundo, poder comportar nuances relativamente ao consentimento ou igualdade na relação; ou o abuso ser perpetrado por menores¹⁸⁸ e “(...) a satisfação das necessidades do perpetrador pode ser não apenas de gratificação física e sexual mas, igualmente, de carácter económico”. Na nossa perspetiva, a análise da Autora aplica-se também à definição de abuso sexual avançada pela Direção-Geral da Saúde nacional.

¹⁸⁷ Cf. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - Child sexual abuse. Em **Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence**. Genebra. 2003.

¹⁸⁸ No mesmo sentido, Margarida Alpuim, *op.cit.*, 2009, p.9.

O *Interagency Working Group on Sexual Exploitation of Children*¹⁸⁹, do qual fazem parte inúmeras organizações como a Interpol, a Europol¹⁹⁰, o ECPAT, a UNICEF e a INHOPE, lançou em 2016, o “*Terminology guidelines for the protection of children from sexual exploitation and sexual abuse*”¹⁹¹. Esta publicação, que visa a harmonização semântica dos vocábulos associados aos crimes de exploração e abuso sexual de crianças, preconiza a sua clarificação para referir as variadas condutas associadas e, no que respeita ao abuso sexual de crianças, admite tratar-se de uma categoria lata que, no geral, “(...) define o dano causado a crianças, através da força ou coação, para envolvimento em atividades sexuais, estejam ou não conscientes do sucedido (Interagency Working Group on Sexual Exploitation of Children, 2016, p. 19).

Por vezes, o conceito de abuso sexual também é conotado com violência sexual ou exploração sexual (Lalor e McElvaney, 2010, p. 15)¹⁹², preconizado como terminologia mais correta, compreendendo o contacto e interações de natureza sexual entre uma criança ou adolescente e um adulto, no qual o ofensor se utiliza da vítima para se estimular, estimular a vítima ou outrem. Pode ser cometido também por menores, desde que a conduta seja dissentida, com abuso de posição

¹⁸⁹ Uma iniciativa do ECPAT International, que se trata de uma ONG fundada em 1990, sediada na Tailândia e constituída por 95 organizações da sociedade civil de 86 países, dedicadas à eliminação da exploração comercial sexual de crianças, conforme informação disponibilizada no respetivo sítio de Internet em <http://www.ecpat.org/> (acedido em 2017-05-26). Portugal não tem qualquer organização como membro desta ONG.

¹⁹⁰ Uma breve introdução à Europol: A decisão 2009/371/JAI do Conselho, de 6 de abril de 2009, criou o Serviço Europeu de Polícia (Europol), com o objetivo de “apoiar e reforçar a ação das autoridades competentes dos Estados-Membros e a sua cooperação mútua em matéria de prevenção e combate” à criminalidade grave e organizada, que afetassem dois ou mais Estados-Membros. Esta decisão foi substituída, em 11 de maio de 2016, pelo Regulamento (EU) 2016/794 do Parlamento Europeu e do Conselho, que cria a “Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) e que substitui e revoga as Decisões 2009/371/JAI, 2009/934/JAI, 2009/936/JAI e 2009/968/JAI do Conselho”. A Unidade Nacional da Europol e o Gabinete Nacional Interpol estão a cargo da Unidade de Cooperação Internacional da PJ, conforme decorre do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 42/2009, de 12 de fevereiro.

¹⁹¹ Vide Interagency Working Group on Sexual Exploitation of Children. *Terminology guidelines for the protection of children from sexual exploitation and sexual abuse*. ECPAT Luxemburgo. 2016. ISBN:978-92-61-21501-9.

¹⁹² Cf. LALOR, Kevin; MCELVANEY, Rosaleen - Overview of the nature and extent of child Sexual abuse in Europe. Em **Protecting children from sexual violence - A comprehensive approach**. Estrasburgo: Conselho da Europa, 2010. ISBN 978-928-716-972-3. p. 13–43. Nas palavras dos Autores, “The term «child sexual abuse» is probably the most commonly used term when reference is made to sexual violence against or exploitation of children”.

de controlo ou poder sobre a vítima (Fávero *et al.*, 2017, pp. 86–87)¹⁹³. Com efeito, verificamos que o termo “violência sexual contra crianças” comporta condutas semelhantes, seja com utilização da força, coação, indução, seja através de contacto ou sem contacto físico (Barroso, 2016, p. 530; Basile e Saltzman, 2002, p. 9; UNICEF, 2014, p. 4)¹⁹⁴. Em suma, “(...) qualquer criança ou adolescente que tenha contacto sexual com um adulto é vítima de violência sexual” (Fávero *et al.*, 2017, p. 87).

Na generalidade, a sexualidade humana envolve “(...) porventura, o que de mais íntimo tem o ser humano. A esfera de intimidade que envolve a sexualidade comporta uma dimensão absolutamente reservada que, em regra, entra em colisão com qualquer exposição pública da mesma” (Mouraz Lopes e Milheiro, 2015, p. 19)¹⁹⁵. No mesmo sentido, Barroso (2016, p. 531) escreve que “(...) sendo a sexualidade algo profundamente íntimo e pessoal, a violência sexual tem muitas vezes implícito um poder simbólico”.

¹⁹³ Cf. FÁVERO, Marisalva Fernandes *et al.* - Sexual violence against children and adolescents: a developmental victimology. **Psiquiatria, Psicologia & Justiça**. ISSN 2182-9381. 12 (2017) 81–107.

¹⁹⁴ Cf. BARROSO, Ricardo, *op. cit.*, “Violência sexual”, nestes termos: “Entende-se por violência sexual a prática coerciva de qualquer ato sexual, tentativa de conseguir ato sexual, atos contra a sexualidade da pessoa, abordagem ou comentário sexualizado não desejado ou atos de comércio sexual, ou de algum modo a ele relacionado, por qualquer pessoa independentemente da sua relação com a vítima, em qualquer contexto, incluindo mas não limitado ao contexto doméstica e laboral”; UNICEF - **Hidden in plain sight: a statistical analysis of violence against children**. Nova Iorque: 2014, nestes termos: “sexual violence comprises any sexual activities imposed by an adult on a child against which the child is entitled to protection by criminal law. This includes: (a) The inducement or coercion of a child to engage in any unlawful or psychologically harmful sexual activity; (b) The use of children in commercial sexual exploitation; (c) The use of children in audio or visual images of child sexual abuse; and (d) Child prostitution, sexual slavery, sexual exploitation in travel and tourism, trafficking for purposes of sexual exploitation (within and between countries), sale of children for sexual purposes and forced marriage”; BASILE e SALTZMAN, *op. cit.*, da seguinte forma: “nonconsensual completed or attempted contact between the penis and the vulva or the penis and the anus involving penetration, however slight; nonconsensual contact between the mouth and the penis, vulva, or anus; nonconsensual penetration of the anal or genital opening of another person by a hand, finger, or other object; nonconsensual intentional touching, either directly or through the clothing, of the genitalia, anus, groin, breast, inner thigh, or buttocks; or nonconsensual non-contact acts of a sexual nature such as voyeurism and verbal or behavioral sexual harassment. All the above acts also qualify as sexual violence if they are committed against someone who is unable to consent or refuse”.

¹⁹⁵ No mesmo sentido, Cláudia Saraiva (2015, p. 76 ss). Cf. SARAIVA, Cláudia Sofia Fortunato - **A tutela dos interesses da vítima menor nos crimes de abuso sexual - dicotomia entre protecção da vítima e punição do agressor**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2015.

A criminalidade sexual apresenta características intimistas, que “comporta igualmente uma dimensão de «reserva» que tem como consequência o facto de a vítima, tanto nos crimes praticados com menores como entre adultos, ter sempre ou quase sempre sérias dificuldades em abordar a factualidade ocorrida” (Mouraz Lopes e Milheiro, 2015, p. 19)¹⁹⁶. Efetivamente, a “reserva” a que os Autores aludem pode ser a estratégia da família da vítima para a subtrair à vitimação secundária que advém de todo o processo judicial que uma queixa-crime acarreta (Fávero *et al.*, 2017, pp. 89–90).

Conforme realçam Mouraz Lopes e Milheiro (2015, p. 19) a criminalidade sexual apresenta uma dimensão de relação desequilibrada de poder que ocorre entre o agressor e a vítima, constituindo-se um como dominador e o outro como dominado. Esta desigualdade é mais notória quando se trata da vitimação de menores, cujo dano psicológico poderá assumir uma dimensão ainda mais grave, se o facto criminal ocorrer no âmbito de relação de parentesco, hierarquia ou similar (p. 20).

Como tivemos oportunidade de observar, os abusos sexuais de crianças são tidos como qualquer ato lesivo do menor e não se compadecem com a terminologia jurídica constante do nosso CP, onde os “abusos sexuais de criança” constituem uma categoria bastante mais limitada em termos de condutas tipificadas. Porém, na generalidade dos crimes sexuais, as consequências destas experiências abusivas são graves para a vítima, física e psicologicamente (Organização Mundial da Saúde, 2003, pp. 80–81), especialmente quando praticadas por pessoas próximas (Magalhães, 2016, p. 15), significando uma perda de confiança sobre si mesma e sobre o que a rodeia, com consequências até na própria sexualidade e relações de afetos futuros (Mouraz Lopes e Milheiro, 2015, pp. 21–22). Este fenómeno parece vitimar maioritariamente o sexo feminino (Alpuim, 2009, p. 55; Lalor e McElvaney, 2010, p. 22; Magalhães, 2016, p. 15).

No que concerne aos ofensores, a literatura oferece diversas classificações, sobre as quais nos debruçaremos brevemente. Elisangela Reghelin (2015, p. 115-116)¹⁹⁷

¹⁹⁶ No mesmo sentido, Cláudia Saraiva (*op. cit.*, 2015, p. 76 ss).

¹⁹⁷ Vide REGHELIN, Elisangela Melo - **Delinquência sexual grave: o tratamento jurídico-penal contemporâneo para indivíduos perigosos**. Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 2015.

divide os ofensores sexuais de crianças em dois tipos, com base no respetivo interesse sexual: o “abusador primário” é o que manifesta interesse sexual exclusivo, intenso e recorrente em crianças, coincidindo com o diagnóstico de “pedófilo”, ao passo que o “abusador secundário ou situacional” será aquele que “(...) apresenta orientação sexual mais direcionada a pessoas adultas, porém, eventualmente, pode, em situações particulares de isolamento, estresse ou ira, cometer algum abuso sexual infantil”. Vanessa Moura (2016, pp. 10–11)¹⁹⁸ recorre a uma divisão tripartida, contendo os ofensores “preferenciais ou fixados” (com preferência sexual por crianças); os “situacionais ou *regressed*” (a ofensa sexual ocorre por impulso) e os “Agressivos” (que obtêm gratificação sexual através da dor que infligem à vítima).

Outra taxonomia provém de Lanning (2010, p. 32 ss), dividindo os ofensores sexuais em duas categorias, baseadas na motivação do ofensor e não mutuamente excludentes: o ofensor sexual situacional e o ofensor preferencial. Assim, os ofensores podem demonstrar ambas as motivações e padrões de conduta, mas habitualmente, um dos tipos é predominante. Algumas das características prevaletentes no ofensor situacional são as seguintes: menos inteligente; estatuto socioeconómico mais baixo; desordens de personalidade como psicopatias e comportamento antissocial; práticas criminais diversas; visualização de pornografia violenta e comportamento impulsivo, dependendo da disponibilidade e oportunidade. No que concerne a algumas das características do ofensor sexual preferencial, as prevaletentes são a maior inteligência; estatuto socioeconómico mais elevado; parafilias como a pedofilia, *voyeurismo* e sadismo; práticas criminais não variadas; visualização de pornografia por tema; compulsivo e com comportamento guiado pela fantasia.

Utilizando a mesma taxonomia, atribuindo características semelhantes às atribuídas por Lanning, John E. Douglas *et al.* (2006, pp. 296–297)¹⁹⁹ distinguem e

¹⁹⁸ Cf. MOURA, Vanessa Alves De - **Preditores psicológicos do interesse sexual pedofílico numa amostra de abusadores sexuais de menores**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2016.

¹⁹⁹ Vide DOUGLAS, John E. *et al.* (EDS.) - **Crime classification manual: a standard system for investigating and classifying violent crimes**. [1992] 2.^a ed. São Francisco: Jossey-Bass, 2006. ISBN 978-0-7879-8501-1.

aprofundam as características do ofensor preferencial por crianças, afirmando “the preferential child molesters have a definite sexual preference for children. Their sexual fantasies and erotic imagery focus on children. Preferential child molesters almost always have access to children, molest multiple victims, and collect child pornography or child erotica”.

António Serafim e colegas (2009, p. 106)²⁰⁰ efetuaram uma revisão de literatura²⁰¹ atinente a esta temática, tendo concluído que as ofensas sexuais cometidas por indivíduos “portadores de pedofilia” são raras, mas “(...) quando envolvidos com atos ilícitos, a expressão do comportamento criminoso dos pedófilos permite diferenciá-los em dois tipos: os abusadores e os molestadores. Os abusadores caracterizam-se principalmente por atitudes mais sutis e discretas no abuso sexual, geralmente se utilizando de carícias, visto que em muitas situações a vítima não se vê violentada. Já os molestadores são mais invasivos, menos discretos e geralmente consomem o ato sexual contra a criança”, podendo este grupo ser dividido em dois subgrupos, nomeadamente: o “molestador situacional (pseudopedófilo)” e o “pedófilo molestador preferencial”.

Para o situacional ou “pseudopedófilo” a criança não é o objeto central de sua fantasia, mas impele-o a obtenção de satisfação sexual atendendo à fragilidade da criança e à vantagem de não ser descoberto. São referidos três subgrupos de molestadores situacionais: o “situacional regredido” porque “regredir a estágios anteriores do desenvolvimento” e só se sente seguro lidando com pessoas frágeis; o “molestador situacional inescrupuloso (moral ou sexual)” que comete o abuso mediante a disponibilidade de vítimas, mas as crianças não constituem a sua prioridade; e o “molestador situacional inadequado” que poderá padecer de algum tipo de transtorno ou atraso mental, não distinguindo o caráter criminoso das suas práticas. Por outro lado, o “pedófilo molestador preferencial” é o ofensor exclusivo, pois apenas obtém gratificação sexual com crianças, pelo que todo o seu comportamento sexual está focado em vítimas específicas e esta tipologia também se pode dividir em três, a saber: o “pedófilo molestador preferencial sedutor” que

²⁰⁰ Cf. SERAFIM, António De Pádua *et al.* - Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. **Revista de Psiquiatria Clínica**. Brasil. ISSN 1806-938X. 36:3 (2009) 105–111. doi: 10.1590/S0101-60832009000300004.

²⁰¹ Consistiu na revisão de 39 artigos, datados entre 1989 e 2008.

adota comportamentos de sedução e “(...) insinua gradativa e indiretamente assuntos sexuais, usando pornografia infantil e parafernália sexual (...)” para diminuir as inibições da vítima e envolvê-la em atividades sexuais; o “pedófilo molestador preferencial sádico” cujo objetivo é obter gratificação sexual através da violência exercida sobre crianças; e o “pedófilo molestador preferencial introvertido” que não possui habilidade social para a sedução, “(...) utilizando a prostituição infantil, turismo sexual, Internet (...)” para manter relacionamento sexual.

Maria Francisca Rebocho e Rui Abrunhosa Gonçalves (2012, p. 2780)²⁰², em estudo empírico²⁰³ realizado em Portugal sobre crimes sexuais com contacto físico, distingue três tipologias em função das condutas: manipuladores, oportunistas e coercivos. Concluem os Autores que, usualmente, os manipuladores correspondem a molestadores de crianças, enquanto os coercivos utilizam-se de violência sexual (“*rapists*”) e os oportunistas incluem tanto ofensores manipuladores como os que se utilizam de violência sexual.

Como tivemos oportunidade de verificar, há diversas classificações de ofensores sexuais, inclusivamente de ofensores sexuais de crianças, e cada uma possui características psicológicas e de *modi operandi* diferenciados, pelo não nos iremos alongar em aprofundar esta questão relativamente à generalidade dos ofensores sexuais, mas iremos fazê-lo quando discutirmos sobre a taxonomia dos ofensores do crime de pornografia de menores. Assim, verificámos que alguns ofensores sexuais de crianças podem, se assim diagnosticado, padecer da desordem parafílica. De facto, conforme realça Paulino (2016, Pedofilia, p. 351) “alguns pedófilos, ainda que tenham atração sexual por crianças pré-púberes, não encetam relações sexuais com elas, enquanto alguns abusadores sexuais de crianças, não se sentindo sexualmente despertados por crianças, abusam-nas por diversos motivos (e.g. falta de parceiros adultos, vingança sobre a mãe da criança, sob efeito de

²⁰² Cf. REBOCHO, Maria Francisca; GONÇALVES, Rui Abrunhosa - Sexual predators and prey: a comparative study of the hunting behavior of rapists and child molesters. **Journal of Interpersonal Violence**. ISSN 1552-6518. 27:14 (2012) 2770–2789. doi: 10.1177/0886260512438280.

²⁰³ Amostra constituída por 216 ofensores sexuais encarcerados.

substâncias)”. Contudo, conforme enfatiza o Autor, um número considerável de abusadores sexuais de crianças insere-se em ambos os tipos.

Os condenados judicialmente por crimes desta natureza poderão ser destinatários de terapêuticas de reabilitação adequadas, quer esteja na base da sua motivação a atração sexual por crianças ou não, porquanto “uma intervenção verdadeiramente reabilitadora deve, pois, incluir modelos e abordagens diversas, desde a formação escolar e qualificação profissional (atendendo à pouca escolarização/qualificação de indivíduos com comportamento criminal) e treino de competências de vida diária, a intervenções especializadas, individuais e grupais, focadas nas necessidades criminógenas e nas necessidades de intervenção em saúde mental apresentadas pelos agressores (devidamente avaliadas no início do processo de reabilitação)” (Brazão, 2016, p. 414)²⁰⁴.

A título exemplificativo, o projeto alemão “Dunkelfeld” (Beier *et al.*, 2014)²⁰⁵ desde 2005 que investiga o interesse sexual de adultos em prepubescentes e pubescentes, através de um programa gratuito e confidencial para o qual os indivíduos se voluntariam para serem sujeitos tratamento através de abordagem cognitivo-comportamental e farmacológica. Neste âmbito, independentemente de já terem ou não cometido crimes sexuais de contacto ou de pornografia de menores, a percentagem de desistentes foi de 29,6%, não tendo finalizado o tratamento de 12 meses. O acompanhamento pós tratamento apurou recaídas na ordem dos 20% nos indivíduos que tinham cometido abusos sexuais de contacto e de 91% nos de pornografia de menores e nenhuma destas ocorrências chegou ao conhecimento das autoridades policiais.

Outra intervenção possível prende-se com a administração de fármacos para controlo dos impulsos sexuais, denominada de “castração química”, a qual é passível de ser utilizada a título preventivo²⁰⁶ ou como medida de prevenção de

²⁰⁴ Vide BRAZÃO, Nélío - Reabilitação. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 413–414.

²⁰⁵ Cf. BEIER, Klaus M. *et al.* - The German Dunkelfeld Project : a pilot study to prevent child sexual abuse and the use of child abusive images. **Journal of Sexual Medicine**. Alemanha (2014). doi: 10.1111/jsm.12785.

²⁰⁶ Vide artigos de jornal “Scientists begin trials on a cure for paedophilia: cancer drug could rid men of «unwanted» sexual urges towards children”, publicado em 09/05/2016 no Daily Mail online (disponível em <http://www.dailymail.co.uk/news/article-3580581/Scientists-begin-trials-CURE-paedophilia-Cancer-drug-rid-men-unwanted-sexual-urges-children.html>, acedido em 06/09/2017) e

reincidência de indivíduos condenados (Davidson, 2008, p. 145)²⁰⁷. Esta forma de intervenção visa a redução da testosterona, com o propósito da redução da libido sexual, alegadamente reduzindo o risco de ofensas desta natureza (Davidson, 2008, pp. 156–157)²⁰⁸ e não é uma terapia que seja utilizada em Portugal em ambiente prisional (*vide* DGRSP, 2016, Apêndice B2). Com efeito, esta intervenção, seja de natureza voluntária ou coerciva, suscita questões éticas e de eficácia (Davidson, 2008, p. 159; Maia e Seidl, 2014, pp. 253–254; Stetner e Rodrigues, 2011, p. 293)²⁰⁹, das quais destacamos a que nos parece incontornável, apresentada por Julia Davidson (2008, p. 159):

"The employment of drugs to suppress sexual desire assumes that the act of child abuse is entirely physiological; this is a misconception. Research demonstrates that child abusers enjoy the company of children; enjoy the feeling of power, control and domination that the abuse of a child affords; are likely to have experienced abuse and rejection in past relationships, and have low self-esteem (Finkelhor,

"Paedophiles to be given cancer drug in bid to cure them and stop sex beasts preying on children", publicado em 07/04/2016 no Mirror (disponível em <http://www.mirror.co.uk/news/uk-news/paedophiles-given-cancer-drug-bid-7705051>, acedido em 06/09/2017).

²⁰⁷ A Autora aponta várias falhas na implementação de ensaios clínicos como forma de avaliar as taxas de reincidência criminal, concluindo que os resultados de tais estudos, são, no mínimo, inconclusivos. No mesmo sentido, Michael Seto (2009, p. 401) quando refere que "The research regarding these drugs is methodologically weak, consisting mostly of open trials or case studies". *Vide* SETO, Michael C. - Pedophilia. **Annual Review of Clinical Psychology**. ISSN 1548-5943. 5 (2009) 391–407. doi: 10.1146/annurev.clinpsy.032408.153618.

²⁰⁸ A Autora esclarece ainda que esta intervenção química já foi utilizada em vários países — Reino Unido, França, Holanda, Estados Unidos da América, Canadá, Bélgica, Itália, Alemanha, Hungria e Suécia — sendo que, nos Estados Unidos da América, a castração compulsiva em ofensores sexuais foi introduzida na Califórnia, em 1996. Sara Fernandes (2014, p. 95) adianta que a castração química é obrigatória na Rússia, Dinamarca e Polónia "(...) para pedófilos reincidentes, mas em vários países da Europa, como Alemanha, Reino Unido e França a castração química é só vista como um procedimento a aplicar de forma voluntária, tal como em Portugal". *Vide* FERNANDES, Sara Sofia Santos - **Caracterização do abusador sexual de crianças**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, 2014.

²⁰⁹ Cf. Ressalva Julia Davidson (*op. cit.*, 2008, p. 159): "The use of drugs to control offending behaviour has been criticised on ethical grounds in the light of possible harmful side effects which can include for example: insomnia; depression; hypoglycaemia; blood clots; allergic reactions; diabetes; breast enlargement; damaged liver, and weight gain"; Michael Seto também aponta alguns dos mesmo efeitos (2009, p. 401). *Vide* MAIA, Thais Meirelles De Sousa; SEIDL, Eliane Maria Fleury - Castração química em casos de pedofilia: considerações bioéticas. **Revista Bioética**. Brasil. ISSN 1983-8042. 22:2 (2014) 252–261. doi: 10.1590/1983-80422014222006; STETNER, Catarina Nucci; RODRIGUES, Guilherme Mendonça - Castração química: limites e possibilidades à adoção como penalidade para pedofilia. **Gestão & Políticas Públicas**. Brasil. ISSN 2237-1095. 1:1 (2011) 281–294.

1984; Davidson, 2001). *The forces that drive an individual to abuse a child are highly complex and not always necessarily predicated only upon sexual desire*".

1.2.4 Conceito de pedofilia

A palavra "Pedofilia" provém do grego e significa "amor pelas crianças" (Wyre, 2000, p. 49)²¹⁰, caracterizando-se por relações sexuais com crianças, sejam intencionadas, concretizadas ou fantasiadas (Holguin, 2007, p. 1112)²¹¹. É uma palavra utilizada por vezes descuidadamente, remetendo-nos para casos de crimes sexuais contra crianças. Nos discursos mediáticos e não só, a palavra é utilizada num contexto penal, o qual não corresponde à sua verdadeira definição, em contexto clínico.

Em contexto penal, é mais correta a utilização do nome do crime, por exemplo, "abuso sexual de crianças" no caso do CP português, pois a generalização do vocábulo "pedófilo" não contribui para a clarificação da conduta penalizada²¹², pois como já tivemos oportunidade de observar a pedofilia não conduz necessariamente à prática do crime (Serafim *et al.*, 2009, p. 106)²¹³, embora se deva ter em consideração "(...) que será muito maior a probabilidade de cometer um comportamento criminal se o indivíduo padecer de um quadro psicopatológico que (...) proporcione prazer sexual induzido por uma parafilia" (Almeida, F., 2016, p. 402)²¹⁴.

²¹⁰ Cf. WYRE, Ray - Paedophile Characteristics and patterns of behaviour: developing and using a typology. Em ITZIN, CATHERINE (Ed.) - **Home truths about child sexual abuse - influencing policy and practice**. [S.l.]: Routledge, 2000. ISBN 0-203-992-42-3. p. 49–69.

²¹¹ Cf. HOLGUIN, Ana - Pedophilia. (Fedwa Malti-Douglas, Ed.). Em *Encyclopedia of Sex and Gender*. Estados Unidos da América: Thomson Gale, 2007. ISBN 978-0028-65960-2.

²¹² Neste sentido, vide Paulino (*op. cit.*, 2016, Pedofilia, p. 351).

²¹³ Os Autores, referem na p. 106, que: "(...) os portadores de pedofilia podem manter seus desejos em segredo durante toda a vida sem nunca compartilhá-los ou torná-los atos reais; podem casar-se com mulheres que já tenham filhos ou atuar em profissões que os mantenham com fácil acesso a crianças, mas raramente causam algum mal".

²¹⁴ Cf. ALMEIDA, Fernando De - Psicopatologia e crime. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 402–403.

Não sendo assim em todas as situações, deve-se traçar necessariamente uma separação entre a desordem mental e a conduta efetiva. Disto nos dá conta Tony Krone (2004, pp. 4–5)²¹⁵ que desenvolveu um estudo sobre a tipologia de ofensores sexuais de menores *online*, verificando que há um amplo leque de motivações para a conduta abusiva.

Pedofilia é uma desordem mental da categoria das desordens parafilicas e não constitui um crime. Objetivamente o que constitui crime é a conduta típica e ilícita, passível de ser concretizada por qualquer indivíduo que não cumpra os critérios clínicos para este diagnóstico²¹⁶.

Os comportamentos associados a desordens mentais, isto é, consideradas psicopatologias, são assim categorizados por se revestirem de alguns critérios (Pires, 2003, pp. 16–17)²¹⁷, a saber:

- i) Têm de reproduzir uma frequência estatística rara ou muito reduzida;
- ii) Têm de comportar violação de normas sociais e culturais, dependendo do contexto;
- iii) Podem derivar de um relato de sofrimento pessoal;
- iv) Podem ser consequência de uma disfunção ou distúrbio resultantes da existência de psicopatologia subjacente;
- v) Podem revelar comportamentos inesperados.

²¹⁵ Cf. KRONE, Tony - A Typology of Online Child Pornography Offending. **Trends & Issues in Crime and Criminal Justice**. Austrália. ISSN 0817-8542. 279 (2004) 1–6.

²¹⁶ Cf. Michael Seto (2009, p. 401) refere, “Pedophilia is a diagnosis that applies to individuals who are sexually interested in pre-pubescent children. It does not require sexual behavior involving children: Individuals who report recurrent sexual thoughts, fantasies, or urges about sex with children, or who exhibit greater sexual arousal to children than to adults, could meet the diagnostic criteria without ever acting upon their sexual interest. At the same time, it is possible for someone to have engaged in sexual behavior with a child, or to report having had a sexual thought, fantasy, urge, or arousal regarding a child, without qualifying for the DSM-IV-TR diagnosis (which requires the sexual interest to be recurrent and intense)”; No mesmo sentido, Miller (2013, p. 507) esclarece o seguinte: “Note that pedophilia *per se* is just that: a psychiatric diagnosis. It only becomes a crime if the subject acts upon his or her fantasies, urges, or preferences in ways that the prevailing laws proscribe, in which case we might label it as pedophilic offending”. Cf. MILLER, Laurence - Sexual offenses against children: Patterns and motives. **Aggression and Violent Behavior**. ISSN 1359-1789. 18:5 (2013) 506–519. doi: 10.1016/j.avb.2013.07.006.

²¹⁷ Cf. PIRES, Carlos M.Lopes - **Noções de Psicopatologia**. Lisboa: Universidade Aberta, 2003. ISBN 972-674-401-6.

Os critérios elencados têm de ser sopesados quanto à intensidade, podendo concorrer vários em simultâneo e dependem do contexto.

No que respeita às desordens de natureza sexual, Carlos Pires, recorrendo aos estudos de Masters & Johnson (Masters & Johnson, 1970 *in* Pires, 2003, p. 143)²¹⁸ insere-nos na temática da resposta sexual humana, esclarecendo que o ciclo sexual humano é composto por quatro fases subsequentes, denominadas de “desejo”, “excitação”, “orgasmo” e “resolução”. Francisco Rolo Oliveira (2014, p. 40)²¹⁹ também atribui a estes Autores a inovação do modelo da resposta sexual, cujas fases²²⁰ são experienciadas por ambos os sexos. A resposta sexual humana é composta “(...) por uma sequência de alterações físicas e emocionais que surgem perante um estímulo sexual, seja durante uma relação sexual, seja durante a masturbação” (Oliveira, 2014, p. 39).

A importância desta informação, no que ao nosso estudo releva, para além do estabelecimento das sucessivas fases, carrega a informação de que à fase da excitação corresponde “uma experiência subjetiva de prazer associada a mudanças fisiológicas, como o aumento do fluxo sanguíneo, que se traduz na tumescência dos tecidos; aumento da ereção do pénis ou aumento do volume em zonas específicas da vagina” (Pires, 2003, p. 143).

Portanto, a sucessão das fases do ciclo sexual humano apresenta-se sequencial e interdependente, constituindo um modelo linear, “(...) em que uma fase se segue imediatamente da outra”, sendo “(...) considerados mais apropriados ao homem” (Oliveira, 2014, p. 40).

Quanto ao outro aspeto que relevámos, prende-se com a mudança fisiológica ocorrida sobre a qual se debruçam estudos com o propósito, não só de diagnosticar a desordem em indivíduos, como também em estudos científicos relativos à problemática, com vista a contornar as desvantagens do autorrelato (Beier *et al.*,

²¹⁸ Cf. referido na bibliografia do Autor, referindo-se a Masters, W. H. & Johnson, V. E. – Human sexual inadequacy. Boston: Little Brown, 1970.

²¹⁹ Vide OLIVEIRA, Francisco Rolo - Saúde sexual. Em FORTUNATO BARROS E RUTE FIGUEIREDO (COORD) (Ed.) - **Manual de medicina sexual - Visão multidisciplinar**. Portugal: Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica e Sociedade Portuguesa de Andrologia, 2014. p. 37–41.

²²⁰ O Autor denomina-as de “Excitação, *Plateau*, Orgasmo e Resolução”.

2009, p. 548; Neutze *et al.*, 2012, p. 173; Rebocho e Gonçalves, 2012, p. 2775; Seigfried-Spellar e Rogers, 2013, p. 2002; Seigfried, Lovely e Rogers, 2008, p. 296)²²¹. Nestes, além da utilização do polígrafo no autorrelato (DeLisi *et al.*, 2016, p. 5)²²² são referidas técnicas que visam avaliar e medir a resposta fisiológica de ofensores a imagens de pornografia de menores, por meios como a falometria (Blanchard *et al.*, 2012, p. 13; Seto, Kingston e Bourget, 2014, p. 3)²²³ e a ressonância magnética cerebral (Habermeyer *et al.*, 2013)²²⁴. De realçar que a falometria, também conhecida por pletismografia peniana é uma técnica psicofisiológica que visa registar respostas erécteis mediante a apresentação de estímulos sexuais. Contudo, é uma técnica cujos resultados suscitam dúvidas quanto às suas limitações e falibilidade (Paulino, 2016, pp. 207–208)²²⁵. Na opinião de Seto (2009, p. 402), a falometria é o método de diagnóstico mais válido para a pedofilia, referindo que “múltiplos estudos mostraram que é um bom preditor da reincidência sexual entre ofensores sexuais identificados”.

Na nossa pesquisa, com vista a recolher elementos sobre a definição de pedofilia, expressão clínica muitas vezes associada ao discurso sobre a problemática da pornografia de menores, sobressaíram dois instrumentos clínicos de impacto internacional. Estes instrumentos, em termos simplistas, são repositórios de critérios e orientações para o diagnóstico de psicopatologias para clínicos, e são o

²²¹ Cf. SEIGFRIED, Kathryn C.; LOVELY, Richard W.; ROGERS, Marcus K. - Self-reported online child pornography behavior: a psychological analysis. **International Journal of Cyber Criminology**. ISSN 0974-2891. 2:1 (2008) 286–297; NEUTZE, Janina *et al.* - Undetected and detected child sexual abuse and child pornography offenders. **International Journal of Law and Psychiatry**. ISSN 0160-2527. 35:3 (2012) 168–175. doi: 10.1016/j.ijlp.2012.02.004; SEIGFRIED-SPELLAR, Kathryn C.; ROGERS, Marcus K. - Does deviant pornography use follow a Guttman-like progression? **Computers in Human Behavior**. ISSN 0747-5632. 29:5 (2013) 1997–2003. doi: 10.1016/j.chb.2013.04.018; BEIER, Klaus M. *et al.* - Encouraging self-identified pedophiles and hebephiles to seek professional help: First results of the Prevention Project Dunkelfeld (PPD). **Child Abuse & Neglect**. ISSN 0145-2134. 33:8 (2009) 545–549. doi: 10.1016/j.chiabu.2009.04.002.

²²² Cf. DELISI, Matt *et al.* - The dark figure of sexual offending: new evidence from federal offenders. **Journal of Criminal Psychology**. 6:1 (2016) 3–15. doi: 10.1108/JCP-12-2015-0030.

²²³ Cf. BLANCHARD, Ray *et al.* - Sexual attraction to others: a comparison of two models of alloerotic responding in men. **Archives of Sexual Behavior**. ISSN 0004-0002. 41:1 (2012) 13–29. doi: 10.1007/s10508-010-9675-3; SETO, Michael C.; KINGSTON, Drew A.; BOURGET, Dominique - Assessment of the paraphilias. **Psychiatric Clinics of North America**. 37:2 (2014). doi: 10.1016/j.psc.2014.03.001;

²²⁴ Cf. HABERMEYER, Benedikt *et al.* - Immediate processing of erotic stimuli in paedophilia and controls: a case control study. **BMC psychiatry**. ISSN 1471-244X. 13(2013) 88. doi: 10.1186/1471-244X-13-88.

²²⁵ Cf. PAULINO, Mauro - Falometria. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 207–208.

Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) editado pela APA e o *International Classification of Diseases* (ICD) da OMS da ONU.

No que concerne ao DSM, o qual Carlos Pires (2003, p. 11) considera enfatizar demasiado a “(...) vertente biologizante do comportamento perturbado”, prossegue na sua 5.^a edição (representado como DSM-V, editado em 2011). No atinente às desordens de comportamento sexual, as parafilias são aquelas nas quais a atração sexual, impulsos e a excitação sentidas por adultos²²⁶ são dirigidas para objetos ou atividades sexuais invulgares. Implica também que o indivíduo “(...) aja sob pressão destes impulsos, ou seja fortemente perturbado por eles, interferindo também na sua vida social, profissional e em outras áreas de funcionamento consideradas importantes” (Delgado, 2014, pp. 417–418)²²⁷. Nestas englobam-se o fetichismo, o voyeurismo, o sadismo e masoquismo sexuais, a pedofilia, entre outras.

Quanto às causas para as parafilias, Carlos Pires (2003, p. 147), não especificando nenhuma em particular, refere que a hipótese teórica assenta em mecanismos de condicionamento e de estímulo inadequados que permaneceram associados ao desencadear da excitação sexual. Shetty *et al.* (2014, p. 7)²²⁸ admite que a causa da pedofilia permanece desconhecida, embora estudos sugiram que fatores neuropsiquiátricos — associados a alterações cerebrais (Mohnke *et al.*, 2014)²²⁹ — e diferenças psicossociais — como terem sido vítimas de abusos sexuais na infância — podem contribuir para o desenvolvimento de pedofilia.

²²⁶ O diagnóstico aplica-se apenas a adultos pelas razões aduzidas por Michael Seto e colegas (Seto, Kingston e Bourget, 2014, p. 3), a saber: “*Paraphilic disorder diagnoses are usually reserved for adults because of a reluctance to apply a stigmatizing label to adolescents. There is also a widely held notion that adolescence is a period of fluidity in sexual development, and thus the persistence aspect of paraphilias and paraphilic disorders is not clearly established*”.

²²⁷ Cf. DELGADO, Ana - Sexualidades diferentes. Parafilias. Homossexualidade. Em FORTUNATO BARROS E RUTE FIGUEIREDO (COORD.) (Ed.) - **Manual de medicina sexual - Visão multidisciplinar**. Portugal: Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica e Sociedade Portuguesa de Andrologia, 2014. p. 417–420.

²²⁸ Cf. SHETTY, Abhi *et al.* - Pedophilia. Em CORONA, GIOVANNI; JANNINI, EMMANUELE A.; MAGGI, MARIO (Eds.) - **Emotional, physical and sexual abuse - impact in children and social minorities**. Suíça: Springer International Publishing, 2014. ISBN 978-3-319-06786-5. p. 1–16.

²²⁹ Cf. MOHNKE, Sebastian *et al.* - Brain Alteration in paedophilia: a critical review. **Progress in Neurobiology**. ISSN 0301-0082. 122 (2014) 1–23. doi: 10.1016/j.pneurobio.2014.07.005.

Na quarta edição do DSM, as parafilias, em termos gerais, para o seu diagnóstico era exigido que existissem há pelo menos seis meses e que a atração fosse intensa (Pires, 2003, p. 146), acarretando angústia ou prejuízo para o indivíduo (Seto, 2012, p. 231)²³⁰. O teor permaneceu semelhante na edição seguinte do DSM, editado em 2011 (Reghelin, 2015, p. 115), pelo menos no que respeita à parafilia designada por pedofilia. Assim, o diagnóstico desta desordem parafilica far-se-á nos seguintes termos:

“A. Over a period of at least 6 months, recurrent and intense sexual arousal from prepubescent or early pubescent children, as manifested by fantasies, urges, behaviors, or extensive use of pornography depicting children of this age;

B. The person has acted on these sexual urges, or the sexual urges or fantasies cause marked distress or impairment²³¹ in social, occupational, or other important areas of functioning” (Malón, 2012, p. 1086 (tabela 1))²³².

A estes elementos acrescem os fornecidos por Shetty, Abhi *et al.* (2014, p. 3), integrando, para efeitos de diagnóstico, que o indivíduo tenha, pelo menos, 16 anos de idade e seja 5 anos mais velho do que a criança pelo qual demonstra interesse

²³⁰ Cf. SETO, Michael C. - Is pedophilia a sexual orientation? **Archives of Sexual Behavior**. ISSN 0004-0002. 41:1 (2012) 231–236.doi: 10.1007/s10508-011-9882-6.

²³¹ Contra, Shetty, Abhi *et al.* (*op. cit.*, 2014, pp. 2–3) por considerar que a maior parte dos indivíduos com pedofilia não procura tratamento devido a angústia ou prejuízo. São encaminhados pelo sistema de justiça criminal devido a ofensas contra crianças. Com argumentação similar, também se pronuncia Michael C. Seto (2010, p. 591) contra a exigência de “angústia e prejuízo” para o diagnóstico, cf. SETO, Michael C. - Child pornography use and internet solicitation in the diagnosis of pedophilia. **Archives of Sexual Behavior**. ISSN 0004-0002. 39:3 (2010) 591–593. doi: 10.1007/s10508-010-9603-6.

²³² Cf. MALÓN, Agustin - Pedophilia: A diagnosis in search of a disorder. **Archives of Sexual Behavior**. ISSN 0004-0002. 41:5 (2012) 1083–1097.doi: 10.1007/s10508-012-9919-5. Curiosamente, no lançamento desta recente edição do DSM, a American Psychiatry Association (APA) classificou a “desordem pedofílica” como orientação sexual. Rapidamente veio a corrigir, retratando-se, alegando ter-se tratado de um lapso, substituindo a expressão “sexual orientation” por “sexual interest”, cf. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA Statement on DSM-5 Text Error. Arlington. 2013. De acordo com Max Taylor e Ethel Quayle (*op. cit.*, 2003, p. 12) foi precisamente este argumento, de que a pedofilia se tratava de uma orientação sexual, o utilizado por um grupo de apoio a pessoas com interesse sexual em crianças, denominado “*The Paedophile Liberation Front*”.

sexual, assim como delimita a idade da criança como tendo 13 anos de idade ou menos.

É expressiva também a não exigência de exclusividade de interesse sexual pedofílico, pelo que se enquadra nos critérios de diagnóstico desta desordem os indivíduos que tenham interesse sexual por indivíduos de outras faixas etárias.

Releva ainda o facto dos Autores mencionarem que o uso extensivo de pornografia de menores é considerado pelo DSM como um indicador útil da desordem parafilica (Shetty *et al.*, 2014, p. 6). Ao seu encontro segue Michael Seto (2012, p. 232), que refere que “a prevalência da pedofilia (baseado em diagnósticos, testes objetivos ou autorrevelado) em amostras de ofensores de pornografia de menores ou ofensores sexuais com crianças vitimizadas é muito superior (50-65%) do que poderia ocorrer na generalidade da população” e que as ofensas de pornografia de menores são um indicador válido para o diagnóstico de pedofilia (Seto, Cantor e Blanchard, 2006, p. 613)²³³.

No que concerne ao ICD da OMS²³⁴, cujos primórdios remontam a 1960, já tendo percorrido dez edições, enquadra a “paedophilia” nas desordens de preferência sexual, definindo-a da seguinte forma:

“A sexual preference for children, boys or girls or both, usually of prepubertal or early pubertal age” (Organização Mundial da Saúde, 2016)²³⁵.

Com explicações mais aprimoradas, a OMS lançou um documento, intitulado “*The ICD-10 Classification of Mental and Behavioural Disorders: clinical descriptions and diagnostic guidelines*” (pp. 171–172)²³⁶ onde justifica a não inserção de critérios

²³³ Cf. SETO, Michael C.; CANTOR, James M.; BLANCHARD, Ray - Child pornography offenses are a valid diagnostic indicator of pedophilia. **Journal of Abnormal Psychology**. 115:3 (2006) 610–615.

²³⁴ Cujas últimas versões incluíram as propostas de investigadores e clínicos provenientes de 20 países.

²³⁵ Cf. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - **ICD-10 Version: 2016**.

²³⁶ Cf. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - **The ICD-10 Classification of Mental and Behavioural Disorders: clinical descriptions and diagnostic guidelines**. 267.

quando relacionados com adolescentes sexualmente maduros, pese embora penda desaprovação social sobre contactos sexuais entre adultos e adolescentes maduros sexualmente²³⁷. Sublinha-se que, no âmbito da revisão do DSM, foi proposta a inclusão do interesse sexual em adolescentes em início de puberdade, passando a categoria a denominar-se “desordem pedohebefílica”, mas a proposta foi chumbada, alegando-se ampliação clínica demasiado extensa e existência de estudos que indicavam como comum e dentro da normalidade a excitação sexual por adolescentes pubescentes (Krueger e Kaplan, 2012, p. 250)²³⁸. O ICD-10 incorpora também na sua definição a preferência sexual por crianças com idade em início de puberdade.

Prosseguindo no ICD-10, o texto esclarece ainda que podem ser diagnosticados como pedófilos os homens (desordem raramente identificada em mulheres) que detêm uma preferência sexual por parceiros adultos, mas que, em virtude de frustrações crónicas na obtenção de contactos sexuais apropriados, recorrem às crianças como substitutos, assim como também integram o mesmo diagnóstico aqueles que molestam os seus próprios filhos pré-púberes e, ocasionalmente, se aproximam de outras crianças também. No entanto, estes pacientes “(...) resistem a procurar profissionais de saúde e muitas vezes, quando o fazem já se encontram em ruptura com parceiros sexuais, familiares e a sociedade por violação da legislação em vigor” (Delgado, 2014, p. 418).

Como tivemos oportunidade de aflorar, há dois instrumentos de diagnóstico que traçam as linhas gerais sobre a parafilia pedofilia, sendo que a avaliação e o diagnóstico se devem fundamentar num estudo mais aprofundado de cada indivíduo (Seto, Kingston e Bourget, 2014, p. 3)²³⁹.

²³⁷ Vide Michael Seto (*op. cit.*, 2012, p. 232) que se pronuncia sobre a denominada hebephilia, no seguintes termos: “There has been recent debate about the existence of hebephilia, a sexual age orientation for pubescent children, that is, children who are beginning to show signs of physical maturity such as breast budding in girls or changes in the scrotum and penis for boys (...). There is no word coined yet for individuals who are attracted to both mature and immature persons”. No original “*Pedohebephilic disorder*”.

²³⁸ Vide KRUEGER, Richard B.; KAPLAN, Meg S. - Paraphilic diagnoses in DSM-5. **Israel Journal of Psychiatry and Related Sciences**. ISSN 0333-7308. 49:4 (2012) 248–254.

²³⁹ Nas palavras dos Autores: “*Assessment and diagnosis of paraphilias requires a comprehensive, multimodal examination, including a mental status examination to screen for any co-occurring psychiatric conditions; review of sexual history via interview and questionnaires; a sex*

Os Autores realçam ainda que a regular monitorização da pedofilia é uma necessidade, uma vez que “(...) não há evidência de que esta condição clínica possa ser curada” (Seto, Kingston e Bourget, 2014, p. 1).

Ana Delgado (2014, p. 419) refere alguns dos fatores que contribuem para o insucesso do tratamento de indivíduos com parafilias: “(...) uma idade precoce de início de perturbação, uma frequência elevada de atos parafilicos, a inexistência de sentimentos de culpa ou vergonha associados às atividades desenvolvidas pode condicionar negativamente o processo terapêutico”, assim como ser obrigado a intervenção terapêutica por obrigações penais. Ana Holguin (2007, p. 114) também se apresenta cética quanto ao sucesso do tratamento, argumentando que poucas pessoas procuram terapia por sua iniciativa, ao invés, a maioria é obrigada por lei a sujeitar-se a sessões de terapia, cumprindo o disposto para evitar ou diminuir sanções penais. O impulso para a mudança não é voluntário.

Em síntese, “Pedophilia is a complex condition of unknown aetiology. It seems to affect a small proportion of the population who are predominantly men with heterogeneous socio-demographic profile. However, pedophilia can have profound negative impact on the sufferer, the children they come into contact with and society in general” (Shetty *et al.*, 2014, p. 13).

Encerrámos esta secção com alguma reflexão sobre os menores, a sua capacidade e liberdade sexual, o paradoxo da alegada hipersexualização das crianças e adolescentes e os crimes de natureza sexual de que podem ser vítimas, com uma breve síntese sobre as diversas taxonomias de ofensores sexuais e, em particular, a tentativa de clarificação sobre o conceito de pedofilia. Seguidamente, damos início a um capítulo que nos introduz à temática da pornografia de menores.

hormone profile; and ideally psychophysiologic testing of sexual arousal patterns. Collateral information from current or former sexual partners and from files is invaluable because of the limits of self-report, especially if there are legal or other consequences. However, self-report is still essential because it can provide first-hand information about sexual thoughts, fantasies, and urges. Honest self-report is more likely when evaluators are warm, nonjudgmental, and able to ask sexuality questions sensitively”.

1.3 Pornografia de menores

1.3.1 Definição de pornografia

“Pornografia de menores” é um termo composto por “menores”, ao qual já aludimos anteriormente, e por “pornografia”, vocábulo que carece de uma introdução. Vejamos o seu significado para que, no seguimento, possamos apresentar as várias posições adotadas quanto à terminologia “pornografia de menores” e apresentar o nosso entendimento a esse respeito.

De acordo com a Enciclopédia do Sexo e Género (Roof, 2007)²⁴⁰, pornografia consiste em material diverso — entre outros, revistas, filmes, imagens, eventos teatrais, sítios de Internet — que retratam temas sexuais e provocativos, sem mérito artístico justificativo. O objetivo é produzir excitação sexual no consumidor, mas o que pode ser considerado pornografia em dado momento ou local é culturalmente definido pelos gostos, ideais e medos da sociedade. Poderá ser também considerada como uma representação explícita de erotismo e sexualidade (Itzin, 2005)²⁴¹, inclusivamente com pendor lucrativo, conforme é referido na “Polis Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado” (Santos, A., 1986)²⁴² nos seguintes termos: “(...) a exploração maciça, em termos de lucro, de uma excitação meramente sensorial, através de figuras, a traduzir-se em movimentos neuromusculares de «descarga de tensão», como dizem alguns fisiólogos (...) o jogo de excitação-reação é fulcral”.

Inês Ferreira Leite (2004, p. 54)²⁴³ considera-a “(...) toda a representação ou descrição de atividades sexuais, sem um contexto científico, que seja objetivamente adequada à provocação ou excitação sexual”, Leal-Henriques e

²⁴⁰ Cf. ROOF, Judith - Pornography. (Fedwa Malti-Douglas, Ed.). Em Encyclopedia of Sex and Gender. Estados Unidos da América: Thomson Gale, 2007. ISBN 978-0028-65960-2.

²⁴¹ Cf. ITZIN, Catherine - Pornography. (Adam Kuper & Jéssica Kuper, Eds.). Em The Social Science Encyclopedia. Londres: Routledge, 2005. ISBN 978-0-415-47635-5

²⁴² Cf. SANTOS, A.Miranda - Pornografia. (Editorial Verbo, Ed.). Em Polis Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Portugal. ISBN 972-22-1790-9

²⁴³ Cf. LEITE, Inês Ferreira - **Pedofilia - Repercussões das novas formas de criminalidade na teoria geral da infração**. Coimbra, Portugal: Livraria Almedina, 2004. ISBN 972-40-2192-0.

Simas Santos (1996, p. 296)²⁴⁴ o que “(...) descreve ou representa comportamentos sexuais explícitos” e Maria Fernandes (2014, p. 73)²⁴⁵ acrescenta que “(...) a pornografia consagra a necessidade humana de procurar a excitação sexual através do recurso a tudo o que é suscetível de produzir esse efeito, através da escrita, de imagens, filmes ou outros meios”.

Dos conceitos elencados sobressai a reiteração do suposto resultado, a excitação sexual, mas nem por isso facilita a sua identificação, porque o que não é excitante para uns, poderá sê-lo para outros e “ (...) a questão está em saber quando os mesmos devem ser considerados pornográficos” (Antunes e Santos, 2012)²⁴⁶.

Nas últimas décadas a indústria pornográfica para adultos tem sofrido um acentuado crescimento (Fernandes, M., 2014, p. 76), porém é uma matéria que suscita diferentes pontos de vista, nomeadamente como alegada causa de dano, como o argumentado por uma facção do movimento feminista, alegando que a pornografia desumaniza a mulher para satisfação de impulsos sexuais masculinos e constitui material ofensivo e violento. Em sentido contrário se manifestou um movimento feminino, denominado “The Feministe Anti-Censorship Taskforce”, defendendo que nem toda a pornografia retrata violência sobre o género feminino e que pode influenciar positivamente na autodeterminação sexual das mulheres (Barroso Silva, 2013, pp. 147–149)²⁴⁷.

1.3.2 Abordagem concetual à pornografia de menores e a controvérsia em redor da terminologia

Como já tivemos oportunidade de referir a respeito do conceito de abuso sexual de crianças, tratando-se de um abuso de natureza sexual, pode-se consubstanciar em

²⁴⁴ Cf. LEAL-HENRIQUES, Manuel De Oliveira; SIMAS SANTOS, Manuel José Carrilho - **Código Penal**. Lisboa. ISBN 972-51-0004-2.

²⁴⁵ Cf. FERNANDES, Maria De Fátima Carrilho - A pornografia de menores: conceitos e terminologia. **Revista de Direito e Segurança**. Lisboa, Portugal. ISSN 2182-8687. 4 (2014) 55–87.

²⁴⁶ Cf. ANTUNES, Maria João e SANTOS, Cláudia. Comentário Conimbricense do Código Penal, J. Figueiredo Dias, 2012. Coimbra Editora: Coimbra. Parte Especial, Tomo I.

²⁴⁷ Cf. BARROSO SILVA, Júlio César Casarin - Liberdade de expressão, pornografia e igualdade de género. **Revista de Estudos Feministas**. São Paulo, Brasil. ISSN 0104-026X. 21:1 (2013) 143–165. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100008>.

duas vertentes distintas: o abuso sexual de crianças com contacto físico e o abuso sexual de crianças sem contacto físico. Ambas as vertentes sofrem de criminalização autónoma, por via de condutas diferenciadas. No que respeita às imagens ou vídeos de pornografia de menores, as condutas relacionadas com a produção (sem contacto físico), a posse ou distribuição deste tipo de material, de acordo com o relatório da UNODC (2015, p. 7)²⁴⁸, constituem condutas de abuso sexual de crianças sem contacto físico.

A terminologia que tem vindo a ser aplicada para referir a problemática em estudo — pornografia infantil e pornografia de menores — é controversa, pese embora a sua aplicação generalizada, merecendo que destaquemos os diferentes pontos de vista.

Algumas organizações — entre as quais a *Child Focus*, o ICMEC²⁴⁹ e a Interpol²⁵⁰ — e alguns autores, defendem que os termos “Pornografia de menores” ou “pornografia infantil” são desadequados por se conotar a palavra *pornografia* a atividades sexuais consensuais entre adultos, devendo ser substituída por terminologia mais correta, como “imagens de abusos sexuais de crianças”, “material de exploração sexual de crianças” ou outras análogas. Conforme realça Maria Fernandes (2014, p. 82) “a comparação indesejada entre os dois tipos diferentes de imagens sexuais é apontada como uma banalização do termo, subtraindo a carga pejorativa do abuso sexual de crianças subjacente”.

²⁴⁸ Cf. UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - Study on the effects of new information technologies on the abuse and exploitation of children. ONU: Nova Iorque. 2015.

²⁴⁹ Esta ONG internacional, fundada em 1998 e sediada nos EUA, tem por missão “By creating replicable legal tools, promoting best practices, building international coalitions, and collaborating with partners in the field to identify and measure threats to children, we bring about change in the way children are protected around the world” conforme consta da informação disponibilizada no seu sítio de Internet, em <https://www.icmec.org/who-we-are/> (acedida em 2017-05-26).

²⁵⁰ Em 1956 que assumiu a denominação de “*Interpol Criminal Police Organization*”, conhecida comumente como Interpol. Atualmente, com o objetivo de cooperação policial internacional, é composta por 190 países e Portugal aderiu em 1930. Os seus membros partilham informação e podem colocar questões relevantes para uma investigação criminal, cujo âmbito ultrapasse a jurisdição nacional. É também possível solicitar à Interpol que intervenha em casos de assistência humanitária, designadamente em casos de desaparecimentos, identificação de cadáveres, acidentes ou catástrofes.

Embora não tenhamos ainda enveredado pelas definições legais, pensamos, que já nesta fase do trabalho podemos compreender como as organizações envolvidas e conhecedoras da problemática recomendam uma linguagem alternativa, mais rigorosa, ponto de vista que subscrevemos. Os argumentos aduzidos têm espaço neste trabalho porquanto nos fazem cogitar sobre a importância dos vocábulos e como a imprecisão conduz a interpretações diversas.

Conforme esclarece o relatório do ICMEC (International Centre for Missing & Exploited Children, 2016, p. vii)²⁵¹ “While the term «child pornography» implies conventional pornography with child subjects and does not aptly describe the true nature and extent of sexually exploitive images of child victims, use of this term throughout the report should not be taken to imply that children “consented” to any sexual acts depicted in any images”. Contudo o termo mantém-se por ser reconhecível para a generalidade das pessoas e por constar das legislações dos Estados e dos instrumentos jurídicos internacionais (Henshaw, Ogloff e Clough, 2015, p. 3)²⁵².

No mesmo sentido se pauta a Interpol, por considerar desrespeitoso para as crianças o termo “pornografia”, termo que não se aplica ao abuso sexual de crianças, mas sim a condutas consentâneas entre adultos, e que reforça uma ideia errada de consentimento, inaplicável no caso de crianças²⁵³. Preconiza a utilização

²⁵¹ Vide INTERNATIONAL CENTRE FOR MISSING & EXPLOITED CHILDREN - **Child pornography: model legislation & global review**. Estados Unidos da América. 2016.

²⁵² Vide HENSHAW, Marie; OGLOFF, James R. P.; CLOUGH, Jonathan A. - Looking beyond the screen: a critical review of the literature on the online child pornography offender. **Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment**. (2015) 1–30.

²⁵³ Declaração disponível em <https://www.interpol.int/Crime-areas/Crimes-against-children/Appropriate-terminology> (acedido em 2017-01-09): “Children who have been sexually abused and photographed or filmed deserve to be protected and respected, and not have the seriousness of their abuse reduced by the use of terms such as “porn”. Pornography is a term used for adults engaging in consensual sexual acts distributed (mostly) legally to the general public for their sexual pleasure. Child abuse images involve children who cannot and would not consent and who are victims of a crime. Terms such as “kiddy porn” and “child porn” are used by criminals and should not be legitimate language used by law enforcement, judiciary, the public or media. Legislation in some countries, or even the departments dealing with child sexual abuse within the police, may use terms like “child pornography”, making the term difficult to avoid. However, we encourage the law enforcement community to contribute to a cultural change by being precise in the way that such crimes are described”.

do termo “child abuse material”²⁵⁴ ou semelhantes, identificando-se com o trabalho desenvolvido pelo *Interagency Working Group on Sexual Exploitation of Children*, o qual insta ao abandono do termo “pornografia de menores”, por o considerar nos seguintes termos:

“«Child pornography» is a term in need of clarification, because it has quite a complex legal definition as a crime. The term is used to describe child sexual abuse material, but also to describe the offences of producing/preparing, consuming, sharing/spreading/disseminating, or possessing such material. In order to enable an effective law enforcement response to the phenomenon of “child pornography”, it is essential to attach a criminal consequence to the conduct of each participant in the chain, from production to possession/consumption” (Interagency Working Group on Sexual Exploitation of Children, 2016, p. 55).

No mesmo sentido advoga a *Save The Children Europe Group*²⁵⁵ (2005, pp. 5–6)²⁵⁶:

“The term «child pornography» (...) has been criticised by Save the Children as inappropriate within a child protection or children’s rights

²⁵⁴ No mesmo sentido, admitindo a inadequação do termo e a ideia errada de consentimento (Aiken, Moran e Berry, 2011, p. 2). Vide AIKEN, M.; MORAN, M.; BERRY, M. J. - Child abuse material and the internet: cyberpsychology of online child related sex offending. Lyon, França. (2011) 1–22; assim como a *Federación de Asociaciones para la Prevención del Maltrato Infantil ECPAT España* (FAPMI - Federación de Asociaciones para la Prevención del Maltrato Infantil e ECPAT Espanha, 2012, n. 3), que referem “La expresión “pornografía infantil” es el término coloquial con el que se hace referencia a esta problemática y que en ocasiones oculta la verdadera dimensión de asunto, al establecer de forma implícita una relación con los contenidos pornográficos protagonizados por adultos. Resulta más descriptivo y exacto hacer referencia a la pornografía infantil como la producción y reproducción por cualquier medio y soporte (gráfico, escrito o de audio) de escenas de abuso sexual contra personas menores de edad. Por lo tanto, la pornografía infantil es siempre un delito. Algo que no sucede en todas las ocasiones con la pornografía en la que sólo aparecen adultos”. FAPMI - FEDERACIÓN DE ASOCIACIONES PARA LA PREVENCIÓN DEL MALTRATO INFANTIL; ECPAT ESPAÑA - **Uso de personas menores de edad en contenidos pornográficos**. Madrid, Espanha. 2012.

²⁵⁵ ONG internacional, sediada em Londres, que engloba a “Save the Children International” e 28 organizações como membros, comprometidas com o objetivo de mudar a vida das crianças em 120 países cf. informa no sítio de Internet em <https://www.savethechildren.net/about-us> (acedido em 2017-05-29).

²⁵⁶ Cf. SAVE THE CHILDREN EUROPE GROUP - **Position paper regarding online images of sexual abuse and other internet-related sexual exploitation of children**. 2005.

framework as it can be misinterpreted and undermine the seriousness of the abuse. It also tends to oversimplify what is a very complex social problem with many diverse factors converging on the fact that there is a cross section of adults (and adolescents) that have a sexual interest in children.(...) Save the Children will use the term 'child pornography' within this text, as it is a legal definition, but this does not imply that the organisation believes in its use as a means of describing recorded sexual abuse of children. Save the Children would rather see the term 'child abuse images' used as a means of describing this phenomenon (...) Child pornography then, is a visual recording of a crime being committed and the children who appear in such images are, at the time the picture is being taken, subjected to criminal acts that are degrading, abusive and humiliating. In some of the images, they are beaten or burnt or are subjected to torturous sexual depravities. In others they are made to pose for the production of sexually offensive images with adults or other children or animals. This means that children are subjected to psychologically distressing manipulation and abuse which results in emotional distress and trauma. No actual pornographic picture of a child has been produced without the child suffering or being exploited".

Mas não nos podemos equivocar na ilusão de que só recentemente tais recomendações sobre a importância da linguagem nesta temática foram debatidas, pois Michael Hames, já em 1993 (p. 276)²⁵⁷, foi bastante assertivo quanto a esta questão:

"One of the first problems encountered in any discussion on the subject usually referred to as «child pornography» is the use of terminology. Many who work in the area of child protection object to the title itself! The reasons for this have more to do with perception than semantics. The material which is about to be discussed is certainly pornographic in that

²⁵⁷ Vide HAMES, Michael - Child pornography: a secret web of exploitation. **Child Abuse Review**. 2 (1993) 276–280. Detective Superintendente da New Scotland Yard, em Londres.

it is designed to sexually arouse those who collect it.(...) The reality is that the material is, quite simply, child abuseon film or photograph”.

John Carr, consultor da NCH – *The Children’s Charity* britânica em 2003, pronunciava-se da seguinte forma (2003, n. 30):

“There is a feeling in some quarters that by using the word «pornography» one risks confusing what the images depict with images of consensual adult sexual activity. The truth is that the images we are discussing here depict rape and other forms of child abuse so that is what they should be called”.

Apresentamos mais investigadores académicos (Wolak, Mitchell e Finkelhor, 2003, n. 3)²⁵⁸ que se revelaram contra a utilização da terminologia, argumentando o seguinte:

“The term «child pornography», because it implies simply conventional pornography with child subjects, is an inappropriate term to describe the true nature and extent of sexually exploitive images of child victims. Use of this term should not be taken to imply that children «consented» to these sexual acts depicted in these photographs; however, it is the term most readily recognized by the public, at this point in time, to describe this form of child sexual exploitation. It is used in this report to refer to illegal pictorial material involving children under the standards developed by statute, case law, and law-enforcement-agency protocols. It is hoped that a more accurate term will be recognized, understood, and accepted for use in the near future”.

²⁵⁸ Vide WOLAK, Janis; MITCHELL, Kimberly J.; FINKELHOR, David - Internet sex crimes against minors: the response of law enforcement. Estados Unidos da América. (2003) 1–22.

Hannah Merdian (2012, p. 8)²⁵⁹, cuja tese de doutoramento versou sobre os ofensores que utilizam material de exploração sexual de crianças, justifica assim a sua opção terminológica: "(...) in order to linguistically emphasise the abusive nature of child pornography as well as to use a term that includes all means of communication, the alternative expression «child sexual exploitation material» will be used in this thesis".

A agência policial britânica *CEOP - The Child Exploitation and Online Protection Centre*²⁶⁰ elaborou um documento de avaliação sobre a temática "*A picture of abuse: A thematic assessment of the risk of contact child sexual abuse posed by those who possess indecent images of children*" no qual utiliza o termo "indecent images of children" ("IIOC"), justificando da seguinte forma:

"In certain jurisdictions IIOC is referred to as child pornography. CEOP does not endorse the use of this term as it is seen to benefit childsex abusers. It implies legitimacy and compliance on the part of the victim and therefore legality on the part of the abuser and conjures up images of children posing in 'provocative' positions, rather than suffering horrific abuse. Every photograph captures an actual situation where a child has been abused. CEOP's preferred terms are either Child Abuse Images (CAI) or Indecent Images of Children (IIOC)" (Child Exploitation and Online Protection Centre (CEOP), 2012, p. 2)²⁶¹.

²⁵⁹ Cf. MERDIAN, Hannah L. - Offenders who use child sexual exploitation material: development of an integrated model for their classification, assessment and treatment. Waikato, Nova Zelândia: Universidade de Waikato, 2012.

²⁶⁰ CEOP é um dos centros especializados da *National Crime Agency* (lidera as polícias na investigação da criminalidade séria e organizada) do Reino Unido que "(...) works with child protection partners across the UK and overseas to identify the main threats to children and coordinates activity against these threats to bring offenders to account. We protect children from harm online and offline, directly through NCA led operations and in partnership with local and international agencies." Disponível no sítio de Internet em: <https://ceop.police.uk/Documents/ceopdocs/CEOP%20IIOCTA%20Executive%20Summary.pdf> (acedido em 2016-09-30).

²⁶¹ Vide CHILD EXPLOITATION AND ONLINE PROTECTION CENTRE (CEOP) - *A picture of abuse: a thematic assessment of the risk of contact child sexual abused posed by those who possess indecent images of children*. Londres, Reino Unido. 2012.

Relativamente à utilização da expressão “child pornography” Max Taylor e Ethel Quayle (2003, p. 7), seguindo a mesma linha argumentativa, referem o seguinte:

“(...) its continuing use does present some problems, notably in terms of the comparisons it invites with ‘adult pornography’. The issue here is our often-ambivalent view of the nature of adult pornography, and the sense in which that ambivalence might leak into the way we think about child pornography. Adult pornography can be bought in respectable bookshops, it is available from newsagents (even if on the top shelf); we see frankly pornographic advertisements for new cars, we may be sent mildly pornographic calendars. There is often a sense of titillation, of adolescent manly mild rudeness, associated with adult pornography that inappropriately diminishes its abusive content. A better term than child pornography would be ‘images of sexual abuse’, or more simply ‘abuse images’. This unambiguously expresses the nature of childpornography, and places it firmly outside of the range of acceptable innuendo and smutty jokes — perhaps this should apply to adult pornography as well. However, notwithstanding this, we have chosen to use the term ‘child pornography’, primarily because it has wide currency and in the current climate at least is the conventionally acceptable term; we use it, however, in the knowledge of its inappropriateness to describe the reality of the images we are concerned with”.

Ethel Quayle, uma década depois (2013, p. 293)²⁶², utiliza a expressão “(...) still and moving sexualized images of children”, que efetivamente revela maior abrangência quanto ao conteúdo do material, mas menor quanto ao tipo de suporte, assim como não oferece a dimensão criminal do fenómeno.

²⁶² Cf. QUAYLE, Ethel - Child pornography. (Jay A. Siegel & Pekka J. Saukko, Eds.). Em Encyclopedia of Forensic Sciences. Academic Press, 2013. ISBN 978-0-12-382166-9.

Em Portugal, a APAV (2002, p. 53)²⁶³, apresenta a seguinte definição de pornografia infantil: “A pornografia infantil é uma atividade criminosa que visa a produção, comercialização, consumo e permuta de materiais (fotografias e/ou filme, imagens digitais, em CD, ficheiros de imagem que circulam em rede) nos quais a criança aparece como objeto de prazer sexual, exposta ou sendo vítima de relações sexuais, efetivas ou simuladas, com a participação de adultos ou não”.

Pronunciou-se igualmente Manuel Aires Magriço (2014, pp. 42–43) referindo o seguinte:

“(...) entende-se que o uso do termo «pornografia infantil» descaracteriza a gravidade das representações sexuais, onde as crianças estão envolvidas e o uso contínuo deste termo é suscetível de gerar confusão de conceitos, impedindo que se percecione o dano real que é vivido por jovens vítimas e a gravidade das atividades dos indivíduos que exploram sexualmente crianças dessa forma. Este equívoco pode comprometer a eficácia dos esforços existentes para proteger as crianças a partir desta forma de exploração sexual, pelo que, quando utilizamos o termo «pornografia infantil» deverá ter-se sempre presente que se trata de «material de abuso sexual de menores» (G8, 2007²⁶⁴)”.

No mesmo sentido, Hugo Lança (2015, n. 18), na medida em que considera que a terminologia “pedopornografia” ou análoga é “(...) muito censurável e profusamente desadequada, porquanto induz a cogitar que as crianças são de algum modo colaborantes; em rigor deveríamos falar em *imagens de abuso sexual de crianças tout court* (...), não obstante, usamos a expressão por ser aquela comumente usada na doutrina, lei e jurisprudência”.

²⁶³ Cf. ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - **Manual Core para o atendimento de crianças vítimas de violência sexual - compreender**. Portugal. 2002. ISBN 972-98845-3-6.

²⁶⁴ Vide as Declarações dos Ministros da Justiça e Administração Interna dos Estados que compõem o G8, públicas em 24 de maio de 2007 (G-8 Justice and Home Affairs Ministers, 2007, p. 1), que Manuel Magriço subscreveu.

Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 1) pauta-se pela mesma argumentação em desfavor da terminologia legal em vigor em Portugal, porque o termo “(...) não se adequa à situação nem ao bem jurídico em causa”.

Por fim, o contraditório nas palavras de Kenneth Lanning, *Supervisory Special Agent* aposentado do FBI, que considera que a tendência, oriunda da Europa, para a terminologia alternativa de “Child-Abuse Images”, visa convencer as pessoas, na generalidade, da gravidade do problema. Contudo, esta “abordagem emocional” à questão peca por excessiva, uma vez que, de acordo com o Autor, nem todo o material de “pornografia de menores” cominado na legislação federal americana contempla um verdadeiro abuso sexual (Lanning, 2010, pp. 110–111). Exemplifica com situações como as fotografias tiradas a crianças enquanto nuas no banho, as imagens de crianças totalmente fabricadas por meios digitais (a chamada pornografia de menores virtual ou técnica) e adolescentes com idade legal para ter relacionamento sexuais com adultos, mas não para constarem de imagens sexuais explícitas, entre outros. O Autor acrescenta que “dependendo da utilização do material, estas crianças podem não ter sido abusadas, mas todas são exploradas” e que limitar a punição a imagens de abuso sexual iria excluir da cominação penal várias condutas que atualmente são consideradas pornografia de menores. Assim o autor conclui o seguinte:

“The term child-abuse images is emotionally appealing and emphasizes the link to serious child abuse, but it is vague, imprecise, and inconsistent with current federal law (...) The efforts to encourage use of this new term is a good example of well-intentioned people trying to solve a problem by emotionally exaggerating the problem. It just creates unrealistic expectations, makes the problem worse, and could result in limiting potential cases and fewer prosecutions. Limiting childpornography to child-abuse images theoretically causes more material that is actually child pornography to be considered only child erotica²⁶⁵”.

²⁶⁵ O Autor define “child erotica” (p. 85) como “Pedophile Paraphernalia”, que compreende, entre outros itens legais, escritos fantasiosos, cartas, diários, livros, brinquedos sexuais, lembranças, brinquedos e desenhos.

Em sentido semelhante, embora em tom mais cauteloso, Alisdair Gillespie (2012, p. 4)²⁶⁶ concorda que a terminologia “Child pornography” não será a mais adequada, mas sublinha que as alternativas aclamadas, como “imagens de abuso sexual de crianças” ou “imagens de abuso sexual”, também encerram incertezas, não só pelo facto de esta terminologia limitar o tipo de imagens criminalizadas, porque há uma gama de imagens que não se enquadram no abuso sexual, assim como também limita o tipo de material às representações fotográficas, deixando de fora as gravações sonoras, texto e representações pictóricas (exceto se for referido como “material”). Por estas razões, o Autor considera que a terminologia alternativa é limitada. O Autor questiona também a correção do termo “abuso” nestas situações, geralmente associadas ao sofrimento da vítima, sublinhando que nem todo o material causa sofrimento à vítima, como por exemplo, crianças em roupa interior em catálogos de vestuário infantil, assim como interroga de que abuso falamos quando são adolescentes de 16 anos a filmarem a sua própria relação sexual consensual.

Por outro lado, argumenta que a expressão “exploração sexual” abrange um maior número de situações, inclusivamente, situações nas quais “(...) a criança não está consciente de que está a ser utilizada para os objetivos desviantes de outrem” (Gillespie, 2012, p. 5), sugerindo que uma expressão mais adequada para substituir a “pornografia infantil” seria “material de exploração infantil”²⁶⁷.

Em suma, perante as opções terminológicas apontadas, pensamos caber-nos, neste momento, uma tomada de posição quanto a esta questão basilar, a qual, no nosso entendimento se baseia na configuração do nosso CP. Se se trata de conduta passível da maior censurabilidade e como tal, inserta nos ordenamentos jurídicos pelo Mundo, é à legislação penal que reconduzimos a questão da terminologia. Temos consciência, porém, de acordo com a revisão de literatura que efetuámos, que “abuso sexual de crianças” e “violência sexual contra crianças” englobam todos os crimes sexuais contra crianças, mas não é assim que consta do CP português nem de outros ordenamentos jurídicos de que daremos conta

²⁶⁶ Cf. GILLESPIE, Alisdair A. - **Child pornography: Law and Policy**. Nova Iorque: Routledge, 2012. ISBN 978-04-1566-741-8.

²⁶⁷ No original: “child exploitive material”.

posteriormente, pese embora a tentação de seguir o mesmo rumo, não nos é possível deixar de realçar que no nosso CP há uma clara distinção de tipo de ilícito, quer seja utilizada a astúcia, poder ou autoridade, quer seja, por outro lado, a violência, a força ou a coerção.

Assim sendo, consultando o CP, constatamos que os crimes sexuais contra crianças se encontram tipificados nos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, cujo bem jurídico se distingue em função da proteção especial da autodeterminação sexual do menor, para que cresça e se desenvolva livremente na vertente sexual, sem intervenção de terceiros. Não nos parece fazer sentido limitar a tipicidade do crime de pornografia de menores aos crimes de abuso sexual ou atos sexuais com adolescentes, uma vez que são igualmente vítimas do crimes que atentam contra a sua liberdade sexual. Como já mencionado, a pornografia de menores pune todos os crimes sexuais contra menores de 18 anos e nestes incluem-se toda a barbárie de assaltos sexuais, portanto, na nossa perspetiva, a terminologia mais abrangente seria a de “*material de crimes sexuais contra menores*”. Material porque engloba todos o tipos de suporte e gravação e crimes sexuais porque abarca todos os crimes de natureza sexual cometidos contra crianças. Acrescentamos ainda que, à semelhança de outros ordenamentos jurídicos, a proteção penal se deveria estender a pessoa mentalmente incapaz, porquanto a sua limitação de cognição e, em última instância, de autodeterminação, merece igual proteção.

Não obstante, omitimos propositadamente da nossa opção todo o material que não constitui um crime direto sobre a criança, isto é, a sua produção não comporta qualquer sofrimento para o menor, como já referimos as imagens obtidas subrepticiamente numa praia ou as autogeradas pelos jovens em contexto relacional entre pares, mas que, atentam contra a privacidade, o foro íntimo e a autodeterminação sexual dos menores. A origem deste material objetivamente não constitui propriamente um crime, mas sim a sua utilização, divulgação e demais condutas alheias ao visado. Como tal, pensamos que este material constitui uma subcategoria de material que não teve na sua origem um crime sexual e como tal, deveria ter um tratamento penal diferenciado, eventualmente, uma terminologia

própria que encerrasse em si mesma, a natureza deste material, como por exemplo, “material de exploração sexual de menores”.

1.3.3 Tipologia de material de pornografia de menores

Depois de abordarmos a concetualização de “pornografia de menores” nas diferentes perspetivas doutrinárias, apresentamos uma aproximação objetiva ao material, tendo em consideração a sua forma de produção, o seu conteúdo e o seu propósito, decorrente da revisão de literatura. Verificámos que maioria dos autores apresenta uma tipologia de acordo com uma das perspetivas. Salientámos alguns aspetos específicos, nomeadamente o papel da coleção e da subcultura com interesse sexual em crianças.

1.3.3.1 Tipologia quanto à forma

Na revisão de literatura efetuada, apercebemo-nos de que, quanto à forma de produção, o material pode assumir duas formas distintas, tendo em consideração o objeto do material, isto é, se compreende a utilização de um menor real ou não. Quanto à pornografia produzida com recurso a pessoas reais, podem ser materiais com crianças, imagens manipuladas²⁶⁸ com crianças ou pornografia aparente²⁶⁹. A pornografia com recurso a menor real, sobre o qual não se ergue qualquer dúvida sobre a idade, não oferece qualquer outra denominação que não seja a de pornografia de menores expressa. Neste material é patente que se trata de uma situação ocorrida e não aparenta ter sofrido qualquer alteração digital.

²⁶⁸ Imagens manipuladas com técnicas digitais ou de colagem/recorte, que permite alterar a imagem real e compô-la com pedaços de muitas outras; utiliza-se também o termo “morphed” ou pseudo-fotografias (Eneman, Gillespie e Stahl, 2009; Taylor, Quayle e Holland, 2001, p. 97). Vide ENEMAN, Marie; GILLESPIE, Alisdair A.; STAHL, Bernd Carsten - Criminalising fantasies: the regulation of virtual child pornography. Em **Proceedings of the 17th European Conference on Information Systems**. Gotemburgo, Suécia: Departamento de Tecnologia de Informação Aplicada da Universidade de Gotemburgo, 2009 e TAYLOR, Max; QUAYLE, Ethel; HOLLAND, Gemma - Child pornography, the internet and offending. **The Canadian Journal of Policy Research**. ISSN 1492-0611. 2:2 (2001) 94–100.

²⁶⁹ Jovens que atingiram a maioridade, mas que aparentam ser menores.

Os materiais que contêm imagens de crianças reais, mas que são alvo de alteração ou manipulação digital, são denominadas de “pseudo-imagens”, “pseudo-fotografias” (Quayle, 2013, p. 296; Taylor, Quayle e Holland, 2001, p. 97)²⁷⁰, “pseudopornografia” (Bronstrup, 2016, p. 119)²⁷¹ ou “morphed images” (Levy, 2002, p. 319)²⁷². Yaman Akdeniz (2008, p. 21) considera, por outro lado, que “pseudo-fotografias” incluem as totalmente criadas por meios digitais e as contendo recortes de fotografias de crianças reais em composições diversas. Em sentido diverso, Felipe Bronstrup (2016, p. 119) considera que “pornografia técnica” inclui a “pornografia virtual” e a “pseudopornografia”, correspondendo a virtual a toda a que é integralmente produzida por meios digitais ou aquela que retrata pessoas maiores de idade, mas que aparentam ser menores, em resultado de elementos como maquilhagem, depilação ou alteração gráfica; e a “pseudopornografia” àquela que sofreu alterações ou manipulação, constando elementos de menores reais.

Este tipo de material levanta questões sobre o grau de diferença que têm de exibir do material sem qualquer manipulação para assim ser considerado (Quayle, 2013, p. 296), o que, no nosso juízo, carrega algum grau de subjetividade.

As alterações efetuadas podem corresponder a preferências pessoais, podendo a imagem ser constituída por pedaços de imagens diversas (Taylor, Quayle e Holland, 2001, p. 97).

Por outro lado, há autores que denominam de pornografia infantil simulada toda a que aparenta retratar um menor, mas efetivamente se trata de um maior de idade, assim como toda a que é produzida por meios digitais, ambas também denominadas de “pornografia infantil virtual” (Rodríguez, 2014, p. 10)²⁷³. Eneman, Gillespie e Stahl (2009, p. 2) incluem as imagens geradas por computadores — “*computer-generated images (CGI)*” — na categorias de pornografia virtual de crianças. Outros distinguem entre a pornografia infantil expressa, técnica, simulada

²⁷⁰ Cf. TAYLOR, Max; QUAYLE, Ethel; HOLLAND, Gemma - Child pornography, the internet and offending. **The Canadian Journal of Policy Research**. ISSN 1492-0611. 2:2 (2001) 94–100.

²⁷¹ Cf. BRONSTRUP, Felipe Bauer - **Los delitos de pornografía infantil como paradigma del moderno Derecho Penal (estudio del artículo 189 cp)**. Sevilla, Espanha: Universidad de Sevilla, 2016.

²⁷² Cf. LEVY, Neil - Virtual child pornography: the eroticization of inequality. **Ethics and Information Technology**. ISSN 1572-8439. 4 (2002) 319–323.

²⁷³ Cf. RODRÍGUEZ, Noelia Valencia - Pornografía virtual infantil. **Pensamiento Penal**. Argentina. ISSN 1853- 4554. 8 (2014) 43.

e pornografia virtual (Bowen, 2015, p. 23)²⁷⁴. Poderá incluir também “imagens pornográficas não fotográficas de crianças” que constituem representações visuais de fantasia de pornografia de menores na forma de imagens geradas por software (“computer generated images”), *cartoons* ou desenhos (Ost, 2010, p. 231)²⁷⁵. Pámela Silva (2017, p. 92) caracteriza esta tipologia nos seguintes termos: “Ao falar de imagens com representação realista de menor, falamos de imagens que não envolvem ou não envolvem diretamente menores com existência real. Podemos ter situações de pedopornografia virtual, total ou parcial e pedopornografia aparente. Ficou claro que, a primeira, traduz-se em produções pornográficas onde as imagens de menores são pura criação da tecnologia gráfica, sendo parcial, quando haja imagens realistas de menores que se baseiam na imagem real do menor. Já a pedopornografia aparente representa visualmente pessoas reais, isto é, adultos que aparentam serem crianças”.

Joana Rego (2016, p. 60-61)²⁷⁶ caracteriza quatro tipos de pedopornografia: a real, a virtual parcial, a virtual total e a aparente.

No que respeita do DIP e ao DE, no âmbito dos instrumentos jurídicos relativos à problemática da pornografia de menores, as quais iremos aludir em secção própria, também distinguem tipos de pornografia de menores quanto à forma, essencialmente entre a pornografia “real” e a “simulada”, abarcando “qualquer representação” e “imagens realistas”. Estas provisões encontram-se nos instrumentos jurídicos aos quais iremos aludir na secção correspondente, nomeadamente: o *Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança, Relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil* da ONU, a *Convenção sobre o Cibercrime* do CoE, a *Convenção do Conselho da Europa contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual de Crianças* e a *Diretiva 2011/93/UE*

²⁷⁴ Cf. BOWEN, José Luis Alarcón - **El tratamiento del delito de pornografía infantil en la legislación ecuatoriana**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2015.

²⁷⁵ Cf. OST, Suzanne - Criminalising fabricated images of child pornography: A matter of harm or morality? **Legal Studies**. EUA. ISSN 1748-121X. 30:2 (2010) 230–256. doi: 10.1111/j.1748-121X.2010.00161.x.

²⁷⁶ Cf. REGO, Joana Mota - **Pedopornografia virtual total e aparente - ilegitimidade da intervenção penal**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016.

do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil.

Em suma, na breve incursão sobre a tipologia de pornografia de menores quanto à forma, constatámos que os significados e as terminologias variam substancialmente. Contudo, a que se destaca, no que respeita à produção de literatura, é a pornografia de menores integralmente digital. Efetivamente, um dos tipos de pornografia de menores que menos consenso parece colher no que concerne à sua criminalização é a pornografia de menores integralmente criada por meios digitais, sem utilização de qualquer criança real. Recai sobre este tipo as maiores dissemelhanças de posições, opondo os autores que consideram que a criminalização é uma extensão da criminalização da pornografia de menores, contra aqueles que consideram que tal juízo não tem fundamento científico e se cinge a meros juízos morais, sem ter em consideração a liberdade de expressão e o facto de não haver qualquer criança real subjacente à pornografia virtual de menores. Apresentamos algumas dessas posições e reservamos a doutrina jurídico-penal portuguesa para a segunda parte deste trabalho, quando abordarmos o bem jurídico.

Ethel Quayle, no discurso que proferiu no III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes que decorreu no Rio de Janeiro, em 2008 (ECPAT Internacional, 2009, p. 39)²⁷⁷ argumentou que “It is necessary to argue, however, that with the technological advances facilitating the creation of digital images from scratch or based on existing images, it therefore becomes challenging to define what constitutes a pseudo-image. This would in fact need to be regulated as intentional viewing, distribution and creation of any type of abusive materials all contribute to fueling a demand for such materials and to increasing tolerance towards these abusive images, while generalising trends to perceive children as potential sexual objects. It must be acknowledged that the crime does not need to be committed against a particular child in order to generate harm against all children. This can confuse the understanding of the issue and requires urgent

²⁷⁷ Cf. ECPAT INTERNACIONAL - **ECPAT International report of the World Congress III Against Sexual Exploitation of Children & Adolescents**. 2009.

particular attention”. Neste sentido, Yaman Akdeniz (2008, p. 21-23) reconhece que há alguma tendência para argumentar que, no futuro, irá ser difícil ou diferenciar entre a pornografia de menores integralmente digital e a pornografia de menores retratando crianças reais.

Neil Levy (2002, p. 320) manifesta-se contra esta ideia, por considerar que o avanço tecnológico propicia uma melhor distinção entre ambos os tipos de pornografia infantil. O Autor argumenta igualmente que se a pornografia de menores integralmente digital fosse lícita “(...) pornographers will abandon production of actual images of children in favor of it” por três motivos: o baixo custo de produção e a licitude deste tipo de material constituiriam um incentivo à sua utilização; e, invertendo o ônus da prova, o acusado teria de fazer prova de que as imagens constituíam material lícito. O Autor (2002, p. 321) conclui que “(...) allowing virtual porn will reduce the amount of harm to actual children, by providing an acceptable outlet for dangerous desires, and by encouraging pornographers to seek alternatives to real children”.

Em sentido semelhante, Neil Malamuth e Mark Huppín (2007, pp. 26–29)²⁷⁸ salientam a possibilidade de os indivíduos diagnosticados como pedófilos (consumidores de pornografia de menores para excitação sexual e masturbação, sem registo de cometimento de abusos sexuais) procurassem menos a pornografia infantil se a pornografia infantil virtual (inteiramente gerada por computador e relativamente indistinta da “real” produzida com crianças) fosse legal. Propõem que a penalização da posse de pornografia virtual de menores fosse criminalizável apenas para indivíduos anteriormente condenados por crimes de natureza sexual. Nesta apreciação, os Autores não especificam como seria possível distinguir entre uma imagem de menor “real” e uma imagem totalmente virtual para que os interessados pudessem tomar a opção menos gravosa.

²⁷⁸ Cf. MALAMUTH, Neil; HUPPIN, Mark - Drawing the line on virtual child pornography: bringing the law in line with the research evidence. **New York University review of Law and Social Change**. Nova Iorque, EUA. ISSN 0048-7481. 31:773 (2007) 1–47.

Outros argumentos utilizados para a criminalização deste tipo de pornografia de menores são a utilização destes materiais para o aliciamento de crianças para cometimento de crimes sexuais de contacto, diminuindo-lhes a resistência apresentando-os como condutas aceitáveis²⁷⁹. Sobre esta argumentação, Neil Levy admite que possa ser utilizada a pornografia de menores com esse objetivo, mas duvida da sua eficácia, considerando que há outras estratégias muito mais efetivas, como o recurso ao suborno, produtos entorpecentes (como o álcool e estupefacientes) e a força física²⁸⁰. De facto, esta argumentação é utilizada para qualquer tipologia de pornografia de menores.

Suzanne Ost (2010, p. 255-256) afirma que considerar tão inaceitável e nociva a pornografia virtual como a pornografia com menores reais é uma forma de “(...) subestimar seriamente os danos físicos e psicológicos que as crianças sofrem na pornografia de menores real. O dano causado pela pornografia de menores real é concreto e indesmentível”. Argumenta ainda a Autora que a pornografia virtual apenas poderia ser causadora de dano se retratasse uma criança real e reconhecível pois, nessas circunstâncias, essa criança era efetivamente vítima de um dano. De outra forma, considera que seria “(...) extremamente difícil encontrar uma base legítima para criminalizar a posse de pornografia virtual fundamentando-se no princípio do dano”. Em sentido semelhante, relativamente a casos de pornografia de menores aparente ou virtual (maiores de idade ou integralmente digital), Leopoldo Louveira (2013, p. 255) considera injustificada a sua criminalização, devido à “ausência de «crime» praticado previamente”.

Um estudo concretizado nos EUA, baseando-se nos 1713 detidos por posse de pornografia de menores (Wolak, Finkelhor e Mitchell, 2005, p. 2-3)²⁸¹ apurou que

²⁷⁹ Cf. Lanning (*op. cit.*, 2010, p. 110) “«virtual» or simulated child pornography fuels and validates the sexual fantasies of child molesters and pedophiles, potentially harms nondepicted children, and can be traded for images involving «real» children”.

²⁸⁰ Nas palavras do Autor (Levy, *op. cit.*, 2002, p. 320): “I suspect that pornography, at most, is used to make children slightly more compliant; in its absence, there remain a number of other obvious means to the same end. The pedophile can (and frequently does) use drugs or alcohol; bribe the child with toys and money, or use force. In the absence of much stronger, and I suspect unattainable, evidence that child pornography makes a real difference to the ability of pedophiles to satisfy their desires, I suggest we have little reason to ban virtual pornography on this basis”.

²⁸¹ Cf. WOLAK, Janis; FINKELHOR, David; MITCHELL, Kimberly J. - **Child-pornography possessors arrested in Internet-related crimes: findings from the National Juvenil Online Victimization Study**. Estados Unidos da América. 2005.

3% dos detidos possuía “morphed images”, definida como imagens criadas utilizando *software* informático, o que levanta questões sobre o número diminuto de materiais desta natureza existentes e a sua utilização, logo, a importância destes para os consumidores de pornografia de menores. Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 8) deixou bem claro que “o que os abusadores pretendem são imagens novas, imagens reais, não querem virtuais”.

Em suma, das várias formas que a pornografia de menores pode assumir, a que se revela mais controversa é a integralmente digital, sendo reiterado o argumento de que não retrata qualquer criança real. Contudo, o DIP e o DE acordam a intervenção penal em todas as condutas, o que suscita dúvidas se tal posição favorece uma melhor proteção dos menores e se justifica o afastamento da clássica perspetiva da intervenção penal apenas quando a conduta causa dano (Ost, 2010, p. 256). Aprofundaremos as opções doutrinárias portuguesas quando nos debruçarmos sobre a análise de bem jurídico, na segunda parte deste trabalho. Sem embargo e a propósito desta tipologia, Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 8) esclarece-nos que este material “(...) não é comparável em nenhuma base de dados”, significando que não integram as bases de dados por não possuírem as características técnicas que permitem a sua identificação, isto é, os “*hashes*”²⁸². Nesta perspetiva técnica, concluímos que o material de pornografia de menores, em formato digital (não em papel), possibilitaria a distinção cabal entre as imagens reais e as integralmente digitais.

1.3.3.2 Tipologia quanto ao conteúdo

O material de pornografia infantil representa crianças e adolescentes em variadas situações, tendo-nos sido possível observar que a análise do conteúdo do material serve, na generalidade, o propósito de avaliar o envolvimento do ofensor na

²⁸² “*Hashes*” são assinaturas únicas atribuídas a ficheiros de imagens ou vídeos, geradas com recurso a uma função matemática, que permitem identificar o ficheiro, cada vez que o mesmo seja detetado, mesmo sem visualizar o seu conteúdo (Steel, *op. cit.*, 2015, p. 151). Também é utilizada a expressão “*Hashtag*” (Jorge Duque, 2017, Apêndice D2, resposta 10).

conduta ilícita, determinar a sentença²⁸³ e o perigo que este representa no futuro. John Carr (2003) concorda que a avaliação da natureza do material deve ser feita na “(...) perspetiva da proteção da criança, mas talvez ainda de maior importância deva ser considerado se e ou em que medida o envolvimento de um indivíduo com esse material indica que ele representa uma ameaça para as crianças no futuro ou que ele possa ter estado envolvido no abuso de crianças no passado (Carr, 2003, p. 13). Carr observa ainda que não há evidências de que as imagens de maior ou menor severidade contribuam para, no futuro, um maior ou menor risco para outras crianças (2003, p. 15).

Sob outra perspetiva, Max Taylor e Ethel Quayle (2003, p. 33-34) argumentam que as coleções de pornografia infantil detetadas na posse de indivíduos com interesse sexual em crianças não são homogêneas no seu conteúdo e que correspondem a diversos tipos de imagens. As imagens que formam essa coleção foram obtidas deliberadamente, demonstram um determinado tipo de organização e catalogação e têm significado para o seu possuidor.

Um projeto amplamente divulgado no meio académico, foi o *COPINE project*, acrónimo de “*COmbating Paedophile Information Networks in Europe*”, lançado na década de noventa pela Universidade de Cork, na Irlanda, com fundos da UE (Quayle, 2008, pp. 66–67)²⁸⁴. Estabelecer a relação entre as imagens de abuso na Internet, o seu significado para o ofensor e o papel na Internet no aliciamento de crianças e jovens, foram alguns dos objetivos que pretendia alcançar. A diversidade dos conteúdos nas imagens de pornografia infantil foram expressos numa escala de graus de vitimização das crianças, com o propósito de entender a natureza da vitimação e o nível de envolvimento do ofensor com o material. A própria imagem constitui uma prova forense de um abuso sexual, podendo, inclusivamente, ser a única prova da ocorrência. O projeto, com recurso a imagens detetadas em sítios

²⁸³ No mesmo sentido, relativamente à medida da pena, *vide* a nossa entrevistada, Procuradora-Adjunta Marta Viegas (2016, Apêndice A2(b)).

²⁸⁴ Ethel Quayle foi uma das académicas envolvidas no projeto, referindo-se ao mesmo como sendo “(...) uma coleção de projetos, todos relacionados com a forma como as crianças são vulneráveis através das TIC”. *Vide* QUAYLE, Ethel - The COPINE Project. **Irish Probation Journal**. ISSN 1649-639X. 5 (2008) 65–83.

de Internet e *Newsgroups*^{285,286}, procedeu à elaboração de uma escala com dez tipos de pornografia infantil, de acordo com o seu conteúdo, que abrange desde a imagem “indicativa” (corresponde ao nível 1, não erótica e não sexualizada, com crianças vestidas em roupa interior ou fato de banho, em atividades comuns, mas cuja posse deste tipo de imagens no contexto de uma coleção e organização, indica a sua utilização inadequada²⁸⁷), passando pelos níveis subsequentes (“Nudista”; “Erótica”; “Pose”; “Pose erótica”; “Pose explicitamente erótica”; “Atividade sexual explícita”; “Assalto”; “Assalto grosseiro”) culminando no nível mais gravoso de todos, o nível 10, o qual corresponde ao “Sadismo/bestialidade”. Este último nível retrata menores amarrados, agredidos fisicamente, chicoteados ou sujeitos a atos causadores de dor, assim como o envolvimento de menores em comportamentos sexuais com animais (Quayle, 2008, p. 68-69).

Na perspetiva de Taylor e Quayle (2003), na taxonomia proposta algumas dos tipos de imagens não são criminalizadas pelas diversas leis penais. Um dos tipos que provoca dúvidas é o denominado de imagens “Erótica”, sub-repticiamente tiradas a crianças em roupa interior ou em diferentes graus de nudez, podendo argumentar-se que o alheamento da criança visada ou dos seus cuidadores diminui o dano causado à criança. Taylor e Quayle (2003, p. 34-35) discordam desta argumentação, considerando que “(...) in many respects these pictures are particularly corrosive and offensive, because they sexualize situations that should be safe and secure environments in which children play”. A ausência de conhecimento da vitimação não diminui a gravidade da conduta.

Apresentamos a lista das dez classificações de pornografia de menores a que aludimos:

²⁸⁵ Foi criado um repositório, o qual foi integrado na base de dados da Interpol (Merdian, *op. cit.*, 2012, p. 11).

²⁸⁶ *Newsgroups* são grupos de discussão dedicados a diversos temas, onde os utilizadores publicam mensagens que são visualizadas pelos restantes membros e comentadas. Também eram denominados de “Usenet”. Cf. IWF, *op. cit.*, 2016, p. 17.

²⁸⁷ Esta categoria de imagens não está criminalmente penalizada, contudo, dever-se-á atender ao contexto, se encontrada no âmbito de uma coleção de pornografia infantil de severidade ou taxonomia diversificada, cf. ressaltam Taylor e Quayle, *op. cit.*, 2003, p. 31-32.

Level	Name	Description of Picture Qualities
1	Indicative	Non-erotic and non-sexualised pictures showing children in their underwear, swimming costumes, etc. from either commercial sources or family albums; pictures of children playing in normal settings, in which the context or organisation of pictures by the collector indicates inappropriateness
2	Nudist	Pictures of naked or semi-naked children in appropriate nudist settings, and from legitimate sources
3	Erotica	Surreptitiously taken photographs of children in play areas or other safe environments showing either underwear or varying degrees of nakedness
4	Posing	Deliberately posed pictures of children fully, partially clothed or naked (where the amount, context and organisation suggests sexual interest)
5	Erotic posing	Deliberately posed pictures of fully, partially clothed or naked children in sexualised or provocative poses
6	Explicit erotic posing	Emphasising genital areas where the child is either naked, partially or fully clothed
7	Explicit sexual activity	Involves touching, mutual and self-masturbation, oral sex and intercourse by child, not involving an adult
8	Assault	Pictures of children being subjected to a sexual assault, involving digital touching, involving an adult
9	Gross assault	Grossly obscene pictures of sexual assault, involving penetrative sex, masturbation or oral sex involving an adult
10	Sadistic/bestiality	a. Pictures showing a child being tied, bound, beaten, whipped or otherwise subjected to something that implies pain b. Pictures where an animal is involved in some form of sexual behaviour with a child

Ilustração 1 - "Tipologia de imagens pedófilas de coleções" (Taylor, Holland & Quayle, 2001, p. 101)²⁸⁸.

Considerando que a natureza do material deveria ser sopesada aquando da sentença proferida contra o ofensor de pornografia infantil, a escala do projeto COPINE foi adaptada pelo *Sentencing Advisory Panel*, em 2002, para aplicação em Inglaterra e no País de Gales. Inicialmente, com 5 níveis de graduação (Quayle, 2008, p. 69), veio a ser sujeita a alterações e a última versão, entrada em vigor em abril de 2014, contempla três níveis. Inglaterra e País de Gales seguem determinações, elaboradas pelo agora denominado Sentencing Council, com o

²⁸⁸ Cf. TAYLOR, Max; HOLLAND, Gemma; QUAYLE, Ethel - Typology of paedophile picture collections. *The Police Journal*. 74:2 (2001) 97-107.

propósito de proporcionar harmonização de sentenças através de um guia de aplicação obrigatória (Sentencing Council, 2013)²⁸⁹.

Neste sistema as imagens são categorizadas em A, B ou C, dependendo do respetivo conteúdo, correspondendo à categoria A as condutas mais graves (penetração, sadismo e bestialismo) e à C, as condutas menos gravosas, sendo que as sentenças prescritas condizem com a atribuição da severidade das imagens, tendo em consideração a sua utilização: posse, distribuição e produção (Sentencing Council, 2013, pp. 76-77).

1.3.3.3 Tipologia quando ao propósito

Na generalidade, a literatura enuncia várias funções que a pornografia de menores desempenha para o ofensor que podem ser o lucro, a gratificação sexual, a inserção e reconhecimento em comunidades com o mesmo interesse, o aliciamento e coação de crianças e a coleção.

A APAV (2002, vol I, p. 53 ss) apresenta uma definição bastante abrangente sobre os significados do material pornográfico infantil para o ofensor, nomeadamente:

- Um meio de estimulação ou de exibição sexual (que pode servir o propósito de aliciar, desinibir, manipular, assustar ou controlar ou normalizar a situação, retirando-lhe a carga negativa);
- Prolongar artificialmente o abuso sexual que cometeu sobre criança real;
- Alimentar fantasias;
- Tentativa de justificação “(...) a si próprio da naturalidade das relações sexuais com crianças”;
- Negócio, seja por intenção lucrativa, seja para trocar por outras imagens e aumentar o seu acervo, fomentando redes de ofensores²⁹⁰.

²⁸⁹ Cf. SENTENCING COUNCIL - Sexual Offences Definitive Guideline. Reino Unido. 2013. Disponível em <https://www.sentencingcouncil.org.uk/wp-content/uploads/Aug-2015-Sexual-Offences-Definitive-Guideline-web.pdf> (acedido em 2018-01-20). Publicado em dezembro de 2013, entrou em vigor em 1 de abril de 2014, tendo já sofrido aditamentos entretanto.

²⁹⁰ Em sentido semelhante, Ana Paula Rodrigues (2011 p. 265) o abusador “ (...) pretende ainda obter *material* que lhe é *gratificante*, constituído por imagens, som, filme ou fotografias contendo abusos sexuais perpetrados a menores, quer para o manter em seu poder, quer para o

No que concerne à exploração comercial de pornografia de menores e de acordo com Juan Carlos Rojo García (2002, p. 213), existe uma diferenciação de preço da pornografia, dependendo do tema: quanto mais ilegal ou obscuro, mais elevado o seu preço²⁹¹. Com esta informação podemos depreender que a pornografia de menores representa um lucro acrescido face a outros tipos de pornografia, por constituir um material ilegal e obscuro. As regras de mercado ensinam-nos que o preço de um produto depende da procura, pelo que se torna um ciclo reprodutivo e autoalimentado, pois não seria rentável comercializar um produto para o qual não existisse adquirente²⁹². Este é um argumento frequentemente mencionado, estabelecendo uma razão recíproca entre a produção e o consumo, pois como destaca Lanning (2010, p. 109) “every time individuals download child pornography on the Internet, they are leaving an implied message behind that the material has value and they will be back to get more. Since there is a limited amount of existing material, at some point someone has to produce new images”.

No que concerne precisamente ao interesse lucrativo, Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 4), aludindo à experiência nacional refere que “o interesse pecuniário existe, no entanto, não temos deparado com muitos casos destes. Mas os mais graves têm a haver precisamente com interesses monetários como seja o *streaming*”. No entanto, independentemente do tipo de interesse, mantém-se válido o pressuposto de que a procura estimula a produção. Comparando a aquisição de pornografia de menores com o crime de recetação, Leopoldo Louveira (2013, p. 194-195) considera que “(...) a conduta do possuidor do referido material consubstancia-se no reforço às ilegalidades já cometidas contra os menores utilizados nas imagens” e que “(...) mesmo tratando-se de um crime autónomo, é inegável o carácter de «continuador» ostentado pelo indivíduo que obtém tais

disponibilizar a terceiros, sendo que esta forma de *abuso* pode, por vezes, ficar confinada ao meio virtual.

²⁹¹ Nas palavras do Autor “Así, una película pornográfica normal no puede adquirirse por menos de un tercio más que una convencional; si el tema de la película gira sobre alguna de las materias denominadas especiales (transexualismo, sadomasoquismo, etc.) el precio de venta es el doble, triple o cuádruple al de una película pornográfica normal; si el tema es ilegal, las cantidades que se ma-nejan son incalculables”.

²⁹² Neste sentido Rojo García, *op. cit.*, p. 213: “Es preciso aclarar desde el primer momento que, a pesar del evidente y justo rechazo social a esta materia, la pornografía infantil se produce, y se produce porque hay consumidores de pornografía infantil”.

imagens ou vídeos. Há, dessa forma, a prorrogação da violação causada a crianças e jovens no momento anterior”. É com base nesta argumentação que o Autor considera justificada a penalização da “mera” posse de pornografia de menores, contrariamente a Ana Rita Alfaiate (2009, p. 142) que é favorável à “(...) completa descriminalização”, por considerar que a penalização visa apenas proteger a moral, no que tange às condutas de aquisição e detenção de pornografia de menores e ainda em todos casos em que não seja utilizado menor real.

No estudo empírico concretizado por Max Taylor e Ethel Quayle (2003, p. 92), concluíram que a pornografia de menores descarregada da Internet servia para excitação sexual e ajuda à masturbação, registando-se, inclusivamente, um “(...) aumento do comportamento masturbatório”. Outra utilização do material é a chantagem, como forma de manter o secretismo da situação, sendo os menores suscetíveis de grande embaraço perante a possibilidade da sua imagem ser difundida (Lanning, 2010, p. 90). Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 26) acrescenta ainda que as imagens de pornografia de menores servem também para o ofensor coagir o menor, “não só de coação para novas imagens mas também para contacto físico. Não se trata propriamente de aliciamento, mas sim de coação, com base na posse das imagens do menor. A exigência de um encontro presencial, ameaçando a divulgação das imagens. Uma coisa é o aliciamento do jovem para um encontro físico, outra é praticar sobre ele um ato de coação”.

A particularidade das imagens retratarem crianças que aparentam estarem felizes com a situação que as vitima induz uma falsa perceção de normalidade, que favorece o intento sedutor do indivíduo que pretende colaboração para obter mais material de pornografia infantil ou para abusar do menor (Lanning, 2010, p. 90)²⁹³.

²⁹³ Cf. Lanning (*op. cit.*, 2010, p.90) justifica: “(...) can sometimes be convinced by viewing other children having «fun» participating in the activity. Peer pressure can have a tremendous effect on children. If other children are involved, the child might be led to believe the activity is acceptable. Adolescent children seem to be increasingly taking or allowing to be taken sexually explicit images of themselves and then sending or posting them online”.

No estudo levado a cabo por Valerie Sheehan (2016, p. ii)²⁹⁴, que consistiu na entrevista a 22 indivíduos produtores de pornografia de menores, foi apurado que a função da produção da pornografia de menores não era exclusivamente sexual e incluía uma diversidade de outras motivações, desde a comercial até ao estatuto social dentro de comunidades com interesse sexual em crianças. Este resultado é confirmado junto de Ethel Quayle (2013, p. 294), afirmando que a produção destes materiais pode ser executada em contexto doméstico, onde também ocorrem os abusos; a distribuição pode decorrer por interesse financeiro, como moeda de troca ou como possibilidade de conquistar estatuto e reconhecimento num grupo social com interesse sexual em crianças. Poderá ocorrer uma produção “profissional”, associada ao abuso sexual de crianças em países do terceiro Mundo, mas o mais comum é a produção amadora e qualquer indivíduo pode estar envolvido em todas as condutas associadas à pornografia de menores na Internet — produção, distribuição e *download* — sendo que as duas primeiras poderão ser motivadas apenas por interesse financeiro e não sexual (Wortley e Smallbone, 2012, p. 9-10).

Associado frequentemente à pornografia de menores encontra-se o aliciamento sexual de menores. Esta conduta compreende uma ampla gama de atitudes e não se limita ao aliciamento sexual de menores por via das TIC²⁹⁵. O aliciamento ou os termos em inglês para denominar o mesmo fenómeno, como *grooming* ou *luring*, compreendem a sedução de menores com fins sexuais, configurando um estágio do abuso sexual, podendo este ocorrer *online* ou *offline* (Landini, 2016, p. 49)²⁹⁶. Trata-se de uma opção do ofensor da não utilização da força física (Lanning, 2010,

²⁹⁴ Cf. SHEEHAN, Valerie - **Producers of indecent images of children: a qualitative analysis of the aetiology and development of their offending patterns**. Londres: The London Metropolitan University, 2016.

²⁹⁵ O CP português já criminalizava o assédio sexual presencial de menores, quando, em 2015, foi introduzida a criminalização do aliciamento sexual de menores por meio das TIC, passando a ser criminalizado um “(...) comportamento que muito preocupava a sociedade, e em especial os pais de jovens ou mesmo de crianças na fase da pré-adolescência, e cada vez mais frequente, atenta a massificação da comunicação por meios informáticos” (Pinto, 2016, p. 110). Cf. PINTO, Ângela - Crime de abuso sexual de menores com recurso à internet: enquadramento jurídico, prática e gestão processual. Em CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS (Ed.) - **Trabalhos temáticos de Direito e Processo Penal**. Lisboa, Portugal: Centro de Estudos Judiciários, 2016. ISBN 978-989-8815-47-7v. I. p. 109–154.

²⁹⁶ Cf. LANDINI, Tatiana Savoia - Assédio sexual online (Grooming Luring). Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.ª ed. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 49–50.

p. 161). Anne-Marie McAlinden (2013, p. 3)²⁹⁷, considerando o “*grooming*” como um fenómeno complexo, com múltiplas manifestações e de difícil definição, atribui-lhe várias características no processo desenvolvido no aliciamento: a utilização de várias técnicas manipulativas e de controlo; a vulnerabilidade da vítima; um conjunto diversificado cenários interpessoais e sociais; o objetivo de estabelecer confiança ou a aceitação de condutas sexuais prejudiciais; o propósito de facilitar a exploração do menor e/ou a manutenção do segredo. O processo de sedução inclui a cooperação da vítima, a diminuição da possibilidade de denúncia e propicia que a “relação” se mantenha no tempo (Lanning, 2010, p. 10)²⁹⁸.

O ofensor sexual pode utilizar a Internet para concretizar as suas pulsões sexuais ou como meio para se aproximar de menores, por vezes dissimulando a sua identidade, nomeadamente a idade (Pinto, 2016, p. 110) com vista ao encontro sexual para cometer o planeado abuso. O assédio sexual de menores através das TIC é relacionado amiúde com a utilização de pornografia de menores, esgrimindo-se vários argumentos, dos quais se destaca a sua natureza instrumental, onde a imagem de pornografia de menores pode ser utilizada para convencer a vítima de aliciamento de que condutas sexuais entre adultos e menores são aceitáveis (Lanning, 2010, p. 104) e no seguimento, poder seduzir o menor para um encontro presencial de natureza sexual ou deixar-se filmar ou retratar²⁹⁹, via *webcam*, em linha, e eventualmente ser visualizado em tempo real, por um número indeterminado de indivíduos em simultâneo (Taylor, Quayle e Holland, 2001, p. 97).

A título de curiosidade, a campanha da Europol, denominada “Say No!” (Europol, Say No!, 2017)³⁰⁰ visa avisar, prevenir e combater precisamente a instrumentalização das TIC para o cometimento de crimes de coação e extorsão

²⁹⁷ Cf. McALINDEN, Anne-Marie - «Grooming» and the sexual abuse of children: implications for sex offender assessment, treatment and management. **Sexual Offender Treatment**. ISSN 1862-2941. 8:1 (2013) 1–13.

²⁹⁸ Nas palavras do Autor: “This process not only gains the victim’s initial cooperation, but also decreases the likelihood of disclosure and increases the likelihood of ongoing, repeated access”.

²⁹⁹ Neste sentido Lanning (*op. cit.*, p. 104): “Pedophiles often use these photographs to help seduce and lower the inhibitions of children. Pictures of naked children could be used to convince children to remove their clothing”.

³⁰⁰ Vide EUROPOL – **Say No!Online sexual coercion and extortion is a crime** [Em linha], 2017. [Consult. 29 jun. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.europol.europa.eu/activities-services/public-awareness-and-prevention-guides/online-sexual-coercion-and-extortion-crime>>.

sexual sobre crianças e jovens. A campanha foi lançada em junho de 2017 e os produtos incluem folhetos com imagens gráficas reproduzindo o *modus operandi* dos criminosos para ambas as situações, com linguagem adequada à faixa etária das vítimas, assim como um vídeo, traduzido e adequado a cada um dos países da UE³⁰¹.

1.3.3.3.1 O papel da coleção de pornografia de menores

Colecionar traduz-se num processo ativo e seletivo de procura e aquisição, com a finalidade de aumentar o acervo de algo com valor subjetivo para o colecionador³⁰². Uma das características da coleção prende-se com a sua organização e catalogação, sustentando-se nalguma forma de arrumação estruturada que implica a “manutenção” da coleção por parte do colecionador. No que tange às coleções de imagens e vídeos de pornografia de menores, acresce ao colecionador a ilicitude da sua conduta, significando que não pode manter livremente contactos sociais e de interesse comum com outros colecionadores, o que sugere, na opinião de Taylor e Quayle (2003, p. 154) que a coleção deste tipo de material é uma atividade mais solitária do que outros tipos de colecionismo, denotando um valor intrínseco ampliado para o colecionador de pornografia de menores. As coleções de material pornográfico infantil são, portanto, fruto de vontade deliberada e cada vez que são acedidas para fins sexuais está em curso a vitimização de uma criança (Rodrigues, 2011, p. 276; Taylor, Quayle e Holland, 2001, p. 95). Atendendo à natureza ilícita do material, o colecionador tenta encobrir e dissimular a coleção, tendo a evolução da tecnologia e a Internet facilitado esta tarefa, pois o material que antes correspondia a magazines impressas, atualmente armazena-se milhares de

³⁰¹ O vídeo em português, encontra-se publicamente disponível no *Youtube*: <https://www.youtube.com/watch?v=xuF99-0Yqqw&feature=youtu.be> (acedido em 2017-06-29) sob o título “Say No! - A campaign against online sexual coercion and extortion of children (Portuguese)”, com a colaboração da P.J. A título de curiosidade, em 2017-09-13 apenas tinham contabilizado 478 visualizações, enquanto a versão espanhola, na mesma data, contava com 4198 visualizações; a do Reino Unido com 784; a da Dinamarca 3122 e a versão alemã contava com 4183.

³⁰² Cf. referem Taylor, Holland e Quayle (*op. cit.*, 2001, p. 99) “(...) it is important to note that the sexual or erotic nature of the images lie in both the objective qualities of the material itself, and in the mind of the collector”.

ficheiros em minúsculas *pendisks* (Ferraro, Casey e McGrath, 2005, p. 4) facilmente ocultas ou dissimuláveis ou armazenamento em nuvem (*clouds*).

No caso concreto do material de pornografia infantil, Kenneth Lanning (2010, p. 85) considera que o ofensor sexual preferencial provavelmente terá na sua posse “Pedophile Paraphernalia”, composta por materiais muito diversificados e que podem consistir em cartas, diários, brinquedos, desenhos, escritos fantasiosos, lembranças, fotografias não sexuais de crianças e material diverso que não é considerado ilegal, mas que pode indiciar eventual conduta criminosa.

A Internet concorre de forma fundamental para a coleção de material de pornografia de menores, por permitir buscar e acumular facilmente maior número de imagens e vídeos; não requer a presença para descarregar o material devido há existência de *software* que o faz por si de forma automática; permite a completude de coleções específicas³⁰³ e a aquisição de material novo (Taylor e Quayle, 2003, p. 93).

A motivação para a coleção de itens diversos, de natureza ilícita e lícita pode ser diversa (Lanning, 2010, p. 89), nomeadamente para satisfação sexual e dar cumprimento a impulsos e fantasias sexuais; como substituto de pornografia infantil (por dificuldade de acesso); e para validação e justificação do seu interesse (artigos académicos e livros científicos).

A angariação de imagens de pornografia infantil através da troca com indivíduos com interesse semelhante proporciona igualmente validação e reforço dos seus interesses, criando uma ligação social com outros (Lanning, 2010, p. 89). A coleção metódica, implicando dedicação regular e organização, provoca indiferença emocional entre o indivíduo que descarrega e troca imagens e o conteúdo das mesmas, por vê-las como meros objetos e troféus (Taylor e Quayle, 2003, p. 93-94), onde a criança “(...) is reduced to an electronic image or, as described by one respondent, «a nothing»”. No mesmo sentido se pronunciou assertivamente Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 25): “Há um distanciamento emocional, para

³⁰³ A completude de coleções específicas parece ser bastante importante para o colecionador, conforme esclarece Quayle e Taylor (2002, p. 341): “(...) pleasure was obtained from collecting pictures as part of a series, even when the material was not attractive or sexually arousing”. Cf. QUAYLE, Ethel; TAYLOR, Max - Child Pornography and the Internet: Perpetuating a Cycle of Abuse. **Deviant Behavior**. ISSN 0163-9625. 23:4 (2002) 331–361. doi: 10.1080/01639620290086413.

eles é um «*cromo*», não é um menor, aquilo é uma imagem, é um vídeo, como todos os outros de pornografia e portanto, não há naquela pessoa a percepção de que «aquilo» é um menor, uma criança, que é filha de alguém e que não deveria estar a ser exposta, não deveria ter sido vítima daquele abuso”.

O interesse partilhado na coleção deste tipo de material ilícito pode potenciar o desenvolvimento de contactos com outros indivíduos, formando uma “comunidade” incaracterística, onde os seus interesses são reforçados e justificados, e é sobre esta “comunidade” que incidiremos seguidamente.

1.3.3.3.2 *Subcultura com interesse sexual em crianças*

Subcultura pode definir-se como “conjunto de normas e valores específicos de determinado grupo (religioso, étnico, etário) em relativo isolamento, ainda que não absoluto, uma vez que tal grupo entra em dissidência, evidencia contestação ou em parte se desliga mas não corta radicalmente com a sociedade envolvente, de resto necessária para a sua reprodução social” (Silva, C., 2016, p. 461)³⁰⁴.

No caso em concreto, preenche os requisitos para ser considerada uma subcultura desviante (Negreiros, 2016, p. 462)³⁰⁵, porquanto “(...) assume que os membros de um grupo social podem partilhar um conjunto de valores e significados que não são partilhados pela sociedade normativa de que fazem parte” e que representam “(...) um meio de o indivíduo se furtar aos constrangimentos dos valores convencionais”, desenvolvendo-se a partir de “(...) um conjunto de racionalização e normas comportamentais que fornecem suporte social aos seus membros para a prática de crimes”. Podem inclusivamente utilizar termos e linguagem própria para se comunicarem, também com o propósito de se furtarem à identificação pelas

³⁰⁴ Cf. SILVA, Carlos - Subcultura. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 461.

³⁰⁵ Cf. NEGREIROS, Jorge - Subculturas desviantes. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa : Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 462–463.

polícias, conforme ressalva Jenkins (Jenkins, 2001, p. xi)³⁰⁶ quando efetuou o seu estudo sobre *Internet Newsgroups* e *Bulletins Boards*.

Como abordámos anteriormente, a Internet possibilita a convergência de interesses por meio de fóruns e plataformas diversas, onde os membros interagem, permitindo a troca de experiências e habilidades no âmbito criminal (Europol, IOCTA, 2017, p. 13; Jenkins, 2001, p. 7). Sobre a subcultura com interesse sexual em crianças, Jenkins acrescenta que o carácter internacional da Internet permite a mobilidade e versatilidade, características que dificultam a localização pelas autoridades (Jenkins, 2001, p. 52)³⁰⁷.

Parece decorrer dos estudos a esta subcultura que a pornografia de menores possui múltiplas funções, nem sempre associadas à excitação sexual, particularmente evidentes na subcultura (Taylor e Quayle, 2003, p. 94), porquanto já constatámos que o material de pornografia de menores pode assumir um papel de item colecionável e transacionável.

Outra característica que se evidenciou no trabalho empírico de Jenkins (2001, p. 17) foi o facto de, na generalidade, a subcultura ser composta por elementos que não se conhecem pessoalmente, mas mesmo em ambiente virtual, estabelecem relações de companheirismo e cumplicidade.

Apresentando uma perspetiva diferente, Neil Levy (2002, p. 321), admitindo que a Internet possa desempenhar um papel relevante na polarização de grupos com interesse sexual em crianças, atribui maior importância ao discurso e interações

³⁰⁶ A título exemplificativo: “kp” significaria “kiddie porn” ou “kinder porno” em alemão; “loli” ou “lolita” correspondendo a meninas com idade anterior à puberdade; “MCLT” significaria “my collection of lolitas and teens”; “peeps” ou “peepers” correspondia a indivíduos que vêm pornografia infantil em linha; “pt” correspondia a “pree-teen” e “hc” a “hard-core”. No mesmo sentido IWF, *op. cit.*, 2016, p. 17.

Estas expressões e siglas parecem manter-se atuais, conforme tivemos oportunidade de verificar no blogue da empresa “Pagettraff”, em post sem identificação de data, atribuindo o resultado ao software “Wordtracker”, lista os 500 termos mais populares (Keywords) procurados no Google no ano anterior: a expressão “pthc” encontra-se em 22.º lugar, embora cogitemos na hipótese desta sigla poder corresponder a temática diversa. Acedido em <http://www.pagettraff.com/blog/most-popular-keywords-on-search-engines> (consultado em 2016-11-25).

³⁰⁷ Nas palavras do Autor (*op. cit.*, 2001, p. 53-69): “Not every new Web page can be checked instantly, and server administrators rely heavily on search robots to scan the titles of home pages for any keywords that indicate the presence of child pornography (...) The best indication that a home page is offering im-proper material is when a new site suddenly attracts thousands of hits within a few hours, and this is usually sufficient for server administrators to examine its contents and suppress it”.

entre estes do que propriamente da visualização das imagens, concluindo que “(...) If group polarization is a serious problem, it is a problem which arises largely out of speech; (...) If group polarization is a significant risk among those who have pedophilic desires, this gives us a reason to limit what they may say to each other, even to prevent them seeking one another out”³⁰⁸. Nesta perspetiva já se erguem questões relacionados com a liberdade de expressão.

Parecem adensar-se o número de estudos que comprovam das funções e importância da subcultura associada ao interesse sexual em menores. Por exemplo, o estudo concretizado por Seto, Reeves e Jung (2010, p. 177)³⁰⁹, apurou que uma substancial percentagem de indivíduos detidos pelo crime de pornografia de menores participava em comunidades *online* e trocava material desta natureza com outros indivíduos. Outro exemplo provém de Patrice Corriveau (2010), num estudo que contemplou a análise do discurso entre participantes de três *newsgroups*, correspondendo a 1600 comunicações, com o propósito de averiguar a forma de funcionamento destes grupos desviantes. Os resultados apresentados foram, sucintamente, os seguintes (p. 386 ss):

- As comunicações entre os membros denotam apreciação pelo envolvimento numa comunidade quer lhes proporciona uma saída do seu isolamento social, onde se sentem aceites e compreendidos, sem estarem sujeitos a importunações da sociedade ou intromissões da polícia;
- Salientam a importância das relações de confiança e respeito mútuo na própria possibilidade de iniciar ou continuar interações com outros participantes, podendo ocorrer a necessidade de provar a sua “boa fé” e fidelidade mediante a disponibilização de imagens;
- A importância da aprendizagem técnica, para a proteção individual e coletiva dos membros da comunidade virtual desviante e para maximizar a utilização dos recursos da comunidade. Os mais antigos ensinam os neófitos, cientes da

³⁰⁸ Sobre a utilização da pornografia de menores em *newsgroups* com interesse sexual em crianças, o estudo de Patrice Corriveau (2010, p. 386) terá apurado que 80% dos internautas exibiam apenas mensagens de texto e não imagens. Vide CORRIVEAU, Patrice - Les groupes de nouvelles à caractère pédopornographique: Une sous-culture de la déviance. **Déviance et Société**. Chêne-Bourg, Suíça. ISSN 0378-7931. 34:3 (2010) 381–400. doi: 10.3917/ds.343.0381.

³⁰⁹ Cf. SETO, Michael C.; REEVES, Lesley; JUNG, Sandy - Explanations given by child pornography offenders for their crimes. **Journal of Sexual Aggression: An international, interdisciplinary forum for research, theory and practice**. ISSN 1355-2600. 16:2 (2010) 169–180. doi: 10.1080/13552600903572396.

ilegalidade das suas condutas, para que todos se protejam adequadamente e prolongar as suas atividades dentro da comunidade, fortalecendo-a;

- O reconhecimento entre os participantes está relacionado tanto com a quantidade de imagens e vídeos que distribuem para a comunidade, em particular as novidades³¹⁰, como pela participação ativa nas trocas de mensagens que tornam a subcultura viva, em especial os conselhos técnicos valiosos;
- Em relação às “techniques justificatives, ou comment s’effectue la «normalisation» de la déviance”, que são um elemento necessário para a coesão e manutenção do grupo, na generalidade recorrem à negação do dano causado, à condenação dos acusadores e ao recurso ao passado³¹¹. As justificações acabam por consistir num reforço positivo e legitimador da conduta e centram-se nos seguintes aspetos:
 - na negação do dano causado às crianças, por vezes referindo que as crianças retratadas se encontravam a sorrir, que consentiram ou que deviam estar gratas pela experiência vivida (“relations intergénérationnelles peuvent être enrichissantes pour le jeune, l’amour reçu l’aidant à mieux se développer émotionnellement et sexuellement”, cf. p. 395);
 - na condenação dos acusadores, o discurso gira à volta da sua desculpabilização por considerarem que a sociedade os incentiva naquele sentido através da inconfessa “(...) hypersexualisant les enfants et en érotisant de plus en plus les jeunes sur les campagnes publicitaires” (cf. p. 395) e, contraditoriamente, ser moralista em relação à sexualidade dos menores;
 - no recurso ao passado, alegando que o interesse sexual em crianças existiu desde sempre e que nem sempre foi tão reprimido, evocando

³¹⁰ No mesmo sentido, relativamente à importância de materiais novos para os indivíduos com interesse sexual em crianças, *vide* Jorge Duque, 2017, Apêndice D2, resposta 8.

³¹¹ Neste sentido, atentemos nas palavras de Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 25): “Quando conversamos com estes indivíduos, eles arranjam desculpas, justificações alegando que estavam a fazer uma investigação para a polícia, que estavam à procura de um menor desaparecido, que estavam a fazer um estudo, ... as desculpas mais variadas que não têm qualquer cabimento e existe efetivamente este distanciamento, dando conta de que aquela criança que está ali naquela imagem é um «cromo», ou qualquer coisa menos uma criança para eles....”

personagens ou sociedades da história e vincando a diferença entre o “amor às crianças”, do qual são portadores, e a violência contra as crianças, da qual discordam.

As justificações enunciadas por indivíduos com interesse sexual em crianças foram estudadas previamente por Keith Durkin e Clifton Bryant (Durkin e Bryant, 1999)³¹² e as suas conclusões foram confirmadas no estudo de Elaine O'Halloran e Ethel Quayle (2010)³¹³. Ambos os estudos, à semelhança do estudo de Patrice Corriveau, analisaram diretamente as interações e discursos em *newsgroups*, o que se constitui como uma vantagem acrescida, pois não possuem o viés de uma amostra provinda do sistema prisional ou judicial. Os resultados em ambos os estudos são semelhantes e merecem uma breve menção, pois enformam um corpo de estudos que apontam em sentido convergente.

De facto, a revisão de literatura apresentada por Durkin e Bryant já releva de vários autores que se debruçaram anteriormente, por via de entrevista ou observação, sobre as justificações dos indivíduos com interesse sexual em crianças, mas não foram captadas no âmbito de interações no ciberespaço. Não obstante, as justificações oferecem uma construção narrativa semelhante³¹⁴. O trabalho desenvolvido por Durkin e Bryant (1999, p. 114) apurou que a maioria dos indivíduos visados no estudo apresentavam, durante as suas interações no *newsgroup*, algum tipo de justificação para o seu interesse sexual, sendo a

³¹² A amostra é composta por 93 mensagens de 41 indivíduos que se admitiram “pedófilos”. Cf. DURKIN, Keith F.; BRYANT, Clifton D. - Propagandizing pederasty: A thematic analysis of the on-line exculpatory accounts of unrepentant pedophiles. **Deviant Behavior**. ISSN 0163-9625. 20 (1999) 103–127. doi: 10.1080/016396299266524.

³¹³ Cf. O'HALLORAN, Elaine; QUAYLE, Ethel - A content analysis of a «boy love» support forum: revisiting Durkin and Bryant. **Journal of Sexual Aggression**. 16:1 (2010) 71–85. doi: 10.1080/13552600903395319.

³¹⁴ De acordo com Durkin e Bryant (op. cit., 1999, pp. 109–112), os estudos anteriores revelaram que os ofensores sexuais de menores apresentavam dois tipos de desculpas para o seu comportamento: através da inviabilidade da imputação (alegando, por exemplo, que se encontravam alcoolizados) e através da atribuição da culpa ao comportamentos dos menores (sedutores, promíscuos, etc). Justificavam-se baseando-se em três argumentos: na negação do dano (onde incluem o benefício que tal interação carrega para a criança), na condenação dos condenadores (geralmente funcionários de serviço social e polícias, por, alegadamente, efetuarem uma “lavagem cerebral” às crianças e pela perseguição que movem contra indivíduos com interesse sexual em crianças) e apelo a lealdades (alegando proteger os direitos da crianças e, em particular, a liberdade sexual dos menores).

condenação dos condenadores (polícia, funcionários de serviço social, profissionais de saúde mental e progenitores) a categoria de justificações que reuniu o maior número de indivíduos da amostra (31,7%). Os Autores concluem que o tom geral e comportamento dos elementos do *newsgroup* analisado podem contribuir para a gestão da sua “identidade desviante de pedófilo”, preocupando-se em realçar que, atendendo a que a análise incidiu sobre indivíduos desconhecedores da observação que conduziu ao estudo, nenhum deles apresentou *desculpas*, apenas justificações.

No que concerne ao estudo de O'Halloran e Quayle (2010), recorreram às mesmas categorias de Durkin e Bryant, aplicando-as à análise de discurso de 23 participantes num fórum na Internet, durante um mês em 2008. Resultou que 65% dos indivíduos providenciaram pelo menos uma justificação para o seu interesse sexual desviante e a prevalecente foi a condenação dos acusadores. As Autoras concluem que, atendendo à solidão, isolamento e censura social a que estão votados (o que constitui um fator potenciador para ocorrer ofensas de contacto), as interações com indivíduos com os mesmos interesses assumem um papel relevante para os participantes, o que se revela um potenciador de normalização destes comportamentos (O'Halloran e Quayle, 2010, pp. 83–84).

O estudo de Bernard Gallagher (2007, p. 113)³¹⁵ acentua a importância de se desenvolverem mais estudos sobre a relevância do contacto *online* entre indivíduos com interesse sexual em crianças, em particular aqueles que desempenham um papel de incentivador e conspirador para o cometimento de crimes contra crianças, não apenas de natureza sexual mas também física. O Autor enfatiza a necessidade de se prestar atenção ao efeito produzido pela interação no comportamento subsequente, pelo que as discussão ao redor do abuso sexual de crianças deverá “(...) consider not only victims, and victim-offender contact, but also offender-offender interaction”.

³¹⁵ Cf. GALLAGHER, Bernard - Internet-initiated incitement and conspiracy to commit child sexual abuse (CSA): the typology, extent and nature of known cases. **Journal of Sexual Aggression**. Reino Unido. ISSN 1355-2600. 13:2 (2007) 101–119.

Alinhado com estes resultados, especialmente no que se refere à negação do dano causado, a experiência profissional de Jorge Duque na investigação criminal (2017, Apêndice D2, resposta 4) fá-lo afirmar que não é só a visualização de pornografia de menores que satisfaz o indivíduo com interesse sexual em crianças, mas também (...) o contacto com esta comunidade em que eles vão trocando experiências, imagens e vídeos e acabam por se desinibir” e “é a questão dos contactos com os outros ofensores a nível da Internet, onde cada um vai dando conta das suas experiências e vai criando a convicção nesse ofensor de que se trata de uma prática lícita”.

Relacionado com as justificações e desculpas dos ofensores de pornografia de menores, a literatura menciona que estes indivíduos detêm um conjunto “distorcido” de crenças, acerca de si mesmos, dos outros e do Mundo em geral. São denominadas “distorções cognitivas” e constituem um conjunto de cognições que contribuem para manter a conduta ofensiva (Bartels e Merdian, 2016, p. 16)³¹⁶.

1.3.4 Nexo causal: relação entre crimes sexuais de contacto contra crianças e a pornografia de menores

Procurar um nexo causal entre pornografia de menores e ofensas sexuais de contacto representa uma dificuldade acrescida se tivermos em consideração a mediação da Internet, pois por este meio são cometidos diferentes crimes sexuais contra crianças, nos quais a pornografia de menores assume um papel central (Taylor e Quayle, 2003, p. 95). Permanece desconhecida a exata extensão do papel da pornografia de menores no cometimento de crimes sexuais de contacto contra menores (Davidson, 2011, p. 16³¹⁷; Taylor, Holland e Quayle, 2001, p. 99), se estes

³¹⁶ Cf. BARTELS, Ross M.; MERDIAN, Hannah L. - The implicit theories of child sexual exploitation material users: an initial conceptualization. **Aggression and Violent Behavior**. ISSN 1873-6335. 26 (2016) 16–25. doi: 10.1016/j.avb.2015.11.002.

³¹⁷ Cf. DAVIDSON, Julia - Legislation and policy - protecting young people, sentencing and managing Internet sex offenders. Em DAVIDSON, JULIA; GOTTSCHALK, PETTER (Eds.) - **Internet child abuse: current research and policy**. Nova Iorque: Routledge, 2011. ISBN 978-0-20-384743-5. p. 8–26.

“(…) representam uma classe distinta de ofensores sexuais diferentes dos tradicionais ofensores sexuais por contacto, ou se são ofensores sexuais típicos empregando um novo meio para facilitar a ofensa sexual (Henshaw, Ogloff e Clough, 2015, p. 2).

De facto, há autores que consideram a existência de tal relação, pese embora nem todos os ofensores passem ao ato físico, conforme descreve Lanning (2010, p. 90), mas o próprio admite que “(…) an offender’s pornography and erotica collection is the single best indicator of what he wants to do. It is not necessarily the best indicator of what he did or will do” (Lanning, 2010, p. 107), no entanto “(…) to suggest regular, repeated, time-consuming sexual fantasies accompanied by masturbation have nothing to do with behavior is absurd”.

Conforme apuraram Quayle e Taylor (2002, p. 354) de uma amostra de ofensores de pornografia de menores entrevistados, “(…) it appears that for some respondents, pornography was used as a substitute for actual offending, whereas for others, it acted as both blueprint and stimulus for a contact offense” e a diferença poderá, eventualmente, residir nas características individuais. Recordemo-nos que Levy, Malamuth e Huppin, anteriormente referidos, abordaram igualmente a possibilidade de a pornografia de menores agir como um escape para tensões sexuais e evitar o cometimento de crimes sexuais de contacto. Leopoldo Louveira (2013, p. 254) refere esta hipótese como a “tese da catarse”³¹⁸, na qual o “(…) material serviria como arrefecimento dos desejos sexuais”.

Não obstante, algumas pesquisas sugerem que a pornografia de menores pode desencadear ofensas sexuais de contacto, ativando e validando impulsos sexuais previamente suprimidos ou controlados em ofensores de pornografia de menores (Kim, 2005, p. 16; Westenberg, 2013, p. 346; Wolak, Finkelhor e Mitchell, 2011, p. 23)³¹⁹ e que a posse de pornografia de menores é um indicador válido de pedofilia

³¹⁸ A “Tese da catarse”, de acordo com a Enciclopédia de Ciências Sociais (Singer, 2005, p. 497), foi introduzida por Sigmund Freud, referindo que a fantasia sexual podia amenizar as tendências sexuais agressivas e assim reduzir o impulso para o acto. Cf. SINGER, Jerome L. - Fantasy. Em The Social Science Encyclopedia. Reino Unido: Routledge, 2005. ISBN 978-0-415-47635-5.

³¹⁹ Cf. KIM, Candice - From fantasy to reality: the link between viewing child pornography and molesting children. **Prosecutor**. EUA. 39 (2005) 1–5; WESTENBERG, Megan - Establishing

sugerindo maior probabilidade de cometer crimes sexuais de contacto contra crianças (Eke, Seto e Williams, 2011, p. 184³²⁰; Seto, Cantor e Blanchard, 2006, p. 613). No entanto, está subjacente à conduta um conjunto de fatores e distorções cognitivas, nos quais a exposição à pornografia pode simplesmente acelerar um processo já em desenvolvimento, no entanto “(...) may influence (not solely cause) the development of sexual offending in some men but for most its use is simply one of the many manifestations of an already developed appetite for deviant sexuality” (Marshall, 2000, p. 74)³²¹. Seto, Hanson e Babchishin (2011, p. 137-139)³²² consideram como principais fatores de risco o desvio sexual (no qual se integra a pedofilia), a orientação antissocial e défices de intimidade, tanto para ofensores *online* como ofensores *offline*, pelo que se confirma que vários fatores podem contribuir para que o ofensor *online* progrida para delitos sexuais de contacto, o que dificulta qualquer diagnóstico avaliação do risco.

O estudo de Michael Bourke e Andres Hernandez (2009)³²³, denominado “The Butner Study”³²⁴, foi realizado com recurso a 155 indivíduos condenados por pornografia de menores (exceto produção) e encarcerados numa prisão norte-americana, sujeitos a tratamento. O estudo concluiu, findo o período de tratamento, que 85% da amostra tinha antecedentes criminais prévios por ofensas sexuais de contacto contra crianças ou veio a admitir tê-las cometido. Este resultado correspondeu a um aumento de 59% face ao conhecimento prévio das ofensas sexuais de contacto conhecidas pelo sistema judicial e que o estudo veio dar a conhecer. Os resultados deste estudo foram interpretados como a confirmação do

the nexus: the definitive relationship between child molestation and possession of child pornography as the sole basis for probable cause. **University of Cincinnati Law Review**. EUA. ISSN 0009-6881. 81:1 (2013) 337–360.

³²⁰ Cf. EKE, Angela W.; SETO, Michael C.; WILLIAMS, Jennette - Examining the criminal history and future offending of child pornography offenders: an extended prospective follow-up study. **Law and Human Behavior**. ISSN 1573-661X. 35:6 (2011) 1–19. doi: 10.1007/s10979-010-9252-2.

³²¹ Cf. MARSHALL, W. L. - Revisiting the use of pornography by sexual offenders: Implications for theory and practice. **Journal of Sexual Aggression**. ISSN 1355-2600. 6:1–2 (2000) 67–77. doi: 10.1080/13552600008413310. No mesmo sentido, vide Malamuth e Huppín, *op. cit.*

³²² Cf. SETO, Michael C.; HANSON, R.Karl; BABCHISHIN, Kelly M. - Contact sexual offending by men with online sexual offenses. **Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment**. . ISSN 1573-286X. 23:1 (2011) 124–145. doi: 10.1177/1079063210369013.

³²³ Cf. BOURKE, Michael L.; HERNANDEZ, Andres E. - The «Butner study» redux: a report of the incidence of hands-on child victimization by child pornography offenders. **Journal of Family Violence**. ISSN 0885-7482. 24:3 (2009) 183–191. doi: 10.1007/s10896-008-9219-y.

³²⁴ Instalações prisionais em Butner, Carolina do Norte, EUA.

nexo causal entre a pornografia de menores e os crimes sexuais de contacto. No entanto, este estudo foi sujeito a críticas (Davidson, 2011, p. 16; Stabenow, 2011, p. 115)³²⁵ que se centram essencialmente na metodologia, dimensão e características da amostra. Na dimensão, por ser reduzida e, a segunda por ser composta por indivíduos condenados e em tratamento, em situação de autorrelato e que poderiam beneficiar da sua “voluntariedade” em participar no estudo. Como explicita Troy Stabenow (2011, p. 115), não só não providencia respostas quanto ao perigo futuro que representam porque o sistema não pode nem deve punir ofensores “(...) for what it is feared or statistically estimated they might have done at some point in the past”, como subsiste a questão de saber se as detenções de ofensores “mistos” (“dual offending”) descrevem com precisão a relação entre o consumo de pornografia de menores e as ofensas sexuais com contacto físico e esta resposta “(...) could not be derived simply by looking at the records of dual-offense investigations, because dual offenders might represent only a small percentage of the overall population”. Lanning (2010, p. 108), em sentido semelhante, refere que “(...) this research and anecdotal evidence has some real limitations, but the fact remains some portion of child-pornography collectors may not be molesting children. They may have in the past and might in the future, but such conjecture may be difficult to argue in court”. Acresce o facto relevante, do nosso ponto de vista, de os indivíduos em questão possuírem antecedentes prévios e não posteriores, o que nos induz a refletir que o estudo não confirma, de todo, que a pornografia de menores conduz necessariamente a crimes sexuais de contacto contra crianças.

Outros estudos proporcionam uma perspetiva diferente. O estudo levado a cabo com base nos detidos por posse de pornografia de menores no período um ano nos EUA (de julho de 2000 a julho de 2001), contemplando um universo de 1713 detenções (Wolak, Finkelhor e Mitchell, 2005, p. 2-3) apuraram o seguinte: 11% dos detidos tinham sido detidos previamente por crimes sexuais contra crianças e apenas 3% tinham sido diagnosticados como possuindo uma desordem sexual.

³²⁵ Cf. STABENOW, Troy - A Method for Careful Study: A Proposal for Reforming the Child Pornography Guidelines. **Federal Sentencing Reporter**. ISSN 1533-8363. 24:2 (2011) 108–136. doi: 10.1525/fsr.2011.24.2.108.

As duas meta-análises concretizadas por Seto, Hanson e Babchishin (2011) resultaram no apuramento de 12% ofensores que tinham cadastro criminal por ofensas sexuais de contacto quando foram detetados no crime de pornografia de menores *online* (correspondendo à distribuição e *download*). Esta proporção aumenta para 55% em situação de autorrelato. Por outro lado, no que concerne à reincidência dos indivíduos com cadastro pelo crime de pornografia de menores online, 4,6% reincidiram num crime no prazo entre 1,5 e 6 anos, sendo que 2% cometeram ofensas sexuais de contacto e 3,4% cometeram um novo crime de pornografia de menores. Os autores concluíram que os resultados sugeriam que poderia “(...) haver um subgrupo distinto de ofensores de pornografia de menores exclusivamente deste crime, que poderiam constituir um risco relativamente baixo de cometerem crimes sexuais de contacto no futuro”.

Jennifer McCarthy (2010, p. 193)³²⁶ conclui do seu estudo que “(...) the results of this study dispel the notion of a causal relationship between possessing child pornography and child sexual abuse, as the majority of contact offenders (84%) reportedly sexually abused a minor prior to possessing this material”. Efetivamente, o conhecimento da prática de crimes sexuais contra crianças antes da deteção da pornografia de menores poderá ter várias explicações, não obstante, a nossa dedução vai no sentido de que aqueles ofensores poderão não ter sido influenciados pela pornografia de menores para cometer os crimes de contacto, portanto, resulta daqui o afastamento de um nexo causal entre o “ver” e o “fazer”.

Um último apontamento sobre o nexo causal diz respeito à influência exercida pela visualização de pornografia de menores. Recordemo-nos que quando abordámos o paradoxo da hipersexualização da criança foi aventada que a exposição repetida a imagens que sexualizam ou erotizam as crianças poderiam imprimir na mente do observador a associação das crianças à sexualidade e torná-las objeto desejável. Efetivamente, no estudo da APA (2007, p. 32-33) a que já aludimos sobre a sexualização precoce das crianças, avoca um único estudo experimental, de 2004, da autoria de Bryant Paul, no qual as conclusões sugeriam que a visualização de

³²⁶ Vide MCCARTHY, Jennifer A. - Internet sexual activity: a comparison between contact and non-contact child pornography offenders. **Journal of Sexual Aggression**. ISSN 1355-2600. 16:2 (2010) 181–195. doi: 10.1080/13552601003760006.

imagens sexualizadas de crianças pode condicionar os utilizadores a associar crianças com sexualidade, mesmo, num momento posterior, quando não estão a visualizar imagens sexualizadas. Contrariando este resultado, sublinhamos o estudo exploratório nacional concretizado por Marco Schaap (2016, p. 50)³²⁷ para apuramento do interesse sexual em crianças e, em particular, “(...) determinar a influência da exposição repetida a conteúdos que apelem ao sexo com crianças”. O Autor recorreu a duas amostras nacionais, sendo uma constituída por indivíduos universitários e outra por inspetores e técnicos de investigação criminal relativa à pornografia de menores. O Autor concluiu que a segunda amostra, diariamente sujeita profissionalmente à visualização de todo o tipo de pornografia de menores não apresentava valores diferentes da primeira. Nas palavras do Autor, “o segundo estudo parece indiciar que a exposição prolongada a pornografia infantil não promove uma maior associação na rede cognitiva entre Criança e Sexual na medida em que não foram encontradas diferenças significativas entre a amostra universitária e o grupo de inspetores e técnicos”.

Num artigo posterior, da autoria de Bryant Paul e de Daniel G. Linz, publicado em 2008 (p. 35-36)³²⁸, sobre o mesmo assunto, concluem que “*exposure to sexually explicit depictions featuring underage-looking models results in viewers being more likely to associate sex and sexuality to subsequent non-sexual depictions of minors*”. No entanto, frisam que este “esquema cognitivo” não implica passar à ação, isto é, não encontraram evidências de qualquer relação causal entre a exposição às imagens de pornografia de menores realista (maiores de idade a simularem menoridade³²⁹) e a aceitação da pornografia de menores ou desejo sexual por menores. Contudo, não deixam de realçar que para um comportamento intencional poderá estar subjacente a cognição prévia sobre esse mesmo comportamento, pelo que não descartam a possibilidade de que a exposição ao estímulo possa aumentar a probabilidade do comportamento ocorrer. Lanning (2010, p. 108), por exemplo,

³²⁷ Cf. SCHAAP, Marco Dos Reis Guerreiro - **Teste de associação implícita: o caso do interesse sexual em crianças**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2016.

³²⁸ Cf. PAUL, Bryant; LINZ, Daniel G. - The effects of exposure to virtual child pornography on viewer cognitions and attitudes toward deviant sexual behavior. **Communication Research**. ISSN 0093-6502. 35:1 (2008) 3–38.doi: 10.1177/0093650207309359.

³²⁹ Esta opção metodológica deveu-se a restrições legais, não podendo ser utilizadas imagens de pornografia de menores com crianças reais.

não corrobora esta asserção, afirmando perentóriamente: *“Men tend to view and collect pornography that is consistent with their existing erotic imagery not to change it. Seeking child pornography is the result of a sexual interest in children not the cause of it”*.

1.3.5 As vítimas de pornografia de menores

Cada vez que uma imagem é visualizada, ocorre a revitimação, pois a imagem do menor subsiste a circular na Internet ou na posse de desconhecidos, facto esse que dificilmente poderá ser esquecido (Rodrigues, 2011, p. 276; Taylor, Quayle e Holland, 2001, p. 95). Como já relatado, as imagens que retratam crimes sexuais vitimizam diretamente³³⁰ a criança utilizada, tanto na sua criação como na subsequente distribuição, de acordo com Julia Davidson (2011, p. 13) e esse facto constitui uma dupla vitimação, onde a criança “(...) é revitimizada cada vez que a imagem é acedida, e as imagens na Internet são uma forma de registo permanente do abuso”³³¹. Esta ideia de permanência é reforçada por Wolak, Finkelhor e Mitchell (2005, p. 33) mencionando que “part of the potential trauma of being pictured in child pornography is that depicted children may know their images are on public display and it is unlikely the images can be completely and permanently removed from online circulation. Law-enforcement efforts against CP possessors are made on behalf of real child victims, and the crime of CP possession should not be minimized simply because the children in the images are often nameless and cannot speak for themselves”.

Os fatores de risco predominantes para a vitimação (UNODC, 2015, p. x) são o sexo, a maioria feminino; a vitimação de crianças mais novas parece estar a

³³⁰ Vítima direta “(...) é a que experiencia as consequências desse crime em primeira mão” (Saavedra, Vitimação direta, 2016, p. 536), cf. SAAVEDRA, Rosa Melim - Vitimação direta. Em Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade. 1.a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 536–537.

³³¹ Cf. o texto do Acórdão recorrido, mencionado no Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 17/11/2010, relativo ao Processo n.º 5/04.2AILSB.P1, onde menciona “(...) não se pode ignorar que este tipo de material poderá perdurar durante anos no mercado, sendo a maior parte das vezes impossível saber quem é a criança, a sua identidade e proveniência, estando as mesmas amarradas a redes mundiais de pornografia infantil”.

aumentar, enquanto os adolescentes parecem mais sujeitos a aliciamento, exposição a material prejudicial e ao cyberbullying; abuso prévio, família disfuncional, pobreza, migração e isolamento social podem aumentar o risco de vitimação, especialmente na exploração comercial da crianças; comportamentos de risco em linha por parte dos menores, nomeadamente a desatenção à segurança em linha, privacidade e aliciamento.

O relatório do IWF (Internet Watch Foundation, 2017, p. 9) aponta que 45% das imagens de pornografia de menores retratam crianças dos 11 aos 15 anos de idade e que 53% correspondem a crianças com menos de 11 anos de idade, embora se verifique uma tendência decrescente na percentagem das crianças mais novas e um aumento nas mais velhas, entre 2014 e 2016. A esmagadora maioria das imagens de pornografia de menores detetadas referem-se a raparigas (89% em 2016).

No que tange à experiência profissional de Marta Viegas (2016, Apêndice A2 (b), resposta 3) e de Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 27) destacamos o seguinte: a indicação de que as vítimas são tendencialmente de origem em países pobres, onde a gravidade da conduta é desvalorizada, como nas Filipinas; a idade está compreendida entre os 8 e os 14 anos, é do sexo feminino, sem estrato social definido e por vezes, em situações de fragilidade do foro familiar ou do próprio jovem.

1.3.5.1 Os danos da pornografia de menores para as vítimas

Pontualmente, abordámos alguns dos aspetos da vitimação sexual das crianças e, em particular, da pornografia de menores. No entanto, trazemos sucintamente à colação alguns dos aspetos mais relevantes que a literatura menciona sobre as consequências na vítima (Saraiva, 2015, pp. 80–84; Wortley e Smallbone, 2012, p. 15), na ocasião do crime sexual de contacto e numa fase posterior, designadamente:

- danos físicos, dor;
- Pressão para cooperar com ofensor;

- Obrigatoriedade de manter o facto em segredo (por lealdade para com o ofensor, seu conhecido ou até familiar e por vergonha da sua própria conduta)³³²;
- sintomas psicossomáticos (dor de cabeça, perda de apetite, insónia)
- Angústia psicológica (depressão, isolamento emocional, ansiedade e medo)
- Desespero, baixa auto-estima e desesperança
- Dificuldades em estabelecer e manter relacionamentos emocionais e sexuais;
- Sentimentos de impotência sabendo nada poder fazer contra o facto de as suas imagens poderem ser visualizadas por outros (Renold *et al.*, 2003, p. 4)³³³

Outro aspeto relevante sobre as consequências da vitimação é a idade da vítima. As consequências psicológicas para uma criança de tenra idade poderão ser menos gravosas do que para crianças numa fase mais avançada de desenvolvimento (Finkelhor e Browne, 1985, p. 531)³³⁴. No mesmo sentido, Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 5) expõe o seu ponto de vista: “a situação de abuso de um menor com 3 ou 4 anos, é grave e choca, perturba o normal cidadão, porque estamos a falar de uma criança que não tem qualquer possibilidade de reagir nem de, porventura, verbalizar o que quer que seja. No entanto, por certo, não vai ficar com um trauma como um menor de 8 ou 9 anos. Um menor de 8 anos, explorado da mesma forma que um menor de 4 anos, terá por certo um trauma maior para a vida futura, pese embora a repulsa, seja igual ou maior quando é vitimado um menor de 3 ou 4 anos ou um menor de tenra idade”.

³³² No mesmo sentido, Sharon Cooper (2009, p. 109), referindo-se ao “double silencing”, no qual a vítima mantém o segredo do ocorrido devido a ameaças das imagens serem exibidas às pessoas que seu círculo familiar e devido a sentimentos de culpa pelo ocorrido.

³³³ Cf. RENOLD, Emma *et al.* - **Images of abuse: a review of the evidence on child pornography - summary of research and findings**. 2003. Disponível em http://www.nspcc.org.uk/Inform/publications/downloads/imagesofabuse_wdf48065.pdf.

³³⁴ Cf. FINKELHOR, David; BROWNE, Angela - The traumatic impact of child sexual abuse: a conceptualization. **The American journal of orthopsychiatry**. ISSN 0002-9432. 55:4 (1985) 530–541. doi: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1939-0025.1985.tb02703.x>.

1.3.5.2 A relevância da identificação das vítimas de pornografia de menores

A identificação das vítimas de pornografia de menores é relevante nas várias fases de vitimação. Enquanto o abuso ocorre, para que a mesma possa ser resgatada e afastada do perigo; após o abuso, para que possa ser ajudada na sua recuperação. O processo visa a identificação da vítima, tanto através da identificação direta da mesma, como do contexto da imagem (v.g. existência de posters com dizeres em determinada língua, objetos ou peças de vestuário). Não se trata, contudo, de um objetivo claramente delineado, pois dois aspetos pertinentes são realçados por Taylor e Quayle (2003, p. 206) e que podem influenciar na tomada de decisão:

- A prioridade na identificação de menores em pornografia recente (com eventual resgata e proteção da vítima) em detrimento de material com vários anos, nos quais os menores visados já são adultos;
- No caso das situações antigas, questionam a legitimidade para reavivar ocorrências nas quais as vítimas optaram por não denunciar, prosseguindo e organizando a sua vida de acordo com esta opção, por vezes já com família constituída.

Apesar dos esforços dispendidos, parece que apenas uma pequena proporção é identificada e os principais motivos para este insucesso, de acordo com a organização internacional “Save The Children Europe Group” (2006, p. 5-6)³³⁵ são os seguintes:

- A polícia não tem mandato, apoio nem recursos técnicos para se debruçar efetivamente sobre o tema;
- Falta cooperação inter-agências;
- Poucas crianças denunciam a vitimação;
- Há pouco conhecimento sobre pornografia de menores entre os profissionais dedicados ao bem estar da criança.

³³⁵ Cf. SAVE DE CHILDREN EUROPE GROUP - Visible evidence – forgotten children, the need for a child protection and children’s rights focus in identifying children who have been sexually abused for the production of child abuse images. Bruxelas, Bélgica (2006).

Outro aspeto destacado por esta organização é o da ausência de uma estratégia nacional, resultante da ausência de vontade política e priorização, e que conduz a uma certa *desnorte* e descoordenação, em que não há alocação dos recursos necessários e instituições diversas no âmbito da proteção e defesa da criança atuam isoladas.

De acordo com Taylor e Quayle (2003, p. 205) a identificação das vítimas através do material de pornografia de menores assume maior eficácia na utilização dos recursos das polícias, com vista à proteção das crianças, embora admitam que é um trabalho moroso e pouco “noticiável”³³⁶, ao contrário das grandes operações internacionais que resultam na deteção de redes de pornografia de menores. Atentemos nas palavras dos Autores, que nos parecem contundentes e suscetíveis de nos fazer refletir:

“This is much less high-profile work than breaking up networks of traders, and does not yield immediate results that can be publicly characterized as «fighting child pornography» or «waging war on pornographers» Taylor e Quayle (2003, p. 205).

Recordemos que já abordámos o papel da mediatização e do alarmismo social na discussão e contenda na problemática da pornografia de menores. Precisamente nesse sentido elaboraram Taylor e Quayle, enfatizando a necessidade de redirecionar objetivamente o foco da intervenção. Admitindo que o objetivo da polícia de investigação criminal é o apuramento dos factos tidos por crime e a respetiva imputação aos transgressores, nem sempre se mostra sensível à prioridade da vítima nem à coordenação com outras valências que assegurem a proteção e apoio à vítima. De facto, como salientam os Autores, a realidade é que a maioria da produção de pornografia de menores é de natureza doméstica, pelo que “complex conspiracies may occur, and certainly should be investigated, but not

³³⁶ Quando empregamos este adjetivo é no sentido de enfatizar a repercussão que as operações internacionais tiveram nos meios de comunicação e às quais foram atribuídos nomes — “Cathedral”, “Wonderworld”, “Avalanche”, “Carrossel” — sendo sucessivamente referidos na nossa revisão da literatura (Leite, 2004, p. 15-16; Magriço, 2014, p. 23-24; Lowenkron, 2013, p. 305). Para mais informação sobre operações policiais, vide KRONE, Tony - International Police Operations Against Online Child Pornography. **Trends & Issues in crime and criminal justice**. Canberra, Austrália. ISSN 0817-8542. 296 (2005).

at the expense of the probable greater incidence of domestic production of child pornography” (Taylor e Quayle, 2003, p. 206)³³⁷.

Contudo, a problemática da pornografia de menores é transnacional, pelo que a cooperação, como já referimos anteriormente, é crucial para o sucesso da identificação. Para estes aspetos a Relatora Especial das Nações Unidas sobre a venda, prostituição e pornografia de crianças, chamou a atenção no discurso que proferiu, em 2013, para o grupo de especialistas em crimes contra crianças da Interpol (M’Jid, 2013, p. 4)³³⁸ referindo que a identificação das vítimas depende da partilha de informação, do nível de cooperação dos provedores de Internet e da informação que o setor de turismo disponibiliza. Além do mais, a análise deste material constitui-se como um processo dispendioso e altamente especializado. A relatora especial da ONU já tinha referido a importância da identificação de vítimas no seu relatório de 2009 (M’Jid, 2009, p. 15-16)³³⁹, enfatizando que a identificação através da análise das imagens é essencial porque muitas vítimas não participam às autoridades. A coordenação de esforços e partilha de informação é fundamental, realçando as bases de dados com imagens que vários países e instituições estabeleceram, tanto a nível nacional como internacional.

O NCMEC³⁴⁰, mandatado pelo Departamento de Justiça dos EUA, mantém uma base de dados relativa a pornografia de menores e desenvolve o “National Child Victim Identification Program”, desde 2005 (Broughton, 2009, p. 198)³⁴¹.

³³⁷ No mesmo sentido, Laura Lowenkron (*op. cit.*, 2013, p. 58) “(...) como já foi dito, as «vítimas» e os «abusadores» que aparecem nas cenas pornográficas raramente são identificados. Apesar de os principais *empreendedores morais* dessa cruzada afirmarem que o «alvo» ideal é aquele criminoso que «abusa» de crianças e regista e divulga as cenas na rede mundial de computadores (o *monstro exemplar*), os principais antígidos são os consumidores e os difusores dessas imagens”.

³³⁸ Cf. M’JID, Najat Maalla - United Nation Special Rapporteur on the sale of children, child prostitution and child pornography - pre recorded speech. Em **Interpol Specialists Group on Crimes against Children - 1st South East Asia Working Party Meeting**. Banguetcoque. 2013.

³³⁹ Cf. M’JID, Najat Maalla - Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development. ONU. 2009.

³⁴⁰ O *National Center for Missing and Exploited Children* (NCMEC) é uma ONG norte-americana, mandatada pelo Congresso dos EUA para recolher informação sobre crianças exploradas sexualmente e crianças desaparecidas, através de uma *hotline* denominada *CyberTip online* e fornecer assistência às autoridades para identificação de vítimas menores de exploração sexual. O seu sítio de Internet em <http://www.missingkids.com> (acedido em 2017-05-30).

³⁴¹ Cf. BROUGHTON, Daniel D. - Child exploitation in the 21st century. **Paediatrics and Child Health**. ISSN 1751-7222. 19:S.2 (2009) 197–201. doi: 10.1016/j.paed.2009.08.006.

Também há a ressaltar os esforços europeus e internacionais no sentido da identificação das vítimas, com recurso a tecnologias avançadas de reconhecimento facial e do contexto da fotografia. Na vertente europeia, ressaltamos a constituição temporária de *Victim Identification Task Forces* pela Europol (Europol, 2015³⁴², IOCTA 2017, p. 40) nas quais, durante alguns dias, especialistas dos EM, de países terceiros e de elementos da Interpol tentam identificar o maior número de vítimas possível, estabelecem cooperação e partilha de informação. Já em 2017, a Europol lança uma campanha inédita – “*Stop child abuse, trace an object*” ao solicitar a colaboração do público na identificação de elementos/objetos das imagens de pornografia de menores, sem todavia, obviamente, disponibilizar as imagens integrais (Europol launches public appeal to help identify victims of child sexual exploitation, 2017)³⁴³, demonstrativo do empenho e compromisso assumido pelo *European Cybercrime Centre* da Europol (Europol Programming Document 2017-2019, 2017, p. 13)³⁴⁴.

Importa também sublinhar a importância da “International Child Sexual Exploitation Image Database” (ICSE) da Interpol, desde 2009, acessível a 49 países e à Europol, confluência de base de dados e ferramenta de identificação de vítimas no auxílio à investigação criminal, que no primeiro dia do ano de 2017 estava apetrechada com informação de mais de 10.000 vítimas identificadas, assim como

³⁴² Vide EUROPOL - Efforts stepped-up to identify victims of child sexual abuse. **Press release**. 16-01-2015. Disponível em <https://www.europol.europa.eu/newsroom/news/efforts-stepped-to-identify-victims-of-child-sexual-abuse> (acedido em 2017-05-12).

³⁴³ Vide EUROPOL - Europol launches public appeal to help identify victims of child sexual exploitation. **Press release**. 31-05-2017. Disponível em <https://www.europol.europa.eu/newsroom/news/europol-launches-public-appeal-to-help-identify-victims-of-child-sexual-exploitation> (acedido em 2017-06-02). O comunicado de imprensa menciona a importância da identificação de objetos nestes termos: “*A shampoo bottle, a magazine cover or even wallpaper. The most innocent clues can sometimes help crack a case. These small mundane objects featured in the background of a child abuse image can sometimes end up being a key lead in the investigation, resulting in the victims’ identification and rescue. (...) Today, Europol will upload 20 objects on the dedicated Stop Child Abuse webpage for which every other investigative avenue has already been examined. These objects are all taken from an image with sexually explicit material involving minors. Europol is appealing to the general public to see if they can recognise the objects. We specifically want to trace their origin (location/country). The images on this dedicated webpage will change periodically*”. Para a colaboração do público, solicitam o visionamento das imagens disponibilizadas em www.europol.europa.eu/stopchildabuse e a consequente informação aos serviços da Europol, em caso de identificação de objetos ou elementos do fundo da imagem, que permitam a sua localização.

³⁴⁴ Cf. EUROPOL - **Europol Programming Document 2017-2019**. Haia. 2017.

informação sobre inúmeras vítimas ainda por identificar³⁴⁵. Conforme refere Ana Paula Rodrigues (2011, p. 276), o material de pornografia de menores “(...) perdura durante anos no mercado, sendo, na maioria das vezes, impossível apurar a identidade da criança”. O processo de identificação das vítimas, de acordo com a Interpol, é constituído por 8 fases, a saber: o abuso da criança; a documentação do abuso pelo ofensor, em imagens ou vídeos; a partilha *online* desses materiais; a descoberta dos materiais pela polícia; a inserção desse material na base de dados ICSE, comparação com a informação já disponível e pedido de assistência dos parceiros; análise do material por especialistas e por último, a identificação da vítima e/ou do ofensor³⁴⁶.

1.3.6 Ofensores de pornografia de menores

1.3.6.1 Caracterização do ofensor de pornografia de menores

Pode-se efetuar a caracterização do ofensor de pornografia de menores de acordo com o seu envolvimento, podendo a sua conduta ser de consumo, distribuição ou produção (Serrano, 2012, pp. 36–37)³⁴⁷. O grupo dos indivíduos que possuem para consumo próprio aparentam grande diversidade e refletem um espectro largo de risco (Wolak, Finkelhor e Mitchell, 2011, p. 24)³⁴⁸.

Krone (2004, p. 3 ss) apresentou uma tipologia de ofensores de pornografia de menores, com recurso à Internet, tendo em consideração a conduta. Os nove tipos são os seguintes:

³⁴⁵ Cf. informação disponibilizada no sítio de Internet da organização, em <https://www.interpol.int/en/Crime-areas/Crimes-against-children/Victim-identification> (acedido em 2017/07/19).

³⁴⁶ Cf. informação disponibilizada no sítio de Internet da organização, em <https://www.interpol.int/en/Crime-areas/Crimes-against-children/Victim-identification> (acedido em 2017/07/19).

³⁴⁷ Cf. SERRANO, Jorge Jiménez - Tráfico de pornografía infantil: dinámica, roles y prevención. **Gaceta Internacional de Ciencias Forenses**. ISSN 2174-9019. 5:2012) 33–41.

³⁴⁸ Cf. WOLAK, Janis; FINKELHOR, David; MITCHELL, Kimberly J. - Child pornography possessors: trends in offender and case characteristics. **Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment**. ISSN 1079-0632. 23:1 (2011) 22–42. doi: 10.1177/1079063210372143.

- *Browser*: encontra acidentalmente o material de pornografia de menores, mas decide ficar com ele;
- *Private fantasy*: posse de material para uso próprio. O risco de descoberta é baixo;
- *Trawler*: indivíduo sexualmente “*omnívoros*” que obtém material por “arrasto” sem particular foco em nenhum tipo específico. Mantém contactos mínimos com outros ofensores;
- *Non-secure collector*: adquire e troca o material disponível livremente, sem barreiras de segurança, em sítios de Internet. Participa com outros, em rede. Move-o o desejo de aumentar a sua coleção de material;
- *Secure collector*: recorre a barreiras de segurança para coletar o material, inclusivamente, inserido em grupos, utiliza encriptação e exige a disponibilização de material para candidatos a membros dos grupos. Move-o o desejo de aumentar a sua coleção de material;
- *Online groomer*: estabelece contacto em linha com uma criança, com intenção de estabelecer relacionamento sexual, envolvendo Cybersex ou sexo físico. O material é utilizado para aliciar a criança (“*groom*”), diminuindo-lhe a resistência a atividades sexuais;
- *Physical abuser*: ativamente envolvido no abuso sexual de crianças e utiliza o material para complementar o seu desejo sexual; O abus físico pode ser gravado para consumo pessoal, sem intenção da sua distribuição;
- *Producer*: envolvido no abuso físico da criança, disponibiliza o material resultante a outros indivíduos com interesse sexual em crianças;
- *Distributor*: Pode ou não ter interesse sexual no material. Pode ter interesse financeiro.

Como observámos, uma variedade de condutas possíveis de concretizar com o material de pornografia de menores.

No que concerne ao perfil dos ofensores de pornografia de menores, apesar de constituírem um grupo heterogéneo, parecem ser maioritariamente do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 25 e os 40 anos de idade e com nível de educação elevado (UNODC, 2015, p. xi). Os possuidores de pornografia de menores detidos nos EUA, entre 1 de julho de 2000 e 1 de julho de 2001 (Wolak,

Finkelhor e Mitchell, 2005), tinham as seguintes características: maioritariamente *brancos*; com mais de 25 anos de idade, sendo que apenas 3% tinha menos de 18 anos; 40% eram ofensores “mistos” na mesma investigação. O estudo subsequente, englobando os referidos dados e os obtidos em 2006 (Wolak, Finkelhor e Mitchell, 2011), resultaram na observação de que a maioria das características dos detentores de pornografia de menores permaneceram estáveis e poucos tinham cadastro por crimes sexuais prévios. Realçaram ainda que os indivíduos detidos possuíam um estatuto socioeconómico diverso em ambos os estudos, mas em 2006 notaram uma proporção maior de ofensores com idade entre os 18 e os 25 anos.

Outro exemplo provém novamente dos EUA (Faust *et al.*, 2014)³⁴⁹ relativamente aos ofensores exclusivos de posse de pornografia de menores em comparação com ofensores por crimes sexuais de contacto contra crianças, tendo concluído que os ofensores de pornografia de menores apresentaram características diferentes, nomeadamente, menos frequência de cadastro criminal anterior, menos registo de abuso de substâncias, maior empregabilidade e nível de educação. No que respeita à reincidência, também os ofensores de pornografia de menores apresentavam taxas de reincidência criminal inferior à registada pelos ofensores de contacto. Este estudo efetua uma revisão de literatura sobre os estudos que caracterizaram o ofensor de posse de pornografia de menores em comparação com os ofensores por contacto, tendo resultado que, tendencialmente, o ofensor de pornografia de menores era mais velho, maior nível escolar, maior probabilidade de ter um emprego qualificado, maior acesso a um computador, em casa ou no trabalho e menor história criminal do que os ofensores sexuais de contacto (Faust *et al.*, 2014, p. 4). A meta-análise de Kelly Babchishin, R. Hanson e Chantal Hermann (2010)³⁵⁰ comparou variáveis diversas entre ofensores sexuais *online* e ofensores sexuais

³⁴⁹ Cf. FAUST, Erik *et al.* - Child pornography possessors and child contact sex offenders: a multilevel comparison of demographic characteristics and rates of recidivism. **Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment**. ISSN 1573-286X. (2014) 1–19. doi: 10.1177/1079063214521469.

³⁵⁰ Amostra constituída por 27 estudos, com originários da Europa, América do Norte e Oceania. Cf. BABCHISHIN, Kelly M.; HANSON, R.Karl; HERMANN, Chantal A. - The characteristics of online sex offenders: a meta-analysis. **Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment**. ISSN 1573-286X. 23:1 (2010) 92–123. doi: 10.1177/1079063210370708.

offline, sendo que os primeiros são uma categoria conjunta dos crimes de pornografia de menores e de aliciamento de menores. Apurou que os ofensores sexuais *online* obtiveram taxas de reincidência inferiores, eram mais novos, caucasianos, maior taxa de empatia para com a vítima, maior percentagem de indivíduos com comportamento sexual desviante, menor percentagem de distorções cognitivas e menos respostas socialmente desejáveis. Não foram apuradas diferenças significativas ao nível do sentimento de solidão nem da auto-estima (p. 101)³⁵¹. Pese embora as diferenças apontadas, os Autores sublinham que alguns ofensores *online* podem apresentar características semelhantes aos ofensores de contacto (Babchishin, Hanson e Hermann, 2010, p. 93). Os mesmos efetuaram também a comparação entre os ofensores *online* e um “grupo normativo”, isto é, uma amostra da população, tendo concluído que os ofensores *online* reportaram maior proporção de vitimação física e sexual, de nunca se terem casado e terem maior probabilidade de estarem desempregados. Não resultaram diferenças no nível de educação (Babchishin, Hanson e Hermann, 2010, p. 103).

O estudo empírico de Jennifer McCarthy (2010), numa amostra de 107 ofensores sexuais subdividida num grupo de ofensores de pornografia de menores sem contacto físico e noutro de ofensores sexuais de contacto, apurou o seguinte: não registou diferenças significativas entre a idade, raça/etnia, estatuto marital, nível de educação e história de vitimação sexual na infância dos indivíduos dos dois subgrupos. No subgrupo de ofensores sexuais por contacto físico, apurou que uma larga maioria tinha registo criminal prévio por abuso sexual de contacto e só após, por pornografia de menores. As diferenças nos subgrupos registaram-se a nível do abuso de substâncias estupefacientes, história criminal (mais do que uma condenação) e interesse sexual desviante (diagnóstico de pedofilia), tendo o subgrupo de ofensores por contacto registado maior incidência nestes itens (2010, pp. 188–189).

³⁵¹ Em sentido diferente, Marshall *et al.* (2012, p. 41) refere que os ofensores de pornografia de menores aparentam ser “(...) socially anxious and emotionally lonely, and to also display obsessive and compulsive features”. Cf. MARSHALL, Liam E. *et al.* - Obsessive-Compulsive Disorder, Social Phobia, and Loneliness in Incarcerated Internet Child Pornography Offenders. **Sexual Addiction & Compulsivity: The Journal of Treatment & Prevention**. ISSN 1072-0162. 19:1–2 (2012) 41–52. doi: 10.1080/10720162.2012.665291.

Resta-nos, por fim, abordar um estudo empírico nacional (Santos, M., 2017, pp. 28–31)³⁵², concretizado com recurso à análise documental de processos de 64 indivíduos condenados por crimes sexuais ou violentos (amostra por conveniência), dos quais foi extraída uma amostra de 12 indivíduos condenados por pornografia de menores (sem discriminar qual a modalidade de ação) para comparação com os restantes dois grupos, um constituído por condenados por “crimes não sexuais” violentos (26 indivíduos) e outro por indivíduos que cometeram crimes sexuais de contacto (26 indivíduos). Tendo em mente a diminuta amostra, o apurado indicou que os ofensores de pornografia de menores tendem a ser mais velhos do que os condenados dos outros grupos. Os ofensores de pornografia de menores apresentam maioritariamente o estado civil de solteiro e a situação profissional de empregado, e a maioria possui habilitações literárias superiores ao 2.º ciclo de estudos (o que constitui maior incidência do que nos restantes grupos). No que respeita às “variáveis jurídico-penais em função do tipo de crime” verificou-se que a maioria dos condenados por pornografia de menores não tinha antecedentes criminais (percentagem superior aos outros dois grupos de condenados); não tinha historial de consumos; a 66,7% da amostra tinha sido aplicada pena suspensa (percentagem muito superior à dos restantes grupos) e a extensão da pena mostrou-se inferior à dos outros dois grupos.

No que concerne à experiências profissional dos nossos entrevistados, Marta Viegas (2016, Apêndice A2 (b), resposta 3) caracteriza o ofensor como sendo do sexo masculino, de estrato social médio ou elevado e os abusos ocorrem tanto na heterossexualidade como na homossexualidade; Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 23) refere que se trata de um grupo heterogéneo quanto ao estrato social, habilitações académicas e à idade, mas maioritariamente do sexo masculino. Quanto à ocupação profissional destacou as profissões que lidam com menores.

³⁵² Cf. SANTOS, Miguel Jorge Ferreira Granja Dos - **Avaliação e caracterização do risco na pornografia infantil: estudo comparativo**. Braga: Universidade do Minho, 2017.

1.3.7 O papel da Internet na promoção da pornografia de menores

Já aflorámos as características da Internet, o cibercrime em geral e as dificuldades na sua investigação, em que medida as TIC podem constituir uma oportunidade e um risco para os menores. A presente secção visa abordar o contributo da Internet na promoção da pornografia, não obstante, no decurso deste trabalho, já termos pontualmente focado alguns dos aspetos.

Wortley e Smallbone (Wortley e Smallbone, 2012, pp. 11–12) assinalaram os métodos utilizados na distribuição da pornografia de menores, dos quais destacamos os seguintes:

- Criação de sítios e páginas de Internet dedicadas à distribuição de pornografia de menores, por vezes dissimuladas dentro de sítios de Internet com pornografia de adultos. Constituem espaços temporários, cuja hiperligação é publicitada em grupos de discussão com interesse sexual em crianças, podendo nomear essas páginas com termos inócuos para passarem despercebidos ou utilizarem codificação específica, assim como restringirem o acesso mediante palavra-passe;
- Utilização de *web cam*, para difundir em tempo real as imagens de crimes sexuais a decorrer e por vezes, aos próprios destinatários solicitam que sejam perpetradas determinadas condutas³⁵³. As imagens resultantes desta prática podem ser gravadas para futura distribuição, com o fito de obter o máximo de lucro (UNODC, 2015, p. x);
- Recurso a caixas de correio eletrónico para troca de anexos contendo pornografia de menores ou como processo de sedução ou coerção da vítima;
- *Newsgroups* que permitem aos participantes um fórum para discutir o interesse sexual em crianças e partilhar imagens de pornografia infantil;

³⁵³ É o chamado *streaming* para o qual alerta Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 4). Este fenómeno obteve grande atenção quando a ONG holandesa “*Terres des Hommes*” efetuou uma investigação em linha sobre “*Webcam child sex tourism*”, criando uma personagem totalmente digital, uma “menina” filipina de 10 anos, chamada “*Sweetie*”, a qual foi aliciada para realizar atos sexuais por 1.000 internautas, ofensores identificados originários de 71 países, durante um período de 10 semanas. Para mais informação, consultar <https://www.youtube.com/user/sweetie> e o relatório em https://www.terredeshommes.nl/sites/tdh/files/uploads/research_report.pdf (ambos acedidos em 2017-02-23).

- Utilização de *Chat rooms* para troca de material e conversação, assim como localizar potenciais vítimas. Estas salas virtuais podem ser protegidas por palavra-passe;
- Tecnologia *Peer-to-peer* possibilita a troca de ficheiros, mantendo-se a ligação entre membros de um grupo fechado;
- Utilização de motores de busca para acesso a pornografia de menores em Estados cuja legislação é mais permissiva, como o “Yandex” russo e o “Baidu” chinês (Steel, 2015, pp. 150–151).

A evolução da tecnologia permite a alteração dos métodos utilizados pelos ofensores de pornografia de menores para aquisição e distribuição deste material, tirando o melhor partido da tecnologia disponível para os seus intentos (Wortley e Smallbone, 2012, p. 9), nomeadamente o acesso instantâneo e em qualquer lugar, de forma privada e anónima, a vastas quantidades de material de todo o mundo; facilita a comunicação e partilha entre ofensores; é relativamente barata; providencia imagens de alta qualidade digital, conserváveis e facilmente armazenáveis, em vários formatos, assim como propicia à interação em tempo real.

A título de curiosidade, o estudo empírico de Sitarz, Rogers, Bentley *et al.* (2014, p. 69)³⁵⁴ visava apurar a relação entre uma alegada adição pela Internet e o consumo de pornografia infantil e foi concretizado pela Internet, com uma amostra de 144 indivíduos que se disponibilizaram voluntariamente para participar. O resultado apurado indicou que os participantes consumidores de pornografia de menores (18,1%) exibiram elevados níveis de utilização da Internet, ao contrário dos restantes participantes que não relataram consumo de pornografia de menores.

³⁵⁴ Cf. SITARZ, Rachel *et al.* - Internet addiction to child pornography. Em **Conference on Digital Forensics, Security and Law**. Richmond, Estados Unidos da América: Association of Digital Forensics, Security & Law, 2014.

1.3.8 Tendências do crime de pornografia de menores

A presente secção visa trazer ao leitor as últimas tendências verificadas no âmbito da pornografia de menores. No que concerne difusão de pornografia de menores sem intenção lucrativa, parece ter-se desenhado a partir da revisão da literatura que efetuámos, uma tendência crescente de se passar “(...) de la elaboración y producción de material pornográfico infantil comercial y organizada, a la «amateur», doméstica y, por tanto, descentralizada” (Mulas, 2009, p. 183)³⁵⁵, no entanto “(...) the increasing demand for new images appears to be reflected in escalating prices for such material (UNODC, 2015, p. x), denotando uma amplificação da ameaça do interesse lucrativo (Europol, SOCTA, 2017, p. 11)³⁵⁶, a coberto de moedas virtuais — “*cryptocurrencies*” — das quais se destaca a *Bitcoin* (Europol, IOCTA, 2017, p. 11). No mesmo sentido, pese embora o decréscimo de percentagem de deteção de material distribuído com fim lucrativo (constituía 10% do total de material detetado em 2016 e corresponde a um decréscimo de 62% relativamente ao ano 2015) se pronuncia o relatório da IWF (Internet Watch Foundation, 2017, pp. 18–19). Segundo o relatório, a diminuição poderá estar relacionada com a acrescida dificuldade de deteção devido às novas formas de disfarce. Menciona igualmente a crescente utilização da moeda virtual, em particular “carteiras” de *Bitcoins* nas transações associadas à distribuição comercial de pornografia de menores, onde se releva o envolvimento de pequenos grupos criminosos dedicados à exploração comercial do material.

Alguns autores consideram também que no decurso dos anos, a disponibilidade de material de pornografia infantil tem aumentado no ciberespaço e que o seu conteúdo denota maior extremismo na severidade (Beech *et al.*, 2008, p. 226)³⁵⁷. No entanto, o relatório da IWF apurou que, no tocante à severidade das imagens

³⁵⁵ Cf. MULAS, Nieves Sanz - Pornografía en Internet. **Revista Penal**. ISSN 1138-9168. 23:2009) 181–202.

³⁵⁶ Cf. EUROPOL - **Serious and Organised Crime Threat Assessment (SOCTA)**. Haia. 2017.

³⁵⁷ Cf. BEECH, Anthony R. *et al.* - The internet and child sexual offending: A criminological review. **Aggression and Violent Behavior**. ISSN 1359-1789. 13:3 (2008) 216–228. doi: 10.1016/j.avb.2008.03.007.

detetadas, verificou uma tendência decrescente da percentagem do material mais severo (Categorias A e B, de acordo com o Sentencing Council ao qual já aludimos³⁵⁸), de 43% da categoria A e 30% da categoria B em 2014, para 28% e 19%, respetivamente, em 2016 (Internet Watch Foundation, 2017, p. 11).

Em 2008 envolvia crianças cada vez mais novas (Beech *et al.*, 2008, p. 226), mas posteriormente, a IWF apurou, no âmbito da sua atuação, que entre 2014 e 2016 tem ocorrido uma diminuição sustentada da percentagem de imagens com crianças até 10 anos de idade (80% para 53%)³⁵⁹ um aumento gradual de imagens com crianças entre os 11 e os 15 anos, de 18% para 45% (p. 9). Mantém-se a preponderância de material que retrata menores do sexo feminino (p. 9). Na perspetiva nacional, Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 18) também refere que ocorre a tendência de o material retratar menores mais jovens e que os grupos de ofensores “fechados” têm procurado material novo.

As redes *Peer-to-peer* continuam a ser largamente utilizadas (Europol, SOCTA, 2017, p. 31), mas aumenta a utilização dos meios de comunicação do quotidiano e redes sociais (Europol, IOCTA, 2017, pp. 10-12); A utilização dos dispositivos móveis para estas práticas delituosas têm-se acentuado (Soldino e García, 2017, p. 22³⁶⁰; Steel, 2015).

Regista-se a utilização gradual da utilização das câmaras de filmar para “*live streaming*”, onde são cometidos crimes sexuais contra crianças em direto e difundidos pela rede (UNODC, 2015, p. x), podendo esta atividade estar relacionada com grupos organizados de criminosos com propósito lucrativo (UNODC, 2015, p. x). A Europol denomina-a de “Live Distant Child Abuse” e considera-a uma ameaça crescente (Europol, SOCTA, 2017, p. 31).

³⁵⁸ A Categoria A corresponde a imagens com atividade sexual com penetração, incluindo violação ou tortura sexual e a categoria B corresponde a atividade sexual não penetrativa.

³⁵⁹ Dentro desta categoria destaca também as crianças e com dois ou menos anos de idade, que em 2014 constituíam 4% e em 2016 passaram a 2% do total de imagens detetadas.

³⁶⁰ Cf. SOLDINO, Virginia; GARCÍA, Javier Guardiola - Pornografía infantil: cambios en las formas de obtención y distribución. **Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología**. ISSN 1695-0194. 19–28 (2017) 1–25.

Assinala-se um aumento do número de material de natureza sexual gerado pelos próprios menores e o *sexting* (Europol, SOCTA, 2017, p. 31; Internet Watch Foundation, 2017, p. 9; UNODC, 2015, p. x), apesar da maioria da pornografia de menores ser produzida por ofensores sexuais de contacto (Europol, IOCTA, 2017, pp. 10-12). No entanto, o material pode ser também obtido por via da coação e da extorsão, o que parece ser uma tendência atual (Europol, IOCTA, 2017, pp. 10-12; Europol, SOCTA, 2017, p. 29-31)

Foi detetada uma crescente utilização da Darknet para armazenamento e partilha de material pedopornográfico e para formação de comunidades fechadas, em especial na rede TOR (Europol, IOCTA, 2017, pp. 10-12; Europol, SOCTA, 2017, p. 29).

Parece estar a ocorrer a deslocação da hospedagem de material de pornografia de menores dos EUA para a Europa (incluindo a Federação Russa e a Turquia), em especial, para a Holanda. Os cinco países com maior número de imagens hospedadas foram, por ordem decrescente, a Holanda, EUA, Canadá, França e Rússia (Internet Watch Foundation, 2017, p. 13). Constata-se a progressiva utilização de técnicas de disfarce do material de pornografia de menores ou o “caminho” digital para o aceder (Internet Watch Foundation, 2017, p. 18)

Parece avultar a aquisição de domínios de Internet para efeitos de difusão de pornografia de menores e os sítios de hospedagem com maior número de material detetado correspondiam a sítios dedicados especificamente ao armazenamento de imagens ou ao armazenamento geral remoto em nuvem, a maioria gratuitos (Internet Watch Foundation, 2017, p. 11-12), garantia de privacidade e acesso restrito³⁶¹.

³⁶¹ Como por exemplo a “Dropbox”.

1.4 Políticas públicas e boas práticas estrangeiras no âmbito da proteção das crianças no ciberespaço

Nesta secção iremos abordar, sem ambição de exaustividade, algumas políticas públicas e boas práticas estrangeiras e internacionais no âmbito da proteção e capacitação de todos, em particular dos menores, no ciberespaço, destinadas a vários “atores”, seja a sociedade em geral, seja um segmento específico como cuidadores, menores, profissionais de saúde ou os próprios indivíduos com interesse sexual em crianças. As relativas a Portugal serão abordadas na parte correspondente.

São iniciativas que foram desenvolvidas por entidades estatais e/ou por organizações e servem-nos o propósito de ilustrar várias formas de encarar os desafios que constitui a segurança dos menores, como nos fomos deparando no decurso da investigação para este trabalho. Acresce ainda, como fonte de informação, pela pertinência e atualidade, os documentos elaborados pela *Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade*³⁶², no âmbito do prémio anual atribuído às melhores práticas no âmbito da temática da prevenção da criminalidade que, em 2017, a temática foi a *cyber safety*. Afloremos então alguns dos projetos que, embora não especificamente destinados à problemática da pornografia de menores, são de interesse geral e com repercussão também na problemática do nosso estudo:

- Alguns dos projetos focaram-se na capacitação dos menores de diferentes escalões etários, envolvendo, na generalidade, jogos interativos e cooperativos, livros e publicações, com o objetivo de se protegerem a si próprios, ou para agirem como protetores e influenciadores positivos dos seus pares (v.g. o Projeto irlandês “Cyber Youth Diversion Project”³⁶³, o projeto húngaro “Fables of Crime Prevention”³⁶⁴, o projeto búlgaro “Cyberscout

³⁶² Vide *European Crime Prevention Network (EUCPN)*, em <http://eucpn.org> (acedido, pela última vez em 2018-01-30, após recolha da informação de todos os projetos de boas práticas que elencaremos de seguida).

³⁶³ Cf. <http://eucpn.org/document/cyber-cyberyouth-diversion-project>.

³⁶⁴ Cf. <http://eucpn.org/document/fables-crime-prevention-forest-town>.

Program”³⁶⁵, o projeto estónio “The Cyber defence field of study”³⁶⁶, o projeto polaco “Cyberjungle”³⁶⁷, entre outros);

- Outros, na capacitação dos utilizadores da internet em geral, com ênfase nos menos experientes (v.g. o projeto lituano “Safe Behaviour on the Internet”³⁶⁸, o projeto dinamarquês “My digital self-defense”³⁶⁹, o projeto austríaco “The Watchlist Internet”³⁷⁰, o projeto belga “Cybersimple”³⁷¹, entre outros) desenvolvidos através de workshops, divulgação através das redes sociais e sítios de Internet, seminários, jogos interativos, aplicações para dispositivos móveis, entre outros;
- Outros projetos visaram a sensibilização para medida de proteção dos dispositivos móveis e respetivo conteúdo (v.g. o projeto holandês “Boefproof”³⁷²).

Sentimo-nos na obrigação de destacar outros projetos pela sua maior proximidade à temática do presente estudo.

O primeiro destaque vai para o projeto alemão, que concorreu também ao prémio europeu de 2017, sob a denominação “*Don’t offend*”³⁷³, mas que é um projeto bastante mais maduro, estando na sua origem o “*Berlin Prevention Project Dunkelfeld*”, desde 2005 (Beier *et al.*, 2009, 2014)³⁷⁴. Este projeto, no seguimento de uma campanha mediática para sua publicitação e com o objetivo de recrutar indivíduos com interesse sexual em menores, não só para voluntária, confidencial e gratuitamente serem clinicamente ajudados e aconselhados, mas também para

³⁶⁵ Cf. <http://eucpn.org/document/cyberscout-program>.

³⁶⁶ Foi o vencedor do prémio europeu da Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade (EUCPN) em dezembro de 2017 e o projeto alega ser inovador na Europa na medida em que introduz como curso secundário o estudo da cibersegurança, cf. <http://eucpn.org/document/cyber-defence-field-study-poltsamaa-coeducational-gymnasium>.

³⁶⁷ Cf. <http://eucpn.org/document/cyberjungle>.

³⁶⁸ Cf. <http://eucpn.org/document/safe-behaviour-internet>.

³⁶⁹ Cf. <http://eucpn.org/document/danes-digital-self-defense>.

³⁷⁰ Cf. <http://eucpn.org/document/watchlist-internet>.

³⁷¹ Cf. <http://eucpn.org/document/cybersimple>.

³⁷² Cf. <http://eucpn.org/document/boefproof>.

³⁷³ Cf. <http://eucpn.org/document/dont-offend>.

³⁷⁴ O sítio de Internet em <https://www.dont-offend.org/story/76/3876.html> mantém-se com a seguinte frase forte: “*Don’t offend. There is help-free of charge and confidential*” (acedido em 2017-03-05). Posteriormente, acedemos novamente ao sítio de Internet, onde informa que quase 8500 pessoas procuraram ajuda neste projeto até ao final do mês de setembro de 2017, 804 destes iniciaram terapias, tendo 320 concluído com sucesso e 285 ainda se encontrando em terapia (disponível em <https://www.dont-offend.org/story/around-8-500-people-asked-for-help.html>, acedido em 2017-10-22).

participarem no projeto de pesquisa. Aos intervenientes são recolhidos dados sobre condutas criminais, quer tenham ou não sido detetadas pelas polícias. O programa inclui o questionamento aos indivíduos sobre as suas preferências e condutas sexuais, assim como o histórico de condenações ou investigações criminais a que tenham sido sujeitos. Refere programas semelhantes noutros países, como o “*Stop it now!*” no Reino Unido, Irlanda³⁷⁵ e Estados Unidos da América³⁷⁶.

Um outro projeto de destaque é o belga, ainda a decorrer, denominado “*iCoach*”, cujo objetivo é a proteção dos menores na Internet, sendo que o líder do projeto é a ONG “Child Focus – Fondation pour Enfants Disparus et Sexuellement Exploités”³⁷⁷, sediada em Bruxelas. Para alcançar este propósito, estabeleceram uma parceria entre os serviços municipais e a polícia, para treino de elementos da polícia na prevenção e promoção da segurança *online* dos menores. O âmbito das atividades abarcam as tendências atuais, riscos e oportunidades *online*³⁷⁸, tendo sido elaborados vários “produtos” para o efeito, dos quais destacamos o jogo para família e maiores de 7 anos de idade “Jungle Web”³⁷⁹. Outra iniciativa para sensibilização dos internautas, concretizada pela “Child Focus” belga desde 2015 é a campanha “*Stop Child Porno Filter*”³⁸⁰, na qual os internautas são incentivados a descarregar uma aplicação que, alegadamente, constitui um filtro para remoção e deteção automática das imagens de abuso sexual de crianças, enquanto navegam. Contudo, quando o tentam fazer, surge-lhes a mensagem de que não existe ainda tal possibilidade e que “*The real filter is you!*”, sendo convidado a descarregar o “botão de denúncia”, para que o ative sempre que se depare com as referidas imagens, denunciando anonimamente para a *hotline* da “Child Focus”.

³⁷⁵ O respetivo sítio de Internet em <http://www.stopitnow.org.uk/> (consultado em 2017-03-05).

³⁷⁶ O respetivo sítio de Internet em <http://www.stopitnow.org/> (consultado em 2017-03-05).

³⁷⁷ Cf. sítio de Internet oficial, em <http://www.childfocus.be/fr> (acedido em 2017-10-01).

³⁷⁸ Vide informação relativa ao projeto em <http://www.childfocus.be/fr/icoach> (último acesso em 2018-03-01)

³⁷⁹ Vide http://www.childfocus.be/sites/default/files/fiche_explicative_0.pdf (acedido em 2017/10/01).

³⁸⁰ Vide em <http://childfocus.be/en/campaign-stopchildporno-filter> (acedido em 2017-10-01).

Um terceiro projeto de destaque, iniciado em 2010, é o da polícia³⁸¹ romena, intitulado “Prevention and investigation of child pornography cases on the Internet”³⁸², em cooperação com a polícia norueguesa. Destinado a menores entre os 11 e os 15 anos, com o objetivo de reconhecerem comportamento abusivo em linha e os riscos da exposição em linha de imagens suas, desenvolveu-se em 47 escolas pelo país, onde foram realizados encontros e debates com os menores e seus professores, seguidos de competição com atribuição de prémios a quem demonstrasse mais conhecimentos sobre a segurança em linha. Além destas atividades, foi criado um vídeo e um spot de áudio, com conteúdo informativo, para transmissão na televisão e rádio nacionais, assim como materiais de promoção, como cartazes e folhetos.

Num âmbito mais alargado, congregando os EM da UE, as redes INSAFE³⁸³ e INHOPE³⁸⁴, com o objetivo de concertar ações contra conteúdos ilegais e nocivos. Portugal encontra-se representado, nestas redes, pelo “Centro Internet Segura”, o qual abordaremos na parte dedicada ao estudo de Portugal. Pela UE foram implementadas algumas abordagens, como programas de âmbito europeu para combate contra a violência para com as crianças e a cooperação, treino e partilha de informação dos responsáveis nesta área, como os programas da UE – STOP³⁸⁵ e DAPHNE³⁸⁶.

³⁸¹ Efetivamente, a maioria dos projetos apresentados à Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade que tivemos oportunidade de abordar são desenvolvidos por agências de polícia.

³⁸² Cf. <http://eucpn.org/document/prevention-and-investigation-child-pornography-cases-internet-partnership-romanian-police>.

³⁸³ Vide em <https://www.betterinternetforkids.eu/web/portal/policy/insafe-inhope> (acedido em 2017/10/01).

³⁸⁴ A “*INHOPE – International Association of Internet Hotlines*” é uma rede internacional de *hotlines*, isto é, linhas telefónicas dedicadas à receção de denúncias de conteúdos ilegais, como discurso de ódio ou pornografia de menores, conforme descrito no sítio de internet em <http://www.inhope.org/gns/who-we-are/at-a-glance.aspx> (consultado em 2017-05-26). A *INHOPE Foundation*, por sua vez, apoia instituições que pretendam desenvolver linhas da mesma natureza, conforme explanado no respetivo sítio de Internet em <http://www.inhopefoundation.org/network/members> (acedido em 2017-05-26).

³⁸⁵ O Programa STOP é relativo ao incentivo, cooperação, troca de informação e treino de pessoas responsáveis no combate ao tráfico de seres humanos e exploração sexual de crianças, conforme consta da página web: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=uriserv:l33015>, e o programa seguinte, o STOP II (<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=uriserv:l33015b>). A ONG portuguesa “APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima” participou no projeto (CORE) cofinanciado pelo programa STOP II, relativo às crianças de vítima de violência sexual, ao qual faremos referência adiante.

³⁸⁶ O Programa DAPHNE, lançado em maio de 1997, prolongando-se até à atualidade, tem como missão galvanizar a sociedade civil na luta contra a violência exercida sobre mulheres,

O Conselho da Europa foi lançando campanhas com o propósito da prevenção e proteção das crianças e, a título exemplificativo, enunciamos as campanhas “*One in Five*” e a “*The underwear rule*”. A campanha “*One in Five*”³⁸⁷ é a campanha do CoE, lançada em novembro de 2010, para travar a violência sexual contra crianças, fundamentando-se na estimada taxa de crianças europeias que são vítimas de alguma forma de violência sexual, pretendendo alcançar a maior implementação possível da “*Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais*” (sobre a qual nos iremos debruçar, quando abordarmos os instrumento de DIP), assim como capacitar, com conhecimento e ferramentas³⁸⁸, a sociedade em geral e, em especial as crianças, famílias e cuidadores, para prevenir e reportar situações de violência sexual de vitimem crianças. A campanha “*The underwear rule*”³⁸⁹ visa conscientizar as famílias, cuidadores e as próprias crianças para a importância de seguir a “*Regra Aqui ninguém toca*”³⁹⁰, que consiste na máxima: “uma criança não se deve deixar tocar nas partes do corpo normalmente cobertas pela roupa interior assim como não o deve fazer aos outros”.

1.5 As dificuldades no estudo académico da pornografia de menores

A pornografia de menores, tal como o abuso sexual de crianças, é um tema que suscita emoção e tomadas de posição baseadas em critérios morais (Taylor e

crianças e jovens. Vide <http://ec.europa.eu/justice/grants/results/daphne-toolkit/en> (acedido em 2015-08-25).

³⁸⁷ Vide https://www.coe.int/t/dg3/children/1in5/default_en.asp (acedido, pela última vez, em 2018-01-31).

³⁸⁸ Publicações, livro de bolso, sítio de Internet, brochura com o texto da Convenção, também conhecida como a Convenção de Lanzarote, cf. https://www.coe.int/t/dg3/children/1in5/OurCampaign/material_en.asp (acedido pela última vez em 2018-01-31).

³⁸⁹ Vide página de Internet em http://www.underwearrule.org/Default_en.asp (acedido pela última vez em 2018-01-31). Basicamente, a regra baseia-se em 5 aspetos cruciais: “o teu corpo é só teu”; a diferença entre o contacto físico bom e o contacto físico mau; a diferença entre segredos bons e segredos maus; prevenção e proteção como responsabilidade dos adultos; outras indicações úteis, como informar e divulgar, agressores conhecidos e desconhecidos e onde buscar ajuda. Esta campanha dispõe de um vídeo em várias línguas e materiais diversos para descarregar (livro infantil, posters, *wallpaper*).

³⁹⁰ Tradução em português disponibilizada no próprio sítio de Internet da campanha: http://www.underwearrule.org/default_pt.asp.

Quayle, 2003, Prólogo). Poucos são os estudos académicos de que nos tenhamos apercebido que se debruçam sobre as imagens propriamente ditas, uma vez que não só o acesso é restrito, como essa conduta é ilegal (Quayle, 2013, p. 294), sujeitando-se a perseguição policial. Como forma de contornar esse obstáculo, Jenkins (2001, pp. 17–20) efetuou um estudo etnográfico sobre *Newsgroups* e *Bulletin Boards* na Internet, mergulhando neste ciberambiente. Para evitar ser alvo de investigações policiais e não visualizar pornografia de menores configurou o seu computador para não exibir qualquer imagem, procedendo ao estudo do conteúdos das conversas mantidas entre os diversos intervenientes em grupos com interesse sexual em crianças.

Além destas questões jurídicas, subsistem questões de natureza ética, relacionadas com a exposição repetida ao material (Quayle, 2013, p. 294).

A maior parte dos estudos empíricos a que tivemos acesso baseiam-se em amostras de indivíduos condenados pelo crime de pornografia de menores ou que, de alguma forma, tiveram contacto com o sistema judicial, ou em resultado de ficheiros clínicos (DeLisi *et al.*, 2016; Goller *et al.*, 2016³⁹¹; Krone *et al.*, 2017³⁹²; Martins, 2017³⁹³; McManus *et al.*, 2015³⁹⁴; Owens *et al.*, 2016³⁹⁵; Santos, 2011³⁹⁶). A dimensão e a qualidade das amostras revelam-se obstáculos a generalizações e eventualmente tendenciosas (Henshaw, Ogloff e Clough, 2015, p. 4).

Contudo, como adiante iremos detalhar, os dados com origem nas polícias e nas estatísticas oficiais padecem de várias limitações, destacando-se a perspetiva mordaz de Philip Jenkins (2001, p. 15) que considera que os estudos baseados

³⁹¹ Cf. GOLLER, Anne *et al.* - Criminal recidivism of illegal pornography offenders in the overall population — A national cohort study of 4612 offenders in Switzerland. **Advances in Applied Sociology**. ISSN 2165-4328. 6:2 (2016) 48–56. doi: 10.4236/aasoci.2016.62005.

³⁹² Cf. KRONE, Tony *et al.* - Online child sexual exploitation offenders: a study of Australian law enforcement data. **Criminology Research Grants**. January (2017) 77

³⁹³ Cf. MARTINS, Raquel Amaro - **Abuso sexual de crianças: diferenças entre agressores sexuais por contacto e ofensores por pornografia infantil**. Porto: Universidade do Porto, 2017.

³⁹⁴ Cf. MCMANUS, Michelle Ann *et al.* - Factors associated with contact child sexual abuse in a sample of indecent image offenders. **Journal of Sexual Aggression**. ISSN 1742-6545. 21:3 (2015) 368–384. doi: 10.1080/13552600.2014.927009.

³⁹⁵ Cf. OWENS, Jessica N. *et al.* - Investigative aspects of crossover offending from a sample of FBI online child sexual exploitation cases. **Aggression and Violent Behavior**. ISSN 1873-6335. (30:2016) 3–14. doi: 10.1016/j.avb.2016.07.001.

³⁹⁶ Cf. SANTOS, João Carlos Carvalho Dos - **A política prisional e a criminalidade portuguesa contemporânea**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011.

nestes dados “(..) *reveal only the failures in the electronic child porn world*”, pois incidem sobre os indivíduos que se revelaram menos aptos nesta subcultura, os elos mais fracos de uma rede que, na generalidade, é composta por elementos que não se conhecem pessoalmente (Jenkins, 2001, p. 17)³⁹⁷.

Por outro lado, a obtenção de informação por via do autorrelato também comporta o risco de inexatidão, conforme realça Kenneth Lanning (2010, p. 3), demonstrando o seu ceticismo por ser detentor de experiência profissional na investigação criminal da qual resultou que os indivíduos, por variadas razões, mentem, distorcem ou racionalizam comportamentos³⁹⁸.

Questões metodológicas também resultam destas dificuldades e não contribuem para a clarificação dos conceitos nem para a confiança nos seus resultados. A respeito destas dificuldades metodológicas se expressam Henshaw, Ogloff e Clough (2015, p. 4 ss). Referem os Autores, no seu artigo de revisão de literatura sobre os ofensores sexuais de crianças *online*, de que, por vezes, os estudos não clarificam ou delimitam o que significa “*online*” e que “*online sexual offenders*” torna-se assim uma categoria lata contendo condutas ilícitas diferenciadas. Outro reparo apresentado foram as metodologias que não diferenciavam entre aqueles que cometem exclusivamente pornografia de menores ou ofensas de contacto e aqueles com um histórico de ofensas “mistas”, geralmente *catalogando* apenas as ofensas mais recentes ao invés de todo o seu histórico criminal (Henshaw, Ogloff e Clough, 2015, pp. 4–8).

³⁹⁷ Esta possibilidade também é referida por Seto, Hanson e Babchishin, *op. cit.*, p. 139.

³⁹⁸ No mesmo sentido, Seto, Hanson e Babchishin, *op. cit.*, p. 139, referindo: “This is difficult research to conduct because of fears of discovery among undetected online offenders, and because of the self-report biases that anonymous surveys may bring, but it would shed valuable light on this issue”.

2. O Direito Internacional Público e o Direito Europeu

Introduzimos a questão do DIP e do Direito Europeu com a caracterização sumária de três períodos diferentes na abordagem internacional às novas formas de criminalidade, de acordo com Jean Maillard (1994, p. 54-56). Segundo o Autor, numa primeira fase, “os Estados passaram por acordos especializados, matéria por matéria”; numa segunda fase, “os Estados e as organizações internacionais elaboraram textos e criaram estruturas pluridisciplinares, centrando a sua ação num assunto que agrupava diversos aspetos da criminalidade, como o branqueamento ou o crime organizado”; por fim, numa “terceira geração de medidas” que consiste em “dar início a políticas de cooperação capazes de gerar, elas próprias, as disposições adaptadas à luta contra o crime”, exemplificando com a cooperação reforçada entre os EM em matéria judicial, policial e alfandegária.

No que concerne às crianças, a primeira menção a “direitos das crianças” em instrumentos jurídicos internacionais parece ter ocorrido em 1924, aquando de uma resolução da Assembleia da *Sociedade das Nações*, onde se preconizava a proteção das crianças contra qualquer exploração, nomeadamente o direito de se desenvolver em segurança, entre outro vasto leque de direitos enunciados. Em 1948, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, também inclui a proteção das crianças, mas o foco e prioridade específicos só foram alcançados em 1959, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas promulgou a *Declaração dos Direitos da Criança*. Contudo, uma mera declaração, traduz-se em orientação geral, indicadoras de “(...) sentidos éticos e técnicos para a decisão jurídica (...)” (Bacelar Gouveia, 2004, p. 31)³⁹⁹, significando isto que não acarretava obrigações jurídicas. Tal vinculação viria a ser concretizada pela *Convenção sobre os Direitos da Criança*, da ONU, em 1989, da qual resultaram três protocolos adicionais, um dos quais especificamente vocacionado para a proteção de crianças contra a exploração sexual, que adiante se abordará.

³⁹⁹ Vide BACELAR GOUVEIA, Jorge - **Manual de Direito Internacional Público**. 2.^a ed. Coimbra. ISBN 972-40-2326-5.

Subordinados à problemática da exploração sexual comercial de crianças (prostituição infantil, pornografia infantil e imagens abusivas, exploração sexual de crianças em viagens e turismo e tráfico de crianças para fins sexuais), ocorreram três congressos mundiais, respetivamente em 1996, 2001 e 2008, que congregaram, entre outros, académicos, ONG e representantes de organizações europeias e internacionais (ECPAT Internacional, 2009, pp. 9–18), de onde resultaram declarações de compromisso e recomendações para a harmonização do combate à problemática. Salientamos alguns dos tópicos focados na “*Rio Declaration and Call for Action*”, consequência do III Congresso Mundial, ocorrido no Rio de Janeiro em 2008: a necessidade de uma estratégia abrangente e holística do fenómeno, com medidas específicas nos diferentes aspetos, nomeadamente no envolvimento e participação das crianças; no fortalecimento da prevenção; alargamento e consolidação cooperação com parceiros diversos; cooperação internacional; proteção e apoio à vítima; envolvimento das sociedades no geral.

Assim, no decurso da história mundial, os direitos humanos foram assumindo uma crescente importância, plasmada na comunicação social, na opinião pública, nas políticas adotadas, nas legislações nacionais dos Estados e no DIP. Neste âmbito, a exploração sexual de crianças tem sido alvo de crescente atenção do DIP e do DE, em consequência da tomada de consciência das vulnerabilidades e perigos acrescidos por via da tecnologia e do mundo digital, que se têm revelado fatores de desenvolvimento da pornografia de menores.

O DIP⁴⁰⁰ parece também estar a *sucumbir* à tendência securitária ocidental e constituem-se convenções cujo objeto é a censurabilidade da pedopornografia, sempre com cláusulas criminalizadoras. Organizações internacionais impulsionam a harmonização legislativa através de acordos, convenções e diretivas (no caso da União Europeia), às quais Portugal aderiu, tornando-se mais um elo na cadeia de Estados que visa o combate ao problema, importando tipos criminais. Na perspetiva de Felipe Bauer Bronstrup (2016, p. 17) o carácter global da problemática da

⁴⁰⁰ Ressalvamos a definição de Direito Internacional: “conjunto de princípios e regras, de natureza jurídica, que disciplinam os membros da sociedade internacional, ao agirem numa posição jurídico-pública, no âmbito das suas relações internacionais”, em BACELAR GOUVEIA, Jorge, *op. cit.*, 2004, p.30.

pornografia infantil propicia a harmonização legislativa, em busca de um entendimento comum, mas os instrumentos resultantes caracterizam-se por “(...) establecer previsiones fuertemente restrictivas y punitivas, que recomiendan castigar la casi totalidad de las conductas relacionadas con la cadena pornográfica, lo que ha merecido objeciones por parte de la doctrina penal, que critica dicha técnica por vulnerar los clásicos principios penales, derivados del principio de intervención penal mínima”.

Vários instrumentos jurídicos de DIP e DE ⁴⁰¹ estão direta ou indiretamente relacionados com o assunto em apreço, pois preconizam a defesa dos direitos humanos e das crianças em particular. Os mais relevantes, cujo foco incide sobre a pornografia de menores, evidenciam a crescente preocupação que a problemática tem vindo a assumir no panorama europeu e internacional⁴⁰². Estes são os que trazemos, seguidamente, à colação. Iniciamos pelas definições de pornografia infantil nos vários instrumentos.

2.1 Definições de pornografia de menores no Direito Internacional Público e no Direito Europeu

Alguns dos instrumentos jurídicos a que faremos referência apresentam definições de pornografia de menores ou de pornografia infantil. O CP português não apresenta definição, mas atendendo à subscrição e transposição de instrumentos de DE e DIP para o nosso ordenamento jurídico, a estes se encontra vinculado.

As definições balizam e clarificam os atos criminalmente puníveis, razão pela qual iniciamos, desde já, a secção correspondente ao DIP e ao DE com estas definições.

⁴⁰¹ Vide BACELAR GOUVEIA, Jorge, 2004, *op. cit.*, p.56.

⁴⁰² Realça-se a questão da preocupação partilhada na emergência de instrumentos jurídicos, nas palavras Bacelar Gouveia (2004, *op. cit.*, p. 44) “(...) espelhando uma regulação de interesses comumente aceites pelos respetivos membros [nas relações internacionais multilaterais] e posicionando-se, assim, acima das suas múltiplas e às vezes acentuadas divergências”.

Iniciamos a nossa abordagem pelo *Protocolo Facultativo à Convenção sobre Direitos da Criança, relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil*⁴⁰³, cuja definição de pornografia infantil consta da al. c) do art.º 2.º:

“Pornografia infantil designa qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança no desempenho de atividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins predominantemente sexuais”.

A *Convenção sobre o Cibercrime* do CoE, assinada em Budapeste em 23 de novembro de 2001⁴⁰⁴, define pornografia infantil no n.º 2 do art.º 9.º, com a epígrafe “Infrações relativas à pornografia infantil”, como abrangendo o seguinte:

“(...) todo o material pornográfico que represente visualmente:

- a) um menor envolvido em comportamentos sexualmente explícitos;*
- b) Uma pessoa com aspeto de menor envolvida em comportamentos sexualmente explícitos;*
- c) Imagens realistas de um menor envolvido em comportamentos sexualmente explícitos”*

Para esclarecimento sobre o que se deve entender por “comportamento sexualmente explícito”, a *Minuta do Relatório Explicativo da Convenção sobre o Cibercrime* (2001, n. 100) considera dever abranger os seguintes comportamentos:

- a) relações sexuais — incluindo as genitais-genitais, orais-genitais, anais-genitais ou orais-anais, — entre menores, ou entre um adulto e um menor, do mesmo sexo ou do sexo oposto;*
- b) relações sexuais entre um ser humano e um animal;*
- c) masturbação; violência sadomasoquista num contexto sexual; ou*
- d) exibição lasciva das partes genitais ou da zona púbica de um menor.*

⁴⁰³ Cf. Protocolo Facultativo à Convenção Sobre os Direitos da Criança relativo à Venda de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantis. 25-05-2000. Nova Iorque: ONU.

⁴⁰⁴ Vide Convenção sobre o Cibercrime. Budapeste: Conselho da Europa. 23-11-2001. Em 2018-01-31 a Convenção tinha sido ratificada por 56 Estados.

Não se considera importante o facto de a conduta representada ser real ou simulada”.

Contudo, a *Minuta do Relatório Explicativo da Convenção sobre o Cibercrime* não esclarece o que considera a “exibição lasciva”.

No *Relatório Explicativo da Convenção sobre o Cibercrime* (Conselho da Europa, 2001, n. 99) elucida ainda sobre a interpretação de “material pornográfico” e o que está excluído desta, nomeadamente:

“(...) estando incluída na classificação de materiais como sendo obsceno, incompatível com a moral pública ou, de algum modo, tendo efeitos perversos. Assim sendo, o material ao qual se reconheça um interesse do ponto de vista artístico, médico ou científico, não deverá ser considerado como sendo pornográfico”.

Por outro lado, a *Diretiva 2011/93/UE, relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, e que substituiu a Decisão-Quadro 2004/68/JAI*⁴⁰⁵, veio definir, a pornografia infantil (al. c) do art.º 2.º) da seguinte forma:

- i) *“Materiais que representem visualmente crianças envolvidas em comportamentos sexualmente explícitos, reais ou simulados, ou*
- ii) *Representações dos órgãos sexuais e crianças para fins predominantemente sexuais,*

⁴⁰⁵ Cf. *Diretiva 2011/93/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13/12/2011 relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, e que substitui a Decisão-Quadro 2004/68/JAI do Conselho*. A Decisão-Quadro 2004/68/JAI do Conselho (publicada no *Jornal Oficial* nº L 013 de 20/01/2004 p. 0044 – 0048), já revogada, definia pornografia infantil, na al. b) do art.º 1.º, nos seguintes termos: “qualquer material pornográfico que descreva ou represente visualmente: i) crianças reais envolvidas em comportamentos sexualmente explícitos ou entregando-se a tais comportamentos, incluindo a exibição lasciva dos seus órgãos genitais ou partes públicas, ou ii) pessoas reais com aspecto de crianças, envolvidas em comportamentos referidos na subalínea i) ou entregando-se aos mesmos, ou iii) imagens realistas de crianças não existentes envolvidas nos comportamentos referidos na subalínea i) ou entregando-se aos mesmos”.

- iii) *Materiais que representem visualmente uma pessoa que aparente ser uma criança envolvida num comportamento sexualmente explícito, real ou simulado, ou representações dos órgãos sexuais de uma pessoa que aparente ser uma criança, para fins predominantemente sexuais, ou*
- iv) *Imagens de crianças envolvidas em comportamentos sexualmente explícitos ou imagens realistas dos órgãos sexuais de crianças para fins predominantemente sexuais”.*

A Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais⁴⁰⁶, conhecida como a Convenção de Lanzarote, define pornografia de menores (n.º 2 do art.º 20.º) da seguinte forma:

“(...) todo o material que represente visualmente uma criança envolvida em comportamentos sexualmente explícitos, reais ou simulados, ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança, com fins sexuais”.

A Convenção dispõe igualmente de um relatório explicativo (Conselho da Europa, Explanatory Report..., 2007)⁴⁰⁷, e no tocante à definição de pornografia infantil esclarece que a definição se baseia na do *Protocolo Facultativo* atrás referido. A definição de “comportamentos sexualmente explícitos” vai recuperá-la à *Minuta do Relatório Explicativo da Convenção sobre o Cibercrime* (Conselho da Europa, 2001, n. 100).

⁴⁰⁶ Vide Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais. N.º 201 (07-10-25). Em 2018-01-31, 42 Estados tinham ratificado a Convenção.

⁴⁰⁷ Vide CONSELHO DA EUROPA - Explanatory report to the Council of Europe Convention on the Protection of Children against Sexual Exploitation and Sexual Abuse. Lanzarote. 2007.

2.2 Instrumentos de Direito Internacional Público que visam o combate à pornografia de menores

Nesta secção abordamos sucintamente os vários instrumentos jurídicos de DIP, relevantes para a problemática em apreço. São, designadamente, os seguintes:

2.2.1 A Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança

Instrumento jurídico da União Africana, adotado em 1990, com entrada em vigor em 1999, onde consta que os Estados se comprometem a “(...) proteger a criança contra todas as formas de exploração sexual e abuso sexual e, em particular, tomar medidas para evitar”, entre outras atividades enunciadas, a “(...) utilização de crianças em atividades, performances e materiais pornográficos”⁴⁰⁸.

2.2.2 A Convenção n.º 182 da Organização Internacional do Trabalho

A *Convenção da OIT Relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Ação Imediata com Vista à sua Eliminação* (adotada pela Conferência Geral da OIT em Genebra, a 17 de Junho de 1999) entrou em vigor na ordem jurídica portuguesa em junho de 2001⁴⁰⁹. Inclui a penalização da utilização, o recrutamento ou a oferta de uma criança para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou de espetáculos pornográficos (al. b) do art.º 3.º);

⁴⁰⁸ Vide o n.º 3 do art.º 27.º, em Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos – disponível em <https://www.au.int/web/en/treaties/african-charter-rights-and-welfare-child> e em <http://www.achpr.org/instruments/child/>. Já foi ratificada por 41 Estados. Considera criança todo o ser humano com idade inferior a 18 anos (acedido em 2017/05/23).

⁴⁰⁹ Vide Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, 1999, cf. Resolução da Assembleia da República n.º 47/00, ratificada pelo Decreto do presidente da República n.º 28/00, publicados em 01/06/2000 no Diário da República. O teor da Convenção encontra-se disponível em http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/conv_182.pdf (acedido em 2014-01-12). A título de curiosidade, Portugal foi um dos fundadores da OIT, signatário do Tratado de Versailles, que, em 1919, criou esta organização, conforme disponível em http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_historia_pt.htm (acedido em 2016-12-12).

2.2.3 O Protocolo Facultativo à Convenção sobre Direitos da Criança, Relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil

Este protocolo facultativo da ONU (adotado em Nova Iorque, em 25 de maio de 2000)⁴¹⁰ foi aprovado para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2003, de 5 de março e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 14/2003, de 5 de março. Este instrumento, pela sua ampla repercussão, merece uma breve enunciação dos pontos mais relevantes, como por exemplo os que incitam os Estados subscritores à implementação das seguintes determinações:

- a) Punam a produção, distribuição, difusão, importação, exportação, oferta, venda ou posse de pornografia infantil (al. c) do n.º 1 do art.º 3.º);
- b) Punam a tentativa e cumplicidade das condutas enunciadas na alínea anterior (n.º 2 do art.º 3.º);
- c) Responsabilizem criminalmente as pessoas coletivas (n.º 4 do art.º 3.º);
- d) Possibilitem a extradição (art.º 5.º);
- e) Implementem a apreensão e perda de bens resultantes das condutas criminais (art. 7.º);
- f) Protejam as vítimas (várias ações no art.º 8.º);
- g) Promovam “(...) legislação, medidas administrativas, políticas e programas sociais a fim de prevenir” os crimes, promovam a sensibilização do público em geral, incluindo as crianças (...)” e também adotem “(...) todas as medidas adequadas a fim de proibir eficazmente a produção e difusão de material que faça publicidade às infrações previstas” (art.º 9.º);
- h) Reforçam a cooperação internacional (art.º 10.º).

⁴¹⁰ Entrou em vigor em 18 de janeiro de 2002. Este Protocolo já foi ratificado por 174 Estados, conforme consta em https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=IV-11-c&chapter=4&clang=_en (acedido em 2018-01-12).

2.2.4 A Convenção sobre o Cibercrime

Instrumento do CoE adotado em 23 de novembro de 2001, em Budapeste, aberto à adesão por qualquer Estado, mesmo não fazendo parte do CoE. Foi aprovado e ratificado por Portugal, entrando em vigor em 1 de julho de 2010. Este instrumento não só visa a harmonização do Direito Penal material, como estabelece medidas processuais e cautelares adequadas ao meio digital e coordena um desejável regime eficaz e rápido de colaboração e assistência entre as partes.

Constam, entre outras disposições relevantes, as do art.º 9.º, com a epígrafe “Infrações relativas à pornografia infantil”, sob o título das infrações relacionadas com o conteúdo, onde insta as partes subscritoras a adotar medidas legislativas no sentido de criminalizar a produção, oferta, disponibilização, distribuição, difusão, transmissão, obtenção e posse de material pornográfico em sistemas informáticos ou num dispositivo de armazenamento de dados informáticos⁴¹¹ (n.º1 do art.º 9.º). O n.º 3 do articulado define que “menor” abrange qualquer pessoa com menos de 18 anos, embora admita que as partes subscritoras possam impor um limite de idade inferior, não podendo, contudo, ser fixado abaixo dos 16 anos. O n.º 4 do art.º 9.º também permite aos Estados a não criminalização, no todo ou em parte, da obtenção através de sistema informático e da posse de material pedopornográfico num sistema informático ou num sistema de armazenamento de dados. Igualmente deixa aos Estados o poder de não criminalizar imagens que envolvam pessoa que aparente ser menor e imagens realistas que representem um menor envolvido num comportamento sexualmente explícito, isto é, a chamada pornografia virtual ou digital.

A Convenção também estabelece mecanismos de cooperação judicial e policial entre as partes. Na sequência desta convenção, Portugal aprovou a Lei do Cibercrime — Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro — que iremos analisar em espaço próprio, dedicado à legislação nacional. A Convenção do CoE para o Cibercrime, esclarece na *Minuta do Relatório*, que os interesses protegidos pela

⁴¹¹ Cf. “Minuta do relatório explicativo” da Convenção contra o Cibercrime.

criminalização da pornografia infantil são diferenciados, atendendo às diferentes condutas penalizadas, variando desde a proteção das crianças contra os abusos sexuais até à “(...) proteção contra um comportamento que, embora não prejudique necessariamente a ‘criança’ representada no material em questão, uma vez que a criança pode não ser real, seja suscetível de incentivar ou seduzir as crianças a participarem em tais atos, e assim, fazerem parte de uma subcultura que preconiza o abuso de crianças”⁴¹².

2.2.5 A Convenção do Conselho da Europa contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual de Crianças

Firmada em 2007, em Lanzarote, esta convenção visa a prevenção e combate à exploração e abuso sexual de crianças, proteção das crianças e promoção da cooperação nacional e internacional. As condutas criminais positivadas constituem exploração sexual e abuso sexual de crianças, nomeadamente, as do artigo 18.º ao 24.º do capítulo VI – Direito penal material, sob as epígrafes “abusos sexuais”, “prostituição de menores”, “pornografia de menores”, “participação de uma criança em espetáculos pornográficos”, “corrupção de menores”, “abordagem de crianças para fins sexuais”, cumplicidade e tentativa, conforme esclarece o *Relatório Explicativo* (n. 47).

O n.º 1 do art.º 20.º da Convenção incentiva à criminalização dos comportamentos dolosos ilícitos de produção, oferta, disponibilização, difusão, transmissão, procura (para si ou para outrem), posse de pornografia de menores e acesso intencional através das TIC⁴¹³. O *Relatório Explicativo* (n. 140) esclarece que esta última disposição visa a criminalização dos indivíduos que acedem a sites com pornografia

⁴¹² Cf. a “Minuta do relatório explicativo” da Convenção contra o Cibercrime, ponto 102 (p.22).

⁴¹³ Transcreve-se o n.º 1 do Art.º 20.º: “Cada Parte toma as necessárias medidas legislativas ou outras para qualificar como infracção penal os seguintes comportamentos dolosos, desde que cometidos de forma ilícita: a) A produção de pornografia de menores; b) A oferta ou disponibilização de pornografia de menores; c) A difusão ou a transmissão de pornografia de menores; d) A procura, para si ou para outrem, de pornografia de menores; e) A posse de pornografia de menores; f) O facto de aceder, conscientemente, através das tecnologias de comunicação e de informação, a pornografia de menores”.

infantil sem descarregar as imagens ou vídeos e que o acesso intencional se poderá aferir pela recorrência a sítios de Internet que disponibilizam pornografia de menores e a sítios cuja utilização pressupõe pagamento.

O *Relatório Explicativo* providencia ainda alguns esclarecimentos atinentes às condutas, nomeadamente:

- Que ofertar implica que o agente possa efetivamente providenciar o material, enquanto que disponibilizar cobre as condutas do agente que, *v.g.*, disponibilize o material *online*, crie sítios de Internet para que outros possam aceder ao material de pornografia infantil ou disponibilize compilação de hiperligações de sítios de Internet com este tipo de material, para facilitar o acesso a outros (n. 136);
- A difusão ou a transmissão de pornografia infantil (n. 137) assim como a procura para si ou para outrem (n. 138) constituem condutas de ação;
- A posse de pornografia pode ser realizada por quaisquer meios, *v.g.*, magazines, cassetes de vídeo, DVD, telefones portáteis, armazenada em sistemas de computadores ou dispositivos de armazenamento de dados mesmo que portáteis, disquetes e CD-Rom (n. 139);
- A criminalização das condutas apenas supõe que as mesmas foram cometidas de forma ilícita, significando que o material de carácter artístico, médico, científico ou similar poderão ser consideradas lícitas e, como tal, não sujeitas à criminalização, assim como a material ilícito na posse das autoridades com poderes legais para tal (n. 141).

Mormente a cominação das condutas criminais, a *Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais* flexibiliza algumas das disposições nos n.ºs 3 e 4 do art.º 20.º, concretamente:

- Permitindo aos Estados a inaplicação, no todo ou em parte, das determinações relativamente à criminalização da produção e da posse (n.º 3 do art.º 20.º), se o material for “(...) constituído exclusivamente por representações simuladas ou por imagens realistas de uma criança que não existe”, se o material pornográfico implicar menores que tenham atingido a idade do consentimento

(estipulada por cada um dos Estados subscritores⁴¹⁴), desde que seja material produzido e detido pelo próprio menor, “(...) com o seu acordo e para seu uso privado”;

- Não aplicar, de todo, a criminalização do acesso a pornografia infantil, através das TIC (n.º 4 do art.º 20.º)⁴¹⁵.

Para além dos aspetos já salientados e de vários outros que não caberão nesta síntese, esta Convenção apela à criminalização do aliciamento através das TIC de menores para fins sexuais (art.º 23.º); à agravação da penalização das condutas especialmente censuráveis, caso a conduta provoque lesões graves à vítima, seja cometido por membro da família ou pessoa que tenha abusado da sua autoridade, seja cometido por várias pessoas agindo conjuntamente ou em organização criminosa, ou seja cometido por pessoa que já tenha sido anteriormente condenada por crimes da mesma natureza (art.º 28.º); e à necessidade de permitir aos serviços de investigação a identificação das vítimas em pornografia infantil, em específico através da análise do material (art.º 30.º).

Por fim, importa salientar o conteúdo do n.º 1 do art.º 37.º que diz respeito ao “registo e armazenamento de dados nacionais sobre pessoas condenadas por infrações penais previstas na Convenção”, que determina que cada Estado subscritor tome “(...) as necessárias medidas legislativas ou outras para coligir e armazenar, em conformidade com as disposições legais relevantes sobre proteção de dados de carácter pessoal e com as regras e garantias apropriadas previstas no direito interno, dados relativos à identidade e ao perfil genético”, com vista à prevenção, investigação e processo penal dos crimes estipulados pela Convenção.

Em 2010, através da Resolução n.º 1733 (2010) da Assembleia Parlamentar, o CoE incitou os Estados a assinar e ratificar a Convenção, argumentando as taxas de

⁴¹⁴ O *Relatório Explicativo* elucida que os negociadores da Convenção pretendiam estabelecer um mínimo de harmonização, mas que atendendo às diferenças entre Estados e, por vezes, dentro de um mesmo Estado (entre 13 a 17 anos), a idade de consentimento ficou à consideração de cada uma das Partes (n. 128).

⁴¹⁵ Neste aspeto, o *Relatório Explicativo* providencia uma justificação para a inaplicação dos Estados, porque a novidade da criminalização desta conduta iria obrigar à introdução de uma nova ofensa na legislação e prática (n. 145).

reincidência, a mobilidade dos agressores sexuais e correspondente “turismo sexual”, a insuficiente cooperação internacional devida à informação espartilhada de cada Estado e a necessidade de campanhas de alerta para educação dos cidadãos para os riscos colocados pelos ofensores sexuais e formas de reconhecer sinais de abuso. Neste documento reconhece que o registo de ofensores sexuais constitui um instrumento que visa manter o registo atualizado dos condenados, permitindo a sua supervisão, sendo compatível como a *Convenção dos Direitos Humanos* pelo *Tribunal Europeu dos Direitos Humanos* (n. 9) e apela à sua criação em cada Estado, assegurando os direitos humanos e em especial o direito à privacidade, pelo que o acesso a tal registo se deveria restringir apenas aos funcionários devidamente habilitados, excluindo o acesso do público em geral (n. 16.5).

2.3 União Europeia: instrumentos jurídicos no combate à problemática da pornografia de menores

A *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia* foi proclamada em 2000, mas só em 2009, com o *Tratado de Lisboa*, a mesma adquiriu carácter vinculativo, colocando o ser humano no cerne do *Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça* que se pretendia alcançar. Estabelece que “toda a pessoa tem direito à liberdade e segurança” (art.º 6.º)⁴¹⁶, particularizando que “as crianças têm direito à proteção e aos cuidados necessários ao seu bem-estar”, que “a sua opinião será tomada em consideração nos assuntos que lhes digam respeito, em função da sua idade e maturidade” e que todos os atos relativos às crianças se deverão guiar pelo “interesse superior da criança” (art.º 24.º).

A influência da UE no direito penal português, em termos formais, “(...) verifica-se mediante a promoção pelos órgãos comunitários de elaboração pelos Estados-Membros de tratados em matéria penal ou pela via das diretivas e regulamentos

⁴¹⁶ Cf. UNIÃO EUROPEIA - Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. **Jornal Oficial da União Europeia**. JO C 202 (2009) 389–405.

comunitários que imponham aos Estados a adoção de normas penais internas”, conforme ressalva Germano Marques da Silva (1997, p. 240).

No que respeita à atenção sobre a problemática da exploração sexual de menores, a UE tem desenvolvido uma política no sentido da proteção das crianças e da penalização dos infratores com auxílio de várias das suas agências, notadamente a Europol (Europol, Europol Programming Document 2017-2019, 2017)⁴¹⁷ e a Eurojust⁴¹⁸.

No que concerne à pornografia de menores, destacamos as seguintes posições da UE:

- *Recomendação do Parlamento Europeu ao Conselho, de 3 de fevereiro de 2009*, referente à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil;
- *Conclusões do Conselho sobre a proteção das crianças no mundo digital* (2011/C 372/04) – em JOUE C372/15 de 20/12/2011⁴¹⁹, onde sublinha as medidas para proteção dos menores *online* e a respetiva capacitação⁴²⁰;
- *A Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu — Luta contra a Criminalidade na Era Digital: Criação de um Centro Europeu da Cibercriminalidade*⁴²¹, de 28 de março de 2012. Em consequência, foi o “EC3”,

⁴¹⁷ A EUROPOL elabora avaliações sobre as ameaças representadas pela criminalidade. Neste âmbito, elabora o “SOCTA – *Serious and Organised Crime Threat Assessment*” (avaliação da ameaça da criminalidade grave e organizada), como base para as decisões do Conselho, mas também outros relatórios de análise estratégica, como o “IOCTA - *Internet Organised Crime Threat Assessment*”, aos quais já nos referimos anteriormente. Vide EUROPOL - Europol Programming Document 2017-2019. Haia. 2017.

⁴¹⁸ A agência europeia Eurojust obriga os EM a informar da existência de investigações transnacionais de especial complexidade relativos à exploração sexual de crianças e de pornografia de menores. A intervenção do Eurojust e do seu “*Contact Point for Child Protection*” potencia a cooperação entre os sistemas judiciais dos vários EM, assim como de países terceiros, intervindo diretamente na resolução de processos. Sobre o papel da agência, vide EUROJUST - Child abuse. **Eurojust News**. (5:2011). A Eurojust faz parte da *European Financial Coalition Against Commercial Sexual Exploitation of Children Online*.

⁴¹⁹ Vide Conselho da União Europeia - Conclusões do Conselho sobre a proteção das crianças no mundo digital (2011/C 372/04). Jornal Oficial da União Europeia. 15–18.

⁴²⁰ Aludindo aos programas “Para uma Internet mais segura” e os projetos por ele financiados, tais como “*EU Kids Online*” (acessível em <http://www.lse.ac.uk/media-and-communications/research/research-projects/eu-kids-online>) ou “*INSAFE – European Network of Awareness Centres*” (acessível em www.saferinternet.org). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/> (acedido em 2017-08-15)

⁴²¹ Vide COM (2012) 140 final - Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1520547506293&uri=CELEX:52012DC0140> (acedido em 2017-02-15).

o *Centro Europeu de Cibercriminalidade*, integrado na *Europol – European Union Agency for Law Enforcement*, tornando-se o ponto de convergência da luta contra a cibercriminalidade na UE, entre a qual a exploração sexual de crianças *online*⁴²²;

- A *Agenda Europeia para a Segurança*⁴²³, renovada em 2015, que estabelece três principais prioridades para a segurança europeia, a saber: o terrorismo, o crime violento, organizado e transnacional e o cibercrime. Estes três focos da agenda europeia destacam-se pela sua conexão e transnacionalidade, afetando todos os EM e países terceiros, sendo enfatizado neste documento a necessidade de eficiência e eficácia entre todos os envolvidos, à escala global. No que tange ao combate ao cibercrime, destaca-se a cibersegurança, a cooperação internacional e também com o setor privado, sendo explicitamente incentivada a todos os EM, a ratificação da *Convenção sobre o Cibercrime*, assinada em Budapeste;
- A *Diretiva 2011/93/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil*⁴²⁴, e que substitui a *Decisão-Quadro 2004/68/JAI*.

A Diretiva teve como base a *Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil e que revoga a Decisão-Quadro 2004/68/JAI, de 2010*⁴²⁵, justificando-a com argumentos de insuficiência da aludida Decisão-Quadro⁴²⁶. As

⁴²² O Regulamento da Europol determina que esta agência europeia tem competência para desenvolver atividades com vista à prevenção e luta contra a criminalidade grave, entre outros crimes, relativamente a crimes de abuso e exploração sexual “(...) incluindo material relacionado com o abuso sexual de crianças (...)” (Parlamento Europeu e Conselho Europeu, 2016 Anexo I - Lista das formas de criminalidade a que se refere o art.º 3.º n.º 1); *Vide* Regulamento (UE) 2016/794 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016.

⁴²³ *Vide* COMISSÃO EUROPEIA - Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, The European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: The European Agenda on Security. Estrasburgo, Bélgica. 2015.

⁴²⁴ Na sequência da Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29/3/2010.

⁴²⁵ Cf. PARLAMENTO EUROPEU; CONSELHO EUROPEU - Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil e que revoga a Decisão-Quadro 2004/68/JAI. Bruxelas. 2010.

⁴²⁶ Cf. refere a proposta a p. 4: “embora os seus requisitos tenham sido em geral cumpridos, a decisão-quadro apresenta algumas deficiências: procede à aproximação das legislações apenas

alterações propostas para a nova legislação comunitária visam alterações no “domínio do direito penal material no geral”; a criação de “novos crimes praticados com recurso às tecnologias de informação”; a introdução de disposições “sobre o inquérito e a instauração do processo penal”; a alteração de regras relativas à “repressão dos crimes praticados no estrangeiro”; novas disposições para a proteção das vítimas e prevenção criminal (p. 7–9).

Na sequência da proposta foi aprovada a Diretiva, a qual merece maior atenção na secção seguinte.

2.3.1 A Diretiva 2011/93/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, e que substitui a Decisão-Quadro 2004/68/JAI

O ponto 46 do prólogo da Diretiva, doravante apenas designada por *Diretiva 2011/93*, elucida que a “pornografia infantil, que consiste em imagens de abusos sexuais de crianças, é um tipo específico de conteúdos que não podem ser considerados como a expressão de uma opinião. Para a combater é necessário reduzir a circulação de material com imagens de abusos sexuais de crianças, tornando mais difícil o seu descarregamento pelos infratores a partir de sítios da Internet de acesso público. Por conseguinte, é necessário suprimir esses conteúdos e deter os culpados de produção, distribuição ou descarregamento de imagens de abusos sexuais de crianças”⁴²⁷.

Tal como menciona o relatório explicativo da Convenção do CoE de 2007, também aqui é excecionada da ilicitude as condutas lícitas, designadamente as que

num número reduzido de crimes, não abrange as novas formas de abuso e exploração que recorrem às tecnologias da informação, não elimina os obstáculos à repressão de crimes fora do território nacional, não cobre todas as necessidades específicas das crianças vítimas destes crimes e não prevê medidas adequadas para os prevenir”.

⁴²⁷ Vide União Europeia, 2011. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32011L0093&qid=1520548187269&from=PT> (acedido em 2015-01-03).

persigam fins médicos, científicos ou similares ou que estejam na posse de autoridades nacionais competentes para a condução de processos penais, para prevenir, detetar e investigar este tipo de crimes (Ponto 17 do prólogo da Diretiva). Aliás, há várias similitudes no que respeita à aludida convenção do CoE e a *Diretiva 2011/93* da UE, das quais destacamos a criminalização da obtenção consciente e intencional, por meios informáticos, de pornografia infantil; a criminalização do aliciamento de menores para fins sexuais com recurso às TIC e a não criminalização das condutas consentidas quando cometidas entre menores.

Salientamos que, conforme já abordado, a *Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa* (2010, n. 16.5) recomendou o registo de pessoas condenados pelos crimes previstos na Convenção do CoE de 2007, de acesso restrito, sendo que, na *Diretiva 2011/93* a “recomendação” se limita à possibilidade dos EM considerarem a adoção de “(...) outras medidas administrativas aplicáveis aos infratores, como o registo de pessoas condenadas” restringindo o acesso “(...) de acordo com os princípios constitucionais nacionais e com as normas em vigor aplicáveis em matéria de proteção de dados, por exemplo, limitando o seu acesso às autoridades judiciais e/ou policiais” (ponto 43 do prólogo da *Diretiva 2011/93*).

A *Diretiva 2011/93*, além dos considerandos justificativos, é composta por 30 artigos e tem como objeto o estabelecimento de regras mínimas no âmbito da criminalidade sexual contra crianças (abuso sexual, exploração sexual, pornografia infantil e aliciamento de crianças para fins sexuais); define os crimes e as regras mínimas da sua penalização, a apreensão e confisco dos instrumentos e produtos dos crimes, a responsabilidade das pessoas coletivas, a jurisdição e coordenação da ação penal; reforça a prevenção dos crimes; determina medidas contra sítios de Internet que contenham ou divulguem pornografia infantil e estabelece medidas para a proteção das suas vítimas.

O art.º 2.º apresenta as definições de criança (“uma pessoa com menos de 18 anos de idade”); a maioridade sexual (de acordo com a legislação nacional); a pornografia infantil (cuja definição já transcrevemos anteriormente na secção correspondente às definições de pornografia de menores); prostituição infantil;

espetáculo pornográfico (exibição ao vivo, destinado a público *online* ou *offline*) e por último, pessoa coletiva.

Os artigos seguintes definem as regras da penalização do abuso sexual (art.º 3.º), dos crimes relativos à exploração sexual (art.º 4.º), dos crimes relativos à pornografia infantil (art.º 5.º), do aliciamento de crianças para fins sexuais, “(...) se essa proposta for seguida de atos materiais conducentes ao encontro” e o aliciamento de menores para disponibilização, por parte destes, de imagens suas sexualizadas (art.º 6.º). O artigo seguinte diz respeito ao modo de participação nos crimes descritos, nomeadamente a criminalização da instigação, auxílio, cumplicidade e tentativa de algumas das suas modalidades criminais.

Importa sublinhar que a *Diretiva 2011/93* obriga à tomada de medidas necessárias para permitir que a investigação procure identificar as vítimas “(...) em especial através da análise de materiais de pornografia infantil” (n.º 4, art.º 15.º), constituindo uma determinação cuja importância já sublinhámos no decurso deste trabalho.

Realçamos ainda a obrigação dos EM tomarem medidas no sentido de garantir que os ofensores sejam submetidos a avaliação do perigo que representam e dos riscos de reincidência, de forma a identificar medidas de intervenção ou programas adequados (n.º 4 do art.º 24.º) para os quais os ofensores têm de consentir (al. b) do n.º 5 do art.º 24.º).

No âmbito das medidas contra sítios de Internet com pornografia infantil ou que divulguem este tipo de material, a *Diretiva 2011/93* preconiza a supressão imediata das páginas de Internet correspondentes, assim como a possibilidade de bloquear o seu acesso (art.º 25.º), ação que não está prevista da Convenção do CoE de 2007. No âmbito desta determinação⁴²⁸, o *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho COM(2016)872 final*, da Comissão Europeia⁴²⁹, datado de 16 de dezembro de 2016, “avalia a execução das medidas referidas no art.º 25.º”

⁴²⁸ Cujo cumprimento deve ser avaliado pela Comissão Europeia, de acordo com o n.º 2 do art.º 28.º da *Diretiva 2011/93*.

⁴²⁹ Cf. COMISSÃO EUROPEIA - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho que avalia a execução das medidas referidas no art.º 25.º da Diretiva 2011/93/UE, de 13 de dezembro de 2011, relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e pornografia.

da *Diretiva 2011/93*, baseadas na *Diretiva 2000/31/CE* (denominada de *Diretiva de Comércio Eletrónico*)⁴³⁰ e em medidas baseadas no direito penal nacional, reconhecendo que, até 1 de novembro de 2016, os EM tinham desenvolvido esforços para a transposição, mas que ainda deviam continuar a trabalhar no sentido de suprimir imediatamente material com imagens de abusos sexuais de crianças, mantendo e desenvolvendo “(...) processos de envolvimento de diversas partes⁴³¹ interessadas, com vista a identificar soluções comuns para detetar e combater voluntariamente os materiais ilegais em linha” (Comissão Europeia, 2016, p. 13).

A avaliação concluiu que os EM aplicaram procedimentos de denúncia através de linhas telefónicas dedicadas⁴³²; notificação à autoridade policial e/ou judicial e a prestadores de serviços de armazenagem onde se encontra o material ilícito; e, de acordo com o procedimento implementado em cada EM, o prestador de serviço deverá proceder à supressão de conteúdos ilícitos se o servidor se encontrar em território nacional⁴³³. Caso contrário, o procedimento a utilizar deverá ser o de recorrer à INHOPE ou às autoridades policiais do Estado de hospedagem do servidor.

De acordo com o relatório, as imagens de abusos sexuais de crianças denunciadas através das linhas telefónicas dedicadas (*hotlines*) são suprimidas da Internet em menos de 72 horas, numa percentagem de situações que varia entre os 91% (em todo o mundo) e os 93% (Europa).

⁴³⁰ Cf. *Diretiva 2000/31/CE* do Parlamento Europeu e do Conselho de 8 de junho de 2000 relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno («Diretiva sobre o comércio eletrónico»). Esta Diretiva foi transposta para o ordenamento jurídico nacional, por via do Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro - Comércio eletrónico no mercado interno e tratamento de dados pessoais.

⁴³¹ As Partes discriminadas são as seguintes: prestadores de serviços da sociedade da informação, utilizadores da Internet, as linhas telefónicas de emergência dedicadas e as autoridades judiciais e policiais.

⁴³² As competências das linhas dedicadas não são iguais em todos os EM, sendo que algumas não dispõem de competência para avaliar os conteúdos denunciados. Em Portugal, é o número 800 21 90 90 e caixa de correio eletrónico linhainternetsegura@internetsegura.pt (informação disponível em <https://www.internetsegura.pt/linha-internet-segura>, acedido em 2017-08-17).

⁴³³ A título de curiosidade, Chad Steel (2015, *op. cit.*, p. 150-151) refere que os prestadores de serviços *Google* e *Microsoft* norte-americanos têm vindo a desenvolver esforços para bloqueio de páginas com conteúdos de pornografia de menores, ao contrário do motor de busca *Yandex*, de origem russa, que não exerce esta capacidade, persistindo em lucrar com a publicidade associada a sítios que contêm o material.

No que respeita ao bloqueio do acesso a páginas de Internet, alguns dos EM optaram por utilizar um procedimento que envolva uma decisão judicial (ao contrário de outros, no qual é suficiente a ordem das autoridades policiais ou da entidade reguladora nacional⁴³⁴), ou sequer exista expressamente na lei a obrigatoriedade de cumprir o pedido das autoridades (Comissão Europeia, 2016, p. 10). De referir também que, nas medidas de bloqueio, alguns EM utilizam uma de três estratégias, a saber: elaboram “listas negras” próprias de sítios de Internet que contêm ou difundem pornografia infantil; utilizam a lista da Interpol⁴³⁵ ou utilizam a lista da IWF⁴³⁶, transmitindo-as aos fornecedores de serviços de Internet.

O prazo da transposição da *Diretiva 2011/93* expirava em 18 de dezembro de 2013 e Portugal foi um dos 16 EM que não a efetuou atempadamente, tendo-lhe sido instaurado um processo por essa infração (Comissão Europeia, 2016). Um estudo concretizado por uma aliança de ONG dedicadas aos direitos e proteção das crianças, proporcionou um panorama global sobre a transposição, em diferentes velocidades, de algumas das determinações da *Diretiva 2011/93* da UE (Missing Children Europe, eNACSO - The European NGO Alliance for Child Safety Online e ECPAT - End Child Prostitution, 2015)⁴³⁷, pretendendo expor as diferentes formas de transposição da *Diretiva 2011/93* pelos 27 EM, identificar as boas práticas e

⁴³⁴ Este procedimento é o adotado pelo Estado Português, sendo a ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações a Autoridade Nacional com competência para o fazer.

⁴³⁵ Vide, a este respeito, em <https://www.interpol.int/Crime-areas/Crimes-against-children/Access-blocking/The-INTERPOL-%22Worst-of%22-list> (acedido em 2018-01-03).

⁴³⁶ Vide informação em <https://www.iwf.org.uk/become-a-member/services-for-members/url-list/url-list-policy> (acedido em 2018-01-03).

⁴³⁷ Cf. MISSING CHILDREN EUROPE; ENACSO - THE EUROPEAN NGO ALLIANCE FOR CHILD SAFETY ONLINE; ECPAT - END CHILD PROSTITUTION, Child Pornography And Trafficking Of Children For Sexual Purposes - **A survey on the transposition of Directive 2011/93/EU on combating sexual abuse and sexual exploitation of children and child pornography**. Os sete aspetos sob avaliação foram os seguintes: a obrigação de criminalizar o acesso consciente a material de pornografia infantil através das TIC; a obrigação de criminalizar o aliciamento *online* de crianças; a obrigação de medidas relativas a pessoas condenadas pelos crimes prescritos pela *Diretiva 2011/93*, nomeadamente a obrigatoriedade de verificação de antecedentes relativamente a ocupações profissionais e outras que impliquem a proximidade com crianças e troca de informação sobre estes indivíduos; a obrigação de permitir e facilitar a identificação de vítimas; a competência extraterritorial; a obrigação de providenciar pela assistência, apoio e protecção a vítimas durante a investigação e julgamento e a obrigação de estabelecer medidas contra sítios de Internet contendo ou disseminando material de pornografia infantil.

lacunas. No que concerne a Portugal, apresentamos o resultado desta avaliação na secção correspondente à legislação nacional.

Conforme tivemos oportunidade de verificar, vários instrumentos jurídicos visam a harmonização legislativa no que tange ao crime de pornografia infantil, entre outros crimes, demonstrativo da preocupação que a problemática carrega. No entanto, relativamente aos instrumentos de DIP e à *Decisão-Quadro 2004/68/JAI do Conselho Europeu* (entretanto revogada e substituída), Yaman Akdeniz (2008, p. 272) sublinha a demora nos acordos para a materialização e implementação destes instrumentos, lentidão na adesão⁴³⁸ e na transposição para os diferentes ordenamentos jurídicos, assim como as diferentes reservas apresentadas pelos Estados aquando da ratificação.

3. Experiências de outros Direitos: o crime de pornografia de menores em alguns ordenamentos jurídicos estrangeiros

A secção que ora iniciamos não pretende efetuar a comparação de ordenamentos jurídicos relativamente à criminalização do crime objeto deste estudo. Procurámos aflorar outros ordenamentos para nos apercebermos das suas orientações e para esta *empresa*, utilizámos uma metodologia muito simples: seleccionámos alguns países baseando-nos na base de dados da ONU, denominada SHERLOC⁴³⁹, a qual agrega jurisprudência, base de dados bibliográfica, um diretório de autoridades nacionais competentes e legislação de muitos dos países do Mundo, membros da ONU. Para nos certificarmos de que a legislação indicada se encontra atualizada, seguimos as hiperligações indicadas para os sítios de Internet de cada país,

⁴³⁸ Exemplificando com alguns dos Estados estrangeiros a que iremos aludir na secção seguinte, no que respeita ao ano de ratificação do Protocolo Adicional da ONU: Alemanha em 2009; Espanha em 2001; Bahamas em 2015; Filipinas em 2002; Canadá em 2005 e Nova Zelândia em 2011. Vide em https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=IV-11-c&chapter=4&clang=_en (acedido, pela última vez, em 2018-01-12).

⁴³⁹ SHERLOC, acrónimo de “Sharing Electronic Resources and Laws on Crime” constitui um portal desenvolvido pela UNODC para facilitar a disseminação de informação relativa ao crime organizado. Encontra-se disponível em <https://www.unodc.org/cld/v3/sherloc/>.

confirmando a sua atualidade, quando estão disponíveis documentos em línguas inglesa, francesa ou espanhola.

3.1 Alemanha

A primeira que indicamos é a legislação alemã, proveniente do Código Penal de 1998⁴⁴⁰, devidamente traduzida para inglês. Na parte geral, realçamos que a idade da imputabilidade criminal ocorre aos 14 anos. A parte especial do CP alemão inicia-se com a secção que penaliza crimes de traição e perigo para o Estado constitucional democrático. Os crimes contra a autodeterminação sexual constituem a décima terceira secção, sendo aqui consignados vários tipos penais visando a proteção de crianças (até aos 14 anos de idade). O abuso sexual de crianças, dependendo da conduta, pode alcançar sentenças de 10 anos de prisão (art.º 16.º- “Abuso sexual de crianças”), mas em caso de morte por negligência grosseira, na sequência das condutas de abuso sexual, comina a pena de prisão perpétua ou não inferior a 10 anos.

O abuso sexual de juvenis (art.º 182.º —“Abuse of juveniles”), menores de 18 anos de idade, também é penalizado quando cometido em situações de exploração ou aproveitamento de vantagem.

A distribuição de pornografia e a distribuição de pornografia contendo violência ou sodomia (art.ºs 184.º e 184.º A, respetivamente) criminalizam qualquer tipo de pornografia com adultos, reservando os artigos seguintes para a penalização da pornografia infantil. Penaliza a disponibilização destes materiais a menores de 18 anos com pena de prisão até um ano ou multa. No que concerne à pornografia com menores de idade, o CP alemão distingue entre as vítimas menores de 14 anos e os menores de 18, com dois artigos distintos, assim como a respetiva penalização.

⁴⁴⁰ Código Penal na versão promulgada em 13 de dezembro de 1998, publicado na Gazeta da Lei Federal I [Bundesgesetzblatt], p. 3322, alterado pela última vez pelo art.º 1.º da Lei de 24 de setembro de 2013, Gazeta da Lei Federal I, p. 3671 e com o texto do art.º 6.º(18) da Lei de 10 de Outubro de 2013, Gazeta da Lei Federal I, p. 3799, disponível em http://www.gesetze-im-internet.de/englisch_stgb/englisch_stgb.html#p1538 (acedido em 2017-10-01).

O art.º 184.º B consigna várias condutas criminais relativas à pornografia infantil — até aos 14 anos de idade — nomeadamente: disseminação, exibição, aquisição, apresentação ou acesso público, produção, obtenção, fornecimento, armazenamento, oferta, elogio ou comprometer-se a importar ou exportar para uso ou cópias feitas a partir destes materiais (n.º 1, 2 e 3 do art.º 184.º B) sujeita-se a pena de prisão entre três meses a cinco anos.

As mesmas condutas, se perpetradas com intenção comercial ou organizada, seja de materiais reais ou realísticos, obtêm penas mais severas. Quem fizer por obter ou deter eesta materiais, reais ou realísticos, fica também sujeito a pena de prisão até dois anos ou multa.

O art.º 184.º C é relativo à pornografia juvenil, isto é, relativo a vítimas com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos de idade, sendo de realçar que as condutas punidas são as mesmas do artigo vocacionado para a proteção infantil, mas as penas são inferiores e admitem a multa, execionando a criminalização, no nº 4, os juvenis possuírem pornografia produzida por si mesmo e que retratem outras pessoas, devidamente consentida.

3.2 Bahamas

O Estado das Bahamas comina a penalização da pornografia infantil no “Ato relativo a ofensas sexuais e violência doméstica”⁴⁴¹, de agosto de 1991. No articulado define menor como sendo o ser humano com menos de 18 anos de idade (art.º 2.º) e o abuso sexual de menor de 14 anos de idade, através relações sexuais, é punível com pena de prisão para toda a vida (art.º 10.º). Quanto à criminalização da pornografia de menores (art.º 16.º A, atualizado em 2008), nomeadamente a sua produção, seja ou não para publicação, é punível com pena de prisão para toda a vida (n.º 1), enquanto a receção; disseminação com o propósito de distribuição e venda do material; a posse; a intenção de causar ou incitar alguém menor de 18 anos a envolver-se em pornografia é punido com pena de prisão até 20 anos. Não há provisão quanto à penalização de imagens realistas.

⁴⁴¹ Disponível em https://www.unodc.org/res/cld/document/bhs/1991/SexualOffencesandDomesticViolenceAct_1.pdf (acedido em 2017-10-01).

3.3 Bélgica

O CP belga⁴⁴², datado de 1867, inicia o Livro II relativo às infrações e sua repressão, com os crimes contra a segurança do Estado. No que concerne à criminalização da pornografia de menores encontra-se positivada no capítulo VII — “Do ultraje público aos bons costumes”, especificamente no art.º 383.º bis, punindo a exibição, a oferta, a venda e aluguer, a transmissão, o fornecimento, a distribuição, a divulgação ou disponibilização, entrega ou produção de pedopornografia, importação ou fizer importar, com multa e pena entre os cinco e dez anos de prisão, sendo tal punição agravada se o agente pertencer a grupo criminoso, para dez a quinze anos de prisão e multa.

A posse e o acesso intencional, através das TIC, é punido com pena de prisão de um mês a um ano e uma multa.

Este mesmo articulado dispõe de definição de “matériel pédopornographique” (n.º 4 do art.º 383.º bis) inspirado fortemente na *Diretiva 2011/93/UE*.

3.4 Bolívia

O CP boliviano foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10426, de 23 de agosto de 1972⁴⁴³, e inicia o livro II com os crimes contra a segurança do Estado. O crime de pornografia de menores consta do capítulo IV — “Ultrajes al pudor publico” no art.º 323.º bis, sob a epígrafe “pornografia de niñas, niños o adolescentes y de personas judicamente incapaces”. Este artigo foi introduzido no CP boliviano em 2010, através da lei denominada “Ley de protección legal de niñas, niños y adolescentes”⁴⁴⁴ e o seu articulado positiva as condutas de procura, abrigue, facilite ou induza, por qualquer meio, a realização de “atos sexuais ou de exibicionismo corporal com fins lascivos o sexuais, reales o simulados, con el objeto de

⁴⁴² Vide BÉLGICA - **Code Penal**[Em linha], atual. 1867. [Consult. 1 out. 2017]. Disponível em WWW:URL:http://www.ejustice.just.fgov.be/cgi_loi/loi_a1.pl?DETAIL=1867060801%2FF&caller=list&row_id=1&numero=2&rech=4&cn=1867060801&table_name=LOI&nm=1867060850&la=F&dt=C&ODE+PENAL&language=fr&fr=f&choix1=ET&choix2=ET&fromtab=loi_all&trier=promulgation&chercher=t& (acedido em 2017-10-01).

⁴⁴³ Elevado a Lei pela Lei n.º 1768, de 10 de março de 1997. Vide BOLÍVIA - **Código Penal**[Em linha], atual. 1972. [Consult. 1 out. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://bolivia.infoleyes.com/norma/1401/codigo-penal-cp>>.

⁴⁴⁴ Lei n.º 054/2010, de 10 de novembro de 2010, cf consta do CP Boliviano.

videografarlos, fotografarlos, filmarlos, exhibirlos o describirlos a través de anuncios impresos, transmisión de archivos de datos en red pública o privada de telecomunicaciones, sistemas de cómputo, electrónicos ou sucedáneos” com pena de prisão entre cinco a dez anos. O produtor destes materiais, com recurso a qualquer uma das ações acima descritas, reais ou simuladas, incorre em pena de prisão entre os três e os seis anos de prisão, estando igualmente sujeito à mesma pena quem reproduza, armazene, distribua, venda, compre, alugue, exponha, publicite, envie, importe ou exporte este tipo de material.

3.5 Botsuana

A legislação do Botsuana positiva a criminalização da pornografia infantil no “*Cybercrime and Computer Related Crimes Act*”, em vigor desde dezembro de 2007⁴⁴⁵. Neste documento encontra-se estipulado que criança é uma pessoa até aos 14 anos de idade e que “pornografia infantil” (n.º 1 do art.º 16.º) se reporta a material que visualmente ou de outra forma, represente uma criança, alguém que pareça ser uma criança ou imagens realistas representando uma criança, envolvida em atividades sexualmente explícitas. Quanto às condutas penalizadas realçamos que são puníveis as que dizem respeito tanto à pornografia com adultos como à pornografia infantil, apenas as penas e multas diferem. Assim, as condutas de publicação através de computador ou sistema de computadores; a produção para publicação; a posse em computador, sistema de computadores ou de armazenamento digital ou o acesso através destes meios, é punido com multa, com pena de prisão entre dois a três anos ou punido com ambos.

⁴⁴⁵ Vide *Cybercrime and Computer Related Crimes Act*. [Em linha]. Ato ° 22, de 2007. Disponível em WWW:URL:<http://www.elaws.gov.bw/displaylrpage1.php?id=1316> e em https://www.unodc.org/res/cld/document/bwa/Cybercrime_and_Computer_Related_Crimes_Act_-_Offences.pdf (acedido em 2017-10-01).

3.6 Canadá

O Código Penal canadiano, de 1985⁴⁴⁶ define o crime de pornografia infantil na secção correspondente às ofensas tendentes à corrupção moral, na Parte V – Ofensas sexuais, moral pública e condutas de desordem. A parte correspondente às ofensas sexuais trata, dentre outros temas, da clarificação sobre a responsabilidade penal em alguns destes crimes quando cometidos sobre menores de 16 anos (art.º 150.1 (1)). No que respeita ao consentimento, destaca-se a progressiva capacidade para o consentimento, para as vítimas menores de 16 anos, de acordo com dois patamares de idades, a saber: quando a vítima tem entre 12 e 13 anos de idade, é defensável o consentimento se a diferença de idade, relativamente ao ofensor, for até menos 2 anos e se o ofensor não estiver numa posição de confiança ou autoridade, e a vítima em dependência ou relação de exploração; quando a vítima tem 14 e 15 anos de idade é defensável o consentimento se a diferença de idade, relativamente ao ofensor, for até menos 5 anos e se o ofensor não estiver numa posição de confiança ou autoridade, e a vítima em dependência ou relação de exploração.

O CP canadiano penaliza o incesto entre parentes com relacionamento de sangue, incluindo meios-irmãos, com pena de prisão que pode ascender aos 14 anos (art.º 155(1) e (2)) entre outras disposições.

Sublinha-se a inserção de variadíssimas definições, eventualmente com vista a uma maior apreensão do significado das expressões e dispensa de controvérsias doutrinárias. São exemplo disto, exemplificando com a secção que respeita às ofensas tendentes à corrupção moral⁴⁴⁷, a definição de *crime comic*⁴⁴⁸, de publicação obscena, de pornografia de menores, *voyeuristic recording*, imagens íntimas ou publicidade a serviços sexuais.

A definição de pornografia infantil (art.º 163.1(1)) dispõe que se trata de material “(...) fotográfico, filme, vídeo ou outra representação visual, quer seja produzido ou

⁴⁴⁶ Vide *Criminal Code*. [Em linha] (1985) Disponível em WWW:<URL:<http://laws-lois.justice.gc.ca/PDF/C-46.pdf>>. Código penal consolidado, bilingue, atualizado em outubro de 2017, constituído por 1179 páginas.

⁴⁴⁷ No original: “Offences tending to corrupt morals”.

⁴⁴⁸ Ilustrações de histórias criminais, reais ou ficcionadas, em formato de revista, periódico ou livro.

não através de meio eletrónico ou mecânico” o que exiba uma pessoa com menos de 18 anos de idade ou assim aparente, envolvida ou representada em atividade sexual explícita e que a característica dominante desse material seja a exibição, para fins sexuais, de órgãos sexuais ou região anal de pessoa com idade inferior a 18 anos de idade. Inclui também o material escrito, representação visual ou gravação de áudio que defenda ou aconselhe a atividade sexual com pessoa menor de 18 anos, assim como material escrito ou gravação de áudio que tenha as mesmas características, para fins sexuais, de atividade sexual com menor de 18 anos.

Seguidamente (163.1(2)), sob a epígrafe “making child pornography”, penaliza a produção, impressão, publicação ou posse com o propósito de publicação de material de pornografia infantil, punindo o ofensor com pena de prisão entre 1 e 14 anos. A distribuição, transmissão, disponibilização, venda, publicidade, importação, exportação ou posse com o propósito de distribuir, disponibilizar, transmitir, vender, publicitar ou exportar pornografia infantil é punida com a mesma pena de prisão (163.1(3), sob a epígrafe “distribution, etc. of child pornography”).

Como já referido, a posse, sob determinadas condições, é punida severamente. Não obstante, a simples posse (163.1(4)), assim como o acesso, de forma consciente, vista ou transmitida a si mesmo (163.1(4)) são punidos com pena de prisão entre 1 a 10 anos, mas, caso seja em condenação sumária, diminui para uma pena de prisão entre 6 meses e 2 anos menos um dia. O intento lucrativo do ofensor é considerado uma agravante para a determinação da pena de prisão.

O articulado estipula, excepcionando da condenação, o indivíduo que possui objetivo legítimo relacionado com a administração da justiça, medicina, educação, arte ou ciência, ou que “(...) não representa um risco excessivo de dano a pessoas com idade inferior a 18 anos” (art.º 163.1(6), sob a epígrafe “defence”)⁴⁴⁹.

Em suma, as penas de prisão cominadas pelo CP canadiano, no que respeita às condutas ilícitas associadas à pornografia infantil, apresentam uma grande amplitude.

⁴⁴⁹ No original: “No person shall be convicted of an offence under this section if the act that is alleged to constitute the offence, (a) (...); and (b) does not pose an undue risk of harm to persons under the age of eighteen years”.

3.7 Egito

O portal SHERLOC, no que diz respeito à criminalização da pornografia de menores no Egito, remete-nos para uma tradução não oficial da Lei n.º 12 de 1996, promulgando a Lei da Criança⁴⁵⁰. O art.º 2.º determina que criança é todo o ser humano que ainda não alcançou os 18 anos de idade. A penalização referente à pornografia de menores terá sido introduzida no articulado em 2008, aquando da revisão desta legislação, consignando no art.º 116-bis (a) a prisão por período não inferior a dois anos e uma multa, a quem importar, exportar, produzir, preparar, visualizar, imprimir, promover, possuir e difundir material pornográfico utilizando crianças ou relacionado com a exploração sexual de crianças.

Na mesma pena incorre quem utilizar computador, Internet, redes de comunicação ou “cartoons” para:

- preparar, guardar ou processar, exhibir, imprimir, publicar ou promover atividades pornográficas envolvendo crianças, induzi-las ou explorá-las para se dedicarem à prostituição, atividades pornográficas, serem difundidas ou vendidas;
- induzir crianças à delinquência, utilizá-las para cometer crimes ou envolvê-las em atividades ilegais ou atos imorais, mesmo que o crime não venha a ocorrer.

3.8 Espanha

O CP espanhol, de 1995⁴⁵¹ foi “objeto de una completa revisión y actualización” através da Ley Orgánica 1/2015, de 30 de marzo⁴⁵², a qual, entre outras alterações, no que ao nosso estudo importa, refere a transposição da *Diretiva 2011/93*, com as seguintes consequências: o aumento da idade do consentimento sexual de 13 para 16 anos de idade; a introdução da definição de pornografia infantil da Diretiva no articulado penal espanhol; a criminalização do acesso intencional por via das TIC

⁴⁵⁰ Alterada pela Lei n.º 126, de 2008, de acordo como a informação constante em http://www.nccm-egypt.org/e7/e2498/e2691/infoboxContent2692/ChildLawno126english_eng.pdf (acedido em 2017-10-01).

⁴⁵¹ Disponível em http://www.boe.es/legislacion/codigos/codigo.php?id=038_Codigo_Penal_y_legislacion_complemetaria&modo=1 (acedido em 2017-09-12).

⁴⁵² Lei orgânica disponível no Boletín Oficial del Estado, do Governo de Espanha, em <http://www.boe.es/boe/dias/2015/03/31/pdfs/BOE-A-2015-3439.pdf> (acedido em 2017-09-12).

e a inserção de um novo artigo, criminalizando o aliciamento de menores de 15 anos através de meios tecnológicos, para que este lhe forneça material pornográfico ou mostre imagens pornográficas.

Um aspeto importante na criminalização espanhola da pornografia infantil diz respeito às vítimas, pois considera vítimas os menores e pessoas portadoras de deficiência que necessitem de proteção especial.

O CP espanhol (Livro I), estipula a idade da imputabilidade criminal a partir dos 18 anos de idade⁴⁵³.

Contrariamente ao CP alemão, a parte especial — neste caso o Livro II, dos “Delitos y suspenas” — inicia com os crimes contra a vida e integridade física.

Os crimes sexuais constam do Título VIII — “Delitos contra la libertad e indemnidad⁴⁵⁴ sexuales”. Do capítulo “De los abusos y agresiones sexuales a menores de dieciséis años”⁴⁵⁵, destacamos o aliciamento de menor de 16 anos através das TIC, para encontro presencial com o propósito de cometer crimes sexuais, sempre que essa proposta se acompanhe de atos materiais conducentes a esse fim (pena de prisão de um a três anos ou multa) [n.º 1 do art.º 183.º ter] e o aliciamento, através dos mesmos meios, para que o menor lhe providencie material pornográfico ou mostre imagens pornográficas nas quais esteja representado um menor (pena de prisão de seis meses a dois anos) [n.º 2 do art.º 183.º ter].

No que concerne à criminalização da pornografia infantil, consta do Capítulo V — “De los delitos relativos a la prostitución y la explotación sexual y corrupción de menores”, o art.º 189.º, compreendendo a cominação de numerosas condutas cometidas contra menores de idade ou pessoas portadoras de deficiência com necessidade de proteção especial, a saber:

⁴⁵³ Cf. art.º 19.º do Livro I, Título I, Capítulo II – “De las causas que eximen de la responsabilidad criminal” do CP espanhol.

⁴⁵⁴ Segundo Adriana Haas (2017, p. 135), “Indenidade sexual indica que o menor é protegido de qualquer ataque sexual, que tem o direito de estar isento, livre de qualquer dano de ordem sexual”. Vide HAAS, Adriana Amaral - **Tutela penale dell'intangibilità sessuale del minore in Brasile e in Italia: un'analisi dei reati di Stupro di vulnerabili e Atti sessuali con Minorenne**. Palermo: Università degli Studi di Palermo, 2017.

⁴⁵⁵ Todo este capítulo fica sujeito à ressalva do art.º 183.º quater, o qual determina que o consentimento livre de menor de 16 anos exclui a responsabilidade penal pelas infrações, quando o autor é uma pessoa próxima da criança por idade e grau de desenvolvimento ou maturidade.

- captar ou utilizar estas pessoas, para espetáculos exibicionistas ou pornográficos, públicos ou privados, ou para elaborar qualquer tipo de material pornográfico, independentemente do seu suporte ou que financie ou lucre com qualquer uma destas atividades (al. a) do n.º 1 do art.º 189, pena de prisão de um a cinco anos), com agravação da pena se recorrer à violência ou intimidação (n.º 3);
- produzir, vender, distribuir, exhibir, oferecer ou facilitar a produção, vender, difundir ou exhibir, por qualquer meio, pornografia onde sejam intervenientes as pessoas acima mencionadas, ou possuir com esses fins, ainda que esse material tenha origem no estrangeiro ou seja desconhecido (al. b) do n.º 1 do art.º 189, com pena de prisão de um a cinco anos).

O agravamento das condutas acima referidas, resultando em penas de prisão entre os cinco e os nove anos (n.º 2 do art.º 189.º do CP espanhol), ocorre nas seguintes circunstâncias: quando os menores têm menos de 16 anos de idade, quando os factos têm um carácter particularmente degradante ou humilhante; quando o material represente vítima de violência física ou sexual; quando o agente coloque em perigo, de forma dolosa ou por negligência grave, a vida ou saúde da vítima; quando o material for de notória importância; quando o agente pertença a organização criminosa que se dedique a estas condutas; quando o agente tiver relação de responsabilidade, de abuso de posição de confiança ou autoridade, ou ainda familiar; quando ocorra a agravante da reincidência.

Disposições específicas são estipuladas para a assistência a espetáculos pornográficos em que participem as vítimas (n.º 4), para a criminalização da omissão dos responsáveis pelas vítimas, seja de relação de tutela, guarda, poder, custódia ou acolhimento (n.º 6), assim como determina que o Ministério Público deve suprir essas responsabilidades (n.º 7).

A detenção deste material para uso próprio é punido com pena de prisão de três meses a um ano ou multa (n.º 5).

Por fim, no mesmo longo artigo, consta determinação para que os juízes e os tribunais ordenem a adoção de medidas necessárias para “(...) a retirada de las páginas web o aplicaciones de internet que contengan o difundan pornografia

infantil o en cuya elaboración se hubieran utilizado personas con discapacidad necesitadas de especial protección o, en su caso, para bloquear el acceso a las mismas a los usuarios de Internet que se encuentren en territorio español. Estas medidas podrán ser acordadas con carácter cautelar a petición del Ministerio Fiscal” (n.º 8).

No art.º 189.º encontra-se ainda positivada a definição de pornografia infantil ou de pessoas portadoras de deficiência com necessidade de proteção especial, resultante da *Diretiva 2011/93*.

O capítulo VI do CP espanhol, sob a epígrafe “Disposiciones comunes a los capítulos anteriores”, também revela interesse para o nosso estudo, porquanto determina que após o cumprimento de pena privativa de liberdade por crimes compreendidos no título anterior — no qual se insere o crime de pornografia de menores — segue-se a liberdade vigiada⁴⁵⁶, cuja duração depende do tipo de crime cometido ou não ser aplicada, caso o agente tenha sido condenado por crimes de menor gravidade e atendendo à sua menor perigosidade (n.º1 do art.º 192.º).

3.9 Filipinas

A República das Filipinas aprovou, em 17 de novembro de 2009 o “*Anti-Child Pornography Act of 2009*”⁴⁵⁷, documento que visa garantir os direitos fundamentais de todas as crianças, protegê-las de qualquer forma de abuso ou exploração, assim como ir ao encontro dos tratados internacionais subscritos, entre os quais o *Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis* da ONU.

Define criança como sendo qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade ou maior que padeça de incapacidade ou condição mental ou física que a torne incapaz de cuidar de si mesma no que concerne a abusos, negligência, crueldade, exploração ou discriminação. Abrange também qualquer pessoa que seja

⁴⁵⁶ No original “libertad vigilada”.

⁴⁵⁷ Fomos recuperar este Ato legislativo na Arellano University School of Law, sita na República das Filipinas, cf. *Anti-Child Pornography Act of 2009*. [Em linha] (2009). Disponível em WWW:<URL:http://www.lawphil.net/statutes/repacts/ra2009/ra_9775_2009.html>.

apresentada ou representada como criança e imagens geradas por computador, digitais, gráficas ou manuais que represente uma criança que seja assim construída para parecer uma criança (secção 3, al. a)).

Pornografia infantil é definida como uma representação, visual, áudio ou escrita, mesmo que compreenda mais do que um destes tipos, seja por meios eletrónicos, mecânicos, digitais, óticos, magnéticos ou por qualquer outro meio, de uma criança envolvida em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas (secção 3, al. b)).

Em sequência, define atividade sexual explícita, real ou simulada, a qual compreende, quanto à forma, a relação sexual ou ato lascivo, discriminando o tipo de contactos (genital, genital com genital, oral com genital, anal com genital, oral com anal) cometidos entre pessoas do mesmo sexo ou sexo oposto; quanto à conduta, através de atos de bestialidade, masturbação, abuso sádico ou masoquista, exposição lasciva dos genitais, glúteos, seios, área púbica e anús ou recorrendo à utilização de qualquer objeto ou instrumento para atos lascivos (secção 3, al. c)).

As secções seguintes dedicam-se à definição de outros termos, como o “*grooming*”, à determinação de quem pode dar início ao processo, ao tribunal competente, à responsabilidade criminal dos prestadores de serviços de Internet, centros e outros estabelecimentos comerciais, à confidencialidade da identidade e proteção da vítima, entre outras disposições (secção 3 a 14).

Seguidamente (secção 15) encontram-se cominadas as penalidades e sanções, mencionadas em nomenclaturas integradas numa escala de punições (ao contrário do nosso CP que enuncia diretamente a quantos anos de prisão corresponde determinada conduta criminal). Para apuramento dos anos de prisão tivemos de nos socorrer do *Código Penal Revisto* filipino, de 1930 (Cap.III - Duration and effects of penalties, Art.º 27.º)⁴⁵⁸, para onde o “*Anti-Child Pornography Act of 2009*” remete.

Das penalidades e sanções aos agentes do crime (secção 15), destacamos as seguintes:

⁴⁵⁸ Vide The Revised Penal Code. [Em linha] (1930). Disponível em WWW:<URL:http://www.lawphil.net/statutes/acts/act_3815_1930.html>.

- As condutas de pornografia infantil cometidas por 3 ou mais pessoas são penalizadas com “reclusion perpetua” (em princípio, até 30 anos de prisão)⁴⁵⁹ e multa;
- As condutas de contratar, empregar, usar, persuadir, induzir ou forçar uma criança a participar na criação ou produção de qualquer forma de pornografia infantil; as condutas de produzir, dirigir, fabricar ou criar qualquer forma de pornografia infantil; as condutas de publicar oferta, transmitir, vender, distribuir, difundir, divulgar, promover, exportar ou importar qualquer forma de pornografia infantil; são todas punidas com “reclusion temporal” (12 anos e um dia, até 20 anos) no seu período máximo e multa;
- As condutas de posse de pornografia infantil com intenção de vender, distribuir, publicar ou transmitir (considerando que a posse de 3 ou mais artigos de pornografia infantil do mesmo tipo constitui evidência de intenção de vender, distribuir, publicar ou transmitir); as condutas de providenciar, consciente e intencionalmente, um local para o cometimento de atos proibidos (casas, casas particulares, cinemas, estabelecimentos que pretendem ser um negócio legítimo, cubículos, etc.); as condutas de distribuição de qualquer tipo de pornografia infantil por distribuidores cinematográficos, teatros e empresas de telecomunicações, para si próprios ou em cooperação com outras entidades; são punidas com pena de “reclusion temporal” no seu período médio e multa;
- As condutas de um progenitor, tutor legal ou pessoa com a custódia ou controlo sobre uma criança, que permita que a criança se envolva, participe ou auxilie em qualquer forma de pornografia infantil são punidas com “reclusion temporal” no seu período mínimo e multa;
- As condutas de sedução e aliciamento de uma criança são punidas com “prision mayor” (6 anos e um dia, até 12 anos) no seu período máximo e multa;

⁴⁵⁹ De acordo com o Código Penal Revisto filipino, “reclusion perpétua” não corresponde a prisão perpétua, mas sim a penas de prisão com a duração mínima de 30 anos, sendo o condenado elegível a perdão no fim deste período. No original: “Any person sentenced to any of the perpetual penalties shall be pardoned after undergoing the penalty for thirty years, unless such person by reason of his conduct or some other serious cause shall be considered by the Chief Executive as unworthy of pardon”. Cf. The Revised Penal Code. [Em linha] (1930). Disponível em WWW:<URL:http://www.lawphil.net/statutes/acts/act_3815_1930.html>. A República das Filipinas é um dos países do mundo que ainda mantém a pena de morte e a responsabilidade penal inicia-se aos 9 anos de idade, embora mitigada.

- A conduta de intermediar qualquer tipo de pornografia infantil é punida com “prision mayor” no seu período mínimo e multa;
- A conduta de aceder intencionalmente a qualquer forma de pornografia infantil é punida com “prision correccional” (6 meses e um dia, até 6 anos) no seu período máximo e multa;
- A conduta de conspirar para cometer qualquer dos atos anteriormente mencionados (requerendo o envolvimento concertado de 2 ou mais agentes) é punida com “prision correccional” no seu período médio e multa;
- A conduta de possuir qualquer tipo de pornografia infantil é punida com “arresto mayor” (um mês e um dia, até 6 meses) no seu período mínimo e multa.

O artigo seguinte (secção 16 – “common penal provisions”) entre outras disposições, estabelece algumas agravações em razão de parentesco, controlo ou ascendência moral sobre a criança, sendo de destacar a expulsão de condenado estrangeiro, após cumprimento de pena, nunca mais lhe sendo autorizada a entrada no país.

As secções seguintes dispõem, em especial, quanto à proteção e recuperação da vítima e estabelecem as condições de funcionamento e objetivos de um Conselho Interinstitucional contra a Pornografia Infantil que integra membros de vários ministérios.

Para completar, resta-nos referir o “*Cybercrime Prevention Act of 2012*” (Filipinas, 2012)⁴⁶⁰, no qual também é penalizada a pornografia infantil (nos termos definidos no “*Anti-Child Pornography Act of 2009*”) quando cometida através de um sistema de computadores, sendo que às penas definidas por cada conduta tipificada na legislação anti-pornografia infantil, deverá ser aumentado um grau na escala das penalizações⁴⁶¹, o que, na prática, significará que um crime relacionado com

⁴⁶⁰ Cf. *Cybercrime Prevention Act of 2012*. [Em linha] (2012) Disponível em WWW:<http://www.lawphil.net/statutes/repacts/ra2012/ra_10175_2012.html>.

⁴⁶¹ Transcreve-se o art.º 71 do CP Revisto Filipino, sob a epígrafe “*Graduated scales*”: “In the case in which the law prescribed a penalty lower or higher by one or more degrees than another given penalty, the rules prescribed in Article 61 shall be observed in graduating such penalty. The lower or higher penalty shall be taken from the graduated scale in which is comprised the given penalty. The courts, in applying such lower or higher penalty, shall observe the following graduated scales. SCALE NO. 1: 1. Death, 2. Reclusion perpetua, 3. Reclusion temporal, 4. Prision mayor, 5. Prision correccional, 6. Arresto mayor, 7. Destierro, 8. Arresto menor, 9. Public censure, 10.

pornografia infantil, que na sua modalidade mais grave é punido com “prision perpetua”, passará a ser punido com pena de morte, se cometido através de sistema de computadores?

3.10 Japão

A punição do crime de pornografia de menores na legislação japonesa encontra-se no “*Ato de punição de atividades relativas à prostituição infantil e pornografia infantil, e da proteção das crianças*”, de 26 de maio de 1999⁴⁶². O articulado define criança como sendo menor de 18 anos de idade e “pornografia infantil” como fotografias, gravação de *média* contendo registos eletromagnéticos ou meio que represente a pose de uma criança, de uma forma visível, dentro dos seguintes parâmetros: que represente relações sexuais ou conduta semelhante; que represente os órgãos genitais de uma criança a serem tocados por outrém ou a criança a tocar os órgãos de outrém, provocando excitação sexual na pessoa que visiona este material; que represente uma criança nua ou parcialmente nua, despertando ou estimulando o desejo sexual do espectador. Não estão incluídas nesta definição as imagens realistas de crianças.

No que respeita à criminalização da pornografia de menores, dispõe, no art.º 7.º, sob a epígrafe “Provisão sobre pornografia infantil e outras atividades relacionadas” as penas ascendem até aos cinco anos de prisão, acrescidas de multa, sendo que a posse também é punida.

Fine.SCALE NO. 2: 1. Perpetual absolute disqualification, 2. Temporal absolute disqualification, 3. Suspension from public office, the right to vote and be voted for, the right to follow a profession or calling, 4. Public censure, 5. Fine”.

⁴⁶² Disponível em língua inglesa, em https://www.unodc.org/res/cld/document/jpn/act-on-punishment-of-activities-relating-to-child-prostitution-and-child-pornography-and-the-protection-of-children_html/Act_on_Punishment_of_Activities_Relating_to_Child_Prostitution_and_Child_Pornography.pdf (acedido em 2017-10-01). Ressalva-se que no próprio documento menciona que se encontra atualizado até 2004, pelo que as eventuais atualizações subseqüente são-nos desconhecidas.

3.11 Nova Zelândia

O Portal SHERLOC remete-nos para dois atos legislativos neozelandeses que cobrem a penalização de condutas relacionadas com a pornografia de menores: o “*Crimes Act 1961*” de 1 de novembro⁴⁶³ e o “*Films, Videos, and Publications Classification Act 1993*” de 26 de agosto⁴⁶⁴.

No que respeita à responsabilidade penal, o “*Crimes Act 1961*” determina que as crianças com menos de 10 anos de idade são excecionadas, enquanto as crianças entre os 10 e os 14 anos possuem uma responsabilidade penal mitigada, isto é, podem ser condenadas por crimes, desde que tenham consciência de que o ato ou omissão são errados ou contrários ao disposto na lei (Art.ºs 21.º e 22.º do “*Crimes Act 1961*”).

Os crimes relativos à pornografia de menores constam da “Parte V – Crimes contra a ordem pública” deste diploma e encontram-se na secção relativa a “tráfico de escravos”⁴⁶⁵, art.º 98 AA – “Dealing in people under 18 for sexual exploitation, removal of body parts, or engagement in forced labour”, onde determina, logo no início, a pena de prisão até 14 anos para as várias condutas elencadas (venda de seres humanos, confinamento, transporte, receção de pessoa, detenção, indução de pessoa menor de 18 anos de idade a vender, alugar ou dar-se, etc.), com o propósito de exploração sexual de menores de 18 anos de idade. O articulado define “exploração sexual” (n.º 3 do art.º 98 AA) em relação a uma pessoa, como constituindo os atos de gravar ou transmitir, através de qualquer meio, imagens paradas ou vídeos, de pessoa envolvida em atividades sexuais explícitas, quer sejam reais ou simuladas; gravar ou transmitir, através de qualquer meio, com o

⁴⁶³ A versão de que dispomos, disponibilizada pelo Ministério da Justiça neozelandês, foi republicada atualizada em 28/09/2017. Vide *Crimes Act 1961*. [Em linha]. Public Act 1961 ° 43, de 1 de novembro de 1961 (1961. 1–224). Disponível em WWW:<URL:http://www.legislation.govt.nz/act/public/1961/0043/latest/DLM327382.html?search=q s_act%40bill%40regulation%40deemedreg_criminal+code_resel_25_h&p=1&sr=1%0A>.

⁴⁶⁴ Vide *Films, Videos, and Publications Classification Act 1993*. [Em linha]. Public Act 1993, n.º 94, de 26 de agosto de 1993 (1993) Disponível em WWW:<URL:http://www.legislation.govt.nz/act/public/1993/0094/latest/DLM312895.html>. Versão reimpressa e atualizada até 05/12/2017.

⁴⁶⁵ No original: “slave dealing”.

propósito de benefício material⁴⁶⁶, de imagens paradas ou vídeo, dos órgãos genitais, ânus ou seios de pessoa; a participação de uma pessoa em performance ou exibição realizados com propósito de benefício material e envolvendo a exposição dos órgãos genitais, ânus ou seios de uma pessoa; realizado como atividade profissional com o propósito de benefício material e envolvendo a exposição dos órgãos genitais, ânus ou seios da pessoa. Destas condutas, exceciona a criminalização quando realizada no âmbito do desempenho artístico ou cultural exibição “honesta” empreendida principalmente para outros fins que a exposição das partes do corpo para a gratificação sexual de espetadores, assim como a gravação ou transmissão dos tipos de imagens anteriormente referidos com a finalidade de representar uma condição médica, uma técnica cirúrgica ou médica para a instrução ou informação de profissionais de saúde, para finalidades “honestas” de educação ou informação sobre saúde ou medicina ou ainda, como publicidade de produto, instrumento ou serviço destinado a utilização medicinal ou de saúde.

A Parte 7 do “*Crimes Act 1961*”, destina-se aos crimes contra a religião, moralidade e bem-estar público, encontrando-se nesta parte a cominação penal relativa às ofensas sexuais cometidas contra menores. Destacamos a “conduta sexual com menor de 12 anos” (art.º 132) e a “conduta sexual com jovem até aos 16 anos”, ambos os artigos penalizando as condutas por “conexão sexual”⁴⁶⁷ com menor de 12 e 16 anos, respetivamente. A consumação é punida com pena de prisão até aos 14 e 10 anos, respetivamente, quer seja facto cometido contra menor de 12 ou contra menor de 16 anos de idade. A mesma conduta é punida, na forma tentada, com pena de prisão até aos 10 anos, para ambas as faixas etárias. Os mesmos

⁴⁶⁶ Definições na parte geral, n.º 2 do Crimes Act 1961, p. 22, no original: “for a material benefit, in relation to doing a thing, means (a) after having obtained a material benefit for doing the thing; or (b) intending to obtain a material benefit for doing the thing” e “obtain a material benefit, in relation to doing a thing, means obtain, directly or indirectly, any goods, money, pecuniary advantage, privilege, property, or other valuable consideration of any kind for doing the thing (or taking an action that forms part of doing the thing)”.

⁴⁶⁷ No original “sexual connection”, definido na parte geral, n.º 2 do “Crimes Act 1961”, p. 24, da seguinte forma: “sexual connection means — (a) connection effected by the introduction into the genitalia or anus of one person, otherwise than for genuine medical purposes, of — (i) a part of the body of another person; or(ii) an object held or manipulated by another person; or (b) connection between the mouth or tongue of one person and a part of another person’s genitalia or anus; or (c) the continuation of connection of a kind described in paragraph (a) or paragraph (b)”.

artigos penalizam também os “atos indecentes”⁴⁶⁸ contra menores com estas faixas etárias, sem definir esta expressão em todo o “*Crimes Act 1961*”. Esta conduta é punida com pena de prisão até 10 anos quando cometida contra menores de 12 anos, e de 7 anos, quando cometida contra menor de 16 anos de idade.

O ato legislativo “*Films, Videos, and Publications Classification Act 1993*”, de 26 de agosto, determina o que constitui uma publicação⁴⁶⁹ (inclui material processado ou recebido via Internet) objetável ou censurável (n.º 3 das provisões preliminares), incluindo as que descrevem, exibem, expressam ou lidam com assuntos como sexo, horror, crime, crueldade ou violência de tal forma que a disponibilização da publicação seja, provavelmente, prejudicial para o bem público. Especifica que constitui material censurável qualquer publicação que contenha imagens visuais de uma ou mais crianças ou jovens, em estado parcial ou total de nudez e que seja “razoavelmente capaz de ser considerada de natureza sexual” (al. b), n.º 1ª do art.º 3.º das provisões preliminares). Qualquer publicação que promova ou suporte a exploração para fins sexuais de crianças ou jovens deverá ser considerada censurável e o ato de a produzir, copiar para distribuição ou exibição, importar, ceder ou distribuir a outra(s) pessoa(s), possuir para distribuição ou disponibilização ou, ainda, exibir publicação censurável com a expectativa de obter pagamento ou ganho, é condenado a multa (art.º 123, sob a epígrafe “Offences of strict liability relating to objectionable publications”) e estando consciente do facto da publicação constituir uma publicação censurável, pode incorrer numa pena até 14 anos de prisão (art.º 124).

⁴⁶⁸ Na ausência de uma definição do que constitui atos indecentes, o articulado inclui nesta categoria, por se tratar de vítimas menores de idade, a conduta de “assalto indecente” – no original “indecently assaulting the child” (n.º 6 do art.º 132 e 134 do “*Crimes Act 1961*” neozelandês). Buscando uma tentativa de esclarecimento sobre a natureza destes atos, apurámos que se assalto indecente corresponde ao toque, de forma indecente, isto é, em partes do corpo associadas a uma maior reserva, como as nádegas, como exemplo fornecido em <http://rpe.co.nz/information/legal-definitions/sexual-abuse-and-other-sexual-crimes/#IndecentAssault> (acedido em 2018-01-03).

⁴⁶⁹ Define no n.º 2, relativo à interpretação das provisões preliminares, o que constitui o termo “publicação”: qualquer filme, livro, gravação sonora, imagens, jornal, fotografia, negativo fotográfico, placa fotográfica, slide fotográfico, impressão ou escrito; papel ou outro suporte impresso ou com colagens, mesmo que sobrepostas ou combinadas, de imagens, representações, símbolos, afirmações ou palavras; coisa (incluindo, mas não limitada, disco ou a ficheiros eletrónicos ou de computador) no qual esteja gravada ou guardada informação que, através do uso de um computador ou outro dispositivo eletrónico, seja apto a reproduzir ou exibir uma ou mais imagens, representações, símbolos, afirmações ou palavras.

As publicações que explorem a nudez de crianças e/ou jovens podem ser sujeitas a análise para atribuição de outra classificação que não a “censurável” (n.º 3 do art.º 3.º relativo à definição de “censurável” nas provisões preliminares).

Finalizámos a nossa breve incursão por 11 Estados que criminalizam, de forma diversa, a pornografia infantil. Todos eles ratificaram o *Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil*, de 2000⁴⁷⁰. Releva para a nossa incursão um estudo concretizado pelo ICMEC, no sentido de recolher, compilar e comparar, a nível mundial, a legislação a respeito do crime de pornografia de menores, cujo documento já se encontra na 8.ª edição. Trata-se do *“Child pornography: model legislation & global review”* (International Centre for Missing & Exploited Children, 2016) que verifica os seguintes elementos nas diversas legislações dos Estados que fazem parte da Interpol: se o Estado detém legislação específica que criminalize a pornografia infantil; se a pornografia infantil se encontra devidamente definida; se as ofensas desta natureza, facilitadas pelas TIC, se encontram criminalizadas; se a posse de pornografia de menores é criminalizada; se há legislação sobre a obrigatoriedade dos *Internet Service Providers* reportarem deteção de pornografia infantil e, por fim, se está prevista a retenção de dados de comunicações por um determinado período de tempo. O relatório conclui que a legislação relativa ao crime de pornografia de menores apresenta um progresso lento e constante, pese embora o DIP e DE já produzido, reputando como essencial a harmonização legislativa para que se possa enfrentar esta problemática crescente e internacional.

⁴⁷⁰ Vide em https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=IV-11-c&chapter=4&clang=_en (acedido, pela última vez, em 2018-01-12).

PARTE II – O Caso português

Chegámos, após esta trajetória relativamente global sobre os crimes sexuais praticados sobre crianças e adolescentes, ao cerne do nosso trabalho. Este consiste no apuramento, não só da legislação, doutrina, estatísticas e sociedade portuguesa relativamente à problemática da pornografia de menores, como também na caracterização dos casos e respetivos intervenientes nesta problemática: os processos-crime, as vítimas e os ofensores.

Poder-se-á referir que em Portugal, os crimes de natureza sexual cometidos contra menores nunca foram de grande visibilidade, tendo a sua consciencialização sido abruptamente assaltada com o conhecido caso “Casa Pia”, através do Processo n.º 1718/02.9JDLSB da 8.ª Vara Criminal de Lisboa⁴⁷¹. Não só a generalidade da população seguiu os sucessivos e intensos escrutínios jornalísticos, como a própria valorização jurídica e punição desta criminalidade sofreu um impacto insofismável (Barroso *et al.*, 2011, p. 3)⁴⁷². Disto nos dá conta o Relatório Anual de Segurança Interna de 2008 (Sistema de Segurança Interna, 2009, p. 234)⁴⁷³ referindo que “desde 2003 a ação articulada de vários fatores, com relevo para a intervenção da comunicação social, e consequente maior visibilidade que este fenómeno passou a adquirir, efeito manifestado na intensificação registada por parte da sociedade civil enquanto denunciante ativa deste delito, deu lugar a um aumento acentuado na participação e consequente investigação de inquéritos por crime de abuso sexual de crianças”.

Nesta segunda parte do trabalho é sobre a situação portuguesa que colhe a nossa atenção no que respeita ao crime de pornografia de menores. O nosso périplo

⁴⁷¹ A respeito deste processo, vide Acórdão do STJ correspondente, em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b231d3fcabed262680257a8400473920?OpenDocument> (acedido em 2016-02-01).

⁴⁷² Vide BARROSO, Ricardo G. *et al.* - Between public agenda and the emergence of intervention programmes: sexual offenders within the portuguese context. **Sexual Offender Treatment**. ISSN 1862-2941. 6:2 (2011) 1–10.

⁴⁷³ Vide SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - **Relatório anual de segurança interna 2009**. Portugal, 2010.

iniciar-se-á com a descrição e análise historiográfica legislativa nacional, desde do início do século XX ao presente, cada secção enunciando uma alteração de relevo no âmbito do crime, complementada com alterações de natureza política, legislativa, doutrinária ou social. Cada uma das secções finaliza com uma tabela sintetizando os artigos do CP relevantes nesta matéria e as respetivas alterações. Finda esta retrospectiva, passaremos a algumas das questões relacionadas com o crime de pornografia de menores, suscetíveis de divergência.

Na secção seguinte, abordaremos as vicissitudes do conhecimento do fenómeno da criminalidade, as questões relacionadas com as cifras negras e as motivações da omissão de queixa por vitimação. Enunciaremos os métodos mais usuais para a recolha de dados sobre a criminalidade, e apresentaremos alguns dos resultados obtidos por estes instrumentos, sempre em busca de referências ao crime de pornografia de menores.

Prosseguimos com a recolha dos dados estatísticos oficiais do SIEJ, providenciados pela DGPJ e, em consequência, tentámos diversificar as fontes de informação para obtenção de dados quantitativos e qualitativos referentes ao crime de pornografia de menores, tanto em instâncias oficiais nacionais (SSI com o RASI, DGRSP, PGR/DCIAP) como em organizações não governamentais (APAV).

Por último, munidos de dados facultados pela Polícia Judiciária, apresentamos o escrutínio e a caracterização dos processos-crime e seus intervenientes, com vista a obter, não só o refinamento de dados estatísticos que as estatísticas oficiais não providenciam, mas também a possibilidade de expor inferências sobre as investigações, os ofensores e as vítimas de pornografia de menores. Detalharemos o âmbito e a forma da análise em espaço próprio.

1. Evolução da criminalização das infrações de natureza sexual no Código Penal português e o interesse jurídico na problemática da pornografia de menores

É inoidável a influência externa na ordem jurídica nacional. Quanto a essa influência, já tivemos oportunidade de enunciar os instrumentos externos mais relevantes, no âmbito internacional e europeu, aos quais Portugal aderiu. Sobre tal subscrição relativamente ao Direito Penal, conforme já salientámos previamente sobre a sua tendência expansionista e neocriminalizadora, também alguma doutrina nacional se alinha com a crítica, importando destacar Maria João Antunes (2010, p. 156), a qual alega que “ (...) passou a haver um certo aproveitamento político — alheio a considerações político-criminais — dos instrumentos de Direito Europeu e internacional. Tais instrumentos acabam mesmo por ser «úteis» ao legislador nacional e por servir propósitos neo-criminalizadores nacionais, indo além da vinculação mínima do Estado ou indo mesmo além da vinculação máxima.” Na mesma esteira, Albergaria e Lima (2010, p. 220) concluem que Portugal não apresentou qualquer objecção aos compromissos internacionais e comunitários assumidos, podendo-o fazer, “(...) porventura animado do «complexo do bom aluno» e de fervor anti-pedófilo”.

Ao dar início à segunda parte deste trabalho, já inteiramente dedicado ao caso português, optámos por encadear os temas começando por dar atenção à ordem jurídica interna, que plasma as políticas públicas no âmbito legal. Atendendo ao tema deste trabalho, utilizamos como linha condutora a cronologia das alterações penais, contextualizando com a CRP e demais legislação relacionada, como o Código Processo Penal. Efetuaremos também um paralelismo com a influência externa, por via da transposição dos seus instrumentos para a ordem jurídica interna. Analisaremos as sucessivas alterações, também sob o ponto de vista da doutrina e jurisprudência portuguesas.

O Direito penal é um dos mais importantes ramos do Direito Público, enunciando o que são condutas criminais e quais as consequências para os prevaricadores, com

o intento de proteger os “valores que são considerados os mais importantes para a nossa comunidade” (Fontes, 2014, p. 227). Desta proposição podemos determinar que “(...) a conduta humana nunca pode ser naturalmente criminosa” e que valoramos as condutas através das normas jurídicas, competindo “(...) ao sistema cultural definir os valores e normas que orientam e legitimam as ações sociais e, consequentemente, um comportamento só pode ser considerado socialmente danoso quando se determinaram e ordenaram os bens e valores sociais básicos de uma comunidade” (Natscheradetz, 1985, p. 101).

A legitimidade da intervenção penal está balizada por princípios consignados na CRP, onde se encontra expresso que a restrição de direitos, liberdades e garantias se deve limitar ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses protegidos pela CRP (Art.º 18.º, “Força jurídica”)⁴⁷⁴. Por outra vertente, determina as regras da aplicação da lei criminal (art.º 29.º) onde plasma os princípios em matéria penal, que são vários, a saber: o princípio da legalidade e da tipicidade dos crimes e das penas; o da proporcionalidade e adequação entre o crime e a pena; o da não retroatividade da lei penal, o da retroatividade da lei penal mais favorável, o da necessidade da pena e o da intervenção mínima (Palma, 2014, p. 16)⁴⁷⁵. Sendo a pena de prisão a medida mais gravosa constrangedora da liberdade do ser humano, é a necessidade da aplicação desta pena que carece de maior justificação, a qual só pode ser subjugada à proteção de direitos e interesses constitucionalmente protegidos⁴⁷⁶, pois tanto a liberdade como a segurança são

⁴⁷⁴ Concretiza-se numa “legitimação da pena pela estrita necessidade de proteger direitos ou interesses constitucionalmente tutelados, à luz do artigo 18º, nº 2, da Constituição da República Portuguesa, que também consagra os princípios da adequação e da proporcionalidade” (Palma, *op. cit.*, 2014, p. 15). A este respeito, Teresa Beleza (*op. cit.*, 1998, p. 45) acrescenta que “(...) há uma verdadeira imposição constitucional no sentido de restringir o mais possível a intervenção do direito penal, na medida em que ele significa uma importante redução do conteúdo dos direitos individuais”.

⁴⁷⁵ A Autora esclarece ainda que “(...) o conceito material de crime constitui uma expressão dos princípios constitucionais de Direito Penal, agrupando, pois, as características que uma conduta tem de possuir, em nome desses princípios, para poder ser qualificada como criminosa. Assim, a incriminação tem de ser indispensável para promover a defesa de bens jurídicos essenciais (princípio da necessidade), a conduta incriminada deve possuir ressonância ética negativa (princípio da culpa) e a criminalização, sempre resultante de lei formal, deve reunir o consenso da comunidade (princípio da legalidade)” (Palma, *op. cit.*, 2014, p. 17).

⁴⁷⁶ Curiosamente, de acordo com o Relatório estatístico anual de 2014 da DGRSP, referindo-se ao período compreendido entre 2005 e 2014 (Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, 2015, p. 20): “Em dez anos, as penas e medidas não privativas de liberdade em execução a 31 de dezembro aumentaram cerca de 155%, registando um crescimento médio anual de 9,81%”.

direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa “(...) como expressão de uma relação de interdependência funcional, que desafia o legislador a um constante balanceamento que promova a concordância prática entre os dois direitos” (Palma, 2014, p. 20). Efetivamente, toda a atividade legislativa dever-se-á subordinar ao preceituado na CRP, a qual é o “(...) instrumento legitimado para ajudar a concretizar o conceito de bem jurídico, na medida em que orienta o legislador — o qual não poderá atuar de modo a contrariar regras e princípios constitucionais —, exercendo, assim, uma função limitadora do poder punitivo estatal” (Costa, 2006, p. 46).

Assim, a sanção criminal assume um papel subsidiário em relação a outras formas de punição, razão pela qual lhe atribuem a qualidade de ser a *ultima ratio* de intervenção da política social do Estado⁴⁷⁷. Ao Estado português, por via da dimensão objetiva dos princípios elencados, cabe uma “(...) obrigação de conformação legislativa do direito e do processo penal de acordo com aqueles princípios” (Canotilho e Moreira, 2014, p. 496), a qual ocorre por via do CP, o grande aglutinador das sanções penais, pese embora também as haja distribuídas por legislação avulsa. No mesmo sentido Teresa Beleza refere que “(...) no direito penal existe sempre esta possibilidade da demonstração mais dramática, mais coativa, mais poderosa, mais física, da manifestação do poder do Estado que é a de meter as pessoas na cadeia” (Beleza, 1998, p. 26), ao que acrescentamos “por ser o Direito Penal o instrumento mais poderoso de que se vale o Estado no combate à violência, e porque sua utilização encerra, inexoravelmente, também, uma violência, ele só deve ser chamado a atuar exclusivamente na defesa de bens jurídicos” (Costa, 2006, p. 59).

A legitimidade da intervenção penal termina quando “(...) a proteção de bens jurídicos (a sua lesão ou perigo de lesão) pode ser alcançada por meios não penais” pelo que a intervenção subsidiária não deve submeter-se, mesmo perante pressões relativas a determinados crimes, pelo que o Estado “tem de saber reagir, não

⁴⁷⁷ No mesmo sentido, sobre a intervenção do Estado só em caso de “(...) condutas mais graves e mais perigosas para a convivência dos seus membros [sociedade] e para a sua própria subsistência”, Natscheradetz (*op. cit.*, 1985, p. 69).

confundindo, nem substituindo a sua tarefa essencial de execução de políticas sociais pela criminalização excessiva” (Dias, 2008, p. 218).

Como referido por Karl Natscheradetz (1985, p. 70-71) na perspetiva de uma “política criminal racional”, a intervenção do Direito Penal só se justificaria por carência de outros meios para “(...) prevenir a ocorrência de um dano, dano este que para assumir dignidade tem de ser independente da violação da moral social ou da mera imoralidade da conduta”. No mesmo sentido, Teresa Beleza (1998, p. 33) chama a atenção para o princípio da necessidade e da eficácia, quando refere que “(...) o direito penal só deve intervir, só deve querer aplicar-se, só deve tomar conta de um certo tipo de atuações ou de atos quando isso for por um lado eficaz e por outro necessário”. Para a legitimidade da intervenção penal deve-se antecipadamente efetuar estudos que comprovem da sua necessidade e, caso não se verifique tal circunstância, agir em conformidade com o princípio *in dubio pro libertate*, isto é, não se criminalizar (Costa, 2006, p. 69).

Pugna-se pela intervenção mínima penal, e essa intervenção aplicar-se apenas “(...) quando isso seja absolutamente essencial à sobrevivência da comunidade”, não houver outro meio idóneo para o fazer, isto é, “(...) quando não há outro remédio” e quando a sua intervenção se atesta de eficaz (Beleza, 1998, p. 35). Tal significa que, “na busca da melhor técnica de intervenção penal, há que fazer apelo aos critérios da «dignidade penal» e da «necessidade ou carência da tutela penal», sempre complementados com o princípio da proporcionalidade ou da proibição do excesso” (Dias, 2008, p.218)⁴⁷⁸.

No sentido da necessidade de intervenção penal e da respetiva adequação à evolução da sociedade, Miguel Navarrete (2005, p. 80) afirma que “las sociedades actuales son Sociedad de riesgo. El Derecho penal no puede permanecer inmóvil, inmutable, ante los câmbios sociales, los avances tecnológicos (manipulación

⁴⁷⁸ No mesmo sentido, alega Fernanda Palma, quando afirma que “a questão da dignidade punitiva da conduta coloca-se numa dupla dimensão – negativa e positiva. Negativamente, a incriminação não pode ser, ela própria, um modo de coartar um direito fundamental, como, por exemplo, a liberdade de consciência ou de expressão, através de uma previsão que atinja os limites imanes desse direito. Pela positiva, a incriminação tem de se dirigir à proteção de bens jurídicos essenciais, respeitantes às condições de liberdade da pessoa e de funcionamento do Estado de direito democrático, que legitimam o exercício do poder punitivo do Estado” (*op. cit.*, 2014, p. 18).

genética, distribución internet, piratería informática). Al ser el Derecho penal parte de la Sociedad, los câmbios en éstahan de influir necessariamente en aquél.”

Em síntese, os princípios da intervenção penal estão incontestavelmente plasmados na CRP e relacionam-se proximamente, apesar de algumas das normas constitucionais possuírem “(...) conteúdo vago e abstrato (...)”, fornecendo “(...) critérios de apreciação, mas não uma linha diretiva de orientação fechada” (Natscheradetz, 1985, p. 106-107) conferindo alguma liberdade ao legislador penal.

A mais grave e característica consequência da intervenção penal culmina na pena de prisão (Beleza, 1998, p. 23)⁴⁷⁹, que se traduz na atribuição da responsabilidade de condutas consideradas como crimes (Ventura, 2015, p. 304)⁴⁸⁰, penalizando o agente com a privação da liberdade, sendo que a pena de prisão se distingue “(...) pelo seu específico sentido de estigmatização e pelas suas finalidades próprias, relacionadas com a figura jus-filosófica da reintegração (...)”. Também o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade⁴⁸¹, visa a “(...) reinserção do agente na sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, a proteção de bens jurídicos e a defesa da sociedade”⁴⁸².

A reinserção social pressupõe a preparação do recluso para a reintegração na sociedade, dependendo de políticas que envolvem saúde, emprego ou formação profissional (Rijo, 2016, Reinserção social, p. 421)⁴⁸³. O processo de aprendizagem que constitui a ressocialização “(...) no âmbito de uma medida penal, pode ser alcançada de diversos modos — programas de formação escolar e de qualificação profissional, programas de natureza psicossocial e programas destinados à reabilitação de indivíduos com problemáticas criminais específicas,

⁴⁷⁹ A esta, acrescenta Miguel Navarrete (*op. cit.*, 2005, p. 78) “(...) a ella hay que añadir otras consecuencias jurídicas distintas de la pena, esencialmente las medidas de seguridad y corrección”.

⁴⁸⁰ Cf. VENTURA, André - Pena. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Eds.). Em *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Coimbra: Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5

⁴⁸¹ Vide Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro, alterada pela Lei n.º 21/2013, de 21 de Fevereiro.

⁴⁸² Cf. n.º 1, do art.º 2.º - “Finalidades da execução” do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.

⁴⁸³ Cf. Rijo, D. (2016). Reinserção social. In *Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade* (1.ª, pp. 421–422). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

aconselhamento e psicoterapia”, devendo tais programas de ressocialização serem voluntários (Rijo, 2016, Ressocialização, pp. 428–429)⁴⁸⁴.

Os fins das penas basicamente são os mesmos do direito penal, em sentido restrito⁴⁸⁵, podendo dividir-se em dois, relacionados entre si, na perspetiva de Teresa Beleza (1998, p. 270-276): os prosseguidos pelo Estado (denominados de mediatos, que nos parecem traduzir-se nas políticas sociais) e os fins imediatos (os quais também contribuem para os mediatos, mas que são de aplicação direta, a sanção), relacionados com teorias de retribuição⁴⁸⁶ e de prevenção⁴⁸⁷.

Contudo, entende-se que o direito penal “(...) em termos, pelo menos de recuperação, ele funciona muito limitadamente” e que a prisão tem efeitos criminógenos, contribuindo para a reincidência criminal e para o desencanto com a pretensa recuperação das pessoas (Beleza, 1998, p. 37). No mesmo sentido Daniel Rijo (2016, Reinserção social, p. 422) alega que “a prisão pode, perversamente, afastar o indivíduo das redes e instituições a que todos estamos ligados em sociedade (...)” e que “(...) a saída em liberdade de um ex-recluso obriga a que seja feita a ligação e estabelecido o acesso a programas de emprego, cuidados de

⁴⁸⁴ Cf. Rijo, D. (2016). Ressocialização. In *Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade* (1.^a, pp. 428–429). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

⁴⁸⁵ Cf. elucida Germano Marques da Silva (*op. cit.*, 1997, p. 32), “as sanções são instrumentais relativamente aos fins do Direito, servem para reforçar a imperatividade das normas e estas têm por finalidade ordenar a vida social conforme à Justiça ou, pelo menor, com pretensão de Justiça”.

⁴⁸⁶ Tratar-se-á da teoria da punição ou castigo de alguém que prevaricou, associado à pena de talião, que preconizava a proporcionalidade entre o mal causado pelo agente e o respetivo castigo, com origem histórica na Bíblia (Beleza, *op. cit.*, 1998, p. 270-276). No mesmo sentido Germano Marques da Silva (*op. cit.*, 1997, p. 47-51). Relevando a inauguração do “princípio da proporcionalidade entre a gravidade do crime e a severidade da pena”, Mário Monte e Pedro Miguel Freitas (2016, p. 74). Cf. MONTE, Mário Ferreira; FREITAS, Pedro Miguel - Castigo. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7.

⁴⁸⁷ Tratar-se-á da teoria da prevenção da ocorrência de crime, isto é, evitar que o mesmo ocorra, sendo de sublinhar dois tipos de prevenção: a geral, com vista a evitar a conduta criminosa pelas pessoas em geral, e a especial, com o objetivo de evitar a reincidência de indivíduo que já tenha cometido crime previamente (Beleza, *op. cit.*, 1998, p. 270-276). A respeito da prevenção geral, Germano Marques da Silva (*op. cit.*, 1997, p. 35) acrescenta que o direito penal se legitima assentando em considerações utilitaristas, nas quais “(...) o direito penal evita ou mantém a violência social em níveis toleráveis, constituindo, no estágio atual da sociedade, um mal menor do que o que resultaria da sua ausência” e que a finalidade da prevenção se pode obter por duas vias complementares, a saber: a prevenção geral positiva (educação e “(...) reafirmação dos valores comunitariamente assumidos (...)” e a prevenção geral negativa (intimidação através da imposição de sanções penais) (Silva, *op. cit.*, 1997, p. 39).

saúde ou outro tipo de apoios sociais, se se pretende alcançar a reinserção social plena do indivíduo”, sob pena de voltar a prevaricar⁴⁸⁸.

Luciana Costa afirma assertivamente que “não há dúvida acerca do fracasso da epidemia criminalizadora no tratamento do fenómeno da criminalidade e sobre a total falta de correspondência entre a criação de leis penais mais duras e a diminuição da prática de condutas ilícitas, seja porque não existem dados estatísticos comprobatórios, seja porque tal modelo de política criminal é dotado de grande irracionalidade” (2006, p. 84).

Os valores mais importantes da nossa comunidade são, em Direito, os “bens jurídicos” que a norma penal visa proteger, com vista à prevenção da ofensa e à repressão da conduta ofensora⁴⁸⁹. No entanto, nem sempre os princípios constitucionais que balizam o direito penal são fáceis de concretizar, atendendo ao reconhecimento de novos direitos ou renovação de direitos já conhecidos, que suscitam novos desafios (Palma, 2014, p. 16). Neste sentido, a noção de bem jurídico carente de tutela penal, tal como o próprio Direito penal e a sociedade que visa proteger, são dinâmicos (Whyte, 2016, p. 64)⁴⁹⁰ e “(...) são valores da sociedade, não são bem criados, preexistem, mas apenas com a tutela jurídica passam a ser bens jurídicos (...) fundamentais para serem tutelados pelo Direito Penal” (Carvalho, T., 2014, p. 72)⁴⁹¹.

Natscheradetz (1985, p. 120) ressalva a vertente positiva do direito penal, porquanto permite “(...) assegurar os pressupostos essenciais que permitam a plena realização humana no seio da convivência social, ou seja, o conjunto de bens, valores e interesses materiais e imateriais que representam as condições externas do exercício da liberdade (...) considerando-se assim o direito penal não como limite da liberdade pessoal, mas como seu garante, possibilitando a existência de condições sociais em que os cidadãos podem desenvolver livremente as suas potencialidades humanas (...)”. Sobre as diversas teorias dos fins das sanções

⁴⁸⁸ No mesmo sentido, Costa, *op. cit.*, 2006, p. 83.

⁴⁸⁹ Cf. plasmado no n.º 1 do art.º 40.º do Código Penal, sob a epígrafe “Finalidade das penas e das medidas de segurança”.

⁴⁹⁰ Cf. WHYTE, Joana - Bem jurídico. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.ª ed. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 64–65.

⁴⁹¹ Cf. CARVALHO, Tássia Puga Cardoso Brabo De - **Pornografia infantil virtual: o bem jurídico em questão**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014.

penais — na sua vertente positiva (assinalada por Natscheradetz) ou na sua vertente negativa, como limitação grave imposta coativamente ao agente do crime — resulta a busca pela legitimação das sanções penais (Silva, G., 1997, p. 33).

Dentre estes direitos as matérias de natureza sexual assumiram algum protagonismo, suscitando muito debate relativamente aos limites e legitimidade da intervenção penal nesta matéria, o que, no entendimento de Fernanda Palma (2014, p. 16), quando se refere a “(...) esses domínios inovadores (...)” como geradores de interrogações “(...) sobre se a relação entre a definição de objetivos e valores sociais e o papel do poder punitivo do Estado, se baseia em conceções políticas passageiras e conjunturais ou terá de ir procurar as suas raízes a um nível mais profundo, nas condições de funcionamento da sociedade.”

No mesmo sentido, sublinha Natscheradetz (1985, p. 75) como a história tem demonstrado que “(...) a regulamentação da sexualidade é condicionada pelo tempo e pela cultura, e muda com eles”⁴⁹². Assim se depreende que a sexualidade e a sua expressão variam em tempo e lugar, não se tratando de um conjunto de pressupostos estáticos e perenes. Conforme elucida Teresa Beleza (1998, p. 46) há a considerar a “(...) pressão que pode exercer sobre o conteúdo do direito penal, ou sobre a gravidade com que são punidos certos atos, a própria situação política, social e económica do momento”⁴⁹³.

⁴⁹² Teresa Beleza (*op. cit.*, 1998, p. 45) referindo-se ao mínimo na intervenção penal chama a atenção para a transitoriedade dos conteúdos, no sentido de que o mínimo, “(...) a proteger numa certa sociedade, não podemos esquecer que isso tem um carácter eminentemente variável, em termos históricos e geográficos”. Volta a referir esta variabilidade, quando se refere à definição dos bens jurídicos fundamentais, encontrando-se esta “(...) estreitamente ligada às forças dominantes na própria sociedade (...)” (Beleza, *op. cit.*, 1998, p. 47). Exemplo de outros entendimentos “(...) que deixaram definitivamente de merecer proteção penal” (Dias, 2011, p. 232 nota 53) é o Decreto-Lei n.º 254/76, de 7 de abril que estabelece “medidas relativas à publicação e comercialização de objetos e meios de comunicação social de conteúdo pornográfico” endossando para a moralidade e o pudor os objetos pornográficos ou obscenos que “(...) contenham palavras, descrições ou imagens” ultrajantes (n.º 2 do art.º 1.º). *Vide* DIAS, Maria Do Carmo Saraiva De Menezes Da Silva - Notas substantivas sobre os crimes sexuais com vítimas menores de idade. **Revista do Centro de Estudos Judiciários**. Lisboa, Portugal. ISSN 1645-829-X. 15 (2011) 209–259.

⁴⁹³ No mesmo sentido, Germano Marques da Silva (*op. cit.*, 1997, p. 23), quando declara que os bens jurídicos a proteger pela norma penal ficam condicionados pela “(...) presença de muitos outros fatores (v.g., o desenvolvimento económico, técnico, científico, cultural) e até das contingências históricas (v.g., guerra)” e Natscheradetz (*op. cit.*, 1985, p. 45), “as atitudes e opiniões sociais para com as práticas sexuais possuem diversas causas, e fatores como as convicções infundadas, os preconceitos, a animosidade pessoas e a frustração intervêm frequentemente na sua génese”, sendo necessários argumentos racionais justificando a intervenção penal.

A história do direito penal sexual sofreu mudanças consideráveis, a par da concepção da liberdade de sexual que assiste a cada ser humano. A liberdade para errar, para escolher o seu próprio trilho, para determinar a própria conduta pessoal, desde que não atente contra a liberdade de terceiros. Na perspetiva de Karl Natscheradetz (1985, p. 141) “Sendo objetivo do direito penal sexual garantir a maior liberdade possível nos comportamentos sexuais e se «a liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique outrem» (art.º 4.º da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*), deverá exigir-se precisamente que os crimes sexuais tutelem o bem jurídico da liberdade individual, limitando-se assim o direito penal sexual à criminalização das condutas sexuais que mais gravemente atentem contra a liberdade pessoal do ofendido, ou seja, que ofendam a liberdade sexual, ou a livre autodeterminação sexual do ofendido, privando-o da disposição de um dos seus aspetos mais intimamente ligados à sua auto-realização pessoal como é a atividade sexual”⁴⁹⁴.

⁴⁹⁴ Esclarece ainda o Autor que, “Num sentido «positivo» ou dinâmico, a liberdade sexual é definida como a livre disposição do sexo e do próprio corpo para fins sexuais, ou seja, a liberdade de opção e de atuação de cada um no domínio da sexualidade, de acordo com os seus desejos, quer no que diz respeito à forma de manifestação da sexualidade, quer quanto ao destinatário da mesma, dentro dos limites implicados pela tolerância e o respeito da liberdade sexual alheia. Numa aceção inversa, realça-se o carácter «estático» ou «passivo» da liberdade sexual, que consiste na proteção do aspeto defensivo de tal liberdade (...)” que consiste no “(...) direito de cada um de não suportar de outrem a realização de atos de natureza sexual, contra a sua vontade, qualquer que seja a forma que eles revistam (...)” (Natscheradetz, *op. cit.*, 1985, p. 141-143). Para este Autor, ambos os sentidos da liberdade sexual — positivo ou passivo, conforme descritos — são complementares e constituem o que considera como o verdadeiro bem jurídico a proteger pelo direito penal sexual. Adianta ainda que proteger a liberdade é sinónimo de proteger a vontade, o “processo volitivo” da pessoa, constituído por três momentos sucessivos, correspondendo à liberdade de formação da vontade, à liberdade de decisão da vontade (com base em motivos pessoais) e à liberdade de concretizar ou executar essa vontade. No caso concreto da “(...) liberdade ou vontade do sujeito na esfera sexual, como o bem jurídico protegido pelo direito penal sexual, tem como consequência a criminalização de condutas sexuais gravemente ofensivas da livre autodeterminação sexual do sujeito que sejam realizadas i) através da sua indução em erro (...) ii) das condutas realizadas por meio de coação física ou moral (...) iii) implica a criminalização de condutas que, não ofendendo o livre exercício da vontade do sujeito, quer quanto à sua formação, quer quanto à sua manifestação, implicam todavia um desprezo pela vontade deste que é contrária à ingerência de um terceiro na sua esfera sexual, desconsiderando-se assim a vontade do sujeito que deve ser tomada em conta antes de ele ser colocado perante uma ação sexual em que não consentiu (...), e iii), finalmente, a punição de condutas sexuais em que, embora existindo consentimento, este não é considerado válido na medida em que o agente se aproveita da sua posição de autoridade ou preponderância face à vítima” ou explora situação de carência, in experiência, imaturidade ou estado mental de outrem (*op. cit.*, 1985, p. 151-152). Maria do Carmo Silva Dias (2008, p. 219), na mesma esteira, considera que a liberdade sexual apresenta duas dimensões, a negativa e a positiva, sendo a primeira a liberdade de não suportar limitações ou ações que agridam a sua liberdade sexual e a segunda, “a liberdade de interagir sexualmente sem restrições”. Cf. DIAS, Maria do Carmo Saraiva de Menezes da Silva. 2008. Repercussões da Lei n.º

Além da necessária adequação legislativa às transformações da sociedade e da própria criminalidade, assim como dos compromissos a que Portugal se vincula e da “evolução interpretativa da jurisprudência” (Gomes e Lopes, 2009, p. 23)⁴⁹⁵, é premente, na perspectiva de Conceição Gomes e José Mouraz Lopes, que as alterações legislativas não sejam produzidas sob a pressão mediática, mas que os processos de reforma sejam “(...) precedidos de avaliações sólidas e rigorosas com recurso a metodologias adequadas. Efetivamente, para verificar da eficácia de qualquer medida legislativa — como já referimos, o direito penal deverá ter na sua matriz a eficácia — dever-se-ia proceder à avaliação da sua implementação”. Nesse sentido, os Autores (Gomes e Lopes, 2009, p. 23) acrescentam que “na sociedade portuguesa não existe o hábito de avaliação permanente das reformas legislativas aprovadas e colocadas em prática ao longo da (ou das) legislaturas onde são implementadas. O que leva a que, quer os objetivos das reformas, quer a responsabilização política de quem as promoveu sejam muitas vezes escrutinados através de constatações superficiais, em regra sem grande rigor científico e fundamentação, veiculadas pela comunicação social. A importância teórica e prática de um sistema de monitorização da aplicação das reformas penais é, por isso, um instrumento de relevância múltipla, quer para o legislador em termos da sua própria responsabilização, quer para os aplicadores das normas” (Gomes e Lopes, 2009, p. 29).

Dessarte, como as sucessivas alterações legislativas têm demonstrado, no atinente aos crimes sexuais, o bem jurídico sofreu uma evolução, pois “(...) a liberdade sucede os bons costumes” no sentido da criminalização corresponder “(...) a convicções de necessidade de proteção socialmente sentidas, filtradas ou desenvolvidas pelos mecanismos da democracia representativa, ou seja, pelas maiorias parlamentares” (Beleza, 1996, p. 163). Maria do Carmo Dias (2008, p. 219) elucida que “é que o exercício da liberdade sexual, pressupõe e depende antes de tudo da plena capacidade de autodeterminação sexual (...), o que implica que a sua

59/2007, de 4/9 nos «Crimes contra a liberdade sexual», Revista do CEJ, 1.º semestre, n.º 8 Especial.

⁴⁹⁵ Vide GOMES, Conceição; LOPES, José Mouraz - As recentes transformações no sistema penal português: a tensão entre garantias e a resposta à criminalidade. **Sistema Penal & Violência**. Porto Alegre, Brasil. ISSN 2177-6784. 1:1 (2009) 22–32.

meta é, nesta área, proteger, de forma fragmentária, o bem jurídico pessoal da liberdade e da autodeterminação sexual, apenas dos ataques mais graves, intoleráveis e perigosos” (Dias, 2008, p. 219)⁴⁹⁶.

Também no âmbito da proteção da liberdade sexual, Maria Fernanda Palma (2014, p. 21) realça a pertinência da proteção de vítimas indefesas no âmbito de relações de proximidade, como familiares ou laborais, sendo assertiva quando defende o reforço da proteção das crianças e adolescentes, argumentando da sua validade preventiva, nos seguintes termos:

“(...) é preciso contrariar a tradição e o conformismo, que têm conduzido a uma negação dramática da autonomia pessoal, e estender ou aprofundar a tutela penal. Nesses casos, a intervenção penal não tem um efeito meramente simbólico, assumindo uma função preventiva e promocional dos direitos. Nos casos da violência doméstica e da pornografia infantil, por exemplo, a tutela penal assegura, para além da prevenção direta exercida sobre os potenciais agentes de crimes, uma prevenção indireta, que se traduz no alerta social gerador do reconhecimento do desvalor e da intolerância para com essas condutas. Esse efeito limita, obviamente, o espaço de decisão e atuação dos agentes”.

Nesta perspetiva, a transformação para crimes públicos, pôs “(...) termo à cumplicidade da sociedade com a violência privada no seio de espaços tradicionalmente inacessíveis”, tendo a intervenção penal um efeito complementar, o de intensificar “o conflito moral no interior dos potenciais infratores imputáveis. Desse modo, ficam fragilizados os mecanismos, reconhecidos pela Criminologia, de neutralização da capacidade de motivação pelas normas e de legitimação individual do agente em face dos costumes sociais” (Palma, 2014, p. 21-22).

⁴⁹⁶ No mesmo sentido, Natscheradetz (*op. cit.*, 1985, p. 99).

Contudo, há autores que consideram que a penalização da criminalidade sexual tem sofrido um ímpeto punitivo, através do reforço das penas de prisão e acessórias, embora Portugal não se apresente como um Estado com as políticas mais preocupantes nesta matéria (Leite e Barroso, 2016, p. 133)⁴⁹⁷.

Tomemos como exemplo a exortação de Maria Fernanda Palma (2014, p. 20) antes de darmos início à exposição cronológica das alterações legislativas, regressando posteriormente às questões que as suas frases encerram, em secção própria dedicada aos temas mais controversos entre a doutrina e jurisprudência portuguesas no crime de pornografia de menores:

“(...) há um outro patamar que tem de ser integrado num modelo de legitimação do Direito Penal a partir do conceito material de crime. Esse outro nível diz respeito à estrutura do comportamento tomada como base da imputação e, designadamente, à sua apetência causal. Os comportamentos que não expressem sequer a possibilidade de um dano, que não têm uma relação causal ou de risco com a lesão do bem jurídico e são insuscetíveis de produzir efeitos danosos podem constituir o substrato de uma atribuição de responsabilidade penal? É sabido que a necessidade de prevenir a lesão de bens jurídicos impõe a criação de um ambiente de segurança que previna as ofensas numa fase precoce, antecipando a tutela penal. É o que acontece, em geral, nos crimes de perigo e, sobretudo, em crimes de perigo abstrato, nos quais se presume de forma tendencialmente inilidível o perigo, a partir da descrição da conduta típica.(...) Tem de existir uma estrutura comportamental objetiva mínima, com alguma referência causal à lesão de bens jurídicos, para que as pessoas possam direccionar o seu comportamento no sentido de evitar essa lesão. Só assim a norma incriminadora poderá cumprir a sua função preventiva de determinação das condutas. O Direito Penal não pode intervir in dubio contra libertatem, convertendo em regra o que não

⁴⁹⁷ Cf. LEITE, André Lamas; BARROSO, Ricardo - Crime sexual. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.ª ed. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 132–133.

pode passar de uma excecional antecipação da tutela, sempre justificada no plano empírico.

Essa perversão pode, na verdade, ser o efeito contraproducente de uma procura da legalidade e da imparcialidade na Administração Pública, levada a cabo de forma excessivamente ideológica e sem fundamentação empírica.”

1.1 O Código Penal em 1919

No Código Penal, aprovado pelo Decreto de 16 de setembro de 1886 (*Código Penal Português*, 1919), doravante designado apenas por CP de 1886, os crimes de natureza sexual perpetrados contra menores estavam previstos no Capítulo IV, sob a epígrafe “Dos crimes contra a honestidade”, do Título IV “Dos crimes contra as pessoas”. De salientar que a parte especial do código iniciava-se com aos “Crimes contra a religião do reino e cometidos por abuso de funções religiosas”, seguido dos “Crimes contra a segurança do Estado” e dos “Crimes contra a ordem e tranquilidade pública. Com forte pendor moralista, relacionado com o pudor coletivo, pelo que os bem jurídicos aqui considerados seriam de natureza supra-individual.

A Secção II integrava os crimes “Atentado ao pudor, Estupro Voluntário e Violação”. Verificava-se, na generalidade, agravamento de penas, quando a vítima era menor de idade e atendendo à variedade de crimes de natureza sexuais possíveis, a proteção incidia sobre menores de 12 anos de idade (Atentado ao pudor e Violação) e entre 12 a 18 anos (Estupro). Constatava-se igualmente o agravamento de penas, embora não determinado objetivamente em que medida, quando o agente do crime detinha relação de autoridade, relação familiar ou doméstico sobre a vítima ou transmitisse àquela doença sífilítica ou venérea.

A título exemplificativo, o “Atentado ao pudor” integrava o agravamento da ação, mesmo que fosse cometida sem recurso a violência, quando a vítima fosse menor de 12 anos de idade.

O artigo correspondente ao “Lenocínio” compreendia a penalização de tutor, encarregado de educação, de direção ou guarda de menor de 21 anos de idade, ao qual também correspondia a pena acessória de suspensão do direito, por 12 anos, de exercer atividades relacionadas com responsabilidades sobre menores. Outro artigo que incriminava agentes que agiam sobre 21 anos de idade era o da corrupção de menores (art.º 406.º).

As penas de prisão relativas a estes crimes contra menores estavam compreendidas entre os 2 a 8 anos (para Estupro), 4 anos de prisão (seguida de 8 anos de degredo ou, em alternativa, pena fixa de degredo por 15 anos, para o crime de Violação) e até 2 anos (para o crime de Lenocínio).

No que correspondia ao direito de queixa (art.º 399.º) a mesma era requerida à própria vítima, pais, avós, marido, irmãos, tutores ou curadores, exceto se a vítima fosse menor de 12 anos de idade.

Abaixo, apresenta-se a *Tabela I* com algumas das tipificações à data, de crimes de natureza sexual.

Código Penal de 1886 Capítulo IV – “Dos crimes contra a honestidade” Secção II – Atentado ao Pudor, Estupro Voluntário e Violação				
Art.º	Epígrafe	Ação	Idade	Pena
391.º	Não tem	Atentado ao pudor, mesmo sem violência, para “satisfazer paixões lascivas” ou qualquer outro motivo	<12	Prisão correccional
392.º	Não tem	Estupro: Sedução de mulher virgem	>12 <18	2 a 8 anos, ou em alternativa, degredo temporário
394.º	Não tem	Violação, mesmo sem violência, contra a sua vontade, intimidação ou fraude	<12	4 Anos de prisão, seguida de 8 anos de degredo ou, em alternativa, pena fixa de degredo por 15 anos
396.º	Não tem	Agravação do estupro se for com rapto de menor virgem	>12 <18	Agravação da pena por estupro

Tabela I – Algumas tipificações de crimes sexuais no Código Penal de 1886.

1.2 O Código Penal em 1960

O CP em 1960 (Faveiro e Araújo, 1960)⁴⁹⁸ fez permanecer os artigos relacionados com os crimes sexuais no IV capítulo, sob a epígrafe “Dos crimes contra a honestidade”, mantendo-se, na generalidade, as epígrafes dos artigos que criminalizavam os atos sexuais contra menores.

Subsistiam os termos relacionados com a moral e bons costumes da sociedade portuguesa, com utilização dos termos “virgindade”, “desfloramento”, “pudor”, “fim desonesto”, considerando a “(...) importância moral e social da virgindade (...)”, a punição de facto que vitima rapariga cujas atitudes “(...) levam a tê-la como não respeitadora das normas sociais e de pudor e moral, porque um tal proceder é anormalidade que a lei prevê e condena evitando que dela se abuse” (Faveiro e

⁴⁹⁸ FAVEIRO, Vítor António Duarte; ARAÚJO, Laurentino Da Silva - **Código Penal Português - Anotado**. 3.ª ed. Coimbra.

Araújo, 1960)⁴⁹⁹. Era evidente a desigualdade entre sexos na condenação das condutas, como por exemplo, no adultério, sendo que ao homem casado somente era condenado, em multa, se tivesse “manceba teúda e manteúda na casa conjugal” (art.º 404.º), quanto a mulher adúltera seria punida com pena de prisão maior de 2 a 8 anos (art.º 401.º).

O art.º 391.º, sob a epígrafe “Atentado ao pudor”, aumentou a idade da vítima para 16 anos. Vislumbrava-se agravamento da moldura penal do crime de “Violação de menores de 12 anos” (art.º 394.º), fixado entre os 8 e 12 anos de prisão.

Permaneceu também, à semelhança de todos os códigos e respetivas alterações subsequentes, a agravação da pena, em razão da relação do agente para com a vítima, porque pressupõe o aproveitamento dessa relação para o agente perpetrar o ilícito penal, assim como a transmissão de doença, à altura, sífilítica ou venérea (art.º 398.º).

No que concerne ao direito de queixa, manteve os mesmos moldes que no CP de 1886, inclusive a idade (12 anos), ressaltando ainda a desnecessidade de queixa quando os crimes fossem cometidos com recurso a violência, cuja acusação não dependesse da denúncia ou da acusação da parte ou que a vítima fosse “pessoa miserável ou achando-se a cargo de estabelecimento de beneficência” (art.º 399.º). A ênfase assentava na vulnerabilidade acrescida da vítima e uma vez iniciado o procedimento criminal não seria sustado por perdão ou desistência. A maioridade era atingida aos 21 anos de idade.

Consultado o CP de 1972 (Patacas, 1972)⁵⁰⁰ constatamos a manutenção dos crimes de natureza sexual sob a epígrafe “Dos crimes contra a honestidade” no IV capítulo, assim como as disposições mencionadas no CP em 1960.

⁴⁹⁹ Sobre a moral sexual das sociedades judaico-cristãs, ressalva Karl Prelhaz Natscheradetz (*op. cit.*, 1985, p. 80): “(...) atribuir à sexualidade uma significação profundamente negativa e associar-lhe sentimentos de vergonha e, eventualmente, de culpabilidade. O cristianismo herdou o tabu anti-sexual da religião judaica, sendo a virgindade e a castidade no celibato, ou a procriação no casamento, uma das únicas possibilidades de expressão sexual propostas pela doutrina cristã. (...) A classificação pela doutrina católica dos comportamentos sexuais humanos em «naturais» e «contra natura», o seu desprezo, mas simultaneamente o seu pavor, pela sexualidade e a sensualidade, condenadas como pecados da carne, demonstram o relevo negativo dado pela Igreja à sexualidade humana. Por outro lado, a valorização do matrimónio como prevenção para a incontinência, e a sua santificação como sacramento, demonstram a acentuação dos interesses da sociedade na regulamentação do comportamento sexual”.

⁵⁰⁰ Cf. PATACAS, António - **Código Penal e Código de Processo Penal: atualizados**. Lisboa: Livraria Petrony, 1972

Abaixo, representamos em forma de tabela alguns dos crimes tipificados nesta data (Tabela II).

Código Penal em 1960 Cápítulo IV – “Dos crimes contra a honestidade” Secção II – Atentado ao Pudor, Estupro Voluntário e Violação				
Art.º	Epígrafe	Ação	Idade	Pena
391.º	§ único	Atentado ao pudor, mesmo sem violência, “satisfazer paixões lascivas” ou qualquer outromotivo	<16	Prisão
392.º	Não tem	Estupro de mulher virgem, por meio de sedução	>12 <18	Pena de prisão maior de 2 a 8 anos
394.º	Não tem	Violação, independentemente das circunstâncias	<12	Pena de prisão maior de 8 a 12 anos
395.º, § 1.º	Não tem	Rapto de qualquer mulher com fim desonesto;	< 12	a) Prisão
		a) Se menor de 12 anos considera-se sempre como violento		b) Punido como circunstância agravante dos crimes consumados de estupro ou violação
		b) Se consumado estupro ou violação, o rapto é circunstância agravante daqueles		
396.º	Não tem	Rapto consensual de mulher virgem. Agrava a pena do estupro	>12 <18	Agrava pena do estupro; Se o estupro não se consumar, seria punido por rapto por sedução com prisão até 1 ano.
398.º	Não tem	Agravação dos crimes sexuais em razão do relacionamento entre a vítima e o agente (familiar, doméstico, autoridade sobre a ofendida e doença sífilítica ou venérea)		Penas substituídas pelas imediatamente superiores

Tabela II - Algumas das tipificações de crimes sexuais no Código Penal de 1960.

1.3 O Código Penal em 1982

Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro⁵⁰¹, cuja fonte foram os projetos titulados pelo Professor Eduardo Correia, elaborados em 1963 e 1966, só em 1982 ocorreram importantes alterações no panorama da legislação penal portuguesa. Neste mesmo dia foram também publicados os seguintes diplomas: o que alterou o Código de Processo Penal, legislação complementar e estabelece o regime de execução das penas e medidas de segurança⁵⁰², e o que estabeleceu o regime aplicável em matéria penal aos jovens com idade compreendida entre os 16 e os 21 anos⁵⁰³.

O CP de 1982 procedeu a consideráveis alterações no âmbito dos crimes de natureza sexual, desde logo alterando o posicionamento dos mesmos na parte especial do CP: passaram a integrar o capítulo primeiro, sob a epígrafe “Dos crimes contra os fundamentos ético-sociais da vida social”. O autor dos projetos terá acentuado a necessidade de “ (...) o Código Penal ser especialmente parcimonioso nas suas intervenções na vida íntima das pessoas. Esta só deverá cair nas malhas da lei quando as suas manifestações adquirirem uma significativa relevância social” (Araújo, 2005, p. 317). Recorde-se que a idade civil para a maioridade já era de 18 anos⁵⁰⁴.

O crime de “Violação” (art.º 201.º), por exemplo, quando cometido sobre menor de 12 anos de idade, era penalizado com pena de prisão compreendida entre os 2 a 10 anos.

⁵⁰¹ No âmbito da autorização da Assembleia da República, concedida por via da Lei n.º 24/82, de 23 de agosto.

⁵⁰² Cf. Decreto-Lei n.º 402/82, de 23 de setembro (no âmbito de autorização legislativa concedida pela Assembleia da República), onde consta no preâmbulo que visa estabelecer, entre outros, “ (...) um conjunto mínimo de normas que se reputam indispensáveis para viabilizar a entrada em vigor do Código Penal.”

⁵⁰³ Cf. o Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro, sob a autorização legislativa concedida pela Assembleia da República, por via da Lei n.º 24/82, de 23 de agosto.

⁵⁰⁴ Cf. art.º 122.º do Código Civil.

A título exemplificativo, o crime de “Estupro”, anteriormente penalizado quando cometido através de sedução de mulher virgem de 12 a 18 anos de idade, com pena de prisão balizada entre os 2 a 8 anos, passou a empregar linguagem diferenciada — “abusando da sua inexperiência ou mediante promessa séria de casamento” — alterando as idades das vítimas (entre 14 e 16 anos) com pena de prisão até 2 anos.

Permaneceu o agravamento de penas, em um terço, quando existia relação entre o agente e a vítima, assim como a introdução de novas circunstâncias agravantes, em metade da pena, nomeadamente, quando resultava gravidez, ofensa corporal grave, suicídio ou morte da vítima. Além da agravação, o agente condenado por alguns dos crimes de natureza sexual podia também sofrer, acessoriamente, suspensão do poder paternal.

Quanto à necessidade de queixa, manteve-se, na generalidade, os mesmos pressupostos do CP anterior, assim como a idade, ressaltando-se duas novidades, concretamente a desnecessidade de queixa se o agente fosse qualquer das pessoas com legitimidade para requerer o procedimento criminal e se dos atos descritos resultassem ofensa corporal grave, suicídio ou morte da vítima.

Reproduzimos abaixo alguns dos crimes sexuais tipificados no Código Penal de 1982.

CP de 1982, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/1982, de 23 de setembro				
Título III – “Dos crimes contra valores e interesses da vida em sociedade”				
Capítulo I – “Dos crimes contra os fundamentos ético-sociais da vida social”				
Secção II – “Dos crimes sexuais”				
Art.º	Epígrafe	Ação	Idade	Pena
201.º, n.º 2	Violação	1. (...) cópula com mulher... 2. Cópula ou ato análogo com menor, ou favorecer estes atos com terceiros, independentemente dos meios empregues	<12	2 a 8 anos
202.º	Violação de mulher inconsciente	Cópula com mulher inconsciente, incapaz de resistir fisicamente ou portadora de anomalia psíquica que lhe tire a capacidade para avaliar o sentido moral da cópula ou menor de...	<14	2 a 5 anos
204.º	Estupro	Cópula, abusando da sua inexperiência ou mediante promessa séria de casamento	>14 <16	Até 2 anos
205.º, n.º 2	Atentado ao pudor com violência	Atentado ao pudor, independentemente dos meios utilizados	<14	Até 3 anos
206.º, n.º 2	Atentado ao pudor com pessoa inconsciente	Atentado ao pudor, independentemente dos meios utilizados	<16	Até 1 ano
207.º	Homossexualidade com menores	Pessoa maior “desencaminhar” menor do mesmo sexo, “para a prática de ato contrário ao pudor”, consigo ou com outrem do mesmo sexo	<16	Até 3 anos

Tabela III - Algumas tipificações de crimes sexuais no Código Penal de 1982.

1.4 O Código Penal em 1995

Em 1995 ocorreu nova alteração do CP, por via do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março (Governo de Portugal, 1995) (Governo de Portugal, 1995) (Governo de Portugal, 1995) (Governo de Portugal, 1995). O próprio diploma, no respetivo

preâmbulo, admite que a revisão comportou a “neocriminalização” de condutas, resultante de “ (...) quer da revelação de novos bens jurídico-penais ou de novas modalidade de agressão ou perigo, quer de compromissos internacionais assumidos ou em vias de o serem por Portugal”.

Os crimes sexuais passaram a integrar o “Título I – Dos crimes contra as pessoas” e, até esta mudança do título e a sua primazia na ordem dos crimes, na parte especial do CP, são indicadoras da importância atribuída à proteção da pessoa humana. Sob a mesma perspetiva, justifica o preâmbulo do diploma a “(...) necessidade de corrigir o desequilíbrio entre as penas previstas para os crimes contra as pessoas e os crimes contra o património, propondo-se uma substancial agravação para os primeiros”.

Especial atenção foi dedicada à proteção dos menores de 14 anos, em matéria sexual, pelo que o crime praticado contra menores desta idade seria sempre punido mais severamente do que o mesmo crime praticado contra adulto, atendendo ao desvalor da conduta e à vulnerabilidade da vítima.

As substanciais alterações ao enquadramento dos crimes sexuais contra menores, nomeadamente “ erradicando do direito criminal todo o dogmatismo moral, ficando no âmbito dele somente condutas sexuais que ofendam bens jurídicos fundamentais das pessoas no que concerne à sua livre expressão do sexo” (Gonçalves, 1999, p. 548)⁵⁰⁵, poderão ser mais um sintoma das mudanças de mentalidade operadas que se repercutiram no âmbito penal. Nas palavras de Teresa Beleza (1996, p. 159) “ (...) o pecado — como sombra da censura social suportando padrões morais de comportamento — cedeu o passo à preservação da liberdade individual”⁵⁰⁶, evidenciando-se, conforme realça Maria do Carmo da Silva Dias (2008, p. 22 ss), um reforço “progressivo, tolerante e pluralista” do cariz liberal do direito penal contemporâneo. Da tradicional moral sexual, vincadamente influenciada pela moral cristã, assistiu-se hodiernamente a uma transformação

⁵⁰⁵ Vide GONÇALVES, Manuel Maia - **Código Penal português: Anotado e comentado e legislação complementar**. 13.^a ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1999. ISBN 972-40-1229-8.

⁵⁰⁶ Ressalva Karl Prehaz Natscheradetz (*op. cit.*, 1985, p. 58), para se distanciar de um “conceção individualista da pessoa” que “(...) o relevo conferido à liberdade individual não se destina de modo algum a fazer esquecer que o homem é, além de ser individual, também um ser social”.

gradual da forma de se pensar a sexualidade humana, impulsionada por acontecimentos como o desenvolvimento do movimento feminista, a invenção da contraceção por via da pílula, um melhor conhecimento da sexualidade humana trazido por Freud, entre outras mudanças que contribuíram para o desmoronar gradual dos tabus e preconceitos (Natscheradetz, 1985, p. 81-83).

Desta forma, também a positivação legal da proteção de bens jurídicos, antes de natureza supra-individual, deram lugar à proteção do ofendido, “(...) dúvidas não existindo que o bem jurídico assume uma natureza em exclusivo individual” (Leite, 2016, p. 62), no que Natscheradetz (1985, p. 84) apelida de “privatização do sexo”, considerando observar-se “(...) uma cada vez maior tolerância para com as diversas opções adotadas pelas pessoas no domínio das condutas sexuais”, facto que se veio a refletir nas reformas do direito penal dito sexual. De facto, este autor, na sua obra datada de 1985, isto é, dez anos antes da alteração penal sexual de 1995, critica a estreiteza da conceção da normalidade sexual, quando afirma que “permitir o exercício da liberdade sexual dentro de parâmetros mais ou menos estreitos, fixados antecipadamente pelas instâncias sociais, que refletem uma determinada conceção acerca do conteúdo da sexualidade, entre outras legitimamente possíveis, sob a capa da proteção dos bons costumes, da corrupção sexual ou da decadência social, supõe precisamente a incapacidade para conceber uma sociedade pluralista e tolerante em que coexistem diferentes comportamentos, atitudes e valorações face à sexualidade, bem como uma profunda desconfiança pelo cidadão adulto enquanto ser crítico e responsável, e por uma ordem social baseada na liberdade e autonomia dos cidadãos” (Natscheradetz, 1985, p. 144-145).

Quanto à organização na parte especial, os crimes sexuais passaram para o Capítulo V sob a epígrafe “Dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”, subdividida em três secções, a primeira dedicada aos “Crimes contra a liberdade sexual”, a segunda dedicada aos “Crimes contra a autodeterminação sexual” e a terceira estipula as disposições comuns. A primeira visa a proteção da liberdade de todas as pessoas, enquanto a segunda secção visa a proteção especial dos menores. Esta configuração subsiste até ao presente.

Na perspetiva de Maia Gonçalves (1999, p. 548), “a revisão do Código, como já foi acentuado, *máxime* através da nova inserção sistemática e acompanhando as mais recentes evoluções do direito comparado, deixou bem expresso que o bem jurídico aqui em causa é a liberdade e autodeterminação sexual, o direito de cada um, quando adulto e capaz, ter a livre disposição do seu sexo. Não se criminalizam atitudes meramente imorais que não ofendem bens jurídicos fundamentais da comunidade”.

É o indivíduo que tem o direito de dispor da sua sexualidade, autonomamente e este exercício de liberdade sexual individual “(...) apenas é limitado quando colide com «*direito de idêntico conteúdo*» de outro indivíduo” (Dias, 2008, p.221). No mesmo sentido se pronuncia Natscheradetz (1985, p. 56) quando refere que os “cidadãos adultos devem ser considerados como pessoas auto-responsáveis e livres para desenvolverem as suas potencialidades humanas na direção que entenderem”.

Passam a ser concebidas a liberdade e a autodeterminação sexual como vetores de “(...) liberdades e direitos fundamenais constitucionalmente reconhecidos, que se fundam no valor supremo da dignidade humana” (Dias, 2008, p. 220). Contudo, a liberdade de decidir, cerceada no caso de menores ou pessoas com limitada capacidade de autodeterminação sexual, é protegida pelo legislador, por considerar que os crimes sexuais colocam em perigo o seu livre desenvolvimento e que o mesmo não deve ser “(...) excessivamente condicionado ou traumatizado por experiências demasiado precoces” (Beleza, 1996, p. 169), pois devem ter “ (...) liberdade para crescer na relativa inocência até se atingir a idade da razão para aí se poder exercer plenamente aquela liberdade” (Beleza, 1998, “Revisão...”, p. 111). Para André Lamas Leite (2016, p. 62) “apenas e tão-só quando os «atos sexuais de relevo» são cometidos com menores ou inexistente consentimento ou acordo, deve a tutela penal ser acionada”.

Sublinha-se a distinção entre o propósito da criminalização da secção “Crimes contra a liberdade sexual” e da secção “Crimes contra a autodeterminação sexual”: enquanto na primeira, visa a proteção da liberdade e autodeterminação sexual de

todas as pessoas, sendo irrelevante a sua idade, a segunda secção visa a proteção contra condutas que, ou não seriam crime se praticadas consentaneamente entre adultos, ou seriam, mas penalizadas menos gravosamente, tratando-se de uma extensão de proteção a favor dos menores de idade, tendo em conta a sua imaturidade e inexperiência⁵⁰⁷.

Entendeu o legislador esta divergência nas aludidas secções, atribuindo maior proteção em função da menoridade da vítima, encontrando-se a menoridade distinta em escalões, atendendo à crescente maturidade dos indivíduos⁵⁰⁸. Os crimes contra a autodeterminação sexual do menor compreendem a idade da vítima como elemento do tipo legal de crime.

Na mesma esteira argumenta Maria do Carmo Silva Dias (2008, pp. 222–223), alegando que o bem jurídico protegido por ambas as secções é o mesmo — a liberdade e/ou a autodeterminação sexual — independentemente das duas secções já referidas, contrariamente ao que se poderia aduzir em resultado desta divisão.

É nesta revisão do CP que se criminaliza a utilização de menor em pornografia, pela primeira vez na legislação nacional, concretamente:

- a) Conforme disposto no n.º 3, al. b) do art.º 172.º - “Abuso sexual de crianças” — foi criminalizada a utilização de menor de 14 anos em fotografia, filme ou gravação pornográficos. A pena de prisão prevista ascendia a 3 anos e o n.º 4 do mesmo artigo agravava a pena, compreendida entre os 6 meses e os 5 anos, se os factos descritos fossem praticados com intenção lucrativa;
- b) Conforme disposto no n.º 2 do art.º 173.º — “Abuso sexual de adolescentes e dependentes”, n.º 2, quem praticasse os mesmos atos descritos no n.º 3 do

⁵⁰⁷ Neste sentido Ângela Pinto (*op. cit.*, 2016, p. 109), afirmando que “é verdade que também os menores podem ser vítimas de crimes contra a liberdade sexual. Porém, a criminalidade sexual contra menores caracteriza-se essencialmente pelo contexto do aproveitamento da inocência, inexperiência e imaturidade da vítima, não sendo necessário ao agente recorrer à violência ou a outros constrangimentos para concretizar as suas intenções”.

⁵⁰⁸ No mesmo sentido, Dias, *op. cit.*, 2008, p.222.

art.º 172.º sobre menor com idade compreendida entre os 14 e 16 anos (na situação de ter sido confiado ao agente para educação ou assistência) ou entre os 16 e 18 anos (na situação de ter sido confiado ao agente para educação ou assistência, com abuso da função por este exercida ou da posição detida), a pena de prisão prevista era de 1 ano. Ocorria igualmente agravamento quando tais factos eram praticados com intenção lucrativa (n.º 3 do art.º 173.º), com a pena de prisão a ascender até 3 anos.

Mouraz Lopes e Milheiro (2015, p. 191) consideram que “(...) a natureza «pornográfica» dos atos referidos abrange menores em atividades sexuais, exibindo órgãos sexuais, ou em pose, posturas ou comportamentos suscetíveis de causar estímulo, excitação ou impulso sexual”. Maria Fernandes (2014, p. 70) ressalva que o conceito de pornografia varia de acordo com o momento, local, gostos e regras sociais das comunidades, ao que podemos acrescentar agora, que o conceito possui a fluidez própria da mutação social, tal como o Direito. No entanto, o novo articulado penal de 1995, não fornecia nem fornece, à data da redação deste trabalho, definição de pornografia de menores.

No que respeita aos referidos artigos penalizadores da pornografia, também sofriam agravação de um terço, nos limites mínimo e máximo, caso o relacionamento entre o agente e a vítima se revestisse de um leque mais extenso de características do que no CP anterior; fosse portador de doenças sexualmente transmissíveis ou; ainda, agravamento em metade dos limites das penas, caso resultasse gravidez, ofensa à integridade física grave, transmissão de vírus do Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, suicídio ou morte. Isto, para além de penalização acessória relativa ao exercício do poder paternal.

Em regra, o procedimento criminal dependia de queixa (art.º 175.º) salvo se resultasse suicídio ou morte da vítima. Além dessa ressalva, há também que destacar que, caso a vítima fosse menor de 12 anos, podia o “(...) Ministério Público dar início ao processo se especiais razões de interesse público o impuserem”.

Relativamente à queixa, Leal-Henriques e Simas Santos (1996, p. 312) ponderaram que “a necessidade de resguardo da vida privada e íntima de cada um volve-se, assim, em princípio mais importante do que o que preside ao poder punitivo do Estado, colocando-se na disponibilidade do ofendido a decisão de proceder ou não criminalmente contra o agente do delito. O Estado reserva-se o direito de agir apenas em situações particularmente graves, que o legislador entendeu não deverem confiar-se ao arbítrio particular”.

Mais uma vez, apresentamos abaixo uma tabela que sintetiza alguns dos crimes sexuais tipificados no Código Penal de 1995.

CP 1982, alterado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março				
Título I – “Dos crimes contra as pessoas”				
Capítulo V – “Dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”				
Secção II – Crimes contra a autodeterminação sexual				
Art.º	Epígrafe	Ação	Idade	Pena
172.º	Abuso sexual de crianças	1. Praticar ato sexual de relevo com ou em (...), ou o levar a praticá-lo consigo ou com outra pessoa	1. < 14	1. 1 a 8 anos
		2. Cópula ou coito anal	2. < 14	2. 3 a 10 anos
		3. a) Praticar ato de caráter exibicionista; ou	3. < 14	3. Até 3 anos
		b) Atuar sobre menor (...), por meio de conversa obscena ou de escrito, espetáculo ou objeto pornográficos, ou o utilizar em fotografia, filme ou gravação pornográficos		4. De 6 meses a 5 anos
		4. Praticar os actos descritos no número anterior com intenção lucrativa		
173.º	Abuso sexual de adolescentes e dependentes	1. Praticar ou levar a praticar os atos descritos nos n.os 1 ou 2 do art.º 172.º, relativamente a: a) menor que lhe tenha sido confiado para educação ou assistência; b) menor confiado para educação ou assistência, com abuso da função ou da posição que detém	1.a)>14 <16	1. 1 a 8 anos
		2. Praticar ato descrito nas alíneas do n.º 3 do art.º 172.º, relativamente a menores nas condições do n.º anterior	1.b)>16 <18	2. Até 1 ano
		3. Praticar ou levar a praticar os atos descritos no n.º anterior, com intenção lucrativa	2.>14 <18	3. Até 3 anos
174.º	Estupro	Cópula, abusando da sua inexperiência	>14 <16	Até 2 anos ou pena de multa até 240 dias
175.º	Atos homossexuais com menores	Sendo maior, praticar atos homossexuais de relevo com menor, ou levar a que eles sejam por este praticados com outrem	>14<16	Até 2 anos ou pena de multa até 240 dias
177.º	Agravação	1. Relação de família e análogo; autoridade (curatela ou tutela); relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho e o crime for praticado com aproveitamento desta relação (inclui art.ºs 172.º e 173.º)		1. Agravamento de 1/3
		2. Portador de DST, nomeadamente de doença venérea ou sífilítica (inclui art.ºs 172.º e 173.º)		2. Agravamento de 1/3
		3. Se resultar gravidez, ofensas à integridade física grave, transmissão do SIDA, suicídio ou morte da vítima (inclui art.ºs 172.º e 173.º)		3. Agravamento de ½
		4. (...)		
		5. (...)		

Tabela IV - Algumas das tipificações e respetiva agravação de crimes sexuais no Código Penal em 1995.

1.5 A Lei n.º 65/98, de 2 de setembro

Como consequência da introdução da Lei n.º 65/98, de 2 de setembro foi reforçada a perspetiva punidora dos crimes sexuais na legislação nacional e a criminalização da pornografia de menores de 14 anos sofreu extensão, passando a incluir a exibição ou cedência destes materiais, com pena de prisão até 3 anos.

Como vemos, a “utilização” do menor de 14 em fotografia, filme ou gravação pornográfica permaneceu com a pena de prisão até 3 anos, tendo sido aditada a penalização da utilização deste material, quando exibido ou cedido, a qualquer título ou por qualquer meio. Na mesma esteira, o art.º 173.º, passou a ter a epígrafe “Abuso sexual de menores dependentes” e eliminou o requisito “com abuso da função que exerce ou da posição que detém”, o que uniformizou o articulado para menores entre os 14 e 18 anos. Manteve-se o agravamento mediante a intenção lucrativa do agente.

No que se refere ao impulso processual, o mesmo permaneceu dependente de queixa, salvo se resultasse suicídio ou morte da vítima. Procedeu também a alteração na condicionante do impulso processual do Ministério Público, o qual podia “(...) se o interesse da vítima o impuser”, desde que fosse menor de 16 anos (n.º 2 do art.º 178.º) persistindo a possibilidade de a pessoa ofendida, ou a quem pudesse exercer o direito de queixa por ela, “ (...) a escolha entre a perseguição do crime, com a consequente publicidade ou mesmo escândalo que em regra lhe está ligado, e o esquecimento e recato perante a afronta recebida” (Gonçalves, 1999, p. 582). Também Gonçalves⁵⁰⁹ considerou que em menores até à idade de 14 anos, o legislador ponderou o prejuízo para o seu “(...) saudável desenvolvimento fisiológico ou psíquico com a prática dos referidos atos e não têm ainda a capacidade e o discernimento necessários para uma livre e esclarecida decisão no que concerne ao relacionamento sexual. Trata-se de um crime de perigo

⁵⁰⁹ Cf. Maia Gonçalves (*op. cit.*, 1999, p. 572).

abstrato⁵¹⁰, pelo que pode verificar-se mesmo que não haja lugar a perigo concreto para o correto desenvolvimento fisiológico ou psíquico do menor”.

Divergente desta conceção, Inês Ferreira Leite (2004, p. 71), considera que a utilização de menor para a produção de material pornográfico é um crime de dano e de resultado, por ocorrer a “(...) lesão efetiva do bem jurídico autodeterminação sexual do menor”. Por outro lado, a exibição, cedência ou detenção destes materiais já consubstanciam, no entendimento de Inês Leite, um crime de perigo abstrato, sem lesão efetiva do bem jurídico mas criador de risco⁵¹¹ para a generalidade dos menores (2004, p. 72).

Apresenta-se abaixo uma tabela que sintetiza alguns dos crimes sexuais tipificados no Código Penal, em resultado da alteração legislativa de 1998.

⁵¹⁰ Sobre o perigo abstrato, veja-se Albergaria e Lima (*op. cit.*, 2010, p. 197) “Por sobre o citado problema do bem jurídico protegido, intersectando-se com ele e ambos se codeterminando, está, é bom de ver, o da forma de tutela, não raro antecipada, no sentido de não se exigir, para o desencadear do efeito punitivo, a colocação em perigo efectivo, concreto, do bem jurídico protegido e muito menos o dano dele. Essa forma de protecção antecipada coloca, como se sabe, variadas reservas aos que querem manter a ordem penal essencialmente como uma ordem de liberdade”. Veja-se também o Acórdão do STJ, de 27/05/2010 (Proc.º 474/09.4PSLSB.L1.S1) que refere que “Os crimes de perigo abstracto são crimes de mera actividade, em que esta traduz uma perigosidade geral de acção típica para determinados bens jurídicos; o perigo não pertence ao tipo, como no perigo concreto, mas o comportamento correspondente é tipicamente próprio da produção de um perigo concreto.(...) XV - Nos crimes de perigo abstracto o perigo constitui o motivo da proibição, em função da perigosidade típica para um bem jurídico ou para uma série de bens jurídicos, independentemente de ser criado um perigo efectivo para o bem jurídico”. Diferencia-se o crime concreto do abstrato “(...) ao referir um perigo sucedido (real) de lesão, devendo ser confirmado, já no perigo abstrato (presumido) a ação perigosa, por isso é considerada ilícita independentemente de qualquer risco efetivo que esta possa causar” (Carvalho, T., 2014, p. 91).

⁵¹¹ Sobre a noção de perigo e risco (Manita, 2016, p. 354): “As noções de perigo e de risco estão tão interligadas que são, frequentemente, confundidas. Elas não representam, contudo, as mesmas circunstâncias, na medida em que o risco remete para a probabilidade (dinâmica, evolutiva, potencialmente controlável) de ocorrência de um evento, enquanto o perigo corresponde à iminência dessa ocorrência, ou seja, ao momento em que o risco deixa de ser uma probabilidade e passa a ser possibilidade ou se manifesta efetivamente, causando dano”. *Vide* Manita, C. (2016). Perigo. In *Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade* (1.ª, pp. 354–356). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

CP em 1998, alterado pela Lei n.º 65/1998, de 2 de setembro				
Art.º	Epígrafe	Ação	Idade	Pena
172.º	Abuso sexual de crianças	(...)	(...)	
		2. Cópula, coito anal ou coito oral	2.< 14	2. 3 a 10 anos
		3. a) ...		
		b) Atuar (...), por meio de conversa obscena ou de escrito, espetáculo ou objeto pornográficos;	3.b) <14	3. Até 3 anos
		c) Utilizar (...) em fotografia, filme ou gravação pornográficos; ou	3.c) <14	
		d) Exibir ou ceder a qualquer título ou por qualquer meio os materiais previstos na alínea anterior		
173.º	Abuso sexual de menores dependentes	(...)	(...)	(...)
		2. Praticar acto descrito nas alíneas do n.º 3 do artigo 172.º, relativamente a menor compreendido no número anterior deste artigo e nas condições aí descritas [confiado para educação ou assistência]	2. >14 e <18	2. Até 1 ano

Tabela V - Algumas tipificações de crimes sexuais no Código Penal em 1998, com enfoque sobre as condutas que envolvem pornografia de menores.

1.6 A Lei n.º 99/2001, de 25 de agosto

A Lei n.º 99/2001, de 25 de agosto, correspondendo à nona alteração ao Código Penal, introduziu mais uma alteração ao art.º 172.º, relativamente ao “Abuso sexual de crianças”, mormente se mantenha, na generalidade, o teor do articulado. Introduziu uma condição penalizadora, plasmada na al. e) no n.º 3, com o seguinte texto: “Detiver materiais previstos na al. c) [fotografia, filme ou gravações pornográficos], com o propósito de os exibir ou ceder”.

Corresponde ao Projeto de Lei n.º 408/VIII, da responsabilidade do CDS-PP, em cuja exposição de motivos alega pretender resolver a “ambiguidade legal” de criminalizar quem cede e não criminalizar diretamente quem aceita ou compra, argumentando-se que o desvalor das condutas é semelhante. Ademais, de acordo com o argumentado, a criminalização da mera posse impunha-se como dissuasora da prática de, na posse de alguém, esse vir a exibir ou ceder os materiais em

causa⁵¹². A par da neocriminalização da conduta de detenção, com o propósito de exibir ou ceder referido material pornográfico, também é agravada a moldura penal nas condutas relativas à intenção lucrativa⁵¹³, de pena de prisão até 3 anos na alteração legislativa anterior, para pena de prisão de 6 meses a 5 anos, nesta alteração do articulado de 2001.

Esta alteração vai ao encontro do preconizado pela Ação Comum 97/154/JAI, de 24 de fevereiro de 1997, onde considera “exploração sexual de uma criança” também a conduta de “exploração de uma criança em atividades e materiais pornográficos, incluindo a produção, venda e distribuição ou outras formas de tráfico de materiais desse tipo, bem como a sua posse.”

No entendimento de Mouraz Lopes (2002, p. 84-85) a Lei n.º 99/2001, de 25 de agosto que veio punir a detenção de materiais pedopornográficos com o propósito de os exibir ou ceder, é mais um “ (...) sintoma de neocriminalização no âmbito dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual pretendendo-se essencialmente atacar a utilização de crianças nos circuitos cinematográficos (e videográficos) de cariz pornográfico⁵¹⁴, criminalizando a difusão dessas imagens num circuito pedófilo cuja extensão começa a ser conhecida”, visando “ (....) desmotivar os próprios consumidores de pornografia de índole pedófila.”

Quanto ao impulso do procedimento criminal, mantém-se a necessidade de queixa, com as exceções em virtude do resultado (suicídio ou morte da vítima), da idade

⁵¹² Cf. Exposição de motivos do “Projeto de Lei n.º 408/VII altera o art.º 172.º do Código Penal, criminalizando a conduta de quem for encontrado na posse de fotografias, filmes ou gravações pornográficas envolvendo menores de 14 anos”, disponível em: <https://tinyurl.com/y788vxfu> (acedido em 2016-08-10).

⁵¹³ Cf. art.º 172.º – “Abuso sexual de crianças”

1.-

2.- ...

3.- Quem:

a) Praticar ato de carácter exibicionista perante menor de 14 anos; ou

b) Atuar sobre menor de 14 anos, por meio de conversa obscena ou de escrito, espetáculo ou objeto pornográficos;

c) Utilizar menor de 14 anos em fotografia, filme ou gravação pornográficos;

d) Exibir ou ceder a qualquer título ou por qualquer meio os materiais previstos na alínea anterior; ...

⁵¹⁴ Cf. referido por Rodrigues (*op. cit.*, 2011, p. 274), as redes criminosas de pornografia de menores são organizações internacionais, cuja atividade criminosa compreende um conjunto variado de crimes, como maus-tratos, tráfico de pessoas, lenocínio, escravatura e abuso sexual, condutas que se traduzem em concurso de crimes.

da vítima (14 anos) e da qualidade do agente (todos mencionados no n.º1 do art.º 178.º, sendo os dois últimos cumulativos). Contudo, acrescenta no n.º 2, relativamente à versão anterior, que no crime praticado contra menor de 14 anos por agente com legitimidade e relação com o mesmo (poder paternal, tutela ou curatela ou tiver a seu cargo), “ (...) pode o Ministério Público decidir-se pela suspensão provisória do processo, tendo em conta o interesse da vítima, ponderado com o auxílio de relatório social”. O n.º 3 do articulado dispõe em que termos se processa. O n.º 4 do artigo persiste em determinar que o MP pode dar início ao procedimento se o interesse da vítima o impuser, desde que seja menor de 16 anos de idade.

No que concerne à acrescida punição da intenção lucrativa da exploração sexual dos menores, em 2002, por via da Lei n.º 10/2002, de 11 de fevereiro (art.º 2.º), veio a mesma ser cominada no âmbito do aperfeiçoamento das disposições legais destinadas a prevenir e punir o branqueamento de capitais provenientes de atividades criminosas⁵¹⁵. Nesta ocasião, foi-se consolidando o conhecimento de que a exploração sexual de crianças também se identificava com a criminalidade organizada e transnacional.

No que concerne à responsabilização dos prestadores de serviços da sociedade de informação⁵¹⁶ para a remoção de conteúdos ilícitos e para a prestação de informações relativas aos clientes solicitadas pelas autoridades competentes, é imprescindível que se aflore novamente o Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro⁵¹⁷, o qual decorreu da transposição para o ordenamento jurídico nacional *da Diretiva 2000/31/CE, de 8 de junho*. O grau de responsabilização varia de acordo com o envolvimento do prestador de serviços com os conteúdos transmitidos, mas centra-

⁵¹⁵ Vide Lei n.º 10/2002, de 11 de fevereiro, que alterou o Decreto-Lei n.º 325/1995, de 2 de dezembro.

⁵¹⁶ As atividades suscetíveis de serem qualificadas como serviços da sociedade da informação são as seguintes (p. 143-144): fornecimento de conteúdos (próprios ou alheios), fornecimento de acesso dos utilizadores à rede informática, fornecimento de serviços em geral (disponibilização de meios, fornecimento de espaço (páginas de Internet, *newsgroups*, *chat* ou salas de conversação, programas de tecnologia *peer-to-peer*, boletins eletrónicos ou *bulletin board systems*). Vide AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES - **Manual de comércio electrónico em Portugal - o quadro legal e o negócio**. Lisboa, Portugal: ANACOM, 2004.

⁵¹⁷ Cf. Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro - Comércio eletrónico no mercado interno e tratamento de dados pessoais.

se na culpa (Autoridade Nacional de Comunicações, 2004, p. 146). Decorre do articulado legal português a “ausência de um dever geral de vigilância dos intermediários de serviços” (Art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro), porquanto a mediação exime de responsabilidade pelos conteúdos e serviços alheios⁵¹⁸. Ana Paula Rodrigues (2011, p. 278), Procuradora-Adjunta do MP, à data do seu artigo doutrinal, por exemplo, preconiza a “responsabilização dos fornecedores de acesso à Internet quanto aos conteúdos disponibilizados nas suas redes” como uma das “medidas necessárias ao êxito da investigação”.

Desobrigados do dever ativo de vigilância, os prestadores intermediários de serviços possuem, contudo, deveres relativamente a infrações cometidas por terceiros com utilização dos seus serviços, para as quais é esperada reação imediata. O dever de reação é imposto pelo art.º 13.º do mesmo articulado, o qual consiste na informação às autoridades competentes quando tiver conhecimento de atividades ilícitas que ocorram por via dos serviços que prestam; de satisfazer os pedidos de identificação dos clientes com quem tenham acordos de armazenagem; de cumprir “prontamente” as determinações com vista à prevenção ou cessação de infração, nomeadamente na remoção ou impossibilitar a acesso a uma informação e de fornecer, quando solicitado, listas de titulares de sítios que alberguem. A inobservância destes preceitos pode ser alvo de coimas e a entidade que supervisiona e aplica o regime sancionatório é a ANACOM (art.º 37.º).

Seguidamente apresenta-se tabela ilustrativa da alteração penal que intitula a presente secção.

⁵¹⁸ Cf. p. 147 do “Manual de comércio eletrónico em Portugal – o quadro legal e o negócio” da ANACOM: “Relativamente ao desempenho das funções de fornecimento de acesso ou mesmo de disponibilização de um serviço como o de correio electrónico ou de qualquer outro meio de comunicação estritamente privada, não existirão grandes dúvidas em afastar a responsabilidade das operadoras que, na maioria dos casos, não têm, por imposição da técnica ou, neste último caso, pelo respeito devido ao segredo da correspondência privada, um verdadeiro contacto com o conteúdo da informação que possa justificar solução diversa” e “Ainda que se verifique, pelo menos em determinadas situações, uma efectiva possibilidade de controlo, por parte dos prestadores, dos conteúdos transmitidos, não tem sido defendida a existência de um dever activo de vigilância sobre a totalidade da informação transmitida, nem qualquer imposição de procura activa de factos ou circunstâncias que indiquem que actividades ilícitas ocorram mediante a utilização dos seus serviços”.

CP 1982, alterado pela Lei n.º 99/2001, de 25 de agosto				
Art.º	Epígrafe	Ação	Idade	Pena
172.º	Abuso sexual de crianças	(...)		(...)
		3.e) Detiver materiais previstos na alínea c) com o propósito de os exibir ou ceder...	3.e) < 14	3.e) Até 3 anos
		4. Quem praticar os atos descritos nas alíneas a), b), c) e d) do número anterior com intenção lucrativa		4. De 6 meses a 5 anos

Tabela VI - Alterações legislativas, no âmbito da pornografia de menores, concretizada pela Lei n.º 99/2001, de 25 de agosto.

1.7 A Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro

A revisão significativa seguinte correspondeu à aprovação da Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, com entrada em vigor em 15 de setembro do mesmo ano. Ressalva-se que, em 31 de agosto do mesmo ano foi publicada a Lei n.º 51/2007 que definia os “objetivos, prioridades e orientações de política criminal, para o biénio de 2007-2009⁵¹⁹, a qual determinou, entre outras, que os crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual constituíssem objetivos específicos da política criminal (art.º 2.º), crimes de prevenção e investigação prioritários (artigos 3.º e 4.º, respetivamente).

A Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro correspondeu à 23.^a alteração do CP de 1982, tendo as condutas relacionadas com pornografia de menores se autonomizado sob este epígrafe, corporizando-se no art.º 176.º do CP.

⁵¹⁹ Em cumprimento no disposto pela Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprovou a Lei-quadro da Política Criminal.

Na base desta lei está a Proposta de Lei n.º 98/X, com entrada na Assembleia da República em 12/10/2006, que tem por fonte os trabalhos da “Unidade de Missão para a Reforma Penal, criada em 29 de julho de 2005 por resolução do Conselho de Ministros, conforme consta da respetiva exposição de motivos⁵²⁰, ressaltando que várias das alterações propostas são suscitadas por obrigações comunitárias e internacionais. Tal facto é considerado lamentável por Maria do Carmo Dias (2008, p. 214-216), por se tratarem de alterações tardias, considerando que apenas foram ponderadas e discutidas quando já seriam incontornáveis, determinadas pelas obrigações internacionais. Pese embora esse défice, a autora aplaude “(...) o despertar do legislador nacional (ainda que sob o impulso do direito internacional) para as novas realidades e fenómenos com que a sociedade se vai confrontando, fruto até da própria evolução e da tão apelativa globalização, umas vezes com repercussões positivas e outras ainda negativas” (Dias, 2008, p. 216).

Para a consideração do concurso de crimes, veio esta alteração legislativa promover o esclarecimento sobre a aplicação do instituto do crime continuado, estabelecendo que este não se aplica a crimes praticados contra bens eminentemente pessoais, se estivessem em causa diferentes vítimas⁵²¹. Este entendimento veio a ser alterado em 2010⁵²², tendo sido definitivamente removida a exceção que residia na vítima, passando a ser considerado concurso de crimes, independentemente se fosse ou não a mesma vítima. Ficaria, portanto, excluído o enquadramento como crime continuado dos crimes de natureza sexual.

No que tange ao consentimento, alegando também a pretensão de se aproximar do preconizado pela UE, foi promovido o aumento do consentimento válido para os 16 anos, sobretudo nos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores. Contudo, no caso concreto do crime de pornografia de menores, aplica-se a maioridade civil.

⁵²⁰ Vide Proposta de Lei n.º 98/X, com entrada na Assembleia da República em 12/10/2006, Disponível no sítio da Assembleia da República, em: <https://tinyurl.com/yd4l92a8> (acedido em 2016-08-11).

⁵²¹ Cf. p. 6 da Exposição de motivos da Proposta de Lei n.º 98/X, com entrada na Assembleia da República em 12/10/2006.

⁵²² Pela Lei n.º 40/2010, de 3 de setembro.

No que respeita à prescrição do procedimento criminal, esta lei introduziu, no art.º 118.º — “Prazos de prescrição”, a possibilidade de o ofendido vítima de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual dar início ao procedimento criminal até perfazer 23 anos de idade, alegando-se na Exposição de motivos da proposta de lei que assim “(...) não se frustra a intenção de assegurar a persecução penal após a vítima ter alcançado a maioridade⁵²³”.

Na ótica de Maria do Carmo Dias (2008, p. 228), o legislador podia ter ido mais longe, no que respeita, à substituição da pena de prisão (art.º 43.º do CP) e no que ao assunto do nosso interesse, penas de substituição envolvendo “(...) programas específicos de prevenção de violência ou abuso sexual (o que também ajudaria a melhor prevenir a reincidência)”, “(...) programas especiais de reabilitação ou reeducação e/ou tratamento (...) desde que aceite pelo infrator”.

Prosseguindo na enumeração das alterações de 2007, estas estipulam o crime de “Tráfico de pessoas”, no art.º 160.º, onde, para o que releva o presente trabalho, discrimina no n.º 2 do art.º a comissão do mesmo crime vitimando menores, utilizando qualquer meio, para fins de exploração sexual⁵²⁴. O crime de “Abuso sexual de crianças” passou a ser o art.º 171.º do CP e do seu conteúdo foram removidas as condutas relacionadas com a utilização do menor na produção de material de cariz pornográfico, assim como do artigo sob a epígrafe “atos sexuais com adolescentes” (art.º 174.º do CP, passando a 173.º, sob a mesma epígrafe), sendo estas transpostas para o novo artigo 176.º, sob a epígrafe “pornografia de menores”. Sobre a transferência das condutas associadas à pornografia menores dos aludidos artigos para o novo artigos “pornografia de menores” Mouraz Lopes e Caiado Milheiro (2015, p. 189) considera que “(...) tendo em conta a inserção sistemática daqueles artigos no âmbito dos crimes contra a liberdade e

⁵²³ Cf. Exposição de motivos da Proposta de Lei n.º 98/X, com entrada na Assembleia da República em 12/10/2006, p. 8, disponível no sítio da Assembleia da República, em: <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626d6c7561574e7059585270646d467a4c316776644756346447397a4c33427762446b344c5667755a47396a&fich=ppl98-X.doc&Inline=true> (acedido em 2016-08-11).

⁵²⁴ Este artigo veio a ser alterado, por via da Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto.

autodeterminação sexual, não se compadecia com condutas típicas que nada tinham a ver com o bem jurídico aí protegido”.

A alteração penal de 2007 também procedeu à ampliação da criminalização de condutas referentes à pornografia de menores, corporizando-se numa nova redação, no artigo n.º 176.º do CP, que se passa a transcrever:

“Artigo 176.º

Pornografia de menores

1 - Quem:

- a) Utilizar menor em espetáculo pornográfico ou o aliciar para esse fim;*
 - b) Utilizar menor em fotografia, filme ou gravação pornográficos, independentemente do seu suporte, ou o aliciar para esse fim;*
 - c) Produzir, distribuir, importar, exportar, divulgar, exhibir ou ceder, a qualquer título ou por qualquer meio, os materiais previstos na alínea anterior;*
 - d) Adquirir ou detiver materiais previstos na alínea b) com o propósito de os distribuir, importar, exportar, divulgar, exhibir ou ceder;*
- é punido com pena de prisão de um a cinco anos.*

2 - Quem praticar os atos descritos no número anterior profissionalmente ou com intenção lucrativa é punido com pena de prisão de um a oito anos.

3 - Quem praticar os atos descritos nas alíneas c) e d) do n.º 1 utilizando material pornográfico com representação realista de menor é punido com pena de prisão até dois anos.

4 - Quem adquirir ou detiver os materiais previstos na alínea b) do n.º 1 é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa.

5 - A tentativa é punível”.

Quanto aos termos a utilizados, cremos ser o momento ideal para introduzir as explicações providas pela doutrina e jurisprudência nacionais, assim como as

providenciadas pela *Minuta do Relatório Explicativo da Convenção contra o Cibercrime*⁵²⁵, que dessarte apresentamos destacadamente:

- *Utilizar* menor, significa “ (...) servir-se dele como participante a qualquer título (ator, modelo), fazendo fotografias, filmes ou realizando tecnicamente a gravação, com qualquer dos meios a que tais alíneas se referem” (Rodrigues, 2011, p. 268-271); a utilização do menor ocorrerá “(...) quando é fotografado, filmado, gravado ou objeto de registo, independentemente do suporte em que fique registado (câmara fotográfica, telemóvel, computador, *i-pad*, *tablet*, etc) em situações configuradas como pornográficas ou participa no espetáculo pornográfico (Mouraz Lopes e Milheiro, 2015, p. 192);

- *Aliciar* menor referir-se-á a “ (...) uma qualquer ação de sedução, no sentido de induzir, atrair a criança a comportamentos de cariz sexual, por meio de conversas e outras condutas (ex. prometer presentes, dinheiro, fama) através da Internet e outros meios de comunicação à distância, de modo a abarcar o agressor que começa por aliciar na mira de convencer o menor a intervir efetivamente” (Rodrigues, 2011, p. 268-271); será, então, “(...) todo o comportamento de que se socorre o agente do crime para motivar o menor a participar nos espetáculos, fotografias, filmes ou gravações pornográficas (dinheiro, prendas, promessas de trabalho ou outras promessas, ainda que falsas, entrega de bens em espécie, toda a conversa que convença o menor, mesmo que sem qualquer entrega ou promessa de bens monetários ou não monetários, incitamento, seduzir o menor, etc)” (Mouraz Lopes e Milheiro, 2015, p. 192);

- *A qualquer título* significa que “ (...) pretende cobrir todo o tipo de disseminação dos referidos materiais, aí se englobando a venda, empréstimo, o aluguer ou qualquer outra forma de transmissão dos mesmos a título oneroso ou não” (Rodrigues, 2011, p. 268-271);

⁵²⁵ Alguns dos termos mencionados na nossa legislação encontram-se definidos na “Minuta do relatório explicativo” da Convenção contra o Cibercrime, já referida.

- *Por qualquer meio* entenda-se “sons, (cinema, televisão) onde se insiram imagens ou sons de índole pornográfica envolvendo menores” (Rodrigues, 2011, p. 268-271), isto é, “(...) por todos os meios de comunicação conhecidos, sejam publicações escritas, meios audiovisuais, mas também a divulgação por via telemática, ou seja, através de computadores, redes digitais (v.g. internet), e telemóveis (v.g. envio de material pornográfico por e-mail, telemóvel, partilha no *Facebook*, divulgação em *blogs* ou *Youtube*, etc). Assim como qualquer aparelho que registre o som e/ou a imagem de fotografias, filmes ou gravações pornográficas contendo menores” (Lopes e Milheiro, 2015, p. 193);
- *Com o propósito* (al. d) n.º 1), constituindo um elemento subjetivo, trata-se de uma conduta intencional, que se pode consubstanciar, no caso da divulgação e cedência, na instalação de programas informáticos de partilha de ficheiros do tipo *Peer-to-Peer* (Lopes e Milheiro, 2015, p. 194);
- *Divulgar* significa “ (...) dar a conhecer, em ciclos privados ou públicos, comercialmente ou entre conhecidos ou cibernautas” (Rodrigues, 2011, p. 268-271);
- *Distribuir* significa “disseminação ativa do material” (Conselho da Europa, 2001, Minuta do Relatório Explicativo..., n. 96);
- *Ceder*, que no nosso entendimento, constitui sinónimo de disponibilizar, a qual abrange a “colocação de pornografia infantil *online* para uso por parte de terceiros”, aplicando-se também “à criação ou compilação de hiperligações a *sites* de pornografia infantil” de modo a facilitar o seu acesso (Conselho da Europa, 2001, Minuta do Relatório Explicativo..., n. 95);
- *Obtenção* significa “obtenção ativa de pornografia infantil, isto é, por exemplo, através do seu descarregamento (*download*) num sistema informático” (Conselho da Europa, 2001, Minuta do Relatório Explicativo..., n. 97);

- Quanto à *aquisição* ou *detenção* dos materiais mencionados, Paulo Pinto Albuquerque (2008, p. 488)⁵²⁶ esclarece que “(...) a detenção não inclui a mera consulta de material pornográfico, mas inclui o *download* de material pornográfico”⁵²⁷. Neste sentido também se pronunciaram Mouraz Lopes e Milheiro (2015, pp. 198–199), afirmando que “no que concerne ao material pornográfico que se encontra na Internet a verificação do início da detenção coincidirá com o *download*, para qualquer suporte (computador, *pendrive*, telemóvel, *i-pads*, *tablets*, etc)”, pelo que, em 2007, o acesso, visualização e a transmissão de vídeos *online* em *streaming* não eram penalizados, uma vez que “existe uma transmissão temporária de dados, que não ficam armazenados no computador, mas o *stream* fica temporariamente no *cache*⁵²⁸ do sistema” e esta passagem temporária no *cache* do sistema é automática e não constitui conduta dolosa nem detenção.

O Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra⁵²⁹, pronunciando-se sobre um inquérito de 2012 no qual estava em causa o acesso de um indivíduo a um sítio de Internet contendo exclusivamente conteúdos de abuso sexual de crianças, deliberou que “não integra o conceito normativo de detenção, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 176.º do Código Penal (...) o acesso do agente a um site de pornografia infantil, com subsequente ampliação e visualização (...)” das imagens, esclarecendo que “*detenção*, em termos semânticos, e para os efeitos que agora importam, consiste na custódia, retenção, apreensão, conservação ou guarda de algo em seu poder (...)” pressupondo “(...) a posse efetiva e material sobre algo”.

⁵²⁶ Cf. ALBUQUERQUE, Paulo Pinto De - **Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2008. ISBN 978-972-54-0220-7.

⁵²⁷ No mesmo sentido, determinou o Acórdão do TRL, de 15/12/2015, em Processo n.º 3147/08.JFLSB.L1-5.

⁵²⁸ Cf. definição de “*Cache memory* – cache de memória (armazenamento intermediário de provisão); memória oculta. Tipo de memória utilizada nos sistemas de alto rendimento e que se encontra inserida entre o processador e a memória propriamente dita. A memória de “armazenamento intermediário de provisão” tem como objetivo reduzir a discrepância da acessibilidade apresentada por esse tipo de unidades, e funciona retendo pequenas regiões que transformam o conteúdo da memória de armazenamento intermediário de provisão; corresponde estreitamente ao conjunto de trabalho de um sistema de armazenamento de página. (2) Memória auxiliar, aceleradora da memória principal” (Sawaya, *op. cit.*, 1999, p. 64).

⁵²⁹ Vide TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA - Acórdão do TRC, de 11/11/2015 (Processo n.º 372/12.4TACLD.C1), 2015.

A deliberação do TRC (2015, n. 5-7 MP) foi contra o recurso interposto pelo Magistrado do MP porque ainda não constituía crime à altura dos factos. O Magistrado do MP pretendia fazer equivaler a visualização em linha de imagens de cariz pedopornográfico com os indivíduos que possuem imagens pedopornográficas em casa, visualizando-as quando lhes aprouver⁵³⁰. De facto, já em 2011, Ana Paula Rodrigues (p. 291) já se tinha pronunciado quanto à visualização deliberada destes materiais, preconizando a “criminalização da visualização deliberada, reiterada e persistente de imagens de abuso sexual de menores, possível através dos alojamentos *online* ou do acesso a sítios com conteúdos desta natureza”. Para o Magistrado do MP que interpôs o recurso, esta diferenciação não tinha fundamento, e as suas alegações, pese embora não tenham colhido o assentimento do Tribunal de Relação de Coimbra⁵³¹, pela prática ainda não constituir crime em 2012, são, no nosso ponto de vista, precursoras da mudança que se concretizou em 2015, por via da Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto⁵³².

No que respeita ao termo *importar*, o Acórdão do TRP, de 03/12/2014, relativo ao Processo n.º 4190/11.9TAGDM.P1 determina que “fazer *download* de dados de pornografia de menores, de um servidor para o seu dispositivo informático pessoal,

⁵³⁰ Citamos excertos dos argumentos aduzidos pelo magistrado do MP contra a não penalização do acesso: “5. (...) incentiva a procura de pornografia infantil na internet por parte de quem se sinta atraído por tais conteúdos, pois acede aos mesmos de forma gratuita e sabendo que desde que não os transfira para o seu computador ou para qualquer outro dispositivo não pode ser objecto de censura penal, por muitas imagens que veja, por muitas ampliações que faça e por muitas horas que passe nessa conduta. (...) 7. Não existe, pois, fundamento para tratar de modo diverso aquele que imprimiu uma fotografia de cariz pornográfico e que por vezes a visualiza em casa daquele que abriu uma imagem do mesmo teor numa página da internet e a ampliou, visualizando-a durante o tempo que lhe apeteceu e no tamanho que considerou melhor para a satisfação dos seus desejos sexuais”.

⁵³¹ O Acórdão considera que a conduta em análise não era típica, e como tal “(...) na interpretação da lei incriminatória penal não podemos lançar mão da interpretação extensiva ou por analogia, já que a tal se opõem os princípios da legalidade e o da tipicidade. Apenas caberão na previsão típica as condutas que nela expressamente estão descritas e já não aquelas que, embora ali não constem descritas de forma explícita, sejam aparentadas, similares ou próximas delas”.

⁵³² No mesmo sentido Ângela Pinto (*op. cit.*, 2016, p. 115), quando refere “(...) se o agente se limitasse a visualizar o material sem o descarregar para o seu computador, não era pacífica a opinião de que isso também integraria a conduta de “aquisição ou detenção”, ainda que fosse genericamente admitido que tal diferenciação de tratamento conduziria a uma situação de injustiça material, pois um consumidor de pedopornografia mais avisado evitaria os *downloads*, recorrendo à mera visualização *online*, que sempre estaria ao seu fácil dispor, o que, na prática, ao nível do desvalor da conduta, nenhuma diferença faria relativamente à consulta de ficheiros que pudesse eventualmente guardar no seu computador”.

relativos a ficheiros de imagens, integra o conceito de importar” previsto no art.º 176.º do CP.

Em sentido inverso, o Acórdão do TRE, de 17/03/2015, correspondendo ao Processo n.º 524/13.0JDLSB.E1, onde refere que “o *download* dos materiais pornográficos não se configura como actividade importadora, por maioria de razão quando o legislador a coloca a par de outras como a produção, distribuição e exportação de materiais”, explicitando que “embora a expressão «*importar*», constante da al. c), do nº 1, do artº 176º, do Código Penal, no seio da linguagem do meio informático seja também utilizada em sentido equivalente a descarga de um ficheiro para um determinado computador, à realização de um «*download*», como o Tribunal parece ter interpretado, aceita-se que, tal como o arguido refere, a «*importação*» ali consiste na introdução dos objectos pornográficos alireferidos em território nacional provenientes de outro país”. Portanto, o TRE acede a interpretar o termo “*importar*” no sentido económico, isto é, a aquisição de algo proveniente de outro país⁵³³. No mesmo sentido se pronunciou o TRL, no Acórdão de 15/12/2015, relativamente ao Processo n.º 3147/08.JFLSB.L1-5 onde refere que “o download não constitui «importação de pornografia de menores» (...)”, embora não esclareça exatamente em que consiste.

Todavia, as questões relacionadas com a distinção entre o acesso, a consulta e a detenção voltam a ser aprofundadas na alteração legislativa que ocorreu em 2015, como adiante teremos oportunidade de detalhar, pois se em 2007 o acesso, através de sistema informático não era cominado em lei penal, em 2015 passou-o a ser, desde que praticado intencionalmente.

Regressando à alteração legislativa do CP em 2007 que providenciou pela autonomização do crime de pornografia de menores, introduz também, no articulado do art.º 176.º a penalização da “representação realista de menor”, cuja origem se pode atribuir à “*Decisão-Quadro 2004/68/JAI, do Conselho, de 22 de*

⁵³³ Cf. uma das definições de “importar”, como verbo transitivo, consistindo em “Introduzir num país (produtos provenientes de outros países); trazer, produzir; introduzir; ter como resultado”. “Importar”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/importar> [consultado em 22-02-2017].

dezembro de 2003 relativa à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil”.

Em síntese, o escopo do articulado em 2007, no que respeita à pornografia de menores, cobre uma maior diversidade de condutas, aumenta a idade da vítima para 18 anos de idade e torna-o um crime de natureza pública.

No que concerne aos novos tipos de ilícito, especialmente no que tange à criminalização da “representação realista de menor”, na vertente da integral criação digital — que denominamos de pornografia virtual de menores — iremos abordá-los notadamente na secção que dedicamos às questões mais polémicas, neste mesmo capítulo.

A fonte do 176.º artigo do CP residirá no “*Protocolo Facultativo para a Convenção sobre os Direitos das Crianças sobre a Venda de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantis*”, da Assembleia Geral da ONU, entre outros instrumentos internacionais, conforme referido na Exposição de motivos da Proposta de Lei n.º 98/X que deu origem à Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro⁵³⁴.

Concomitantemente, ainda em 2007, foi o Código de Processo Penal⁵³⁵ sujeito à 15.ª alteração, por via da Lei n.º 48/2007, de 29 de agosto, onde plasmou duas inovações de relevo para as vítimas de crimes contra a autodeterminação sexual, tratando-se das “Declarações para memória futura” (art.º 271 do CPP, onde especifica, no n.º 2 do articulado que o menor ofendido é sempre inquirido no decurso do inquérito) e da “Suspensão provisória de processo” (n.º 7 do art.º 281

⁵³⁴ Menciona a exposição de que “ (...) várias alterações são suscitadas por obrigações comunitárias e internacionais. Devem mencionar-se, nesse contexto, os seguintes instrumentos normativos: *Protocolo Facultativo à Convenção sobre Direitos da Criança, relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil*, adotado em Nova Iorque, em 25 de Maio de 2000, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2003, de 5 de março, e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 14/2003, de 5 de março; *Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional e Protocolo Adicional relativo à prevenção, à repressão e à punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças*, aprovados pela Resolução da Assembleia da República n.º 32/2004, de 2 de Abril, e ratificados pelo Decreto do Presidente da República n.º 19/2004, de 2 de Abril”. Vide em http://www.dgpj.mj.pt/sections/politica-legislativa/anexos/legislacao-avulsa/revisao-do-codigo-penal/downloadFile/attachedFile_f0/Proposta_de_Lei_98-X-2.pdf?nocache=1205856345.98 (acedido em 2013-11-20)

⁵³⁵ Corresponde ao Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, entretanto sujeito a várias alterações.

do CPP). A primeira visava minimizar a revitimização do menor e tomar as suas declarações, em data mais próxima da ocorrência dos fatos, ao passo que a segunda, introduz o poder do MP de, sopesando o interesse da vítima, determinar a suspensão provisória do processo, desde que se verificassem alguns condicionalismos.

Por uma questão de seguir o rasto cronológico e porque se relaciona com a investigação criminal em meio tecnológico, cabe-nos referir que em 2009, Portugal aprovou a Lei do Cibercrime — Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro — transpondo para a ordem jurídica interna a *Decisão-Quadro n.º 2005/222/JAI, do Conselho, de 24 de fevereiro, relativa a ataques contra sistemas de informação*, e adaptando o direito interno à *Convenção sobre Cibercrime* do CoE, aprovada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001. O diploma nacional, pese embora as disposições dos artigos 187.º e 189.º do CPP mais restritivas⁵³⁶, procurou “(...) adaptar os tradicionais meios de obtenção da prova (...) à realidade digital” (Marques, 2014, p. 46), através da reação “(...) aos desafios colocados pelas atividades ilegais associadas à massificação do uso das redes de informação e comunicação” (Verdelho, 2015, p. 255)⁵³⁷.

O articulado estabelece um conjunto de disposições penais materiais e processuais, assim como dispõe relativamente à cooperação internacional em matéria penal, sendo de realçar que o conjunto de normas processuais “(...) concorre com as normas do Código de Processo Penal (...) e que estende a aplicação das normas processuais da Lei do Cibercrime a duas distintas áreas: a de todos os crimes cometidos por meio de um sistema informático e a dos crimes cuja prova esteja guardada em suportes digitais. Tratam-se de áreas não necessariamente identificadas com a cibercriminalidade — mais bem se reportarão ao crime comum —, mas cujas exigências de prova supõem a vertente digital” (Verdelho, 2015, p. 259).

⁵³⁶ Ingerência em comunicações armazenadas em suporte digital ou o acesso a dados informáticos armazenados em suporte digital.

⁵³⁷ Vide VERDELHO, Pedro - Lei do Cibercrime. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Eds.). Em Enciclopédia de Direito e Segurança. Coimbra: Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5.

Com semelhante propósito, no que concerne à prova digital cabe-nos um curto apontamento a respeito da Lei n.º 32/2008, de 17 de julho, a qual regula a conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas. O articulado inclui determinações de natureza substantiva e processual e as várias disposições desta natureza dispersas por diplomas colhem alguma discordância doutrinal, por suscitarem dúvidas na sua aplicação e por consubstanciarem uma fragmentação prejudicial para a justiça, plasmada essencialmente nestes três diplomas: CPP, Lei 32/2008, de 17 de Julho e a Lei do Cibercrime (Rodrigues, B., 2011, pp. 495–496)⁵³⁸. No mesmo sentido, João Conde Correia (2014, p. 30)⁵³⁹ afirma que "(...) o legislador nacional continua a manter em vigor três diplomas legais diferentes para regular aspetos parcelares da mesma realidade concreta. Esta trilogia, para além de acentuar o atual paradigma da descodificação e de negar a desejável centralidade do Código de Processo Penal, contribui para a assimetria, para a incoerência das soluções legais e, sobretudo, para o seu indesejável e nefasto insucesso prático". Ainda na senda das dificuldades sentidas na interpretação da legislação, o próprio Gabinete Cibercrime (2013, n. 1.3.3.)⁵⁴⁰ reconhece nos magistrados, "(...) dificuldade na compreensão dos conceitos e das regras referentes à obtenção de prova digital", resultantes de "(...) de incoerências ou inconsistências do sistema legislativo", assim como decorrentes da possibilidade do anonimato do agente do crime, como por exemplo, a impossibilidade de identificação de quem utiliza acessos públicos à Internet.

As alterações legislativas e a realidade inegável da cibercriminalidade, conduziram a alterações organizacionais, como a criação do Gabinete Cibercrime e novas

⁵³⁸ Não nos alongaremos sobre as “aporias” no regime de monitorização das conversações e comunicações, conforme refere Benjamim Silva Rodrigues, apenas mencionaremos algumas das áreas demonstrativas da dispersão ou fragmentação, de acordo com o Autor: escutas telefónicas (art.º 187.º a 190.º do CPP de 2007); “o especialíssimo regime de monitorização dos dados de localização” (art.º 252.º-A do CPP de 2007 e art.º 9.º da Lei n.º 32/2008); “regime de monitorização oriundo da Lei do Cibercrime”; “monitorização de dados de carácter pessoal obtidos dentro e fora das redes de comunicações eletrónicas (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, Lei n.º 5/2004, de 210 de fevereiro e Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto)”.

⁵³⁹ Cf. CORREIA, João Conde - Prova digital: as leis que temos e a lei que devíamos ter. **Revista do Ministério Público**. Lisboa, Portugal. ISSN 0870-6107. (139:2014) 29–59.

⁵⁴⁰ Cf. GABINETE CIBERCRIME - **Relatório da atividade – 2013**.

competências atribuídas ao DCIAP, que passamos a explanar nas subsecções seguintes.

1.8 A criação do Gabinete Cibercrime em 2011

Em 2011, O Gabinete Cibercrime foi criado pelo Procurador-Geral da República, através de despacho emanado em 7 de dezembro, constituindo-se como uma “(...) estrutura de coordenação da atividade do Ministério Público na área da cibercriminalidade” (Gabinete Cibercrime, 2013) com objetivos de coordenação, proporcionar formação específica e criar canais de comunicação com outras entidades envolvidas na investigação criminal destes ilícitos.

No decurso do exercício das suas competências, o Gabinete Cibercrime estabeleceu uma rede de pontos de contacto, para coordenação da atuação do MP, proceder à atualização dos pontos de contacto quanto à iniciativas do Gabinete, especialmente quanto a protocolos estabelecidos com a academia — entre 2013 e 2015, a PGR estabeleceu protocolos de cooperação com duas universidades e dois institutos politécnicos portugueses⁵⁴¹, com o propósito de discussão de questões práticas e boas práticas na obtenção de prova digital (Gabinete Cibercrime, 2013, n. 1).

A PGR estabeleceu protocolos com os operadores portugueses de comunicações, em 2012 e, por despacho da Procuradoria-Geral da República — Circular n.º 12/2012 de 25 de setembro — foram assentes procedimentos no âmbito da

⁵⁴¹ Instituto Politécnico de Beja, em 2013; Instituto Politécnico de Leiria, em 2015; Universidade de Aveiro, em 2014 e Universidade do Porto, em 2014. Cf. PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA; INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA - Protocolo de cooperação. Beja. 2013), PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA; INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA - Protocolo de cooperação. Lisboa. 2015), PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA; UNIVERSIDADE DE AVEIRO - Protocolo de cooperação. Lisboa. 2014) e PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA; UNIVERSIDADE DO PORTO - Protocolo de cooperação. Porto. 2014). A este respeito, o relatório do último ano da atividade desenvolvida pelo Gabinete Cibercrime (2017, n. 18-31) expressa satisfação, tanto em termos de qualidade como em rapidez, pelas perícias efetuadas pelas universidades públicas protocoladas. Cf. GABINETE CIBERCRIME - **Relatório da atividade: setembro 2015 a dezembro 2016**. Não há qualquer referência à natureza do material sujeito a perícia, pelo que desconhecemos se material de pornografia de menores se encontra dentro do âmbito do protocolo.

investigação do cibercrime, com o objetivo de normalizar procedimentos para a obtenção de prova digital, tendo passado a ser utilizados modelos de formulários⁵⁴² para a requisição de pedidos a essas entidades, com vista à resposta completa e expedita (Gabinete Cibercrime, 2013, n. 2). Com o mesmo objetivo, foram efetuados igualmente contactos com operadores globais (*Google, Microsoft e Facebook*), tendo resultado um “entendimento de cooperação, de acordo com o qual os magistrados do MP passaram a poder solicitar, diretamente (...) alguns tipos de informações”. Ainda em 2012, foi disponibilizada na plataforma comunicacional denominada SIMP (Sistema de Informação do Ministério Público)⁵⁴³ a área temática dedicada ao cibercrime.

No que respeita à atividade do Gabinete Cibercrime em 2013, salientamos a concretização do Plano de ação “Crimes contra crianças na internet” que visa “que o Ministério Público (e toda a comunidade judiciária, na verdade) sejam sensibilizados para a importância crescente desta realidade, por exemplo, por meio de formação específica” e a promoção do “(...) permanente diálogo entre os magistrados do Ministério Público e outras entidades e intervenientes na área, de forma a mais facilmente permitir o intercâmbio de informações, sempre que necessário, no caso concreto” (Gabinete Cibercrime, 2013, n. 7). No âmbito do referido plano, foi lançada uma brochura intitulada “*Tu e a Internet – (ab)uso, crime e denúncia*”⁵⁴⁴, tendo como destinatários as crianças e os adolescentes, incentivando à utilização mais segura da Internet.

No que concerne aos crimes relativos à exploração sexual de crianças, foi em 2012 que foram estabelecidos os primeiros passos no sentido da cooperação entre as autoridades dos EUA, através do NCMEC e a PGR. Para o efeito, o NCMEC, no âmbito destes crimes, informa as autoridades portuguesas da existência de autor

⁵⁴² Cf. PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA - Pedido de informação em Processo-crime, 2012, acessível em https://simp.pgr.pt/circulares/mount/anexos/1430924420_formularios_circ12_2012.pdf onde estão disponíveis os formulários e respetivas instruções de preenchimento (acedido em 2017-05-14).

⁵⁴³ Acedido por credenciação, através do sítio <https://simp.pgr.pt/> (em 2017-05-30)

⁵⁴⁴ Disponível em http://www.aeesgueira.edu.pt/attachments/706_Tu_e_a_Internet_Brochura.pdf (acedido em 2017-05-30).

que tenha utilizado um IP português no acesso à Internet, para carregar ou descarregar material considerado como pornografia infantil. Estas competências de receção da informação e, caso verifique fundamento, exercer a ação penal, foram atribuídas ao DCIAP.

1.9 As novas competências do DCIAP em 2013

Outro interveniente de relevo na investigação criminal da pornografia de menores é o DCIAP⁵⁴⁵. Em 2013, através do Despacho n.º 14115/2013 de 4 de novembro da PGR (Procuradoria-Geral da República, 2013) ao DCIAP foram atribuídas competências de iniciar, exercer e dirigir a ação penal relativamente a crimes de natureza sexual cometidos contra menores “(...) com recurso a meios informáticos ou divulgados através destes, cuja notícia de crime seja adquirida através de comunicações provindas de outros Estados e organizações internacionais”. O Protocolo com o NCMEC permitiu estabelecer uma ponte entre a deteção de pornografia de menores por aquela ONG e a remessa de informação desta natureza relativamente a IP a funcionar em operadores de comunicações portugueses (Gabinete Cibercrime, 2016, n. 2-5).

Sobre os mesmos crimes, passou o DCIAP a efetuar o tratamento estatístico, em articulação com Gabinete Cibercrime da PGR, e a providenciar pela recolha de dados subjacentes aos Inquéritos iniciados em Portugal. Em situações nas quais a notícia do crime seja primeiramente do conhecimento de outros serviços do MP, estes deverão comunicar ao DCIAP para efeitos estatísticos ou aferição de conexão com outros inquéritos já existentes.

⁵⁴⁵ O DCIAP é um departamento da Procuradoria-Geral da República, criado pela Lei n.º 60/98, de 28 de agosto e com competências de coordenação e de direção de investigação quanto a inquéritos relativos a um leque de crimes que estejam em comarcas pertencentes a diferentes distritos ou sejam “(...) de manifesta gravidade, de especial complexidade ou dispersão territorial da atividade” que justifiquem a direção única da investigação. Informação disponibilizada no sítio de Internet do DCIAP, em: <http://dciap.pgr.pt/competencias.html> (acedido em 2015-09-10).

A recolha dos dados, após abertura de Inquérito, consubstancia-se na identificação e morada dos utilizadores de Internet que sejam suspeitos, sendo solicitados estes dados às operadoras de telecomunicações, uma vez que “os dados recolhidos por aquelas entidades não permitem identificar os eventuais autores de crimes, mas fornecem pistas para a sua identificação pelas autoridades competentes, nomeadamente ao nível da identificação do respetivo correio eletrónico ou do endereço IP utilizado”. Caso os Inquéritos não sejam de especial complexidade ou de dispersão territorial da atividade criminosa, estes são transmitidos aos serviços do MP territorialmente competentes. Ainda de acordo com o despacho da PGR, preconiza-se a introdução de procedimentos que “(...) não só salvaguardem a necessária celeridade na obtenção de meios de prova, designadamente ao nível da obtenção da identificação dos utilizadores da Internet junto das operadoras de telecomunicações⁵⁴⁶, como igualmente possibilitem a apreciação conjunta dos dados recebidos de forma a determinar da eventual existência de redes criminosas”. Neste sentido, a nossa entrevistada Marta Viegas (2016, Apêndice A2 (b), resposta 1) complementa que a imprescindível obtenção da identificação dos titulares dos IP nem sempre beneficia da cooperação dos prestadores de serviço portugueses, sujeitos à aplicação de contraordenações pela ANACOM, conforme já referimos. Tanto Marta Viegas (2016, Apêndice A2 (b), resposta 1) como Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 19) entendem que a ANACOM não aplica as coimas devidas, quando os prestadores de serviços não cumprem os seus deveres legais.

Assim, conforme explicitado pelo Relatório do DCIAP para o período compreendido entre 01/01/2014 e 31/08/2014 (Procuradoria-Geral da República, 2014, p. 45)⁵⁴⁷ o DCIAP efetua a triagem, abre inquérito, recolhe informação das operadoras — identificação e morada dos utilizadores da Internet suspeitos — ou demais

⁵⁴⁶ A relevância deste procedimento é realçado no relatório do Gabinete Cibercrime relativamente ao primeiro semestre do ano de 2016 (n. 19), referindo que “(...) todo este procedimento era, antes de 2013, inexistente. As eventuais notícias de crimes eram comunicadas e dissipadas pelas várias comarcas, onde se diluíam na massa dos restantes inquéritos, sem que se atendesse a que, neste caso, uma intervenção rápida do Ministério Público, sobretudo na fase inicial, é crucial para o sucesso da investigação”. Cf. GABINETE CIBERCRIME - **Inquéritos referentes a pornografia infantil - primeiro semestre 2016**.

⁵⁴⁷ Vide PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA - **Relatório de atividades 2014 – DCIAP**.

informação que considere pertinente e remete para os serviços do MP da residência dos indivíduos suspeitos. De acordo com o relatado, a triagem pode determinar a abertura de inquérito ou o “arquivamento liminar” das participações oriundas do NCMEC e, neste segundo caso, as razões subjacentes prendem-se com variados fatores, a saber: “procede-se ao arquivamento liminar, por exemplo, quando a participação não contém nenhuma imagem identificável como de pornografia infantil, ou quando há dúvida sobre a idade da pessoa retratada. Também se arquiva liminarmente quando não é legalmente permitido obter informação de localização do agente do crime (por exemplo, porque os eventuais factos decorreram há mais que um ano, ou o servidor de Internet está baseado no estrangeiro e não é cooperante), ou ainda quando a participação não identifica o endereço de IP utilizado pelo agente do crime, ou a data e hora em que o fez” (Gabinete Cibercrime, 2017, Anexo 11:7).

Entretanto, a par destas alterações legislativas e organizacionais, Portugal procedeu finalmente à ratificação da *Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais* (Convenção de Lanzarote) em maio de 2012, que havia assinado em 25/10/2007 e para este resultado poderá ter contribuído a Petição n.º 161/XI/2, que deu entrada na Assembleia da República em 16/03/2011, com 31.500 assinaturas⁵⁴⁸.

Retomando o fio condutor das alterações ao CP que deram lugar à Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, no âmbito da criminalização da pornografia de menores, resumem-se na tabela que se segue.

⁵⁴⁸ Cf. consta do sítio da Assembleia da República, em: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhePeticao.aspx?BID=12091> (acedido em 2016-10-20). O conteúdo desta petição solicita não só a ratificação da Convenção de Lanzarote do CoE, como a “(...) realização de estudos respeitantes a crianças traficadas para fins de exploração sexual”, medidas concretas e ações de sensibilização para a proteção das crianças, reforço da identificação e proteção das crianças vítimas de tráfico, assim como a “criação e desenvolvimento de políticas e medidas que criem todas as condições necessárias ao bom desempenho dos profissionais envolvidos”. Em 2016-07-28, 41 Estados já haviam ratificado a convenção, de acordo com a informação prestada no sítio de internet oficial do CoE: http://www.coe.int/pt/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/201/signatures?p_auth=wh6LVRq1. Por Portugal, foi designada como Autoridade Nacional o Instituto nacional de Medicina Legal, conforme consta em http://www.coe.int/pt/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/201/declarations?p_auth=wh6LVRq1 (acedido em 2016-07-28).

CP 1982 alterado pela Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro				
Art.º	Epígrafe	Ação	Idade	Pena
176.º	Pornografia de menores	1. Quem:	< 18 anos	
		a) Utilizar menor em espetáculo pornográfico ou o aliciar para esse fim;		
		b) Utilizar menor em fotografia, filme ou gravação pornográficos, independentemente do seu suporte, ou o aliciar para esse fim;		
		c) Produzir, distribuir, importar, exportar, divulgar, exibir ou ceder, a qualquer título ou por qualquer meio, os materiais previstos na alínea anterior;		1. 1 a 5 anos
		d) Adquirir ou detiver materiais previstos na alínea b) com o propósito de os distribuir, importar, exportar, divulgar ou ceder		2. 1 a 8 anos
		2. Profissionalmente ou com intenção lucrativa		3. Até 2 anos
		3. Praticar os atos das alíneas c) e d) utilizando material pornográfico com representação realista de menor		4. Até 1 ano ou com pena de multa
177.º	Agravação (em relação ao art.º 176.º)	4. Adquirir ou detiver os materiais da alínea b)		
		5. A tentativa é punível.		
		1. Relação de família e análogo; autoridade (curatela ou tutela); relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho e o crime for praticado com aproveitamento desta relação (alíneas a) e b) do n.º 1)		1. Agravamento de 1/3
		(...)		(...)
		5. Agravamento por idade (n.º 1 do art.º 176.º)	5. < 16	5. Agravamento de 1/3
		6. Agravamento por idade (n.º 1 do art.º 176.º)	6. < 14	6. Agravamento de 1/2

Tabela VII - Alterações ao Código Penal em 2007, nomeadamente a inserção do art.º 176.º - "pornografia de menores" e agravação das condutas com ele relacionadas por via da Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro.

1.10 A Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto

O conteúdo da alteração penal antecedente permaneceu até 24 de agosto de 2015, dia em que foi publicada a Lei n.º 103/2015⁵⁴⁹, a qual procedeu à 39.ª alteração do CP, no que concerne a vários artigos no âmbito dos crimes contra a autodeterminação sexual, entre outras alterações de relevo neste e noutros diplomas legais, assim como cria o “Sistema de registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade de menor”. No sumário deste diploma consta “Trigésima nona alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo a *Diretiva 2011/93/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011*, e cria o sistema de registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menor; primeira alteração à Lei n.º 113/2009⁵⁵⁰, de 17 de setembro; primeira alteração à Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, e segunda alteração à Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto”.

Como vemos, a fundamentação destas alterações e inovações, constantes da Exposição de Motivos⁵⁵¹, baseia-se no cumprimento dos instrumentos internacionais — a aludida *Diretiva 2011/93 da UE*⁵⁵², a *Convenção do Conselho*

⁵⁴⁹ Esta lei entrou em vigor 30 dias após a sua publicação, exceto o estipulado no art.º 4.º, com a epígrafe “*Sistema de registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menor*”, com *vacatio legis* de 90 dias.

⁵⁵⁰ Estabelece medidas de proteção de menores, em cumprimento do art.º 5.º da Convenção do Conselho da Europa contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual de Crianças, e procede à segunda alteração à Lei n.º 57/98, de 18 de agosto.

⁵⁵¹ Proposta do Governo em funções, coligação formada pelo Partido Social Democrata e o CDS-Partido Popular, quando era Ministra da Justiça Paula Teixeira da Cruz: Proposta de Lei n.º 305/XII (4.ª) – “Procede à 36.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo a *Diretiva 2011/93/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011*, e cria o sistema de registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade do menor (Governo de Portugal, 2015). Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/12/04/098/2015-03-19/42?q=pornografia%2B&pOffset=10>, de fls. 42 a 56 do Diário da Assembleia da República, n.º 98, Série A de 19/03/2015 (acedido em 30/07/2015).

⁵⁵² Cuja transposição foi efetuada fora do prazo previsto (18/12/2013) e, em consequência, Portugal foi um dos Estados-Membros ao qual foi instaurado um processo (Comissão Europeia, 2016, Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho COM(2016)872).

da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais, assinada em Lanzarote, em 25 de outubro de 2007 e a Resolução n.º 1733 (2010) da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, aprovada em 21 de maio de 2010, denominada “reinforcing measures against sex offenders” — cujo conteúdo não tinha ainda sido completamente transposto para o quadro jurídico português.

Efetivamente, em 2015, a avaliação concretizada por uma aliança de ONG de proteção das crianças (Missing Children Europe, eNACSO - The European NGO Alliance for Child Safety Online e ECPAT - End Child Prostitution, 2015) relativamente ao estado da transposição da *Diretiva 2011/93*, concluiu que Portugal, à data da recolha da informação, ainda não tinha efetuado a criminalização do acesso intencional a todos os tipos de pornografia infantil por via das TIC; já criminalizava o aliciamento por via das TIC e várias disposições sobre a contratação de indivíduos para regular contacto com menores, seja por via da ocupação profissional ou por voluntariado. Ressalvam ainda algumas lacunas nas obrigações de proteção das vítimas, como por exemplo, não cumprindo o disposto no n.º 1 do art.º 19.º da *Diretiva 2011/93*, relativa à assistência e apoio às vítimas, por não contemplar medidas que garantam a assistência e apoio antes, durante e por um período apropriado após a conclusão do processo penal.

Retomando a análise do articulado da Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto, a par das alterações no CP, e alegando um cariz preventivo de reincidência⁵⁵³ e protetivo, é

⁵⁵³ Vide os Acórdãos proferidos relativos à questão da reincidência: Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 06/02/2013, relativo ao Processo n.º 623/12.5PPPRT.P1, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/c08348c5a72fcc7380257b190051f45d?OpenDocument>, acedido em 2016-09-01) onde refere que “A agravante da reincidência, que jamais pode ser aplicada de forma automática, assenta, essencialmente, numa maior culpabilidade e censurabilidade do agente pelo facto de, apesar de já ter sido anteriormente condenado, insistir em praticar novo crime, persistindo em delinquir. III- Há que distinguir o reincidente do delinquente multioccasional: o primeiro tem personalidade propensa à prática de determinado tipo de factos ilícitos e típicos, sendo indiferente às condenações judiciais; o segundo reitera a conduta devido a causas meramente fortuitas ou exclusivamente exógenas, que não radicam na sua personalidade.”; e o Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 25/02/2015 - Processo n.º 369/13.7GAMGL.C1, onde refere que “V. Tratando-se de crimes de igual natureza, a descrição dos factos respeitantes ao percurso criminoso do arguido são, inexoravelmente, reveladores de que a sucumbência revelada pela prática do novo ilícito penal é consequência de uma qualidade desvaliosa que entronca na personalidade do agente e não já fruto de causas fortuitas/acidentais, exclusiva ou predominantemente exógenas que caracterizam a pluriocasionalidade, o que conduz á afirmação

criado um registo de identificação criminal de condenados por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade de menores (o qual só entrou em vigor 90 dias após a publicação desta Lei), cuja proposta inicial, que permitia e justificava o “(...) acesso por parte dos pais dos menores residentes num determinado concelho à informação relevante constante do registo referido”, causou aceso debate na opinião pública⁵⁵⁴ e no meio académico, entre outras ressalvas ao teor da proposta. Na generalidade, o teor da proposta foi considerado inconstitucional, violador do princípio da não retroatividade da lei penal, desproporcional, violador do direito à reserva da vida privada e ofensor do princípio da dignidade humana (Nunes, 2015, p. 51)⁵⁵⁵.

de uma culpa agravada por a condenação anterior não ter servido de suficiente advertência contra o crime e, assim, à verificação da modificativa agravante geral prevista no art. 75.º do CP”. Cumpre também sublinhar que, geralmente, o conceito de reincidência não se limita ao preceituado no Código Penal, conforme alerta Ana Cristina Neves (Reincidência criminal, 2016, p. 420) ao referir que “poucas vezes o conceito de reincidência criminal é usado de modo tão restrito como aquele da previsão legal. Mesmo na literatura jurídica, quando se defende a importância da prevenção da reincidência como finalidade das sanções penais, certamente não se pretende restringir a prevenção à circunstância agravante *per se*, mas sim à repetição ou reiteração da atividade criminal”. Neste âmbito, o apuramento das taxas de reincidência criminal é de “(...) significativa relevância para avaliar a eficácia dos serviços de justiça, bem como consubstanciar políticas e estratégias de prevenção criminal”. Cf. Neves, A. C. (2016). Reincidência criminal. In *Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade* (1.ª, pp. 420–421). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

⁵⁵⁴ A título de curiosidade, meramente indicativos e sublinhando a polémica gerada em torno desta proposta de implementação do registo de condenados, elencam-se os seguintes títulos de artigos em jornais nacionais: “*Ministra usa dados de psicopatas para justificar lista de abusadores*”, do Jornal Expresso, em 03/04/2015; “*Pinto Monteiro considera «perigosíssimo» base de dados sobre pedófilos*”, do Público, em 29/01/2014; “*Pedófilos. Listas não vão estar expostas na internet*”, do Jornal I, em 05/02/2014; “*Ministra quer lista de pedófilos disponível em base de dados*”, da revista Sábado, em 29/01/2015; “*Comunicado do Ministério da Justiça sobre a manchete do Expresso*”, do jornal Expresso, em 28/03/2015; “*Saberá a senhora ministra o que é o Estado de direito?*” do Diário de Notícias, em 06/09/2014; “*Pais vão ter acesso a dados de pedófilos*”, do jornal Expresso, em 06/09/2014; “*As listas de pedófilos*”, do Correio da Manhã, em 07/09/2014; “*Pornografia infantil alarma*”, do jornal Sol, em 20/03/2015 e “*Lista de agressores sexuais torna-se realidade em finais de Novembro*”, do Público, em 25/08/2015.

⁵⁵⁵ A Autora oferece-nos um resumo de vários dos pareceres de entidades oficiais sobre a temática, cf. NUNES, Ariana Barros Trévidic - **O sistema de identificação criminal de condenados por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menor: considerações aos anexo I da Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2015. Vide igualmente o parecer da Ordem dos Advogados, de 8 de setembro de 2014, disponível em <http://portal.oa.pt/advogadosas/pareceres-da-ordem/processo-legislativo/2014/projecto-de-lei-que-procede-a-alteracao-do-codigo-penal-governo-de-portugal/> (acedido em 2016-08-11) que, invocando “(...) critérios ou princípios de proporcionalidade, de razoabilidade e de adequação” alega não ser possível conceder o acesso ao registo por terceiros, aludindo ainda ao entrave constitucional relativo ao direito fundamental à reserva da intimidade da vida privada; O parecer da PGR, datado de 7 de outubro de 2014, que menciona “(...) não existirem elementos suficientes para considerar adequado e proporcional, e como tal, conforme à Constituição da República Portuguesa, que se permita o acesso à informação de todos aqueles que tenham menores de 16 anos de idade a seu cargo”, em <https://tinyurl.com/ya22o25m> (acedido em 21/08/2015) e, por último, o Parecer do Conselho Superior de Magistratura, datado de 10 de setembro de 2014, que refere, igualmente sobre o acesso a quem exerça responsabilidades

A discussão na Assembleia da República sobre a proposta do Governo, na altura em maioria parlamentar, também não foi pacífica. Conforme disponível no sítio de Internet da Assembleia da República⁵⁵⁶, a proposta, datada de 12 de março de 2015, foi alvo do escrutínio de várias entidades que contribuíram com os respetivos pareceres. A discussão parlamentar desta proposta englobou a discussão de duas outras propostas no âmbito dos crimes sexuais contra as crianças: o Projeto de Lei n.º 772/XII (Deputados do Partido Socialista, 2015), para cumprimento do disposto da Convenção de Lanzarote do CoE e o Projeto de Lei n.º 886/XII (Deputados do Partido Comunista Português, 2015), com o objetivo de estabelecer uma “Estratégia nacional para a proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais”. O último projeto de lei referido foi liminarmente chumbado pela maioria parlamentar, enquanto o primeiro projeto, sofreu rejeições e alterações em vários dos pontos propostos⁵⁵⁷, sendo de realçar, para a temática que nos move no presente estudo, a consequente aprovação da inserção do art.º 176.º-A no CP, relativo ao “Aliciamento de menores para fins sexuais”⁵⁵⁸ e a criminalização do acesso intencional, através das TIC, a pornografia de menores. Não foi aprovada a inserção da definição do conceito de pornografia de menores, prevista na Convenção de Lanzarote.

À discussão na generalidade, aprovada pela maioria no Governo, sucederam a votação parlamentar na especialidade e as propostas de alteração à Proposta de Lei inicial, tendo culminado na aprovação do texto final, o qual, no que diz respeito

parentais sobre menor até aos 16 anos de idade, que “(...) poderá conflitar com o direito constitucionalmente protegido da reserva da intimidade da vida privada” e que “(...) bule , inexoravelmente, com o texto constitucional, «abrindo a porta» para a desconfiança recíproca entre os cidadãos e para a implementação de um processo de «caça às bruxas» que, afinal, deturpará as finalidades, certamente louváveis, subjacentes à redação proposta” (pp. 23-25), em <https://tinyurl.com/yd574vbm> (acedido em 25/01/2017).

⁵⁵⁶ Vide Proposta de Lei n.º 305/XII(4.ª) de 2015, disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=39169> (acedido em 2015-09-25).

⁵⁵⁷ O texto original do Projeto de Lei n.º 772/XII consta do sítio de Internet da Assembleia da República:

<http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626d6c7561574e7059585270646d467a4c31684a535339305a58683062334d76634770734e7a63794c56684a5353356b62324d3d&fich=pjl772-XII.doc&Inline=true> (acedido em 2016/10/20). Para mais informação sobre os pontos alterados e rejeitados, vide o Relatório da discussão e votação na especialidade e texto final da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=39383>.

⁵⁵⁸ Ressalva-se que a proposta inicial deste Projeto de Lei previa a inserção desta criminalização no art.º 171.º - “Abuso sexual de crianças”.

à criação do registo de condenados, foi alvo de alteração por parte dos autores da Proposta de Lei: o acesso público à identidade dos indivíduos constantes do registo deixou de ser possível, ficando reservado às entidades oficiais.

Verificámos que o teor da proposta inicial veio a sofrer alterações, conforme texto final publicado no Diário da República, onde é vedada aos pais a informação da identidade dos inscritos no aludido registo, embora, cidadãos que exerçam responsabilidades parentais sobre menor até aos 16 anos de idade, “alegando situação concreta que justifique um fundado receio” possam requerer à autoridade policial a “confirmação e averiguação dos factos que fundamentem esse fundado receio sem que lhe seja facultado, em caso algum, o acesso à identidade e morada da(s) pessoa(s) inscrita(s) no registo” (Artigo 16.º, n.º 2, do anexo da Lei, que regula o sistema de registo de identificação criminal de condenados por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade de menor). Contudo, se na sequência das diligências a que as autoridades policiais competentes estão obrigadas (n.º 6) se comprovar os factos denunciados, os cidadãos requerentes são informados, ficando obrigados a guardar segredo sobre os mesmos (n.º 8). Esta disposição determina a concessão de informação ao cidadão requerente, na sequência das diligências policiais, embora não especifique exatamente qual o seu conteúdo. Em suma, determina a informação ao requerente, mas de forma mitigada e inespecífica, o que não deixa de ser informação...dizemos nós.

Realçamos que, no âmbito deste registo, a entidade responsável pela base de dados (n.º 1 do art.º 7.º do Anexo) é o Diretor Geral da Administração da Justiça⁵⁵⁹ e à DGAJ, caberá a inscrição no registo, após o registo dos boletins do registo criminal, assim como a “inscrição das decisões anteriores à criação deste registo (n.º 2 do art.º 8.º). A comunicação social portuguesa publicou, em meados de 2016, algumas peças noticiosas que informavam constar, neste registo, em agosto de

⁵⁵⁹ Cabendo-lhe assegurar o “funcionamento, segurança e o acesso à plataforma de informação criminal por via eletrónica”(n.º 2 do art.º 7.º) assim como “(...) velar pela exatidão dos dados” (n.º 3 do art.º 7.º).

2016, 5618 nomes de condenados, e em novembro do mesmo ano, 5739 nomes de condenados (Ramos, 2016a, 2016; S/n, 2016; Tavares e Pinto, 2016)⁵⁶⁰.

A criação deste registo já estava previsto na Proposta de Lei n.º 253/XII (2014, p. 108)⁵⁶¹, que visava aprovar as *Grandes Opções do Plano para 2015*, documento datado de 11 de outubro de 2014. Destaca-se, neste documento, a fundamentação (p. 108-109):

“Não se trata apenas de reprimir comportamentos através de penas e sanções, o que também é, sem dúvida, fundamental, mas trata-se inequivocamente de prevenir a ocorrência de fenómenos criminais, evitando a própria exposição do potencial agressor a um conjunto de fatores que determinem a sua reincidência e comprometam a sua reintegração social. O registo que se pretende criar, já em 2015, será um sistema destacado do registo criminal tradicional, que obedecerá a regras próprias mas que, na origem, parte dos dados inseridos no primeiro. Permitirá o tratamento de informação relativa aos condenados, aos crimes cometidos, às penas e sanções acessórias aplicadas e comportará uma componente de georreferenciação, permitindo monitorizar as deslocações do condenado, sinalizando e prevenindo a ocorrência de situações potenciais de risco. Será um sistema de acesso restrito e condicionado, com efetivo controlo de utilização mas que representará uma clara mais-valia na proteção das crianças contra um dos mais graves fenómenos de criminalidade. Terá, portanto, grande relevância para a prevenção da exploração e dos abusos sexuais de menores, facto em que se fundamenta a enorme relevância que o MJ lhe confere”.

⁵⁶⁰ Correspondem às seguintes peças jornalísticas: “Condenados 121 pedófilos em três meses”, da autoria de Rosa Ramos, no Jornal de Notícias, em 17/11/2016^a; “Lista oficial de pedófilos já tem 5618 nomes”, da autoria de Rosa Ramos, no Jornal de Notícias, em 24/08/2016; “Lista de pedófilos tem 5 mil nomes”, sem autoria atribuída, do jornal Sol, em 27/08/2016; “Condenados da Casa Pia na lista de pedófilos”, da autoria de João Tavares e Magali Pinto, do jornal Correio da Manhã, em 25/08/2016.

⁵⁶¹ Vide Proposta de lei n.º 253/XII - Grandes Opções do Plano para 2015. [Em linha] (14-10-11) [Consult. 30 jan. 2015]. Disponível em: <https://tinyurl.com/yanox39u>.

Efetivamente, a aludida *Resolução n.º 1733 (2010) do Conselho da Europa* refere que os ofensores sexuais são considerados dos mais reincidentes, incitando os EM a estabelecer um registo de ofensores sexuais, apontando-o como um meio para apto para a supervisão dos agressores sexuais “(...) as part of a comprehensive sex offenders management programme”⁵⁶², não obstante, é bastante clara no que diz respeito à proteção da vida privada dos ofensores, preconizando o acesso apenas a entidades autorizadas e excluindo o acesso público⁵⁶³.

Em proveito da oportunidade de estarmos a abordar as justificações fornecidas para a implementação de tal registo de condenados e, atendendo ao conteúdo da *Diretiva 2011/93* já referida, verificamos que a mesma aborda a questão do registo, mas esclarece que é de carácter opcional, sendo de sublinhar que determina que o acesso deverá ser limitado⁵⁶⁴. Aliás, o relatório de avaliação da transposição da *Diretiva 2011/93* da UE (Missing Children Europe, eNACSO - The European NGO Alliance for Child Safety Online e ECPAT - End Child Prostitution, 2015, p. 32) menciona que um registo desta natureza, à data da recolha da informação (entre 2014 e 2015), apenas estava estabelecido na Croácia, França e Reino Unido e que o acesso à informação e dados eram restritos a autoridades específicas, não se encontrando disponível ao público em geral.

Manifestámos o nosso interesse junto da DGAJ (2016, Apêndice C1) em 21 de julho de 2016, no sentido de apurar o estado do aludido registo criado pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto, mas não obtivemos resposta. Em 22 de novembro de 2017 deparámo-nos com uma notícia no jornal nacional Público, intitulada “Lista de Condenados nunca foi consultada por polícias” (Cordeiro, 2017)⁵⁶⁵, onde refere que, passados dois anos sobre a criação do registo apenas magistrados utilizaram este

⁵⁶² Cf. n.º 5 da Resolução 1733 (2010) da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

⁵⁶³ Cf. n.º 16.5 da Resolução 1733 (2010) da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

⁵⁶⁴ Vide ponto n.º 43 da *Diretiva 2011/93* da UE, que transcrevemos: “Os Estados-Membros podem considerar a adoção de outras medidas administrativas aplicáveis aos infratores, como o registo de pessoas condenadas pelos crimes previstos na presente diretiva em registos de autores de crimes sexuais. O acesso a esses registos deverá ser sujeito a uma limitação, de acordo com os princípios constitucionais nacionais e com as normas em vigor aplicáveis em matéria de proteção de dados, por exemplo, limitando o seu acesso às autoridades judiciais e/ou policiais.

⁵⁶⁵ Cf. CORDEIRO, Ana Dias - Lista de condenados por pedofilia nunca foi consultada por polícias. **Público**. (22 nov. 2017). p. 15.

recurso (150 consultas no primeiro ano e 39 no segundo, correspondendo à emissão de 151 certificados negativos e 38 certificados positivos), “(...) numa fase em que já não é possível prevenir, mas quando já há crime ou suspeita de crime”. Informa também que consta registo de 5033 condenados, à data da notícia.

Na sequência da publicação da notícia, procedemos ao contacto imediato com a DGAJ (2017, Apêndice F1) informando ter conhecimento da peça jornalística e solicitando dados relativos ao registo. No mesmo dia obtivemos a resposta (DGAJ, 2017, Apêndice F2) que confirmou que os dados publicados tinham sido obtidos junto daquela Direção Geral. Confirmada a veracidade do conteúdo da peça jornalística, avolumam-se as nossas dúvidas sobre o interesse do registo para a investigação criminal e para a prevenção da ocorrência do crime, pese embora, possamos considerar que, não sendo acessível a informação proveniente de outra forma — pelo registo criminal — será de interesse para decisões sobre o destino dos menores (adoção, guarda, regulação do exercício das responsabilidades parentais, entre outras).

Questionámos os nossos entrevistados a respeito deste registo, tendo Marta Viegas (2016, Apêndice A2 (b), resposta 9) recusado pronunciar-se e Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 22) se pronunciado moderadamente favorável atendendo ao superior interesse de proteger os menores, mas considerando que não revela grande utilidade, exceto se fosse “(...) englobado numa outra base de dados, nomeadamente na base de dados das imagens de modo a que as possamos comparar com as imagens que vão sendo apreendidas. Isto é, a imagem dos condenados tem de constar na base de dados das imagens de pornografia de menores apreendidas, para que possamos efetuar a comparação com as imagens que vão sendo apreendidas”.

Em forma de último apontamento a propósito do referido registo de condenados, trazemos à colação as palavras de Mouraz Lopes e Caiado Milheiro (2015, pp. 8–9), que nos soam adequadas a este contexto:

“Toda esta realidade que não é, em regra, analisada globalmente, torna imperiosa uma abordagem das questões da criminalidade sexual de uma

forma diferenciada em relação à restante criminalidade. Trata-se de perceber e tratar de uma forma diferente o que é, por variadíssimas razões, diferente. Trata-se, sobretudo de colocar o problema no seu devido lugar. Nem mais nem menos no «local» onde deve estar. Um problema grave com consequências graves e duradouras para as vítimas. Mas que não pode servir de razão para sustentar quebras ou «normas de emergência» num sistema penal humanista, ressocializador e que tem demonstrado na sua essência que cumpre as finalidades para o qual foi construído”.

No que concerne às várias posições assumidas por entidades portuguesas oficiais consultadas a respeito do estabelecimento deste registo assim como doutrina nacional⁵⁶⁶ — que recordamos englobar os ofensores por todos os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual — optámos por não nos alongarmos nesta questão, remetendo para uma futura oportunidade.

Prosseguindo na dissecação da alteração legislativa de 2015, consubstanciada na Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto, passamos a destacar outras alterações nesta recente alteração ao Código Penal, como por exemplo:

⁵⁶⁶ Recomenda-se a leitura de: CARROLA, Filipa - Registo de agressores sexuais em Portugal: o «Diabo» está nos detalhes. Em EDIÇÕES CRIAP (Ed.) - **II Congresso Internacional Crime, Justiça e Sociedade**[Em linha]. Porto, Portugal: [s.n.] [Consult. 13 abr. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://iicongressoicrimejusticasociedade.institutocriap.com/data/uploads/pdf/livro_resumos.pdf>. ISBN 978-989-98879-1-6; FALCÃO, Maria João Silva - **O Registo de ofensores sexuais. Perceções e atitudes dos órgãos de polícia criminal portugueses: PSP, GNR e PJ**[Em linha]. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2015 [Consult. 3 mai. 2016]. Disponível em http://hdl.handle.net/10284/4767; NUNES, Ariana Barros Trévidic - **O sistema de identificação criminal de condenados por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menor: considerações aos anexo I da Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto** [Em linha]. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2015 Disponível em WWW:URL:http://hdl.handle.net/10400.14/20430; SARAIVA, Cláudia Sofia Fortunato - **A tutela dos interesses da vítima menor nos crimes de abuso sexual - dicotomia entre protecção da vítima e punição do agressor**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2015 [Consult. 21 nov. 2016]. Disponível em WWW:URL:http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/1180/1/Disserta%25C3%25A7%25C3%25A3o.pdf; FERNANDES, Sara Sofia Santos - **Caracterização do abusador sexual de crianças** [Em linha]. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, 2014 [Consult. 11 abr. 2016]. Disponível em WWW:URL:http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/632/1/Construção da Tese PDF.pdf; BORREGO, Mafalda Meneses Gonçalves De Nunes - **Registo de abusadores sexuais de menores: percepção do cidadão português** [Em linha]. Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2014 [Consult. 5 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/10216/74880>.

- A obrigatoriedade do regime de prova aquando da suspensão da execução da pena de prisão (n.º 4 do art.º 53.º do CP), o qual se consubstancia num plano de reinserção social⁵⁶⁷, executado com vigilância e apoio;
- No caso de suspensão da execução da pena de prisão, não só o regime de prova é obrigatório, como também o é a inclusão obrigatória de acompanhamento técnico do condenado, “ (...) designadamente através de frequência de programas de reabilitação para agressores sexuais de crianças e jovens” (n.º 4 do art.º 54.º do CP);
- Aumento de condutas tipificadas nos crimes contra a autodeterminação sexual, das quais destacamos a punição se a conduta recorrer a violência ou ameaça grave (n.º 3 do art.º 176.º do CP), aliciar menor de 14 anos a assistir a abusos sexuais ou atividades sexuais (al. c) do n.º 3 do art.º 171 do CP) e “quem, presencialmente ou através de sistema informático ou qualquer outro meio, sendo maior, assistir ou facilitar o acesso a espetáculo pornográfico envolvendo a participação de menores de 16 anos (...)” (n.º 6 do art.º 176.º do CP);
- Agravamento de penas (n.º 3 do art.º 172.º do CP devido a intenção lucrativa; n.º 1 do art.º 175.º; n.º 6 e 7 do art.º 177.º todos do CP, em virtude da idade da vítima); e n.º 4 do art.º 177.º do CP se o crime for praticado por duas ou mais pessoas;
- Alteração de penas, dependendo das condutas tipificadas, com inserção expressa de “intencionalmente” (n.º 5 e 7 do art.º 176.º do CP);
- A penalização da aquisição e acesso intencional a pornografia de menores, através de sistema informático ou qualquer outro meio (n.º 5 do art.º 176.º do CP)⁵⁶⁸;
- Inserção da punibilidade da tentativa (n.º 5 do art.º 171.º; n.º 4 do art.º 172.º; n.º 3 do art.º 173.º, todos do CP);

⁵⁶⁷ Cf. n.º 1, art.º 54.º do CP: “O plano de reinserção social contém os objetivos de ressocialização a atingir pelo condenado, as atividades que este deve desenvolver, o respetivo faseamento e as medidas de apoio e vigilância a dotar pelos serviços de reinserção social”. A respeito da definição de reinserção social, Daniel Rijo (Reinserção social, 2016, p. 421) esclarece que “(...) para além das necessidades de reabilitação apresentadas pelo agressor e dos esforços de reeducação e ressocialização encetados durante o cumprimento da medida de reclusão, importa preparar o sujeito para a saída em liberdade, assegurando o sucesso da sua reinserção social”.

⁵⁶⁸ Cf. estipulado no n.º 18 do prólogo da *Diretiva 2011/93*.

- Supressão da pena de multa (n.º 1 e 2 do art.º 173.º; n.º 1 e 2 do art.º 174.º; n.º 5 do art.º 176.º, todos do CP);
- Aditamentos (art.º 69.º-B, relativo à “proibição do exercício de funções por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual”; art.º 69.º-C, relativo à “proibição de confiança de menores e inibição de responsabilidades parentais”; art.º 176.º-A, relativo a “Aliciamento de menores para fins sexuais”⁵⁶⁹, todos do CP).

Foi revogado o art.º 179.º do CP, sob a epígrafe “Inibição do poder paternal e proibição do exercício de funções”.

No que concerne ao CP, o art.º 176.º passou a apresentar a seguinte redação que se mantém a atual:

“Artigo 176.º

Pornografia de menores

1 - Quem:

- a) Utilizar menor em espectáculo pornográfico ou o aliciar para esse fim;*
 - b) Utilizar menor em fotografia, filme ou gravação pornográficos, independentemente do seu suporte, ou o aliciar para esse fim;*
 - c) Produzir, distribuir, importar, exportar, divulgar, exhibir ou ceder, a qualquer título ou por qualquer meio, os materiais previstos na alínea anterior;*
 - d) Adquirir ou detiver materiais previstos na alínea b) com o propósito de os distribuir, importar, exportar, divulgar, exhibir ou ceder;*
- é punido com pena de prisão de um a cinco anos.*

2 - Quem praticar os actos descritos no número anterior profissionalmente ou com intenção lucrativa é punido com pena de prisão de um a oito anos.

⁵⁶⁹ Em conformidade com o estipulado pelo n.º 19 do prólogo da *Diretiva 2011/93*, onde refere: “Os Estados-Membros são encorajados a criminalizar as situações em que o aliciamento de uma criança para encontros de natureza sexual com terceiros ocorra na presença ou na proximidade da criança, por exemplo, sob a forma de um ato preparatório, da tentativa de cometer os crimes referidos na presente diretiva ou como uma forma particular de abuso sexual. Independentemente da solução legal escolhida para criminalizar o aliciamento sem recurso às tecnologias da informação e da comunicação, os Estados-Membros deverão garantir que, de qualquer forma, os autores de tais crimes sejam judicialmente perseguidos”.

3 - Quem praticar os atos descritos nas alíneas a) e b) do n.º 1 recorrendo a violência ou ameaça grave é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.

4 - Quem praticar os actos descritos nas alíneas c) e d) do n.º 1 utilizando material pornográfico com representação realista de menor é punido com pena de prisão até dois anos.

5 - Quem, intencionalmente, adquirir, detiver, aceder, obtiver ou facilitar o acesso, através de sistema informático ou qualquer outro meio aos materiais referidos na alínea b) do n.º 1 é punido com pena de prisão até 2 anos.

6 - Quem, presencialmente ou através de sistema informático ou qualquer outro meio, sendo maior, assistir ou facilitar acesso a espetáculo pornográfico envolvendo a participação de menores de 16 anos de idade é punido com pena de prisão até 3 anos.

7 - Quem praticar os atos descritos nos n.os 5 e 6 com intenção lucrativa é punido com pena de prisão até 5 anos.

8 - A tentativa é punível”.

Cumpre-nos realçar a inovação da punibilidade do aliciamento de menores por meio de tecnologias de informação e de comunicação, através da inserção do art.º 176.º-A, sob a epígrafe “aliciamento de menores”, o qual *completa* o estipulado pelo artigo relativo à pornografia de menores, que também contempla a criminalização do aliciamento através das al. a) e b) do n.º 1 do art.º 176.º do CP. Tal garante a perseguição penal do agente que alicia menores, para fins sexuais, tanto presencialmente como recorrendo à utilização das tecnologias de informação e de comunicação, cominando, contudo, diferentes penas de prisão, inferiores (de 1 a 2 anos de prisão) no caso do aliciamento previsto pelo art.º 176.º-A do CP. As condutas previstas neste artigo do CP, que prevê a punição do aliciamento quer seja ou não “seguido de atos materiais conducentes ao encontro”⁵⁷⁰, na perspetiva

⁵⁷⁰ A inserção da punibilidade do aliciamento consta da *Diretiva 2011/93*, na medida em que deveria ser punido a aliciamento de menor para encontro, se a proposta de encontro fosse seguida de “atos materiais” para a concretização do mesmo. A opção nacional aquando da transposição da Diretiva para o ordenamento jurídico interno, foi num sentido ainda mais ambicioso, porquanto, “o projeto de proposta de lei disponibilizado para discussão pública continha uma versão idêntica à formulação da Diretiva, mas a alteração legislativa que veio a ser consagrada dispensou a exigência de que a proposta para o encontro seja seguida de atos materiais conducentes a esse mesmo encontro. Aliás, o legislador português autonomizou um tipo de ilícito no n.º 1, punível com pena de prisão até 1 ano, no qual esses atos materiais se dispensam e previu um tipo agravado no n.º 2, aí

de Ângela Pinto (2016, p. 112), constituem uma “(...) inegável a vantagem deste novo tipo legal, pois que permite uma atuação precoce das autoridades, contribuindo para a prevenção geral e evitando um eventual maior dano naquela situação concreta”.

No que concerne à punição do agente que acede intencionalmente, Mouraz Lopes e Milheiro (2015, p. 199) chamam a atenção para o facto de ser punível a conduta do agente mas “(...) não um terceiro que visualiza após aquele acesso”.

O agente que acede e facilita o acesso a outrem, é igualmente punido, cuja atuação “(...) permite o acesso a terceiro do material pornográfico (por exemplo facultando senhas para acesso a determinados sites, indicar os *links*, desbloqueando entraves informáticos, procurando material pornográfico de menores para terceiro, etc)” (Mouraz Lopes e Milheiro, 2015, p. 199).

Ainda a propósito da Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto, registam-se também alterações noutros diplomas legais⁵⁷¹, que se prendem com medidas de prevenção de contacto profissional com menores de pessoas condenadas, a permanência em registo de identificação criminal pelo período de 25 anos após extinção da pena ou da medida de segurança, entre outras.

Na perspetiva de Maria do Carmo Dias (2008, p. 278), as penas acessórias visam a intimidação e a defesa contra a perigosidade individual⁵⁷², tratando-se de uma sanção decorrente da condenação da pena principal. Aquando da publicação do seu artigo, relativamente às alterações legislativas no âmbito dos crimes de natureza sexual, ocorridas em 2007, a Autora já tinha chamado a atenção para o “tímido alargamento das penas acessórias na medida em que podiam ter sido introduzidas outras medidas, também eficazes, tendo até em vista uma maior

sim, punível com pena de prisão até 2 anos, quando o aliciamento é seguido de atos materiais conducentes ao encontro”(Pinto, *op. cit.*, 2016, p. 111). A Autora demonstra dúvidas sobre o que constituirá os “atos materiais conducentes ao encontro” plasmados no art.º 176.º-A do CP.

⁵⁷¹ Vide Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro e a Lei n.º 67/98, de 26 de setembro.

⁵⁷² No mesmo sentido, Germano Marques da Silva (*op. cit.*, 1997, p. 66) quando refere que a medida de segurança “(...) traduz a reação à perigosidade do agente e, por isso, pode mesmo ser aplicada a agentes de factos objectivamente ilícitos, mas em que o agente atua sem culpa, porque inimputável”, tendo uma “(...) finalidade curativa, de afastamento da perigosidade do agente (...)” que se pode revelar, atendendo à incurabilidade e perigosidade, a medida prorrogada sucessivamente.

prevenção da criminalidade sexual e a própria proteção das vítimas”. Efetivamente, com a alteração ao CP em 2015, os artigos 69.º-B e 69.º-C, respetivamente a proibição do exercício de funções por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual e a proibição de confiança de menores e inibição de responsabilidades parentais, vieram alargar as penas acessórias por crimes de natureza sexual, na natureza e na duração (até 20 anos)⁵⁷³.

O preceituado nesta alteração legislativa, passa a cobrir tanto os reclusos condenados como os indivíduos condenados que forem sujeitos a regime de prova, portanto, os indivíduos que não cumpram pena efetiva de prisão. A fundamentação para estas opções (em Anexo desta Lei) e, em concreto, no que diz respeito à pornografia de menores, também se baseia nos resultados do RASI de 2014, onde a categoria “lenocínio e pornografia de menores” registou um aumento de 40,2%, relativamente ao ano anterior, assim como no aumento do número de crimes cometidos com recurso a meios informáticos, sublinhando que “(...) muitos dos casos de abuso sexual de menores ocorrem com recurso à Internet”.

Ainda com a Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto previa-se a criação, no seio da PJ⁵⁷⁴ da Unidade Nacional de Investigação da Criminalidade Informática⁵⁷⁵. Porém, tal unidade orgânica só é efetivada mais tarde, através do Decreto-Lei n.º 81/2016, de 28 de novembro (Governo de Portugal, 2016), vindo a denominar-se “Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica”, sob a sigla UNC3T, “(...) inspirada no modelo adotado pelo EC3 (*European Cybercrime Center*) da Europol” conforme explicitado no preâmbulo do diploma.

Conforme já referido, o preceituado segue a linha da valorização do combate ao crime cometido contra a autodeterminação sexual de menores e na sequência do

⁵⁷³ Ressalve-se o mencionado por Canotilho e Moreira (*op.cit.*, 2014, p. 502) a respeito da natureza temporária, limitada e definida das penas na CRP: “O teor do preceito abrange somente as penas privativas ou restritivas da liberdade, proibindo a prisão perpétua ou de duração indefinida (e outras medidas de restrição da liberdade). Resta saber, porém, se tal proibição de penas perpétuas ou de duração ilimitada ou indefinida é extensível às demais penas, sempre que elas se traduzam em amputar ou restringir, de modo perpétuo ou indefinido, a esfera de direitos das pessoas (interdições profissionais, definitivas, incapacidades eleitorais perpétuas, etc)”, dúvidas que também suscitou no que concerne às “penas relativamente indeterminadas”, associadas à delinquência “por tendência”, conforme art.º 83.º e seguintes do CP.

⁵⁷⁴ Alterando a respetiva orgânica, disposta pela Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto.

⁵⁷⁵ Vide al. d), do art.º 28.º da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto .

estipulado pela “Lei-quadro de Política Criminal”⁵⁷⁶, que determina a definição de objetivos, prioridades e orientações da política criminal por biénios. Conforme já referido, as prioridades e orientações para o biénio 2007-2008 foram definidas pela Lei n.º 51/2007, de 31 de agosto⁵⁷⁷, sendo que as suas sucessoras bienais também procederam à mesma valorização dos crimes cometidos contra a liberdade e autodeterminação sexual⁵⁷⁸, culminando na Lei n.º 72/2015, de 20 de julho, para o biénio 2015-2017, mantendo as mesmas diretrizes no que respeita a estes crimes (al. e) do art.º 2.º), assim como os relativos a “crimes praticados contra crianças e jovens e outras pessoas vulneráveis” (al. d) do art.º 2.º).

Atendendo ao vasto leque de prioridades elencado, suscita-nos dúvidas se serão todos prioritários ou se tal amplitude permite uma efetiva prioritização, mas a fundamentação apresentada é assertiva, pois refere que “construiu -se, pois, um elenco ambicioso, mas ainda assim realista e, por isso mesmo, apto à concretização plena dos objetivos visados”, assente “(...) na análise dos fenómenos criminais sob a perspetiva do seu nível de incidência, bem como na ótica da importância dos direitos dos ofendidos e da gravidade das ofensas cometidas”⁵⁷⁹. No seguimento desta argumentação, apresenta os dados do RASI relativo ao ano 2014, sobre os quais foram decididas as prioridades e orientações de política criminal para o biénio 2015-2017. Salvo melhor opinião, sustentando-se parcialmente as decisões em dados do RASI, cuja fonte principal é a DGPJ, como adiante estudaremos, faz-nos desejar que os mesmos fossem rigorosos e aprofundados, mesmo que, atendendo à obrigatoriedade de segredo estatístico, fossem de conteúdo reservado e apenas disponibilizado aos legisladores.

⁵⁷⁶ Cf. a Lei n.º 17/2006, de 23 de maio.

⁵⁷⁷ Coube ao Procurador-Geral da República aprovar directivas e instruções genéricas de modo a fazer cumprir essas prioridades, por via da Directiva nº 1/2008 da PGR, que estabelece as «Directivas e Instruções Genéricas» para dar execução à Lei nº 51/2007, quase seis meses depois. “A Directiva define os crimes de investigação prioritária, onde se inclui a criminalidade organizada e violenta contra as pessoas, os crimes de corrupção, os crimes praticados contra bens jurídicos individuais de pessoas idosas, crianças e deficientes, os actos praticados contra professores e outros membros da comunidade escolar ou contra médicos e outros profissionais de saúde. Estabelece, igualmente, orientações sobre a pequena criminalidade e sobre a execução da política criminal” (Gomes e Mouraz Lopes, *op. cit.*, 2009, p. 26).

⁵⁷⁸ Vide Lei n.º 38/2009, de 20 de julho para o biénio 2009-2011.

⁵⁷⁹ Vide o Anexo da Lei n.º 72/2015, de 20 de julho – Fundamentos das prioridades e orientações da política criminal.

O articulado da Lei n.º 72/2015, de 20 de julho estabelece que a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) desenvolve “programas específicos de prevenção da reincidência para reclusos condenados” pela prática dos crimes de violência doméstica e dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual (art.º 13.º)⁵⁸⁰.

No que concerne ao biénio 2017-2019, deu entrada na Assembleia da República a Proposta de Lei n.º 81/XIII, de 4 de maio de 2017 (Presidência do Conselho de Ministros, 2017)⁵⁸¹ com o propósito de definir os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o presente biénio. Constatamos que o conjunto de crimes de prevenção e investigação prioritárias aumentou. No que respeita aos crimes de natureza sexual, merecem desta proposta a reiteração da sua prioridade em termos de prevenção e investigação. A proposta apresenta também um artigo que estabelece como “(...) prioritária a proteção da vítima e o ressarcimento dos danos por ela sofridos, em resultado da prática de crime, devendo ser-lhe facultados a informação e o apoio adequados à satisfação dos seus direitos”(art.º 6.º). A fundamentação destas opções baseia-se, novamente, no RASI, “(...) numa leitura concertada com as análises prospetivas com origem na Europol”⁵⁸². A proposta foi aprovada e publicada a Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto⁵⁸³.

No âmbito da criminalidade sexual, destaca-se a criação da “*Unidade de Ação penal de crimes sexuais e cometidos contra crianças e jovens fora do ambiente familiar*” do MP de Lisboa, com entrada em vigor em 1 de junho de 2016, sendo

⁵⁸⁰ Ressalva-se que esta determinação vai ao encontro do estipulado pelo n.º 37 do prólogo da *Diretiva 2011/93*, conforme se transcreve: “A fim de prevenir o abuso sexual e a exploração sexual de crianças, deverão ser propostos aos agressores sexuais programas ou medidas de intervenção especificamente a eles destinados. Esses programas ou medidas de intervenção deverão adotar uma abordagem ampla e flexível, centrada nos aspetos médicos e psicossociais, e ser de carácter facultativo. Esses programas ou medidas de intervenção devem ser entendidos sem prejuízo dos programas ou medidas de intervenção impostos pelas autoridades judiciais competentes”.

⁵⁸¹ Vide Proposta de Lei n.º 81/XIII, de 4 de maio de 2017. [Em linha]. Disponível em WWW:<URL: <https://tinyurl.com/yanj9fsf>>.

⁵⁸² Vide Anexo “fundamentos das prioridades e orientações da política criminal” da Proposta de Lei n.º 81/XIII, de 4 de maio de 2017.

⁵⁸³ Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto - define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2017-2019. [Em linha] 2017. Publicada no Diário da República, I série N.º162/XIII/2 2017.08.23 (pág. 4924-4928). Disponível em WWW:<URL: <https://tinyurl.com/y8uenawe>>.

competente para a investigação de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e cometidos contra menores com idade inferior a 18 anos⁵⁸⁴. A esta Unidade foram acrescentadas competências complementares a Unidades já existentes no DIAP de Lisboa, a saber: a “Unidade de combate à violência doméstica” para os crimes cometidos contra menores de 18 anos, no seio familiar e a “Unidade especial de combate ao crimes especialmente violento”, a qual, no que respeita a menores de 18 anos de idade, se ocupa de roubos, especialmente os cometidos por grupos, e homicídios (Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa, 2016)⁵⁸⁵.

Recuperando ainda a análise da Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto, verificamos que a proteção penal de pessoas incapazes permanece ausente do tipo legal “pornografia de menores”, pese embora se enquadre na punição da devassa da vida privada. Como tivemos oportunidade de verificar anteriormente, o Código Penal espanhol engloba, sob a mesma proteção, os menores e os incapazes, estes últimos, desde que portadores de “(...) deficiência mental relevante que impeça o discernimento para a prática de atos sexuais” prosseguindo o o objetivo de “(...) evitar que seja utilizado como objeto sexual de terceiros que, mediante abuso, visem à satisfação de seus desejos sexuais próprios” (Reghelin, 2015, p. 76). Em sentido semelhante, por nós questionado, Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 15) pronunciou-se a favor da mesma proteção porque “não deixa de ser, porventura, de acordo com o tipo de doença ou incapacidade mental, de ser um “menor” em termos de capacidade de discernimento”.

A consulta ao art.º 192.º do CP, correspondente à devassa da vida privada (inalterado desde a Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro) e aos artigos seguintes, permite-nos constatar que este crime contra a reserva da vida privada visa a proteção de todas as pessoas, não contém qualquer agravamento em razão de anomalia psíquica grave, depende de queixa e a punição é mais moderada do que as penas previstas para o crime de pornografia de menores, admitindo pena de prisão até um ano ou pena de multa até 240 dias.

⁵⁸⁴ Publicitado em <http://diap-lisboa.ministeriopublico.pt/destaque/nova-unidade-de-crimes-sexuais-e-cometidos-contra-criancas-e-jovens> (acedido em 2017-05-01).

⁵⁸⁵ Cf. Ordem de serviço n.º 17/2016, de 31 de maio de 2016 - Criação da Unidade de ação penal de crimes sexuais e cometidos contra crianças e jovens fora de ambiente familiar - 2.ª Secção.

Finalizamos o nosso périplo historiográfico legislativo, com uma tabela que sintetiza as alterações legislativas produzidas pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto, no âmbito da pornografia de menores.

CP 1982, alterado pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto				
Art.º	Epígrafe	Ação	Idade	Pena
176.º	Pornografia de menores	1. (...)	1.a 5.< 18	1. 1 a 5 anos
		2. Atos descritos no n.º 1 profissionalmente ou com intenção lucrativa		2. 1 a 8 anos
		3. Quem praticar os atos descritos nas alíneas a) e b) do n.º 1 recorrendo a violência ou ameaça grave...		3. 1 a 8 anos
		4. (anterior n.º 3 – representação realista)		4. ...
		5. Quem, intencionalmente, adquirir, detiver, aceder, obtiver ou facilitar o acesso, através de sistema informático ou qualquer outro meio aos materiais referidos na alínea b) do n.º 1...		5. Pena de prisão até 2 anos
		6. Quem, presencialmente ou através de sistema informático ou qualquer outro meio, sendo maior, assistir ou facilitar acesso a espetáculo pornográfico...	6. < 16	6. Prisão até 3 anos
		7. Intenção lucrativa (condutas dos n.ºs 5 e 6)		7. Até 5 anos
		8. A tentativa é punível (anterior n.º 5)		8. ...
176.º-A	Aliciamento de menores para fins sexuais	1. Quem, sendo maior, por meio de tecnologias de informação e de comunicação, aliciar menor, para encontro visando a prática de quaisquer atos compreendidos nos n.ºs 1 e 2 do art.º 171 e nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do art.º anterior...	1. e 2. < 18	1. Até 1 ano
		2. Se esse aliciamento for seguido de atos materiais conducentes ao encontro...		2. Até 2 anos
177.º	Agravamento (em relação ao art.º 176.º)	1. b) Relação familiar, de coabitação , de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica ou de trabalho do agente e o crime for praticado com aproveitamento desta relação...	1. < 18	1. Agravamento de ^{1/3}
		2. (...)		
		3. (...)		
		4. Cometido conjuntamente por duas ou mais pessoas (n.ºs 1 e 2 do art.º 176.º)	4. < 18	4. Agravamento de ^{1/3}
		5. (...)		
		6. Vítima menor de 16 anos (n.º 1 do art.º 176.º)	6. < 16	6. Agravamento de ^{1/3}
		7. Vítima menor de 14 anos (n.º 1 do art.º 176.º)	7. < 14	7. Agravamento de ^{1/2}
		8. (...)		

Tabela VIII - Alterações introduzidas pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto, no âmbito da pornografia de menores.

2. Questões polémicas nas doutrina e jurisprudência portuguesas

Nesta secção abordaremos algumas questões que suscitam alguma discórdia nas doutrina e jurisprudência portuguesas.

2.1 O bem jurídico no crime de pornografia de menores e a idade do consentimento

O bem jurídico, objeto de tutela e proteção do direito penal, nem sempre é fácil de delimitar. Contudo, quer-se que ao direito penal apenas caiba a função de tutelar os valores mais importantes na sociedade, que outros mecanismos não o consigam alcançar⁵⁸⁶. Assim, seria ilegítima a intervenção do direito penal em condutas que não causem um dano (Natscheradetz, 1985, p. 85) ou coloquem os bens jurídicos em perigo⁵⁸⁷. Nesta senda, o perigo de lesão do bem jurídico também constitui tutela penal, embora de natureza antecipada, com vista à “(...) prevenção e controlo das (novas e velhas) fontes de perigo (...)” adotando-se “(...) uma tutela antecipada — *maxime*, mediante a criação de crimes de perigo abstrato (onde se abdica «providencialmente» duma *diabolica probatio* da relação de causalidade) —, a perda dos critérios de imputação típicos do Direito Penal liberal, a quebra do princípio da taxatividade dos tipos penais e a extensão inflacionista do Direito Penal mediante a criação de bens jurídicos universais” (Rodrigues, B. 2011, p. 20)⁵⁸⁸.

Pretende-se, em síntese e conforme exposto anteriormente, que a criminalização de uma conduta se faça porque lesa ou faça perigar bens jurídicos, com suficiente relação causal, e que se revele proporcional, necessária e eficaz. A sua aplicação

⁵⁸⁶ Neste sentido, da tutela dos valores mais importantes assegurada pelo Direito Penal, *vide* FONTES, *op. cit.*, 2014.

⁵⁸⁷ De acordo com Germano Marques da Silva (*op. cit.*, 1997, p. 97), “Segundo a natureza da ofensa ao bem jurídico, os crimes classificam-se em crimes de perigo e em crimes de dano”.

⁵⁸⁸ Itálico do Autor.

deve visar a intervenção mínima e subsidiária.

A criminalização da pornografia de menores, enquanto documentação de um crime sexual contra vítimas menores parece não levantar dúvidas quanto à sua legitimidade. O bem jurídico invocado pela doutrina nacional corresponde, na generalidade, à proteção da liberdade ou autodeterminação sexual do menor, embora com divergências se se trata de um bem jurídico individual ou supra-individual e se a proteção se deve estender até aos 18 anos de idade, senão vejamos:

- Para Maria do Carmo Dias (2008, p.220) “A exigência da clara definição do bem jurídico a proteger nos crimes sexuais, leva a conceber a liberdade e a autodeterminação da expressão sexual, como um dos vetores em que se analisa a liberdade da pessoa humana, enquanto concretização da «liberdade geral de ação» ou do «direito ao livre desenvolvimento da personalidade», sempre liberdades e direitos fundamentais constitucionalmente reconhecidos que se fundam no valor supremo da dignidade humana”⁵⁸⁹;
- Para Karl Natscheradetz (1985, p. 155) “(...) a liberdade sexual é o único bem digno e carecido de tutela penal nos crimes sexuais (...)”, sendo estes “(...) crimes contra o indivíduo e, concretamente, crimes contra um bem pessoal.” Neste sentido, o Autor venceu assertivamente que os crimes sexuais são exclusivamente contra o indivíduo, desta forma: “O «centro de gravidade» da proteção legal deve ser constituído pelos interesses individuais, em cada um dos crimes sexuais o ofendido deve ser um sujeito individual cuja liberdade sexual foi gravemente lesada pela conduta do agente; discordo assim, frontalmente, de grande parte da doutrina, que atribui ao direito penal sexual a tutela quer de bens individuais, quer de bens coletivos — como a ordem social da vida sexual ou a moral sexual pública”;

⁵⁸⁹ No mesmo sentido se pronuncia Maria da Conceição Ferreira da Cunha (2017, p. 348). Vide CUNHA, Maria Da Conceição Ferreira Da - Crimes sexuais contra crianças e adolescentes. **Revista Jurídica Luso Brasileira**. ISSN 2183-539X. 3 (2017) 345–376.

- Na perspetiva de Maria João Antunes e de Cláudia Santos (2012), o bem jurídico protegido pela criminalização da pornografia de menores “ (...) pretende ser o livre desenvolvimento da vida sexual do menor de 18 anos de idade face a conteúdos ou materiais pornográficos. É, porém, duvidoso que todas as condutas tipificadas sirvam a proteção deste bem jurídico (...) ” nomeando as reservas por considerarem que se trata de “(...) tutela demasiado longínqua e indeterminada do livre desenvolvimento sexual do menor de *carne e osso*”;
- O Acórdão do TRP, de 17/11/2010 (Processo n.º 5/04.2AILSB.P1), enuncia que os bens jurídicos protegidos traduzem-se no “interesse da comunidade”, tratando-se de bens supra-individuais;
- Para Mouraz Lopes & Milheiro (2015, p. 191), o bem jurídico protegido pelo articulado não levanta dúvidas, no que se refere “(...) à utilização direta de menores de 18 anos, ou o seu aliciamento, para espetáculos, fotografias, filmes ou gravações pornográficos”, tratando-se de um atentado à liberdade e autodeterminação sexual dos menores; Contudo, relativamente a condutas que não utilizem diretamente menores, nas quais os Autores consideram não haver lugar à violação direta do bem jurídico liberdade e autodeterminação sexual — englobando as condutas de produção, distribuição, importação, exportação, divulgação, exibição ou cedência de material pornográfico (alínea c) n.º 1 do art.º 176); aquisição ou detenção com o propósito de distribuir os materiais com o propósito de os distribuir, importar, exportar, divulgar, exibir ou ceder (al. d) n.º 1 do art.º 176.º) — trata-se de uma tutela indireta e antecipada do superior interesse do menor⁵⁹⁰, com vista ao impedimento da “(...) proliferação da divulgação de condutas que atentam contra a liberdade e autodeterminação sexual de crianças” (Lopes e Milheiro, 2015, p. 192). A penalização procura, nesta perspetiva, busca proteger bens jurídicos supra-individuais mas também “(...) evitar danos na esfera pessoal do menor, que decorre da sua associação ao mercado pornográfico, com as sequelas físicas, emotivas, de reputação e

⁵⁹⁰ Sobre o “superior interesse da criança” recomenda-se a leitura de CORREIA, João Conde - O papel do Ministério Público no crime de abuso sexual de crianças. Julgar. Portugal. ISSN 1646-6853. 12 especial (2010) p. 163-176 e Alfaiate, *op. cit.*, 2009, p. 96.

honra que daí advêm”. Consequentemente, trata-se de “(...) uma tutela antecipada do interesse superior da criança, e do seu direito a ser acautelado o seu bem-estar físico e psíquico” (Mouraz Lopes e Milheiro, 2015, p. 193)⁵⁹¹;

- Ana Rita Alfaiate (2009, p. 112-114) discrimina que a redação do crime de pornografia de menores visa o bem jurídico supra-individual da proteção da infância e da juventude. Alega a Autora que “ (...) estas condutas [produção, distribuição, importação, exportação, divulgação exibição, cedência e aquisição de pornografia de menores] surgem numa relação de ofensividade subordinada relativamente ao comportamento do que utilizou ou aliciou o menor”. Segundo a Autora, a proteção de natureza supra-individual não contende com a liberdade sexual do menor em concreto, quando existem “gradações de proteção” que lhe proporcionam liberdade sexual gradativa até atingir os 18 anos de idade, no entanto, advoga que deveria ocorrer a exclusão da ilicitude da utilização ou aliciamento de maior de 16 anos desde que com “consentimento livre e esclarecidamente prestado” e “(...) pela subordinação das condutas de que curamos por ora, parece-nos que, sendo o menor utilizado maior de 14 anos, as condutas devem ser despenalizadas, passando a figurar entre as proibições contra-ordenacionais” (p.114);
- Ana Paula Rodrigues (2011, p. 274) reportando-se à tutela de “(...) bens jurídicos traduzidos no interesse da comunidade (...)”, não se configurando “(...) uma violação direta do bem jurídico liberdade e autodeterminação sexual de um menor, ainda que, indiretamente, este ainda se possa entender aqui abrangido” (p. 271);

⁵⁹¹ Em 2002, Mouraz Lopes (*op. cit.*, p. 84 e 85) já se tinha pronunciado quanto ao bem jurídico, referindo que a criminalização de algumas condutas que não configuram uma violação direta do bem jurídico criminalmente tutelado no tipo de crime abuso sexual de crianças, ou seja a liberdade e a autodeterminação sexual de um menor, mas que visam “ (...) travar a proliferação da divulgação de condutas que atentam contra a liberdade e autodeterminação sexual de crianças, elas sim violadoras de bens jurídicos pessoais”. Tratar-se-á de um bem jurídico supra-individual.

- No entendimento de Vanessa Bexiga (2013, p. 37)⁵⁹² os bens jurídicos ofendidos são “(...) direitos à liberdade de autodeterminação sexual, à reserva da intimidade da vida privada e à imagem”, esclarecendo que “no que toca aos crimes de abuso sexual de menores e de pornografia infantil, o legislador acolheu a ideia de prevalência do interesse na perseguição penal face aos interesses e direitos individuais dos menores, como seja o direito à reserva da intimidade da vida privada” (2013, p. 35)⁵⁹³, esclarecendo que “cada pessoa tem a faculdade de recusar a exibição da sua imagem ou a utilização da sua palavra, por serem reflexos da identidade pessoal. Ninguém pode ser de tal modo exposto sem o seu consentimento. No caso de ser permitido o uso de uma fotografia ou de uma gravação, estas têm de ser empregues com todo o rigor e a autenticidade que merecem, não podendo ser descontextualizadas nem alteradas ” (Bexiga, 2013, p. 6)⁵⁹⁴;

⁵⁹² Vide BEXIGA, Vanessa Vicente - **O direito à imagem e o direito à palavra no âmbito do processo penal**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2013. Acrescenta a Autora, na p. 38, de que os objetos apreendidos constituem meios de prova e que os mesmos “(...) poderão também ser valorados, sendo que a utilização das reproduções cinematográficas e fotográficas não constitui um crime; não é ilícita (art. 167.º nº1 do CPP).

⁵⁹³ Nas palavras da Autora, “O legislador (...) em 1982, consagrou a imagem como bem jurídico-constitucional autónomo, independente da proteção concedida à reserva da intimidade da vida privada” pelo que, “neste sentido, a Constituição garante, hoje, a máxima proteção a estes direitos de personalidade, no art. 26.º nº 1, consagrando-os como direitos fundamentais, acrescentando-lhes o estatuto de direitos, liberdades e garantias” (Bexiga, *op. cit.*, 2013, p. 4). O Direito à reserva sobre a intimidade da vida privada está consignado no art.º 80.º do Código Civil. A respeito deste direito, Canotilho e Moreira (*op. cit.*, 2014, p. 467) dividem em dois menores, a saber: o acesso de estranhos e a divulgação de informações sobre a vida privada e familiar de outrem. A vida privada diz respeito à esfera pessoal íntima. Efetivamente “na qualidade de expressão geral de uma esfera de liberdade pessoal, ele constitui um direito subjetivo fundamental do indivíduo, garantindo-lhe um direito à formação livre da personalidade ou liberdade de ação como sujeito autónomo dotado de autodeterminação decisória, e um direito de personalidade fundamentalmente garantidor da sua esfera jurídico-pessoal e, em especial, da integridade desta” (Canotilho e Moreira, *op. cit.*, 2014, p. 463). Este direito encontra-se especificamente no art.º 69.º da CRP, dedicado à infância, subentendendo-se um direito dinâmico ao longo da vida. Canotilho e Moreira (2014, *op. cit.*, p. 464) consideram que o “direito à auto-exposição”, também denominado de “direito à identidade social” constitui um dos elementos nucleares do desenvolvimento da personalidade, o que acarretará especial importância na exposição não autorizada do indivíduo em espaços públicos, em sentido amplo. Conforme os Autores, este direito de identidade social do indivíduo “inclui o direito à proteção da imagem contra imagens virtuais, através de meios informáticos”.

⁵⁹⁴ O direito à imagem permitirá ao indivíduo definir a exposição da sua imagem, como o direito de “não ser fotografado, nem ver o seu retrato exposto em público sem o seu consentimento” assim como de “não o ver apresentado em forma gráfica ou montagem ofensiva ou malevolamente distorcida ou infiel” (Canotilho e Moreira, *op. cit.*, 2014, p. 467). Neste sentido, art.º 79.º do Código Civil, sob a epígrafe “Direito à imagem” estabelece, entre outras disposições, que “o retrato de uma pessoa não pode ser exposto, reproduzido ou lançado no comércio sem o consentimento dela”.

- Por outro lado, alargando o escopo do bem jurídico, Pámela Silva (2017, pp. 89–90)⁵⁹⁵ sustenta que sem liberdade não há lugar à autodeterminação, pelo que advoga que o bem jurídico subjacente ao crime é a “liberdade em sentido amplo” porque “sem liberdade não existe capacidade de autodeterminação e, por isso, a defesa da liberdade em sentido amplo como bem jurídico tutela, também, a autodeterminação do menor a dispor da sua sexualidade”. No que concerne à idade do consentimento, a Autora considera que “(...) mais do que impor limites etários, a validade do consentimento deve pautar-se por alguns pressupostos tais como: vontade livre e espontânea sem que tenha estado sujeita a qualquer espécie de abuso, intimidação ou aproveitamento por parte do autor, e inexistência de uma situação de imparidade ou natural fragilidade da criança” (2017, p. 90);
- Luciana Costa (2006, p. 45-47) refere que “(...) o que se quer tutelar de facto com a criminalização de condutas relacionadas à pornografia de menores é, em nossa opinião, exatamente sua autodeterminação sexual” e não a liberdade sexual porque “a conceção de liberdade sexual implica, necessariamente, ter a capacidade de atuar livremente, isto é, de consentir ou não intromissões na esfera sexual individual, o que não se verifica quanto aos menores”. Para a Autora, a incriminação visa “(...) defender interesses pessoais” (2016, p. 66). Apesar da liberdade sexual alcançada aos 14 anos (desde que sem abuso de inexperiência, livremente e sem vício que invalide o consentimento, recordamos) para manter relacionamento sexual com adulto é-lhe vedada a participação em material pornográfico (2006, p. 50-51) tratando-se de uma contradição incompreensível;
- Marta Viegas (2016, Apêndice A2 (b), resposta 2) julga que “(...) em abstrato, todas as variantes de PM são criminalizadas com vista à proteção do bem jurídico autodeterminação sexual do menor, independentemente de ser um menor em concreto ou a infância em geral. No que respeita à idade, a sua posição vai no sentido da diminuição da idade do consentimento no crime de

⁵⁹⁵ Cf. SILVA, Pámela Carolina Teixeira - **Limites à incriminação na pornografia de menores: a tutela da liberdade de criação artística**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2017.

pornografia de menores “(...) porque as crianças são muito desenvolvidas psicologicamente e aos 18 anos já atingiram, há muito, a sua maturidade intelectual e, muitas vezes, a sexual”.

2.2 Concurso de infrações e a figura do *trato sucessivo*

No que concerne ao concurso de crimes desta natureza verificámos existirem algumas divergências, que se prendem essencialmente, com dois aspetos, a saber: o concurso real de crimes de pornografia de menores através da imagem/fotografia ou através do número de vítimas e, já no âmbito da acusação, o concurso real de crimes ou a figura do “trato sucessivo”. Abordamos de seguida as diferentes perspetivas:

Ana Paula Rodrigues (2011, p. 274-25) distingue a possibilidade de concurso pela multiplicidade de atos ou de ações, como por exemplo “(...) em filmagens e gravações que se prolongam no tempo, e que se baseiam numa multiplicidade de ações” e por condutas previstas no art.º 176.º antecedidas pelo crime de abuso sexual de criança. No primeiro caso a Autora esclarece que não partilha do “(...) entendimento de que haverá tantos crimes como o número de vítimas” por considerar que o bem jurídico protegido é supra-individual, pelo que “(...) não se aceita que a norma proteja interesses exclusivamente pessoais, com a consequente multiplicação de ilícitos, nos termos do art.º 30.º do CP”⁵⁹⁶.

No segundo caso, considera que ambas as condutas possuem “(...) um desvalor autónomo face a condutas anteriores ou posteriores do agente”.

⁵⁹⁶ Mais adianta a Autora que “(...) não obstante as imagens, na generalidade conterem várias vítimas, comete um único crime quem as detém, exhibe ou cede”. Exatamente com os mesmos argumentos, Ângela Pinto (*op. cit.*, 2016, p. 116). No articulado do art.º 30.º, sob a epígrafe “Concurso de crimes e crime continuados” consta o seguinte: “1 - O número de crimes determina-se pelo número de tipos de crime efectivamente cometidos, ou pelo número de vezes que o mesmo tipo de crime for preenchido pela conduta do agente; 2 - Constitui um só crime continuado a realização plúrima do mesmo tipo de crime ou de vários tipos de crime que fundamentalmente protejam o mesmo bem jurídico, executada por forma essencialmente homogénea e no quadro da solicitação de uma mesma situação exterior que diminua consideravelmente a culpa do agente; 3 - O disposto no número anterior não abrange os crimes praticados contra bens eminentemente pessoais”.

M. Miguez Garcia e J. Castela Rio (2014, p. 736)⁵⁹⁷ interpretam que o agente comete tantos crimes quantos os menores utilizados, “(...) atente a natureza pessoal do crime”. Para os Autores “(...) só haverá um crime se A tira uma ou mais 20 fotografias ou faz filme pornográfico de menor integrado em espetáculo pornográfico para distribuição ou cedência”.

Marta Viegas (2016, Apêndice A2 (b), resposta 5) questionada sobre diretrizes emanadas no sentido da contagem de imagens fixas/*frames* de vídeos de pornografia de menores, respondeu que “considera-se cada imagem e cada vídeo individualmente e não em *frames*”. No que concerne aos despachos de acusação do MP, informou que os mesmos podiam acusar “(...) centenas de crimes ou apenas um, dependendo, sendo a pena valorada tendo em consideração vários fatores” porque “o que releva são os factos praticados”.

No que concerne à opinião de Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 5) realçamos o seguinte: “Quanto à contagem para a medida da pena há duas perspetivas: há quem faça a contagem das imagens por causa da medida da pena e há quem entenda que não deve ser o número de imagens mas sim o número de menores envolvidos nessas imagens” sendo que a sua posição se inclina para o número de menores vítimas, mas ressalva que, no que respeita à difusão ou partilha, “(...) o número de imagens conta para o número de crimes”. De um vídeo podem ser extraídos milhares de *frames* que podem ser partilhados individualmente e, neste aspeto, “(...) é um problema jurídico que a seu tempo e com uma base de dados será resolvido da melhor forma”.

A questão da contagem dos crimes foi abordada no Acórdão do STJ, de 29/11/2012, relativo ao Processo n.º 862/11.6TAPFR.S1. Decorre do texto que “quando os crimes sexuais são isolados, não é difícil saber qual o seu número. Mas, quando os crimes sexuais envolvem uma repetitiva atividade prolongada no tempo, torna-se difícil e quase arbitrária qualquer contagem.(...) A doutrina e a jurisprudência têm resolvido este problema, de contagem do número de crimes, que

⁵⁹⁷ Cf. GARCIA, M.Miguez; RIO, J. M.Castela - **Código Penal: parte geral e especial**. 1.ª ed. Coimbra: Almedina, 2014. ISBN 978-972-40-5478-0.

de outro modo seria quase insolúvel, falando em crimes prolongados, protelados, protraídos, exauridos ou de trato sucessivo, em que se convencionava que há só um crime – apesar de se desdobrar em várias condutas que, se isoladas, constituiriam um crime - tanto mais grave [no quadro da sua moldura penal] quanto mais repetido. Ao contrário do crime continuado [cuja inserção doutrinária também nasceu, entre outras razões, da dificuldade em contar o número de crimes individualmente cometidos ao longo de um certo período de tempo], nos crimes prolongados não há uma diminuição considerável da culpa, mas, antes em regra, um seu progressivo agravamento à medida que se reitera a conduta (...). Para além disso, deverá haver uma homogeneidade na conduta do agente que se prolonga no tempo, em que os tipos de ilícito, individualmente considerados são os mesmos, ou, se diferentes, protegem essencialmente um bem jurídico semelhante, (...).”

Especificamente sobre o crime de pornografia de menores destacamos o contributo carreado pelo Ministério Público, em resposta ao recurso do arguido, no Acórdão do TRE, de 17/03/2015, relativo ao Processo n.º 524/13.0JDLSB.E1 para o esclarecimento do concurso de crimes no que respeita à pornografia de menores, que passamos a citar: “Nem pode ser punido por um único de pornografia de menores, de trato sucessivo, pois, no caso dos autos sabe-se com exactidão o número de crimes que foram cometidos pelo arguido – tantos quantos os vídeos e as fotografias devidamente individualizados que o arguido cedeu a terceiros através do programa “S”, na rede “G2”, mostrando sempre diferentes menores de 14 anos na prática de actos sexuais. Não existe, no caso, necessidade de recorrer a essa ficção jurídica antes havendo que aplicar o disposto no artº 30º, nº 1, do Cód. Penal: O número de crimes determina-se pelo número de vezes que o mesmo tipo de crime foi cometido – três mil duzentos e catorze (3214)”. O Acórdão do TRE confirmou o número de crimes de pornografia de menores, em concurso real de crimes.

2.3 Detenção de pornografia de menores

Suscetível de discussão é a penalização, no nosso ordenamento jurídico, da detenção de pornografia de menores, independentemente da sua visualização,

conforme Albuquerque (2008, p. 488) explícita, alegando que “ (...) a detenção não inclui a mera consulta de material pornográfico, mas inclui o *download* de material pornográfico”. De facto Albergaria e Lima (2010, p. 197-198) consideram os crimes de detenção como uma foma de tutela antecipada e a sua proliferação, segundo os Autores, inscreve-se em “(...) tendências político-criminais que a doutrina tem identificado como a expansão do direito penal, a absolutização da eficácia, o retorno à inocuidade, a resolução de problemas processuais através de novos tipos penais, a emergência de um direito penal do inimigo e a própria autoproteção do Estado”.

Luciana Costa (2006, p. 72-74) pronuncia-se também a este respeito, recorrendo ao paralelismo com a penalização do consumo de estupefacientes, para o qual se admite não responder com eficácia à erradicação do tráfico⁵⁹⁸. A Autora questiona se o Direito Penal é o “caminho legítimo e adequado” para combater o fenómeno da pornografia de menores e se a detenção deste material, apenas para uso privado, apresenta suficiente “(...) lesividade que permita legitimar a intervenção penal”. A Autora conclui que a punição da posse deste material viola o direito à liberdade e à privacidade (2006, p. 74), refutando o paralelismo entre este crime e o crime de recetação (argumento aduzido por outros autores) por lhe faltar o elemento lucrativo e porque o consumidor de pornografia pode desconhecer a proveniência ilícita do material pornográfico, exemplificando com o material autogerado por menores e disponibilizado na Internet (2006, p. 76). Ademais, a Autora afirma que “o problema da pornografia infantil reside no início da cadeia de tráfico e não no consumidor final (...) sendo certo que a proibição da mera posse de material pornográfico infantil não representa uma solução ao problema” e que a criminalização desta conduta “(...) se mostra contrária ao princípio da intervenção mínima do Direito Penal, que pressupõe a utilização de meios menos drásticos na luta contra esse tipo de indústria pornográfica, devendo concentrar-se na punição do vendedor e não daquele que compra” (2006, p. 77). Por fim, cumpre-nos realçar que a Autora, admitindo que o consumo possa, indiretamente, potenciar a produção

⁵⁹⁸ Demonstra a sua cogitação mencionando que seria ilógico “(...) punir aquele que a lei trata precisamente de amparar mediante a tipificação do tráfico de drogas” (*op. cit.*, 2006, p. 78) e que “(...) não se pode justificar a intervenção do Direito Penal como exclusivo meio de prevenção geral” (*op. cit.*, 2006, p. 79).

de pornografia de menores, o mesmo se poderá argumentar face a várias outras práticas potenciadoras de outros crimes, como por exemplo, a criminalização do fabrico de armas para evitar o cometimento de homicídios, utilizando uma linha de raciocínio regressiva em busca de causas para o resultado (2006, p. 80).

Em sentido semelhante, no que respeita à posse para consumo próprio, Pámela Silva (2017, p. 91) releva que “ao direito penal não cabe a função de instrumento de governo da sociedade e por isso não deve intervir na liberdade de auto-satisfação de cada um ainda mais quando a violação do bem jurídico já fora consumada com a produção do dito material. (...) o direito penal não deve insistir em proibições absolutas sob pena de falhar na sua prevenção geral e na sua função pedagógica, o que leva a concluir que, apenas nos casos em que se consiga provar que eventualmente o *download* teve como posterior distribuição, exportação, divulgação, exibição ou cedência ou quando o visualizador dá ordens ao abusador do tipo de imagens que pretende ver, estamos perante o âmbito da norma do 176º CP. Fora destas situações, não podemos presumir que exista um nexo de causalidade entre o consumo e o estímulo à prática de atos lesivos”.

Inversamente, a posição de Inês Ferreira Leite no que concerne à posse do material de pornografia de menores, centra-se na posse de material que teve na sua origem um crime sexual contra crianças e neste aspeto, considera que os consumidores “(...) retiram para si benefícios, ainda que de natureza não económica, da prática dos crimes de abuso sexual de crianças” (2004, p. 61-62) e que a incriminação desta prática consubstancia, ainda, a tutela da liberdade ou autodeterminação sexual do menor.

2.4 Pornografia virtual de menores

A alteração legislativa ao CP em 2007, além de autonomizar o crime de pornografia de menores e introduziu a penalização da “representação realista de menor”, na sequência da “Decisão-Quadro 2004/68/JAI, do Conselho, de 22 de dezembro de 2003 relativa à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil”.

A cominação penal desta conduta em particular visa, de acordo com Paulo Pinto Albuquerque (2008, p. 487 ss) proteger “ainda que remotamente” a autodeterminação sexual de pessoa menor de 18 anos da idade. Este autor concebe que as condutas relativas a material pornográfico com representação realista de menor incluem, não só a “(...) ficção de um menor, como a utilização de uma pessoa real com aspeto de menor, com vista a criar a impressão no consumidor do material de que se representa um menor”.

No mesmo sentido, Mouraz Lopes e Milheiro, quando referem que o material pornográfico deve possuir a aptidão de “(...) retratar imagens que aparentam de forma realista de serem menores” (2015, p. 197), podendo consistir em pedopornografia virtual e pedopornografia aparente. Acrescentam que “Importa antes de mais referir que não é identificável, aliás, qual o bem jurídico que se quer tutelar, sendo claro que não é, de todo a liberdade ou autodeterminação sexual que está em causa porquanto, no caso nem sequer menores ou outras pessoas aparentando ser menores existem” (2015, p. 196). Os autores também chamam a atenção para a possibilidade de tal criminalização colidir com “(...) o direito à liberdade de criação artística, na medida em que possa abranger representações pictóricas que apenas representam uma forma de expressão” (2015, p. 197)⁵⁹⁹, conforme foi decidido pelo Supremo Tribunal dos EUA⁶⁰⁰. Torna-se, assim, premente que se consiga estabelecer quais os perigos e os danos que advêm deste tipo de conduta para as crianças. Exemplificam com o caso de alguns tipos de banda desenhada, as quais, embora polémicas ou chocantes, representam apenas

⁵⁹⁹ Neste sentido, Carvalho, T., *op. cit.*, 2014, p. 90: “É necessário esclarecer que não fere nenhuma criança real a não criminalização da pornografia infantil virtual, mas existe uma limitação real na liberdade de expressão (direito fundamental como já suscitado) ao criminalizar a pornografia infantil virtual”.

⁶⁰⁰ Nos EUA, em 1996, foi estabelecido o *Child Pornography Prevention Act*, que conceituava a pornografia infantil como: “qualquer representação visível, incluindo fotografia, filme, vídeo, retrato ou imagem ou retrato no computador ou criada no computador, que seja ou aparente ser de uma criança envolvida numa conduta sexualmente explícita”. Contudo, uma associação de empresas ligadas à indústria pornográfica (*Free Speech Coalition*) intentou uma ação contra esta disposição, por considerar que era excessiva a punição da pornografia de maiores que aparentavam ser menores de 18 anos de idade, limitando o direito à liberdade de expressão. A decisão do Supremo Tribunal foi no sentido de considerar a disposição inconstitucional, afirmando que “a mera tendência de se expressar ou encorajar actos ilegais não é uma razão suficiente para proibi-lá”, acrescentando que a inexistência de criança real conduzia à inexistência de crime (Carvalho, T., *op. cit.*, 2014, p. 88).

formas de expressão artística que podem contunder com “determinados padrões de apreciação cultural”.

Inês Ferreira Leite considera que, na situação concreta criminalização da pornografia de menores sem recurso a menores reais, a invocação do perigo para a liberdade sexual dos menores incentivada por estes materiais apresenta uma relação entre o bem tutelado e a conduta “(...) tão longínqua que não permite a justificação da punição” (2004, p. 63, nota 135). A Autora apresenta o paralelismo com várias atividades, entre as quais a assunção de que os filmes violentos podem contribuir para o aumento da violência, mas finaliza argumentando que “se quisermos submeter todas estas realidades a um crivo de adequação social, o risco é óbvio: como é que iremos definir os limites da censura? Se não for mediante o recurso à lesão de direitos ou da liberdade alheios, só poderá recorrer-se à moral dominante” (2004, p. 65).

No sentido da não criminalização da pornografia virtual de menores, Maria João Antunes (2010, p. 161) advoga a descriminalização porque as vítimas não são reais, criticando a perseguição penal “(...) com penas «reais» ilícitos penais «virtuais»”.

Luciana Costa, envereda também pela descriminalização da pornografia de menores integralmente digital (que denomina de “pornografia infantil artificial”), assim como também questiona a legitimidade criminalização da “pseudopornografia”, entendida como material onde esteja retratado menor não interveniente em comportamento sexual explícito, mas que seja transformado em pornográfico através de tecnologia informática (2006, p. 56-59). No que concerne ao segundo tipo, a Autora alega que o menor, não estando envolvido no comportamento sexual que deu origem ao material, não foi vítima de crime sexual e o bem jurídico autodeterminação sexual não foi lesado. Baseando-se nesta argumentação, considera que também este tipo de pornografia não deverá ser punida criminalmente como pornografia de menores, na medida em que “(...) não há crime — ou não deve haver crime — sem uma concreta ofensa ao bem jurídico (*nullum crimen sine iniuria*)”. Contudo, isto não significa que a “pseudopornografia”, na aceção da Autora, não viole outros bens jurídicos. Efetivamente, a Autora

considera que a conduta poderá violar o direito à imagem, à intimidade ou à dignidade do menor (2006, p. 65), previstos e punidos sob as epígrafes “devassa da vida privada” e “gravações e fotografias ilícitas”. Conclui que “por não se verificar uma utilização real de menores, a imposição de medidas incriminadoras, nos casos de pornografia artificial e técnica [a que envolve apenas maiores de idade com aparência infantil], acarreta, inclusive, uma injustificada e desproporcional limitação à liberdade de expressão” (2006, p. 63).

Questionado Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 8) a respeito da pornografia integralmente digital, considera que a sua criminalização não faz sentido porque não se trata de vítima real e o que os indivíduos com interesse sexual em pornografia preferem pornografia com crianças reais ao invés de fictícias.

M. Miguez Garcia e J. Castela Rio (2014, p. 735), no que à representação realista de menor compreende, consideram que o bem jurídico já não é a autodeterminação sexual do menor e que “estaremos perante uma tutela penal ainda mais antecipada do que a dos chamados crimes de perigo abstrato, sendo difícil desligá-la da moral sexual”.

Marta Viegas (2016, Apêndice A2 (b), resposta 2) advoga que na pornografia de menores totalmente digital “(...) se o ofensor pensar que está perante uma criança real (de carne e osso) está efetivamente a cometer um crime, porque embora não cause dano a uma criança real, o ofensor tem iintenção de prejudicar o menor na sua autodeterminação sexual”.

Relativamente à representação realista de menor no artigo n.º 176.º do CP, há ainda a considerar que a “tendência de neocriminalização dos crimes sexuais contra menores conduziu à punição de condutas relativamente às quais só um novo fôlego de considerações moralistas pode trazer sustentação” (Alfaiate, 2009, p. 121). Para a Autora (2009, p. 117) certas condutas estão sobrevalorizadas pelo direito penal e considera que é necessário recorrer-se a outros meios mais adequados de controlo, socorrendo-se também da argumentação de Maria da Conceição Cunha (1995, p. 243) que refere o seguinte: “Constatada a danosidade social de uma determinada conduta, o primeiro passo para se averiguar da carência

de tutela penal será o da investigação acerca da existência de outras formas de tutela que possam apresentar alguma adequação para a situação em causa”, numa lógica de “(...) análise global dos custos e benefícios (...)” da eficácia da intervenção do direito penal.

Joana Rego (2016, p. 61) pronuncia-se contra a criminalização da pedopornografia virtual total e da aparente, sustentando que lhe parece “(...) indecifrável é o «porquê» e o «quê» do bem jurídico protegido (...)” questionando “como é possível conferir estatuto de crime a uma conduta que não envolve um menor real e que, por isso mesmo, não ofende a autodeterminação sexual de ninguém?” (p.71) rematando com “(...) parece-nos que o legislador terá arrolado consigo uma intenção moralista camuflada e meramente retórica em algumas das condutas tipificadas e, pura e simplesmente, cedeu ao clima de pânico moral e «complexo de bom aluno»” (p.71). Enunciando exemplos, como a não criminalização da vontade de matar ou da vontade de furtar, a Autora questiona “O nosso direito não consubstancia um Direito Penal das vontades, por isso por que se há-de definir como crime uma conduta que não constitui qualquer ofensa a um qualquer bem jurídico?” (p. 72). Ademais salienta que os argumentos aduzidos sobre a incapacidade de distinguir entre a pornografia de menores real e a totalmente virtual são falaciosos e que não se pode punir todos os tipos com base neste pressuposto, caso contrário ocorreria uma subversão, resultando um “*in dubio pro pena*” (p. 79).

Divergente das opiniões tendentes à descriminalização apresenta-se Pedro Vaz Patto (2010, 191-192), que mesmo ponderando o fraco nexos causal entre a pornografia de menores virtual e o cometimento de crimes sexuais contra crianças, considera que “a questão está em saber se em relação à pornografia infantil virtual, que não provoca danos em crianças que nela sejam utilizadas (não se verifica essa utilização), podemos falar em danosidade social”, argumentando que “será tanto mais aceitável a criminalização, mesmo em caso de perigos algo remotos, quanto mais valiosos forem os bens jurídicos em causa. Se estão em causa bens de maior relevância, justifica-se uma tutela mais antecipada e mais intensa. E parece não haver dúvidas de que a protecção de crianças potenciais vítimas de crimes sexuais não será, para este efeito, menos digna de tutela do que bens como os da saúde pública, ambiente ou segurança rodoviária”. Conclui o autor que se deve apelar ao

“princípio da precaução” e “(...) mesmo considerando que se trata de danos potenciais, e não necessários, parece-me não haver muitas dúvidas de que a exigência de evitar esses danos justifica a limitação dessa liberdade. (...) o benefício que decorre do afastamento do perigo de ocorrência desses danos compensa, claramente, o prejuízo que decorre dos limites à liberdade de quem produz ou distribui pornografia infantil virtual” (2010, p. 192-194).

Esta argumentação é acolhida por Ângela Pinto (2016, pp. 113–114) prosseguindo no sentido de que “(...) será diferente o grau de tutela constitucional dispensado às formas de expressão que representam o núcleo essencial de valores daquele que é merecido por outras formas de expressão como a pornografia, não olvidando que as representações artísticas (por exemplo, uma pintura em que se veem os órgãos genitais de uma criança ou um texto literário em que se descreve pormenorizadamente um abuso sexual), educativas ou científicas se encontram excluídas do conceito de pornografia infantil, por lhes faltar a finalidade de satisfação sexual”.

3. Dimensões do apuramento da criminalidade

3.1 As vicissitudes do apuramento do fenómeno da criminalidade: estatísticas criminais e as “cifras negras”

Como previamente abordado, as políticas criminais devem assentar sobre o conhecimento do fenómeno da criminalidade, tarefa que se reveste de grande dificuldade. Como refere Jean de Maillard (1994, p. 11), “para conhecer um fenómeno, pensa-se antes de mais em medi-lo”⁶⁰¹. No mesmo sentido referem

⁶⁰¹ Neste sentido, advogando a medição da criminalidade como sendo “(...) uma das tarefas básicas da criminologia, a ser realizada através do recurso às estatísticas oficiais, aos *self-reported studies* e, mais recentemente, aos inquéritos de vitimização”, vide Jorge Figueiredo Dias e Manuel da Costa Andrade (*op. cit.*, 1992, p. 83).

Afonso *et al.* (2015, p. 53)⁶⁰² “no contexto do debate público das questões securitárias é frequente o recurso a dados estatísticos para sustentar as argumentações, fundamentar tomadas de posição ou justificar medidas de acção desenvolvidas pelo Estado”.

Há vários métodos para o conhecimento da criminalidade e nenhum deles se reveste de tal eficácia que se possa entender como o ideal, pois “nenhum instrumento de medida, qualquer que seja a sua qualidade, pode garantir neste domínio um registo exaustivo das infrações (...)” (Maillard, 1994, p. 14).

Durante bastante tempo, para a medição do crime utilizavam-se as sentenças proferidas pelos tribunais, o que aparentava tratar-se de uma metodologia rigorosa. Contudo, tornou-se claro que as sentenças não eram adequadas para conhecer a criminalidade, pois o crivo do sistema judicial perde, nas suas malhas, todos os crimes cometidos por autores de identidade não apurada, além das eventuais desistências de queixa. Verificou-se, assim, que esta parcela de crimes, entre outras, não estava compreendida nas estatísticas produzidas a partir das sentenças, embora tivessem ocorrido (Carvalho, 2006; Maillard, 1994, p. 11; Robert *et al.*, 2001, p. 135)⁶⁰³. Segundo, Jörg-Martin Jehle (2012, p. 151)⁶⁰⁴ os crimes sexuais são um dos tipos de criminalidade que mais sofre com a atrição entre as estatísticas da criminalidade participada e as condenações, isto é, os casos sofrem um processo de seleção ao longo do percurso judicial, vindo uma minoria destes a emanar/exarar um veredicto de condenação⁶⁰⁵.

⁶⁰² Vide AFONSO, Lígia *et al.* - Delinquência juvenil: os atos reportados e as cifras negras. Em **Colóquio Internacional As Jovens e o crime - transgressões e justiça tutelar**. Coimbra, Portugal: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2015.

⁶⁰³ Vide ROBERT, Philippe *et al.* - Measuring crime: police statistics and victimization surveys (1985-1995). **Revue Française de Sociologie**. ISSN 0035-2969. 42:Supplement: An Annual English Selection (2001) 133 – 174. Doi: 10.2307/3323056; No mesmo sentido, CARVALHO, N., 2006, reconhece que se trata de um instrumento de trabalho que deve ser lido com espírito crítico.

⁶⁰⁴ Vide JEHL, Jörg-Martin - Attrition and Conviction Rates of Sexual Offences in Europe: Definitions and Criminal Justice Responses. **European Journal on Criminal Policy and Research**. ISSN 1572-9869. 18:1 (2012) 145–161. doi: 10.1007/s10610-011-9163-x.

⁶⁰⁵ Nas palavras do Autor: “The phenomenon of attrition, the loss of cases from the level of police to the level of conviction, is a well-known general fact in the criminal justice system. It is not specific for sexual offences, but there are hints that for a number of reasons the selection process might be stronger here than elsewhere”.

Essa conclusão conduziu a que se optasse por contar o crime baseando-se nos registos policiais, os quais, posteriormente, iriam alimentar o subsequente sistema judicial. Mas também esta metodologia levantou dúvidas quanto à veracidade dos contributos para as “políticas de promoção de segurança” tendo sido equacionados outros métodos alternativos ou complementares (Robert *et al.*, 2001, p. 135). Efetivamente, os dados estatísticos da criminalidade registada têm por fonte as ocorrências criminais pelas polícias, que as adquirem por proactividade (operações policiais, patrulhamento ou fiscalização) ou por denúncia dos cidadãos, tendo vários fatores subjacentes que influenciam as taxas de criminalidade participada, os quais “tomados em conjunto, estes fatores indiciam, por um lado, a precaridade destes dados, que deixam de fora todas as ocorrências criminais que não chegam ao conhecimento das polícias por qualquer das vias mencionadas e, por outro lado, a variabilidade dos mesmos, fruto da multiplicidade de fatores que os influenciam” (Afonso *et al.*, 2015, p. 54)⁶⁰⁶.

Dos referidos fatores que influenciam as estatísticas criminais, correspondentes à cadeia de decisões da vítima e da polícia, todas influenciam o resultado final do conhecimento sobre o crime, reconhecendo-se que a inexistência do conhecimento ou registo do ilícito penal engrossa as chamadas “*cifras negras*”, que mais não são do que o número de ilícitos penais desconhecidos do sistema de justiça⁶⁰⁷. Esta “criminalidade aparente” (Maillard, 1994, p. 12)⁶⁰⁸ traduz-se no registo de crimes participados às polícias, longe de uma representação fiável das infrações reais. Jean de Maillard denomina a extensão de criminalidade desconhecida de “criminalidade oculta” (1994, p. 12-13)^{609,610}.

⁶⁰⁶ Vide AFONSO, Lígia *et al.* - Delinquência juvenil: os atos reportados e as cifras negras. Em **Colóquio Internacional As Jovens e o crime - transgressões e justiça tutelar**. Coimbra, Portugal: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2015.

⁶⁰⁷ Nas palavras de Nélson Lourenço: “Entre a criminalidade real e a criminalidade punida há um largo intervalo cujos limites são de difícil medição”. Cf. LOURENÇO, Nélson - Estatísticas criminais. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Eds.). Em Enciclopédia de Direito e Segurança. Coimbra: Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5.

⁶⁰⁸ No seu glossário, este Autor define criminalidade aparente como o “número de crimes e delitos trazidos ao conhecimento dos serviços de polícia”.

⁶⁰⁹ Utilizando a mesma expressão, Glória F. Alises (2016, p. 198). Cf. ALISES, Glória F. - Estatísticas oficiais (Cifras negras). Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 197-199.

⁶¹⁰ No glossário da sua obra, o Autor esclarece que “criminalidade oculta, ou número negro da delinquência, nasce do facto de as vítimas não apresentarem queixa por medo, lassidão ou

Com isto, significa que só as infrações denunciadas ao sistema judicial constam do cômputo das estatísticas oficiais, conforme realçam Luís Fernandes e Ximene Rêgo (2011, p. 167-168), quando aludem à fragilidade dos números da criminalidade registada, pois consideram que “(...) não é suficientemente sublinhado o facto de esta imagem assentar numa base que é parcial (...)” pois “apenas cerca de 40% dos crimes contra as pessoas e 33% dos crimes contra a propriedade são reportados às polícias”. Em concordância, Glória Alises (Alises, 2016, p. 197) adianta que os crimes mais deficitários em termos de participação são os “(...) crimes minoritários, crimes sexuais, económico-financeiros e de corrupção”. No mesmo sentido, Nélson Lourenço (2015, "Estatísticas criminais", p. 197 ss)⁶¹¹, referindo que “a primeira limitação comumente apontada às estatísticas oficiais refere-se ao facto de as estatísticas policiais tenderem a dar uma ideia muito incompleta e imprecisa da criminalidade, devido à frequente baixa de participação de actos de vitimação.” Efetivamente, nos crimes cometidos com recurso às TIC, a diferença entre um infrator ser detetado em conduta ilícita, aumentando as estatísticas criminais e não ser detetado, pode residir na proficiência técnica do agente (Jenkins, 2001, p. 13). No desenvolvimento deste raciocínio que nos parece lógico, os agentes mais incautos ou mais desconhecedores de formas técnicas de dissimularem a sua atividade ilícita são os mais facilmente detetados pelas polícias, ao contrário dos mais habilitados a ludibriar. Neste sentido, Seto *et al.* (2014, p. 67)⁶¹² esclarece que “It is very likely, however, that detected offenders represent only the *«tip of the iceberg»* and that most child pornography users remain undetected. Data on child pornography traffic in *peer-to-peer* computer networks indicate that user numbers greatly exceed the number of individuals identified by arrest”. Com opinião contrária, Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 7) , julgando que não são só os menos proficientes ou os mais incautos que são descobertos pela investigação criminal, atendendo ao desenvolvimento profícuo da cooperação policial.

desconhecimento dos seus direitos”, ou de as infrações não produzirem vítimas diretas ou indiretas e permanecerem desconhecidas dos serviços de polícia”.

⁶¹¹ Vide LOURENÇO, Nélson - Estatísticas criminais, *op. cit.*, 2015.

⁶¹² Vide SETO, Michael C. *et al.* - Viewing child pornography: prevalence and correlates in a representative community sample of young swedish men. **Archives of Sexual Behavior**. ISSN 00040002. (2014) 1–13. doi: 10.1007/s10508-013-0244-4.

Sobre as consequências da não participação da vitimação, Wesley Skogan (1984, p. 115)⁶¹³ realça que tal omissão tem repercussões negativas na validade dos programas de prevenção criminal, invalidando a alocação racional de recursos (por área criminal ou área geográfica) e limitando a capacidade impeditiva e preventiva do sistema de justiça criminal, a sua mais importante função. A título exemplificativo, o *Bureau of Justice Statistics* dos Estados Unidos da América, responsável pelos relatórios decorrentes de inquéritos de vitimização (*National Crime Victimization Survey*⁶¹⁴), desde 1973, realçou, no seu sítio de Internet⁶¹⁵ que, desde 1994 até 2010, a percentagem de criminalidade violenta e grave (violação ou assalto sexual, roubo ou roubo agravado) não reportada às autoridades declinou de 50% para 42%. Informa ainda que, desde 2006 até 2010, as maiores percentagens de crime não reportado diziam respeito aos crimes de furto em residência (67%) e violação ou agressão sexual (65%). No relatório relativo ao ano de 2014⁶¹⁶, esta entidade atualizou estes dados, dando a conhecer que se mantiveram, na generalidade, as taxas de não participação às polícias dos crimes violentos e, no que diz respeito à violação e a agressões sexuais, ascendeu a 66%. Conforme aludia Pedro Verdelho (2003, p. 351)⁶¹⁷ “supõe-se que os cibercrimes sejam uma grande fatia no conjunto dos crimes ocultos. Não há estatísticas nem estimativas rigorosas para as *cifras negras* no cibercrime”⁶¹⁸. Destacamos ainda os crimes “sem vítima”, como os crimes fiscais, os quais não atingem diretamente uma pessoa individualizada, mas antes o Estado, sendo a sua deteção e consequente denúncia menos viáveis.

⁶¹³ Vide SKOGAN, Wesley G. - Reporting crimes to the police: the status of world research. *Journal of Research in Crime and Delinquency*. ISSN 1552-731X. 21:2 (1984) 113–137. doi: 10.1177/0022427884021002003.

⁶¹⁴ Aplicado a maiores de 11 anos de idade.

⁶¹⁵ Cf. Bureau of Justice Statistics, em <http://www.bjs.gov/index.cfm?ty=pbdetail&iid=4393> (consultado em 2016-06-16).

⁶¹⁶ Vide “*Criminal Victimization, 2014*”, do Bureau of Justice Statistics dos Estados Unidos da América, publicado em Agosto de 2015 e revisto em 29/09/2015, disponível em <http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/cv14.pdf> (consultado em 2016-06-16).

⁶¹⁷ Vide VERDELHO, Pedro - Cibercrime. Em COIMBRA EDITORA (Ed.) - **Direito da Sociedade da informação**. Coimbra, Portugal: APDI - Associação Portuguesa de Direito Intelectual, 2003. ISBN 9789723211696v. IV. p. 347–383.

⁶¹⁸ No mesmo sentido segue Luciana Costa (*op. cit.*, 2006, p. 20) no que se refere à cibercriminalidade, à semelhança do que já foi referido neste trabalho, sobre a dificuldade de deteção da criminalidade no ciberespaço.

Em suma, importa ter uma ideia consolidada das “ (...) tendências da criminalidade na sua multidimensionalidade: actos, violência, motivação, actores, vítimas, situações e contexto”, nas palavras de Nelson Lourenço (2015, "Estatísticas criminais", p. 199), razão pela qual a medição da criminalidade se deve empossar tanto de estatísticas oficiais como de inquéritos de vitimação. No mesmo sentido, Luís Fernandes e Ximene Rêgo (2011, p. 168), quando referem que as estatísticas criminais oficiais “(...) deveriam ser combinadas com as que resultam da aplicação de outros tipos de instrumentos, preferencialmente realizadas por organismos independentes”.

Os métodos habitualmente referidos na literatura são as estatísticas de criminalidade participada às polícias, os inquéritos de vitimação e os inquéritos de delinquência autorrevelada, os quais iremos adiante abordar.

3.1.1 Vítimas: motivação para a participação ou não participação às autoridades

A motivação para participar a vitimação de um ilícito penal poderá estar relacionada com a percepção da vítima sobre a gravidade do ato, os sentimentos de dever, de necessidade de proteção ou ajuda, a vontade de recuperação do objeto ou o usufruto de um seguro sobre a coisa furtada ou danificada⁶¹⁹, o receio de retaliação⁶²⁰, o “fazer justiça por si próprio” ou acreditar que as polícias não se preocupam, são ineficazes ou preconceituosas⁶²¹. A vítima pode não reconhecer ou ter consciência de que foi alvo de um ilícito criminal (Simões, 2011, p. 62)⁶²² e,

⁶¹⁹ No mesmo sentido, *vide* Nelson Lourenço (Estatísticas criminais, *op. cit.*, 2015, p. 198).

⁶²⁰ No mesmo sentido, *vide* Nuno Carvalho (*op. cit.*, 2006, p. 3).

⁶²¹ No mesmo sentido, invocando as mesmas razões, *vide* Nelson Lourenço, Estatísticas criminais, *op. cit.*, 2015, p. 198; *Vide* igualmente o “*Criminal Victimization, 2014*” (Truman, Langton e Bureau of Justice Statistics, 2015, p. 7), onde, além das motivações apresentadas, acrescenta a percepção de que se trata de um assunto demasiado trivial para ser reportado; Nuno Carvalho (*op. cit.*, 2006, p. 3) refere, por estes motivos de “*inutilidade da participação*” de pequena criminalidade, acreditar que esta delinquência escape grandemente ao registo oficial das polícias, assim como “(...) muitas pessoas podem ter mais à-vontade para relatar um crime a um inquiridor do que à polícia”.

⁶²² Cf. SIMÕES, Rita Joana Basílio De - **Crime, castigo e género nas sociedades mediatizadas. Políticas de (in)justiça no discurso dos Media**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011. Neste sentido, também Nuno Vieira de Carvalho (*op. cit.*, 2006, p. 2) realça que a realidade jurídica do crime pode não coincidir com a construção social do facto, adiantando que, apesar de a consciência social de um determinado delito preceder a tipificação no direito penal, a vivência do facto criminal “(...) varia conforme a experiência pessoal, o grau de cultura, a exposição

reconhecendo-o, pode decidir ou não reportar os factos ilícitos às autoridades, dependendo da sua consciência do benefício em fazê-lo⁶²³. A não participação de uma vítima de crimes sexuais jovem pode ainda ter subjacente o medo das consequências, a capacidade de reportar o crime (verbalização, por exemplo), a proximidade com o ofensor e os sentimentos que poderá nutrir por este (Fávero *et al.*, 2017, p. 90)⁶²⁴.

De acordo com Wesley Skogan (1999, p. 38)⁶²⁵, na sua análise ao “*National Crime Victimization Survey*” norte-americano, também era possível distinguir que as taxas de queixa-crime participadas pelas vítimas às polícias diferiam de acordo com grupos de população, pois na generalidade, as pessoas com menores rendimentos, as mais jovens e as do sexo masculino apresentavam menores taxas de queixa-crime, enquanto os proprietários de imóveis apresentavam maiores taxas de queixa. Além dessas diferenças, também refere que os crimes ocorridos longe da residência, os crimes com pequenas consequências financeiras ou para os quais a vítima não usufruía de seguro, assim como crimes nos quais as vítimas e ofensores se conheciam mutuamente⁶²⁶, também apresentavam uma taxa de queixa inferior. Este Autor, já em 1984 (p. 120), referia que investigação sobre queixas reportadas às autoridades sugeria uma relação de causalidade entre custo-benefício percebido pela vítima.

Conforme alude Nuno Carvalho (2006, p. 3), há muitos autores que têm assinalado a relevância da omissão da vítima em relatar o sucedido, por vezes associado ao

às histórias ficcionadas dos «media» e às narrativas jornalísticas, ao facto de o assunto estar na «agenda» política do momento, e a grande número de fatores”.

⁶²³ Há alguns crimes que parecem apresentar taxas de participação às autoridades mais elevadas, nomeadamente as ofensas à integridade física, a utilização de armas, perda de material ou para ativação de seguros (“*Crime and Criminal Justice statistics – Methodological guide for users*” da UE, 2016, p. 4).

⁶²⁴ Cf. FÁVERO, Marisalva Fernandes *et al.* - Sexual violence against children and adolescents: a developmental victimology. **Psiquiatria, Psicologia & Justiça**. ISSN 2182-9381. 12 (2017) 81–107.

⁶²⁵ Cf. SKOGAN, Wesley G. - Measuring what matters: crime, disorder, and fear. Em LANGWORTHY, ROBERT H. (Ed.) - **Measuring what matters: Proceedings from the Policing research Institute Meetings**. Estados Unidos da América: U. S. Department of Justice, 1999.

⁶²⁶ Cf. mencionado no RASI relativo ao ano de 2009, onde refere que da criminalidade participada relativa aos crimes sexuais contra crianças e jovens “(...) resulta clara a existência de uma relação de proximidade entre o autor e a vítima, seja assente na relação familiar (...), seja na relação de conhecimento (...), o que propicia, sobretudo, os abusos sexuais” (Sistema de Segurança Interna, 2010, p. 81). O mesmo é reiterado nos RASI seguintes.

sofrimento de um estigma social, como por exemplo nos crimes sexuais “(...) em que à violência da agressão se soma a vergonha de ter sido alvo de abuso ou quando a vítima entende que o conhecimento público do crime lhe é mais prejudicial do que a punição do agressor(...)”⁶²⁷. Após a denúncia do crime, o registo da ocorrência também depende de uma cadeia de decisões que influencia o resultado das estatísticas oficiais, sendo de realçar o poder discricionário que as polícias detêm, dedicando-se com maior ou menor interesse em investigar infrações menos graves e não recolher informação de forma rigorosa. Neste aspeto, também concorre de forma decisiva, a capacidade dos sistemas de informação criminal de comportar dados de qualidade e rigorosos sobre a criminalidade reportada⁶²⁸.

A título de curiosidade, reportando-nos ao Inquérito oficial de vitimação português de 1994 (Almeida e Alão, 1996)⁶²⁹, do total de crimes não reportados — ascendem a um total de 72% — as principais razões aduzidas foram a convicção de que a polícia nada poderia fazer (43%), a convicção de que a polícia não se iria interessar (34%) e a perceção de que o incidente não teve importância (32%). No que concerne às duas primeiras razões, parece-nos relacionar-se com a questão da legitimidade e eficácia das polícias, pois são representadas de forma negativa, conforme concluem as Autoras (Almeida e Alão, 1996, p. 3), que passamos a citar: “Da administração da justiça criminal espera-se que consiga reprovocar os crimes, pacificar os sentimentos de injustiça das vítimas, restaurar a sensação de segurança comunitária e prevenir a reincidência. Para dar efectividade a estes objectivos, é de presumir que seja necessário alimentar o sistema de justiça com uma proporção razoável da criminalidade ocorrida, de modo a atribuir-lhe credibilidade”.

⁶²⁷ Vide CARVALHO, *op. cit.*, 2006.

⁶²⁸ Neste sentido alude SKOGAN, *op. cit.*, 1999.

⁶²⁹ Vide ALMEIDA, Maria Rosa Crucho De; ALÃO, Ana Paula - Os inquéritos de vitimação do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça. Em **III Congresso Português de Sociologia: Práticas e Processos da Mudança Social**. Associação Portuguesa de Sociologia, 1996.

3.1.2 As elevadas taxas de crimes sexuais não participados

A dimensão dos crimes de natureza sexual não revelados é considerada bastante elevada por serem portadores de elevado grau emocional. De acordo com os considerandos de Nuno de Carvalho, “uma das evidências mais seguras é a de que a probabilidade de a vítima relatar o caso às autoridades diminui na relação inversa da distância que tem com o agressor” (2006, p. 5-6)⁶³⁰ e apresenta variações com forte pendor emocional, diferente de outras tipologias criminais.

No que concerne à pornografia de menores, tratando-se de atividade ilegal e clandestina, de natureza sexual, padece das mesmas obscuridades (Carr, 2003, p. 12).

Conforme identifica Denise Lievore (2003, p. 31)⁶³¹, analisando apenas crimes contra a liberdade sexual de mulheres a partir dos 16 anos de idade, os crimes de natureza sexual são únicos porque causam forte impacto emocional e os significados da agressão estão relacionados com contextos culturais, incluindo religião e noções de honra e reputação. Além disso, a agressão representa um ultrapassar de limites físicos e psicológicos, a frustração de confiança (por agressores que, habitualmente, são conhecidos da vítima) e o despoletar de mecanismos psicológicos de culpa, assim como outros fatores, que culminam, caso a agressão sexual venha a ser do conhecimento das autoridades, numa possível revitimização ao longo de todo o processo investigatório e judicial. A mesma Autora, compilando o resultado de diferentes proveniências de dados, obtidos em 2000⁶³², constatou que a participação de ofensas sexuais (assalto sexual e comportamento sexual ofensivo) se situava entre os 15% e os 33%⁶³³. O estudo concretizado por DeLisi e parceiros (2016, p. 12) apurou uma percentagem de 28,6% de indivíduos

⁶³⁰ Os crimes de natureza sexual cometidos por pessoas próximas da vítima serão, tendencialmente, menos reportados às autoridades. No mesmo sentido Alberto Peixoto (*op. cit.*, 2012, p. 50), alude a um inquérito de vitimação de 2003, decorrido em S. Miguel, no Arquipélago dos Açores, onde se verificou um aparente paradoxo relacionado com a proximidade entre vítima e agressor, isto é, uma relação inversamente proporcional entre a motivação para a denúncia e a proximidade existente entre a vítima e o agressor.

⁶³¹ Cf. LIEVORE, Denise - **Non-reporting and hidden recording of sexual assault: an international literature review**. Austrália, 2003.

⁶³² Relativos aos seguintes países: Austrália, Inglaterra, País de Gales, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos da América.

⁶³³ Cf. Denise LIEVORE, *op.cit.*, p. 27.

sem qualquer registo prévio por ofensas sexuais que admitiram, em situação de autorrelato e com recurso ao polígrafo, a prática de ofensas sexuais de contacto. De acordo com o RASI relativo ao ano de 2009 (Sistema de Segurança Interna, 2010, p. 80)⁶³⁴, no que concerne aos crimes sexuais “ (...) tem vindo a assistir-se, de há alguns anos a esta parte, ao aumento do número de participações que, sem embargo de melhor reflexão e estudo, parece estar muito mais associado à diminuição das cifras negras (...) pela progressiva criação das condições necessárias para que as vítimas participem os crimes e pela redução do estigma habitualmente associado a este tipo de criminalidade, do que propriamente a um efetivo aumento deste tipo de crimes”. No mesmo sentido, Ricardo Barroso *et al.*, mas invocando também uma maior consciência pós-Casa Pia, como possível relação recíproca entre a maior atenção generalizada aos casos de criminalidade sexual e a consequente redução das cifras negras (Barroso *et al.*, 2011, p. 5). Concordando com a relevância do caso da Casa Pia para a consciência da prevalência e conhecimento dos crimes sexuais cometidos contra as crianças, Fávero *et al.* (2017, p. 83-84)⁶³⁵ salienta que as cifras negras relativas à criminalidade sexual serão mais acentuadas quando as vítimas são crianças ou jovens.

3.2 Métodos utilizados para o conhecimento da criminalidade

3.2.1 Inquéritos de delinquência autorrevelada

Um dos métodos de deteção de delinquência são os inquéritos de delinquência autorrevelada⁶³⁶, nos quais os inquiridos se pronunciam sobre condutas criminosas ou incivildades que tenham cometido. Conforme explicam Jorge Figueiredo Dias e

⁶³⁴ Vide SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - **Relatório anual de segurança interna 2009**. Portugal. 2010.

⁶³⁵ Cf. FÁVERO, Marisalva Fernandes *et al.* - Sexual violence against children and adolescents: a developmental victimology. **Psiquiatria, Psicologia & Justiça**. Santo Tirso, Portugal. ISSN 2182-9381. 12 (2017) 81–107.

⁶³⁶ Também denominados inquéritos de autorrelato (Alises, *op. cit.*, 2016, p. 198).

Manuel da Costa Andrade (1992, p. 83), são uma das formas de obter informação sobre a criminalidade. Geralmente incidem sobre infrações específicas ou sobre uma faixa etária específica, como o realizado pelo Instituto de Criminologia da Universidade do Porto, a partir de 1999, com várias interrupções, incidindo sobre delinquência juvenil (entre 12 e 16 anos de idade), mas incluindo inquérito de vitimação (Agra *et al.*, 1999; Barreto, 2010)⁶³⁷. Exemplo da aplicação deste método, é o projeto alemão “Berlin Prevention Project Dunkelfeld” ao qual já aludimos (Beier *et al.*, 2009, 2014).

As desvantagens deste método de diagnóstico prendem-se com a voluntariedade dos indivíduos, nomeadamente na revelação de interesses sexuais desviantes que se repercutam em condutas criminais, sendo de crer que a dimensão das ofensas sexuais seja escamoteada pelos inquiridos, mesmo sob a garantia do anonimato. Eventualmente, podem temer, em última instância, investigações policiais ou consequências sociais, conforme realçam Neutze, Seto, Cantor e Blanchard (Neutze *et al.*, 2012, p. 168; Seto, Cantor e Blanchard, 2006, p. 610). Outra desvantagem prende-se com défice ou imprecisão da memória, exagero ou minimização (DeLisi *et al.*, 2016, p. 3). No entanto, podem ter o efeito contrário, isto é, potenciar o autorrelato de situações e respetiva quantidade, das quais a polícia seja desconhecadora ou não tenha tomado em consideração (DeLisi *et al.*, 2016, p. 3).

No situação concreta do crime de pornografia de menores, a relato do ofensor sobre o crime poderá ser pobre em informação sobre as vítimas, atendendo a que o acesso via ciberespaço não permitirá informações frutuosas sobre estas, as quais poderão ser, na maioria, desconhecidas (Seto, Cantor e Blanchard, 2006, p. 610).

⁶³⁷ Vide AGRA, Cândido Da *et al.* - crime e delinquência auto-revelada. **OlhareSeguros**. Porto, Portugal. ISSN 0874-4947. 1:2 (1999) 14 e BARRETO, Pedro - Apresentação do estudo sobre delinquência juvenil, realizado pelo Instituto de Criminologia da Universidade do Porto. Em **I Jornadas de Segurança Interna**. Ministério da Administração Interna, 2010.

3.2.2 Inquéritos de vitimação

Uma das metodologias para medição da criminalidade é o Inquérito de vitimização⁶³⁸, o qual foi originariamente concebido para investigar o volume e natureza das cifras negras de crimes que não foram reportados e virtualmente, todos os estudos de vitimização examinaram esta questão, na perspetiva de Wesley Skogan (1984, p. 114).

Como alternativa às fragilidades das estatísticas “oficiais” os inquéritos de vitimização configuram-se como uma opção complementar, constituídos por inquéritos que são presentes, periodicamente, a uma amostra da população alvo, com questões relacionadas com experiências recentes de vitimização, se foram reportadas às autoridades e o porquê (caso não tenham sido), entre outras questões (Almeida e Alão, 1996, p.1; Robert *et al.*, 2001, p. 136). Estes inquéritos podem apresentar metodologias diversas, incluindo serem efetuados telefonicamente ou por entrevista pessoal e também apresentam algumas deficiências associadas, como a cobertura (correspondendo à percentagem da amostra⁶³⁹), custos⁶⁴⁰, sub ou sobre representação de grupos sociais (Dias, I. 2016, p. 270)⁶⁴¹ crimes sem vítima individualizada e a contagem de crimes (Peixoto, 2012, p. 50; Robert *et al.*, 2001, 133-174; Skogan, 1999). Como as questões são dirigidas às experiências pessoais de vitimação, também não são adequados para medir homicídios ou posse de pornografia de menores⁶⁴², tal como não recolhem as experiências de vitimação das pessoas cuja idade fica abaixo do estabelecido como

⁶³⁸ Cf. Alberto Peixoto (*op. cit.*, 2012, p. 82) define vítima como “(...) alguém sobre quem em primeira-mão recai uma acção ou omissão, provocando-lhe uma afetação dos seus direitos constitucionais materializada num dano físico e/ou psicológico e/ou uma perda financeira sendo, por isso, titular de um direito de denúncia ou quem legalmente a representa no caso de a vítima ser menor ou de sofrer de anomalia psíquica e não for capaz de se auto-determinar”.

⁶³⁹ Vide Peixoto, *op. cit.*, 2012, p. 50, onde realça a necessidade da representatividade da amostra.

⁶⁴⁰ Associados à logística, formação dos inquiridos e respetiva deslocação, entre outros.

⁶⁴¹ Cf. DIAS, Isabel - Inquérito de vitimização. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 269–271.

⁶⁴² No mesmo sentido Dijk, Kesteren e Smit (2007, p. 156), apontando as limitações do ICVS só registar alguns crimes e excluindo, o crime de posse de pornografia de menores. Vide DIJK, Jan Van; KESTEREN, John Van; SMIT, Paul - **Criminal victimisation in international perspective: key findings from the 2004-2005 ICVS and EU ICS**. Haia, Holanda, 2007.

critério para cada inquérito⁶⁴³. Além destes, também há a realçar que os inquéritos de vitimização e as estatísticas administrativas (das autoridades) não são medidas do mesmo, pois baseiam-se em dados obtidos por diferentes atores, localizados em diferentes pontos no processo e cujos fundamentos para uma ação não são coincidentes (Lourenço, 2015, "Estatísticas criminais", p. 198-199).

No geral, os inquéritos de vitimização confinam as suas questões aos factos ocorridos, deixando por explorar as atitudes e reações subjetivas das vítimas, as quais, por si mesmas, constituem a interpretação que a vítima elabora sobre o facto ocorrido, mas não deixam de ser um instrumento importante para a aferição da criminalidade (Robert *et al.*, 2001, p. 165) assim como “para a análise das representações sociais da população sobre o crime e o sistema de justiça” (Dias, I., 2016, p. 271). Conforme sublinhado por Maria Rosa Crucho de Almeida e Ana Paula Alão (1996, p. 1) esta metodologia padece de limitações, conforme explicitam da seguinte forma: “tomou-se consciência de que aquilo que os inquéritos obtêm não são, em rigor, dados sobre os crimes sofridos pelas vítimas, mas dados sobre o que as vítimas representaram como crimes. A este inevitável coeficiente de subjectividade acrescem factores de erro, em particular resultantes de distorções da memória⁶⁴⁴, quer quanto aos factos em si, quer quanto à sua localização dentro das balizas temporais estabelecidas pelos inquéritos”, pelo que “ (...) é uma exigência de rigor deixar claro que os inquéritos de vitimação apenas podem falar dos crimes inquiridos, mas não da criminalidade em geral”, porquanto não é suscetível de aferir de criminalidade que não atinja uma vítima individualizada, mas sim que lese “interesses predominantemente coletivos”. No entanto, a vítima constitui-se como o elo fundamental para o sistema de justiça aceder à informação sobre a realidade criminal (Almeida e Alão, 1996, p. 1).

Referindo-se ao interesse dos inquéritos de vitimação, o coordenador do “Inquérito ao Sentimento de Segurança e à Vitimação” de 2008/2009, Paulo Pereira de

⁶⁴³ No Inquérito Nacional de Vitimação realizado em Portugal em 1994, ao qual nos iremos referir adiante, a idade mínima dos inquiridos era de 16 anos (Almeida e Alão, 1996) e no Inquérito Nacional de Vitimação de 2008/2009 a idade mínima era de 15 anos.

⁶⁴⁴ Em concordância, Alberto Peixoto (*op. cit.*, 2012, p.66), “(...) porque os indivíduos tendem a esquecer-se o que lhes aconteceu e a reinventar o passado à luz do presente”

Almeida (2010, p. 24)⁶⁴⁵ argumentou que “independentemente de uma maior ou menor, melhor ou pior produção estatística, por parte da polícia ou qualquer outra entidade, os resultados deste tipo de inquéritos permitem um conhecimento bastante mais aprofundado e profícuo para a decisão e desenvolvimento de políticas adequadas que respondam às necessidades em matéria de crime e vitimação”.

No que concerne aos crimes de natureza sexual, a definição jurídica pode estar longe da representação social, assim como está acentuadamente dependente de fatores psicológicos (Peixoto, 2012, p. 50).

Muito relevante para o sentimento de insegurança e para a representação que o indivíduo constroi sobre o crime, podendo transparecer no âmbito dos inquéritos de vitimação, pensamos inoxidável a influência da mediatização de alguns temas ou acontecimentos, conforme já referido neste trabalho.

A nível internacional um dos instrumentos que destacamos é o *International Crime Victims Survey (ICVS)*, o qual, desde 1989 procura, a nível global⁶⁴⁶, através da aplicação normalizada de inquéritos de vitimação, ultrapassar os constrangimentos das estatísticas criminais oficiais⁶⁴⁷, “(...) porque há necessidade de estatísticas criminais credíveis que possam ser utilizadas para comparações internacionais” (Dijk, Kesteren e Smit, 2007, p. 11). Na sucessão das várias edições, socorreu-se dos dados *European Survey on Crime and Safety (EU ICS)*. Contudo, uma das limitações apontadas refere-se ao número limitado de crimes que abrange, constituído por dez crimes, entre os quais ofensas sexuais que impliquem contacto. Admitem os Autores de que “measuring sexual offences has proven to be difficult because of cultural differences in what type of behaviour is perceived by female respondents to constitute an offence” (Dijk, Kesteren e Smit, 2007, p. 14).

⁶⁴⁵ Vide ALMEIDA, Paulo Pereira De - A vitimação em Portugal - Apresentação de dados de um estudo nacional. Em **I Jornadas de Segurança Interna**. Portugal: Ministério da Administração Interna, 2010.

⁶⁴⁶ O ICVS de 2004-2005 compreende dados de 78 países.

⁶⁴⁷ Conforme Dijk, Kesteren e Smit (*op. cit.*, 2007, p. 5) referem: “The ICVS is the most comprehensive instrument developed yet to monitor and study volume crimes, perception of crime and attitudes towards the criminal justice system in a comparative, international perspective. The data are from surveys amongst the general public and therefore not influenced by political or ideological agendas of governments of individual countries. Standardisation of questionnaires used and other aspects of data collection assure that data can, within confidence margins, be reliably compared across countries”.

Na sequência da vulgarização dos inquéritos de vitimização pelo mundo ocidental, Portugal também ensaiou esta metodologia, tendo-se realizado o primeiro, a nível nacional, em 1994, levado a cabo pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, com recurso a uma amostra de 13.500 unidades de alojamento, tendo sido inquirido um membro de cada agregado com idade mínima de 16 anos de idade (Almeida e Alão, 1996, p. 2). Dele resultou que 14% dos questionados tinha sido vítima de crime no último ano (as infrações com maior rácio correspondiam ao furto em veículos, seguido de vandalismo), sendo que da totalidade dos crimes, 72% não foram denunciados às autoridades, a maioria (43%) alegando que “a polícia não poderia fazer nada”, seguido de 34% de alegações em que julgavam que “a polícia não se iria interessar”. Como destacam Maria Rosa Crucho de Almeida e Ana Paula Alão (1996, p. 3), “(...) a representação das autoridades foi vincadamente negativa, quer quanto à sua capacidade, quer quanto ao seu interesse. Provavelmente, esta percepção corresponde a modos de pensar e de sentir sedimentados, enraizados na história, e reveladores de um grande distanciamento entre os cidadãos e a administração”.

No que respeita aos resultados sobre o sentimento de insegurança, “os mais inseguros, para além das mulheres, foram os jovens e os indivíduos com um nível de instrução superior, precisamente os dois grupos que mais saíam à noite” (Almeida e Alão, 1996, p. 5), registando-se mais insegurança nas grandes urbes (concelhos de Lisboa e Porto), assim como maior preocupação com o risco de vir a ser vitimado no ano seguinte.

Em síntese, as Autoras concluíram que “(...) as representações subjectivas dos inquiridos sobre os riscos de lhes acontecerem certos crimes durante o ano de 1995 ultrapassaram em muito a avaliação objectiva desses riscos, tal como resulta dos dados do inquérito. (...) Donde, o sentimento de apreensão excedeu em muito a dimensão real do problema” (Almeida e Alão, 1996, p. 6).

O segundo inquérito de vitimação português, a nível nacional, realizou-se entre 2008 e 2009, denominado “Inquérito ao Sentimento de Segurança e à Vitimação”, o qual foi determinado pelo Governo português, em cumprimento de uma das medidas apresentadas no documento “*Portugal Seguro – Estratégia de Segurança*

para 2008” (Almeida, 2010, p. 25), com o intuito de possibilitar “(...) a identificação de problemas e o delinear de políticas públicas de segurança que respondam às preocupações das nossas comunidades”. O Inquérito, doravante designado por INV 2008-2009, incidiu sobre uma amostra de 8729 indivíduos, representativa de toda a população residente em Portugal, com 15 ou mais anos e consistiu na aplicação de um inquérito, realizado através de entrevistas na rua, composto por 46 questões, divididas por três grupos, visando, respetivamente, a caracterização do inquirido, dados sobre vitimação e dados sobre segurança e policiamento (Almeida, 2010, p. 25-30). No que respeita às questões sobre vitimação, tanto incidiam sobre o historial da vítima no tempo, como focavam vitimação do inquirido ocorrida nos “últimos 6/12 meses”. Também eram efetuadas questões sobre a não participação das ofensas às forças/serviços de segurança e o sentimento de insegurança dos inquiridos.

No que respeita aos resultados do INV 2008-2009, realçamos o seguinte parágrafo, da autoria de Paulo Pereira de Almeida (Almeida, 2010, p. 47) que resumem os resultados do inquérito da seguinte forma: “De notar que nos últimos seis meses em relação à data de aplicação do INV 2008-2009, os inquiridos foram vítimas de 802 crimes, nos quais se destacam o furto por carteirista, o furto no seu estabelecimento comercial e o roubo de telemóvel. Desses crimes mais recentes, os que na sua maioria não foram reportados às forças de segurança são: o roubo por carteirista; o roubo da identidade (ex. via internet); o roubo de algo que trazia consigo; o roubo de leitor de música portátil; o roubo de roupa; o roubo de telemóvel; a utilização indevida de cartão de crédito/multibanco; a extorsão; os insultos/injúrias à sua pessoa; as ofensas corporais; a violência doméstica; e o assédio sexual. Numa comparação entre os dados divulgados no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2008 e os dados apurados no INV 2008-2009, verificamos que, nos crimes contra o património, o tipo de crimes em que se verifica uma diferença significativa entre os reportados no RASI e os reportados no INV 2008-2009 são o furto em estabelecimento comercial e o furto por carteirista. Considerando a criminalidade violenta e grave, verificamos que é a extorsão o único tipo de crime em que se apura uma diferença significativa entre os valores que foram reportados no RASI e os que foram reportados no INV”.

Refira-se que Paulo Pereira de Almeida (2010, p. 37), no quadro onde plasma a vitimação recente e o respetivo reporte às polícias, só menciona 787 ofensas criminais, sendo que 56,92% não terão sido participadas às polícias, o que representa uma diminuição substancial relativamente ao inquérito de vitimação de 1994. Eventualmente, poder-se-á interpretar como uma evolução positiva na redução das designadas cifras negras. Acresce ainda ao referido, de acordo com Paulo Pereira de Almeida, os seguintes resultados gerais: No que tange ao sentimento de (in)segurança subjectivo, verificou-se que 41,6% dos inquiridos se sentiam inseguros/as em Portugal (p. 38), apesar de 70,5% dos inquiridos terem respondido sentirem-se inseguros/as na zona onde residiam (p. 39); da amostra total, o conjunto de inquiridos que se sentiam “muito inseguros” era composto por 26,7% do escalão etário a partir dos 65 anos, inclusive; 61,9% pertencentes ao escalão etário entre os 25 e os 64 anos e 11,4% com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos (p. 43); da amostra total, o conjunto de inquiridos que se sentiam muito inseguros era composto por 58,67% do género feminino e 41,33% do género masculino, sendo que, em termos de situação conjugal, eram os casados que compunham a maior parte dos que se sentiam muito inseguros, com 61,4% (p. 44); No que concerne à importância que os inquiridos atribuíam a um conjunto de “medidas de políticas públicas de segurança”, destacaram-se como muito importantes “ (...) aumentar o controlo e fiscalizar a utilização de armas; aumentar o número de acções policiais; recuperar os espaços degradados; e aumentar o patrulhamento automóvel” (p. 47).

No que respeita aos crimes contra a autodeterminação sexual de menores, Paulo Pereira de Almeida não presta qualquer esclarecimento a este respeito, mas atendendo à tipificação dos crimes constantes daquela secção do CP, não nos parece que os mesmos pudessem ser abrangidos pelo INV 2008-2009, uma vez que aos inquiridos era questionada vitimação direta, isto é, eles próprios haviam sido vítimas, pelo que os menores de 15 anos não se encontram representados na amostra. Como tal, não entendemos como é possível Paulo Pereira de Almeida apresentar nos quadros de “vitimação consumada” e “vitimação tentada”, respetivamente 2 e 8 casos reportados de “Abuso sexual” (2010, p. 32-34), pelo que só podemos entender que esta categoria de crime não corresponde ao

conteúdo jurídico constante no Código Penal. Conforme já sublinhámos, existe, em diversos crimes, uma discrepância entre as categorias criminais percebidas ou questionadas e as categorias juridicamente definidas.

Destacamos ainda outro inquérito de vitimação e de criminalidade autorrevelada, em Portugal, realizado nas regiões dos Açores, Beira Interior, Douro Litoral e Minho, com uma amostra de 6120 indivíduos com 12 ou mais anos de idade, com o intuito de “captar a realidade da vitimização entre 2005 e 2009”. Este estudo foi realizado por Alberto da Costa Ribeiro Peixoto e os seus resultados plasmados na Tese de doutoramento em Sociologia, pela Universidade Nova de Lisboa, em 2012, intitulada “Propensão, experiências e consequências da vitimização: representações sociais”. Atendendo à dimensão da amostra, pareceu-nos razoável abordar brevemente os seus resultados, especialmente no que tange à percentagem de vitimação, tendo deste estudo resultado que “ (...) quase 20% da população entrevistada assumiu já ter sido vítima, pelo menos uma vez, ao longo da vida”, revelando que 55,5% das vítimas tinham denunciado sempre os crimes e 0,4% denunciaram “algumas vezes” (p. 84). Portanto, cifras negras, na perspetiva do Autor, na ordem dos 44,5%, sendo que destes valores, 97,3% se deveram a motivos que “ (...) recaem sobre a representação social em torno da eficácia do sistema de justiça e seus operadores” e sobre a justificação de não valer a pena a sua denúncia (55,4%) (p. 85).

O Autor releva ainda a discrepância entre a taxa de criminalidade apurada resultante do seu estudo (57,3 crimes, por cada 1000 habitantes, referentes ao ano 2009) e o anunciado no RASI de 2009, o qual, com os mesmos critérios, refere uma taxa de 37,7 crimes (Peixoto, 2012, p. 88).

A vitimação, ao longo da vida, sob a forma de violência sexual, obteve, neste estudo, um apuramento muito modesto, sendo a forma de violência menos vitimadora (0,1% da amostra, todos do género feminino) (Peixoto, 2012, p. 200). Contudo, na vertente da criminalidade autorrevelada, a agressão sexual revelou uma assunção desta conduta na ordem dos 0,5%, constituindo este grupo de pessoas uma acentuada vitimação criminal (p. 166). O Autor apresenta as suas

conclusões⁶⁴⁸, culminando na asserção de que a política criminal “(...) deveria ser um instrumento fulcral na minimização das consequências da vitimização” (Peixoto, 2012, p. 321).

Nenhum dos inquéritos acima referidos faz menção ao crime de pornografia de menores, sendo de sublinhar que o primeiro, realizado em 1994, não o poderia ter mencionado porque ainda tais condutas não estavam previstas no nosso ordenamento jurídico.

Outra fonte de informação relativa à vitimação é, precisamente, a ONG portuguesa “Associação Portuguesa de Apoio à Vítima” (APAV), que tem publicado os seus relatórios anuais de atividade, assim como tem efetuado inquéritos de vitimação, designando-os de *Barómetros*. Quanto aos primeiros, iremos focá-los na secção que dedicámos às informações estatísticas que recolhemos de várias instituições e entidades. No que respeita aos aludidos barómetros, a APAV, realizou inquéritos relacionados com a perceção da criminalidade e o sentimento de insegurança (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e Intercampus, 2012)⁶⁴⁹, em 2012, e sobre a perceção de violência contra as crianças e jovens (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e Intercampus, 2015)⁶⁵⁰, em 2015. Tendo em mente a reduzida amostragem, não serão despidiendos os resultados obtidos, em ambos os inquéritos, sendo que o primeiro incluía uma questão sobre vitimação. Desta forma, o inquérito sobre a perceção da criminalidade e o sentimento de insegurança concluiu que 5% dos inquiridos informou ter sido “assaltado, agredido ou vítima de um outro crime nos últimos 12 meses”.

⁶⁴⁸ Assim, “(...) três conclusões principais obtidas e que, de um modo expressivo, rompem com o discurso tradicional em torno da vitimização, sendo: 1) não é verdade que ao nível da vitimização em geral as mulheres possuam maior propensão para a vitimização que os homens; 2) apesar da admissibilidade do factor aleatoriedade em alguns episódios, a vitimização resulta sobretudo da interacção de quatro classes de factores não estanques, nomeadamente, os factores sociodemográficos, os factores contextuais, os factores grupais e os factores emocionais; 3) as estratégias de intervenção baseadas em avaliações do risco individual de vitimização constituem-se como a mais adequada forma de prevenção” (Peixoto, *op. cit.*, 2012, p. 320).

⁶⁴⁹ Vide ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA; INTERCAMPUS - **Criminalidade e insegurança**. Portugal, 2012. A amostra foi constituída por 601 entrevistas telefónicas a indivíduos com mais de 14 anos de idade, residentes em Portugal Continental.

⁶⁵⁰ Vide ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA (APAV); INTERCAMPUS - **Perceção da população portuguesa sobre a violência contra crianças e jovens**. Portugal. 2015. A amostra foi constituída por 807 entrevistas pessoais e diretas, distribuídas proporcionalmente por Portugal Continental, por maiores de 17 anos de idade.

No que respeita ao inquérito sobre a perceção da violência cometida contra crianças e jovens, conclui que mais de metade dos inquiridos perceciona um aumento nos últimos anos, de violência perpetrada contra crianças e jovens, reunindo maior consenso o percecionado aumento de formas de violência na escola, o *bullying* e a violência através da Internet e das TIC. Questionados os inquiridos sobre violência sexual em meio familiar e sobre violência sexual fora da família, o resultado foi semelhante, sendo que 61% e 62%, respetivamente, consideraram que ocorreu um aumento de vitimação, nos últimos anos. Sobre a “perceção da gravidade e impacto na saúde física e mental da criança ou jovem vítima”, do total da amostra, constituída por 807 inquiridos, 39 cotaram a categoria “violência, agressão, intimidação ou assédio através da Internet e das novas tecnologias” como correspondendo ao topo da gravidade e impacto, numa escala de zero a dez (p. 10). A categoria percecionada como mais gravosa e impactante foi a “violência sexual em meio familiar”, sendo também considerada prioritária na prevenção e combate ao fenómeno (p. 11). No que concerne às “estruturas mais importantes na prevenção e combate à violência contra crianças e jovens”, a maioria indicou a família, seguida da escola (p. 13). Da amostra, 23% dos inquiridos referiu ter conhecimento de situações em que crianças e/ou jovens foram vítimas de algum tipo de violência (p. 14), e dos que assim responderam, quando questionados se essas vítimas alguma vez tinham recebido algum tipo de apoio, apenas 56% respondeu afirmativamente, tendo este sido providenciado, em maior percentagem, pela escola, seguida da família (p. 17). Destacamos ainda, a percentagem de inquiridos que respondeu negativamente, quando questionados se tinham comunicado a alguma pessoa e/ou estrutura situações de violência praticada contra crianças e jovens de que tivesse tido conhecimento: 62% (p. 18).

3.2.3 Estatísticas criminais ou de criminalidade participada

As estatísticas criminais visam o conhecimento sobre o fenómeno criminal, as suas tendências e contextos sociais, das suas vítimas e agressores (Lourenço, "Estatísticas criminais", 2015, p. 197), tendo uma tradição de décadas nos países

ocidentais⁶⁵¹. Como já tivemos oportunidade de aflorar, a generalidade dos países recolhe dados de natureza criminal para obter uma aproximação à realidade criminal, baseando-se nos dados produzidos pela atividade das polícias e demais órgãos judiciais. De acordo com João Carlos Carvalho dos Santos (2011, p. 5-6)⁶⁵², “as estatísticas criminais têm como objetivo principal oferecer-nos um quadro descritivo da criminalidade recolhida pelas várias instâncias de controlo tenham elas carácter oficial ou não oficial. As estatísticas oficiais de acordo com a sua proveniência podem-se classificar de policiais, judiciais e penitenciárias relativamente às fontes donde provenham. Em Portugal as estatísticas oficiais são, fundamentalmente, coligidas pelas polícias, pela Direção Geral da Política de Justiça e pela Direção Geral dos Serviços Prisionais, ambas as direções integradas no Ministério da Justiça, que fazem uso de bases de dados, relativamente, distintas”.

Sendo a criminalidade um fator relevante para o bem estar das populações, “a redução da criminalidade tem conotações políticas e as promessas políticas assentes neste desígnio são frequentemente encaradas como uma forma de ganhar votos” (Moss, 2016, p. 417)⁶⁵³. Redução de taxas de criminalidade podem ser interpretadas como sucesso político e tal pendor é naturalmente ambicionado pelos governos.

3.3 Estatísticas internacionais e europeias e a problemática da comparabilidade

Para termos uma noção da gravidade dos níveis de criminalidade registados tendemos a efetuar comparações com outros países. Apercebemo-nos dos índices

⁶⁵¹ A título exemplificativo, em França existe estatística criminal desde 1825, consistindo na contagem das decisões judiciais. Este método veio a ser alterado posteriormente (Maillard, *op. cit.*, 1994, p. 11).

⁶⁵² Vide SANTOS, João Carlos Carvalho Dos - **A política prisional e a criminalidade portuguesa contemporânea**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011.

⁶⁵³ Cf. Moss, K. (2016). Redução da criminalidade. In *Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade* (1.ª, pp. 416–418). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

da estatística criminal quando comparamos esses valores com países que partilham características semelhantes e no âmbito da UE esta comparação é ainda mais premente. Contudo, a comparação direta apresenta grandes dificuldades, pois a comparabilidade das estatísticas da criminalidade participada nos diversos países, com o intuito de estabelecer o maior ou menor índice de criminalidade é um exercício pouco rigoroso, tendo em consideração que vários fatores determinam resultados diferentes, a saber: a existência de diferentes sistemas legais e judiciais, diferentes práticas de registo e extração de dados estatísticos, diferentes regras e momentos na contagem de crimes, diferentes tipos de ofensas incluídas em cada categoria específica, diferentes taxas de participação dos crimes e diferente organização e eficiência dos sistemas de justiça criminal (Aebi, 2008)⁶⁵⁴. Yaman Akdeniz sublinha as dificuldades na obtenção de dados estatísticos providenciados pelas autoridades dos Estados e as existentes pecam por serem limitadas e pouco detalhadas (2008, p. 271)⁶⁵⁵.

Conforme alerta Jehle (2012, p. 160), especificamente no que respeita aos crimes sexuais, estes podem apresentar-se como um conceito vago, em termos de comparação internacional, pois apenas a nível nacional o conceito é relativamente estável e comparável anualmente. Há necessidade de ter em mente que, apesar das tentativas de normalização dos conceitos, especialmente com o desenvolvimento da quarta edição do “*European Sourcebook*” (Aebi *et al.*, 2014)⁶⁵⁶, as diferenças nacionais permanecem, conforme refere o Autor:

“Even though there is a core of convergence in European jurisdictions as far as rape and sexual abuse are concerned, one still has to be careful

⁶⁵⁴ Vide AEBI, Marcelo F. - Measuring the influence of statistical counting rules on cross-national differences in recorded crime. Em AROMAA, KAUKO; HEISKANEN, MARKKU (Eds.) - **Crime and Criminal Justice Systems in Europe and North America 1995-2004**. Helsínquia, Finlândia: European Institute for Crime Prevention and Control affiliated with the United Nations (HEUNI), 2008. No mesmo sentido, Jean Maillard (*op. cit.*, 1994, p. 14).

⁶⁵⁵ Vide AKDENIZ, Yaman - **International child pornography and the law: national and international responses**. Inglaterra: Ashgate publishing Limited, 2008. ISBN 978-0-7546-2297-0.

⁶⁵⁶ O relatório “*European Sourcebook of crime and criminal justice statistics*”, cuja primeira edição ocorreu em 1993, sob os auspícios do Conselho da Europa, foi preparado por um grupo de peritos que constituíram uma entidade legal denominada European Sourcebook of Criminal Justice, que recolheram dados de 41 países relativos aos sistemas judiciais, estatísticas criminais, sistema penal, entre outros. Vide AEBI, Marcelo F. *et al.* - **European sourcebook of crime and criminal justice statistics**. Helsínquia, Finlândia: European Institute for Crime Prevention and Control affiliated with the United Nations (HEUNI), 2014.

because there are still remarkable deviations in the crime definitions. Beyond the differences in definitions there are discrepancies in the field of statistical recording on police level and of discretion on prosecution level that influence the figures and conviction ratios”.

Por estes motivos, são desaconselháveis comparações diretas dos níveis de crimes de diferentes países, devendo-se privilegiar a análise de tendências⁶⁵⁷. No sentido da normalização das práticas estatísticas, tem vindo a União Europeia a reiterar a necessidade de estatísticas adequadas, credíveis e comparáveis, pese embora a dificuldade que tal empreendimento comporta, pois os dados relacionados com crime não são fáceis de recolher e a sua medição representa um desafio (Eurostat, 2016)⁶⁵⁸. O estabelecimento de práticas semelhantes para todos os EM representaria consideráveis mudanças nos respetivos sistemas estatísticos.

Conforme elucida Marcelo F. Aebi (2008, p. 201) do estudo empírico levado a cabo sobre dados recolhidos em 2003, verificou que diferenças significativas nas regras de contagem da criminalidade participada (policial) em países europeus produziam resultados enviesados e insuscetíveis de comparação direta. Relevantes para os resultados foram as informações prestadas pelos países sobre os seguintes parâmetros: o momento em que é recolhida a informação estatística da criminalidade participada (se logo no momento do registo do processo, se num momento intermédio ou se quando a investigação finaliza); qual é a unidade de contagem utilizada (por ofensa, caso ou decisão); como é contada a ofensa cometida por mais do que um infrator (se conta como uma ofensa ou duas ou mais, por cada um dos ofensores); se é aplicada a regra da principal ofensa (num caso, conta apenas a ofensa mais grave); como são contadas múltiplas ofensas do mesmo tipo (se contam cada uma das ofensas ou apenas uma).

⁶⁵⁷ Neste sentido, Aebi (*op. cit.*, 2008, p. 217): “A third alternative would be to restrict the use of crime statistics to comparisons of crime trends only, although in this case the researcher must check for eventual modifications of the counting rules applied during the period studied” e “until that moment arrives, our analysis suggests that any cross-national comparison of recorded crime rates should pay special attention to the issue of the statistical counting rules applied in each country”.

⁶⁵⁸ Vide EUROSTAT - Crime and criminal justice statistics - methodological guide for users (2016).

Conclui o Autor (Aebi, 2008, p. 216) que “although our analysis does not prove that cross-national differences in recorded crime are due to the statistical counting rules used in each country, it strongly suggests that these rules play a major role in the explanation of those differences”. Acrescenta, sobre a fonte dos dados de cada país, a qual comporta de origem as diferenças de contagem da criminalidade sobre a qual assentam vários instrumentos de medição do crime, de diferentes instâncias internacionais, conforme ressalva desta forma:

“The combination of collections of international crime statistics such as the European Sourcebook, Interpol’s International Crime Statistics or the United Nations Survey on Crime Trends and Criminal Justice Systems presents the problem that all these collections are based on the same national crime statistics, which explains why their crime rates are usually correlated” (Aebi, 2008, p. 217).

A UE efetuou a sua primeira recolha de dados desta natureza em 2005, sendo acessíveis, no decurso dos anos, no sítio de internet “Eurostat” da Comissão Europeia⁶⁵⁹. O ano 2014 representou um marco importante ao conjugar os dados estatísticos de um universo alargado de nações, agregando a cooperação entre o Eurostat e o UNODC. Contudo, no que ao crime de pornografia de menores importa, salienta-se a omissão de dados desagregados. A disponibilidade de estatísticas mais aproximadas ao crime em questão, encontram-se agregadas nos “Crimes sexuais contra crianças” (“Sexual Offences Against Children”) englobando crimes de pornografia de menores, lenocínio de menores, violação e outras relativas à exploração sexual de crianças, disponibilizando o número de crimes desta natureza registados pelas polícias e a respetiva taxa por 100.000 habitantes, entre 2003 e 2014, registados por 108 países do mundo. Atendendo à extensão da tabela resultante, optámos por escolher os países sobre os quais, em secção anterior, afluíram os respetivos ordenamentos jurídicos relativamente ao crime de pornografia de menores, de forma a abranger todos os continentes numa pequena

⁶⁵⁹ Vide em <http://ec.europa.eu/eurostat> (acedido em 2016-06-08). O Eurostat é o gabinete da UE que agrega e providencia estatísticas sobre assuntos diversos, relativas aos seus membros e também de países não membros, as quais permitem comparação entre países e regiões.

amostra das taxas dos crimes sexuais cometidos contra crianças, nos anos 2005, 2010 e 2014⁶⁶⁰ acrescido dos valores de Portugal.

Total Sexual Offences against Children at the national level, number of police-recorded offences							
Sub Region	Country	Contagem			Taxa por 100,000		
		2005	2010	2014	2005	2010	2014
Northern Africa	Egypt	113	73		0.4	0.2	
Southern Africa	Botswana		518	535		64.0	63.2
Caribbean	Bahamas	202	267		196.8	264.7	
Northern America	Canada		3,684	4,452		53.2	64.1
South America	Bolivia (Plurinational State of)		3,273			80.6	
Eastern Asia	Japan	5,845	4,307	4,226	27.3	21.0	21.1
South-Eastern Asia	Philippines	6,32	4,906		16.8	13.2	
Southern Europe	Spain		1,299	1,127		16.0	13.9
Western Europe	Belgium	3,641	4,036	3,584	167.5	181.6	158.3
Western Europe	Germany	13,962	17,72	18,664	96.7	132.9	144.9
Australia and New Zealand	New Zealand	1,221	1,512		113.4	139.0	
Southern Europe	Portugal	530	778	1,013	27.0	40.5	55.9

Tabela IX - Excerto de tabela contendo número e taxas de crimes sexuais contra crianças, registadas pelas polícias (Fonte: UNODC/ONU, disponível em <https://data.unodc.org>, acedido em 2017-10-09).

Observamos nesta pequena amostra de que há várias omissões de dados relativas aos anos que seleccionámos, sintoma da indisponibilidade dos mesmos por parte dos diferentes Estados. Nas colunas à direita, correspondendo à taxa por 100.000 habitantes, constatamos um apuramento intermédio de Portugal (55,9) relativamente aos restantes, destacando-se a Bélgica com a maior taxa e Espanha com a menor taxa.

A UNODC disponibiliza também os metadados, onde consta informação da conformidade de cada Estado com a definição de ofensas sexuais contra crianças (UNODC, 2015)⁶⁶¹ onde constatamos novamente que há Estados, como o Canadá, que não incorpora os dados do crime de pornografia de menores nesta categoria.

⁶⁶⁰ Os dados são pesquisáveis no sítio da UNODC, em <https://data.unodc.org/>. A recolha dos dados estatísticos a que aludimos foi efetuada em 09/10/2017.

⁶⁶¹ Vide UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UN-CTS Metadata (2014 - 2015). 2015). Acessível em <https://data.unodc.org/#state:2> (acedido em 09/10/2017).

Tais discrepâncias evidenciam a dificuldade na harmonização de métodos e legislação que potenciem a comparação entre Estados.

4. Estatísticas portuguesas e o crime de pornografia de menores

Em Portugal, é a Direção Geral da Política de Justiça (DGPJ), sob a tutela do MJ, que tem a responsabilidade, entre outras, pela produção da informação estatística do setor da justiça⁶⁶², delegada pelo INE.

A criminalidade registada pelos OPC é utilizada para medir taxas criminais e o seu preenchimento é obrigatório, pelo que todos os OPC (tantos de competência genérica como os específicos) preenchem e remetem o mapa de notação de crimes oficial, operacionalizado no “Modelo 262 – Mapa para notação de crimes” (Direção-Geral da Política de Justiça, 2016)⁶⁶³.

Os Inquéritos registados no MP não constam deste grupo e, como adiante veremos quando analisarmos os dados fornecidos pela PJ e os compararmos com as estatísticas oficiais da justiça, revela-se um fator extremamente importante no que respeita ao crime de pornografia de menores.

⁶⁶² A DGPJ do MJ, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho, tem por missão prestar apoio técnico, acompanhar e monitorizar políticas, assegurar o planeamento estratégico e a coordenação das relações externas e de cooperação, sendo ainda responsável pela informação estatística do sector da Justiça. O n.º 2 do mesmo Decreto-Lei especifica a delegação para recolha, tratamento e difusão da informação estatística. Como entidade delegada, a DGPJ fica sujeita ao cumprimento, na parte relevante, da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, do Decreto-Lei n.º 166/2007, de 3 de maio, assim como das normas estabelecidas na legislação comunitária, adotando o Código de Conduta para as Estatísticas Europeias e o Regulamento de Aplicação do Princípio do Segredo Estatístico do INE. A Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, define as bases gerais, as linhas orientadoras e os princípios por que se rege o Sistema Estatístico Nacional (SEN), nomeadamente no que respeita à delegação de competências do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), IP noutras entidades. Ao abrigo do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, foi celebrado o protocolo pelo qual são delegadas na DGPJ competências do INE para a produção e a difusão de estatísticas oficiais da Justiça.

⁶⁶³ Disponível em:
http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/metainformacao2925/anexos/inqueritos-estatisticos/estatisticas-das/notacao-de-crimes/mapas-mensais-de-notacao/downloadFile/attachedFile_f0/Mod._262_-_PSP_GNR_BFGNR_a_partir_de_2015.pdf?nocache=1418904928.9 (acedido em 2016-04-05).

A tabela de notação de crimes foi aprovada para utilização no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN) pela 148.^a Deliberação do Conselho Superior de Estatística (CSE), de 8 de janeiro de 1998, tendo sido objeto de aditamentos posteriores. Contando já alguns anos, esta metodologia foi alvo de alterações, para adequação às mudanças legislativas⁶⁶⁴.

No que respeita à introdução do crime de pornografia de menores neste mapa de notação de crimes, a mesma ocorreu após a 345.^a deliberação (Conselho Superior de Estatística, 2008)⁶⁶⁵, a qual argumenta a necessidade de alteração do mapa para o adequar “(...) a um conjunto de alterações legais, introduzidas pela Lei 59/2007, de 14 de setembro (Código Penal), na tipificação de alguns crimes, situação que determina a sua reclassificação em termos estatísticos”. Note-se que esta deliberação que introduz, em termos estatísticos, entre outros crimes, o crime de pornografia de menores, está datada de 22 de janeiro de 2008 (com efeitos retroativos a partir de 1 de janeiro do mesmo ano), o que representa um hiato de tempo superior a três meses entre a alteração legal e a sua repercussão nas estatísticas criminais oficiais.

Este mapa, a ser obrigatoriamente preenchido até ao dia 10 do mês seguinte a que se reporta, é constituído por quatro páginas, onde são listadas algumas infrações criminais e um quadro para notação de armas ou outros meios utilizados nos crimes de homicídio voluntário consumado, ofensa à integridade física voluntária grave e nos crimes de roubo. No que respeita à caracterização do “agente/suspeito” assim como do “lesado/ofendido”, apenas contempla três escalões etários (“menos de 16 anos”; dos “16 aos 24 anos” e, por último, o escalão mais lato de todos, “25 e mais anos”) e dois sexos (masculino/feminino) sendo completamente omissos relativamente a outro tipo de informação sobre os intervenientes.

⁶⁶⁴ Vide

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CSE&xpgid=cse_documentos_a&cse_docs_menu=40650379&combo_40650527=&combo_42866787=71376795 (acedido em 01/09/2015).

⁶⁶⁵ Vide CONSELHO SUPERIOR DE ESTATÍSTICA - 345.^a Deliberação do Conselho Superior de Estatística - Aprovação, para fins estatísticos, de alterações à «Tabela de crimes registados». **DOCT/2264/CSE/PCD**. Portugal. (2008) 1–5.

O mapa engloba o crime de pornografia de menores na categoria conjunta com o crime de lenocínio de menores, pelo que não nos é possível obter, oficialmente, o número de participações a cada um dos crimes, conforme se pode visualizar no excerto abaixo reproduzido:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA Direção-Geral da Política de Justiça Instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional (Lei n.º 22/2008, de 13 de Maio) de resposta obrigatória registado no INE sob o n.º 9823		ESTATÍSTICAS DA JUSTIÇA - JUSTIÇA PENAL MAPA PARA NOTAÇÃO DE CRIMES														
Órgão de polícia criminal Escolha a Entidade										Mês		INDIQUE O MÊS				
Crimes	Notícias/suspeitos/lesados/valor	Notícias de crimes	Agente/suspeito							Lesado/ofendido				Valor (em euros)		
			Das quais contra desconhecidos	Pessoas coletivas	Pessoas singulares					Pessoas coletivas	Pessoas singulares					
					Sexo	Idade	Menos de 16 anos	16 a 24 anos	25 e mais anos		Detidos	Sexo	Menos de 16 anos		16 a 24 anos	25 e mais anos
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
CRIMES PREVISTOS NO CÓDIGO PENAL																
CRIMES CONTRA AS PESSOAS																
Crimes contra a vida																
Homicídio voluntário consumado																
Homicídio por negligência em acidente de viação																
Homicídio por negligência em outras circunstâncias																
Aborto																
Outros crimes contra a vida																
Crimes contra a integridade física																
Ofensa à integridade física voluntária grave																
Ofensa à integridade física voluntária simples																
Ofensa à integridade física por negligência em acidente de viação																
Ofensa à integridade física por negligência em outras circunstâncias																
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos																
Violência doméstica contra menores																
Outros crimes de violência doméstica																
Maus tratos ou sobrecarga de menores																
Outros crimes de maus tratos																
Violação de regras de segurança																
Outros crimes contra a integridade física																
Crimes contra a liberdade pessoal																
Rapto, sequestro e tomada de reféns																
Ameaça e coação																
Tráfico de pessoas																
Outros crimes contra a liberdade pessoal																
Crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual																
Violação																
Abuso sexual de crianças, adolescentes e menores dependentes...																
Lenocínio e pornografia de menores																
Outros crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual...																

Tabela X - Excerto do Mapa para notação de crimes. Fonte: DGPJ, 2016.

O Mapa para notação de crimes não é exaustivo na elencagem de todos os crimes previstos no nosso ordenamento jurídico e as categorias nem sempre correspondem diretamente aos artigos do CP, razão pela qual necessita de explicação sobre os procedimentos de preenchimento. Acompanha-o um “Manual de preenchimento”⁶⁶⁶ que explicita as regras de preenchimento, das quais destacamos as mais relevantes:

⁶⁶⁶ Vide DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA - Manual de preenchimento - Modelo 262 - Crimes registados 2016. Portugal. 1–54.

- A indicação de um crime por cada ocorrência, indicando apenas o mais grave;
- Tudo o que acontecer no mesmo tempo e lugar é contado como um único crime, devendo ser indicado apenas o mais grave;
- A tentativa é considerada apenas em alguns crimes ou incorporada noutra rubrica (v.g. a tentativa de abuso sexual de criança é contabilizada na rubrica, de âmbito lato, “outros crimes contra a liberdade sexual”).

Da adoção destas regras resulta que todos os processos-crime nos quais estejam em causa dois crimes, só o “mais grave”, isto é, o crime que comina a maior pena de prisão, é contabilizado para as estatísticas policiais.

A adoção da regra do crime mais grave, denominada “*principal offence rule*”, conforme ressalva Aebi (2008, p. 205) introduz fortes nuances na contagem dos crimes, pois em países nos quais é utilizada a regra da principal ofensa ou infração, apenas os crimes mais graves são registados. Nos países onde tal regra não se aplica, cada ofensa é registada independentemente. Tal divergência tem como consequência, no final de cada ano e após o registo de centenas de ofensas, que o total de ofensas registado será significativamente diferente. Outro fator importante para os resultados estatísticos, ressaltado por Aebi (2008, pp. 207–208) é o momento da coleta dos dados. Como já referimos, a coleta dos dados da criminalidade participada às polícias é efetuada pela DGPJ mensalmente, o que implica um curto espaço temporal entre a participação do crime e o apuramento dos factos ilícitos, potenciando a imprecisão que a investigação criminal poderia colmatar.

De acordo com este Autor, sustentando-se em estudos concretizados por terceiros (Sellin, 1951, President’s Commission 1967 in Aebi, 2008, p.207), o número de crimes registados pelas entidades oficiais diminui à medida que o processo avança no sistema judicial, pelo que será expectável que “(...) countries using input statistics will present higher crime rates than countries using output statistics”. No mesmo sentido, advoga que a validade e confiança nos dados obtidos prematuramente, isto é, assim que a participação criminal é registada pelas polícias, poderá ser

problemática uma vez que a investigação criminal poderá revelar que o mesmo foi registado numa tipologia criminal incorreta e, no desenrolar do processo, constatar-se que correspondia a outro tipo de ofensa, ou até revelar a inexistência de ilícito penal e, em resultado, ser removido das estatísticas criminais⁶⁶⁷.

Pese embora as críticas que se possam apontar, o mapa para a notação de crimes da DGPJ é o instrumento de recolha de criminalidade registada pelas polícias em vigor em Portugal, cujos resultados são plasmados no sítio de Internet da DGPJ, no espaço reservado ao SIEJ — www.siej.dgpj.mj.pt — sob a epígrafe “Estatísticas Oficiais da Justiça”, onde estão disponíveis, de acesso público, os resultados já referidos, alguns destaques de alguma criminalidade (dos quais, até à data da nossa consulta — 13 de abril de 2017 — nenhum relacionado com crimes de natureza sexual), assim como as estatísticas relativas a outros atores do sistema criminal, judicial e penitenciário.

4.1 Estatísticas oficiais da Direção-Geral da Política de Justiça

Como já observado na introdução que precede esta secção, as estatísticas oficiais são, após a respetiva recolha e tratamento, disponibilizadas publicamente, ficando acessíveis aos cidadãos, através de sítio de internet. Por este meio, acedemos e adaptámos as tabelas providenciadas pelo SIEJ/DGPJ, com o objetivo de tomar conhecimento dos dados estatísticos relativos ao crime de pornografia de menores e o seu enquadramento no geral da criminalidade registada. A recolha foi efetuada em todos os dados disponíveis, por ano, cabendo-nos recordar que os dados relativos ao ano de 2007 apenas compreendem o último trimestre, uma vez que a alteração legislativa quer autonomizou o crime de pornografia de menores no CP

⁶⁶⁷ Cf. o Autor (Aebi, *op. cit.*, 2008, p.208) esclarece, “Output statistics could thus be considered as more reliable than input statistics, but at the same time they are less valid than the former because some offences may disappear from the statistics only because the police were unable to find relevant evidence”.

só entrou em vigor em 15 de setembro daquele ano. Tendo isto em mente, discriminamos seguidamente os dados que recolhemos.

Dados providenciados pelas polícias (entre 2007 e 2016):

- O número de crimes registados pelas polícias, por tipo de crime, por ano;
- O número de lesados/ofendidos⁶⁶⁸ por escalão etário e por sexo, de acordo com os crimes registados pelas polícias;
- O número de agentes/suspeitos⁶⁶⁹ identificados em crimes registados pelas polícias, por sexo, por crime;
- O número de agentes/suspeitos identificados em crimes registados pelas polícias, por escalão etário, por crime;
- O número de agentes/suspeitos detidos, por crime.

Dados providenciados pelos tribunais judiciais de 1.^a instância (entre 2007 e 2015):

- O número de processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.^a instância, por crime;
- O número de arguidos intervenientes em processos findos em tribunais judiciais de 1.^a instância, por crime;
- O número de condenados em processos crime findos em tribunais de 1.^a instância, por crime.

Importa sublinhar, antes de mais, que no decurso deste estudo viemos a constatar a ausência de um valor considerável de Inquéritos (ou processos crime) relatado pelo MP, conforme iremos detalhar em sede própria. Perante as dúvidas suscitadas por esta ausência nas estatísticas oficiais, envidámos contacto com a DGPJ em novembro de 2017 com o intuito de obter esclarecimentos adicionais (DGPJ, 2017,

⁶⁶⁸ Sempre que nos referirmos a “lesados/ofendidos” teremos de ter em consideração, para efeitos das estatísticas oficiais da DGPJ, a respetiva definição, contida no Manual de preenchimento da DGPJ, a saber: “Lesado ou ofendido é a pessoa colectiva ou o indivíduo, pessoa singular, mesmo que menor de 16 anos ou incapaz, que sofreu directamente danos, pessoais ou patrimoniais, ocasionados pelo crime” (Direção-Geral da Política de Justiça, 2016, p. 3).

⁶⁶⁹ Sempre que nos referirmos a “agentes/suspeitos” teremos de ter em consideração a definição apresentada pelo Manual de preenchimento da DGPJ, a qual versa da seguinte forma: “Suspeito é o indivíduo sobre quem recaem fortes indícios de ser o autor do crime, mesmo que menor que 16 anos ou incapaz. Para efeitos do preenchimento do mapa, considera-se o suspeito identificado sempre que a vítima o viu ou entrevistou na altura do crime, sendo capaz de referir o seu sexo e/ou, aproximadamente, a sua idade ou pertença aos escalões etários” (Direção-Geral da Política de Justiça, 2016, p. 3).

Apêndice E1), tendo-nos sido confirmado de que apenas dispõe de dados providenciados pelas polícias (conforme DGPJ, 2017, Apêndice E2).

Passemos então a apresentar cada um dos elementos referidos, tendo sempre em mente o crime de pornografia de menores e a sua contextualização relativamente ao geral. A primeira tabela que apresentamos reproduz o número de crimes registados pelas polícias, por tipo de crime, entre os anos 2007 e 2016, a qual apresentamos numa posição lateral, por ser demasiado extensa para a posição vertical. Do mesmo modo procederemos para as tabelas seguintes que apresentem uma dimensão tal que não as permita disponibilizar verticalmente.

Número de crimes registados pelas autoridades policiais, por tipo de crime, por ano										
Crimes contra a liberd. autodeter. sex.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Violação	305	314	377	424	374	375	345	374	375	335
Ab.sex.crianc/adol./men. depend	123	593	668	778	784	779	859	1.013	1.044	979
Lenocínio e pornogr. menores	6	165	209	66	91	105	102	144	134	133
Ab. sex. crianc/adolesc/depend	523
Outr. contra lib. autodet.sex.	853	1.179	1.302	938	933	875	932	944	1.026	1.159
Número total de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais	1.810	2.251	2.556	2.206	2.182	2.134	2.238	2.475	2.579	2.606
Número total de crimes contra as pessoas	95.156	96.525	97.314	96.729	91.381	86.847	84.252	83.207	81.394	80.929
Número total de crimes	400.332	431.977	427.787	424.252	415.325	404.917	376.403	351.311	356.032	330.872

Tabela XI - Crimes registados pelas autoridades policiais, por tipo de crime. Fonte: Adaptado da DGPJ, disponível em www.siej.dgpj.mj.pt (2017-04-30). As células preenchidas com dois pontos reportam-se a dados protegidos pelo segredo estatístico.

Conforme anteriormente referimos, o crime de pornografia de menores está agregado ao crime de lenocínio de menores, razão pela qual não nos é possível saber o número de crimes correspondentes a cada um deles (*vide* DGPJ, 2017, Apêndice E2 que confirma da impossibilidade da sua desagregação). Dos mesmos dados públicos e tendo em conta apenas o ano de 2015, a título exemplificativo, constatamos que a categoria de crimes “lenocínio e pornografia de menores” representa apenas 0,03% da criminalidade geral, 0,16% da criminalidade contra as pessoas e 5,19% dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual. Valores despidiendos, comparativamente com o universo de dados criminais.

Da tabela antecedente (*Tabela XI - Crimes registados pelas autoridades policiais, por tipo de crime*) extraímos os valores correspondentes à criminalidade registada pelas polícias, à criminalidade contra a liberdade e autodeterminação sexuais e à categoria conjunta de lenocínio e pornografia de menores, para obtermos a tendência e disparidade de cada um destes valores, desde 2007 a 2016, plasmando-os no gráfico de linhas seguinte.

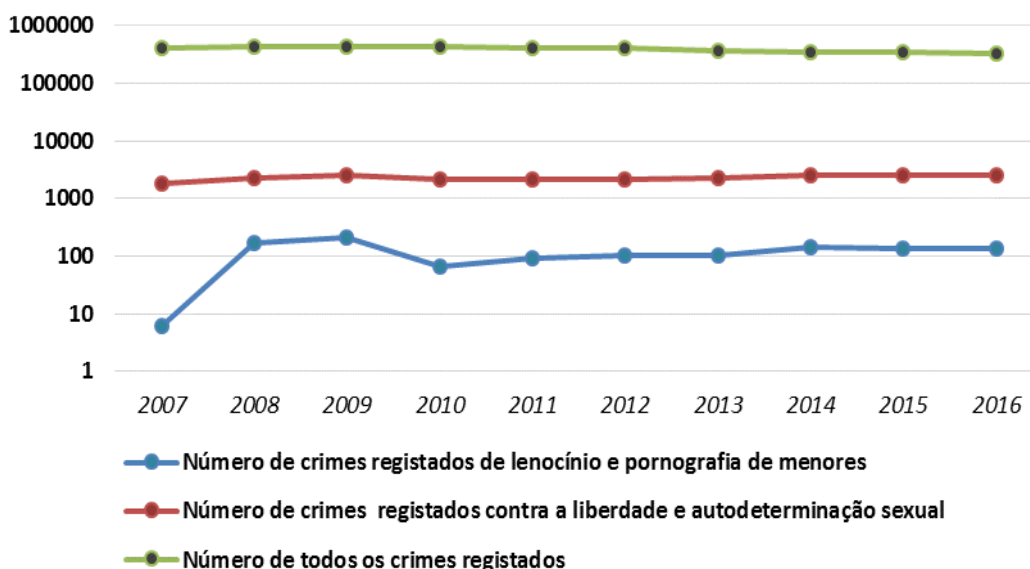


Figura IV – N.º de crimes de lenocínio e pornografia de menores, número de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais e número de todos os crimes registados, entre 2007 e 2016, por ano. Fonte: Adaptado da DGPJ, disponível em www.siej.dgpj.mj.pt (acedido em 2017-04-30)

O gráfico que antecede evidencia a tendência dos três grupos de criminalidade registada e a sua disparidade.

De seguida, apresentamos uma tabela contendo os valores relativos a lesados/ofendidos identificados em processos crime, segundo os três escalões etários aos quais já nos referimos anteriormente, distribuídos por categorias criminais:

Número de lesados/ofendidos identificados em crimes registados, segundo o escalão etário, por crime																														
Crimes contra a liberdade e autodeter.sex.	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016											
	<16	>24	<16	>24	<16	>24	<16	>24	<16	>24	<16	>24	<16	>24	<16	>24	<16	>24	<16	>24										
Violação	70	83	119	54	109	125	77	123	153	63	155	197	53	133	179	54	145	165	45	125	169	42	135	190	62	139	171	47	119	167
Ab.sex.crianc/adol./men.depend	82	6	3	589	53	17	570	82	18	629	86	95	629	75	115	600	87	116	708	100	121	826	96	157	858	138	164	777	112	112
Lenocínio e pornogr. menores	28	15	..	118	31	..	18	4	18	21	8	4	23	11	12	31	14	11	65	22	15	55	14	12	58	21	13
Ab. sex. crianc/adoles./depend	421	55	7	
Outr. contra lib. autodeter.sex.	303	222	307	359	318	482	292	274	582	258	292	432	276	269	470	259	295	423	310	297	476	326	294	473	290	303	529	336	368	574

Tabela XII - Número de lesados/ofendidos identificados em crimes registados, segundo o escalão etário, por crime, entre os anos de 2007 e 2016. Fonte: DGPJ, acessível em www.siej.dgpj.mj.pt (acedido em 2017-04-16).

A tabela seguinte apresenta o número de lesados e ofendidos identificados em crimes registados, segundo o sexo e por crime, entre os anos 2007 e 2016.

Nº de Lesados/Ofendidos identificados em crimes registados, segundo o sexo, por crime																				
Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Violação	20	235	24	227	31	190	23	210	23	162	7	186	15	150	15	169	24	173	16	165
Ab.sex.crianc./adoles. depend	92	291	53	254	81	359	83	336	81	341	106	359	100	377	88	402	87	304
Lenocínio e pornogr. menores	6	30	15	126	15	12	4	17	13	15	3	26	10	38	6	16	9	34
Ab. sex. crianc./adoles./depend	90	304
Outr. contra lib. autodet.sex.	108	751	220	1.023	281	1.047	123	796	117	824	94	809	111	871	115	863	124	872	126	1.012
Nº total de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	218	1.290	342	1.571	380	1.617	242	1.377	227	1.339	195	1.351	235	1.406	240	1.447	242	1.463	238	1.515
Nº total de crimes contra as pessoas	42.423	54.097	41.829	57.233	39.425	57.294	43.892	62.108	42.379	59.218	40.002	56.692	38.916	55.554	37.966	55.362	37.313	54.349	37.000	54.597
Nº total de Lesados/ofendidos por todos os crimes	175.539	119.745	191.433	134.329	177.951	130.463	179.834	137.729	176.899	133.808	165.342	128.552	154.027	123.195	146.821	121.856	140.477	120.219	131.468	116.965

Tabela XIII - Número de lesados/ofendidos em crimes registados, segundo o sexo, por crime, entre 2007 e 2016. Fonte: DGPJ em www.siej.dgpj.mj.pt (acedido em 2017-04-16).

Como podemos observar, o número de lesados e ofendidos pelos crimes de lenocínio de menores e pornografia de menores apresentam valores modestos, sendo evidente, em cada um dos anos, a maior vitimação do sexo feminino, exceto o ano de 2010. Quanto aos restantes anos sob análise, verifica-se semelhança quanto à prevalência da vitimação feminina no cômputo geral dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais.

Contudo, estes valores suscitam-nos algumas questões, nomeadamente a sua representatividade. Tais dúvidas provêm, por exemplo, dos valores avançados nos comunicados da PGR — acessíveis livremente através do seu sítio de Internet em *www.pgr.pt*⁶⁷⁰ — onde são referidos despachos de acusação contendo milhares de imagens, dos quais extraímos apenas alguns excertos exemplificativos, a saber:

- “04-04-2016: Crimes de pornografia infantil através da Internet / Prisão preventiva / DIAP de Lisboa Sede.
Foi detido em flagrante delito no passado dia 29.03.2016, na sua residência em Lisboa, um arguido que após apresentado ao JIC para primeiro interrogatório judicial, ficou em prisão preventiva atentos os fortes indícios da prática de cerca de 1262 crimes de pornografia infantil de menores”;
- “21-05-2015: Pornografia infantil agravada. Acusação. MP no DIAP de Lisboa / Sede.
O Ministério Público requereu o julgamento em tribunal colectivo de um arguido de 44 anos de idade pela prática de um total de 2155 crimes de pornografia infantil agravada”;
- “19-05-2015: Crime de pornografia de menor. Condenação em 7 anos de prisão. MP na secção criminal de Lisboa.
Por acórdão de 29.04.2015, o tribunal colectivo na 1ª secção criminal de Lisboa (antigas Varas Criminais) condenou um arguido na pena de 7 anos

⁶⁷⁰ Os comunicados da PGR são publicados e disponíveis para consulta, através de pesquisa no histórico, que foi o que fizemos, com a palavra “pornografia” em 2017-02-22, em <http://www.ministeriopublico.pt/comunicados>.

de prisão por um crime de pornografia de menores agravado(...). O arguido fora acusado do cometimento de 682.447 crimes de pornografia de menores, correspondentes ao número total de fotos e videos em suporte informático publicados ou partilhados ou descarregados no seu equipamento informático ou através dele, ficheiros esses com exibição de crianças ou jovens menores de 14 anos em situações de abuso sexual”;

- *“02-10-2014: Pornografia de menores na Internet. Acusação. MP no DIAP de Lisboa /Sede.*

O Ministério Público requereu o julgamento em tribunal colectivo contra um arguido de 38 anos pela prática de um total de 10.578 crimes de pornografia de menores agravada na Internet. Segundo as provas recolhidas este arguido armazenava no seu computador e nos discos ópticos apreendidos 5.289 ficheiros contendo imagens pornográficas com crianças menores de 14 anos (...);

- *“09-09-2014: Pornografia de menores agravada através da Internet. Acusação. Preso preventivo. MP no DIAP de Lisboa/Sede.*

O Ministério Público no DIAP de Lisboa requereu o julgamento em tribunal colectivo contra um arguido de 42 anos pela prática de 74.636 crimes de pornografia de menores agravados. O arguido tinha no seu computador e nos mais variados ficheiros um excepcional volume de imagens contendo crianças em actos pornográficos com adultos ou em outras circunstâncias igualmente criminosas, descarregadas de ficheiros de abuso sexual de crianças, as quais partilhava através da internet”.

Estes excertos, que referem milhares de imagens de pornografia de menores, nas quais poderão estar vitimadas igual ou semelhante proporção de vítimas não são coincidentes com os valores apresentados pelas estatísticas oficiais fornecidas pela DGPJ. Mesmo considerando a possibilidade de uma mesma vítima estar fotografada repetidamente em coleções de fotografias. Esta discrepância abismal leva-nos a questionar se cada menor representado nas imagens é efetivamente contabilizado como vítima nas estatísticas oficiais.

No entanto, para constituir crime de pornografia de menores, a pessoa retratada tem de aparentar ou ser menor de 18 anos de idade⁶⁷¹, presumindo-se possível, na maioria das vezes, determinar o sexo da vítima. Estes são os elementos mínimos requeridos para o preenchimento do “Mapa para a notação de crimes”, conforme verificámos previamente.

A discrepância entre o número de imagens apreendidas onde estão retratados menores e as estatísticas oficiais da DGPJ, sugere-nos que nem todas as vítimas deste crime são consideradas para a estatística, subsistindo um hiato gigantesco.

As razões para tais procedimentos poderão não ser totalmente atribuíveis à DGPJ, podendo, eventualmente, estar relacionadas com insuficiência de recursos, aquando da perícia forense⁶⁷², no tocante à análise de todas as imagens recolhidas, com o propósito da individualização e identificação da vítima. Para obter a individualização de cada uma das vítimas retratadas, ter-se-ia que dispor de equipamento e *software* com capacidade para comparação facial, que permitisse determinar o número de vítimas (por vezes retratadas em diferentes fases de crescimento⁶⁷³).

⁶⁷¹ A determinação da idade da vítima é indispensável ao preenchimento do tipo de ilícito, assim como para efeitos de agravamento. Para se determinar a idade da vítima, deve-se solicitar perícia do material apreendido ao Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses. É emitido um parecer sobre a idade aproximada do menor, “(...) geralmente não determinando uma idade concreta, mas um intervalo etário, e fundamentam-se na escala conhecida como «Estádios de Tanner» (Pinto, *op. cit.*, 2016, p. 113). De acordo com Ana Paula Rodrigues (*op. cit.*, 2011, p. 276), não sendo possível identificar a vítima e sendo necessário determinar a respetiva idade, a prova dos factos “(...) baseia-se muitas vezes em imagens reportadas à escala dos «Estádios de Tanner», reforçadas e conjugadas com as regras da experiência de vida, da normalidade e da apreciação do homem médio no caso concreto”. Conforme nos informa Sândia Alves, na sua dissertação de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses (Alves, *op. cit.*, 2014, p. 63), Portugal não dispõe de “(...) qualquer ferramenta informática que permita analisar a idade com base em fotografias”.

⁶⁷² Veja-se a este respeito, as considerações do relatório do Gabinete Cibercrime (Gabinete Cibercrime, 2016, ponto 17), relativo ao primeiro semestre de 2016, no que respeita aos processos de investigação criminal do crime de pornografia de menores: “Por outro lado, todos estes processos supõem a realização de perícia informática, a qual é quase sempre um imprescindível meio probatório. É sabido que as perícias, em regra a cargo da Polícia Judiciária, estão a ser realizadas com um enormíssima demora e atraso – que anda pelos três anos”. Cf. GABINETE CIBERCRIME - **Inquéritos referentes a pornografia infantil - primeiro semestre 2016.**

⁶⁷³ Também Ângela Pinto (*op. cit.*, 2016, p. 113) se pronuncia a respeito das dificuldades de identificação das vítimas, atendendo ao facto de “(...) na maioria das situações, os menores que surgem representados se encontrarem em fase de crescimento, com características físicas em constante alteração, compreende-se a natureza hercúlea da tarefa de identificação desses

A este respeito foi questionado Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 7), referiu que “(...) a partir do momento em que se identifica uma vítima, não só ela é subtraída às mãos do abusador como permite determinar que idade é que tinha, quando determinadas imagens ou vídeos foram feitos”, mas que para atingir esse objetivo “(...) são necessárias bases de dados. Não só a base de dados da Interpol, mas base de dados a nível nacional”.

Conforme ressalva Ângela Pinto (2016, p. 113) “na verdade, a esmagadora maioria do material de pornografia infantil encontrado em Portugal tem origem no estrangeiro”.

Provindo da mesma fonte, a DGPJ, é também possível compilar os dados relativos ao número de agentes/suspeitos identificados em crimes registados, segundo o sexo, por crime, conforme a tabela que se segue:

menores”, sendo certo que a identificação da vítima, para efeitos da perseguição penal do ofensor, não constitui elemento necessário.

Número de agentes/suspeitos identificados em crimes, segundo o sexo, por crime																				
Crimes contra a liberdade e autodeter sex.	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Violação	264	4	245	7	244	5	194	5	140	7	147	3	159	9	144	3	142	7	145	..
Ab.sex.crianc/adol./men.depend	18	3	337	13	353	18	316	7	321	10	310	11	331	16	394	9	349	19	321	16
Lenocínio e pornogr. menores	44	7	112	15	11	4	22	7	24	10	32	15	39	17	13	10	25	6
Ab. sex. crianc/adolesc/dep end	394	10
Outr. contra lib. autodet.sex.	769	46	845	117	963	236	541	37	593	33	575	16	600	21	545	20	589	31	667	35
N.º total de intervenientes em crimes Contra liberd. autodeter. sex.	1.445	63	1.471	144	1.672	274	1.062	53	1.076	57	1.056	40	1.122	61	1.122	49	1.093	67	1.158	59
N.º total de intervenientes em crimes contra as pessoas	80.137	22.685	75.125	21.553	80.430	21.697	73.298	21.216	69.272	20.561	65.919	20.196	63.976	19.699	61.865	19.891	60.358	19.600	59.232	19.781
N.º total de intervenientes em todos os crimes	213.176	39.836	199.436	38.631	210.575	39.000	183.600	37.570	177.114	37.639	172.435	38.892	161.097	37.703	147.298	36.838	148.888	37.572	138.683	37.066

Tabela XIV - Número de agentes/suspeitos identificados em crimes registados, por crime. Fonte: Adaptado da DG PJ, disponível em www.siej.dgpj.mj.pt (acedido em 2017-04-16)

Da mesma forma que os lesados/ofendidos, é possível também apurar o número de agentes/suspeitos identificados em crimes registados, por escalões etários,

Além destas informações, podemos obter a quantidade de agentes/suspeitos detidos, por crime, entre 2007 e 2016, conforme a tabela seguinte:

N.º de Agentes/Suspeitos detidos em crimes registados, por crime										
Crimes contra a liberdade e autodeterm. sexuais	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Violação	13	4	14	11	7	12	5	11	10	4
Ab.sex.crianç/adol./men.depend	..	10	20	15	12	11	9	35	26	18
Lenocínio e pornogr. menores	3
Ab. sex. crianç/adolesc/depend	10
Outr. contra lib. autodet.sex.	31	16	7	9	16	20	18	12	12	18
N.º de agentes/suspeitos detidos por crimes contra a liberdade e autodeter. Sexuais	55	30	43	36	35	43	32	60	48	43
N.º agentes/suspeitos detidos por crimes contra as pessoas	978	1.022	914	1.296	1.185	1.239	1.245	1.262	1.308	1.243
N.º total de agentes/suspeitos detidos	48.901	46.608	48.714	51.915	53.039	56.300	51.282	42.955	47.151	43.334

*Tabela XVI - Número de agentes/suspeitos detidos em crimes registados, por crime, por ano.
Fonte: DGPJ, acessível em www.siej.dgpj.mj.pt (acedido em 2017-04-30).*

Como se pode observar todos os crimes que compõem o título “Crimes contra a liberdade e autodeterminação” das estatísticas relativas à atividade das polícias encontram-se dispersos apenas por cinco categorias.

O manual de preenchimento do mapa para notação de crimes especifica quais as referências legislativas a que correspondem as categorias, sendo que à categoria “Ab.sex.crianç/adol./men.depend”, v.g., correspondem os artigos 171.º, 172.º, 173.º e 174.º do Código Penal, fazendo nota de que a tentativa é incluída na categoria “Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”.

Na mesma senda, a categoria “Outros crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual” agrega os crimes correspondentes à coação sexual, ao abuso sexual de pessoa incapaz de resistência ou internada, de fraude sexual, de

procriação artificial não consentida, de lenocínio e tráfico de pessoas, de importunação sexual, assim como as tentativas de violação e de abuso sexual de crianças, adolescentes ou dependentes (Direção-Geral da Política de Justiça, 2016, p. 10-11), tornando-se um repositório de diferentes crimes e impedindo o conhecimento dos valores individualizados.

Até este momento providenciámos pela apresentação dos dados disponibilizados pela DGPJ de forma separada, isto é, paulatinamente fomos abordando o número de participações registadas nas polícias, os lesados/ofendidos identificados, os agentes/suspeitos identificados e os agentes/suspeitos detidos, todos relativos à categoria conjunta de lenocínio e pornografia de menores. O gráfico seguinte, congrega a informação recolhida na DGPJ, permitindo-nos uma acrescida perceção das flutuações dos valores referidos:

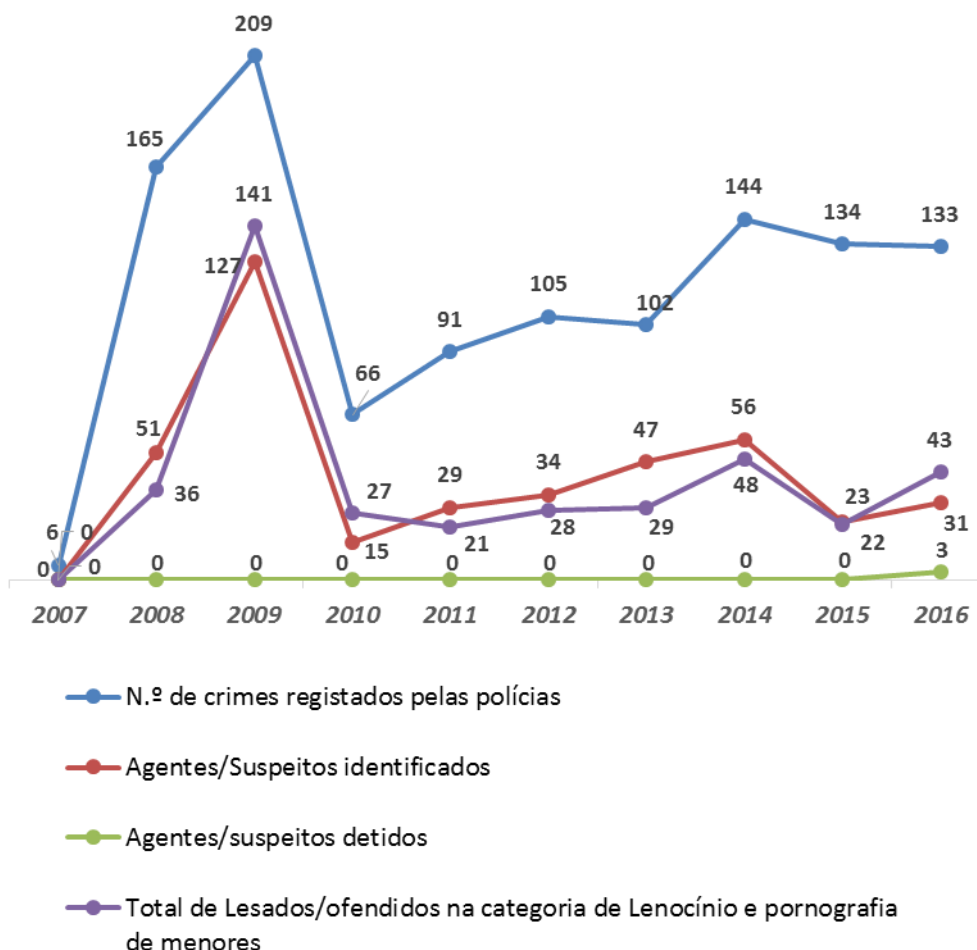


Ilustração 2 – “N.º de crimes registados pelas polícias”, “Agentes/suspeitos identificados”, “Agentes/suspeitos detidos” e “total de lesados/ofendidos”, na categoria de lenocínio e pornografia de menores, por ano. Fonte: adaptado da DGPJ, disponível em www.siej.dgpj.mj.pt

A DGPJ disponibiliza também, para além dos dados provenientes das polícias relativos à criminalidade participada, dados relativos à finalização do processo por via do julgamento, em tribunais judiciais de 1.^a instância. Contudo, os dados mais recentes reportam-se ao ano 2015, na data em que efetuámos a recolha dos dados.

Nas três tabelas seguintes, verificamos que são apresentados valores para o crime de pornografia de menores, desta vez exclusivos. Verificamos que o já aludido mapa para notação de crimes se destina apenas à criminalidade participada às polícias, sendo que a fase de julgamento, da responsabilidade dos tribunais, se pauta por uma diferente notação de crimes, com categorias criminais menos latas. Enquanto a criminalidade participada às polícias é registada, no que respeita aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, apenas em 5 categorias, os tribunais judiciais de 1.^a instância registam estes crimes em 11 categorias.

Efetivamente, no que respeita ao crime de pornografia de menores, o OPC ao qual está, em princípio, reservada a competência para investigação, detém dados estatísticos desagregados para todos os crimes que investiga, razão pela qual não se compreende porque se mantêm agregados os crimes de pornografia de menores e lenocínio de menores numa categoria conjunta, impossibilitando a análise individualizada de cada um destes crimes.

No que concerne ao número de processos crime em fase de julgamento, findos nos tribunais judiciais de 1.^a instância, a DGPJ disponibiliza os seguintes dados, que compilámos na tabela que se segue:

Número de processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância, por crime									
Contra liberd. autodeter. sex.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Violação simples e agravada	97	102	97	99	117	123	102	110	125
Coacção, abuso e fraude sexual	45	56	55	51	53	63	63	73	67
Tráfico de pessoas e lenocínio	55	61	63	55	66	48	48	21	39
Lenocínio e tráfico de menores	3	3	4	3	..	4	5	..	6
Ab.sex.crianças/menor dependen	249	276	254	290	298	348	348	269	346
Actossex/homossex. c/adolesc	6	10	5	17	14	21	18	6	16
Recurso prostit. menores	3	8	..	3
Pornografia de menores	3	6	8	19	32	28	56
Outr. contra liberd.autodet.sex.	28	41	42	65	59	60	63	54	52
Número total de processos crime por crimes contra liberdade. Autodeter. Sex.	483	549	524	586	619	689	687	564	710
Número total de processos crime por crimes contra as pessoas	24.302	24.265	21.702	21.999	21.797	21.484	20.604	15.833	17.437
Número total de crimes	106.416	108.855	96.091	94.891	93.849	93.714	85.761	62.519	69.897

Tabela XVII - Número de processos crime, em fase de julgamento findos em tribunais judiciais de 1.ª instância. Fonte: Adaptado da DG PJ, disponível em www.siej.dgpj.mj.pt (acedido em 2017-04-15). As células preenchidas com dois pontos reportam-se a dados protegidos pelo segredo estatístico.

Como podemos verificar na tabela precedente, o ciclo do processo criminelativamente ao crime de pornografia de menores não é linear, uma vez que, a criminalidade participada às polícias é registada em categoria conjunta pelo que não é possível saber a quantos Inquéritos corresponde este crime; depois, constatamos que já na fase do julgamento, não podemos igualmente saber o número de Inquéritos findos, de pornografia de menores, uma vez que este crime já sofreu mutação na notação, passando a constituir uma categoria exclusiva, enquanto que os valores do crime de lenocínio de menores passam a estar agregados aos valores do crime de tráfico de menores. Partindo desta limitação, já não nos é possível apurar quantos inquéritos com o crime de pornografia de

menores, participados às polícias, obtiveram sentença ou acórdão em tribunais judiciais de 1.^a instância.

No que respeita aos intervenientes nos processos crime, podem-se observar os dados dos tribunais judiciais de 1.^a instância, reportando-se ao número de arguidos intervenientes em processo findos, na tabela seguinte:

Número de Arguidos em Processo crime									
Contra liberd. autodeter. sex.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Violação simples e agravada	120	141	112	112	129	135	130	125	138
Viol c/ab.autori simples/agrav
Coacção, abuso e fraude sexual	50	69	62	56	67	76	75	77	79
Coac.sex.c/ab.autori.simp/agrv
Tráfico de pessoas e lenocínio	140	191	178	131	201	118	174	52	111
Lenocínio e tráfico de menores	3	7	4	4	..	7	6	3	6
Ab.sex.crianças/menor dependen	275	315	295	337	335	384	382	295	388
Actossex/homossex c/adolesc.	9	12	13	22	27	21	19	6	20
Recurso prostit. menores	3	6	9	..	7
Pornografia de menores	5	6	8	26	35	36	61
Outr contra liberd.autodet.sex	30	48	44	73	63	66	66	58	57
Total do n.º de arguidos por crimes contra a liberdade e autodet. sex	627	783	715	741	835	839	896	653	867
Total do n.º de arguidos por crimes contra as pessoas	36.560	35.788	32.001	32.108	31.403	30.700	28.842	21.671	23.788
Total do n.º de arguidos por todos os crimes	137.170	143.793	128.347	127.593	124.712	125.666	115.102	83.711	91.073

Tabela XVIII- Número de arguidos em processo crime, findos em tribunais judiciais de 1.^a instância. Fonte: Adaptado da DGPJ, disponível em www.siej.dgpj.mj.pt (acedido em 2017-04-15). As células preenchidas com dois pontos reportam-se a dados protegidos pelo segredo estatístico.

Uma breve nota explicativa, datada de 31 de outubro de 2016, disponibilizada pela DGPJ juntamente com a tabela estatística, informa que “a contabilização dos arguidos tem em conta o crime mais grave pelo qual foram acusados”, em cumprimento da já mencionada regra do crime mais grave.

Prosseguimos com os dados provenientes dos tribunais judiciais de 1.^a instância, reportando-se a indivíduos condenados em processo crime, por ano, por crime, conforme a tabela seguinte:

Número de condenados em processos crime									
Crimes contra a liberd. autodeter. sex.	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Violação simples e agravada	64	89	54	75	89	88	79	73	86
Viol c/ab.autori simples/agrav
Coacção, abuso e fraude sexual	22	29	49	39	42	45	43	51	57
Coac.sex.c/ab.autori.simp/ agrv
Tráfico de pessoas e lenocínio	106	119	103	91	115	70	107	30	68
Lenocínio e tráfico de menores	4	5	6	3	3
Ab.sex.crianças/menor dependen	199	208	216	241	221	272	282	205	311
Actossex/homossex c/adolesc.	3	6	9	7	16	13	11	6	16
Recurso prostit. menores	6	10	..	5
Pornografia de menores	4	5	7	23	28	32	60
Outr contra liberd.autodet.sex	14	28	20	42	43	40	34	35	38
Total do número de condenados por crimes contra liberd. autodeter. sex.	410	481	459	502	537	562	600	437	644
Total do número de condenados por crimes contra as pessoas	12.436	12.237	11.574	11.524	11.524	11.951	11.713	9.018	10.317
Total do número de condenados por todos os crimes	84.787	89.522	79.661	79.618	80.422	82.423	73.449	53.559	60.284

Tabela XIX - Número de condenados em processos crime, findos em tribunais judiciais de 1.^a instância. Fonte: Adaptado da DGPJ, disponível em www.siej.dgpj.mj.pt (acedido em 2017-04-15). As células preenchidas com dois pontos reportam-se a dados protegidos pelo segredo estatístico.

Nos dados disponibilizados relativos aos tribunais judiciais de 1.^a instância não há qualquer referência aos lesados/ofendidos.

Ainda assim, com os valores disponibilizados pela DGPJ, relativos aos processos findos em tribunais judiciais de 1.ª instância, é-nos possível efetuar uma breve compilação, plasmada na tabela seguinte, que demonstra a evolução cronológica do número de processos findos (os quais podem ter tido início em anos anteriores), dos seus arguidos e das respetivas condenações, sendo de ressaltar que a constituição de arguido pode ocorrer num ano e a condenação em anos seguintes. Chamamos também a atenção para a autonomização do crime, ocorrida em setembro de 2007, pelo que este ano apenas contará com os dados do último trimestre.

Processos crime findos em tribunais de 1.ª instância, relativamente ao crime de pornografia de menores					
Ano	N.º de processos findos	N.º de arguidos	N.º de condenados	Atrição entre n.º de arguidos e n.º de condenados	%
2007		
2008		
2009	3	5	4	1	80,0
2010	6	6	5	1	83,3
2011	8	8	7	1	87,5
2012	19	26	23	3	88,5
2013	32	35	28	7	80,0
2014	28	36	32	4	88,9
2015	56	61	60	1	98,4
Total	152	177	159	18	89,8

Tabela XX - Processos findos em tribunais de 1.ª instância, relativamente ao crime de pornografia de menores. Fonte: Adaptado da DGPJ, acessível em www.siej.dgpj.mj.pt (acedido em 2017-04-15).

Como se verifica, os registos dos anos 2007 e 2008 estão protegidos por segredo estatístico, evidenciando uma fase de transição, em nítido crescendo. As colunas que acrescentámos na tabela que precede, denominada “Atrição entre n.º de arguidos e n.º de condenados” e a respetiva percentagem, elucidam-nos quanto à diferença entre o número de indivíduos constituídos arguidos, em fase de julgamento, e a respetiva condenação. Constatamos que uma elevada percentagem de arguidos é condenada, variando entre os 80% e os 98,4%.

O gráfico seguinte ilustra a proximidade entre o número de arguidos e o número de condenados, nos diversos anos, exceto, evidentemente, os anos 2007 e 2008, devido à inexistência dos respetivos dados.

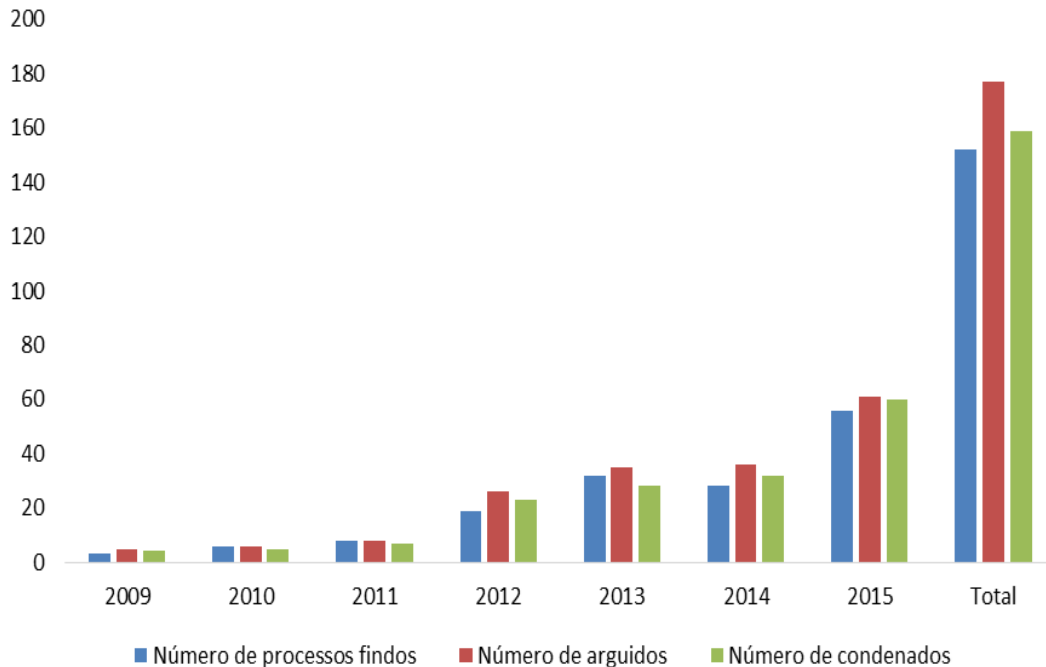


Ilustração 3 - Processos findos em tribunais de 1.ª instância, relativamente ao crime de pornografia de menores. Fonte: Adaptado dos dados da DGPJ, 2017

4.2 Relatório Anual de Segurança Interna: o refinamento dos dados da Direção-Geral da Política de Justiça

Relevante para o conhecimento da criminalidade participada é o documento elaborado pelo SSI, denominado RASI, o qual versa “ (...) sobre a situação do País em matéria de segurança interna, bem como sobre a atividade das forças e dos serviços de segurança desenvolvida no ano anterior” apresentado à Assembleia da República anualmente, para apreciação⁶⁷⁴. O documento apresenta também estratégias a desenvolver no ano seguinte. Sob a competência de direção do

⁶⁷⁴ Vide Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto - Lei de Segurança Interna.

Secretário-Geral do SSI⁶⁷⁵, recolhe os dados da DGPJ e diretamente dos OPC, o que permite obter um ligeiro incremento no refinamento da informação relativa à pornografia de menores.

Para obtermos uma visão geral desde a autonomização do crime de pornografia de menores, optámos por consultar os RASI desde o ano 2007 até 2016.

RASI 2007

O RASI relativo à atividade do Sistema de Segurança Interna de 2007⁶⁷⁶ não faz menção direta à introdução ou autonomização do crime de pornografia de menores, abordando, de forma genérica, as alterações legislativas no âmbito do CP, do CPP e a definição de objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio 2007-2009. Os dados apresentados sobre detidos por crimes de natureza sexual não incluem a pornografia de menores.

RASI 2008

O RASI de 2008⁶⁷⁷, por seu lado, no que respeita à atividade preventiva da PJ, destaca as ações de sensibilização e informação a alunos, pais e encarregados de educação, no que tange à utilização segura da Internet, como forma de melhorar a “(...) prevenção da criminalidade informática, designadamente dos crimes de abuso sexual de menores perpetrados através da internet” (Sistema de Segurança Interna, 2009, p. 208). No que respeita a outros dados, nomeadamente as detenções por crimes de natureza sexual ou a secção que compreende destaques de alguma criminalidade investigada, onde se incluem os “crimes sexuais cometidos contra crianças e jovens”, ainda não figura qualquer referência ao crime de pornografia de menores. Contudo, não deixamos passar em branco a referência ao crescendo significativo dos Inquéritos de crimes desta natureza⁶⁷⁸ investigados

⁶⁷⁵ Vide al. d), n.º 2 do art.º 17 .º da LSI, onde consta: “Proceder ao tratamento, consolidação, análise e divulgação integrada das estatísticas da criminalidade, participar na realização de inquéritos de vitimação e insegurança e elaborar o relatório anual de segurança interna”.

⁶⁷⁶ Vide SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - **Relatório anual de segurança interna 2007**. Portugal. 2008.

⁶⁷⁷ Vide SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - **Relatório anual de segurança interna 2008**. Portugal. 2009.

⁶⁷⁸ De acordo com o RASI 2008 (p. 231), estes dados referem-se aos seguintes crimes: abuso sexual de crianças, abuso sexual de menor dependente, abuso sexual de pessoa incapaz de

pela PJ, os quais contam 139 inquéritos no ano 2000, mas 1426 no ano 2007 e 1382 no ano 2008.

RASI 2009

No tocante ao ano 2009, o respetivo RASI (p. 80-81) aquando da análise dos crimes sexuais debruça-se apenas sobre três categorias: a violação, o abuso sexual de crianças, adolescentes e dependentes e a ampla categoria “outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”, não apresentando qualquer referência individualizada do crime de pornografia de menores, exceto pela ressalva da dificuldade em apresentar uma definição de um padrão único atendendo à diversidade de tipologias criminais apresentadas, dificuldade acrescida atinente à “criminalidade praticada com recurso a meios informáticos”⁶⁷⁹. Contudo, o RASI do ano seguinte explicita que o crime de pornografia de menores não integrou o conceito de crimes sexuais naquele ano (p. 108).

RASI 2010

Prosseguindo para a análise do RASI relativo ao ano de 2010⁶⁸⁰, verificamos que aludir a uma descida da criminalidade investigada no domínio dos “outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual” (-28%), não explicitando quais os crimes que compõem esta categoria, inferindo-se que se reportarão aos crimes que constam do mapa para a notação de crimes da DGPJ, ao qual já nos referimos (p. 62). Na secção dedicada aos total dos crimes sexuais participados refere igualmente uma descida, desta vez na ordem dos 14,4%, embora situação inversa ocorra para o crime de abuso sexual de crianças. A explicação para este aumento sustenta-se nos mesmos argumentos aduzidos no RASI do ano anterior, acrescida da constatação de denúncias caluniosas. Pela primeira vez, surge no RASI menção explícita ao crime de pornografia de menores (agregado ao lenocínio de menores), referindo a diminuição de casos (-143) em relação ao ano precedente, correspondendo a uma diminuição de 68,8%.

resistência, abuso sexual de pessoa internada, atos sexuais com adolescentes, violação de menores e coação sexual de menores.

⁶⁷⁹ No mesmo sentido, RASI 2010, p. 111.

⁶⁸⁰ *Vide* SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - Relatório anual de segurança interna 2010. Portugal. 2011.

Considerando os valores apresentados pelo RASI 2010, no ano de 2009 teriam sido participados 208 crimes de pornografia e lenocínio de menores, tendo sofrido uma diminuição acentuada no ano seguinte, registando-se 65 participações (p.108).

RASI 2011

Quanto ao RASI relativo ao ano 2011⁶⁸¹, verificamos que, na secção dedicada aos “crimes sexuais” (p. 97) menciona um incremento de 36,9% de casos de lenocínio e pornografia de menores relativamente ao ano transato, registando-se 89 inquéritos investigados (os valores fornecidos pela DGPJ, para este ano, são de 91 inquéritos, o que revela um ligeiro desvio). Tal aumento foi atribuído ao incremento da atividade dos OPC e não ao aumento efetivo destes crimes.

Ao contrário das estatísticas oficiais da DGPJ, o RASI denomina o interveniente de “vítima” e não “lesado/ofendido”. No que respeita aos “crimes sexuais”, à semelhança dos RASI dos anos anteriores e dos subsequentes, uma pequena secção é reservada a este tema, apresentando os valores da criminalidade participada neste âmbito, com destaque para algumas categorias, como a violação. Efetua também, para o conjunto da criminalidade sexual, a prevalência da vítimação em termos de sexo e idade, tanto para os arguidos como para as vítimas. Destacamos que a maioria das vítimas de crimes sexuais foram, neste ano, do sexo feminino e menores de 16 anos de idade (59,4% das vítimas) (p. 99).

RASI 2012

No RASI relativo ao ano de 2012 (p. 132)⁶⁸², verificamos que os dados estatísticos do crime de pornografia de menores já se encontra desagregado, ao nível do crime participado, ao contrário das estatísticas disponibilizadas pela DGDJ, como tivemos oportunidade de verificar anteriormente. Constatamos então que foram detidos 34 indivíduos naquele ano pelo crime e que foram constituídos arguidos 123 indivíduos. Este crime constitui 14% dos “crimes sexuais” registados (Sistema de Segurança Interna, 2013, p. 133), cujo crescimento é mencionado no RASI, de alguma forma desvalorizado, considerando que tal se poderá reportar à “(...)

⁶⁸¹ Vide SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - Relatório anual de segurança interna 2011. Portugal. 2012.

⁶⁸² Vide SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - Relatório anual de segurança interna 2012. Portugal. 2013.

alteração do enquadramento legal que transferiu algumas das ocorrências que anteriormente poderiam ser classificadas como abuso sexual de crianças e que agora são tendencialmente enquadradas no crime de pornografia de menores”. Discordamos desta fundamentação, uma vez que alteração legislativa que autonomizou o crime, separando-o do abuso sexual de crianças, ocorreu em 2007.

RASI 2013

O crime de pornografia de menores ganha espaço no RASI relativo ao ano de 2013 (p. 66)⁶⁸³, no sentido em que é disponibilizada informação mais refinada a este respeito. Informa o documento sobre o número arguidos constituídos (37, dos quais 36 do sexo masculino e 1 do sexo feminino) e o número de detidos pelo crime (cifrando-se em 11 indivíduos, acrescentando que destes, 3 foram sujeitos à medida de coação de prisão preventiva). O crime de abuso sexual de crianças tem notória preponderância sobre os restantes, nestas três vertentes. Contudo, o crime de pornografia de menores ascende ao quinto lugar do maior número de Inquéritos iniciados naquele ano, de um conjunto de 13 elencados, no que respeita aos crimes sexuais, contando 94 Inquéritos. Apresenta igualmente um interessante gráfico da tendência evolutiva do crime, entre 2010 e 2013, onde constatamos uma evolução irregular, que se apresenta seguidamente:

⁶⁸³ Vide SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - **Relatório Anual de Segurança Interna 2013**. Portugal. 2014.

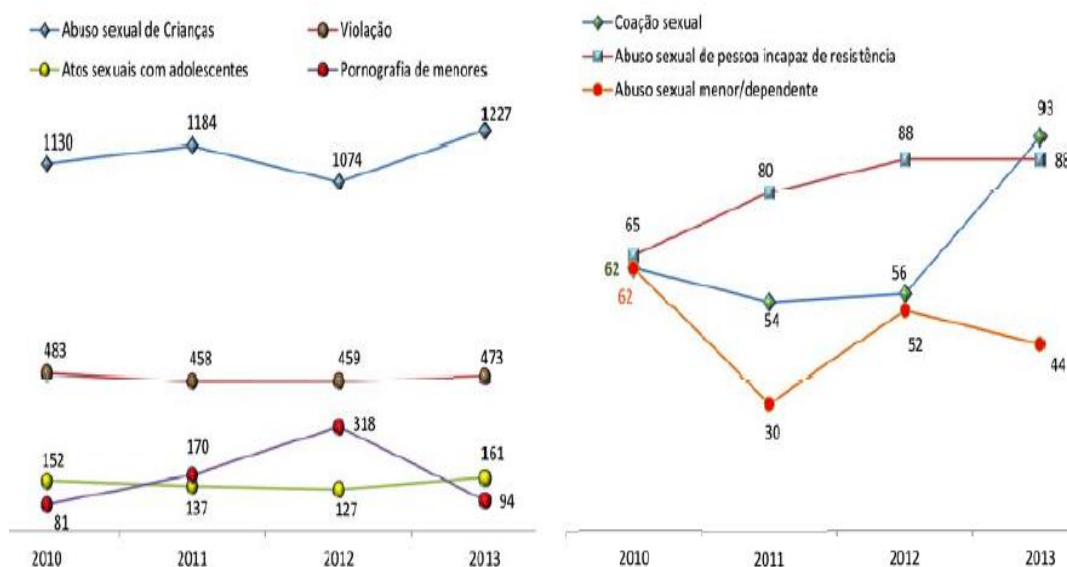


Ilustração 4 - Participações de alguns dos crimes sexuais, entre 2010 e 2013. Fonte: RASI, 2014, p. 68.

RASI 2014

No seguimento cronológico, o RASI atinente ao ano de 2014 (p. 30)⁶⁸⁴, apresentando as variações positivas observadas da criminalidade participada, destaca o aumento de 40,2% da categoria “lenocínio e pornografia de menores”, relativamente ao ano transato. Recordemo-nos de que as justificações adiantadas para a aprovação da Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto se baseavam, entre outros considerandos, no argumento do aumento de 40,2% na categoria “lenocínio e pornografia de menores” mas, atendendo ao apurado no RASI de 2013 e à ilustração antecedente (“Ilustração 4 – Participações de alguns dos crimes sexuais, entre 2010 e 2013” do RASI de 2013) constatamos que o crime de crime de pornografia de menores em 2013 alcançou o valor mais baixo desde 2010, concretizando uma descida de 70% de 2012 para 2013.

Prosseguindo na análise do RASI referente a 2014, na secção dedicada a pormenorizar os crimes sexuais, cujos dados refere serem provenientes da PJ, o RASI apresenta alguns dados desagregados relativamente a pornografia de menores, iniciando pelo número de detidos e a respetiva caracterização a nível do

⁶⁸⁴ Vide SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - Relatório anual de segurança interna 2014. Portugal. 2015.

sexo. Para o crime de pornografia de menores verificamos que foram detidos 25 indivíduos, todos do sexo masculino (pp. 46–47). Dos Inquéritos de criminalidade sexual iniciados no ano 2014, 9% destes correspondem ao crime de pornografia de menores, correspondendo ao quarto crime mais participado, encontrando-se o crime de abuso sexual de crianças no primeiro lugar dos crimes participados, com uns expressivos 49,6%. Não apresenta o número de Inquéritos pelo crime nem qualquer informação adicional.

No que concerne ao balanço da atuação internacional relativa à estratégia de segurança interna europeia, refere que Portugal “(...) considera importante que a revisão tenha em conta algumas das mais relevantes ameaças para a segurança e tranquilidade dos cidadãos e das sociedades europeias” destacando como ameaça emergente, “(...) cada vez mais relevante, da cibercriminalidade e da pornografia infantil online” (p. 306). Pela primeira vez é apresentada a tipologia de “crimes informáticos” distinguindo entre os crimes informáticos propriamente ditos e os crimes que se utilizam da informática, estes últimos tratando-se de um conjunto de crimes “(..) que têm vindo a ser praticados com recurso a meios informáticos, mas que na sua génese não deixam de constituir outras tipologias de crimes como: os abusos sexuais com recurso à internet (...)” (2015, p. 114).

RASI 2015

O RASI respeitante ao ano de 2015⁶⁸⁵ apresenta uma estrutura semelhante no que respeita à apresentação e considerações sobre o crime de pornografia de menores. A exposição relativa aos crimes sexuais inicia-se pelo número de detidos em 2015, cifrando-se em 31 pelo crime de pornografia de menores, correspondendo 30 ao sexo masculino e 1 um ao sexo feminino. Novamente, o crime de abuso sexual de crianças é o crime que detém o maior número de detidos (p.137), sendo a maioria esmagadora correspondente ao sexo masculino. O crime de pornografia de menores é o terceiro, na categoria dos “crimes sexuais” com o maior número de detidos, apenas superado pelos crimes de abuso sexual de crianças e de violação. Tal posição é mantida no que respeita ao número de Inquéritos iniciados, sendo que ao crime de pornografia de menores, pese embora não apresente valores

⁶⁸⁵ Vide SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - Relatório anual de segurança interna 2015. Portugal. 2016.

absolutos, representa 14,3% do total de crimes sexuais, superado pelos 47,2% do crime de abuso sexual de crianças e pelos 16,6% do crime de violação (pp. 42–45). Na secção “segurança informática” do RASI retorna a referência ao crime de pornografia de menores, no que respeita à criminalidade investigada, destacando-se um aumento de 82% em relação ao ano 2014, segundo dados que terão sido fornecidos pela PJ. Tal aumento destoa significativamente face aos valores estatísticos disponibilizados pela DGPJ de criminalidade participada, como já observámos anteriormente, os quais revelam, na categoria conjunta de lenocínio e pornografia de menores, um ligeiro decréscimo. O esclarecimento desta discrepância é-nos facultado no RASI subsequente.

RASI 2016

O RASI atinente ao ano de 2016 (pp. 26–31)⁶⁸⁶ esclarece a aludida discrepância nestes termos: “(...) participações criminais cuja investigação pode demonstrar factos que determinam alteração na classificação das tipologias criminais realizada aquando do seu registo inicial. Acresce poderem reportar-se a factos e a participações ocorridos em momento temporal distinto do ano em análise” pelo que “tratando-se de valores distintos, que determinam análise diferenciada (criminalidade participada e investigação criminal por tipos de crime), fica inviabilizada a comparação entre os respetivos dados”. No mesmo sentido dever-se-á interpretar os dados de 2016 relativos à secção “segurança informática”, pois refere um aumento de 36% da criminalidade investigada pela PJ do crime de pornografia de menores, quando os dados da DGPJ (criminalidade registada) refere uma ligeiríssima diminuição.

O RASI de 2016 substituiu a expressão “crimes sexuais” por “crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”, supondo-se que para maior rigor jurídico, apresentando nesta secção uma análise semelhante à efetuada no RASI de 2015. Inicia com a apresentação do número de detidos, cabendo novamente ao crime de pornografia de menores o terceiro maior valor de detidos (32 indivíduos, sendo 30 do sexo masculino e 2 do sexo feminino). O maior número de detenções ocorreu

⁶⁸⁶ Vide SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - Relatório anual de segurança interna 2016. Portugal. 2017.

pelo crime de abuso sexual de crianças (122) e por violação (45). Quanto ao número de “inquéritos iniciados” (título constante do gráfico, disponibilizado no RASI do ano 2016, p. 28), não referindo, novamente, valores absolutos, menciona que ao crime de pornografia de menores coube a percentagem de 18,1%, constituindo-se como o segundo crime contra a liberdade e autodeterminação sexual com maior participação, superando a violação. Recordemos que estes valores, mesmo sob a denominação de “Inquéritos iniciados” reportam-se a dados relativos á investigação criminal, pelo que não serão comparáveis com os dados da criminalidade participada, fornecidos pela DGPJ. Novamente a discrepância de valores faz-nos questionar a consistência dos dados estatísticos oficiais, uma vez que numa fase de investigação, ainda no decurso do mesmo ano civil, há alterações tão significativas que providenciam um panorama distinto sobre o crime de pornografia de menores. Comparando com os valores da DGPJ, da criminalidade registada, e relativamente a este mesmo ano, a categoria agregada de lenocínio e pornografia de menores consiste em apenas 5,1% dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, o que representa um desvio negativo de 13%. Como já referimos anteriormente (Aebi, 2008, pp. 207–208), o momento da coleta de dados sobre a criminalidade participada influencia as estatísticas criminais e a discrepância a que nos referimos anteriormente podia ser, parcialmente mitigada, se a recolha dos dados juntos das polícias fosse efetuada com maior espaço temporal entre a participação e a recolha.

Seguidamente, e na sequência da verificação da diferença entre criminalidade participada e criminalidade investigada, apresentaremos o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) e como intervem nos casos do crime que estudamos.

4.3 Os dados estatísticos do Departamento Central de Investigação e Ação Penal e do Gabinete Cibercrime da Procuradoria-Geral da República

Conforme anteriormente referido, o DCIAP é um departamento da PGR criado em 1998, com competências alargadas desde 2013, no âmbito da criminalidade sexual praticada contra menores com recurso a meios informáticos.

Como verificámos, desde o final de 2013, a atividade do DCIAP no âmbito dos crimes sexuais praticados contra menores com recurso à informática também se revela na recolha de dados para fins estatísticos, em articulação com o Gabinete Cibercrime da PGR. São disponibilizados relatórios sobre a atividade do DCIAP e também do Gabinete Cibercrime nesta matéria e é sobre estes que nos debruçaremos de forma abreviada, pois já tivemos oportunidade de aflorar quanto ao enquadramento da sua atividade. Pese embora o nosso esforço, não nos foram facultados os dados estatísticos solicitados à PGR relativamente ao crime de pornografia de menores, pelo que nos teremos de ater aos relatórios públicos, os quais versam apenas sobre o protocolo estabelecido entre a PGR e o NCMEC.

Até à presente data, e no que respeita aos dados disponibilizados sobre o protocolo entre a PGR e o NCMEC relativos a pornografia de menores, os relatórios destas duas entidades apenas cobriam o período temporal entre outubro de 2013 e o primeiro semestre de 2016 (Gabinete Cibercrime, 2017). Contudo, revelam-se de interesse, pese embora não tenha sido tornado público o “antes” e o “depois” para que se pudesse constatar da vantagens que derivam deste protocolo. No entanto, são dados que vêm complementar as estatísticas oficiais da DGPJ relativas à criminalidade registada pelas polícias, nas quais os dados da PGR/MP não estão incluídos.

Assim, de acordo com o aludido relatório, tendo em mente o período temporal mencionado, o DCIAP recebeu 2880 participações provindas do NCMEC, sendo que, destas, 1350 deram origem à abertura de Inquérito. Apenas 601 foram

remetidos para as respetivas comarcas, enquanto 634 Inquéritos foram arquivados no DCIAP por razões relacionadas com a impossibilidade técnica de reunir prova que permitisse apurar a identidade dos suspeitos.

Dos Inquéritos que seguiram os seus trâmites nas comarcas de residência dos suspeitos identificados, em 20 foram deduzidas acusações⁶⁸⁷, das quais 10 foram realizados julgamentos e proferidas, em todos estes, sentenças de condenação. Tais resultados são considerados, sob o ponto de vista do Gabinete Cibercrime, muito positivos, atendendo à grande complexidade e dificuldade na investigação deste tipo de Inquéritos.

4.4 O contributo da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Os dados relativos à atividade da DGRSP encontram-se publicados no sítio de Internet da DGPJ (Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, 2017)⁶⁸⁸ e padecem de insuficiências semelhantes aos dados providenciados pela entidade responsável pelas Estatísticas da Justiça. Os crimes encontram-se agrupados por categorias latas, contendo vários crimes; existem categorias de “outros” sem discriminar a que crimes correspondem (pese embora estejam sob as rubricas que correspondem, na generalidade, aos capítulos da parte especial do CP); e apresenta três escalões etários, sendo um deles “21 e mais anos”, englobando todas as idades a partir dos 21 anos, o que não proporciona informação apurada sobre os condenados.

Diversamente ao registo da criminalidade participada da DGPJ previamente mencionado, na DGRSP os valores referem-se a todos os crimes registados nos processos das pessoas, o que significa que são contabilizados todos os crimes que

⁶⁸⁷ Até ao fim do ano de 2016, o número de acusações chegaria às 28.

⁶⁸⁸ Cf. DIREÇÃO-GERAL DE REINserÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS - **Serviços Prisionais 2005-2016**.

constem do processo de um determinado indivíduo, não prevalecendo a já mencionada regra do “crime mais grave”.

A apresentação dos valores nos diferentes anos, no que respeita ao crime que nos interessa, é omissa. A mais “próxima” em termos de crime, é a categoria “Abuso sexual de crianças/de menores dependentes” e, mesmo esta, só passou a ser discriminada a partir de 2013⁶⁸⁹.

No entanto, em resposta à nossa solicitação, a DGRSP concedeu-nos em 22 de agosto de 2016, resposta parcial às nossas questões (DGRSP, 2016, Apêndice B1). A nossa pretensão de obter dados detalhados sobre os indivíduos encarcerados e os condenados pelos crimes de abuso sexual de crianças e de pornografia de menores, entre 2007 e 2015, não obteve as respostas aturadas requeridas (DGRSP, 2016, Apêndice B2), todavia, em termos gerais, podemos concluir o seguinte:

1. As profissões conhecidas dos “reclusos condenados por crimes de abuso sexual de crianças e de pornografia de menores”, entre 2007 e agosto de 2016, com maior número de indivíduos são as seguintes: pedreiro (33 indivíduos), agricultor (27 indivíduos) e servente da construção civil (22 indivíduos)⁶⁹⁰;
2. O concelho de residência conhecido dos “reclusos condenados por crimes de abuso sexual de crianças e de pornografia de menores”, entre 2007 e agosto de 2016, com maior número de indivíduos são os seguintes: Lisboa (36 indivíduos), Sintra (30 indivíduos) e Porto (16 indivíduos)⁶⁹¹;
3. Não há registo, entre 2007 e 2014, de reclusos condenados, que no mesmo processo, tenham sido condenados pelos crimes de abuso sexual de crianças e de pornografia de menores;

⁶⁸⁹ Até 2013, os crimes sob a rubrica “crimes contra as pessoas” só contemplavam 4 categorias (homicídios, ofensas à integridade física, violação e “Outros”); a partir de 2013, a rubrica incorporou mais 4 categorias, passando a contemplar a violência doméstica, o “sequestro/rapto/tomada de reféns”, o tráfico de pessoas e o abuso sexual de crianças/de menores dependentes”.

⁶⁹⁰ De um total de 279 indivíduos com profissão conhecida. São referenciadas 77 profissões diferentes.

⁶⁹¹ De um total de 428 indivíduos dos quais é conhecido o concelho de residência.

4. Em referência apenas ao crime de pornografia de menores, entre 2007 e 2014, foram condenados, com sentença transitada em julgado, um total de 93 indivíduos (89 do sexo masculino e 4 do feminino), num crescendo que se iniciou em 2009, com o cumprimento de pena de prisão de 1 indivíduo do sexo masculino e terminando com 29 condenados, todos do sexo masculino, no final de 2014;
5. Não há registo de qualquer indivíduo inimputável encarcerado pelo crime de pornografia de menores, no período compreendido entre 2007 e 2014;
6. No tocante apenas ao crime de pornografia de menores, no total, entre 2007 e 2014, a soma de todas as situações de encarceramento (são as seguintes: a aguardar julgamento, a aguardar trânsito em julgado e condenado) perfazem 148 indivíduos, sendo que 143 são do sexo masculino (97% do total) e 5 do sexo feminino.

De facto, mais uma vez constatamos que os elementos fornecidos em categoria conjunta não nos permitem conhecer o crime de pornografia de menores em Portugal, nas suas variantes, tal como se verificará na análise seguinte, baseada nos dados da DGRSP da categoria conjunta que compreende os crimes de lenocínio de menores e de pornografia de menores, em períodos temporais diferentes. A análise é relativa às “*penas e medidas não privativas de liberdade na fase pós sentencial, em execução durante o ano*”, entre 2011 e agosto de 2016, cuja síntese destacamos:

1. No que concerne às penas e medidas não privativas de liberdade na fase pós sentencial⁶⁹², a que se revelou predominante, em todos os anos, foi a “suspensão da execução de pena prisão com regime de prova”, com um peso percentual que variou entre os 42% e os 86%;
2. Verificou-se um aumento anual do número de indivíduos aos quais foram determinadas penas e medidas não privativas de liberdade,

⁶⁹² Foram indicadas as seguintes: liberdade condicional com regras de conduta; prestação de trabalho a favor da comunidade; suspensão de execução de pena de prisão com regras de conduta; substituição de multa por trabalho; medida de segurança relativa a inimputável – suspensão de execução internamento com regras de conduta e suspensão de execução da pena de prisão com regime de prova.

concretamente entre 12 indivíduos em 2011 e 32 em 2016 (até agosto), o que resulta um aumento percentual de 167%;

3. Os escalões etários⁶⁹³ predominantes foram sempre os com idades superiores a 30 anos de idade, sendo de realçar que o escalão que predominou na representação anual foi o que compreende as idades entre os 41 e os 50 anos de idade; o escalão que não regista qualquer indivíduo foi o “17-20”, conforme observável na tabela abaixo reproduzida:

Ano	Total de indivíduos	Escalão etário mais representado	N.º de indivíduos no escalão etário predominante	% face ao total	Escalão etário menos representado	N.º de indivíduos
2011	12	"31-40"; "41-50"; "51-60"; "60+"	3 (em cada um dos escalões)	25%	"17-20"; "21-30"	0
2012	19	"51-60"	7	37%	"17-20"; "21-30"	0
2013	21	"51-60"	8	38%	"17-20"	0
2014	21	"41-50"	12	57%	"17-20"	0
2015	31	"41-50"	10	32%	"17-20"	0
2016 (até agosto)	32	"41-50"	12	38%	"17-20"	0

Tabela XXI - Escalões etários de indivíduos sujeitos a penas e medidas não privativas da liberdade na fase pós sentencial. Fonte: DGRSP, 2016, Apêndice B2.

A agregação do crime de pornografia de menores em categorias com outros crimes não nos permite efetuar uma análise comparativa entre os condenados a pena de prisão e os condenados a penas e medidas não privativas de liberdade. Por outro lado, não nos foi dado a conhecer a eventual reincidência de um mesmo indivíduo no mesmo crime ou da razão da inexistência dos 16 anos nos escalões etários.

Prosseguimos na análise do contributo da DGRSP, doravante sobre programas específicos dedicados a agressores sexuais.

Da nossa consulta aos RASI de 2007 a 2016 não resultou qualquer menção a programas específicos de intervenção junto de agressores sexuais. Os dados fornecidos no RASI, sobre a população prisional, são apresentados por grandes grupos, pelo que não permite obter qualquer informação sobre o crime de pornografia de menores.

⁶⁹³ A DGRSP apresenta os seguintes escalões etários: “17-20”; “21-30”; “31-40”; “41-50”; “51-60” e “60+”.

De acordo com o art.º 47.º do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade⁶⁹⁴ a execução das penas e medidas privativas da liberdade integra a frequência de programas específicos, diferenciados tendo em conta a idade, o sexo, a origem étnica e cultural, o estado de vulnerabilidade, os perfis e problemáticas criminais, entre outros, os quais são tidos em conta para efeitos de “flexibilização da execução da pena”. Neste sentido, foi implementado um programa de intervenção dirigido a “(...) reclusos condenados (com decisão transitada em julgado) por crimes contra a autodeterminação e liberdade sexual, com maior prevalência para os crimes de “Violação” e “Abuso sexual de menores/crianças” (DGRSP, 2016, Apêndice B2).

O projeto piloto decorreu entre novembro de 2008 e maio de 2009, de cariz voluntário, resultante da parceria entre a DGRSP e a Universidade do Minho (Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, 2009)⁶⁹⁵. Foi levado a cabo em dois estabelecimentos prisionais, tendo sido admitidos 28 reclusos, sendo que apenas 13 concluíram o programa. De acordo com este relatório, trata-se de “um Programa de grau de intensidade elevado, de cariz psico-reabilitativo, que visa a flexibilização de crenças e estruturas cognitivas disfuncionais, com vista à prevenção da reincidência e redução do impacto desta tipologia de crimes nas vítimas em particular e na sociedade em geral”⁶⁹⁶. O programa não comporta qualquer administração de fármacos, suscetível de se associar a já aludida castração química⁶⁹⁷.

Denominado “Programa dirigido a Agressores Sexuais”, com a duração de 44 sessões, foi posteriormente implementado em todos o território nacional, sendo

⁶⁹⁴ Alterada pela Lei n.º 21/2013, de 21 de Fevereiro.

⁶⁹⁵ No que concerne a parcerias entre o meio académico e os serviços prisionais, ressalva-se a informação de Barroso e parceiros (2011, p. 8) relativamente aos dois serviços de consulta pioneiros em Portugal de programas de base científica, desenvolvidos para programas de intervenção em jovens e adultos ofensores sexuais: Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas da Universidade do Porto e Unidade de Consulta de Psicologia da Justiça da Universidade do Minho.

⁶⁹⁶ Vide DIREÇÃO-GERAL DE REINserÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS - **Avaliação do Projecto Piloto do Programa de intervenção dirigido a Agressores Sexuais**.

⁶⁹⁷ “Os programas de reabilitação da responsabilidade da DGRSP são de cariz cognitivo-comportamental, não comportando em qualquer circunstância a intervenção farmacológica suscetível de poder ser associada a «castração química»”, conforme resposta da DGRSP (2016, Apêndice B2) à nossa questão.

aplicado a grupos de 12 a 14 reclusos condenados pela mesma tipologia de crimes. No entanto, em resposta à nossa questão, informou a DGRSP que “(...) não trabalha a informação por forma a permitir dizer quantos condenados só pelo crime de “pornografia de menores” participou ou concluiu o programa supra referido”.

Após o cumprimento da pena, caso se justifique, a DGRSP procede ao encaminhamento dos condenados por crimes sexuais “(...) para os serviços de apoio médico-psicológico que é assegurado através dos inúmeros acordos de colaboração com as estruturas da comunidade, em especial as estruturas da saúde” (cf. DGRSP, 2016, Apêndice B2).

4.5 O aporte da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

A APAV é uma ONG portuguesa que apoia vítimas de crimes, elaborando relatórios estatísticos anuais, que traçam o panorama geral sobre a atividade desenvolvida pela associação, em particular apresentando os dados relativos aos atendimentos efetuados nos relatórios anuais, para além de outros relatórios disponibilizados.

No que tange ao crime de pornografia de menores, este apenas é referido, de forma individualizada, a partir de 2010, limitando-se a informar do número de processos iniciados relativos a este crime.

Os relatórios anuais são generalistas, apresentando as características das vítimas, dos agressores e contexto da ocorrência, relativamente a todos os crimes reportados, não sendo possível particularizar apenas para o crime de pornografia de menores.

Na tabela seguinte conjugámos a informação destes relatórios (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017)⁶⁹⁸, no que concerne ao crime de pornografia de menores.

⁶⁹⁸ Todos os relatórios mencionados encontram-se disponíveis em https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/estatisticas-apav (consultados, pela última vez, em 2017-09-30).

Ano	Crimes de pornografia de menores
2010	5
2011	2
2012	4
2013	5
2014	2
2015	1
2016	2
Totais	21

Tabela XXII - Dados estatísticos da APAV relativamente ao crime de pornografia de menores. (Fonte: APAV, relatórios estatísticos anuais entre 2010 e 2016)

Observamos um pequeno número de situações relativas ao crime de pornografia de menores, com valores anuais variáveis, não se verificando qualquer tendência. Estes valores diminutos parecem indicar pouca informação do crime à APAV.

5. Identificação de políticas públicas e boas práticas em Portugal abrangendo a problemática da pornografia de menores

Já abordámos a política criminal portuguesa, no âmbito legislativo, que contende com a problemática da pornografia de menores. Não se esgota, contudo, no âmbito legislativo, uma vez que pressupõe “(...) um conjunto de estratégias, instrumentos ou modelos para a consecução de determinados fins e, como qualquer outros tipo de política pública, aspira a ser um agente de transformação social, embora confinada a um segmento limitado do comportamento social” (Pereira, 2016, p. 371)⁶⁹⁹. Luciana Costa (2006, p. 84), por exemplo, acusa a neocriminalização de algumas condutas que decorre “(...) da utilização falaciosa do Direito Penal, na medida em que serve apenas como forma de encobrir a falta de políticas públicas e de fugir à responsabilidade de atender efetivamente a uma determinada demanda social”.

⁶⁹⁹ Cf. PEREIRA, Artur - Política criminal. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 370–372.

Assim, deverão as políticas sociais prosseguidas pelo Estado abranger uma variedade de possibilidades de intervenção que não se limitam ao aspeto legislativo penal, do qual já fizemos basta referência e, nesta secção, apresentaremos algumas políticas públicas e boas práticas, prosseguidas não só pelo Estado português como também por outros atores sociais. Esta abordagem não se pretende exaustiva e cremos que nem o conseguiríamos, mas tão só destacar alguns projetos que, direta ou indiretamente, se relacionam com a prevenção dos crimes de natureza sexual contra as crianças e a utilização segura das TIC.

De facto, como ressalva Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 11), os vários OPC desenvolvem iniciativas que visam sensibilizar e educar públicos distintos em temáticas como os riscos da Internet, as questões da vida privada e sexuais. No caso concreto da PJ, informa-nos que desenvolveram atividades “(...) em coordenação com o Ministério da Educação, de forma a chegar ao maior número de escolas. Ainda no ano passado se chegou a todas as escolas nacionais a nível do 2.º ciclo, através de uma ação levada a cabo pelo Ministério da Educação, com a colaboração desta Polícia”. Não obstante, ressalva que tais esforços seriam mais eficazes se agissem “(...) de forma concertada, nomeadamente entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Administração Interna, de modo a que existisse uma mensagem uniforme na prevenção deste tipo de crime. (...) Para prevenir, o mais eficaz é a educação. Passa tudo pela educação”. Nesta senda, Jorge Duque ressalva a importância dos diversos atores que podem desempenhar um papel importante: “Entidades que têm uma responsabilidade social que deveriam preocupar-se em passar precisamente estas campanhas de prevenção. Por outro lado os ISP, deveriam fazer chegar aos smartphones e a outros aparelhos, mensagens de prevenção em vez de sms para subscrição de serviços de forma ardilosa. Nas ações de prevenção penso que deveria existir uma maior proatividade, das diversas entidades envolvidas nas ações, de modo a fazer chegar ao destinatário, nomeadamente aos *smartphones* as mensagens de prevenção. Aqui os operadores de telecomunicações têm um papel importante, ou deveriam ter um papel importante. No entanto também deveria haver um maior acompanhamento dos pais, pelo menos em termos da literacia digital ou da informação tecnológica...deveria, porventura, embora tenha sido feito bastante

pelo Ministério da Educação a nível das tecnologias de informação, maior acompanhamento e explicação da vivência em sociedade”.

De facto, conforme ressalva Nuno Teixeira (2002, P. 10) “No plano da Política de Segurança importa sublinhar um pressuposto (...) a questão da segurança, ou melhor da insegurança, não é, exclusivamente, um problema de polícia. É também um problema de sociedade e de civilização. Um problema que, por isso mesmo, se combate em duas frentes simultâneas e complementares: a prevenção das causas e a repressão das consequências. Prevenção das causas económicas, sociais e culturais – como a pobreza, a exclusão social, o confronto de gerações e culturas ou a toxicodependência – o que se faz com programas concretos de integração”.

A já referida *Diretiva 2011/93* (art.º 23.º) clarifica quanto à obrigatoriedade dos EM tomarem medidas adequadas, no âmbito da exploração sexual de crianças, para a educação e formação dos cidadãos, nomeadamente através da Internet, com campanhas de informação e sensibilização e investimento em investigação e educação, se necessário em cooperação com entidades privadas⁷⁰⁰.

Destacamos, seguidamente, alguns projetos e atividades nacionais:

- O “Centro Internet Segura”, coordenado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), constituindo um consórcio público-privado desde 2007⁷⁰¹, tem como missão “(...) esclarecer as crianças, os jovens e os cidadãos em geral sobre o uso responsável e seguro das tecnologias em linha, apoiando-os na tomada de decisões informadas” assim como contribui ativamente no “combate às condutas e aos conteúdos *online* maliciosos ou ilegais, providencia mecanismos para aconselhar e minimizar os potenciais riscos que podem advir do uso das tecnologias da informação e da comunicação”⁷⁰². O “Centro Internet

⁷⁰⁰ No mesmo sentido da prevenção através da educação junto de escolas, famílias, cidadãos em geral e jovens e crianças em particular, Eliana Pereira, *op. cit.*, 2015, p. 175, que conclui que “não obstante o trabalho desenvolvido por Portugal, a prevenção nos termos em que é exigida pela Convenção de Lanzarote, particularmente no seu capítulo II, ainda é um caminho com longos trilhos para percorrer”.

⁷⁰¹ Do qual fazem parte a Direção-Geral da Educação, o Instituto Português do Desporto e Juventude, a Fundação PT e a Microsoft Portugal.

⁷⁰² Informação disponível em <https://www.fct.pt/dsi/internetsegura/> (acedido em 2017-10-01).

Segura” faz parte das redes INSAFE e INHOPE, cujo objetivo visa a concertação e ação coordenada contra conteúdos nocivos e ilegais da internet, de âmbito europeu. Conta com dois canais de sensibilização, o “SeguraNet”, destinado à população escolar, e o “Internet Segura”, para a população em geral, assim como disponibiliza duas linhas de contacto, com objetivos diferentes, a saber: a “Linha Alerta” para os cidadãos procederem à denúncia de conteúdos ilegais e a “Linha Internet Segura”, com o objetivo de apoiar e esclarecer dúvidas sobre a utilização segura das TIC;

- O “SeguraNet”, da responsabilidade da Direção-Geral da Educação, faz parte do consórcio público-privado “Centro Internet Segura”, tem a missão de promover a navegação segura na Internet e dispositivos móveis na comunidade educativa. Disponibiliza formação e conteúdos variados, adequados a crianças, jovens, pais, professores e escolas. Entre as várias atividades, lança desafios, promove sessões de sensibilização, disponibiliza banda desenhada temática, jogos, etc⁷⁰³;
- O canal “Internet Segura”⁷⁰⁴, do mesmo consórcio, dirigido à população em geral, desenvolve vários projetos relativos à segurança, disponibiliza um aplicação informativa gratuita e formou um “painel de jovens”, constituído por jovens entre os 9 e os 15 anos de idade com perfis sócio-económicos distintos e tem uma função consultiva sobre as temáticas que lhe dizem respeito;

⁷⁰³ Informação disponível em <http://www.seguranet.pt/pt/>, acedido em 2017-10-01). O estudo de avaliação de impacto do projeto *Seguranet*, concretizado pela Direção-Geral da Educação em 2016, finaliza com várias recomendações (p. 100), dentre as quais destacamos três, por as considerarmos das mais relevantes, a saber: o aumento do “(...) conhecimento acerca da existência do projeto Seguranet contribuindo para aumentar a consciência da comunidade educativa e em especial dos alunos para os benefícios e riscos da Internet”; a promoção de “(...) uma melhor integração das temáticas da segurança digital de crianças e jovens nas áreas curriculares, incluindo a colaboração entre professores dos mesmos ciclos de ensino” e a promoção de “(...) um maior envolvimento de outras entidades e parceiros nas iniciativas desde empresas, municípios, associações, fundações e outros representantes da sociedade civil”. Este relatório encontra-se disponível em http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/20382/1/estudo%20de%20avalia%c3%a7%c3%a3o%20de%20impacto%20seguranet_final.pdf (acedido em 2017-10-16). ISBN 978-972-742-399-6.

⁷⁰⁴ Informação disponível em <http://www.internetsegura.pt> (acedido em 2017-10-01).

- O programa “Comunicar em Segurança” é um programa da Fundação Portugal Telecom⁷⁰⁵, que visa contribuir para uma cidadania digital responsável junto dos vários setores da população, através de “sessões de sensibilização, de uma peça de teatro e um passatempo dirigido aos alunos”. Este programa teve o apoio de várias entidades nacionais e entre 2008 e 2016, teve como alvo 340 mil alunos e 2565 escolas. Em 2016 foi integrado no consórcio “Centro Internet Segura”;
- A APAV participou num projeto (CORE) cofinanciado pelo programa STOP II⁷⁰⁶, relativo às crianças de vítima de violência sexual, entre Dezembro de 2001 e novembro de 2002⁷⁰⁷, do qual resultou um “Manual CORE – Para o Atendimento de Crianças Vítimas de Violência Sexual”, em dois volumes (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2002, 2002)⁷⁰⁸, destinados a profissionais com lidam com a problemática e envolveu a colaboração de várias entidades;
- A APAV implementou a Rede CARE⁷⁰⁹ que permitiu o apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual, um projeto que decorre entre 2017 e 2020, com fundos europeus e com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, para o desenvolvimento de atividades de apoio direto a crianças e jovens vítimas, desenvolvimento de ferramentas e protocolos para avaliação do risco e necessidades das vítimas; cursos de formação especializada para apoio das vítimas, entre outras;

⁷⁰⁵ Informação disponível em <http://www.fundacao.telecom.pt/Home/Educa%C3%A7%C3%A3o/ComunicaremSeguran%C3%A7a.aspx> (acedido em 2017-10-01).

⁷⁰⁶ O Programa STOP, da UE, é relativo ao incentivo, cooperação, troca de informação e treino de pessoas responsáveis no combate ao tráfico de seres humanos e exploração sexual de crianças, conforme consta da página web: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=uriserv:l33015>, e o programa seguinte, o STOP II, encontra-se disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=uriserv:l33015b> (acedido em 2017-08-07).

⁷⁰⁷ Cf. consta da respetiva página web: <http://apav.pt/proj/pages/core.html> (acedido em 2015-08-25).

⁷⁰⁸ Cf. ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - **Manual Core para o atendimento de crianças vítimas de violência sexual – compreender, 2003** e ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - **Manual Core para o atendimento de crianças vítimas de violência sexual – proceder, 2003**.

⁷⁰⁹ Informação disponível em <https://apav.pt/publiproj/index.php/79-care-norte> (acedido em 2017-10-01).

- O site de Internet “APAV para jovens”⁷¹⁰, com fundos europeus, é dedicado a esta faixa etária e compreende informação variada sobre vitimação e campanhas, possibilitando o aprofundamento dos temas pela seleção de separadores: violência no namoro, *bullying*, violência sexual, violência *online*, entre outras. As campanhas, das quais destacamos “*Depois do não, pára!*”, que procura sensibilizar os jovens para a identificação e denúncia de atos sexuais não consentidos, contêm material de promoção (como vídeos, spot’s de áudio, e cartazes);
- O Programa europeu DAPHNE, lançado em maio de 1997, prolongando-se até à atualidade, teve o ímpeto de galvanizar a sociedade civil na luta contra a violência exercida sobre mulheres, crianças e jovens. Várias instituições portuguesas participaram⁷¹¹;
- A Associação para o Planeamento da Família (APF) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social portuguesa⁷¹² e promoveu o projeto *#ON_SEX – Direitos Sexuais e Jovens Vulneráveis* (Associação para o Planeamento da Família, 2016)⁷¹³, em parceria com outras entidades⁷¹⁴, entre 2014 e 2015, com o objetivo de utilizar a Internet e as TIC como ferramentas para instrumentos positivos de educação sexual e prevenção do *bullying* em ambiente digital, dedicado a educadores, família e jovens vulneráveis. O projeto incluiu a criação de um manual de sugestões de atividade digitais; um jogo interativo *online* sobre as temáticas; uma “referencial de formação” para capacitar jovens identificados como referências na suas comunidades, a ser ministrado por monitores e técnicos, os quais receberam formação em conformidade; uma

⁷¹⁰ Informação disponível em <http://www.apavparajovens.pt/pt/> (acedido em 2017-10-01).

⁷¹¹ Conforme se pôde confirmar na página de Internet, onde constam todos os projetos fundados e financiados a partir do DAPHNE, disponível em <http://ec.europa.eu/justice/grants/results/daphne-toolkit/en>. A título de curiosidade, em 25 de agosto de 2015, contava com 412 projetos, vários deles com participação de organizações portuguesas.

⁷¹² ONG fundada em 1967 com o objetivo de fomentar as escolhas livres e conscientes na vida sexual e reprodutiva das pessoas e promover a parentalidade positiva, cf. sítio de Internet em <http://www.apf.pt/quem-somos> (acedido em 2018-01-03).

⁷¹³ Vide o sítio de Internet da ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA - *#ON_Sex - Direitos Sexuais e Jovens Vulneráveis*. 2016. Disponível em WWW:<URL:<http://www.apf.pt/atuacao/projetos/onsex-direitos-sexuais-e-jovens-vulneraveis>>.

⁷¹⁴ Concretamente, a equipa portuguesa da *EU Kids Online* da Faculdade de Ciências Sociais e Humana da Universidade Nova de Lisboa, o Instituto Português do Desporto e Juventude e o Programa Escolhas, tendo sido financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

página no *Facebook* sobre o projeto; campanhas de divulgação e sensibilização para as temáticas; o atendimento “Sexualidade em linha” *online* e através do telefone e encontros de jovens;

- O Instituto de Apoio à Criança disponibiliza desde 1988 uma linha telefónica, anónima e confidencial, dedicada aos menores de 18 anos, familiares, profissionais e cidadãos, denominada “SOS Criança”⁷¹⁵, prestando um serviço de aconselhamento, apoio e intervenção em caso de menores em perigo. Preconiza uma atuação preventiva, com vista a atuar antes que a situação de risco se concretize. No fundo, o “SOS Criança” é um conjunto de valências, no qual se insere o atendimento personalizado, o contacto por correio eletrónico, entre outros, mas a linha telefónica é o meio de contacto mais popular, de acordo com o IAC. Em 2004, com o intuito de combater as situações de desaparecimento, rapto e abuso sexual, foi criada a valência do “SOS-Criança Desaparecida”, que se encontra acessível através do número único e gratuito, comum a vários países europeus, o 116 000⁷¹⁶;
- O projeto “Safer Internet – CyberGNRation”, da Guarda Nacional Republicana, foi um projeto de boas práticas iniciado em 2014 e que foi apresentado como projeto adicional à Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade em 2017, no âmbito da temática da *Cyber safety*⁷¹⁷. O projeto contempla várias vertentes de intervenção, sendo algumas relativas a campanhas de sensibilização junto dos jovens e a concursos para promover a prevenção do cibercrime e a utilização responsável e ética do ciberespaço.

⁷¹⁵ <http://www.iacrianca.pt/index.php/setores-iac-sos/apresentacao-sos>

⁷¹⁶ A Organização europeia “Missing Children Europe” é composta por 24 membros, entre os quais Portugal, que conjuntamente detêm o mesmo número telefónico para a *hotline* relativa a situações de crianças desaparecidas, abuso sexual e exploração sexual de crianças, entre outras valências, cf. <http://missingchildreurope.eu/hotline> (acedido em 2017-10-01).

⁷¹⁷ Informação em <http://eucpn.org/document/safer-internet-cybergnration> (acedido em 2017-12-20).

6. Estudo empírico sobre os dados da Polícia Judiciária no âmbito da pornografia de menores

Cremos já ter sublinhado suficientemente as limitações dos dados das polícias, estatísticas oficiais e a relevância das cifras negras que parecem registrar-se acentuadamente nos crimes de natureza sexual, onde se insere o crime de pornografia de menores. Como já tivemos oportunidade de referir, os dados estatísticos, pese embora constituam uma aproximação à realidade mas padeçam de insuficiências ou lapsos, são valiosos contributos para o conhecimento de uma determinada realidade. Nas opções de política criminal seria um erro crasso ignorar este contributo e foi por este motivo que empreendemos tentativas para os obter de várias fontes, as quais utilizam metodologias e sistemas diversos de recolha. Abordámos as estatísticas oficiais da criminalidade participada, providenciada pela DGPJ em capítulo anterior, mas conforme verificámos, o crime em estudo encontra-se agrupado em categorias diferentes, ora na criminalidade participada às polícias, ora nos Inquéritos dos tribunais, deixando de fora os Inquéritos registados no MP. Além destes obstáculos não são facultadas informações mais aturadas.

No que respeita à PGR, não nos foram facultados quaisquer dados estatísticos (PGR, 2016, Apêndice A2 (a)), os quais, caso fossem possíveis de obter com as especificações pretendidas, permitir-nos-iam conhecer das acusações proferidas, após a fase da investigação criminal. Não tendo tal sido possível, tivemos de retroceder no processo e aqui, em sede de Inquérito em investigação na Polícia Judiciária, analisar os dados que nos foram cedidos por esta instituição. Os dados que solicitámos dizem respeito aos Inquéritos e respetivos intervenientes, dos quais destacámos os mais relevantes: as vítimas e os arguidos.

Pretendeu-se, na generalidade, obter informação sobre os Inquéritos e seus intervenientes onde tenha sido ou esteja a ser investigado o crime de pornografia de menores, quer seja considerado o crime mais grave ou não. Não estando submetidos ao *espartilho* das regras oficiais, é nosso entendimento que todas as investigações criminais que redundaram em Inquéritos com o crime de pornografia

de menores são passíveis de estudo. Com a análise dos dados, que se pretendeu exaustiva, augura-se um esboço de uma tríade de perfis, a saber: o Inquérito, o arguido e a vítima do crime de pornografia de menores nos Inquéritos investigados pela PJ, plasmado no epílogo que constitui a conclusão deste estudo.

A informação recolhida não permite a análise qualitativa no que concerne às motivação e conduta do ofensor, nem qualquer informação sobre a natureza, severidade, organização do material apreendido de abuso e exploração sexual.

6.1 Metodologia

Os dados foram extraídos do sistema informático da Polícia Judiciária, denominado SICPJ, sendo neste registada não só a documentação administrativa, pedidos de cooperação nacional e internacional, entre outros, mas também os elementos referentes a todos os Inquéritos que são investigados por esta, independentemente da entidade que proceder à abertura do Inquérito⁷¹⁸.

Tal como acontece nas estatísticas da DGPJ, também este sistema se baseia no “caso”, isto é, na investigação à qual é atribuído um NUIPC onde os crimes (referidos como infrações) são devidamente registados, mas, para efeitos estatísticos, só o mais grave prevalece, denominado de “infração principal”. No entanto, o SICPJ não regista o número de crimes de um mesmo tipo, mesmo finalizada a investigação e remetida para o Ministério Público. Em síntese, não nos é possível obter o número de um mesmo crime num Inquérito, mas sim os vários crimes diferentes que um dado Inquérito pode comportar. A investigação apura os factos e cabe ao MP analisá-los e deduzir a acusação, imputando o número e tipo de crimes ao respetivo agente, e essa informação não nos foi facultada pela PGR.

Outra ressalva que nos compete adiantar, com vista a obviar possíveis dúvidas quanto aos dados, diz respeito à “*atribuição da infração*”. Os crimes, em cada Inquérito, são registados como “infrações”, de acordo com uma tabela estipulada

⁷¹⁸ A lista de entidades com serviço notador consta da Portaria n.º 1223-A/91, de 30 de dezembro.

pelo Ministério da Justiça e compreendem as epígrafes dos artigos do CP e legislação avulsa. A referida tabela, em determinados crimes, decompõe o mesmo tipo de ilícito em diversos tipos de infrações, dependendo, entre outros, do *modus operandi* e da arma utilizada. Exemplos disto são o “Furto com arrombamento”, “Furto com escalamento” ou Roubo com arma de fogo”. Contudo, para o crime de pornografia de menores, não há qualquer decomposição pelas várias condutas que o tipo penal comina, pelo que não nos é possível obter informação sobre o tipo de conduta específica — utilização para produção, distribuição, detenção ou qualquer das restantes elencadas no art.º 176.º do CP, ou a agravação, por via do art.º 177.º — ou sobre a natureza do material — real ou realista — imputada aos arguidos. Ademais, o mesmo se passa quanto ao crime de abuso sexual de crianças, crime que conjugava no seu articulado as condutas relativas ao abuso sexual de crianças de contacto físico, ato exibicionista e as condutas relativas a pornografia de menores, entre os anos de 1995 e setembro do ano de 2007, conforme já tivemos oportunidade de abordar. Aliás, atualmente, o articulado do artigo que corresponde ao “abuso sexual de crianças” contém várias condutas diferenciadas, algumas condizentes com contacto sexual físico e outras não, como é o caso do n.º 3 do articulado (importunação, atuação por meio de conversa, escrito, espetáculos ou objetos pornográficos, aliciamento para assistir a abusos ou atividades sexuais).

Um dos quesitos que formulámos no nosso pedido inicial à PJ solicitava o número de imagens (estáticas ou em vídeo) apreendidas, mas verificou-se que tal informação não se encontrava disponível. A entrevista conduzida ao Inspetor-Chefe da PJ, Jorge Duque, permitiu-nos esclarecer que Portugal ainda não dispõe de uma base de dados que permita o arquivamento e tratamento dessa informação, pelo que inexistente, por ora, informação sistematizada a esse respeito (Jorge Duque, 2017, Apêndice D2, resposta7).

Para o nosso trabalho, os Inquéritos e subseqüentes análises cronológicas baseiam-se em dois tipos de datas, cujas vantagens e desvantagens convém elucidar. A data de abertura da investigação, quando o Inquérito chega à PJ proveniente do MP ou é registado neste OPC, é uma data obrigatória, registada automaticamente pelo sistema e todas as investigações contêm esta informação

administrativa. Assim, todos os Inquéritos que vamos analisar contêm esta informação. Contudo, a data do registo não coincide com a “data do acontecimento”⁷¹⁹, isto é, a data da ocorrência do facto tipificado como crime, por vezes ocorrendo um hiato temporal considerável. Além disso, quando conhecida, é registada a data do início do acontecimento criminal, isto significando que mesmo na ocorrência de múltiplas situações tipificadas como crime ou o seu prolongamento no tempo, apenas é registada a data conhecida do início ou da primeira ocorrência. Constatámos que neste tipo de crime se regista alguma dificuldade em atribuir datas de “início de acontecimento”, sendo a ausência desta informação notória no universo de Inquéritos que iremos analisar.

No entanto, este obstáculo não nos deteve e faremos ambas as análises, mas sublinhamos a necessidade de ter em mente que uma proporção considerável não contém a informação sobre o momento do início da ocorrência do crime, além da eventualidade de tal informação poder não ser totalmente rigorosa.

A dinâmica da investigação criminal para a descoberta da verdade pode propiciar alterações no âmbito da atribuição da infração, pois esta constitui uma referência. Assim, constatámos a existência de registos de Inquéritos que foram iniciados em 2007, após autonomização do crime de pornografia de menores e respetiva criação da infração (da responsabilidade do MJ), com factos ocorridos anteriormente (ex. abuso sexual de crianças) mas aos quais a infração atribuída, já disponível a partir de setembro de 2007, foi a pornografia de menores, por a conduta ser essa, embora seja provável, à data dos factos, o crime em questão se tratasse de abuso sexual de crianças ou atos sexuais com adolescentes. Recordamos que a punição das condutas associadas ao crime já estavam cominadas antes de 2007, nos crimes de abuso sexual de criança, de abuso sexual de menores dependentes e no de atos sexuais com adolescentes. Devemos ter esta “transição” em mente quando abordarmos os crimes registados nos Inquéritos sobre os quais efetuámos o presente estudo e quando nos reportarmos ao “histórico criminal” dos arguidos de pornografia de menores, cujos antecedentes datam desde 1988.

⁷¹⁹ Nomenclatura do próprio SICPJ.

O Inquérito relativo ao crime de pornografia de menores constituiu-se como o fio condutor sobre o qual todos os dados foram extraídos, dia 19 de julho de 2017. Reitera-se que, atendendo aos prazos que temos de cumprir, não nos foi possível procrastinar a data de extração ou consulta de dados, sendo essa a motivação pela qual nos foram fornecidos dados extraídos em 19 de Julho de 2017, inviabilizando a recolha do ano completo.

Vimo-nos assim confrontados com um período temporal em análise que engloba 10 anos da legislação que autonomizou o crime de pornografia de menores no art.º 176.º do CP. Todavia, os dados obtidos não correspondem a 10 anos completos, pelo que o leitor deverá ter sempre em mente esta limitação quando se deparar com os dados que trabalhámos e analisámos. Assim, nunca é demais salientar que os dados refletem os registos de inquéritos desde 15 de setembro de 2007 a 19 de julho de 2017.

Não obstante, temos de apontar uma exceção que se traduz no seguinte: para o estudo do “histórico criminal” de constituição de arguido destes indivíduos, foi necessário pesquisar todo o repositório relativamente a cada um dos arguidos identificados nos Inquéritos que investigam o crime de pornografia de menores. Como adiante teremos oportunidade de expor, tivemos o ensejo de averiguar da “história” criminal ou policial destes arguidos em Inquéritos investigados na PJ, pelo que a pesquisa incidiu sobre todo o repositório, independentemente das datas, sendo possível recuperar informação com quase três décadas. Pretendíamos abarcar um período longo de *follow-up*, contrariando as críticas formuladas por Henshaw, Ogloff e Clough (*op. cit.*, 2015, pp. 4–8) quando referiram que a maioria dos estudos se limitava a apurar a reincidência num período temporal curto. No mesmo sentido, consideramos que o universo sob análise é suficientemente robusto para também nos eximir-mos às críticas quanto à exiguidade de algumas amostras em estudos académicos.

Como teremos ocasião de examinar, nem sempre é possível obter a informação rigorosa como idealizada. O sistema é dinâmico, em constante atualização, alimentado por operadores humanos e nem sempre a informação está disponível,

quer seja por razões de investigação em curso, pela arquitetura do próprio sistema informático, quer seja por motivos diversos. Razão pela qual faremos menção à ausência de dados (a qual pode assumir uma proporção considerável), com a indicação “S/Ref.^a”. A própria investigação criminal encerra uma dinâmica própria e cada Inquérito possui características que podem acarretar maior ou menor celeridade na sua resolução, pelo que os Inquéritos podem iniciar num ano e serem concluídos no seguintes.

A investigação criminal, neste crime, necessita de recorrer à perícia criminalística dos materiais apreendidos, empreendimento imprescindível e demorado.

Não será demais salientar igualmente que algumas das informações são providenciadas pelos próprios intervenientes, nomeadamente a situação familiar, a ocupação e a situação profissional. Caso não seja relevante para o desenvolvimento da investigação criminal esta informação não é confirmada, pelo que carece de uma leitura cautelosa adequada às situações de autorrelato.

Ainda no que respeita aos elementos fornecidos pela PJ, estes constituem-se como valores absolutos, pelo que considerámos indispensável abordar também os valores relativos, comparando com o resultado dos Censos 2011, relativamente a algumas das variáveis em análise. Para este objetivo, socorremo-nos da informação disponibilizada pelo INE (Instituto Nacional de Estatística, 2011)⁷²⁰ relativamente a esta matéria, concretamente, a proporcionalidade relativamente ao número de habitantes em Portugal, no total e por distritos e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, apresentando as respetivas taxas por cada 100.000 habitantes (à semelhança do efetuado pela UNODC, conforme *Tabela IX - Excerto de tabela contendo número e taxas de crimes sexuais contra crianças, registadas pelas polícias*).

No que tange à idade dos intervenientes analisados, os arguidos e as vítimas, esclarecemos de antemão as nossas opções metodológicas, por forma a que não surjam interrogações na leitura da análise. Na estatística descritiva, as medidas de

⁷²⁰ Cf. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - **Censos 2011**. Portugal.

tendência central visam apurar um valor central ou típico numa dada distribuição de dados, mas no caso em concreto das idades dos intervenientes, constatamos que apresentam grande amplitude, especialmente no que respeita à idade dos arguidos. No entanto, podendo constituir uma aproximação deficitária aos dados, as medidas centrais podem carrear interesse para o nosso estudo, concretamente no que respeita à média e mediana e, em particular, à moda. A média e a mediana permitem-nos comparar vários anos e estabelecer uma evolução. A moda indicamos o valor mais repetido no universo de dados. Contudo, pese embora façamos utilização destas medidas, enfatizamos importância da apresentação das idades por escalões etários. Consideramos esta abordagem mais fiável, em especial pelo facto de termos constituído vários escalões etários com curta amplitude.

Por último, antes de detalharmos quais as informações que iremos apresentar sobre cada um dos elementos da tríade “Inquérito-Arguido-Vítima”, compete-nos justificar a profusão de tabelas e ilustrações que demonstram e justificam o objetivo deste estudo. Ponderámos a hipótese de as remetermos para Apêndice, mas tal opção dificultaria a sua consulta. No nosso entendimento, o rigor e a clareza dos dados são incontornáveis, além de, na nossa perspetiva, deverem estar disponíveis de imediato para consulta aquando da sua análise.

A análise irá desenvolver-se com enfoque sobre os Inquéritos, arguidos e vítimas do crime de pornografia de menores, procurando a sua caracterização detalhada, com recurso aos registos do SICPJ que nos foram facultados.

Relativamente aos Inquéritos investigados pela PJ, pretendemos caracterizá-los no que respeita ao crime de pornografia de menores, em três vertentes diferentes, mas complementares.

O primeiro passo será a caracterização de todos os Inquéritos que contenham o crime de pornografia de menores, quer seja o único, principal ou não principal, isto é, todos os Inquéritos que contenham esta infração. Este constitui o “universo” de dados sobre o qual faremos, subsequentemente, a divisão entre dois grupos diferentes. O primeiro será constituído por Inquéritos só com o crime de pornografia

de menores, isto é, Inquéritos que investiguem exclusivamente o crime de pornografia de menores; o segundo será constituído pelos Inquéritos que contenham mais do que o crime de pornografia de menores, independentemente de ser ou não a infração principal. A soma destes dois grupos constituem o “universo” de todos os Inquéritos.

O nosso fundamento para analisar três grupos de Inquéritos distintos baseia-se na pretensão de apurar as características dos Inquéritos (igualmente o faremos para os arguidos e para as vítimas, quando se considerar pertinente), e comparar os resultados. Consequentemente, a primeira abordagem debruça-se sobre os dados de todos os Inquéritos que contêm a investigação do crime de pornografia de menores, oferecendo assim uma perspetiva abrangente do fenómeno. Os segundo e terceiro grupos de Inquéritos constituem amostras diferentes deste *universo* de dados e beneficiam de análise e comparação, com a finalidade de apurar se os Inquéritos apenas e só de investigação do crime de pornografia de menores possuem características singulares.

Compreendendo três grupos separados para análise, denominaremos cada um deles de forma diferente, respetivamente, “*Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores*”, “*Inquéritos exclusivos de PM*”⁷²¹ e “*Inquéritos mistos*”.

Destas três vertentes, visamos o apuramento das seguintes características:

1. **Inquéritos**, por ano e mês, por data de abertura e por data de início de acontecimento ou ocorrência;
2. **Inquéritos concluídos com proposta de acusação**, por ano e respetiva percentagem, comparativamente com os restantes, finalizados sem proposta de acusação;
3. **Origem da denúncia em Inquéritos**, evidenciando quais as entidades envolvidas no despoletar ou reencaminhamento da denúncia. Destacámos os intervenientes coletivos como “participantes” do ilícito, com o propósito de

⁷²¹ Para que nome deste subgrupo não fosse demasiado extenso, optámos, em algumas situações, por utilizar a sigla PM, em substituição de “pornografia de menores”.

identificar quais as entidades que intervêm na fase do impulso processual que dá origem à investigação criminal;

4. **Local da ocorrência do crime**, incluindo a frequência absoluta e relativa;
5. **Crimes que coexistem em Inquéritos** de pornografia de menores (esta análise não poderá ser efetuada, evidentemente, para o grupo de “Inquéritos exclusivos de PM”);
6. **Arguidos em cada Inquérito**;
7. **Vítimas em cada Inquérito**.

Finalizamos a análise dos Inquéritos com uma síntese efetuada aos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” e da análise e comparação efetuada entre os “Inquéritos exclusivos de PM” e os “Inquéritos mistos”.

Relativamente ao arguido, primeiramente cabe-nos justificar a opção. A nossa opção pela figura do arguido, em detrimento do mero suspeito, parece-nos incontornável, pois a seleção limitada aos arguidos visa contribuir para uma maior consistência na amostra que nos propomos analisar. O arguido é a figura jurídica atribuída sobre quem recai uma “fundada suspeita” da prática de crime, à luz da al. a) do n.º 1 do art.º 58.º do CPP, ao passo que o suspeito, de acordo com a al. e) do art.º 1.º do mesmo Código, é a pessoa da qual existe “indício de que cometeu ou se prepara para cometer um crime (...)”⁷²².

Uma das nossas pretensões na análise dos dados visava apurar se o “perfil” do indivíduo apenas arguido em Inquéritos, apenas e só, com o crime de pornografia de menores diferia do “perfil” do indivíduo arguido em Inquéritos contendo este e outros crimes. O universo dos dados relativos a todos estes indivíduos arguidos, composto por 961 indivíduos, constitui o primeiro grupo. Este grande grupo é divisível por dois subgrupos: um relativo aos arguidos exclusivamente do crime de

⁷²² A inserção do requisito da “fundada suspeita” só veio a ser integrado no CPP em 2007 e, de acordo com Rui do Carmo (2016, p. 46), a razão subjacente relaciona-se com a “(...) crescente mediatização da justiça criminal, potenciando a aplicação de um «novo castigo: a reprovação mediática» ou a «pena-notícia»”, tratando-se de uma garantia para que a constituição de arguido ocorresse mais tardiamente no inquérito. Cf. CARMO, Rui Do - Arguido. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.ª ed. Lisboa, Portugal : Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 46–47.

pornografia de menores e outro aos arguidos em Inquéritos com mais crimes do que só o de pornografia de menores. É esta divisão ou separação que nos permitirá responder à questão se os ofensores apresentarão características diferenciadoras entre si.

Aos três grupos, cujos dados serão adiante analisados separadamente, atribuímos uma denominação para facilitar a sua identificação. São os seguintes:

- O primeiro grupo é constituído pelo universo de indivíduos arguidos em Inquéritos com o crime de pornografia de menores. Apenas com o propósito da sua distinção dos restantes grupos, passaremos a denomina-lo de “*Arguidos PM*”;
- O segundo grupo constitui um subgrupo dos “*Arguidos PM*” e trata-se do conjunto de indivíduos que, apenas e só, estão como arguidos em Inquéritos que apenas têm como crime a pornografia de menores. A este grupo chamaremos “*Arguidos exclusivos*”;
- O terceiro grupo, também um subgrupo dos “*Arguidos PM*”, é constituído pelos indivíduos que constam do universo de Inquéritos com o crime de pornografia de menores e outro(s) crime(s). Este grupo será denominado de “*Arguidos mistos*”.

A denominação dos três grupos revelou-se importante para a organização e clareza do exposto, para que o leitor deste trabalho identifique claramente a que grupo correspondem os dados e a respetiva análise.

Esta análise tripartida não foi possível concretizar no que respeita às detenções, porquanto apenas nos foi possível recolher elementos relativamente a todos os arguidos pelo crime de pornografia de menores, pelo que não propicia a comparação entre grupos distintos de arguidos. Os dados relativos às detenções efetuadas não comportam a possibilidade de distinguir se correspondem a indivíduos que estão identificados em Inquéritos que apenas tiveram para

investigação o crime de pornografia de menores ou estão identificados em Inquéritos com o crime de pornografia de menores em simultâneo com outros crimes.

Não obstante, para o total de arguidos em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, apurámos o número de detenções, por ano, por sexo e por nacionalidade, assim como a percentagem de aplicação da medida de coação de prisão preventiva.

Os dados relativos a arguidos em Inquéritos com o crime de pornografia de menores foram trabalhados no sentido de, sendo possível, obter as seguintes informações, para os três grupos acima identificados (“Arguidos PM”, “Arguidos exclusivos” e “Arguidos mistos”):

- 1) **Arguidos em Inquéritos**, no total e por ano;
- 2) **Sexo dos arguidos**, por ano;
- 3) **Nacionalidade dos arguidos**, por ano;
- 4) **Detenção dos arguidos** - arguidos detidos e aplicação da medida de coação de prisão preventiva, por ano, nacionalidade e sexo (apenas no que respeita aos “Arguidos PM”);
- 5) **Naturalidade dos arguidos**, por ano (por distrito, em Portugal Continental, por Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e por país, quando residências estrangeiras); frequência absoluta e relativa;
- 6) **Ocupação profissional dos arguidos**, aquando do último contacto com a polícia (não nos é possível obter informação da ocupação profissional na data em que é constituído arguido), de acordo com os grandes grupos da classificação portuguesa das profissões do INE, por ano, destacando as com maior incidência;
- 7) **Situação profissional dos arguidos**, aquando do último contacto com a polícia, por ano;
- 8) **Idade dos arguidos**, à data do início da investigação e à data do início do acontecimento. Média, Moda e Mediana. Escalões etários;

- 9) **Residência dos arguidos**, por ano (por distrito, em Portugal Continental, por Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e por país, quando residências estrangeiras);
- 10) **Situação familiar dos arguidos**⁷²³(corresponde ao estado civil), no ano do último contacto com a polícia, por ano;
- 11) **Relacionamento entre os arguidos e as vítimas** apurado no decurso da investigação criminal;
- 12) **Reincidência de suspeição sobre indivíduos arguidos**, relativamente ao mesmo ou outro crime, independentemente do ano de investigação. Cumpre esclarecer que não se trata de reincidência criminal em sentido jurídico *per se*⁷²⁴, uma vez que os dados que nos foram facultados reportam-se apenas à fase de Inquérito no qual tenha sido constituído arguido. Portanto, o que se pretendeu averiguar foi a reincidência de suspeição sobre indivíduos arguidos, pelo crime de pornografia de menores e outros crimes, ao longo da vida. Neste sentido, os registos no SICPJ contendo o “histórico criminal” de todos os arguidos identificados no âmbito do crime de pornografia de menores são sujeitos a escrutínio, com vista ao apuramento da reincidência;
- 13) **Relação entre o crime de abuso sexual de crianças e o crime de pornografia de menores em arguidos**. Esta análise cronológica visa apurar qual dos crimes detém data de abertura ou início da investigação anterior.

Finalizamos a análise dos Arguidos com uma síntese dos resultados da análise efetuada aos “Arguidos PM” e da análise e comparação efetuada entre os “Arguidos exclusivos” e “Arguidos mistos”.

Relativamente à vítima⁷²⁵, procurámos caracterizá-la recorrendo às informações disponíveis. No que tange à idade da vítima, optámos por agrupar em 9 escalões

⁷²³ Nomeclatura do SICPJ.

⁷²⁴ Cujas limitações foram apontadas por Ana Cristina Neves (Reincidência criminal, 2016, p. 420), tendo realçado a importância da não restrição ao conceito legal, mas interpretando a “reincidência” como reiteração da atividade criminal. Realça igualmente a importância deste apuramento para a avaliação da eficácia da Justiça e na direção da políticas criminais e de prevenção criminal.

⁷²⁵ Segundo a definição constante do n.º 1 do art.º 67.º-A do CPP.

etários de curta amplitude, para que pudéssemos providenciar um apuramento mais rigoroso sobre a idade da vitimação. Os escalões etários escolhidos foram igualmente pensados em razão da idade da vítima e da agravação penal da conduta do ofensor, cominada no CP Português.

Com os dados das vítimas, pretendeu-se apurar o seguinte:

1. **Número de vítimas**, em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores, “Inquéritos mistos” e “Inquéritos exclusivos de PM”, por ano de abertura da investigação e por ano de início de acontecimento;
2. **Sexo**, por ano;
3. **Nacionalidade**;
4. **Idade das vítimas** no ano de abertura da investigação na PJ e no ano do início do acontecimento. Média, Moda e Mediana. Distribuição por escalões etários;
5. **Ocupação profissional**;
6. **Situação profissional**;
7. **Naturalidade**, em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores, “Inquéritos mistos” e “Inquéritos exclusivos de PM” (por distrito, em Portugal Continental, por Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e por país, quando residências estrangeiras);
8. **Local de residência** em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores, “Inquéritos mistos” e “Inquéritos exclusivos de PM” (por distrito, em Portugal Continental, por Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e por país, quando residências estrangeiras);
9. **Situação familiar**.

Finalizamos a análise das vítimas com uma síntese dos resultados apurados.

6.2 Análise e discussão

6.2.1 Inquéritos

6.2.1.1 Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores

1. “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”

No período em análise, deram entrada na PJ 2535 Inquéritos para investigação contendo o crime de pornografia de menores, sendo que se podem dividir em dois grupos distintos, conforme a ilustração seguinte.

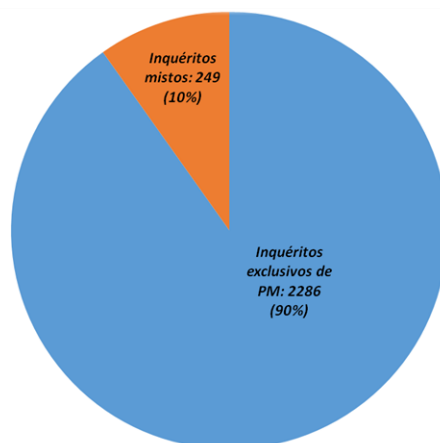


Ilustração 5 - “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”.

Recordamos que se tratam dos Inquéritos investigados pela PJ e não os registados por esta polícia, sendo uma distinção relevante em função da análise que se pretendia efetuar com os dados da DGPJ relativos à criminalidade registada pelas polícias. Conforme já referimos e iremos confirmar quando analisarmos as entidades participantes deste crime, o próprio MP efetua o registo dos Inquéritos e posteriormente, pode remetê-los à PJ para investigação, sendo que estes não estão contabilizados nas estatísticas oficiais.

Retomando a exposição atinente aos dados da PJ, o total de “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” é o universo de dados sobre o qual trabalharemos nas páginas seguintes. Conforme observamos na ilustração

precedente, esse universo pode ser dividido em duas amostras: “Inquéritos exclusivos de PM”, que constituem 90% do universo de Inquéritos e “Inquéritos mistos” que constituem os restantes 10%.

Desta simples análise podemos concluir que na esmagadora maioria a investigação do crime de pornografia de menores decorre isolada, sem outros crimes conexos. Apenas 10% dos Inquéritos visaram a investigação de outros crimes em concomitância com o de pornografia de menores. Sobre esta parcela, convém ainda esclarecer que não é possível obter as datas em que cada um destes crimes passou a estar sob investigação e, por conseguinte, não é possível apurar se o Inquérito iniciou com a denúncia de um crime e, numa fase posterior, veio a ser acrescentado outro crime. Como veremos na secção dedicada aos “Inquéritos mistos”, estes Inquéritos podem comportar a investigação de vários crimes, sejam crimes contra a autodeterminação e liberdade sexuais ou de outra natureza menos pessoal, como o tráfico de estupefacientes.

A singularidade do facto de 90% dos Inquéritos apenas investigarem o crime de pornografia será também desenvolvida na análise dos arguidos e das vítimas.

Iniciamos a nossa análise pelo número total de “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” que, como já aludido, equivale a 2535 entrados na PJ para investigação, no período compreendido entre 15 de setembro de 2007 e 19 de julho de 2017, por ano de início de investigação.

Observemos seguidamente a tabela que desagrega o total de Inquéritos por anos e a respetiva percentagem.

Número de Inquéritos com investigação do crime de pornografia de menores																						
2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		Total
Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inquéritos
38	1,5%	136	5,4%	90	3,5%	83	3,3%	175	6,9%	321	12,6%	100	3,9%	259	10,2%	461	18,1%	628	24,7%	244	9,6%	2535
																						100%

Tabela XXIII - “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” por ano.

Observa-se uma tendência crescente no decurso dos anos, culminando no ano de 2016 (ano que abrange quase um quarto do universo dos Inquéritos), com o maior

registo de sempre: 628 Inquéritos. Não obstante, a evolução crescente não se revela constante, pois verificam-se variações significativas.

Para uma melhor perceção da evolução do número destes Inquéritos, apresentamos um gráfico que condensa a informação da tabela antecedente, mas para o ano completo de 2017 efetuamos a respetiva estimativa estatística com recurso à regressão linear, uma vez que só dispomos dos respetivos valores até 19 de julho de 2017.

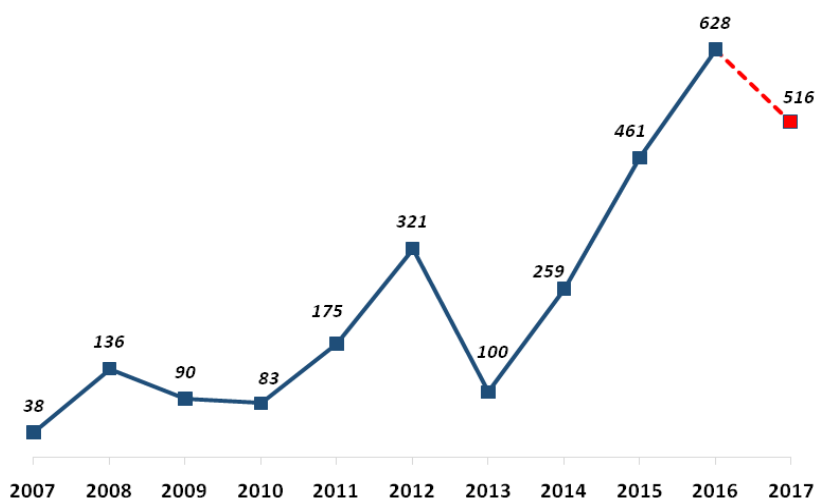


Ilustração 6 – “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, por ano de início de investigação (estimativa de regressão linear para o ano completo de 2017).

Com a devida cautela, tendo em conta que o ajuste linear não apresenta valores de forte ajustamento às variações anuais ($R^2=0,6882$), o ano de 2017 poderá vir a encerrar com cerca de 516 Inquéritos⁷²⁶. No entanto, estamos conscientes de que vários fatores podem contribuir para as variações anuais, não contemplados por uma mera previsão estatística.

Outra sustentação que podemos aduzir diz respeito ao que já conhecemos do ano de 2017, pois entre 1 de janeiro e 19 de julho contava já com 244 Inquéritos. Mas será que o mês de início do Inquérito é relevante?

⁷²⁶ Só efetuaremos a regressão linear estatística para previsão do ano completo de 2017 relativamente ao total dos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, pelo ano de início da investigação e pelo ano de início de acontecimento.

Vejamos na ilustração seguinte, onde, desta vez, agrupamos todos os inquéritos com o crime de pornografia de menores por meses do ano.

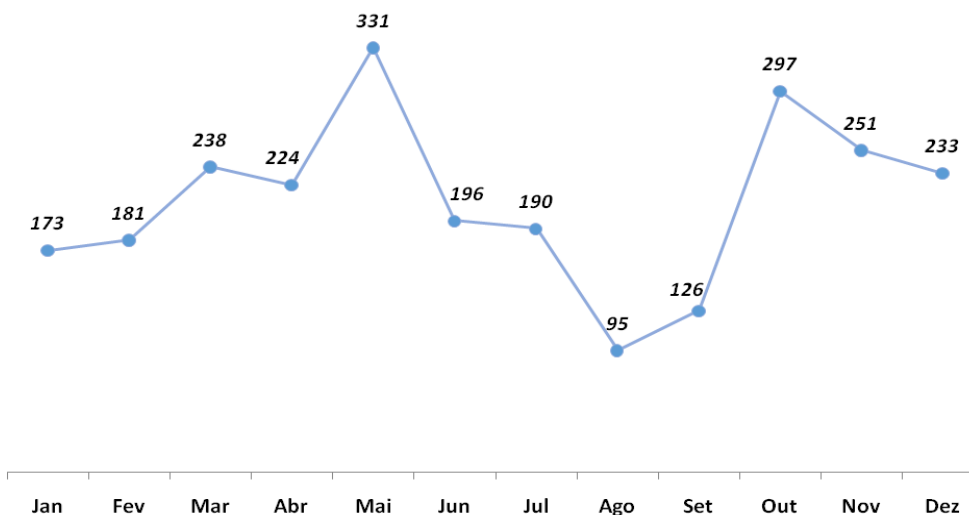


Ilustração 7 – “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” por mês.

Efetivamente, verificamos uma distribuição heterogénea dos referidos Inquéritos pelos meses dos anos em análise, sendo os valores mais destacados os dos meses de maio, seguidos de outubro e novembro, respetivamente, com 331, 297 e 251 Inquéritos. Os meses que apresentam menos Inquéritos são os de julho, agosto e setembro. Verifica-se que há uma tendência elevada do número de Inquéritos no último trimestre, o que poderá pressupor alguma fiabilidade na nossa estimativa quanto ao desfecho do ano de 2017.

Passemos de seguida à análise dos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” segundo o ano de início da ocorrência dos ilícitos penais.

Como já abordámos, há uma percentagem considerável de Inquéritos que não contêm a informação relativamente à “data de acontecimento”, aliás, em múltiplas situações de ocorrência de crime, só será registada a primeira data.

No entanto, a data de ocorrência ou acontecimento será a data que mais se aproxima da realidade dos factos e, mesmo atendendo às lacunas, não poderíamos escamotear o ano e o mês.

Apresentamos de seguida a tabela que sumariza o número de “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” por ano de início de acontecimento.

"Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores"		
Ano de início de acontecimento	N.º de Inquéritos	%
2003	4	0,2%
2005	2	0,1%
2006	2	0,1%
2007	34	1,3%
2008	77	3,0%
2009	74	2,9%
2010	43	1,7%
2011	84	3,3%
2012	81	3,2%
2013	86	3,4%
2014	190	7,5%
2015	347	13,7%
2016	419	16,5%
2017	84	3,3%
<i>S/Ref.ª</i>	1008	39,8%
<i>Total geral</i>	2535	100%

Tabela XXIV - "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores" por ano de início de acontecimento.

Como já alertámos, são omissos 39,8% dos “anos de início de acontecimento”. Os restantes 60,2% apresentam uma distribuição anual relativamente homogénea, sendo que há um pequeno número de Inquéritos que apresentam a infração de pornografia de menores quando este crime ainda não estava autonomizado no art.º 176.º, mas ainda se encontrava inserto no artigo do CP dedicado aos abusos sexuais de crianças.

A ilustração seguinte permite-nos visualizar graficamente a evolução dos anos de início de ocorrência dos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” por ano de início de acontecimento. No entanto, efetuámos uma regressão linear para estimar os valores relativos ao ano completo de 2017, sublinhando a necessária cautela na avaliação desta estimativa, tendo em conta que o ajuste linear não apresenta valores de forte ajustamento às variações anuais ($R^2=0,70$). A estimativa estatística prevê o encerramento do ano de 2017, com 309 Inquéritos com início de ocorrência neste período.

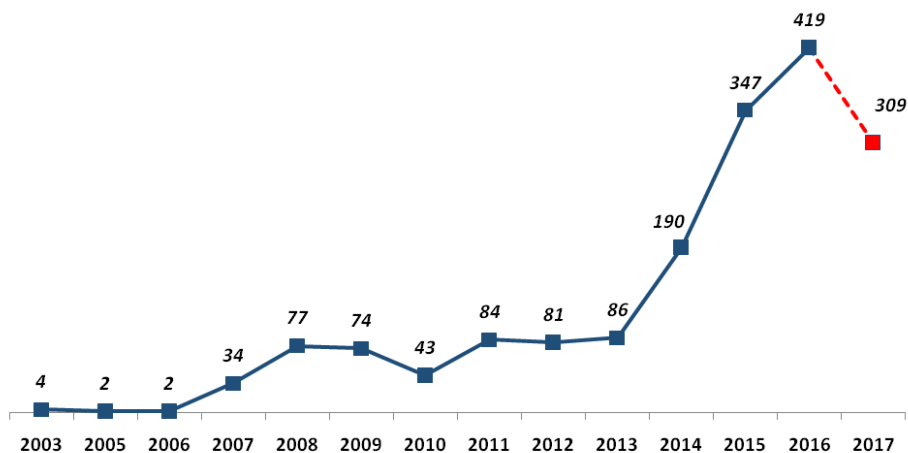


Ilustração 8 - "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores" por ano de início de acontecimento (estimativa por regressão linear relativa ao ano completo de 2017).

Observamos que a partir de 2013, tem-se revelado um crescimento acentuado, culminando no ano de 2016, o qual é o ano que aglutina o maior número de ocorrências deste crime (419 Inquéritos), à semelhança do ano de abertura de Inquéritos. A previsão estatística para o ano completo de 2017 é de 309 Inquéritos, indiciando decréscimo de mais de 100 Inquéritos.

A análise semelhante, desta vez sem recurso à previsão estatística, poderemos fazer em relação ao mês do início do acontecimento do crime, conforme plasmado na respetiva ilustração.

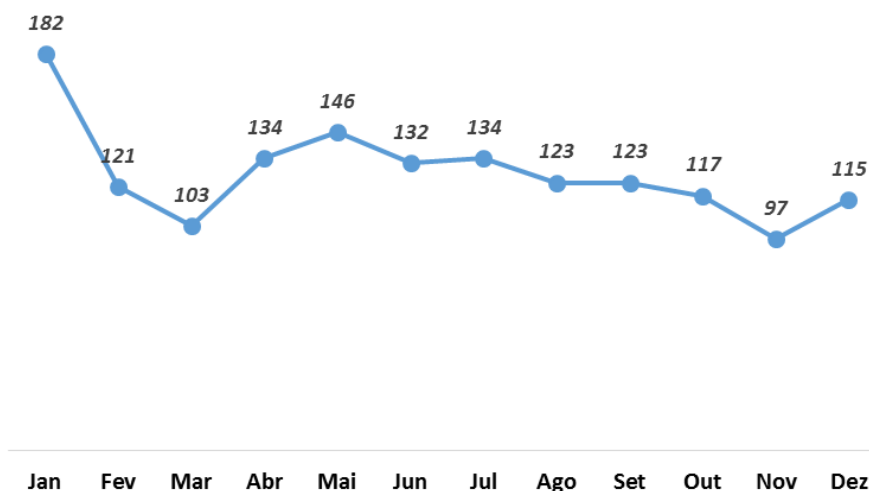


Ilustração 9 - "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores" por mês de acontecimento.

Conforme podemos observar, os meses de maior ocorrência deste tipo de ilícito são o mês de janeiro (182 Inquéritos), o de maio (146 Inquéritos) e, por último, abril e julho com o mesmo número de Inquéritos (134 cada).

Comparativamente com os meses de abertura de investigação, os meses do acontecimento apresentam tendências diferenciadas, pois como já vimos, os meses da abertura da investigação com maior incidência são o maio e o último trimestre, ao passo que nos meses da ocorrência, o mês de janeiro destaca-se com 182 “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”. Este é, em termos de incidência, seguido do mês de maio, sendo o último trimestre o que apresenta os valores mais baixos, com relativa homegeneidade (117, 97 e 115 Inquéritos) .

Constatamos um desfasamento entre a ocorrência do ilícito (ano/mês do acontecimento) e a abertura da investigação na PJ (ano/mês da abertura da investigação), que pode ter várias justificações, entre elas a que pensamos constituir a mais comum, nomeadamente, a comunicação ao MP ou ao OPC ocorrer muito depois da(s) ocorrência(s).

A tabela seguinte demonstra-nos com maior precisão o desfasamento entre o ano de início da investigação e o ano de ocorrência do facto ilícito (apenas relativamente ao quais detenhamos esta informação).

"Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores"			
Ano de Abertura do Inquérito	Total de Inquéritos abertos	Ano do acontecimento	N.º de Inquéritos por ano de acontecimento
2007	26	2007	26
2008	82	2003	4
		2006	2
		2007	7
		2008	69
2009	58	2008	1
		2009	57
2010	48	2005	1
		2007	1
		2008	2
		2009	6
		2010	38
2011	68	2008	1
		2009	5
		2010	4
		2011	58
2012	108	2005	1
		2008	4
		2009	5
		2010	1
		2011	24
		2012	73
2013	41	2012	8
		2013	33
2014	139	2013	42
		2014	97
2015	315	2009	1
		2013	9
		2014	85
		2015	220
2016	468	2011	2
		2013	1
		2014	7
		2015	120
		2016	338
2017	174	2013	1
		2014	1
		2015	7
		2016	81
		2017	84
Total Inquéritos			1527

Tabela XXV - "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores" por ano de acontecimento da ocorrência e por ano de abertura da investigação na PJ.

Como vemos, se contabilizássemos os Inquéritos por data de início de acontecimento, estes seriam apenas 1527, por não constar a data de acontecimento nos registos de todos os Inquéritos.

Analisando a tabela antecedente, revela-se-nos uma variação heterogénea entre o ano de início do acontecimento e o ano de início da investigação na PJ, podendo esse hiato ascender até 7 anos de diferença (ano de início de investigação de 2012 e ano de início de acontecimento em 2005). O ano de 2007 é o único no qual ambas as datas coincidem, enquanto os restantes variam entre 1 e 7 anos de diferença.

2. “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” concluídos com proposta de acusação

O registo dos Inquéritos na PJ implica o conhecimento do *estado* do Inquérito. Corresponde a um registo administrativo do circuito do Inquérito, tal como o número de Inquéritos cuja investigação resulta no sucesso do apuramento da ocorrência do crime e o respetivo deslinde.

Pensamos porém que carece de uma breve explicação prévia do que consiste cada um dos *estados*. O estado “ativo” significa que está sob investigação; o “aguarda despacho” que aguarda despacho para distribuição interna para investigação; o “averbado” que o Inquérito foi averbado a outro, passando todas as diligências a serem registadas no Inquérito principal; o “enviado” que foi remetido ao MP, por motivos diversos, sendo credível de que venha a regressar; o de “finalizado” que a investigação foi concluída com proposta de acusação e o Inquérito remetido ao MP; o “finalizado inconclusivo” que foi remetido ao MP com proposta de arquivamento; o “remetido”, estado já em desuso há vários anos, foi utilizado com o propósito de dar saída a Inquéritos cuja competência de investigação não cabia à PJ.

Finda esta curta introdução, expomos os dados relativos ao estado dos Inquéritos que contêm o crime de pornografia de menores, entre os anos de 2007 e 2017.

Estado do Inquérito	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total de Inquéritos	%
Ativo	0	0	0	0	0	1	3	6	33	153	139	335	13,21%
Aguarda despacho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,04%
Averbado	5	14	4	4	15	7	5	28	38	69	19	208	8,21%
Enviado	0	0	0	0	0	0	0	2	14	36	39	92	3,59%
Finalizado	7	27	19	38	56	103	27	102	127	120	10	636	25,09%
Finalizado inconclusivo	26	95	67	40	104	210	65	121	249	249	37	1263	49,85%
Remetido	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0,04%
Total Geral	38	136	90	83	175	321	100	259	461	628	244	2535	100%

Tabela XXVI - "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores" de acordo com o respetivo estado, por ano.

A observação da tabela que antecede oferece-nos três evidências, a saber:

1. O tempo necessário para a investigação de Inquéritos com este crime é extenso, razão pela qual persistem ativas investigações de anos anteriores. À data da auscultação ao SICPJ permaneciam ativos Inquéritos desde 2012;
2. O número e percentagem de Inquéritos que são concluídos com proposta de acusação (estado "finalizado") constitui, de grosso modo, uma quarta parte dos Inquéritos investigados pela PJ (636 Inquéritos, correspondendo a 25,09% do universo total);
3. O número e percentagem de Inquéritos que são concluídos com proposta de arquivamento (estado "finalizado inconclusivo") constitui praticamente metade dos Inquéritos investigados, sendo que tal facto poderá estar relacionado com a dificuldade de investigação do crime de pornografia de menores.

No que concerne ao número de Inquéritos concluídos com proposta de acusação, tivemos oportunidade de observar a sua distribuição anual. Novamente se verifica um diferencial entre estes valores e os disponibilizados pela DGPJ, aquando da recolha de dados que efetuámos (*Vide "Tabela XX - Processos findos em tribunais de 1.ª instância, relativamente ao crime de pornografia de menores"*). Com os dados de ambas as entidades — DGPJ e PJ — elaborámos a tabela que apresentamos de seguida, com a finalidade de demonstrar a atrição no sistema de justiça criminal relativamente aos Inquéritos desta natureza, mas tendo sempre em mente que a cronologia do sistema judicial não é limitada por anos civis e que os Inquéritos podem ser concluídos na PJ num determinado ano e apenas serem julgados no ano seguinte. Recordamos ainda que a intervenção do DCIAP, como

“intermediário” na cooperação com o NCMEC, já providencia uma primeira triagem, com vista a que só sejam registados Inquéritos com suficiente matéria de facto para prosseguir a investigação (*Vide* Marta Viegas, 2016, ApêndiceA2 (b)). Tal não implica a inexistência de crime, mas apenas que não é possível, desde logo, identificar a autoria do crime. Tal procedimento aumenta as “cifras negras” deste crime.

Anos	Inquéritos investigados pela PJ, concluídos com proposta de acusação	Inquéritos findos em Tribunais de 1. ^a instância, pelo crime de pornografia de menores (seguindo a regra da infração ou crime principal)	% de atrição ou perda
2009	19	3	-84,2%
2010	38	6	-84,2%
2011	56	8	-85,7%
2012	103	19	-81,5%
2013	27	32	18,5%
2014	102	28	-72,5%
2015	127	56	-55,9%

Tabela XXVII – Atrição anual entre o n.º de "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores" concluídos na PJ com proposta da acusação e o n.º de Inquéritos findos em tribunais de 1.^a instância, pelo crime de pornografia de menores.

Como podemos observar da tabela precedente⁷²⁷, existe uma considerável diferença entre os valores da PJ e os dos tribunais de 1.^a instância, alcançando um máximo de 85,7% de atrição, ocorrendo no ano de 2013 a situação inversa. Isto é, verifica-se um maior número de Inquéritos findos nos tribunais de 1.^a instância do que os findos na PJ e remetidos ao MP, com proposta de acusação. Esta situação estará relacionada com a ressalva que fizemos anteriormente, na esteira do que Jörg-Martin Jehle⁷²⁸ sugeriu a respeito de uma maior atrição que os Inquéritos de crimes sexuais sofrem desde o nível da polícia até ao julgamento.

⁷²⁷ Os anos de 2016 e 2017 não constam desta análise porque os dados relativos aos tribunais na DGPJ, à data da nossa consulta, não estavam disponíveis.

⁷²⁸ *Op. cit.*, 2012, p. 151.

3. Origem da denúncia em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”

As denúncias ou queixas investigadas na PJ provêm de variadas entidades ou de pessoas singulares.

No que respeita à sua origem, por vezes coexistem diversas entidades que intervêm nesta fase, num mesmo Inquérito. Elencamos na tabela seguinte as entidades extraídas do SICPJ, como participantes, constituída por 1752 participações de 34 entidades.

Participante	N.º de participações em Inquéritos	%
National Center for Missing and Exploited Children (NCMEC)	571	32,6%
Ministério Público (PGR/DCIAP/DIAP/Comarcas)	468	26,7%
Interpol	219	12,5%
Guarda Nacional Republicana	118	6,7%
Polícia de Segurança Pública	87	5,0%
Polícia Judiciária	81	4,6%
Fundação para a Computação Científica Nacional	70	4,0%
Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)	34	1,9%
EUROPOL	18	1,0%
Autoridades estrangeiras (Europa)	12	0,7%
Pocuradorias/Polícias estrangeiras (Brasil, Austrália, Canadá, Bélgica)	10	0,6%
Tribunais	9	0,5%
Escolas	8	0,5%
Empresas	5	0,3%
Federal Bureau of Investigation (EUA)	5	0,3%
Instituto de Apoio à Criança	5	0,3%
Autoridades estrangeiras (América)	4	0,2%
Instituições de solidariedade social	4	0,2%
Câmaras Municipais	3	0,2%
Hospitais	3	0,2%
Operadoras de Telecomunicações (TMN/MEO/TV CABO)	3	0,2%
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)	2	0,1%
Embaixadas dos Estados Unidos da América	2	0,1%
Autoridade Tributária e Aduaneira	1	0,1%
Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens	1	0,1%
Direção Geral da Administração Interna	1	0,1%
Direção Geral de Políticas de Justiça	1	0,1%
Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP	1	0,1%
Linha Alerta Internet Segura	1	0,1%
Organizações internacionais de proteção da criança (Arcobaleno, IT)	1	0,1%
Polícia Municipal	1	0,1%
Provedoria da Justiça	1	0,1%
Santa Casa da Misericórdia	1	0,1%
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	1	0,1%
Total geral	1752	100%

Tabela XXVIII - Participações de entidades em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”.

Observamos que os participantes são variados, mas os mais significativos quanto ao número de participações em Inquéritos são o NCMEC (com 571 participações,

correspondendo a 32,6% do universo de entidades), seguido do MP (468 participações, equivalendo a 26,7%) e da Interpol (219 participações, correspondendo a 12,5% do universo).

Como já referido previamente, o MP estabeleceu um protocolo de colaboração com o NCMEC desde 2013 para receção, análise e encaminhamento para investigação criminal de informação que, à partida, consubstancia o crime de pornografia de menores. Esta cooperação tem origem no NCMEC e os conteúdos são remetidos ao DCIAP, o qual procede previamente a uma triagem, antes de remeter à PJ o Inquérito para investigação, significando que as duas primeiras entidades são contabilizadas como participantes.

Verifica-se que o resultado desta parceria avoluma significativamente o trabalho desenvolvido pela investigação criminal da PJ e que tal se tem vindo a revelar progressivo no decurso dos anos. No entanto, na listagem que efetuámos das entidades participantes com ordenação decrescente, a PJ consta apenas no sexto lugar, com apenas 81 participações registadas diretamente nesta polícia.

Outra ilação possível para a diferença entre o número de Inquéritos das estatísticas oficiais e os da PJ pode residir na entidade que regista o Inquérito, ou seja, sendo o MP a registar uma percentagem considerável de Inquéritos relativos a este crime, em consequência do aludido protocolo, estes não são contabilizados nas estatísticas oficiais da DGPJ, conforme já tivemos oportunidade de referir.

Observemos a tabela seguinte, composta pelo número anual de participações das entidades.

Participantes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total Geral
National Center for Missing and Exploited Children (NCMEC)	0	0	0	0	0	0	1	73	164	271	62	571
Ministério Público (PGR/DCIAP/DIAP/Comarcas)	2	21	19	14	69	60	10	54	96	101	22	468
Interpol	3	32	11	15	43	69	18	10	9	6	3	219
Guarda Nacional Republicana	1	3	6	7	4	5	4	11	22	33	22	118
Polícia de Segurança Pública	0	12	11	6	7	4	3	9	13	14	8	87
Polícia Judiciária	0	8	9	7	12	7	4	14	6	5	9	81
Fundação para a Computação Científica Nacional	21	22	10	0	0	0	6	4	7	0	0	70
Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)	0	1	2	4	0	0	2	5	5	7	8	34
EUROPOL	1	2	0	2	0	1	0	3	5	1	3	18
Autoridades estrangeiras (Europa)	0	0	0	1	2	1	1	1	2	3	1	12
Pocuradorias/Polícias estrangeiras (Brasil, Austrália, Canadá, Bélgica)	0	1	0	1	0	7	1	0	0	0	0	10
Tribunais	0	0	4	1	0	2	1	0	1	0	0	9
Escolas	0	0	0	0	2	1	0	0	2	3	0	8
Empresas	0	0	1	0	0	1	0	1	2	0	0	5
Federal Bureau of Investigation (EUA)	0	0	1	0	0	2	0	1	0	0	1	5
Instituto de Apoio à Criança	1	0	1	0	0	0	1	0	2	0	0	5
Autoridades estrangeiras (América)	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	4
Instituições de solidariedade social	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	4
Câmaras Municipais	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Hospitais	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	3
Operadoras de Telecomunicações (TMN/MEO/TV CABO)	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Embaixadas dos Estados Unidos da América	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	2
Autoridade Tributária e Aduaneira	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Direção Geral da Administração Interna	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Direção Geral de Políticas de Justiça	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Linha Alerta Internet Segura	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Organizações internacionais de proteção da criança (Arcobaleno, IT)	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Polícia Municipal	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Provedoria da Justiça	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Santa Casa da Misericórdia	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Total Geral	29	108	77	58	143	165	54	188	338	450	142	1752

Tabela XXIX - Participações de entidades em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, por ano de início de investigação.

Outra inferência que podemos efetuar prende-se com a prevalência de entidades estrangeiras ou internacionais como participantes, demonstrativo da imprescindível cooperação. Efetivamente, a soma de todas as participações provenientes de entidades estrangeiras ou internacionais corresponde a 48% do total das participações, o que se pode considerar alinhado com a tão propalada imprescindibilidade de cooperação na investigação deste crime. Sendo as entidades estrangeiras as impulsionadoras da investigação criminal, sugere-nos

que a investigação criminal neste crime, em Portugal, é essencialmente reativa. Vemos a crescente preponderância do NCMEC a partir do ano de 2013, ano em que foi implementado o já referido protocolo, no qual Portugal se limita a seguir o que proativamente uma entidade estrangeira deteta no que concerne ao envolvimento de *IP (Internet Protocol)* portugueses.

A Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) que faz parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), responsável pela Linha Internet Segura, à qual já fizemos referência, contou com uma intervenção mais ativa em 2008 e 2009 relativamente a denúncias deste crime, mas tem, nos últimos anos, poucos registos.

4. Local da ocorrência do crime em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”

Para a caracterização do local da ocorrência do crime apresentamos os dados por distritos (Portugal Continental), Regiões Autónomas (Arquipélagos da Madeira e Açores) e por países, quando estes constituem locais em território estrangeiro.

A tabela seguinte respeita ao local da ocorrência do crime nos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”: valores absolutos anuais, total e respetiva percentagem.

Local do crime	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total de Inquéritos	%
Porto	0	5	13	6	11	60	16	36	91	94	35	367	14,48%
Aveiro	0	0	2	6	7	13	2	19	25	40	28	142	5,60%
Braga	0	4	7	2	13	22	4	16	22	38	11	139	5,48%
Setúbal	0	2	2	4	3	12	3	11	32	36	16	121	4,77%
Lisboa	1	8	19	13	9	20	7	5	13	16	5	116	4,58%
Faro	0	2	7	3	18	13	2	12	18	21	7	103	4,06%
Leiria	0	1	3	4	5	13	6	5	17	21	2	77	3,04%
Arquipélago dos Açores	0	0	1	2	2	12	3	7	17	8	4	56	2,21%
Viana do Castelo	0	0	2	2	2	5	1	5	12	13	8	50	1,97%
Santarém	0	1	1	2	5	5	0	4	6	5	7	36	1,42%
Arquipélago da Madeira	0	2	2	1	0	2	4	5	5	4	2	27	1,07%
Viseu	1	0	0	3	2	2	2	5	3	7	0	25	0,99%
Coimbra	0	0	1	2	4	2	1	2	2	3	4	21	0,83%
Castelo Branco	0	0	0	1	1	3	1	4	0	3	2	15	0,59%
Luxemburgo	0	0	2	0	10	3	0	0	0	0	0	15	0,59%
Vila Real	0	0	0	0	1	2	0	1	1	8	2	15	0,59%
Beja	0	0	1	0	3	2	0	1	2	3	2	14	0,55%
Guarda	0	0	1	1	1	0	0	2	1	2	2	10	0,39%
Bragança	0	0	0	0	0	0	0	2	4	3	0	9	0,36%
Alemanha	0	0	3	1	1	1	0	0	0	0	0	6	0,24%
Évora	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3	0	6	0,24%
Portalegre	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0,12%
Austrália	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0,08%
Holanda	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0,08%
Suíça	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	0,08%
Arquipélado da Madeira	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0,04%
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0,04%
Turquia	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0,04%
<i>S/Ref.ª</i>	36	111	20	26	76	128	46	115	188	300	107	1153	45,48%
<i>Total Geral</i>	38	136	90	83	175	321	100	259	461	628	244	2535	100%

Tabela XXX - “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” por local da ocorrência do crime, por ano de início de investigação.

A primeira observação que a tabela precedente nos merece é a constatação de uma percentagem elevada de ausência de informação, consistindo em 45,48% do universo de Inquéritos.

Os locais de ocorrência dos crimes com maior incidência absoluta são o distrito do Porto (367 Inquéritos, equivalendo a 14,48% do universo), o de Aveiro (5,60%) e o de Braga (5,48%).

No que releva a locais em território estrangeiro, embora relativamente poucos no total dos Inquéritos, destacamos o Luxemburgo com 15 Inquéritos (0,59% do universo).

Sobre a prevalência relativa, atendendo à proporção de habitantes apurada através dos Censos de 2011, constatamos que a taxa de ocorrência mais elevada (por cada 100.000 habitantes) corresponde ao distrito de Faro (22,8), seguido do Arquipélago dos Açores (22,7). O distrito com menor taxa é o de Portalegre (2,5).

5. Crimes que coexistem em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”

Na tabela abaixo (dividida em três partes) temos oportunidade de verificar o predomínio massivo dos Inquéritos que têm um só crime em investigação, o de pornografia de menores (90,18% do universo dos Inquéritos). Recordamos que cada Inquérito pode corresponder à investigação simultânea ou sequencial de mais do que um crime.

Crimes em "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores"	N.º de Inquéritos	%
Pornografia de menores	2286	90,18%
Abuso sexual de crianças/Pornografia de menores	60	2,37%
Pornografia de menores/Abuso sexual de crianças	43	1,70%
Pornografia de menores/Coação	10	0,39%
Pornografia de menores/Coação sexual	8	0,32%
Pornografia de menores/Tráfico de estupefacientes	8	0,32%
Pornografia de menores/Extorsão	7	0,28%
Atos sexuais com adolescentes/Pornografia de menores	6	0,24%
Coação sexual/Pornografia de menores	6	0,24%
Pornografia de menores/Importunação sexual	6	0,24%
Outros do quadro 12/Pornografia de menores	5	0,20%
Pornografia de menores/Aliciamento de menores para fins sexuais	5	0,20%
Pornografia de menores/Detenção de arma proibida	5	0,20%
Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas	5	0,20%
Acesso ilegítimo/Pornografia de menores	4	0,16%
Pornografia de menores/Devassa da vida privada	4	0,16%
Violação/Pornografia de menores	3	0,12%
Abuso sexual de crianças/Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas	2	0,08%
Aliciamento de menores para fins sexuais/Pornografia de menores	2	0,08%
Coação sexual/Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas	2	0,08%
Gravações e fotografias ilícitas/Pornografia de menores	2	0,08%
Pornografia de menores/Devassa por meio de informática	2	0,08%
Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas/Devassa da vida privada	2	0,08%
Pornografia de menores/Lenocínio de menores	2	0,08%
Pornografia de menores/Recurso à prostituição de menores	2	0,08%

(continua)

(continuação)

Crimes em "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores"	N.º de Inquéritos	%
Pornografia de menores/Sequestro	2	0,08%
Recurso à prostituição de menores/Pornografia de menores	2	0,08%
Pornografia de menores/Acesso ilegítimo	2	0,08%
Abuso sexual de crianças/Abuso sexual de menores dependentes/Atos sexuais com adolescentes/Pornografia de menores	1	0,04%
Abuso sexual de crianças/Abuso sexual de menores dependentes/Pornografia de menores/Violência doméstica ao cônjuge ou análogos	1	0,04%
Abuso sexual de crianças/Pornografia de menores/Acesso ilegítimo	1	0,04%
Abuso sexual de crianças/Pornografia de menores/Atos sexuais com adolescentes	1	0,04%
Abuso sexual de crianças/Recurso à prostituição de menores/Pornografia de menores/Devassa da vida privada	1	0,04%
Abuso sexual de crianças/Violação/Pornografia de menores/Ameaça/Coacção/Violação de domicílio ou perturbação da vida privada	1	0,04%
Abuso sexual de menores dependentes/Pornografia de menores	1	0,04%
Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência/Pornografia de menores	1	0,04%
Atos sexuais com adolescentes/Coacção sexual/Pornografia de menores	1	0,04%
Coacção grave/Pornografia de menores	1	0,04%
Difamação/Pornografia de menores	1	0,04%
Extorsão/Pornografia de menores	1	0,04%
Importunação sexual/Pornografia de menores	1	0,04%
Lenocínio de menores/Coacção sexual/Recurso à prostituição de menores/Pornografia de menores	1	0,04%
Lenocínio de menores/Pornografia de menores	1	0,04%
Maus tratos ou sobrecarga de menores/Pornografia de menores	1	0,04%
Pornografia de menores/Abuso sexual de crianças/Falsidade informática	1	0,04%
Pornografia de menores/Abuso sexual de menores dependentes	1	0,04%
Pornografia de menores/Acesso ilegítimo/Abuso sexual de crianças	1	0,04%
Pornografia de menores/Acesso ilegítimo/Devassa por meio de informática	1	0,04%
Pornografia de menores/Acesso ilegítimo/Falsidade informática	1	0,04%
Pornografia de menores/Atos sexuais com adolescentes	1	0,04%

(continua)

(continuação)

Crimes em "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores"	N.º de Inquéritos	%
Pornografia de menores/Aliciamento de menores para fins sexuais/Injúria/Ameaça	1	0,04%
Pornografia de menores/Ameaça/Acesso ilegítimo/Devassa da vida privada	1	0,04%
Pornografia de menores/Ameaça/Gravações e fotografias ilícitas	1	0,04%
Pornografia de menores/Coação grave	1	0,04%
Pornografia de menores/Coação/Abuso sexual de crianças	1	0,04%
Pornografia de menores/Devassa por meio de informática/Gravações e fotografias ilícitas	1	0,04%
Pornografia de menores/Difamação/Gravações e fotografias ilícitas	1	0,04%
Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas/Abuso sexual de crianças	1	0,04%
Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas/Devassa por meio de informática	1	0,04%
Pornografia de menores/Importunação sexual/Injúria	1	0,04%
Pornografia de menores/Outros do quadro 1	1	0,04%
Pornografia de menores/Outros do quadro 12	1	0,04%
Pornografia de menores/Recurso à prostituição de menores/Coação	1	0,04%
Pornografia de menores/Recurso à prostituição de menores/Outros do quadro 12	1	0,04%
Pornografia de menores/Roubo na via pública com arma branca	1	0,04%
Pornografia de menores/Violação	1	0,04%
Pornografia de menores/Violência doméstica contra menores	1	0,04%
Recurso à prostituição de menores/Pornografia de menores/Importunação sexual	1	0,04%
Violação/Pornografia de menores/Atos sexuais com adolescentes/Detenção de arma proibida	1	0,04%
Pornografia de menores/Lenocínio de menores/Recurso a prostituição de menores/Abuso sexual de crianças	1	0,04%
Total geral	2535	100%

Tabela XXXI – Crimes e n.º de “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”.

A tabela que apresentámos compreende todos os “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, seja o único crime ou não, principal ou não principal. As linhas da tabela representam as “combinações” de crimes em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”. Como vemos, uma série de crimes atingindo diversos bens jurídicos coexistem com o crime de pornografia de

menores⁷²⁹. Vejamos também a sua distribuição anual na tabela seguinte, a qual, devido à sua extensão, dividimos em três partes:

Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pornografia de menores	33	132	83	77	163	305	97	228	408	539	221
Abuso sexual de crianças/Pornografia de menores	1	1	2	3	4	3		9	17	16	4
Pornografia de menores/Abuso sexual de crianças	2	1		1	1	2		4	9	22	1
Pornografia de menores/Coação					1			3	3	1	2
Pornografia de menores/Coação sexual						1		1		3	3
Pornografia de menores/Tráfico de estupefacientes						4		3	1		
Pornografia de menores/Extorsão							1		2	4	
Atos sexuais com adolescentes/Pornografia de menores								3	1	2	
Coação sexual/Pornografia de menores									1	3	2
Pornografia de menores/Importunação sexual						2			2	1	1
Outros do quadro 12/Pornografia de menores					1				1	3	
Pornografia de menores/Aliciamento de menores para fins sexuais								1		4	
Pornografia de menores/Detenção de arma proibida				1		2			1	1	
Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas								2	1	2	
Acesso ilegítimo/Pornografia de menores					2				1		1
Pornografia de menores/Devassa da vida privada								1		2	1
Violação/Pornografia de menores			1			1				1	
Abuso sexual de crianças/Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas										2	
Aliciamento de menores para fins sexuais/Pornografia de menores										2	
Coação sexual/Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas									1	1	
Gravações e fotografias ilícitas/Pornografia de menores										2	
Pornografia de menores/Devassa por meio de informática								1	1		
Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas/Devassa da vida privada										1	1
Pornografia de menores/Lenocínio de menores	1										1
Pornografia de menores/Recurso à prostituição de menores									1	1	
Pornografia de menores/Sequestro			1							1	
Recurso à prostituição de menores/Pornografia de menores								1		1	

(continua)

⁷²⁹ Esta tabela e as subsequentes que serão apresentadas farão menção a duas infrações, nomeadamente “Outros Quadro 1” e “Outros Quadro 12”. Estas infrações são atribuídas quando os factos ainda não foram devidamente enquadrados como crimes específicos, como por exemplo os suicídios ou mortes suspeitas, ou quando se verifica, após investigação, que há ausência de conduta tipificada como crime. Não obstante, no SICPJ, o registo, sendo considerado Inquérito, necessariamente tem de lhe ser atribuída infração, razão pela qual surgem estas duas nomenclaturas de infrações.

(continuação)

Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Abuso sexual de crianças/Abuso sexual de menores dependentes/Atos sexuais com adolescentes/Pornografia de menores									1		
Abuso sexual de crianças/Abuso sexual de menores dependentes/Pornografia de menores/Violência doméstica ao cônjuge ou análogos				1							
Abuso sexual de crianças/Pornografia de menores/Acesso ilegítimo									1		
Abuso sexual de crianças/Pornografia de menores/Atos sexuais com adolescentes										1	
Abuso sexual de crianças/Recurso à prostituição de menores/Pornografia de menores/Devassa da vida privada	1										
Abuso sexual de crianças/Violação/Pornografia de menores/Ameaça/Coação/Violação de domicílio ou perturbação da vida privada									1		
Abuso sexual de menores dependentes/Pornografia de menores		1									
Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência/Pornografia de menores							1				
Atos sexuais com adolescentes/Coação sexual/Pornografia de menores									1		
Coação grave/Pornografia de menores								1			
Difamação/Pornografia de menores										1	
Extorsão/Pornografia de menores										1	
Importunação sexual/Pornografia de menores										1	
Lenocínio de menores/Coação sexual/Recurso à prostituição de menores/Pornografia de menores											1
Lenocínio de menores/Pornografia de menores							1				
Maus tratos ou sobrecarga de menores/Pornografia de menores									1		
Pornografia de menores/Abuso sexual de crianças/Falsidade informática											1
Pornografia de menores/Abuso sexual de menores dependentes					1						
Pornografia de menores/Acesso ilegítimo								1	1		
Pornografia de menores/Acesso ilegítimo/Abuso sexual de crianças									1		
Pornografia de menores/Acesso ilegítimo/Devassa por meio de informática										1	
Pornografia de menores/Acesso ilegítimo/Falsidade informática										1	
Pornografia de menores/Atos sexuais com adolescentes			1								
Pornografia de menores/Aliciamento de menores para fins sexuais/Injúria/Ameaça											1
Pornografia de menores/Ameaça/Acesso ilegítimo/Devassa da vida privada		1									
Pornografia de menores/Ameaça/Gravações e fotografias ilícitas									1		

(continua)

(continuação)

Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pornografia de menores/Coação grave									1		
Pornografia de menores/Coação/Abuso sexual de crianças										1	
Pornografia de menores/Devassa por meio de informática/Gravações e fotografias ilícitas										1	
Pornografia de menores/Difamação/Gravações e fotografias ilícitas										1	
Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas/Abuso sexual de crianças										1	
Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas/Devassa por meio de informática											1
Pornografia de menores/Importunação sexual/Injúria										1	
Pornografia de menores/Outros do quadro 1					1						
Pornografia de menores/Outros do quadro 12			1								
Pornografia de menores/Recurso à prostituição de menores/Coação										1	
Pornografia de menores/Recurso à prostituição de menores/Outros do quadro 12						1					
Pornografia de menores/Roubo na via pública com arma branca			1								
Pornografia de menores/Violação										1	
Pornografia de menores/Violência doméstica contra menores											1
Recurso à prostituição de menores/Pornografia de menores/Importunação sexual											1
Violação/Pornografia de menores/Atos sexuais com adolescentes/Detenção de arma proibida					1						
Pornografia de menores/Lenocínio de menores/Recurso a prostituição de menores/Abuso sexual de crianças									1		
Total geral	38	136	90	83	175	321	100	259	461	628	244

Tabela XXXII – Crimes/infrações e n.º de "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores", por ano.

A extração dos dados da PJ é efetuada nos moldes a que já aludimos, podendo conter vários crimes em cada um dos Inquéritos, sendo que a primeira infração referida, em cada linha, é a considerada a "infração principal". Como já tivemos oportunidade de aludir, é a "infração principal", isto é, o crime mais grave, que é contabilizada para as estatísticas oficiais da DGPJ, nos Inquéritos registados pelas polícias. Relembramos que Inquéritos investigados, em oposição aos registados, são aqueles que são determinados pelo MP às polícias para investigação, independentemente da entidade onde foram registados.

Vamos, com base na tabela seguinte (dividida em duas partes), analisar sucintamente as diferenças anuais entre as estatísticas oficiais (*vide a Tabela XI - Crimes registados pelas autoridades policiais, por tipo de crime*) e os dados da PJ no que tange à infração principal, mantendo presente que as estatísticas oficiais

agregam o crime de pornografia de menores com o de lenocínio de menores e apenas dizem respeito à criminalidade registada pelas polícias.

Inquéritos com o crime de pornografia de menores como infração principal	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total geral
Pornografia de menores	33	132	83	77	163	305	97	228	408	539	221	2286
Pornografia de menores/Abuso sexual de crianças	2	1		1	1	2		4	9	22	1	43
Pornografia de menores/Coação					1			3	3	1	2	10
Pornografia de menores/Coação sexual						1		1		3	3	8
Pornografia de menores/Tráfico de estupefacientes						4		3	1			8
Pornografia de menores/Extorsão							1		2	4		7
Pornografia de menores/Importunação sexual						2			2	1	1	6
Pornografia de menores/Aliciamento de menores para fins sexuais								1		4		5
Pornografia de menores/Detenção de arma proibida				1		2			1	1		5
Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas								2	1	2		5
Pornografia de menores/Devassa da vida privada								1		2	1	4
Pornografia de menores/Devassa por meio de informática								1	1			2
Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas/Devassa da vida privada										1	1	2
Pornografia de menores/Lenocínio de menores	1										1	2
Pornografia de menores/Recurso à prostituição de menores									1	1		2
Pornografia de menores/Sequestro			1							1		2
Pornografia de menores/Acesso ilegítimo								1	1			2
Pornografia de menores/Abuso sexual de crianças/Falsidade informática											1	1
Pornografia de menores/Abuso sexual de menores dependentes					1							1
Pornografia de menores/Acesso ilegítimo/Abuso sexual de crianças									1			1
Pornografia de menores/Acesso ilegítimo/Devassa por meio de informática										1		1
Pornografia de menores/Acesso ilegítimo/Falsidade informática										1		1

(continua)

(continuação)

Inquéritos com o crime de pornografia de menores como infração principal	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total geral
Pornografia de menores/Atos sexuais com adolescentes			1									1
Pornografia de menores/Aliciamento de menores para fins sexuais/Injúria/Ameaça											1	1
Pornografia de menores/Ameaça/Acesso ilegítimo/Devassa da vida privada		1										1
Pornografia de menores/Ameaça/Gravações e fotografias ilícitas									1			1
Pornografia de menores/Coação grave									1			1
Pornografia de menores/Coação/Abuso sexual de crianças										1		1
Pornografia de menores/Devassa por meio de informática/Gravações e fotografias ilícitas										1		1
Pornografia de menores/Difamação/Gravações e fotografias ilícitas										1		1
Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas/Abuso sexual de crianças										1		1
Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas/Devassa por meio de informática											1	1
Pornografia de menores/Importunação sexual/Injúria										1		1
Pornografia de menores/Outros do quadro 1					1							1
Pornografia de menores/Outros do quadro 12			1									1
Pornografia de menores/Recurso à prostituição de menores/Coação										1		1
Pornografia de menores/Recurso à prostituição de menores/Outros do quadro 12						1						1
Pornografia de menores/Roubo na via pública com arma branca			1									1
Pornografia de menores/Violação										1		1
Pornografia de menores/Violência doméstica contra menores											1	1
Pornografia de menores/Lenocínio de menores/Recurso a prostituição de menores/Abuso sexual de crianças									1			1
Total geral	36	134	87	79	167	317	98	245	434	591	235	2423

Tabela XXXIII - Crimes e Inquéritos com o crime de pornografia de menores como infração principal, por ano de início de investigação.

O total de Inquéritos nos quais o crime de pornografia de menores é a infração principal ou crime mais grave, soma 2423, amostra extraída do total de 2535 “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”. Como vemos, numa substancial parte destes Inquéritos (95,6%), o crime de pornografia de menores é considerado o “principal”. Temos de ter em consideração que estes valores provêm de um sistema dinâmico, suscetível de atualização constante, o que não ocorre

com as estatísticas oficiais, pois findo o ano civil é efetuada a respetiva contagem, efetuados acertos e esse valor final permanece, não sendo alvo de atualização posterior. Como podemos constatar, comparando com os valores da “*Tabela XI – Crimes registados pelas autoridades policiais, por tipo de crime*” adaptada dos dados da DGPJ, os valores são divergentes com acentuado diferencial nos anos mais recentes, como em 2015, no qual a PJ recebeu para investigação 434 Inquéritos, mas a DGPJ assinala apenas 134, onde inclui também os de lenocínio de menores. O ano 2016 assinala também um imenso diferencial, constituindo o número de crimes registados pela DGPJ apenas 22,5% do total entrado na PJ para investigação, tendo o crime de pornografia de menores como infração principal.

A divergência prende-se necessariamente com a diferença entre os Inquéritos registados e os Inquéritos investigados, consequência da não contabilização dos Inquéritos do MP. Como tivemos oportunidade de verificar, uma larga maioria dos Inquéritos investigados na PJ provêm exatamente das entidades NCMEC e MP e, atendendo ao protocolo, ambas são participantes num mesmo Inquérito contendo como crime mais grave o de pornografia de menores. Não obstante não estarem disponibilizados publicamente dados de forma sistemática, o relatório do Gabinete Cibercrime (Gabinete Cibercrime, 2017) informa que, entre outubro de 2013 e o primeiro semestre de 2016, foram rececionadas 2880 participações provindas do NCMEC, das quais 1350 deram origem à abertura de Inquérito. Destes Inquéritos, 601 foram remetidos para as respetivas comarcas, enquanto 634 Inquéritos foram arquivados no DCIAP por razões relacionadas com a impossibilidade técnica de reunir prova que permitisse apurar a identidade dos suspeitos.

No entanto, não podemos ou não devíamos obliterar a existência de 1350 Inquéritos registados em quase três anos — os quais corresponderão, no mínimo, a 1350 crimes de pornografia de menores — das estatísticas deste crime. Este facto altera e, ousamos proferir, mascara as verdadeiras estatísticas do crime de pornografia de menores.

Passemos à análise dos crimes “conexos” ao de pornografia de menores no que diz respeito à sua investigação em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”.

Na tabela seguinte desagregámos os crimes dos respetivos Inquéritos, significando com isto que contamos cada crime/infração individualmente, independentemente de constituir ou não a já referida “infração principal”. Pretendeu-se contabilizar os crimes constantes dos Inquéritos.

Crimes/Infrações	N.º de Inquéritos	%
Pornografia de menores	2535	89,67%
Abuso sexual de crianças	116	4,10%
Coação sexual	18	0,64%
Gravações e fotografias ilícitas	18	0,64%
Coação	13	0,46%
Acesso ilegítimo	11	0,39%
Atos sexuais com adolescentes	11	0,39%
Recurso à prostituição de menores	10	0,35%
Importunação sexual	9	0,32%
Aliciamento de menores para fins sexuais	8	0,28%
Devassa da vida privada	8	0,28%
Extorsão	8	0,28%
Tráfico de estupefacientes	8	0,28%
Outros do quadro 12	7	0,25%
Detenção de arma proibida	6	0,21%
Violação	6	0,21%
Devassa por meio de informática	5	0,18%
Lenocínio de menores	5	0,18%
Abuso sexual de menores dependentes	4	0,14%
Ameaça	4	0,14%
Coação grave	2	0,07%
Difamação	2	0,07%
Falsidade informática	2	0,07%
Injúria	2	0,07%
Sequestro	2	0,07%
Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência	1	0,04%
Maus tratos ou sobrecarga de menores	1	0,04%
Outros do quadro 1	1	0,04%
Roubo na via pública com arma branca	1	0,04%
Violação de domicílio ou perturbação da vida privada	1	0,04%
Violência doméstica ao cônjuge ou análogos	1	0,04%
Violência doméstica contra menores	1	0,04%
Total Geral	2827	100%

Tabela XXXIV - Crimes/infrações desagregados em "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores".

Além do crime comum a todos estes Inquéritos — o de pornografia de menores — registam-se 31 crimes/infrações diferentes. O crime com maior incidência, além do de pornografia de menores, é o crime de abuso sexual de crianças, com 4,1% do

universo de crimes/infrações nos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”; seguido, em *ex aequo*, dos crimes de coação sexual e de gravações e fotografias ilícitas, cada representando 0,64% do universo.

Como observamos, analisando estes dados, não nos é possível estabelecer uma correlação estreita entre o crime de pornografia de menores e o crime de abuso sexual de crianças. Na mesma esteira, considerando todos os valores relativos aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, cuja soma alcança uns meros 188 crimes/infrações, as conclusões a que chegamos são idênticas: os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual são efetivamente dos que mais conexão têm com o crime de pornografia de menores. Contudo, o diferencial de crimes é acentuado, pelo que estes valores sugerem-nos não haver uma relação estreita entre o crime de pornografia e os restantes crimes contra liberdade e autodeterminação sexual. Como tivemos oportunidade de constatar, a esmagadora maioria dos Inquéritos apenas têm o crime de pornografia de menores para investigar.

Parece-nos que este resultado não vai ao encontro das declarações de Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 4).

6. Arguidos em cada “Inquérito contendo o crime de pornografia de menores”

Nos Inquéritos que analisámos, constatámos que nem todos contêm vítimas ou arguidos identificados. Isso deve-se a variadas razões, destacando-se a impossibilidade de identificar com segurança estes intervenientes. Outra característica que notámos foi a homogeneidade do número de arguidos e vítimas por “Inquérito contendo o crime de pornografia de menores”, com predomínio dos Inquéritos contendo apenas um arguido e uma vítima.

Veremos, seguidamente, a distribuição dos indivíduos arguidos em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, tendo em mente que um indivíduo pode ser arguido em mais do que um Inquérito e a existência de Inquéritos que não contêm arguidos.

N.º de Arguidos	N.º de Inquéritos	%
1	772	90,5%
2	56	6,6%
3	14	1,6%
4	3	0,4%
5	4	0,5%
6	1	0,1%
8	1	0,1%
14	1	0,1%
17	1	0,1%
Total Arguidos	Total Inquéritos	
1003	853	100%

Tabela XXXV - Arguidos por "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores".

Como verificámos, dos 2535 “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, apenas 853 contêm arguidos identificados, correspondendo este valor a 33,6% do total de Inquéritos. Isto significa que só um terço dos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” envolvem arguidos identificados, o que é coerente com a baixa percentagem de inquéritos remetidos para o MP com proposta de acusação. Ressalva-se que se tivéssemos selecionado para análise os suspeitos e os arguidos (ao invés de só arguidos) este valor iria aumentar exponencialmente⁷³⁰, mas não foi essa a nossa opção por pensarmos que a constituição de arguido providencia maior garantia da autoria dos ilícitos penais.

Como veremos adiante, na secção destinada à análise dos arguidos pelo crime de pornografia de menores, consta registo de 961 indivíduos, significando com isto que há indivíduos com o estatuto de arguido em mais do que um inquérito contendo o crime de pornografia de menores. Esta “reincidência” será também sujeita à nossa atenção.

Prosseguindo na nossa análise, vimos que a tabela prévia apresenta dados em que a maior parte dos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” possui apenas um arguido identificado (90,5%, equivalendo a 772 Inquéritos). A segunda

⁷³⁰ A título de curiosidade, ocorreria um incremento de 1870 incidências de suspeitos em Inquéritos, podendo um indivíduo suspeito constar em mais do que um Inquérito.

maior incidência vai para os Inquéritos com dois arguidos (56 Inquéritos, equivalendo a 6,6% da amostra) e a terceira incidência para os Inquéritos com 3 arguidos, representando apenas 1,6% dos Inquéritos. Os restantes valores são inferiores a 1% da amostra e são Inquéritos que contêm 4, 5, 6, 8, 14 e 17⁷³¹ arguidos.

Podemos sugerir que, atendendo ao acentuado predomínio de apenas um arguido em cada “Inquérito contendo o crime de pornografia de menores”, o *modus operandi* destes indivíduos é solitário ou, inversamente, a investigação não tem sucesso em descobrir ligações entre indivíduos conectados a esta conduta criminosa⁷³². Este aspecto poderá estar relacionado com o que Jenkins (2001, p. 17) referiu sobre o facto dos elementos da subcultura não se conhecerem pessoalmente. No entanto, os Inquéritos investigados pela PJ revelam indivíduos que aparentam atuar sozinhos na sua esmagadora maioria, pelo que questionamos se este crime apresenta, em Portugal, expressão de criminalidade organizada.

7. Vítimas em cada “Inquérito contendo o crime de pornografia de menores”

No seguimento dos dados relativos ao número de arguidos por Inquérito, apresentamos também o número de vítimas por Inquérito.

Na nossa análise, constatámos que apenas 660 dos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” contêm vítimas identificadas. Discrepância ainda mais acentuada do que em relação aos arguidos. No caso das vítimas, os Inquéritos com vítimas identificadas apenas constituem 26% do total de Inquéritos.

Outra evidência a realçar é o número de registo de vítimas nestes Inquéritos, totalizando 929, distribuídas pelos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” da seguinte forma:

⁷³¹ Os Inquéritos que contêm 6, 8, 14 e 17 arguidos correspondem a “operações” internacionais, europeias (Europol) ou do NCMEC, no âmbito da cooperação policial.

⁷³² Recordemo-nos de que a investigação académica revelou que há constituição de grupos com o mesmo interesse parafílico na Internet, para partilha de imagens e de apoio mútuo.

N.º de vítimas	N.º de Inquéritos	%
1	566	85,8%
2	61	9,2%
3	8	1,2%
4	8	1,2%
5	4	0,6%
6	4	0,6%
7	2	0,3%
8	1	0,2%
9	2	0,3%
10	1	0,2%
20	1	0,2%
28	1	0,2%
43	1	0,2%
Total vítimas	Total Inquéritos	
929	660	100%

Tabela XXXVI - Vítimas em cada "Inquérito contendo o crime de pornografia de menores".

Ressalva-se que, *à posteriori*, iremos analisar os dados relativos às vítimas, mas adiantamos desde já que este universo é constituído por 900 vítimas. O facto de na tabela precedente constar registo de 929 vítimas dever-se-á, provavelmente, existência da mesma vítima em mais do que um Inquérito.

Verificamos, mais uma vez, que a maioria dos Inquéritos apenas contém a identificação de uma vítima (566 Inquéritos, equivalendo a 85,8%). O segundo valor mais predominante diz respeito aos Inquéritos com duas vítimas (61 Inquéritos, 9,2%). Os restantes valores são residuais, sendo de destacar que os Inquéritos contendo a identificação de 43, 20, 9, 8 e um dos dois com 7 vítimas correspondem a investigações despoletadas internamente, por cidadãos e entidades portuguesas. Os Inquéritos contendo 28, 10 e um outro com 7 vítimas foram despoletados por organizações externas⁷³³.

Estes valores, na nossa perspetiva, são demonstrativos de uma baixa taxa de identificação de vítimas, atendendo aos comunicados da PGR, aos quais já aludimos anteriormente, onde são relatados milhares de crimes associados à apreensão de milhares de imagens de pornografia de menores. Esta ineficiência na

⁷³³ NCMEC e Interpol.

identificação de vítimas poderia ser mitigada, na opinião de Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 7), se Portugal fosse detentor de um repositório próprio com capacidade de análise destas imagens. O site de Internet da própria PJ⁷³⁴ emite comunicados sobre detenções e “operações” efetuadas no âmbito da investigação deste crime, onde também informa das avultadas quantidades de imagens encontradas na posse dos detidos.

6.2.1.2 Inquéritos exclusivos de PM

1. “Inquéritos exclusivos de PM”

Do universo de dados relativos aos Inquéritos, o grupo “Inquéritos exclusivos de PM” conta 2286, no período em análise.

N.º de "Inquéritos exclusivos de PM"																							
2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		Total	%
Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inq. ^{os}	%	Inquéritos	
33	1%	132	6%	83	4%	77	3%	163	7%	305	13%	97	4%	228	10%	408	18%	539	24%	221	10%	2286	100%

Tabela XXXVII - "Inquéritos exclusivos de PM" por ano.

A sua distribuição gráfica é melhor percecionada se recorrermos à ilustração abaixo, onde nos socorremos de uma linha de tendência.

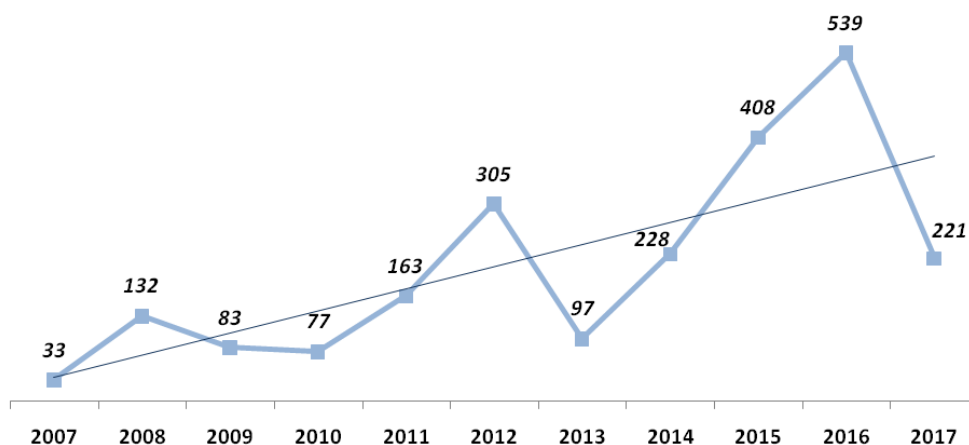


Ilustração 10 - "Inquéritos exclusivos de PM" por ano de início de investigação.

⁷³⁴ Em www.policiajudiciaria.pt.

Como é observável na ilustração precedente, o número de “Inquéritos exclusivos de PM” tem vindo a aumentar. Esta tendência é mais evidente entre os anos 2015 e 2016, onde se registaram o maior número de Inquéritos.

À semelhança da análise que efetuámos para os “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” (*Ilustração 7 – “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” por mês*), efetuamos a análise da distribuição mensal dos “Inquéritos exclusivos de PM” por ano de início de investigação. Verificámos que os “Inquéritos exclusivos de PM”, registam a mesma tendência mensal, com ênfase no último trimestre anual, ou seja, o mês com maior número de Inquéritos é o de maio, mas o trimestre que reúne o maior número é o último trimestre.

No que concerne ao ano de início da ocorrência, conforme receávamos, 40,1% dos “Inquéritos exclusivos de PM” não detêm esta informação (assinalados como “S/Ref.^a” na tabela). Quanto aos restantes, distribuem-se de acordo com a seguinte tabela.

"Inquéritos exclusivos de PM"		
Ano de acontecimento	N.º de Inquéritos	%
2003	4	0,2%
2005	2	0,1%
2006	2	0,1%
2007	34	1,5%
2008	74	3,2%
2009	67	2,9%
2010	39	1,7%
2011	71	3,1%
2012	73	3,2%
2013	76	3,3%
2014	172	7,5%
2015	315	13,8%
2016	366	16,0%
2017	74	3,2%
S/Ref.^a	917	40,1%
Total geral	2286	100%

Tabela XXXVIII - "Inquéritos exclusivos de PM" por ano de início de acontecimento.

Considerando a preponderância dos “Inquéritos exclusivos de PM” no geral dos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, verificam-se fortes semelhanças, especialmente nos últimos anos. Ilustramos a respetiva evolução de seguida.

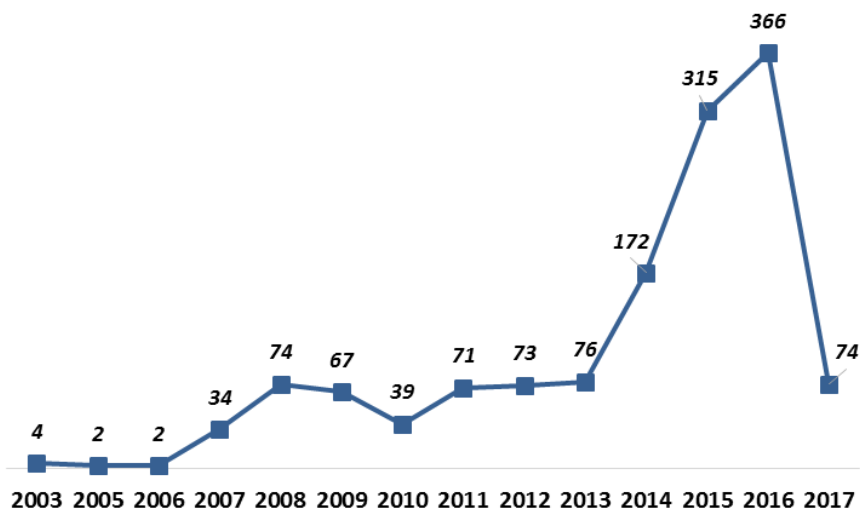


Ilustração 11 - "Inquéritos exclusivos de PM" por ano de início de acontecimento.

Verifica-se um aumento mais acentuado a partir de 2013, culminando em 2016 com o valor mais elevado de Inquéritos por ano de início de acontecimento, com 366 Inquéritos.

No que tange ao mês destes mesmos Inquéritos, o mês com maior incidência é o de janeiro, com 173 Inquéritos (12,6%, de um total de 1369 Inquéritos com ano de início de acontecimento conhecido).

2. “Inquéritos exclusivos de PM” concluídos com proposta de acusação

Estado do Inquérito	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total de Inquéritos por estado	%
Ativo	0	0	0	0	0	1	3	6	32	127	125	294	12,9%
Averbado	5	14	2	4	14	7	5	27	34	63	18	193	8,4%
Enviado	0	0	0	0	0	0	0	2	10	30	35	77	3,4%
Finalizado	4	26	17	34	50	92	25	81	109	98	8	544	23,8%
Finalizado inconclusivo	24	92	64	38	99	205	64	112	223	221	35	1177	51,5%
Remetido	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0,04%
Total geral	33	132	83	77	163	305	97	228	408	539	221	2286	100%

Tabela XXXIX - "Inquéritos exclusivos de PM" de acordo com o seu estado, por ano.

As considerações que tecemos relativamente ao estado dos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” também se aplicam ao estado dos “Inquéritos exclusivos de PM”, porquanto se verificam as mesmas evidências de elevada duração da investigação do crime, elevada percentagem de Inquéritos enviados para o MP com proposta de arquivamento e baixa percentagem de Inquéritos finalizados com proposta de acusação.

Tal alinhamento não será de estranhar, uma vez que a amostra dos “Inquéritos exclusivos de PM” compreende 90% do universo de “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”.

3. Origem da denúncia em “Inquéritos exclusivos de PM”

Como já abordado na análise do universo de “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, efetuámos o mesmo procedimento para os “Inquéritos exclusivos de PM” com os resultados que se apresentam na tabela seguinte, constituída por 33 entidades. Algumas das entidades constituem um agrupamento de entidades, como é o caso das “Escolas”, “Empresas”, entre outras. Desta forma evitámos nomear individualmente cada entidade, suprimindo o nome de escolas ou de empresas.

Inquéritos exclusivos de pornografia de menores		
Participantes	N.º de participações	%
National Center for Missing and Exploited Children (NCMEC)	550	33,5%
Ministério Público (PGR/DCIAP/DIAP/Comarcas)	446	27,2%
Interpol	214	13,0%
Guarda Nacional Republicana	83	5,1%
Polícia de Segurança Pública	77	4,7%
Polícia Judiciária	76	4,6%
Fundação para a Computação Científica Nacional	70	4,3%
Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)	28	1,7%
EUROPOL	18	1,1%
Autoridades estrangeiras (Europa)	12	0,7%
Pocuradorias/Polícias estrangeiras (Brasil, Austrália, Canadá, Bélgica)	10	0,6%
Tribunais	9	0,5%
Escolas	6	0,4%
Federal Bureau of Investigation (EUA)	5	0,3%
Instituto de Apoio à Criança	5	0,3%
Autoridades estrangeiras (América)	4	0,2%
Empresas	4	0,2%
Instituições de solidariedade social	3	0,2%
Operadoras de Telecomunicações (TMN/MEO/TV CABO)	3	0,2%
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)	2	0,1%
Câmaras Municipais	2	0,1%
Embaixadas dos Estados Unidos da América	2	0,1%
Hospitais	2	0,1%
Autoridade Tributária e Aduaneira	1	0,1%
Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens	1	0,1%
Direção Geral da Administração Interna	1	0,1%
Direção Geral de Políticas de Justiça	1	0,1%
Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP	1	0,1%
Linha Alerta Internet Segura	1	0,1%
Organizações internacionais de proteção da criança (Arcobaleno, IT)	1	0,1%
Provedoria da Justiça	1	0,1%
Santa Casa da Misericórdia	1	0,1%
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	1	0,1%
Total Geral	1641	100%

Tabela XL - Participações de entidades em "Inquéritos exclusivos de PM".

Mais uma vez constatamos a predominância da organização norte-americana NCMEC como entidade participante em "Inquéritos exclusivos de PM", seguida do MP e da Interpol, em proporções muito semelhantes.

A tabela seguinte discrimina anualmente estes mesmos dados.

Participantes em Inquéritos exclusivos de pornografia de menores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
National Center for Missing and Exploited Children (NCMEC)	0	0	0	0	0	0	1	71	161	255	62	550
Ministério Público (PGR/DCIAP/DIAP/Comarcas)	2	20	16	13	69	56	10	51	88	99	22	446
Interpol	1	32	11	14	43	68	18	10	8	6	3	214
Guarda Nacional Republicana	1	3	6	7	2	5	4	8	12	18	17	83
Polícia de Segurança Pública	0	12	8	6	5	3	3	8	12	12	8	77
Polícia Judiciária	0	8	7	6	11	7	4	14	6	5	8	76
Fundação para a Computação Científica Nacional	21	22	10	0	0	0	6	4	7	0	0	70
Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCI)	0	0	2	3	0	0	2	5	3	5	8	28
EUROPOL	1	2	0	2	0	1	0	3	5	1	3	18
Autoridades estrangeiras (Europa)	0	0	0	1	2	1	1	1	2	3	1	12
Pocuradorias/Polícias estrangeiras (Brasil, Austrália, Canadá, Bélgica)	0	1	0	1	0	7	1	0	0	0	0	10
Tribunais	0	0	4	1	0	2	1	0	1	0	0	9
Escolas	0	0	0	0	1	1	0	0	1	3	0	6
Federal Bureau of Investigation (EUA)	0	0	1	0	0	2	0	1	0	0	1	5
Instituto de Apoio à Criança	1	0	1	0	0	0	1	0	2	0	0	5
Autoridades estrangeiras (América)	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	4
Empresas	0	0	0	0	0	1	0	1	2	0	0	4
Instituições de solidariedade social	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	3
Operadoras de Telecomunicações (TMN/MEO/TV CABO)	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Câmaras Municipais	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Embaixadas dos Estados Unidos da América	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	2
Hospitais	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Autoridade Tributária e Aduaneira	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Direção Geral da Administração Interna	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Direção Geral de Políticas de Justiça	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Linha Alerta Internet Segura	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Organizações internacionais de proteção da criança (Arcobaleno, IT)	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Provedoria da Justiça	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Santa Casa da Misericórdia	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Total Geral	27	106	68	54	136	159	54	178	311	412	136	1641

Tabela XLI - Participações de entidades em "Inquéritos exclusivos de PM", por ano.

Na esteira do adiantado relativamente aos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, também a amostra de “Inquéritos exclusivos de PM” é demonstrativa da prevalência de entidades externas, sejam europeias, internacionais ou de Estados diversos, como fonte de cooperação na investigação deste crime.

4. Local da ocorrência do crime em “Inquéritos exclusivos de PM”

Para análise do local da ocorrência do crime em “Inquéritos exclusivos de PM” utilizámos o mesmo método utilizado para os “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” e o mesmo faremos para o grupo dos “Inquéritos mistos”. Assim, na tabela seguinte apresentamos a distribuição do local de ocorrência do crime por ano.

Local do crime	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total de Inquéritos	%
Porto	0	5	11	4	10	51	15	26	77	58	32	289	12,64%
Aveiro	0	0	2	6	6	13	2	16	21	34	27	127	5,56%
Setúbal	0	2	2	4	3	11	3	10	32	34	15	116	5,07%
Braga	0	4	7	1	13	22	4	13	12	22	8	106	4,64%
Lisboa	0	7	19	12	8	20	6	3	6	11	2	94	4,11%
Faro	0	2	5	3	13	12	2	10	18	19	7	91	3,98%
Leiria	0	1	3	3	3	12	6	5	17	21	2	73	3,19%
Arquipélago dos Açores	0	0	1	2	2	12	2	6	15	8	3	51	2,23%
Santarém	0	1	0	2	5	5	0	4	5	4	7	33	1,44%
Viana do Castelo	0	0	2	2	2	5	1	4	5	6	3	30	1,31%
Arquipélago da Madeira	0	2	2	1	0	2	5	5	5	4	2	28	1,22%
Viseu	0	0	0	3	1	2	2	4	3	6	0	21	0,92%
Coimbra	0	0	1	2	4	2	1	1	1	3	4	19	0,83%
Castelo Branco	0	0	0	1	1	3	1	4	0	3	2	15	0,66%
Luxemburgo	0	0	2	0	10	3	0	0	0	0	0	15	0,66%
Vila Real	0	0	0	0	1	1	0	1	1	8	2	14	0,61%
Beja	0	0	1	0	3	2	0	1	1	3	2	13	0,57%
Bragança	0	0	0	0	0	0	0	2	4	3	0	9	0,39%
Guarda	0	0	1	1	1	0	0	2	1	1	2	9	0,39%
Alemanha	0	0	3	1	1	1	0	0	0	0	0	6	0,26%
Évora	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	3	0,13%
Portalegre	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0,13%
Austrália	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0,09%
Holanda	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0,09%
Suíça	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2	0,09%
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0,04%
Turquia	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0,04%
<i>S/Ref.^a</i>	33	108	18	25	75	125	46	109	182	291	101	1113	48,69%
<i>Total Geral</i>	33	132	83	77	163	305	97	228	408	539	221	2286	100%

Tabela XLII - “Inquéritos exclusivos de PM” por local da ocorrência do crime, por ano.

Verificamos, na tabela anterior, uma elevada percentagem de Inquéritos com ausência de informação relativamente ao local de ocorrência do crime (48,69% de “S/Ref.^a”, equivalendo a 1113 Inquéritos). Quanto ao local do crime predominante, destaca-se o distrito do Porto (12,64%, correspondendo a 286 Inquéritos), sendo seguido pelo distrito de Aveiro, com menos de metade da incidência (5,56%,

equivalendo a 127 Inquéritos) e, a terceira maior incidência diz respeito ao distrito de Setúbal (5,07%, correspondendo a 116 Inquéritos). O local estrangeiro com maior número de Inquéritos situa-se no Luxemburgo, com 15 Inquéritos (0,66% da amostra).

Opondo-se aos valores absolutos, se efetuarmos análise dos valores relativos, atendendo aos Censos 2011, constatamos que é o Arquipélago dos Açores que apresenta a maior taxa de local de ocorrência do crime por cada 100.000 habitantes (20,7), seguido do distrito de Faro (20,2). O distrito que apresenta a menor taxa é o de Évora.

5. Crimes que coexistem em “Inquéritos exclusivos de PM”

Como já referido, este grupo de Inquéritos apenas contém o crime de pornografia de menores, razão pela qual não apresentaremos a análise de crimes conexos.

6. Arguidos em cada “Inquérito exclusivo de PM”

Conforme já ressaltávamos, do universo de dados obtidos há inquéritos que não contêm referência a arguidos ou vítimas identificados.

No caso dos arguidos em “Inquéritos exclusivos de PM”, encontram-se identificados 885 arguidos, podendo os mesmos encontrarem-se nesta situação em mais do que um Inquérito.

Da amostra de “Inquéritos exclusivos de PM” apenas 752 contêm arguidos identificados, como podemos observar na tabela seguinte.

N.º de Arguidos	N.º de "Inquéritos exclusivos de PM"	%
1	684	90,95%
2	45	5,98%
3	13	1,72%
4	3	0,39%
5	3	0,39%
6	1	0,13%
8	1	0,13%
14	1	0,13%
17	1	0,13%
Total Arguidos	Total Inquéritos	
885	752	100%

Tabela XLIII - Arguidos por "Inquéritos exclusivos de PM".

A distribuição dos arguidos pelos "Inquéritos exclusivos de PM" apresenta similitudes com a tabela que apresentámos aquando da análise dos "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores". Efetivamente, apenas 32,89% dos "Inquéritos exclusivos de PM" contêm arguidos identificados e maior parte destes Inquéritos apenas têm um arguido identificado, correspondendo a 90,95% da amostra (684 Inquéritos). Os Inquéritos com maior número de arguidos constituem uma minoria, o que está alinhado com a nossa análise anterior de que os indivíduos identificados atuam isoladamente ou então, que a investigação criminal não consegue discernir as conexões entre indivíduos com estas mesmas condutas ilícitas.

7. Vítimas em cada "Inquérito exclusivo de PM"

Quanto à distribuição das vítimas identificadas por "Inquéritos exclusivos de PM", concluímos que apenas estão identificadas 690, podendo as mesmas constar em mais do que um Inquérito, facto que iremos analisar aquando da análise das vítimas *de per si*.

No que respeita aos "Inquéritos exclusivos de PM" verificámos que apenas 491 Inquéritos contêm vítimas identificadas, como demonstra a tabela seguinte.

N.º de Vítimas	N.º de "Inquéritos exclusivos de PM"	%
1	434	88,39%
2	36	7,33%
3	5	1,01%
4	4	0,81%
5	3	0,61%
6	2	0,40%
7	1	0,20%
9	2	0,40%
10	1	0,20%
20	1	0,20%
28	1	0,20%
43	1	0,20%
Total	Total de Inquéritos	
690	491	100%

Tabela XLIV - Vítimas em cada "Inquérito exclusivo de PM".

Tal número de Inquéritos corresponde a 21,5% da amostra de "Inquéritos exclusivos de PM".

Conforme vimos previamente, aquando da análise do universo de "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores", os quais contemplam este crime e este com outros, verifica-se um significativo predomínio dos Inquéritos com apenas uma vítima identificada. Na amostra de "Inquéritos exclusivos de PM", esse predomínio ainda é mais acentuado — 88,39% desta amostra contra os 85,8% do universo de "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores", sendo que os restantes valores são residuais, diminuindo à medida que aumenta o número de vítimas por Inquérito.

6.2.1.3 Inquéritos mistos

1. "Inquéritos mistos"

Do universo de dados relativos aos Inquéritos, o grupo "Inquéritos mistos" conta 249, no período em análise, correspondendo a 10% do universo dos "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores".

A tabela seguinte exhibe o número de “Inquéritos mistos” por ano de início de investigação, sendo melhor perceptível a evolução na ilustração subsequente.

N.º de "Inquéritos mistos"																							
2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		Total	%
Inq.ºs	%	Inq.ºs	%	Inq.ºs	%	Inq.ºs	%	Inq.ºs	%	Inq.ºs	%	Inq.ºs	%	Inq.ºs	%	Inq.ºs	%	Inq.ºs	%	Inq.ºs	%	Inquéritos	%
5	2%	4	2%	7	3%	6	2%	12	5%	16	6%	3	1%	31	12%	53	21%	89	36%	23	9%	249	100%

Tabela XLV- "Inquéritos mistos" por ano.

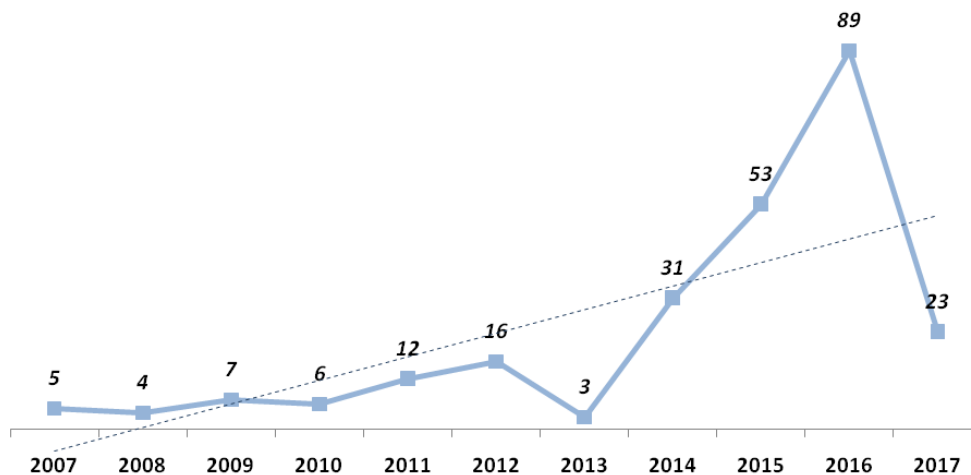


Ilustração 12 - "Inquéritos mistos" por ano de início de investigação.

Observamos, através de linha de tendência, um acréscimo especialmente acentuado a partir de 2013, atingindo o valor mais elevado com 89 Inquéritos no ano de 2016, representando 36% da amostra.

Quanto ao mês de início da investigação, constatámos que no grupo de “Inquéritos mistos” os meses mais representativos são outubro, maio e novembro, por ordem decrescente. O mês de dezembro, ao contrário das análises mensais precedentes, apresenta neste grupo os valores mais baixos.

No que concerne aos “Inquéritos mistos” por ano de início de acontecimento, vejamos se revela diferenças.

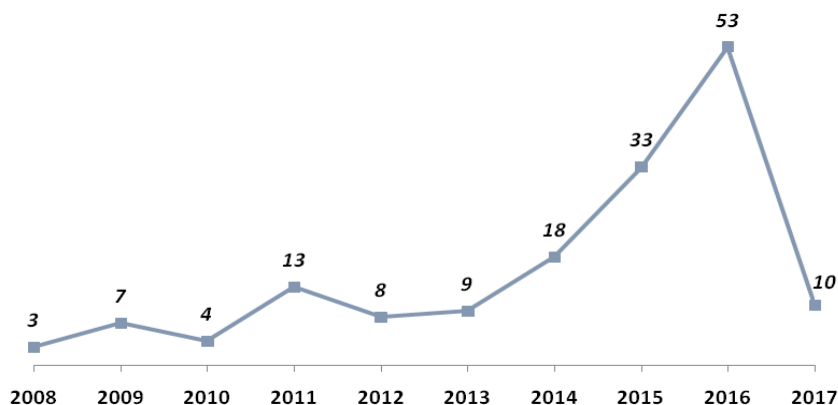


Ilustração 13 - "Inquéritos mistos" por ano de início de acontecimento.

Pese embora inexistência de data de início de acontecimento em 36,5% dos "Inquéritos mistos", verifica-se a mesma tendência crescente, entre 2013 e 2016, à semelhança dos anos de início de investigação. No que concerne aos meses, revela-se grande variação face às análises anteriores, destacando-se os meses de abril e junho com o maior número de "Inquéritos mistos" (21 cada mês) e o mês de novembro, com o menor número de Inquéritos (7), o que é diferente dos dados relativos aos "Inquéritos mistos" por ano de início de investigação.

2. "Inquéritos mistos" concluídos com proposta de acusação

Estado do Inquérito	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total de Inquéritos por estado	%
Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	26	14	41	16,5%
Aguarda despacho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,4%
Averbado	0	0	2	0	1	0	0	1	4	6	1	15	6,0%
Enviado	0	0	0	0	0	0	0	0	4	6	4	14	5,6%
Finalizado	3	1	2	4	6	11	2	21	18	22	2	92	36,9%
Finalizado inconclusivo	2	3	3	2	5	5	1	9	26	28	2	86	34,5%
Total Geral	5	4	7	6	12	16	3	31	53	89	23	249	100%

Tabela XLVI - "Inquéritos mistos" de acordo com o seu estado, por ano.

Relativamente ao estado dos "Inquéritos mistos", na data da extração dos dados, revela-se possível uma leitura diferente da efetuada para o grupo dos "Inquéritos exclusivos de PM", porquanto a percentagem de Inquéritos finalizados, isto é, concluídos com proposta de acusação, nesta amostra de "Inquéritos mistos" é

superior em 13,1%, enquanto a percentagem de Inquéritos concluídos com proposta de arquivamento regista a tendência inversa à dos “Inquéritos exclusivos de PM”, ou seja, é menor em 17%. Esta inversão parece denotar um maior “sucesso” na investigação dos “Inquéritos mistos” do que no grupo de “Inquéritos exclusivos de PM”. Isto também se revela, como adiante veremos, numa maior proporção de “Inquéritos mistos” com arguidos identificados do que os “Inquéritos exclusivos de PM” (40,5% e 32,89%, respetivamente), assim como maior quantidade de arguidos, proporcionalmente (83% e 33%, respetivamente).

De facto, as diferenças não se resumem às apontadas. Verificamos também que a duração da investigação dos crimes é inferior, porquanto o Inquérito mais antigo ainda em investigação remonta a 2015.

3. Origem da denúncia em “Inquéritos mistos”

Conforme já tivemos oportunidade de referir, mais do que uma entidade pode constituir-se como participante nos Inquéritos em análise. No que respeita aos “Inquéritos mistos”, os participantes elencados são menos do que nos grupos de Inquéritos analisados anteriormente, conforme a tabela seguinte demonstra.

Inquéritos "mistos"		
Participantes	N.º de participações	%
Guarda Nacional Republicana	35	32%
Ministério Público (PGR/DCIAP/DIAP/Comarcas)	22	20%
National Center for Missing and Exploited Children (NCMEC)	21	19%
Polícia de Segurança Pública	10	9%
Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)	6	5%
Interpol	5	5%
Polícia Judiciária	5	5%
Escolas	2	2%
Câmaras Municipais	1	1%
Empresas	1	1%
Hospitais	1	1%
Instituições de solidariedade social	1	1%
Polícia Municipal	1	1%
Total Geral	111	100%

Tabela XLVII - Participações de entidades em "Inquéritos mistos".

No caso dos “Inquéritos mistos” intervieram, como participantes, 13 entidades, sendo a Guarda Nacional Republicana que concentra o maior número de participações (35 participações, constituindo 32% da amostra). Em segundo e terceiro lugares, respetivamente, são o MP e o NCMEC. As participações efetuadas diretamente à PJ constituem 5% da amostra.

Vejamos a sua distribuição anual na tabela seguinte.

Participantes em Inquéritos "mistos"	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Guarda Nacional Republicana	0	0	0	0	2	0	0	3	10	15	5	35
Ministério Público (PGR/DCIAP/DIAP/Comarcas)	0	1	3	1	0	4	0	3	8	2	0	22
National Center for Missing and Exploited Children (NCMEC)	0	0	0	0	0	0	0	2	3	16	0	21
Polícia de Segurança Pública	0	0	3	0	2	1	0	1	1	2	0	10
Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)	0	1	0	1	0	0	0	0	2	2	0	6
Interpol	2	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	5
Polícia Judiciária	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	1	5
Escolas	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2
Câmaras Municipais	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Empresas	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Hospitais	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Instituições de solidariedade social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Polícia Municipal	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Total Geral	2	2	9	4	7	6	0	10	27	38	6	111

Tabela XLVIII - Participações de entidades em "Inquéritos mistos", por ano de início de investigação.

Na tabela prévia notamos a ausência de dados relativamente ao ano de 2013, mas na generalidade, o grupo de “Inquéritos mistos” revelou-se bastante menor do que os já analisados. O ano de 2016 é o que agrega o maior número de participações, tendo sido o NCMEC o que efetuou mais participações.

4. Local da ocorrência do crime em “Inquéritos mistos”

Novamente apresentamos o local da ocorrência dos crimes, por distritos, Arquipélago ou país estrangeiro. No caso dos “Inquéritos mistos”, não há menção a qualquer local sito em país estrangeiro, conforme podemos observar na tabela seguinte.

Local do crime	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total de Inquéritos	%
Porto	0	0	2	2	1	9	1	10	14	36	3	78	31,3%
Braga	0	0	0	1	0	0	0	3	10	16	3	33	13,3%
Lisboa	1	1	0	1	1	0	1	2	7	5	3	22	8,8%
Viana do Castelo	0	0	0	0	0	0	0	1	7	7	5	20	8,0%
Aveiro	0	0	0	0	1	0	0	3	4	6	1	15	6,0%
Faro	0	0	2	0	5	1	0	2	0	2	0	12	4,8%
Arquipélago dos Açores	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	1	5	2,0%
Setúbal	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2	1	5	2,0%
Leiria	0	0	0	1	2	1	0	0	0	0	0	4	1,6%
Viseu	1	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	4	1,6%
Évora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	1,2%
Santarém	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	3	1,2%
Coimbra	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	0,8%
Beja	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,4%
Guarda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,4%
Vila Real	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0,4%
<i>S/Ref.^a</i>	3	3	2	1	1	3	0	6	6	9	6	40	16,1%
<i>Total Geral</i>	5	4	7	6	12	16	3	31	53	89	23	249	100%

Tabela XLIX - “Inquéritos mistos” por local da ocorrência do crime, por ano.

Nesta tabela verifica-se uma redução da variedade de locais da ocorrência do crime, relativamente às análises anteriores, assim como uma clara diminuição percentual dos Inquéritos sem referência ao local (de 48,69% nos “Inquéritos exclusivos PM”, passa a 16,1% nos “Inquéritos mistos”). Tal diminuição sugere que a ocorrência de outros crimes além do de pornografia de menores, são suscetíveis de melhor identificação do local da ocorrência.

Contudo, o local da ocorrência com maior número absoluto de Inquéritos continua a ser o distrito do Porto (78 Inquéritos, equivalendo a 31,3% da amostra), seguido de Braga (13,3%) e de Lisboa (8,8%).

Analisando estes valores relativamente ao Censos 2011, constatamos que a maior taxa corresponde ao distrito de Viana do Castelo (8,2), seguido do distrito do Porto

(4,3). Neste grupo de “Inquéritos mistos” há distritos que não estão sequer representados⁷³⁵. São exemplo disso os distritos de Portalegre, Castelo Branco e Bragança.

5. Crimes que coexistem em “Inquéritos mistos”

A tabela que se segue (em duas partes) reproduz a tabela que efetuámos para os “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” com a notável exceção de que foram removidos os “Inquéritos exclusivos de PM”, condição imprescindível para este grupo de Inquéritos.

⁷³⁵ Em resultado de apuramento até às décimas. Esta opção replica-se em todos os apuramentos de taxas subsequentes.

Crimes em "Inquéritos mistos"	N.º de Inquéritos	%
Abuso sexual de crianças/Pornografia de menores	60	24,1%
Pornografia de menores/Abuso sexual de crianças	43	17,3%
Pornografia de menores/Coação	10	4,0%
Pornografia de menores/Tráfico de estupefacientes	8	3,2%
Pornografia de menores/Coação sexual	8	3,2%
Pornografia de menores/Extorsão	7	2,8%
Pornografia de menores/Importunação sexual	6	2,4%
Coação sexual/Pornografia de menores	6	2,4%
Atos sexuais com adolescentes/Pornografia de menores	6	2,4%
Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas	5	2,0%
Pornografia de menores/Detenção de arma proibida	5	2,0%
Pornografia de menores/Aliciamento de menores para fins sexuais	5	2,0%
Outros do quadro 12/Pornografia de menores	5	2,0%
Pornografia de menores/Devassa da vida privada	4	1,6%
Acesso ilegítimo/Pornografia de menores	4	1,6%
Violação/Pornografia de menores	3	1,2%
Recurso à prostituição de menores/Pornografia de menores	2	0,8%
Pornografia de menores/Sequestro	2	0,8%
Pornografia de menores/Recurso à prostituição de menores	2	0,8%
Pornografia de menores/Lenocínio de menores	2	0,8%
Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas/Devassa da vida privada	2	0,8%
Pornografia de menores/Devassa por meio de informática	2	0,8%
Pornografia de menores/Acesso ilegítimo	2	0,8%
Gravações e fotografias ilícitas/Pornografia de menores	2	0,8%
Coação sexual/Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas	2	0,8%
Aliciamento de menores para fins sexuais/Pornografia de menores	2	0,8%
Abuso sexual de crianças/Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas	2	0,8%
Violação/Pornografia de menores/Atos sexuais com adolescentes/Detenção de arma proibida	1	0,4%
Recurso à prostituição de menores/Pornografia de menores/Importunação sexual	1	0,4%

(continua)

(continuação)

Crimes em "Inquéritos mistos"	N.º de Inquéritos	%
Pornografia de menores/Violência doméstica contra menores	1	0,4%
Pornografia de menores/Violação	1	0,4%
Pornografia de menores/Roubo na via pública com arma branca	1	0,4%
Pornografia de menores/Recurso à prostituição de menores/Outros do quadro 12	1	0,4%
Pornografia de menores/Recurso à prostituição de menores/Coação	1	0,4%
Pornografia de menores/Outros do quadro 12	1	0,4%
Pornografia de menores/Outros do quadro 1	1	0,4%
Pornografia de menores/Lenocínio de menores/Recurso a prostituição de menores/Abuso sexual de crianças	1	0,4%
Pornografia de menores/Importunação sexual/Injúria	1	0,4%
Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas/Devassa por meio de informática	1	0,4%
Pornografia de menores/Gravações e fotografias ilícitas/Abuso sexual de crianças	1	0,4%
Pornografia de menores/Difamação/Gravações e fotografias ilícitas	1	0,4%
Pornografia de menores/Devassa por meio de informática/Gravações e fotografias ilícitas	1	0,4%
Pornografia de menores/Coação/Abuso sexual de crianças	1	0,4%
Pornografia de menores/Coação grave	1	0,4%
Pornografia de menores/Atos sexuais com adolescentes	1	0,4%
Pornografia de menores/Ameaça/Gravações e fotografias ilícitas	1	0,4%
Pornografia de menores/Ameaça/Acesso ilegítimo/Devassa da vida privada	1	0,4%
Pornografia de menores/Aliciamento de menores para fins sexuais/Injúria/Ameaça	1	0,4%
Pornografia de menores/Acesso ilegítimo/Falsidade informática	1	0,4%
Pornografia de menores/Acesso ilegítimo/Devassa por meio de informática	1	0,4%
Pornografia de menores/Acesso ilegítimo/Abuso sexual de crianças	1	0,4%
Pornografia de menores/Abuso sexual de menores dependentes	1	0,4%
Pornografia de menores/Abuso sexual de crianças/Falsidade informática	1	0,4%
Maus tratos ou sobrecarga de menores/Pornografia de menores	1	0,4%
Lenocínio de menores/Pornografia de menores	1	0,4%
Lenocínio de menores/Coação sexual/Recurso à prostituição de menores/Pornografia de menores	1	0,4%
Importunação sexual/Pornografia de menores	1	0,4%
Extorsão/Pornografia de menores	1	0,4%
Difamação/Pornografia de menores	1	0,4%
Coação grave/Pornografia de menores	1	0,4%
Atos sexuais com adolescentes/Coação sexual/Pornografia de menores	1	0,4%
Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência/Pornografia de menores	1	0,4%
Abuso sexual de menores dependentes/Pornografia de menores	1	0,4%
Abuso sexual de crianças/Violação/Pornografia de menores/Ameaça/Coação/Violação de domicílio ou perturbação da vida privada	1	0,4%
Abuso sexual de crianças/Recurso à prostituição de menores/Pornografia de menores/Devassa da vida privada	1	0,4%
Abuso sexual de crianças/Pornografia de menores/Atos sexuais com adolescentes	1	0,4%
Abuso sexual de crianças/Pornografia de menores/Acesso ilegítimo	1	0,4%
Abuso sexual de crianças/Abuso sexual de menores dependentes/Pornografia de menores/Violência doméstica ao cônjuge ou análogos	1	0,4%
Abuso sexual de crianças/Abuso sexual de menores dependentes/Atos sexuais com adolescentes/Pornografia de menores	1	0,4%
Total Geral	249	100%

Tabela L - Crimes/Infrações e n.º de "Inquéritos mistos".

A combinação de crimes mais frequentes, sendo um deles o crime de pornografia de menores, é a de abuso sexual de crianças/pornografia de menores, registando-se 60 “Inquéritos mistos”, equivalendo a 24,1% da amostra.

Esta tabela confirma, mais uma vez, que o crime com maior conexão ao crime de pornografia de menores, isto é, o crime que mais vezes aparece associado, quer seja ou não a infração principal, é o abuso sexual de crianças, com 116 referências.

6. Arguidos em cada “Inquérito misto”

Quanto à distribuição de arguidos por cada “Inquérito misto” a tabela seguinte proporciona-nos uma perspetiva relativamente homogénea.

N.º de Arguidos	N.º de "Inquéritos mistos"	%
1	88	87,1%
2	11	10,9%
3	1	1,0%
5	1	1,0%
Total arguidos	Total Inquéritos	
118	101	100%

Tabela LI - Arguidos em cada "Inquérito misto".

Apenas 101 Inquéritos da amostra de 249 “Inquéritos mistos” contêm arguidos identificados, correspondendo a 40,5%. Destes Inquéritos, a maior parte tem apenas um arguido identificado (87,1%), sendo esta conclusão alinhada com as conclusões relativas aos arguidos nos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” e nos “Inquéritos exclusivos de PM”. No entanto, proporcionalmente, verifica-se uma menor percentagem de arguidos isolados na amostra de arguidos em “Inquéritos mistos” do que em “Inquéritos exclusivos de PM” (87,1% dos primeiros contra 90,95% dos segundos). Além disto, salientamos que o máximo de arguidos por “Inquérito misto” é de 5, ao passo que, nos “Inquéritos exclusivos de PM”, o máximo de arguidos por Inquérito ascende a 17.

7. Vítimas em cada “Inquérito misto”

No que tange ao número de vítimas por cada dos “Inquéritos mistos”, verificamos que apenas 169 Inquéritos contêm vítimas identificadas, o que corresponde a 67,8% da amostra de 249 que constitui o grupo “Inquéritos mistos”.

N.º de Vítimas	N.º de "Inquéritos mistos"	%
1	132	78,1%
2	25	14,7%
3	3	1,8%
4	4	2,4%
5	1	0,6%
6	2	1,2%
7	1	0,6%
8	1	0,6%
Total Vítimas	Total Inquéritos	
239	169	100%

Tabela LII - Vítimas em cada "Inquérito misto".

Proporcionalmente, constatámos uma maior percentagem de vítimas identificadas nos “Inquéritos mistos” do que nos “Inquéritos exclusivos de PM” (67,8% e 21,5% respetivamente), o que poderá sugerir que a investigação de outros crimes, num Inquérito que contenha também a investigação o crime de pornografia de menores, aumenta a probabilidade de identificação das vítimas.

Outra diferença notável é o facto de, proporcionalmente, relativamente ao grupo de “Inquéritos exclusivos de PM”, o grupo de “Inquéritos mistos” tem menor percentagem de vítimas *isoladas* (78,1% contra os 88,39% dos “Inquéritos exclusivos de PM”).

Sob outra perspetiva, constatamos que o número de vítimas por “Inquérito misto” não ultrapassa as 8 vítimas por Inquérito, ao passo que, nos “Inquéritos exclusivos de PM”, o número de vítimas por Inquérito ascende às 43 vítimas.

6.2.1.4 Síntese da análise aos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”

- No período compreendido entre 15 de setembro de 2007 e 19 de julho de 2017 registou-se um total de 2535 Inquéritos, constituído por 249 “Inquéritos mistos” (10%) e 2286 “Inquéritos exclusivos de PM” (90%);
- Por ano de início de investigação, é o ano de 2016 que agrega maior número de Inquéritos (628 Inquéritos, correspondendo a 24,7%), seguido de 2015 e de 2012, enquanto que a análise por ano de início de ocorrência (tendo em consideração de que só dispomos de informação relativa a 60,2% do total de Inquéritos), demonstra a predominância do ano de 2016, seguido de 2015 e 2014;
- A estimativa estatística para o ano completo de 2017, utilizando a regressão linear, por ano de início de investigação é de 516 Inquéritos e por ano de início de acontecimento é de 309 Inquéritos, o que constitui, em ambas as situações, de uma diminuição em relação ao ano anterior;
- Por mês de início de investigação é o mês de maio que agrega maior número de Inquéritos (331), seguido de outubro e novembro, enquanto que, efetuando a mesma análise por mês de início de acontecimento (tendo em consideração de que só dispomos de informação relativa a 60,2% do total de Inquéritos), são, por ordem decrescente, os meses de janeiro, maio e em *ex aequo*, abril e julho;
- Constatou-se uma discrepância entre o ano de início de acontecimento e o ano de início de investigação que ascende a 7 anos (apenas relativamente aos 60,2% de Inquéritos que dispõem de informação relativamente à data de início de acontecimento). O ano de 2012 é o que concentra Inquéritos com desfazamento até 7 anos, seguido do ano de 2015 (6 anos). O único ano que não regista diferenças é o ano de 2007;

- O tempo da investigação criminal prolonga-se por vários anos, tendo em conta que, à data da consulta ao SICPJ, ainda permaneciam ativos Inquéritos desde 2012;
- Do total dos Inquéritos, 25,09% foram concluídos com proposta de acusação e 49,85% foram concluídos com proposta de arquivamento;
- A percentagem de atrição ou perda dos Inquéritos concluídos com proposta de acusação pela PJ e os findos em tribunais de 1.^a instância medeia entre 55,9% (em 2015) e 85,7% (em 2011); O ano de 2013 registou inversão nesta tendência, tendo os tribunais finalizado mais Inquéritos do que os concluídos pela PJ;
- As entidades participantes com maior número de participações são o NCMEC (571 participações, correspondendo a 32,6%), seguido do MP e a Interpol; na distribuição anual confirma-se o início da colaboração com o NCMEC a partir de 2013, num rápido crescendo, culminando em 2016 com 271 participações. Inversamente, a Interpol ascende até 69 participações em 2012 e a partir daí, vem registando, gradualmente, cada vez menos participações;
- Verifica-se a prevalência de entidades estrangeiras como participantes, somando 48%, resultados que sugerem que a investigação criminal deste crime, em Portugal, é essencialmente reativa;
- Quanto ao local da ocorrência do crime (dos quais são conhecidos relativamente a 1382 Inquéritos, correspondendo a 54,52% do total dos Inquéritos), é o distrito do Porto que colhe maior número absoluto de Inquéritos (367 Inquéritos/14,48%) seguido de Aveiro e de Braga; Contudo, calculada a proporcionalidade dos locais com o respetivo número de habitantes, constatou-se que a taxa mais elevada correspondia ao distrito de Faro (22,8 por cada 100.000 habitantes), seguido do Arquipélago dos Açores (22,7);

- Regista-se o predomínio massivo dos Inquéritos que só têm o crime de pornografia de menores em investigação (2286 Inquéritos/90%), seguido dos Inquéritos que têm a combinação dos crimes “abuso sexual de crianças/Pornografia de menores” (60 Inquéritos/2,37%). Em terceiro lugar na predominância registam-se 43 Inquéritos (1,7%) nos quais constam estes dois crimes, sendo o crime de pornografia de menores o mais grave ou principal;
- Do total de Inquéritos, em 2423 o crime de pornografia de menores foi considerado o crime mais grave (corresponde a 95,6% do total de Inquéritos). Em comparação com os valores deste crime registado na DGPJ, constata-se uma acentuada divergência nos anos mais recentes, sendo que os da DGPJ são sempre inferiores relativamente aos da PJ;
- O crime mais associado ao de pornografia de menores é o crime de abuso sexual de crianças (116 Inquéritos, correspondendo a 4,1%), seguido da coação sexual (18 Inquéritos) e das gravações e fotografias ilícitas (18 Inquéritos); registam-se 31 infrações diferentes, além do crime de pornografia de menores;
- Do total de Inquéritos, 33,6% têm arguidos identificados, sendo que 90,5% destes constam sozinhos em cada Inquérito; 81 Inquéritos têm mais do que um arguido em cada Inquérito (entre 2 e 17 arguidos);
- Do total de Inquéritos, 26% tem vítimas identificadas, sendo que 85,8% destas constam sozinhas em cada Inquérito; 94 Inquéritos têm mais do que uma vítima em cada Inquérito (entre 2 e 43 vítimas).

6.2.1.5 Síntese da análise e comparação entre “Inquéritos exclusivos de PM” e “Inquéritos mistos”

- Regista-se um total de 2535 Inquéritos, constituído por 2286 “Inquéritos exclusivos de PM” (90%) e por 249 “Inquéritos mistos” (10%);
- Há 2286 “Inquéritos exclusivos de PM”, cuja distribuição anual por ano de início de investigação evidencia um crescimento acentuado e constante desde 2013 até 2016, onde se verificou o maior número de Inquéritos (539 Inquéritos, correspondendo a 24%); No que concerne aos “Inquéritos mistos”, há registo de 249 Inquéritos com crescimento semelhante desde 2013 até 2016, onde se verificou o maior número de Inquéritos (89 Inquéritos, correspondendo a 36%); Por ano de início de acontecimento, cuja informação só detemos em relação a 59,9% dos “Inquéritos exclusivos de PM” (1369 Inquéritos), constata-se a mesma tendência crescente e acentuada desde 2013 a 2016, este último culminando no valor mais elevado dos “Inquéritos exclusivos de PM” (366), tal como acontece para os “Inquéritos mistos” relativamente ao ano de início de acontecimento (do qual temos conhecimento de 63,5% do total de “Inquéritos mistos” se revela igualmente o ano de 2016 o mais agregador, registando-se 53 Inquéritos);
- O mês de início de investigação que registou o maior número de “Inquéritos exclusivos de PM” foi o de maio (299 Inquéritos, 13%), seguido dos meses de outubro e de dezembro, enquanto que nos “Inquéritos mistos” foi o mês de outubro (34 Inquéritos, 13,6%), seguido dos meses de maio e de novembro; Pelo mês de início de acontecimento, tendo em consideração a inexistência de informação relativamente a todos os Inquéritos, os “Inquéritos exclusivos de PM” registam maiores incidências no mês de janeiro (173 Inquéritos) seguido de maio e de junho, enquanto os “Inquéritos mistos” registam maior incidência nos meses de abril e junho (com 21 Inquéritos cada) seguidos de maio. Novembro é o mês que regista menor incidência, com apenas 7 Inquéritos;

- 51,5% dos “Inquéritos exclusivos de PM” e 34,5% dos “Inquéritos mistos” foram concluídos com proposta de arquivamento e 23,8% de “Inquéritos exclusivos de PM” e 36,9% de “Inquéritos mistos” foram concluídos com proposta de acusação, verificando-se, desta forma, maior “sucesso” da investigação em “Inquéritos mistos” do que em “Inquéritos exclusivos de PM”;
- Sublinha-se a elevada duração da investigação deste crime em “Inquéritos exclusivos de PM” (subsistindo a investigação de Inquéritos desde 2012) e menor duração de “Inquéritos mistos” (subsistem Inquéritos em investigação desde 2015);
- Nos “Inquéritos exclusivos de PM” intervêm 34 entidades como participantes e nos “Inquéritos mistos” intervêm apenas 13 entidades;
- As entidades com maior número de participações em “Inquéritos exclusivos de PM” são o NCMEC (33,5%), o MP (27,2%) e a Interpol (13%), por ordem decrescente de participações, enquanto, nos “Inquéritos mistos” são a Guarda Nacional Republicana (32%), o MP (20%) e o NCMEC (19%);
- As entidades estrangeiras representam 48% das participações em “Inquéritos exclusivos de PM”, enquanto que nos “Inquéritos mistos” representam 24%;
- No que tange ao local de ocorrência do crime em “Inquéritos exclusivos de PM” apenas dispomos de informação relativamente a 51,3% dos Inquéritos, correspondendo a 1173, e destes destacam-se os distritos do Porto (12,64%), Aveiro (5,56%) e Setúbal (5,07%) com o maior número de registos, enquanto que nos “Inquéritos mistos”, dos quais dispomos de informação relativamente a 83,9% dos Inquéritos, correspondendo a 209, se destacam o Porto (31,3%), Braga (13,3%) e Lisboa (8,8%); Contudo, apurámos que proporcionalmente, se evidenciam maiores taxas nos “Inquéritos exclusivos de PM” no Arquipélago dos Açores, seguido do distrito de Faro, enquanto que nos “Inquéritos mistos” as maiores taxas registam-se no distrito de Viana do Castelo (8,2) seguido do Porto (4,3);

- Regista-se uma diminuição percentual considerável dos locais da ocorrência “S/Ref.^a” entre os “Inquéritos exclusivos de PM” e os “Inquéritos mistos”, de 48,69% para 16,1% respetivamente, o que sugere maior facilidade na identificação do local do crime em “Inquéritos mistos” do que em “Inquéritos exclusivos de PM”;
- Não há registo de locais de ocorrência estrangeiros nos “Inquéritos mistos”, ao contrário dos “Inquéritos exclusivos de PM”, que contam com 7 locais em território estrangeiro em 29 Inquéritos (1,27%);
- Do total de “Inquéritos exclusivos de PM”, apenas 752 (32,89%) contêm referência à identificação de arguidos, sendo que 90,95% destes Inquéritos fazem referência à identificação de apenas um arguido; no que respeita aos “Inquéritos mistos”, 101 (40,6%) contêm referência à identificação de arguidos, sendo que 87,1% destes Inquéritos com arguidos dizem respeito à identificação de apenas um arguido por Inquérito;
- Do total de “Inquéritos exclusivos de PM” apenas 491 (21,5%) contêm vítimas identificadas, sendo que 88,39% destes Inquéritos fazem referência à identificação de apenas uma vítima por Inquérito; No que concerne aos “Inquéritos mistos” 169 (67,9%) contêm vítimas identificadas, sendo que 78,1% destes Inquéritos contêm apenas uma vítima identificada por Inquérito.

6.2.2 Arguidos

Com o propósito da clareza da exposição da informação e atendendo a que iremos efetuar o mesmo tipo de análise aos três grupos de arguidos, previamente referidos, iremos analisá-los separadamente. Iniciamos pelo grupo “Arguidos PM⁷³⁶” que dizem respeito aos arguidos que apenas estão nesta condição em “Inquéritos

⁷³⁶ Corresponde a “Arguidos de pornografia de menores”.

contendo o crime de pornografia de menores”, seguindo-se análise semelhante aos “Arguidos mistos” e aos “Arguidos exclusivos”, respetivamente.

6.2.2.1 Arguidos PM

1) “Arguidos PM” em Inquéritos

À data da extração dos dados no SICPJ, constava o registo de 961 arguidos em Inquéritos com o crime de pornografia de menores, quer seja ou não considerado o crime mais grave. Deste universo, 754 são “Arguidos exclusivos” e 207 são “Arguidos mistos”, conforme podemos observar na ilustração seguinte, contendo a respetiva percentagem.

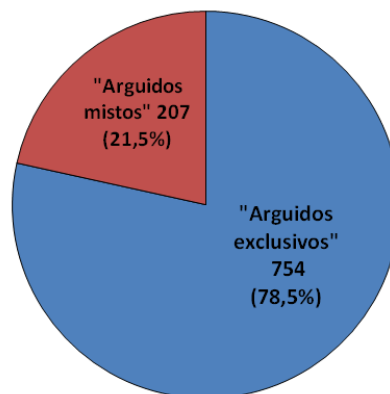


Ilustração 14 - Subgrupos de todos os arguidos em Inquéritos com o crime de pornografia de menores.

De acordo com os Censos 2011, a população residente em Portugal em 2011 era de 10.562.178, resultando deste factouma taxa de “Arguidos PM” de 9,1 por cada 100.000 habitantes. A tabela seguinte demonstra a distribuição dos “Arguidos PM” por ano de abertura da investigação e a respetiva percentagem:

Ano	N.º de "Arguidos PM"	%
2007	7	1%
2008	43	4%
2009	36	4%
2010	47	5%
2011	98	10%
2012	140	15%
2013	42	4%
2014	135	14%
2015	208	22%
2016	176	18%
2017	29	3%
Total Geral	961	100%

Tabela LIII - "Arguidos PM" por ano.

Como podemos notar, a maior concentração de “Arguidos PM” ocorre em 2015 (208 indivíduos, correspondendo a 22% do universo), seguido de 2016.

2) Sexo dos “Arguidos PM”

É conhecido o sexo de todos os arguidos, sendo que a esmagadora maioria são do sexo masculino (94,5%) correspondendo a 908 indivíduos.

Arguido	N.º de "Arguidos PM"	%
Feminino	53	5,5%
Masculino	908	94,5%
Total Geral	961	100%

Tabela LIV - “Arguidos PM” por sexo.

Sendo a proporção total relevante, o gráfico seguinte elucida-nos quanto à distribuição de arguidos por sexo, entre os anos 2007 e 2017, sendo visível a discrepância, no decurso dos anos, entre o número de arguidos do sexo masculino e os do sexo feminino.

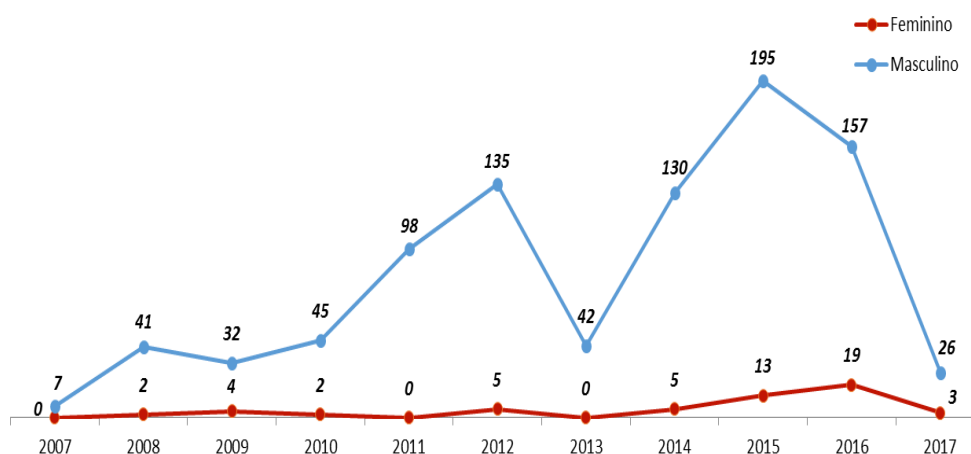


Ilustração 15 - “Arguidos PM” por sexo, por ano.

3) Nacionalidade dos “Arguidos PM”

Verificámos que apenas 2 arguidos não possuem informação sobre a respetiva nacionalidade, pelo que os restantes 959 (99,8% do total) se dispersam pelas nacionalidades constantes na tabela abaixo representada, com forte preponderância pela nacionalidade portuguesa (909 indivíduos, representando 94,6%).

Realçamos também que, das nacionalidades estrangeiras, a nacionalidade brasileira é a que mais se destaca (com 12 arguidos), seguida do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, conforme é visível na tabela seguinte, a qual expõe a nacionalidade dos arguidos e sua distribuição anual por data de início da investigação. Algumas das nacionalidades listadas são dupla nacionalidade.

Nacionalidade "Arguidos PM"	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Portugal	6	42	31	44	95	134	41	127	195	165	29	909	94,6%
Brasil	0	0	2	0	1	0	0	2	4	3	0	12	1,2%
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	0	0	0	1	1	5	0	0	2	0	0	9	0,9%
Brasil/Portugal	0	1	1	0	0	0	0	1	1	2	0	6	0,6%
Alemanha	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	0	4	0,4%
Angola	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	4	0,4%
Roménia	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	3	0,3%
França	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2	0,2%
São Tomé e Príncipe	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	0,2%
Bangladesh	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0,1%
Bolívia/Portugal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1%
Cabo Verde	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,1%
Guiné Bissau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,1%
Holanda/Portugal	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1%
Índia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,1%
Noruega	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,1%
Venezuela	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,1%
Total	7	43	36	47	98	140	42	135	207	175	29	959	100%

Tabela LV - "Arguidos PM" por nacionalidade, por ano.

4) Detenção dos "Arguidos PM"

No que respeita este item, os dados dizem respeito a indivíduos arguidos e detidos pelo crime de pornografia de menores, no período compreendido entre 15/09/2007 e 19/07/2017, conforme já referido, independentemente dos indivíduos constarem de Inquéritos onde a infração de pornografia de menores seja ou não considerada a principal ou mais grave.

A tabela seguinte apresenta as detenções efetuadas anualmente, por sexo e distinguindo entre os cidadãos portugueses e os estrangeiros.

Ano	Detenções	Masculino	Feminino	Nacionalidade portuguesa	Outras nacionalidades
2007*	0	0	0	0	0
2008	0	0	0	0	0
2009	2	1	1	2	0
2010	6	6	0	5	1
2011	5	5	0	5	0
2012	34	34	0	33	1
2013	11	11	0	11	0
2014	25	25	0	25	0
2015	31	30	1	29	3
2016	31	30	1	31	0
2017*	31	29	2	30	1
Total	176	171	5	171	6

Tabela LVI - Detenções anuais de "Arguidos PM" por sexo e nacionalidade.

Observamos que o número de detenções tem vindo a aumentar paulatinamente, com um pico elevado em 2012 (correspondendo a 34 detenções) e que os últimos três anos se tem mantido em valores elevados, sendo expectável que, atendendo à parcialidade dos dados de 2017, este mesmo ano venha a apresentar o maior número de sempre de detenções pelo crime de pornografia de menores.

A proporção das detenções por sexo e por nacionalidade (portuguesa ou estrangeira) estão em conformidade com os valores anteriormente apresentados sobre a prevalência em cada variável, significando que o sexo feminino e os estrangeiros representam uma percentagem pequena relativamente ao total de detidos (3% cada).

No que tange à aplicação da medida de coação de prisão preventiva, na sequência da detenção, os valores registados são os seguintes:

Ano	Detidos sujeitos a prisão preventiva	Masculino sujeito a Prisão preventiva	Feminino sujeito a prisão preventiva
2007*	0	0	0
2008	0	0	0
2009	0	0	0
2010	0	0	0
2011	1	1	0
2012	11	11	0
2013	3	3	0
2014	10	10	0
2015	10	10	0
2016	11	10	1
2017*	13	13	0
Total	59	58	1

Tabela LVII - Detenções anuais convertidas em prisão preventiva, por sexo.

Verificamos correspondência entre a detenção e a aplicação da prisão preventiva no que respeita aos sexos dos detidos, acentuando-se ainda mais a diferença. O sexo feminino representa apenas 1,7% das detenções convertidas em prisão preventiva. No entanto, dentro da categoria do sexo, tendo sido detidos apenas 5 indivíduos do sexo feminino, a respetiva conversão em prisão preventiva corresponde a 20% da amostra (equivale a 1 indivíduo), no mesmo tempo em que foram detidos 171 indivíduos do sexo masculino, tendo a 34% destes sido aplicada a medida de coação de prisão preventiva (equivale a 58 indivíduos).

Em sequência, iremos analisar o número de detenções confrontando com o número de “Arguidos PM”, por ano, mas compete-nos obrigatoriamente encarar o seu apuramento com a devida cautela, tendo em consideração que a investigação criminal se prolonga no tempo, pelo que ao número de “arguidos PM” de um ano podem corresponder as detenções no seguinte, situação que se revela claramente no ano de 2017, quando ocorrem mais detenções do que registo de “Arguidos PM”.

"Arguidos PM" detidos			
Anos	N.º de "Arguidos PM"	Detidos	Diferença percentual entre o n.º de "Arguidos PM" e detenções
2007*	7	0	0%
2008	43	0	0%
2009	36	2	6%
2010	47	6	13%
2011	98	5	5%
2012	140	34	24%
2013	42	11	26%
2014	135	25	19%
2015	208	31	15%
2016	176	31	18%
2017*	29	31	107%
Total	961	176	18%

Tabela LVIII - Diferença percentual entre n.º de "Arguidos PM" e detenções.

Verifica-se que a maior aproximação relativa entre o número de "Arguidos PM" e as detenções ocorre no ano de 2013 (26%). No cômputo geral dos anos, apurou-se que 18% dos "Arguidos PM" foram detidos.

No que concerne ainda à aplicação da medida de prisão preventiva, apurámos a diferença percentual entre os detidos e a aludida medida de coação, tendo resultado a mesma tendência crescente.

Anos	Detidos	Detidos sujeitos a prisão preventiva	Diferença percentual entre a detenção e a subsequente aplicação da prisão preventiva
2007*	0	0	0%
2008	0	0	0%
2009	2	0	0%
2010	6	0	0%
2011	5	1	20,0%
2012	34	11	32,4%
2013	11	3	27,3%
2014	25	10	40,0%
2015	31	10	32,3%
2016	31	11	35,5%
2017*	31	13	41,9%
Total	176	59	33,5%

Tabela LIX - Diferença percentual anual entre detenção e a subsequente aplicação de prisão preventiva.

Conforme verificámos, reconhecemos a mesma tendência crescente de aplicação da medida de coação mais gravosa, especialmente no ano de 2017, o qual, apesar de apenas comportar os dados relativos a pouco mais de um semestre, já detém a maior percentagem de aplicação desta medida.

No período em análise, 33,5% dos detidos foram sujeitos a prisão preventiva.

Por último, ilustramos as variações ocorridas, relativamente às variáveis n.º de “Arguidos PM”, detidos e detidos sujeitos a prisão preventiva.

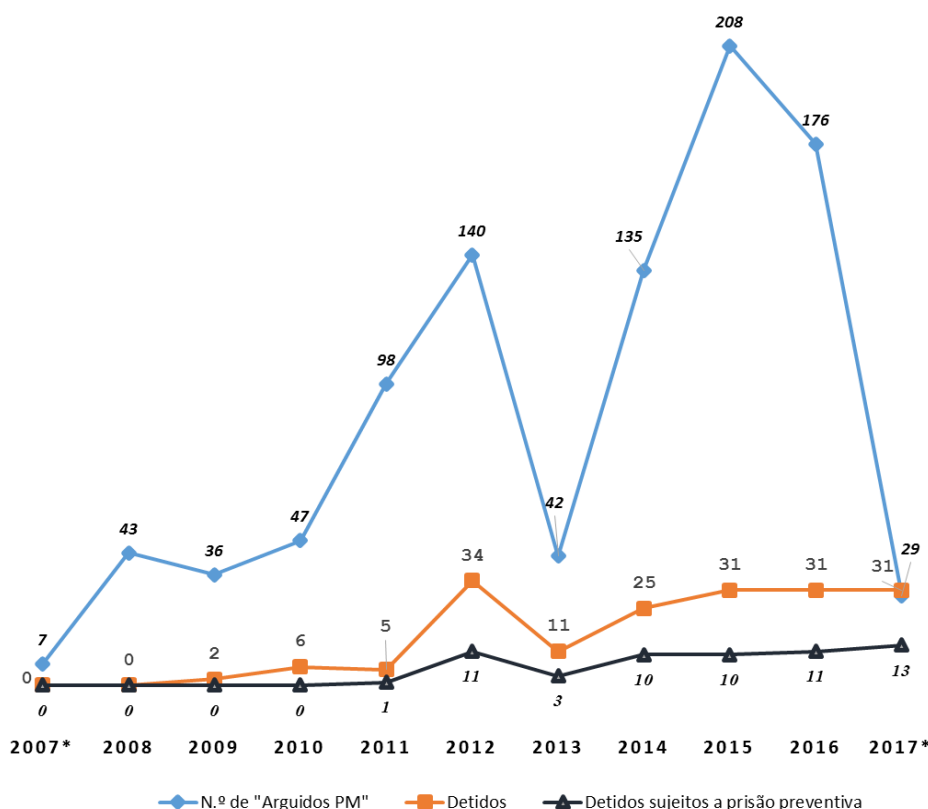


Ilustração 16 - "Arguidos PM", detenções e aplicação da prisão preventiva.

Conclui-se que se regista uma tendência crescente do número absoluto de detenções pelo crime de pornografia de menores, pese embora constituam 18% do total de “Arguidos PM”. Tem igualmente aumentado a percentagem dos indivíduos detidos que são sujeitos à prisão preventiva (no total do período em análise, constituem 33,5%). No cômputo geral, 6% dos “Arguidos PM” são sujeitos a prisão preventiva.

5) Naturalidade dos “Arguidos PM”

Para as naturalidades, apresentamos os dados absolutos por distritos de Portugal Continental, por Regiões Autónomas e por países, quando estes constituem naturalidades estrangeiras. Dos arguidos identificados, apenas 948 apresentam informação sobre a respetiva naturalidade.

Grupo "Arguidos PM"													
Naturalidade	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Lisboa	3	15	9	10	22	33	7	20	60	22	3	204	21,5%
Porto		4	7	7	13	24	9	16	32	36	6	154	16,2%
Aveiro		3	4	2	7	8	2	14	12	20	4	76	8,0%
Braga		4	1	1	7	9	4	5	8	10		49	5,2%
Setúbal	1	3		4	3	2	4	8	10	9	4	48	5,1%
Coimbra		2	1	3	4	4	2	9	7	7	1	40	4,2%
Viseu	2	2	1	2	1	7	4	8	4	6		37	3,9%
Arquipélago dos Açores		1		3	3	5	1	3	12	3	2	33	3,5%
Leiria				1	7	5	2	4	7	7		33	3,5%
Angola		2		1	3	3		5	3	8		25	2,6%
Brasil			3	1	1			3	8	8	1	25	2,6%
Faro				1	1	3	2	3	7	5		22	2,3%
Castelo Branco			1	1	1	4		7	4	3		21	2,2%
Arquipélago da Madeira			4	1	2	2	1	5	2	3		20	2,1%
Santarém		2		2	5	3	1		2	3	2	20	2,1%
Vila Real		2			3	7	1	2		2	1	18	1,9%
Viana do Castelo				2		3		1	6	2		14	1,5%
Guarda				2	2			3	1	4		12	1,3%
França				1		5		3	1		1	11	1,2%
Moçambique		2	1		1	2		2		3		11	1,2%
Beja			2		2	1		1	1		1	8	0,8%
Bragança		1			2			2	2	1		8	0,8%
Évora					2	1	1	2	1			7	0,7%
Portalegre					1	1		2	3			7	0,7%
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte				1		5			1			7	0,7%
Alemanha				1	1		1		1	2		6	0,6%
São Tomé e Príncipe								1	3			4	0,4%
Venezuela			1		1			1	1			4	0,4%
Guiné Bissau										3		3	0,3%
Roménia					1	1		1				3	0,3%
Suíça									2	1		3	0,3%
África do Sul										1	1	2	0,2%
Cabo Verde									2			2	0,2%
Canadá					1	1						2	0,2%
Austrália								1				1	0,1%
Bangladesh								1				1	0,1%
Bolívia	1											1	0,1%
Estados Unidos da América						1						1	0,1%
Índia									1			1	0,1%
Itália			1									1	0,1%
Noruega									1			1	0,1%
Timor Leste											1	1	0,1%
Ucrânia										1		1	0,1%
Total	7	43	36	47	97	140	42	133	205	170	28	948	100%

Tabela LX - “Arguidos PM” por naturalidade, por ano.

No que concerne às naturalidades conhecidas dos arguidos, a naturalidade com maior incidência situa-se no distrito de Lisboa (21,5%), seguido do Porto (16,2%). No que respeita a naturalidades estrangeiras, a que apresenta maior valor absoluto é a angolana (25 indivíduos, correspondendo a 2,6% do total de arguidos com menção à respetiva naturalidade).

Contudo, o panorama altera-se quando introduzimos os valores relativos, proporcionais ao número de habitantes apurados pelos Censos 2011. No que concerne às naturalidades conhecidas, em território nacional, é o Arquipélago dos Açores que apresenta a taxa mais elevada (13,4) seguido do distrito de Castelo Branco (10,7). O distrito com a menor taxa apurada é o de Évora (4,2).

6) Ocupação profissional dos “Arguidos PM”

Relativamente à ocupação profissional, a panóplia de profissões admitidas pelos próprios resultaria numa tabela extremamente extensa, distribuída por 492 arguidos. São desconhecidas as ocupações profissionais de 469 arguidos, o que corresponde a 49% do universo.

Para facilitar a apresentação das ocupações profissionais, socorremo-nos da “Classificação Portuguesa das Profissões”, estabelecida pelo INE (Instituto Nacional de Estatística, 2011)⁷³⁷, distribuindo as ocupações identificadas pelos dez grandes grupos de profissões, por ano, resultando na tabela seguinte:

⁷³⁷ Vide INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - **Classificação Portuguesa das Profissões 2010**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2011.

Grupo "Arguidos PM"													
Grandes Grupos de Profissões	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total por grandes grupos de profissões	%
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	1	5	1	9	14	18	5	12	16	11	1	93	19%
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	0	4	2	8	6	13	6	9	18	16	1	83	17%
Trabalhadores não qualificados	0	3	2	5	11	9	3	5	20	16	2	76	15%
Técnicos e profissões de nível intermédio	0	5	3	3	12	13	2	9	18	8	2	75	15%
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	1	3	2	4	4	9	3	10	16	8	1	61	12%
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	0	3	2	2	4	7	0	3	5	9	2	37	8%
Operadores de instalações de máquinas e trabalhadores da montagem	1	1	2	1	6	5	1	0	5	9	0	31	6%
Pessoal administrativo	0	1	2	1	1	6	0	5	6	2	0	24	5%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	0	0	0	0	0	0	1	1	3	4	0	9	2%
Profissões das Forças Armadas	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	3	1%
Total	3	25	16	33	59	81	21	54	108	83	9	492	100%

Tabela LXI - "Arguidos PM" por grandes grupos de profissões, por ano.

Conforme podemos observar, o grupo das profissões "Especialistas das atividades intelectuais e científicas" lidera, com o maior número de arguidos (93 indivíduos), correspondendo a 19% da amostra com informação sobre a ocupação profissional.

Contudo, se observarmos por ano, verificamos que a preponderância não se mantém, pois é o grupo preponderante apenas nos anos 2010, 2011, 2012 e 2014. Nos anos 2015 é o grupo dos "Trabalhadores não qualificados" e em 2016, são dois os grupos mais preponderantes, o "Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices" e o "Trabalhadores não qualificados".

O grupo com mais incidência, da categoria "Especialistas das atividades intelectuais e científicas" apresenta um total de 93 "Arguidos PM". Esta categoria compreende um vasto leque de profissões. Destacamos as 10 profissões, do universo dos "Arguidos PM" com maior incidência, no período temporal em análise.

Especialistas das atividades intelectuais e científicas	N.º de "Arguidos PM"
Professor	22
Engenheiro de informática	8
Advogado	6
Enfermeiro de cuidados gerais	3
Engenheiro	3
Engenheiro eletrotécnico	3
Engenheiro mecânico	3
Jornalista	3
Médico	3
Músico	3

Tabela LXII - As 10 ocupações profissionais com maior incidência nos "Arguidos PM", no Grande Grupo de Profissões "Especialistas das atividades intelectuais e científicas".

Como verificamos, do Grande Grupo de Profissões "Especialistas das atividades intelectuais e científicas" destaca-se claramente a profissão de professor (com 22 "Arguidos PM"), seguido de engenheiro de informática (com 8 "Arguidos PM"). Ressalva-se que a profissão de professores constitui-se como um "Subgrande grupo", porquanto agrega todos os tipos de professor, desde o ensino básico ao universitário. Ainda no que concerne aos Grandes Grupos de Profissões do INE, verificámos que, ao longo dos anos em análise, nem sempre esta categoria se revelou a mais proeminente, em termos de números absolutos de "Arguidos PM".

Tendo em consideração este facto, vejamos se na totalidade de ocupações profissionais admitidas pelos "Arguidos PM", as 10 profissões com maior incidência se mantêm as acima referidas, desta vez não as agrupando pelos grandes grupos de classificação do INE:

Ocupação profissional	N.º de "Arguidos PM"
Professor	22
Segurança (vigilante privado), outros porteiros e similares	21
Empresário	15
Técnico de informática	12
Eletricista	11
Vendedor	10
Empregado de balcão	9
Engenheiro de informática	8
Serralheiro civil	8
Empregado fabril	7

Tabela LXIII - As 10 ocupações profissionais com maior incidência dos "Arguidos PM".

Como podemos observar, mantêm-se a profissão de professor como a profissão com maior incidência no número de “Arguidos PM”, tal como consta nos dados do SICPJ. Contudo, a este número devemos somar duas profissões mais específicas, que estão classificadas de forma separada no SICPJ, a saber: 2 “Arguidos PM” como professores dos ensinos básico (2.º e 3.º ciclos) e secundário e 2 como professores dos ensinos universitário e superior. Perfazem 26 indivíduos.

A superioridade numérica desta profissão de professor poderá indiciar um nexo causal entre a ocupação profissional e a proximidade de menores, a par do natural ascendente sobre o estudante. No entanto, há várias ocupações profissionais que também são caracterizadas pela proximidade e ascendência sobre menores.

Na tabela que precede, observámos que a segunda ocupação profissional mais relevante na contagem foi “Segurança (vigilante privado), outros porteiros e similares”. Chamamos a atenção para as ocupações profissionais destacadas que incluem indivíduos com proficiência informática e com formação académica universitária. São indivíduos que, eventualmente, estariam mais habilitados a encobrir as suas atividades ilícitas, evitando a sua deteção e consequente investigação criminal.

7) Situação profissional dos “Arguidos PM”

No tocante à situação profissional, constatámos a inexistência de informação relativa a 290 arguidos. Dos remanescentes 671, a respetiva situação profissional consta da seguinte tabela, por ano.

Grupo "Arguidos PM"													
Situação profissional	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total de cada situação prof.	%
Empregado	2	11	8	20	45	58	14	38	78	55	6	335	50%
Estudante	0	2	10	4	13	7	12	28	38	36	12	162	24%
Desempregado	1	4	2	7	11	17	5	17	14	21	3	102	15%
Reformado	2	1	2	3	4	13	0	7	12	8	0	52	8%
Trabalhador por conta própria	0	1	0	2	2	4	1	0	4	5	1	20	3%
Total	5	19	22	36	75	99	32	90	146	125	22	671	100%

Tabela LXIV - “Arguidos PM” por situação profissional, por ano.

Observamos que metade da amostra contendo informação sobre a situação profissional corresponde a arguidos empregados (N=335), portanto, indivíduos que desempenham uma atividade remunerada. O segundo valor a reter é o valor dos estudantes, com 25% da amostra, o que se poderá supor constituir-se de jovens adultos. A terceira situação profissional mais representada são, finalmente, os desempregados, com 15% da amostra (correspondendo a 102 indivíduos arguidos).

Se analisarmos por ano, constatamos que existe uma variação na preponderância da situação profissional, sendo que em alguns anos (2009 e 2017) são os estudantes que constituem a categoria preponderante, isto é, com valores mais elevados.

Não podemos deixar de realçar a categoria reformado, associada a uma idade mais madura do ser humano, constituindo 8% da amostra (correspondendo a 52 arguidos).

8) Idade dos “Arguidos PM”

O gráfico seguinte ilustra a média de idade dos “Arguidos PM”, no ano da abertura da investigação, por ano, apresentando valores relativamente variáveis, entre os 43 (em 2007) e os 30 anos de idade (em 2017).

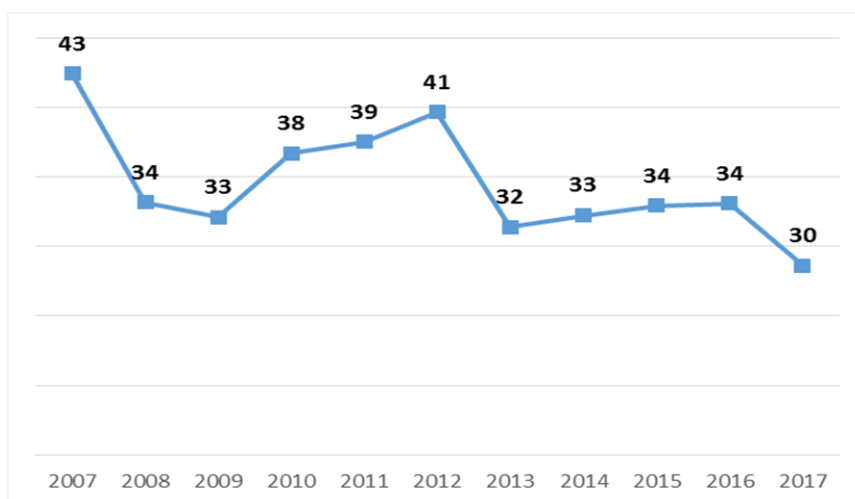


Ilustração 17 - Média da idade dos "Arguidos PM" por ano de abertura da investigação.

A média geral, correspondendo aos anos sob análise, é de 35 anos de idade. Contudo, observando a ilustração que antecede, verificamos dois “polos” opostos,

pelo que — tendo sempre em mente que os anos mínimo e máximo têm dados que não correspondem ao ano civil completo — correspondem aos maiores e menores anos de idade dos “Arguidos PM”.

A moda de todos os 961 “Arguidos PM” são os 16 anos. A mediana é 34 anos.

No tocante aos escalões etários dos arguidos, optámos por constituir doze, para não abrangerem demasiados anos em cada escalão. Consideramos que apenas três escalões, como disponibilizado nas estatísticas oficiais da DGPJ, são demasiado abrangentes e não proporcionam o apuramento mais refinado da idade dos indivíduos, sejam arguidos ou vítimas.

Escalões etários	N.º de "Arguidos PM"	%
16 - 20	190	19,8%
21 - 25	103	10,7%
26 - 30	107	11,1%
31 - 35	114	11,9%
36 - 40	132	13,7%
41 - 45	92	9,6%
46 - 50	70	7,3%
51 - 55	59	6,1%
56 - 60	35	3,6%
61 - 65	25	2,6%
66 - 70	17	1,8%
> 71	17	1,8%
Total Geral	961	100%

Tabela LXV - "Arguidos PM" por escalões etários, por ano do início da investigação.

Conforme podemos observar na tabela precedente, o escalão etário predominante é o que engloba as idades entre os 16 e os 20 anos de idade, correspondendo 19,8% do universo (190 indivíduos), seguido do escalão que compreende as idades entre os 36 e os 40 anos de idade (13,7%, correspondendo a 132 indivíduos).

Atendendo a esta expressiva incidência dos jovens arguidos, acentua-se a necessidade de serem sujeitos a acompanhamento ou a tratamento, como forma de potenciar o sucesso da sua reabilitação, conforme foi mencionado por Ana Delgado (2014, p. 419).

Desconhecemos se, relativamente aos arguidos desta faixa etária tão jovem e à luz da problemática das imagens autoproduzidas, comportamento designado por

sexting, se a imputação penal diz respeito a este tipo de conduta ou a ela associada, como por exemplo, possuir ou difundir imagens sexualizadas de colegas ou namoradas.

Observamos que a maioria dos arguidos são jovens, no entanto, a existência de 32,8% dos indivíduos com idades acima dos 40 anos (6,2% acima dos 60 anos) influencia o apuramento das médias.

Como já referimos, no que respeita aos arguidos, já tivemos oportunidade de verificar a idade dos mesmos aquando da abertura da investigação na PJ. No entanto, revelou-se-nos a oportunidade de empreender esta mesma tarefa atendendo à data do início do acontecimento, o que traria acrescentado rigor, não fora a inexistência de informação relativamente a todos estes arguidos. Por razões diversas, uma percentagem considerável de Inquéritos não contém informação relativa à data da ocorrência, precisamente, o ano de início da ocorrência do ilícito, pelo que, no que respeita aos arguidos (do total de 961), 414 destes não têm esta informação, correspondendo a 43,08% do universo de arguidos. Sopesando a inconveniência desta lacuna, mesmo assim considerámos pertinente analisar a informação disponível, correspondendo a 56,9% do total de arguidos, nomeadamente no que respeita à idade dos arguidos à data de início do acontecimento ou ocorrência do ilícito.

Apresentamos seguidamente, a média de idade dos “Arguidos PM” por ano de início de acontecimento.

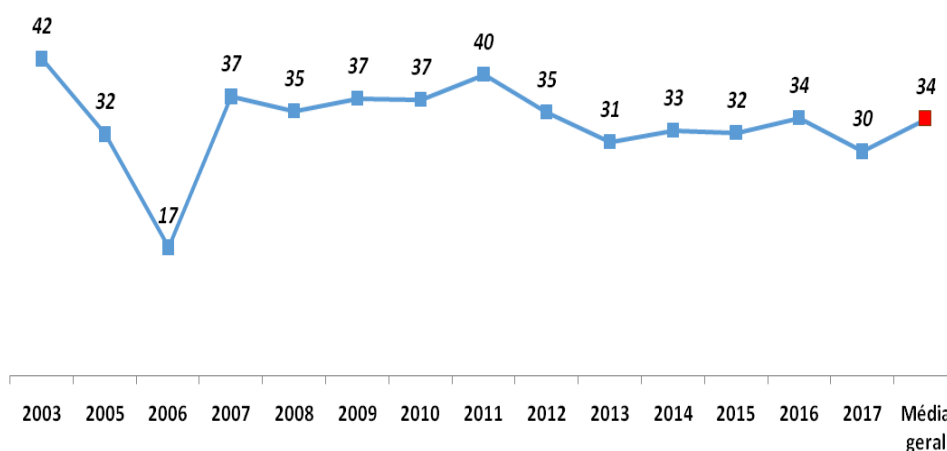


Ilustração 18 - Média da idade dos "Arguidos PM" por ano de início de acontecimento.

Observa-se que, apurando as idades dos “Arguidos PM” à data do início do acontecimento, a amplitude anual varia entre os 42 e os 17 anos de idade, sendo que a média geral é de 34 anos.

Comparando com o apurado à data do início de investigação, constatamos que o maior desfasamento entre ambos os resultados ocorre não só na diferença entre as médias anuais (veja-se a diferença da média relativa ao ano de 2012, onde se apurou que a idade do arguido à data do início da investigação era de 41 anos, enquanto que à data do início da ocorrência era de 35, evidenciando uma diferença de 6 anos), mas também no diferencial dos anos a ter em consideração (a data de início de acontecimento remonta ao ano 2003, enquanto a data de início de investigação na PJ inicia-se em 2007).

Tais diferenças revelam-se também na média geral da idade do “arguido PM”, sendo de 35 anos se atendermos à data de início da investigação e de 34 se atendermos à data de início de ocorrência.

O gráfico seguinte ilustra a variação da média de idade do “Arguido PM” apurada de ambas as formas.

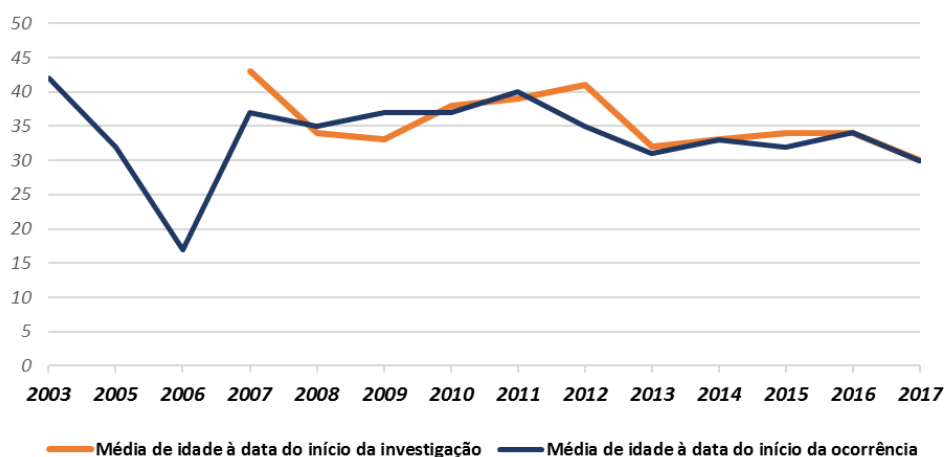


Ilustração 19 - Média da idade dos "Arguidos PM" apurada por ano do início da investigação e ano do início da ocorrência.

Seguidamente iremos analisar a idade dos “Arguidos PM” por escalões etários, à data do início da ocorrência, mas previamente carece de esclarecimentos.

Verificámos a existência de indivíduos arguidos com idades abaixo dos 16 anos de idade, à data do início do acontecimento. Efetivamente, constatamos mais uma vez que o hiato cronológico entre o início da ocorrência e a sua denúncia, aliados às especificidades técnicas requeridas na identificação dos indivíduos junto das operadoras, conduz à dilação entre a ocorrência e a efetiva identificação da pessoa cuja conduta constitui este crime. Aquando da execução do mandado de busca respetivo, se dessa diligência resultar o flagrante delito da posse ou partilha de imagens de pornografia de menores, esse indivíduo será então constituído arguido. Foram estas as situações com que deparamos, quando constatámos a existência de informação relativa a indivíduos arguidos por este crime, com idades inferiores aos 16 anos, à data do início da ocorrência do crime.

Consequentemente, iremos apresentar a respetiva tabela de escalões etários de “Arguidos PM”, de acordo com as suas idades à data de início de acontecimento, incluindo, pelo motivos acima expostos, mais um escalão etário que compreende os 14 e 15 anos de idade. Mais uma vez ressaltamos que, uma vez que esta informação está dependente da existência de uma data de início de ocorrência ou acontecimento, pelo que 43,08% dos arguidos não consta desta amostra de 547 arguidos.

Escalões etários - Idade à data do início do acontecimento	N.º de "Arguidos PM"	%
14-15	9	1,6%
16-20	125	22,9%
21-25	63	11,5%
26-30	56	10,2%
31-35	60	11,0%
36-40	68	12,4%
41-45	45	8,2%
46-50	40	7,3%
51-55	31	5,7%
56-60	20	3,7%
61-65	11	2,0%
66-70	10	1,8%
>71	9	1,6%
Total	547	100%

Tabela LXVI - "Arguidos PM" por escalões etários, por anode início do acontecimento.

Tendo já sido devidamente ressalvada a inserção de mais um escalão etário relativamente ao ano do início do acontecimento, constata-se que o escalão etário que compreende os 14 e 15 anos de idade apenas é constituído por 9 indivíduos. Mantém-se a predominância, à semelhança dos escalões etários apurados à data de início de investigação, do escalão etário que compreende as idades entre os 16 e os 20 anos de idade, com 22,9% da amostra (dos 547 indivíduos apurados à data do início da ocorrência, o que corresponde a 56,9% do total de “Arguidos PM”). Se atendêssemos ao total do universo de “Arguido PM”, o escalão “16-20” representaria 13%.

Em segundo lugar na representatividade dos escalões, no que concerne à amostra de indivíduos “Arguidos PM” dos quais é conhecida a data de início de acontecimento, situa-se o de “36-40”, contendo 12,4% da amostra, com 68 indivíduos. Se atendêssemos ao total do universo de “Arguidos PM”, corresponderia a 7%.

Em terceiro lugar na representatividade dos escalões situa-se o de “21-25”, com 11,5% da amostra (63 indivíduos), o que corresponderia a 6,6% do total dos 961 “arguidos PM”.

Após enunciarmos os três escalões com maior representatividade, apurados à data de início de acontecimento, concluímos que, apesar da diferente metodologia de apuramento, são os mesmos escalões etários que predominam no apuramento que efetuamos à data de início de investigação, respetivamente, “16-20”, “36-40” e “21-25”.

9) Residência dos “Arguidos PM”

Para o apuramento da residência dos arguidos, procedemos ao agrupamento dos dados por distrito em Portugal Continental, por Regiões Autónomas e por país, se for morada estrangeira.

O SICPJ contempla vários tipos de morada, desde a profissional à residencial, pelo que optámos apenas por solicitar as informações relativas à residência dos

arguidos e, em caso de existência de mais do que uma, a opção da residência mais recente.

O apuramento destes elementos não é automática e o procedimento foi efetuado para todos os grupos de arguidos, isto é, os grupos “Arguidos PM”, “Arguidos mistos” e Arguidos exclusivos”. No que respeita aos “Arguidos PM”, apenas dispomos de informação relativa à residência de 890 (92,6% do universo de dados).

Apresentamos a sua distribuição na tabela seguinte.

Residência	N.º de "Arguidos PM"	%
Lisboa	198	22,2%
Porto	170	19,1%
Setúbal	87	9,8%
Aveiro	72	8,1%
Braga	48	5,4%
Coimbra	46	5,2%
Faro	43	4,8%
Viseu	34	3,8%
Leiria	31	3,5%
Santarém	26	2,9%
Arquipélago dos Açores	25	2,8%
Vila Real	21	2,4%
Arquipélago da Madeira	20	2,2%
Castelo Branco	20	2,2%
Viana do Castelo	17	1,9%
Guarda	9	1,0%
Bragança	6	0,7%
Évora	5	0,6%
Portalegre	3	0,3%
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	3	0,3%
Beja	2	0,2%
Alemanha	1	0,1%
Brasil	1	0,1%
Luxemburgo	1	0,1%
Noruega	1	0,1%
Total Geral	890	100%

Tabela LXVII - "Arguidos PM" por local de residência.

Verificamos uma preponderância dos residentes em Lisboa (22,2% da amostra), seguida dos residentes no Porto (19,1% da amostra). O terceiro distrito mais representativo é o de Setúbal, com 9,8% da amostra.

As residências estrangeiras são, como seria de esperar, uma minoria cuja soma geral não alcança 1% da amostra das residências conhecidas.

Se inserirmos, no universo total dos “Arguidos PM”, a variável “escalão etário”, anteriormente referida e apurada com base no ano de abertura da investigação, obtemos a tabela que se segue.

Residência dos "Arguidos PM"	16 - 20	21 - 25	26 - 30	31 - 35	36 - 40	41 - 45	46 - 50	51 - 55	56 - 60	61 - 65	66 - 70	> 71	Total Geral
Lisboa	34	21	20	34	30	16	11	12	6	5	4	5	198
Porto	39	14	13	16	21	21	15	14	5	5	4	3	170
Setúbal	13	9	12	10	13	9	6	6	6	0	0	3	87
Aveiro	10	10	9	6	14	11	5	2	2	2	1	0	72
S/Ref. ^a	15	9	11	8	12	5	3	1	3	3	1	0	71
Braga	12	7	4	7	6	4	2	3	1	2	0	0	48
Coimbra	14	4	5	6	4	3	3	3	1	1	0	2	46
Faro	7	1	3	4	6	5	4	4	4	2	2	1	43
Viseu	11	5	5	1	1	2	3	2	3	1	0	0	34
Leiria	9	1	4	3	2	4	3	3	0	0	1	1	31
Santarém	3	1	4	3	4	4	4	2	0	0	1	0	26
Arquipélago dos Açores	6	2	3	6	4	1	0	2	1	0	0	0	25
Vila Real	3	5	2	2	4	2	1	0	0	1	1	0	21
Arquipélago da Madeira	8	2	2	2	1	1	2	1	0	0	1	0	20
Castelo Branco	1	5	3	2	2	2	4	0	0	1	0	0	20
Viana do Castelo	3	4	3	1	3	0	0	1	1	1	0	0	17
Guarda	1	1	1	2	2	0	1	1	0	0	0	0	9
Bragança	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	6
Évora	0	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	5
Portalegre	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Beja	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Alemanha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Brasil	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Luxemburgo	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Noruega	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Total Geral	190	103	107	114	132	92	70	59	35	25	17	17	961

Tabela LXVIII - "Arguidos PM" por local de residência, por escalão etário à data de abertura da investigação.

Esta tabela permite-nos observar que os escalões etários predominantes dos “Arguidos PM” com residência no distrito de Lisboa são os escalões entre os “16-20” anos e os “31-35” anos de idade, cada um com 34 indivíduos. No distrito do Porto, por sua vez, predomina, destacadamente, o escalão etário “16-20” anos de

idade, onde se contabiliza o maior agrupamento de indivíduos de todas as residências em análise.

Os três escalões etários que medeiam entre os 41 e 55 anos de idade obtêm maior número de registos no distrito do Porto do que no de Lisboa, enquanto que o distrito de Lisboa prevalece sobre o do Porto nos escalões que medeiam entre os 21 e 40 anos de idade.

A terceira residência com maior incidência dos “Arguidos PM”, sita no distrito de Setúbal, regista um maior número de indivíduos nos escalões etários “16-20” anos e “36-40” anos de idade.

Seguidamente, apresentamos o local de residência dos “Arguidos PM” por ano de abertura da investigação.

Residência dos "Arguidos PM"	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total Geral
Lisboa	2	12	8	13	25	29	8	26	52	22	1	198
Porto	0	5	5	6	16	25	12	23	37	35	6	170
Setúbal	1	5	5	5	9	11	3	13	15	14	6	87
Aveiro	0	3	4	2	8	6	1	13	14	20	1	72
Braga	0	6	0	2	8	8	3	4	8	9	0	48
Coimbra	0	1	1	4	3	8	0	12	6	10	1	46
Faro	2	2	1	1	6	7	4	7	8	4	1	43
Viseu	2	1	1	3	1	3	5	9	3	6	0	34
Leiria	0	0	0	0	4	10	2	2	6	7	0	31
Santarém	0	2	1	1	6	2	1	2	5	4	2	26
Arquipélago dos Açores	0	1	1	3	1	5	0	2	8	3	1	25
Vila Real	0	2	0	0	2	6	0	2	2	6	1	21
Arquipélago da Madeira	0	0	5	1	2	5	2	3	2	0	0	20
Castelo Branco	0	0	0	2	2	5	0	5	3	3	0	20
Viana do Castelo	0	0	0	2	0	4	0	2	6	3	0	17
Guarda	0	0	0	1	1	1	0	0	1	4	1	9
Bragança	0	0	0	0	0	1	0	2	2	1	0	6
Évora	0	0	0	0	1	1	1	2	0	0	0	5
Portalegre	0	0	0	0	1		0	0	1	1	0	3
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	3
Beja	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2
Alemanha	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Brasil	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Luxemburgo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Noruega	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Total Geral	7	41	33	47	97	139	42	129	180	153	22	890

Tabela LXIX - "Arguidos PM" por local de residência, por ano de abertura da investigação.

Da análise da tabela precedente verifica-se que a residência no distrito de Lisboa é preponderante em quase todos os anos em análise, exceto em 2013 e 2016, onde lidera a residência no distrito do Porto. O ano de 2017 apresenta valores mais elevados de residência nos distritos do Porto e de Setúbal.

O apuramento da residência dos “Arguidos PM” de acordo com os Censos 2011, permitiu-nos conhecer que é o distrito de Coimbra que apresenta a maior taxa por cada 100.000 habitantes (10,7) ao contrário do distrito de Beja, que apresenta a menor taxa de incidência (1,3).

10) Situação familiar dos “Arguidos PM”

No concerne à situação familiar dos arguidos, um conceito alargado de estado civil, informada pelos próprios, pese embora uma percentagem de 6,5% de ausência de informação, resume-se na tabela que se segue:

Situação familiar	N.º de "Arguidos PM"	%
Solteiro	583	60,7%
Casado	235	24,5%
Divorciado	68	7,1%
União de facto	8	0,8%
Viúvo	3	0,3%
Separado	2	0,2%
S/Ref. ^a	62	6,5%
Total Geral	961	100%

Tabela LXX - Situação familiar dos "Arguidos PM".

Observamos que a situação mais recorrente é a de solteiro, o que se poderá considerar alinhada com o escalão etário predominante, como tivemos oportunidade de verificar anteriormente. Contudo, pese embora a juventude (observada através dos escalões etários) e a situação familiar de solteiro, a maioria (34,9% do total de 961 “Arguidos PM”, embora só se conheça a situação profissional de 69,8% de todos os “Arguidos PM”) possui a situação profissional de empregado, conforme já tivemos oportunidade de analisar.

A distribuição da situação familiar por ano, apresenta as seguintes flutuações:

Situação familiar	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total "Arguidos PM"	%
Solteiro	3	27	24	24	54	68	26	92	133	108	24	583	60,7%
Casado	2	10	8	16	34	46	6	24	49	38	2	235	24,5%
Divorciado	1	3	4	3	2	13	5	11	13	12	1	68	7,1%
União de facto	0	0	0	1	2	0	0	1	1	2	1	8	0,8%
Separado	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	2	0,2%
Viúvo	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3	0,3%
S/Ref. ^a	1	3	0	3	6	9	5	7	11	16	1	62	6,5%
Total geral	7	43	36	47	98	140	42	135	208	176	29	961	100%

Tabela LXXI - Situação familiar dos "Arguidos PM" por ano.

Como já tivemos oportunidade de observar, o maior número de “Arguidos PM” concentrou-se nos anos 2015 e 2016, sendo igualmente nestes anos que se regista, naturalmente, o maior número de registos com a situação familiar de solteiro.

No que concerne à situação familiar de “Casado” é o ano de 2015 que concentra o maior número de registos (49)

11) Relacionamento entre os “Arguidos PM” e as vítimas

No que respeita ao relacionamento entre os arguidos e a vítima, convém esclarecer que se trata da análise efetiva da existência ou ausência de relacionamento estabelecido com a vítima, num inquérito com o crime de pornografia de menores. Quando nos referimos ao relacionamento “virtual”, categoria extraída do sistema da PJ com esta mesma nomenclatura, corresponde a todo o relacionamento efetuado por intermédio das TIC, em particular pela Internet. Todavia, não é possível obter informação sobre o tipo de relacionamento estabelecido via Internet, que aplicações ou redes sociais utilizadas, o que permitiria um aprofundamento do conhecimento sobre a utilização das TIC pelos arguidos, especialmente tendo em consideração que é a categoria com maior representatividade do relacionamento entre arguidos e vítimas.

A categoria “nenhum” corresponde à inexistência de qualquer relacionamento com a vítima. Foram estes os esclarecimentos que nos prestaram quanto a esta questão.

Observemos, então, quais os relacionamentos identificados entre o arguido e a vítima na tabela seguinte, sempre tendo em mente de que apenas dispomos desta informação relativamente a 42,1% (N= 557).

Relacionamento com a vítima	N.º de "Arguidos PM"	%
Virtual	291	52,2%
Nenhum	151	27,1%
Conhecido(a)	40	7,2%
Colega	13	2,3%
Amigo(a)	12	2,2%
Mãe/Pai	10	1,8%
Ex-namorado(a)	9	1,6%
Namorado(a)	7	1,3%
Padrasto/Madrasta	7	1,3%
Vizinho(a)	4	0,7%
Companheiro(a) do pai/mãe	3	0,5%
Tutor/Professor/Educador/Treinador	2	0,4%
Amigo(a) da família	1	0,2%
Avô/Avó	1	0,2%
Cônjuge/Companheiro(a)	1	0,2%
Ex-cônjuge/Ex-companheiro(a)	1	0,2%
Médico	1	0,2%
Pai (família de acolhimento)	1	0,2%
Primo	1	0,2%
Tio(a)	1	0,2%
Total Geral	557	100%

Tabela LXXII - "Arguidos PM" de acordo com o seu relacionamento com a vítima.

Conforme podemos observar na tabela que antecede, o relacionamento "virtual" constitui a maioria, com uns expressivos 52,2%, correspondendo a 291 arguidos, seguido do "nenhum" com 27,1% da amostra dos relacionamentos constantes do SICPJ. Pese embora a lista de relacionamentos seja extensa, as categorias seguintes agregam poucos registos de relacionamentos.

A tabela seguinte mostra-nos a distribuição anual dos "Arguidos PM".

Relacionamento com a vítima	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total geral
Virtual	0	12	5	10	45	49	11	49	77	29	4	291
Nenhum	1	2	4	5	19	32	9	25	20	29	5	151
Conhecido(a)	0	0	1	5	1	6	2	10	7	6	2	40
Colega	0	0	1	0	0	3	2	0	1	5	1	13
Amigo(a)	0	0	0	1	0	1	3	1	2	4	0	12
Mãe/Pai	0	1	0	2	0	0	0	1	3	3	0	10
Ex-namorado(a)	0	0	0	0	0	0	2	0	2	3	2	9
Namorado(a)	0	0	1	0	0	1	0	1	1	3	0	7
Padrasto/Madrasta	0	1	1	0	0	0	1	1	3	0	0	7
Vizinho(a)	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	4
Companheiro(a) do pai/mãe	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	3
Tutor/Professor/Educador/Treinador	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
Amigo(a) da família	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Avô/Avó	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Cônjuge/Companheiro(a)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Ex-cônjuge/Ex-companheiro(a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Médico	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Pai (família de acolhimento)	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Primo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Tio(a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total geral	7	43	36	47	98	140	42	135	208	176	29	961

Tabela LXXIII - "Arguidos PM" de acordo com o seu relacionamento com a vítima, por ano.

Constatamos que o relacionamento predominante atinge o máximo de registos no ano de 2015 (77 "Arguidos PM"). O ano de 2016 regista o mesmo número de "Arguidos PM" (29) nos relacionamentos "virtual" e "nenhum".

12) Reincidência de suspeição sobre indivíduos "Arguidos PM"

Na tabela seguinte apurámos a quantidade de "Arguidos PM" que, na qualidade de arguidos, também intervêm noutros Inquéritos, independentemente dos crimes em investigação e do ano.

Assim, apresentamos o número de "Arguidos PM" e em quantos Inquéritos estes intervêm, de acordo com os registos da PJ, numa tabela que condensa o histórico policial dos "Arguidos PM" no SICPJ.

N.º de Arguidos	N.º de Inquéritos
1	12
3	11
1	9
1	8
2	7
3	6
4	5
7	4
17	3
101	2
821	1
Total de arguidos -961	Total de Inquéritos -1216

Tabela LXXIV - Histórico policial na PJ de "Arguidos PM": n.º de Inquéritos por arguido.

Da leitura da tabela constata-se que um indivíduo "Arguido PM" foi arguido em 12 Inquéritos, três indivíduos foram arguidos, cada um, em 11 Inquéritos e assim, sucessivamente.

Observamos que 140 "Arguidos PM" têm histórico criminal no crime de pornografia de menores e noutros crimes (dos 961 "Arguidos PM"), isto significando que são arguidos em mais do que um Inquérito.

Proporcionalmente, significa que estes "reincidentes" em crimes diversos — um dos quais necessariamente, o crime de pornografia de menores — constituem 15% do universo de "Arguidos PM", conforme ilustrado seguidamente.

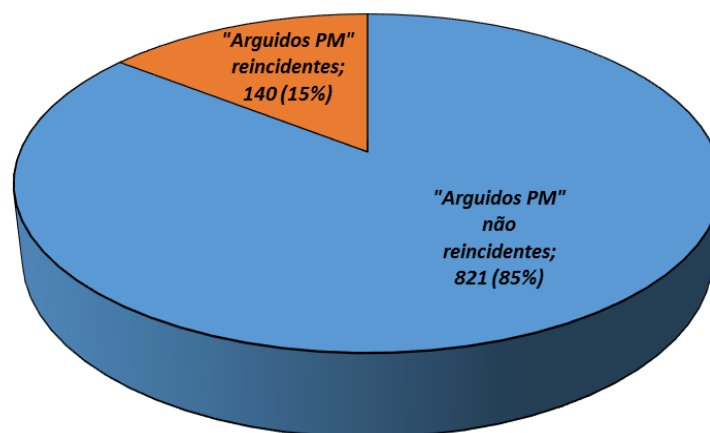


Ilustração 20 - "Reincidência" criminal de "Arguidos PM". Histórico da constituição de arguidos de indivíduos "Arguidos PM".

O que viemos a constatar, com a recolha deste “histórico” criminal dos arguidos, foi que o hiato temporal abrangido se situa entre 1988 e 2017, pelo que, atendendo à abrangência dos anos, apresentamos os indivíduos com três ou mais referências em Inquéritos, em tabela na posição lateral e dividida em duas partes.

"Arguidos PM"	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total geral	
A																				8	2				1			1			12	
B			3	3	1	3																						1			11	
C		2	1		2			2	2			1														1					11	
D																				4	3	1		2		1					11	
E		1	2			1	1			1	1			1									1								9	
F																												1	7		8	
G		1	1	1								1			2													1			7	
H				1				2				1										1		2							7	
I											1									2						1	2				6	
J							1	1		1		2											1								6	
K																								3	3						6	
L							1	2	1																			1			5	
M	1								1	1	1															1					5	
N																								3						2	5	
O																						3	1	1							5	
P				1																					1		2				4	
Q									1		1										1					1					4	
R																									2	2					4	
S																												2	2		4	
T																					1	1	1					1			4	
U																				1			1	1	1						4	
V																									2	1			1			4

(continua)

(continuação)

"Arguidos PM"	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total geral
W																						2							1		3
X										1												1				1					3
Y													1												1					1	3
Z											1								1										1		3
AA																1				1			1								3
AB																	1				1			1							3
AC																		1				1						1			3
AD																			2										1		3
AE																	1				1					1					3
AF																					1	2									3
AG																						1	1	1							3
AH																							1	1		1					3
AI																									1	2					3
AJ																								1	1					1	3
AK																									1		2				3
AL																												1	2		3
AM																													2	1	3

Tabela LXXV – Histórico criminal no SICPJ dos "Arguidos PM" em Inquéritos, por ano (só arguidos com 3 ou mais referências).

Considerando o espaço requerido para plasmar a tabela completa de reincidências dos “Arguidos PM”, obtemo-nos de colocar a tabela com duas referências, constituída por 101 indivíduos, por se nos afigurar não se justificar, pois o que pretendíamos era ilustrar a distribuição dos arguidos por ano de início de investigação.

13) Relação entre o crime de abuso sexual de crianças e o crime de pornografia de menores em “Arguidos PM”

Como tivemos oportunidade de verificar na análise precedente, 140 arguidos em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” são reincidentes, na qualidade de arguidos, nos registos do SICPJ, tendo em conta o ano de início da investigação⁷³⁸.

Nesta secção iremos debruçar-nos sobre que crimes versam a reincidência, com particular interesse para estabelecer a relação cronológica entre a intervenção nos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” e nos restantes Inquéritos, independentemente do crime. O nosso foco debruça-se, primeiramente, sobre os crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual e, em sequência, sobre o crime de abuso sexual de criança.

Para situar cronologicamente esses Inquéritos, por ano de abertura de investigação, utilizaremos as seguintes expressões:

- “*Antes*” (O crime de pornografia de menores ocorre cronologicamente antes de outros crimes);
- “*Depois*” (o crime de pornografia de menores ocorre depois de outros crimes);
- “*Mesmo Inq.º*” (o crime de pornografia de menores consta do mesmo Inquérito que outros crimes);
- “*Mesmo ano*” (o crime de pornografia de menores tem o mesmo ano de início de investigação que outros crimes).

⁷³⁸ Optámos pela data de início de investigação em detrimento da data do início do acontecimento, porque da primeira temos todos os registos, enquanto da segunda, está omissa uma percentagem considerável, o que limitava a fiabilidade dos resultados desta análise.

Estas expressões serão igualmente utilizadas quando realizarmos a análise aos outros grupos de arguidos, mistos e exclusivos.

Ressalva-se que há indivíduos arguidos que, atendendo à recidiva, o seu “histórico criminal” contempla várias intervenções, pelo que, em relação ao crime de pornografia de menores, o mesmo indivíduo pode constar em simultâneo em vários Inquéritos com outros crimes, antes, depois, no mesmo Inquérito ou em Inquéritos diferentes mas no mesmo ano.

Vejamos, então, o resultado na tabela que se segue, a qual estabelece a relação cronológica da intervenção de “Arguidos PM” entre o crime de pornografia de menores e os outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual:

Pornografia de menores em relação aos outros "Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual"		
Situação cronológica dos Inquéritos, por ano de abertura de investigação	N.º de arguidos	%
Depois	40	56%
Mesmo ano	9	13%
Antes	8	11%
Mesmo Inq.º	3	4%
Antes/Mesmo ano	2	3%
Antes/Depois	1	1%
Antes/Depois/Mesmo ano	1	1%
Antes/Mesmo Inq.º	1	1%
Antes/Mesmo Inq.º/Depois	1	1%
Depois/Mesmo Inq.º	1	1%
Mesmo Inq.º/Antes	1	1%
Mesmo Inq.º/Depois	1	1%
Mesmo Inq.º/Mesmo ano	1	1%
Mesmo Inquérito/Depois	1	1%
Total geral	71	100%

Tabela LXXVI – Crime de pornografia de menores em relação aos outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, cronologicamente, por ano de abertura de investigação, em “Arguidos PM”.

Primeiro que tudo convém referir que 69 indivíduos (49%), da amostra dos 140 “reincidentes”, reincidem noutros crimes que não em crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual ou são reincidentes unicamente no crime de pornografia de menores.

Consequentemente, observando a tabela prévia, verificamos que dos remanescentes 71 arguidos com intervenção noutros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual⁷³⁹ (corresponde a 51% dos arguidos reincidentes), 40 são arguidos em Inquéritos com o crime de pornografia de menores, cuja data de abertura da investigação ocorreu depois da abertura da investigação de outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual.

Isto significa que, em 56% desta “subamostra” de arguidos reincidentes relativamente aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual (subamostra constituída por 71 indivíduos), verificamos que o ano de início da investigação do crime de pornografia de menores é posterior ao ano de início da investigação dos outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual.

Em termos simples, este resultado demonstra, a nível do ano de abertura da investigação, que primeiro iniciou a investigação de Inquéritos por outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e, só depois, iniciou a investigação dos Inquéritos com o crime de pornografia de menores.

Restringimos a relação entre crimes, desta vez, apenas entre o crime de pornografia de menores e o crime de abuso sexual de crianças, utilizando a mesma metodologia.

O crime de pornografia de menores em relação ao de abuso sexual de crianças		
Situação cronológica dos Inquéritos por ano de abertura da investigação	N.º de arguidos	%
Depois	40	68%
Antes	7	12%
Mesmo ano	7	12%
Mesmo Inquérito	2	3%
Depois/Antes	1	2%
Mesmo Inquérito/Antes	1	2%
Mesmo Inquérito/Depois	1	2%
Total geral	59	100%

Tabela LXXVII – Crime de pornografia de menores em relação ao crime de abuso sexual de crianças, cronologicamente, por ano de abertura de investigação em “Arguidos PM”.

⁷³⁹ Os crimes em questão são os seguintes: Abuso sexual de crianças, atos sexuais com adolescentes, violação, abuso sexual de menores dependentes, coação sexual, recurso à prostituição de menores, importunação sexual e lenocínio de menores.

Constatamos que a relação cronológica entre o crime de pornografia de menores e o de abuso sexual de crianças mantém o mesmo registo de incidência que a tabela antecedente. Na relação entre os crimes de pornografia de menores e de abuso sexual de crianças, constatámos que 59 indivíduos foram arguidos em ambos os crimes. O crime de pornografia de menores, em 40 arguidos (correspondendo a 68% da “*subamostra*” de 59 arguidos em ambos os crimes de abuso e pornografia de menores) registou-se depois do crime de abuso sexual de crianças.

Inversamente, o crime de pornografia de menores apenas se registou antes do de abuso sexual de crianças em 7 indivíduos (equivalente a 12% da *subamostra*).

Outros 7 arguidos constam de Inquéritos distintos, com o mesmo ano de abertura de investigação, relativamente ao crime de pornografia de menores e ao de abuso sexual de crianças.

Estes resultados revelam-se muito interessantes na medida em que, mesmo tendo em consideração o facto de não se reportarem ao ano do início do acontecimento — opção que já justificámos previamente — parecem indicar que, no universo de arguidos registados no SICPJ, o crime de pornografia de menores poderá ocorrer depois do crime de abuso sexual de criança, constituindo um resultado desconforme com as afirmações de alguns autores anteriormente citados, nomeadamente do nosso entrevistado Jorge Duque (2017, Apêndice D2, resposta 4), sobre o papel do visionamento da pornografia de menores para o cometimento de crimes sexuais de contacto⁷⁴⁰, nos seguintes termos: “O nexos causal existe. Existe, na medida em que os ofensores acabam por passar em determinadas circunstâncias, se houver essa possibilidade, se tiverem acesso a menores... ao acto físico. (...) É uma questão de oportunidade”.

Em sentido semelhante ao resultado do nosso apuramento e análise se pronunciaram Henshaw, Ogloff e Clough (2015, p. 4)⁷⁴¹ e Jennifer McCarthy, (2010, p. 193), cujo estudo apurou uma percentagem de 84% indivíduos que cometeram

⁷⁴⁰ Recordemo-nos, conforme já referido, que nem todas as condutas tipificadas no crime de abuso sexual de crianças são de contacto físico.

⁷⁴¹ Cf. *Op.cit.*, da qual citamos: “Typically, it has been assumed that offenders commence with viewing online child pornography and then “escalate” to contact offending. Increasingly, however, we are seeing the opposite pattern in our own clinical work, with some offenders with a history of contact offending reoffending by accessing or downloading online child pornography”.

crimes sexuais de contacto contra menores antes de lhes ser atribuído o crime de pornografia de menores, na modalidade da posse.

Recordemo-nos igualmente do contributo da DGRSP (2016, Apêndice B2) onde é afirmado que, no período entre 2007 e 2014, “não existe nenhum recluso na base de dados que tenha no mesmo processo estes dois crimes juntos”.

Não obstante as limitações dos dados de que nos socorremos para o nosso estudo empírico sobre a problemática do crime de pornografia de menores em Portugal — e admitimos serem limitações muito relevantes, desde logo se reportarem apenas a indivíduos no sistema judicial — o resultado deste apuramento poderá sugerir que o nexos causal entre a pornografia de menores e o alegado *upgrade* para o abuso sexual de crianças de contacto físico não será evidente no universo de Inquéritos analisados, pois os nossos resultados indicam precisamente o contrário: a antecedência cronológica da investigação do crime de abuso sexual de crianças face à investigação do crime de pornografia de menores.

6.2.2.2 Arguidos mistos

1) “Arguidos mistos” em Inquéritos

Conforme referimos anteriormente, dos 961 “Arguidos PM”, 207 destes são “Arguidos mistos”, isto é, são indivíduos que foram constituídos arguidos no âmbito de Inquéritos com o crime de pornografia de menores juntamente com outros crimes. O processo-crime possui dois ou mais crimes, sendo um deles, necessariamente, o de pornografia de menores. Atribuímos a denominação de “mistos” porque a suspeição que sobre eles recaiu não se limitou ao crime de pornografia de menores.

Efetuando o cálculo correspondente, de acordo com a população residente apurada nos Censos 2011, a taxa de “Arguidos mistos” é de 2 por cada 100.000 habitantes.

Ano	N.º de "Arguidos mistos"	%
2007	4	1,9%
2008	5	2,4%
2009	8	3,9%
2010	18	8,7%
2011	21	10,1%
2012	25	12,1%
2013	4	1,9%
2014	32	15,5%
2015	33	15,9%
2016	50	24,2%
2017	7	3,4%
Total geral	207	100%

Tabela LXXVIII - "Arguidos mistos" por ano.

Verificamos, pela análise da tabela que precede, que o ano de abertura de investigação com maior incidência de “Arguidos mistos” é o de 2016, com 50 indivíduos (24,2% da amostra). Os dois anos anteriores registaram os segundos maiores valores enquanto o ano 2013 em *exaequo* com o ano de 2007, registaram a menor incidência deste tipo de arguidos.

Verificamos que quase poderíamos desenhar uma linha crescente, no decurso dos anos — excetuando o ano 2017, que, como referimos, se reporta a pouco mais de um semestre — pois o número de “Arguidos mistos” vai paulatinamente aumentando, não fora o ano de 2013, que *quebra* abruptamente essa tendência crescente, retomada no ano seguinte.

2) Sexo dos “Arguidos mistos”

Sexo	N.º de "Arguidos mistos"	%
Feminino	5	2,4%
Masculino	202	97,6%
Total geral	207	100%

Tabela LXXIX - "Arguidos mistos" por sexo.

Podemos dividir a amostra dos “Arguidos mistos” no sexo feminino, com apenas 2,4% da amostra, e no sexo masculino, com uns esmagadores 97,6%. Essa assimetria é claramente visualizada na ilustração seguinte, com a respetiva distribuição por ano de abertura de investigação.

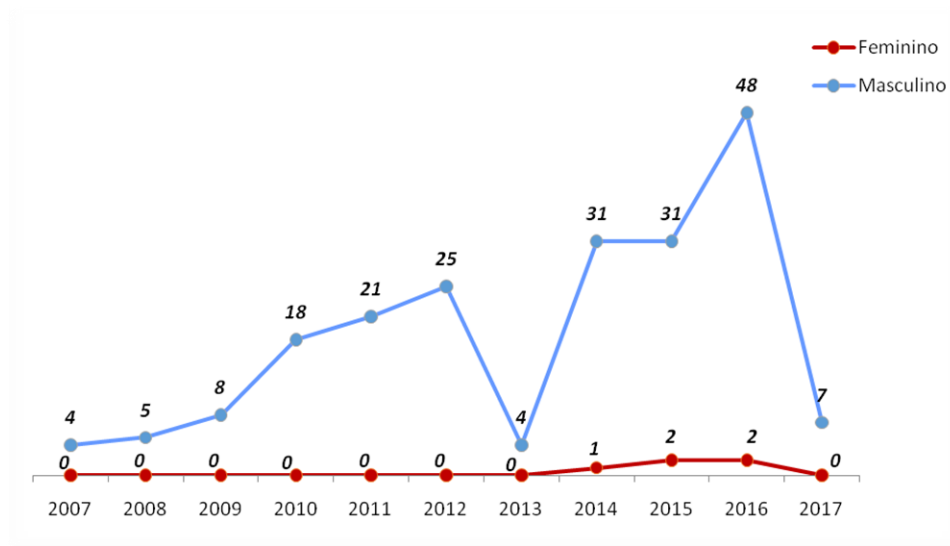


Ilustração 21 - "Arguidos mistos" por sexo, por ano.

Como podemos observar, o número de “Arguidos mistos” do sexo feminino, por ano, não ultrapassa dois indivíduos. Só há registo de arguidos femininos entre 2014 e 2016, sendo que em 2017, até à data da extração dos dados, ainda não havia qualquer registo.

3) Nacionalidade dos “Arguidos mistos”

Nacionalidade	N.º de "Arguidos mistos"	%
Portugal	196	94,7%
Brasil/Portugal	3	1,4%
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	2	1,0%
Roménia	2	1,0%
Alemanha	1	0,5%
Bolívia/Portugal	1	0,5%
Brasil	1	0,5%
Holanda/Portugal	1	0,5%
Total geral	207	100%

Tabela LXXX - "Arguidos mistos" por nacionalidade.

Na tabela que antecede, constatamos que a nacionalidade fortemente predominante dos “Arguidos mistos” é a portuguesa (94,7%) acrescida de 5 indivíduos com dupla nacionalidade, sendo a portuguesa e as outras, brasileira, boliviana e holandesa).

Assim, pese embora o reduzido número de nacionalidades estrangeiras, as que registam maior incidência, além da já referida dupla nacionalidade, são as nacionalidades do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (2 indivíduos, 1% da amostra) e da Roménia (2 indivíduos, 1% da amostra).

Atendendo à dominância da nacionalidade portuguesa, dispensamo-nos de apresentar a tabela correspondente à distribuição por anos, por não carrear interesse acrescido para o nosso trabalho.

4) Detenção dos “Arguidos mistos”

Lamentavelmente, não foi possível obter esta informação, que nos permitiria apurar qual dos grupos de arguidos, mistos ou exclusivos, teria sido mais sujeito a detenção e subsequente aplicação da medida de coação de prisão preventiva.

5) Naturalidade dos “Arguidos mistos”

Grupo "Arguidos mistos"													
Naturalidade	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Porto				3	2	9	2	4	7	18	1	46	22,2%
Lisboa	2	3	3	3	4	3	1	4	6	2		31	15,0%
Aveiro				1	1	2	1	5	2	8	2	22	10,6%
Braga			1	1	2	2		3	4	6		19	9,2%
Arquipélago dos Açores		1		1	1	1		1	1	1	1	8	3,9%
Coimbra			1		1	1		1	1	1	1	7	3,4%
Viana do Castelo				1				1	4	1		7	3,4%
Angola					1	1		2	1	1		6	2,9%
Arquipélago da Madeira				1	1			3		1		6	2,9%
Santarém		1		2	1				1	1		6	2,9%
Viseu	1			1		1			1	2		6	2,9%
Setúbal				1				1		3		5	2,4%
Brasil			1	1				1		1		4	1,9%
Castelo Branco			1		1			2				4	1,9%
Faro				1		1			1	1		4	1,9%
Leiria					3	1						4	1,9%
Beja									1		1	2	1,0%
França						1		1				2	1,0%
Guarda										2		2	1,0%
Roménia						1		1				2	1,0%
Vila Real					1	1						2	1,0%
Alemanha									1			1	0,5%
Bolívia	1											1	0,5%
Bragança					1							1	0,5%
Évora					1							1	0,5%
Índia									1			1	0,5%
Itália			1									1	0,5%
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte				1								1	0,5%
Venezuela								1				1	0,5%
S/Ref. ^a								1	1	1	1	4	1,9%
Total geral	4	5	8	18	21	25	4	32	33	50	7	207	100%

Tabela LXXXI - "Arguidos mistos" por naturalidade, por ano.

Quanto à naturalidade dos "Arguidos mistos", apenas são desconhecidas 4, representando 1,9% da amostra. A naturalidade com maior preponderância corresponde ao distrito do Porto (46 indivíduos, correspondendo a 22,2%), seguida do distrito de Lisboa (31 indivíduos, correspondendo a 15% da amostra). Contrariamente ao grupo "Arguidos PM" anteriormente apresentado, no grupo "Arguidos mistos" é a naturalidade do distrito do Porto que se destaca. Efetivamente, o ano de 2016 é aquele onde se regista o maior número de naturalidades associadas ao distrito do Porto (18 indivíduos).

A naturalidade estrangeira que agrega o maior número total de indivíduos (6) corresponde à angolana.

A distribuição relativa das nacionalidades portuguesas, apurada com recurso aos resultados dos Censos 2011, evidenciou os distritos de Aveiro (1,8) e do Porto (1,7) com as taxas mais elevadas de representatividade. Inversamente, estão ausentes os distritos de Beja e de Portalegre.

6) Ocupação profissional dos “Arguidos mistos”

Quanto à ocupação profissional, apenas consta informação sobre 131 indivíduos (63,3% do grupo de “Arguidos mistos”).

Grupo "Arguidos mistos"													
Grandes Grupos de profissões	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total por Grandes Grupos de profissões	%
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	0	2	0	5	2	4	1	6	3	4	1	28	21,4%
Trabalhadores não qualificados	0	0	1	1	5	0	0	0	5	8	1	21	16,0%
Técnicos e profissões de nível intermédio	0	1	2	1	5	3	0	0	4	3	1	20	15,3%
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	1	0	1	3	2	3	1	3	3	2	0	19	14,5%
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	1	1		1	1	1	0	4	2	0	1	12	9,2%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	0	0	0	0	1	3	1	0	1	4	0	10	7,6%
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	0	1	0	1	1	2	0	1	0	3	1	10	7,6%
Pessoal administrativo	0	0	2	1	0	0	0	0	2	2	0	7	5,3%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	3	2,3%
Profissões das Forças Armadas	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0,8%
Total geral	2	5	6	13	18	16	3	14	21	28	5	131	100%

Tabela LXXXII - "Arguidos mistos" por Grandes Grupos de profissões, por ano.

Conforme a tabela que antecede, verificamos que o Grande Grupo de Profissões (Instituto Nacional de Estatística, 2011) “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” é aquele que agrega mais indivíduos “Arguidos mistos” (28, correspondendo a 21,4%), seguido dos “trabalhadores não qualificados” (21, correspondendo a 16%).

Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	N.º
Cozinheiro	3
Calceteiro	2
Canalizador	2
Corticeiro	2
Pedreiro	2
Soldador	2
Sucateiro	2
Tintureiro	2
Bate-chapa de veículos automóveis	1
Carpinteiro	1

Tabela LXXXIII - As 10 ocupações profissionais da amostra com maior incidência nos "Arguidos mistos", no Grande Grupo de Profissões "Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices".

Considerando a maior incidência de profissões dentro do grande grupo dos "Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices" do INE, apresentámos na tabela que antecede, o seu reflexo na amostra dos "Arguidos mistos". Constatamos que é a profissão de cozinheiro que apresenta, dentro da categoria do INE, o maior número de indivíduos (correspondendo a 3).

Se atendermos às profissões inscritas no SICPJ, sem as enquadrar nas classificações do INE, obtemos a seguinte tabela.

Ocupação profissional	N.º de "Arguidos mistos"
Empresário	5
Motorista	4
Cozinheiro	3
Empregado fabril	3
Escriturário	3
Professor	3
Vendedor	3
Administrativo	2
Advogado	2
Assistente operacional	2

Tabela LXXXIV - As 10 ocupações profissionais dos "Arguidos mistos" com maior incidência.

Conforme verificável, sem considerarmos os Grandes Grupos de Profissões do INE, a ocupação profissional de empresário é a que obtém maior número de registos (5 "Arguidos mistos") seguida da de motorista (4 "Arguidos mistos") e só

então, a ocupação profissional de cozinheiro, em *ex aequo* com as de empregado fabril, escriturário, professor e vendedor (cada uma com 3 “Arguidos mistos”).

7) Situação profissional dos “Arguidos mistos”

Dogrupo “Arguidos mistos” consta informação relativa a 151 situações profissionais, o que corresponde a 72,9%, distribuídas pelas situações abaixo reproduzidas.

Grupo "Arguidos mistos"													
Situação profissional	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total de cada situação profissional	%
Empregado	1	0	2	7	13	8	2	10	12	17	4	76	50%
Desempregado	1	1	1	4	2	6	0	4	5	7	0	31	21%
Estudante	0	0	0	1	2	0	1	4	4	10	2	24	16%
Reformado	1	0	1	1	0	3	0	2	3	4	0	15	10%
Trabalhador por conta própria	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	1	5	3%
Total geral	3	1	4	14	18	19	3	20	24	38	7	151	100%

Tabela LXXXV - "Arguidos mistos" por situação profissional, por ano.

Constatamos que a situação profissional mais referida, no grupo “Arguidos mistos” é a de empregado, com 76 arguidos, constituindo 50% da amostra, seguida de desempregado, com 21%. A situação de empregado apresenta valores mais elevados no ano 2016 (17 indivíduos), assim como a de desempregado, que é a segunda situação com maior preponderância. Os “Arguidos mistos” estudantes constituem 16% da amostra, com 24 indivíduos e foi em 2016 que registou o maior número de arguidos (10 indivíduos).

8) Idade dos “Arguidos mistos”

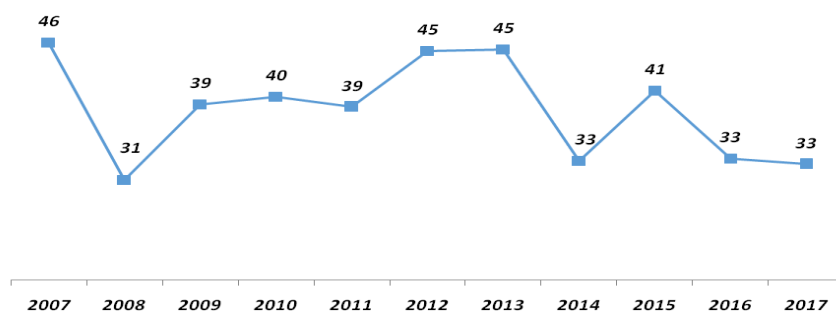


Ilustração 22 - Média de idade dos "Arguidos mistos" por ano de início de investigação.

Reconhecemos no gráfico antecedente uma variação da média de idades considerável, abrangendo desde os 31 anos de idade, no ano de 2008 e os 46 no ano de 2007. Mesmo tendo em consideração a limitação do ano 2007, por constituir apenas um trimestre, as idades elevadas repetem-se nos 2012 e 2013, com 45 anos de idade.

A média da idade dos “Arguidos mistos” é de 38 anos, a moda é de 17 anos e a mediana de 34 anos de idade.

No que concerne aos escalões etários, constituídos por 12, agrupando as idades dos 207 indivíduos que constituem a amostra dos “Arguidos mistos”, a distribuição é a seguinte:

Escalões etários	N.º Arguidos "Mistos"	%
16 - 20	37	17,9%
21 - 25	16	7,7%
26 - 30	16	7,7%
31 - 35	27	13,0%
36 - 40	26	12,6%
41 - 45	25	12,1%
46 - 50	16	7,7%
51 - 55	18	8,7%
56 - 60	8	3,9%
61 - 65	8	3,9%
66 - 70	7	3,4%
> 71	3	1,4%
Total geral	207	100%

Tabela LXXXVI - "Arguidos mistos" por escalões etários, apurados pelo ano de início da investigação.

Mais uma vez verificamos que o escalão etário predominante é o escalão que medeia entre os 16 e os 20 anos de idade (17,9%), seguido do escalão entre os 31 e 35 anos de idade (13%). O escalão menos representado é o escalão que compreende idades com mais de 70 anos (1,4%).

Seguidamente apresentamos as idades dos “Arguidos mistos” tendo em consideração o ano de início do acontecimento, conforme já previamente referido. No que concerne à média de idades por ano, a ilustração seguinte exhibe as médias anuais e a média total, competindo-nos chamar a atenção de que, devido à inexistência de todas as datas de início de acontecimento, só estão representados

61 “arguidos mistos”, o que corresponde apenas a 29,5% do grupo “Arguidos mistos”.

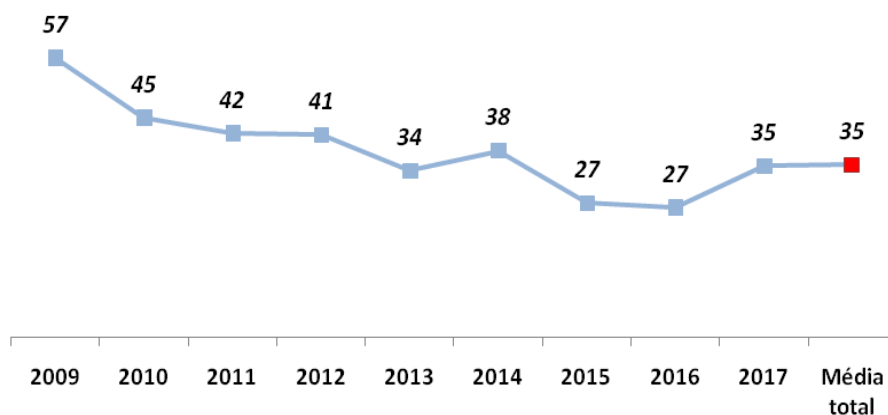


Ilustração 23 - Média de idade dos "Arguidos mistos" por ano de início de acontecimento.

Constatamos que, no que tange à idade apurada pelo ano de início de ocorrência, a média total corresponde aos 35 anos de idade, e que a amplitude entre os anos de 2009 e 2017, varia entre os 57 anos (em 2009) e os 27 anos (em 2015 e 2016).

Se compararmos com a média de idade dos “Arguidos mistos” apurada face ao ano de início de investigação, concluímos que a amplitude das médias anuais é menor do que a que resulta do apuramento tendo em consideração o ano do início de acontecimento. O gráfico seguinte ilustra os dois tipos de abordagens no que tange ao apuramento da média da idade dos “Arguidos mistos”.

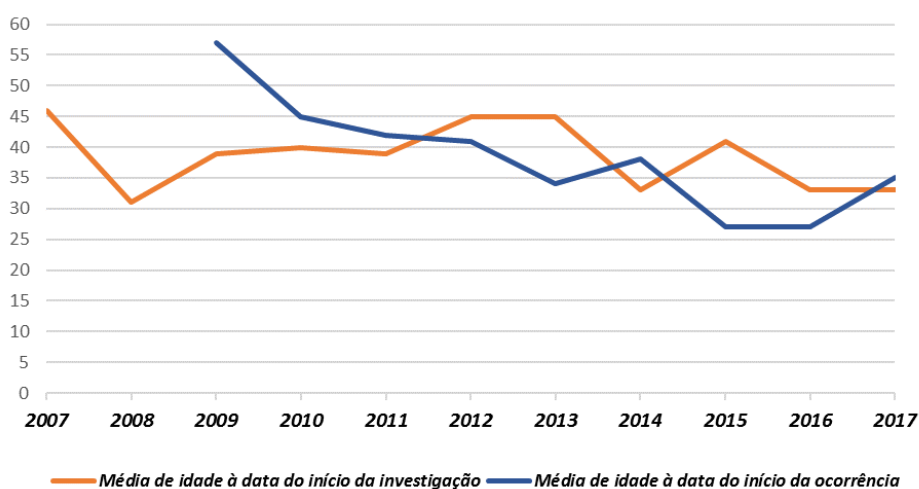


Ilustração 24 - Médias anuais da idade dos "Arguidos mistos" apuradas pelo ano do início da investigação e pelo ano do início da ocorrência.

Verifica-se também discrepância na média total, resultando 38 anos quando apurada pelo ano do início da investigação e 35 anos de idade, quando apurada pelo ano de início da ocorrência ou acontecimento.

Escalões etários - Idade à data do início do acontecimento	N.º de "Arguidos mistos"	%
14-15	1	2%
16-20	12	20%
21-25	7	11%
26-30	4	7%
31-35	6	10%
36-40	9	15%
41-45	7	11%
46-50	5	8%
51-55	5	8%
56-60	2	3%
61-65	1	2%
66-70	2	3%
Total	61	100%

Tabela LXXXVII - "Arguidos mistos" por escalões etários, pelo ano do início do acontecimento.

No que importa aos escalões etários dos “Arguidos mistos”, apurados pelo ano do início do acontecimento, constatamos que não há qualquer arguido no escalão com mais de 71 anos de idade.

Sublinhando a pequena dimensão da amostra de “Arguidos mistos” apurados à data do início do acontecimento (29,5% do total de “Arguidos mistos”, destaca-se a preponderância do escalão etário “16-20” com 20% dos indivíduos (12), seguido do escalão “36-40” anos de idade (9 indivíduos, 15%). São percentagens semelhantes às apuradas à data de início de investigação, onde é também o escalão etário “16-20” que predomina (17,9% dos 207 “Arguidos mistos”), seguido do escalão “31-35” (13%, correspondendo a 27 arguidos) seguido de perto pelo escalão “36-40” (12,6%, correspondendo a 26 arguidos).

9) Residência dos “Arguidos mistos”

Verifica-se a ausência de informação sobre o local de residência de 9 dos “Arguidos mistos” (corresponde a 4,4% da amostra). No que respeita aos restantes 198 (95,6%), dispõem-se pela seguinte ordem:

Residência	N.º de "Arguidos mistos"	%
Porto	54	27%
Lisboa	36	18%
Aveiro	19	10%
Braga	16	8%
Faro	10	5%
Coimbra	9	5%
Viana do Castelo	9	5%
Santarém	8	4%
Arquipélago dos Açores	7	4%
Setúbal	6	3%
Leiria	5	3%
Arquipélago da Madeira	4	2%
Guarda	4	2%
Viseu	4	2%
Vila Real	3	2%
Castelo Branco	2	1%
Beja	1	1%
Luxemburgo	1	1%
Total Geral	198	100%

Tabela LXXXVIII - "Arguidos mistos" por local de residência.

No grupo de “Arguidos mistos” destaca-se a residência no Porto, com 27% da amostra com residência conhecida (54 arguidos), seguidos de Lisboa e Aveiro, com 18% e 10%, respetivamente. Consta registo de 1 “Arguido misto” com residência estrangeira.

A tabela seguinte congrega a residência dos “Arguidos mistos” com os respetivos escalões etários, apurados pelo ano do início da investigação.

Residência dos "Arguidos mistos"	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-55	56-60	61-65	66-70	> 71	Total
Porto	14	4	0	5	6	9	3	5	0	4	2	2	54
Lisboa	6	2	2	7	5	4	2	2	3	1	1	1	36
Aveiro	3	0	3	1	5	3	2	1	0	1	0	0	19
Braga	5	2	1	1	2	1	1	1	1	1	0	0	16
Faro	0	0	1	3	1	0	2	2	1	0	0	0	10
Coimbra	0	1	2	0	0	2	2	1	1	0	0	0	9
Viana do Castelo	2	3	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	9
Santarém	1	1	0	1	0	1	2	1	0	0	1	0	8
Arquipélago dos Açores	0	1	0	3	1	0	0	2	0	0	0	0	7
Setúbal	2	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	6
Leiria	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	1	0	5
Arquipélago da Madeira	0	0	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	4
Guarda	0	0	1	2	0	0	0	1	0	0	0	0	4
Viseu	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	4
Vila Real	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	3
Castelo Branco	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Beja	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Luxemburgo	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Total Geral	34	16	15	26	25	23	16	18	8	8	6	3	198

Tabela LXXXIX - "Arguidos mistos" por local de residência, por escalão etário.

O escalão etário "16-20" obtém o maior número de registos nos distritos do Porto e Braga, enquanto o escalão etário "31-35" se destaca nos distritos de Lisboa e Faro. O escalão "36-40" obtém o maior número de registos no distrito de Aveiro e o de "21-25" no distrito de Viana do Castelo.

Noutra perspetiva, mantendo como referência o ano de abertura ou início da investigação, vejamos como se apresentam os dados dos "Arguidos mistos" no que respeita ao seu local de residência.

Residência dos "Arguidos mistos"	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Porto	0	1	0	2	4	11	2	7	7	18	2	54
Lisboa	2	2	3	6	5	2	1	6	5	4	0	36
Aveiro	0	0	0	1	1	1	1	5	2	7	1	19
Braga	0	0	0	2	2	1	0	3	3	5	0	16
Faro	1	0	1	1	1	1	0	2	2	1	0	10
Coimbra	0	0	1	1	1	1	0	1	2	1	1	9
Viana do Castelo	0	0	0	1	0	1	0	1	4	2	0	9
Santarém	0	1	1	1	1	0	0	1	2	1	0	8
Arquipélago dos Açores	0	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	7
Setúbal	0	0	0	1	0	1	0	1	0	3	0	6
Leiria	0	0	0	0	2	3	0	0	0	0	0	5
Arquipélago da Madeira	0	0	0	0	1	1	0	2	0	0	0	4
Guarda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	4
Viseu	1	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	4
Vila Real	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	3
Castelo Branco	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	2
Beja	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Luxemburgo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total Geral	4	5	7	18	21	25	4	30	31	47	6	198

Tabela XC - "Arguidos mistos" por local de residência, por ano de abertura da investigação.

A maior incidência do distrito do Porto regista-se nos anos 2016 (com 18 indivíduos) e 2012 (com 11 indivíduos). A maior incidência do distrito de Lisboa registou-se nos anos 2010 e 2014 (com 6 arguidos cada) e o de Aveiro, nos anos 2016 e 2014 (com 7 e 5 arguidos, respetivamente).

A averiguação concretizada com os dados dos Censos 2011, permitiu-nos apurar que os distritos com maior taxa de incidência são os de Viana do Castelo (2,5) e Porto (2,0). São vários os que apresentam taxas inferior a 0,1, concretamente, os distritos de Beja, Bragança, Évora e Portalegre.

10) Situação familiar dos "Arguidos mistos"

No que concerne à situação familiar, dispomos de informação relativamente a 97,6% dos "Arguidos mistos".

Situação familiar	N.º de arguidos "Mistos"	%
Solteiro	117	56,5%
Casado	52	25,1%
Divorciado	27	13,0%
União de facto	5	2,4%
Viúvo	1	0,5%
S/Ref. ^a	5	2,4%
Total geral	207	100%

Tabela XCI - Situação familiar dos "Arguidos mistos".

A situação familiar mais recorrente, no grupo de "Arguidos mistos" é a de solteiro, com 56,5% (correspondendo a 117 indivíduos), seguida, à distância, da situação de casado, com 25,1%.

Apresentamos seguidamente a sua distribuição anual.

Situação familiar	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total "Arguidos mistos"	%
Solteiro	2	4	6	6	10	10	2	22	17	33	5	117	56,5%
Casado	1	1	1	8	8	9	0	6	12	6	0	52	25,1%
Divorciado	1	0	1	2	2	5	1	3	4	7	1	27	13,0%
União de facto	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1	1	5	2,4%
Viúvo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0,5%
S/Ref. ^a	0	0	0	1	0	0	1	0	0	3	0	5	2,4%
Total geral	4	5	8	18	21	25	4	32	33	50	7	207	100%

Tabela XCII - Situação familiar dos "Arguidos mistos" por ano.

A maior concentração de indivíduos solteiros ocorreu em 2016 (33 indivíduos), enquanto a maior concentração de indivíduos casados ocorreu em 2015 (12 indivíduos). A categoria menos representada é a situação de viúvo, correspondendo a 0,5% da amostra.

11) Relacionamento entre os "Arguidos mistos" e as vítimas

No tocante ao relacionamento entre "Arguidos mistos" e vítimas, há a ressaltar que está ausente informação em 35,3% da amostra, o que corresponde a 73 indivíduos. Os remanescentes 134 (64,7%) distribuem-se pelos seguintes tipos de relacionamento ou ausência deste ("Nenhum"):

Relacionamento com a vítima	N.º de "Arguidos mistos"	%
Virtual	50	37,3%
Nenhum	33	24,6%
Conhecido(a)	20	14,9%
Amigo(a)	7	5,2%
Colega	4	3,0%
Ex-namorado(a)	4	3,0%
Mãe/Pai	4	3,0%
Padrasto/Madrasta	3	2,2%
Namorado(a)	2	1,5%
Tutor/Professor/Educador/Treinador	2	1,5%
Amigo(a) da família	1	0,7%
Companheiro(a) do pai/mãe	1	0,7%
Ex-cônjuge/Ex-companheiro(a)	1	0,7%
Médico	1	0,7%
Vizinho(a)	1	0,7%
Total geral	134	100%

Tabela XCIII - "Arguidos mistos" de acordo com o seu relacionamento com a vítima.

O relacionamento que mais se destaca, agregando 50 indivíduos "Arguidos mistos" (37,3% da amostra), é o virtual, seguido do "Nenhum" (33 indivíduos, correspondendo a 24,6% da amostra) à semelhança do resultado dos "Arguidos PM".

Vejamos então a distribuição dos relacionamentos por ano de início da investigação, na tabela abaixo.

Relacionamento dos "Arguidos mistos" com a vítima	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Virtual	1	1	4	7	6	1	7	9	13	1	50
Nenhum	2	3	1	5	6	1	9	3	2	1	33
Conhecido(a)	0	0	2	1	5	0	5	2	3	2	20
Amigo(a)	0	0	0	0	1	0	0	2	4	0	7
Colega	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4
Ex-namorado(a)	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	4
Mãe/Pai	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0	4
Padrasto/Madrasta	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	3
Namorado(a)	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2
Tutor/Professor/Educador/Treinador	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
Amigo(a) da família	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Companheiro(a) do pai/mãe	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Ex-cônjuge/Ex-companheiro(a)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Médico	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Vizinho(a)	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Total	3	4	8	13	19	3	24	22	33	5	134

Tabela XCIV - "Arguidos mistos" de acordo com o seu relacionamento com a vítima, por ano.

O ano de 2016 é o que agrega o maior número de relacionamentos virtuais (13 “Arguidos mistos”). Efetivamente, é o ano de 2016 onde estão registadas o maior número identificação de relacionamentos (33 arguidos), sendo o ano que agrega mais identificações dos relacionamentos “Amigo(a)”, “Colega”, “Ex-namorado(a)”, “Companheiro do pai/mãe” e “Ex-cônjuge/Ex-companheiro(a)”, embora cada um destes contenha poucos indivíduos.

12) Reincidência de suspeição sobre indivíduos “Arguidos mistos”

No caso em apreço, os “Arguidos mistos” são intervenientes em Inquéritos que também contém o crime de pornografia de menores e, no âmbito do seu histórico policial, poderão ser igualmente arguidos noutros Inquéritos. Fomos então recolher todos os seus registos, como arguidos, em Inquéritos no SICPJ, tendo sido recolhidos elementos desde 1988 até 19/07/2017. A tabela seguinte elucida-nos sobre o número de Inquéritos em que cada um destes “Arguidos mistos” foi interveniente como arguido, em todo o seu historial registado no SICPJ.

N.º de "Arguidos mistos"	N.º de Inquéritos
1	12
3	11
1	9
2	7
3	6
4	5
7	4
15	3
80	2
91	1
Total de "Arguidos mistos" - 207	Total de Inquéritos - 430

Tabela XCV - Histórico policial na PJ de "Arguidos mistos": n.º de Inquéritos por arguido.

Resulta da observação de que um dos arguidos é interveniente em 12 Inquéritos, três arguidos são intervenientes em 11 Inquéritos, cada um e que 80 arguidos são intervenientes, nesta qualidade, em 2 Inquéritos.

Em suma, dos 207 “Arguidos mistos” que identificámos previamente, 116 foram também arguidos noutros Inquéritos, ao longo da sua vida, ficando tal informação a constar no SICPJ, conforme ilustração que se segue, demonstrativa da respetiva proporcionalidade.

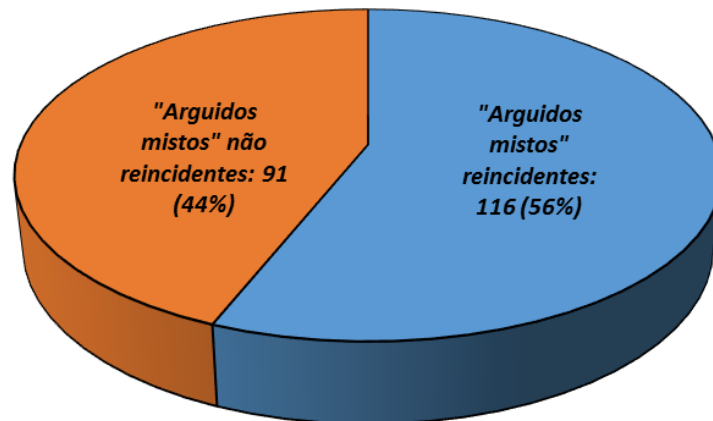


Ilustração 25 - "Reincidência" criminal de "Arguidos mistos". Histórico da constituição de arguidos em indivíduos "Arguidos mistos".

Conforme podemos notar, os dados indicam-nos que, do grupo de “Arguidos mistos”, 56% reincidiram em atividade criminal, tendo sido constituídos arguidos em diferentes Inquéritos, conforme consta do registo no SICPJ.

Dos remanescentes 44% não há registo de reincidência em qualquer tipo de crime. Vejamos a distribuição anual dos “Arguidos mistos” reincidentes numa tabela que, por questões de espaço e com intuito ilustrativo, apresentamos dividida em duas e na posição lateral, contendo apenas os arguidos com 3 ou mais referências em Inquéritos.

"Arguidos mistos"	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total de Inquéritos
A																				8	2				1			1			12
B			3	3	1	3																						1			11
C		2	1		2		2	2				1														1					11
D																				4	3	1			2		1				11
E		1	2			1	1			1	1		1																		9
F		1	1	1								1			2													1			7
G			1					2					1								1			2							7
H											1									2					1	2					6
I							1	1		1		2											1								6
J																							3	3							6
K							1	2	1																			1			5
L	1								1	1	1																1				5
M																							3							2	5
N																					3	1	1								5
O																									1		2				4
P				1					1		1											1									4
Q																									2	2					4
R																												2	2		4
S																				1	1	1						1			4
T																					1			1	1	1					4
U																									2	1			1		4

(continua)

(continuação)

"Arguidos mistos"	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total de Inquéritos
V																						2							1		3
W										1												1				1					3
X													1												1					1	3
Y											1								1										1		3
Z																1				1											3
AA																	1				1										3
AB																		1				1						1			3
AC																			2										1		3
AD																	1				1				1						3
AE																						1	1	1							3
AF																							1	1		1					3
AG																								1	2						3
AH																								1	1					1	3
AI																									1		2				3
AJ																												2	1		3

Tabela XCVI – Histórico criminal no SICPJ dos "Arguidos mistos" em Inquéritos, por ano (só arguidos com 3 ou mais referências).

13) Relação entre o crime de abuso sexual de crianças e o crime de pornografia de menores em “Arguidos mistos”

Seguidamente, utilizando a mesma metodologia que utilizámos para os “Arguidos PM”, analisámos todos os “Arguidos mistos” tendo em consideração o ano de início da investigação dos Inquéritos onde constam a(s) outra(s) constituições de arguido, por outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, com o intuito de apurar a *posição* cronológica do crime de pornografia de menores em relação aos restantes crimes de natureza sexual.

Apurámos que dos 116 “Arguidos mistos” reincidentes, 46 reincidiram em crimes diversos (corresponde a 39,7% da amostra), enquanto 70 reincidiram nos outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, conforme a tabela seguinte demonstra.

Pornografia de menores em relação aos outros "crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual"		
Situação cronológica dos Inquéritos, por ano de abertura de investigação	N.º de "Arguidos mistos"	%
Depois	40	57,1%
Mesmo ano	9	12,9%
Antes	8	11,4%
Mesmo Inq.º	3	4,3%
Antes/Mesmo ano	2	2,9%
Antes/Depois	1	1,4%
Antes/Depois/Mesmo ano	1	1,4%
Antes/Mesmo Inq.º	1	1,4%
Antes/Mesmo Inq.º/Depois	1	1,4%
Depois/Mesmo Inq.º	1	1,4%
Mesmo Inq.º/Antes	1	1,4%
Mesmo Inq.º/Mesmo ano	1	1,4%
Mesmo Inquérito/Depois	1	1,4%
Total Geral	70	100%

Tabela XCVII - Crime de pornografia de menores em relação aos outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, cronologicamente, por ano de abertura de investigação, no grupo de "Arguidos mistos" reincidentes.

Observamos que o resultado é muito semelhante ao apurado relativamente aos “Arguidos PM”, grupo que continha 71 arguidos reincidentes noutros crimes contra

a liberdade e autodeterminação sexual, registando também a participação de 40 arguidos em Inquéritos com o crime de pornografia de menores iniciados posteriormente. Na presente amostra de “Arguidos mistos” reincidentes, 40 indivíduos correspondem a 57,1% dos arguidos reincidentes em outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual.

Prosseguimos, focando a relação cronológica entre o crime de pornografia de menores e o crime específico de abuso sexual de crianças.

Nesta relação apurou-se que, efetivamente, o abuso sexual de crianças é o crime com maior representação na reincidência de “Arguidos mistos” do leque de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual (84,3% de um total de 70 indivíduos).

Pornografia de menores em relação ao crime de abuso sexual de crianças no grupo dos "Arguidos mistos" reincidentes		
Situação cronológica dos Inquéritos, por ano de início de investigação	N.º de "Arguidos mistos"	%
Depois	40	68%
Antes	7	12%
Mesmo ano	7	12%
Mesmo Inq.º	2	3%
Depois/Antes	1	2%
Mesmo Inq.º/Antes	1	2%
Mesmo Inq.º/Depois	1	2%
Total Geral	59	100%

Tabela XCVIII - Crime de pornografia de menores em relação ao crime de abuso sexual de crianças, cronologicamente, por ano de abertura de investigação, em “Arguidos mistos” reincidentes.

Constatámos que este resultado é igual ao apurado aquando da análise dos “Arguidos PM” (*Tabela LXXVII – Crime de pornografia de menores em relação ao crime de abuso sexual de criança, cronologicamente, por ano de abertura de investigação em “Arguidos PM”*) de onde se poderá concluir que só os “Arguidos mistos” reincidem no crime de abuso sexual de crianças. Esta conclusão será confirmada quando analisarmos a reincidência no grupo de “Arguidos exclusivos”. No que tange à tabela antecedente, reitera-se a observação de que 40 “Arguidos mistos” intervêm no crime pornografia de menores após intervirem em Inquéritos com o crime de abuso sexual de crianças.

6.2.2.3 Arguidos exclusivos

1) “Arguidos exclusivos” em Inquéritos

Na sequência do anteriormente referido, do universo total de indivíduos arguidos em Inquéritos com o crime de pornografia de menores (961 indivíduos), entre outros crimes, extraímos um grupo de “Arguidos exclusivos”, constituído por indivíduos arguidos em Inquéritos exclusivamente de pornografia de menores, sem qualquer outro crime identificado. Este grupo é composto por 754 indivíduos, arguidos em Inquéritos que contêm somente o crime de pornografia de menores, investigados pela PJ e constitui 78,5% do universo de “Arguidos PM” .

Efetuando o cálculo correspondente, de acordo com a população residente apurada nos Censos 2011, a taxa de “Arguidos exclusivos” é de 7,1 por cada 100.000 habitantes.

A tabela que apresentamos seguidamente mostra-nos este grupo, distribuído por anos e a respetiva percentagem.

Ano	N.º de "Arguidos exclusivos"	%
2007	3	0,4%
2008	38	5,0%
2009	28	3,7%
2010	29	3,8%
2011	77	10,2%
2012	115	15,3%
2013	38	5,0%
2014	103	13,7%
2015	175	23,2%
2016	126	16,7%
2017	22	2,9%
Total geral	754	100%

Tabela XCIX - "Arguidos exclusivos" por ano.

O ano de 2015 concentra o maior número de “Arguidos exclusivos” (175 indivíduos, correspondendo a 23,2% da amostra), seguido de 2016 (126 indivíduos, correspondendo a 16,7% da amostra). Como seria compreensível, são os anos 2007 e 2017 que correspondem ao menor número.

Não obstante, o resultado para o ano 2017, tendo em consideração que à data da consulta aos dados do SICPJ já continha referentes a um semestre, é de supor que

este ano apresentará um número de “Arguidos exclusivos” tendencialmente inferior aos registados nos anos anteriores, nomeadamente 2014, 2015 e 2016.

2) Sexo dos “Arguidos exclusivos”

Sexo	N.º de "Arguidos exclusivos"	%
Feminino	48	6,4%
Masculino	706	93,6%
Total Geral	754	100,0%

Tabela C - "Arguidos exclusivos" por sexo.

Como observamos na tabela que antecede, ocorre o predomínio do sexo masculino, com 93,6% da amostra, correspondendo a 706 indivíduos “Arguidos exclusivos”. No que respeita à distribuição dos sexos por ano, a assimetria entre ambos é evidente na ilustração seguinte, dispensando comentários:

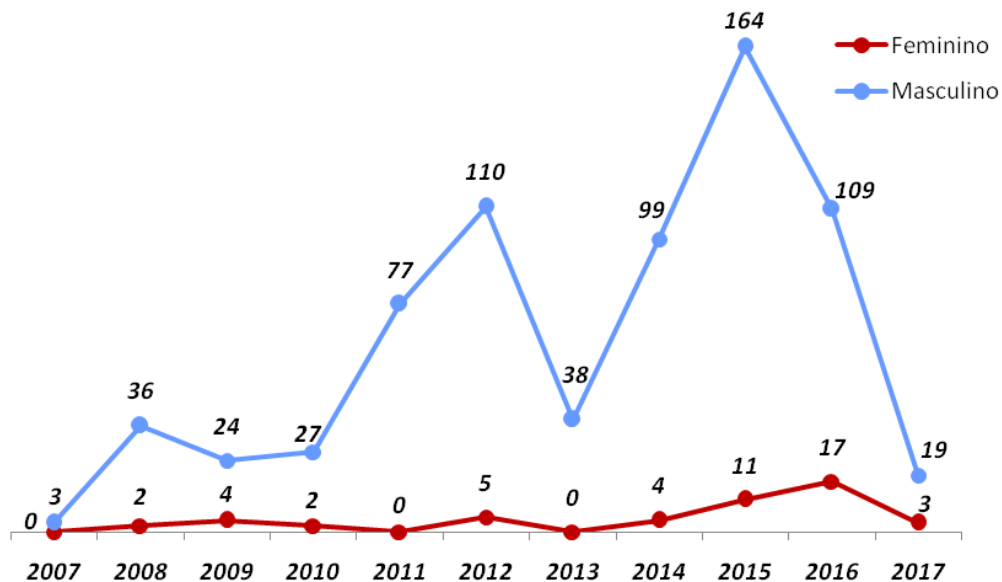


Ilustração 26 - "Arguidos exclusivos" por sexo, por ano.

3) Nacionalidade dos “Arguidos exclusivos”

Nacionalidade	N.º de "Arguidos exclusivos"	%
Portugal	713	94,8%
Brasil	11	1,5%
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	7	0,9%
Angola	4	0,5%
Alemanha	3	0,4%
Brasil/Portugal	3	0,4%
França	2	0,3%
São Tomé e Príncipe	2	0,3%
Bangladesh	1	0,1%
Cabo Verde	1	0,1%
Guiné Bissau	1	0,1%
Índia	1	0,1%
Noruega	1	0,1%
Roménia	1	0,1%
Venezuela	1	0,1%
Total geral	752	100%

Tabela CI – “Arguidos exclusivos” por nacionalidade.

No que tange à nacionalidade dos “Arguidos exclusivos”, apenas é desconhecida a de 2 indivíduos. Na restante amostra com informação sobre a nacionalidade (99,7%), constatamos que a nacionalidade predominante é a portuguesa, com 713 indivíduos (94,8% da amostra). A segunda nacionalidade mais registada mas, comparativamente, com números modestos, é a nacionalidade brasileira, onde se encontram 11 indivíduos registados (correspondendo a 1,5% da amostra).

Notamos o acréscimo de mais 3 indivíduos com dupla nacionalidade, portuguesa e brasileira.

4) Detenção de “arguidos exclusivos”

Lamentavelmente, não foi possível obter esta informação, que nos permitiria apurar qual dos grupos de arguidos, mistos ou exclusivos, teria sido mais sujeito a detenção e subsequente aplicação da medida de coação de prisão preventiva.

5) Naturalidade dos “Arguidos exclusivos”

Grupo "Arguidos exclusivos"													
Naturalidades	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total	%
Lisboa	1	12	6	7	18	30	6	16	54	20	3	173	22,9%
Porto		4	7	4	11	15	7	12	25	18	5	108	14,3%
Aveiro		3	4	1	6	6	1	9	10	12	2	54	7,2%
Setúbal	1	3		3	3	2	4	7	10	6	4	43	5,7%
Coimbra		2		3	3	3	2	8	6	6		33	4,4%
Viseu	1	2	1	1	1	6	4	8	3	4		31	4,1%
Braga		4			5	7	4	2	4	4		30	4,0%
Leiria				1	4	4	2	4	7	7		29	3,8%
Arquipélago dos Açores				2	2	4	1	2	11	2	1	25	3,3%
Brasil			2		1			2	8	7	1	21	2,8%
Angola		2		1	2	2		3	2	7		19	2,5%
Faro					1	2	2	3	6	4		18	2,4%
Castelo Branco				1		4		5	4	3		17	2,3%
Vila Real		2			2	6	1	2		2	1	16	2,1%
Arquipélago da Madeira			4		1	2	1	2	2	2		14	1,9%
Santarém		1			4	3	1		1	2	2	14	1,9%
Moçambique		2	1		1	2		2		3		11	1,5%
Guarda				2	2			3	1	2		10	1,3%
França				1		4		2	1		1	9	1,2%
Bragança		1			1			2	2	1		7	0,9%
Portalegre					1	1		2	3			7	0,9%
Viana do Castelo				1		3			2	1		7	0,9%
Beja			2		2	1		1				6	0,8%
Évora					1	1	1	2	1			6	0,8%
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte						5			1			6	0,8%
Alemanha				1	1		1			2		5	0,7%
São Tomé e Príncipe								1	3			4	0,5%
Guiné Bissau										3		3	0,4%
Suíça									2	1		3	0,4%
Venezuela			1		1				1			3	0,4%
África do Sul										1	1	2	0,3%
Cabo Verde									2			2	0,3%
Canadá					1	1						2	0,3%
Austrália								1				1	0,1%
Bangladesh								1				1	0,1%
Estados Unidos da América						1						1	0,1%
Noruega									1			1	0,1%
Roménia					1							1	0,1%
Timor Leste											1	1	0,1%
Ucrânia										1		1	0,1%
S/Ref. ^a					1			1	2	5		9	1,2%
Total geral	3	38	28	29	77	115	38	103	175	126	22	754	100%

Tabela CII - "Arguidos exclusivos" por naturalidade, por ano.

Mais uma vez fazemos constar que não se encontra disponível a informação relativa à naturalidade de todos os arguidos. O mesmo se passa relativamente aos “Arguidos exclusivos”, dos quais 9 não dispõem dessa informação.

O grupo de “Arguidos exclusivos” contém uma grande variedade de nacionalidades. No entanto, é a nacionalidade de Lisboa que predomina, em valores absolutos, com registo de 173 indivíduos (correspondendo a 22,9% do grupo), seguida da do Porto, registando 108 indivíduos (14,3% da amostra). A nacionalidade estrangeira com maior número de registos é a brasileira (com 21), seguida da Angolana (com 19 indivíduos).

É o ano de 2015 que agrega o maior número de “Arguidos exclusivos” com nacionalidade no distrito de Lisboa (54 indivíduos) e no distrito do Porto (25 indivíduos), enquanto que no distrito de Aveiro se destaca o ano de 2016, com 12 indivíduos.

No que tange à proporção destes valores relativamente à população nestas zonas geográficas, de acordo com o Censos 2011, foi possível apurar que as maiores taxas correspondem ao Arquipélago dos Açores (12,2), seguido do distrito de Castelo Branco (10,2). O distrito com a menor taxa de incidência é o de Évora (3,6).

6) Ocupação profissional dos “Arguidos exclusivos”

No que respeita à ocupação profissional dos “Arguidos exclusivos” apenas são conhecidas relativamente a 361 indivíduos, o que constitui uma percentagem inferior a metade (47,8%).

No entanto, das conhecidas, conforme efetuámos previamente, agrupámo-las pelos Grandes Grupos de Profissões do INE, resultando a seguinte tabela:

Grupo "Arguidos exclusivos"													
Grandes Grupos de Profissões	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total dos Grandes Grupos de Profissões	%
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	0	5	0	6	12	15	4	9	13	9	1	74	20,5%
Técnicos e profissões de nível intermédio	0	4	1	2	7	10	2	9	14	5	1	55	15,2%
Trabalhadores não qualificados	0	3	1	4	6	9	3	5	15	8	1	55	15,2%
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	0	2	2	3	4	9	5	3	15	12	0	55	15,2%
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	0	2	2	3	3	8	3	6	14	8	0	49	13,6%
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	0	2	2	1	3	5	0	2	5	6	1	27	7,5%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	1	1	2	1	5	2	0	0	4	5	0	21	5,8%
Pessoal administrativo	0	1	0	0	1	6	0	5	4	0	0	17	4,7%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	0	0	0	0	0	0	1	1	2	2	0	6	1,7%
Profissões das Forças Armadas	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	2	0,6%
Total geral	1	20	10	20	41	65	18	40	87	55	4	361	100%

Tabela CIII - "Arguidos exclusivos" por Grandes Grupos de Profissões, por ano.

O Grande Grupo de Profissões com maior número de registos é o de “Especialistas das atividades intelectuais e científicas”, constituindo 20,5% da amostra (74 indivíduos).

Neste grupo de profissões do INE, destacamos as ocupações profissionais com maior incidência na tabela que se segue:

Especialistas das atividades intelectuais e científicas	N.º
Professor	19
Engenheiro de informática	8
Advogado	4
Enfermeiro de cuidados gerais	3
Engenheiro	3
Engenheiro eletrotécnico	3
Músico	3
Arquiteto	2
Contabilista, auditor, revisor oficial de contas e similares	2
Engenheiro mecânico	2

Tabela CIV - As 10 ocupações profissionais da amostra "Arguidos exclusivos" com maior incidência no Grande Grupo de Profissões do INE "Especialistas das atividades intelectuais e científicas".

Encabeçando a tabela verificamos que consta a ocupação profissional de “Professor”, com 19 indivíduos do grupo de “Arguidos exclusivos”. A estes teríamos ainda de adicionar mais subtipos de professores, que não constam da tabela acima porque possuem menos registos, pelo que não estão mencionados na tabela que discrimina as 10 ocupações profissionais com maior incidência. Assim, a estes 19 indivíduos, adicionaríamos os professores do ensino básico (1.º ciclo), os dos ensinos básico (2.º e 3.º ciclos) e secundário e ainda os dos ensinos universitário e superior, os quais, ao todo, constituem 4 indivíduos. Tal resultaria num total de 23 indivíduos “Arguidos exclusivos” com ocupação profissional de professor, independentemente do grau académico lecionado.

Efetivamente, o mesmo se pode aplicar às engenharias. Na tabela precedente, constatamos que a ocupação profissional de engenheiro de informática reproduz 8 ocupações profissionais dos “Arguidos exclusivos”. Contudo, à semelhança da ocupação de professor, no grupo dos “Arguidos exclusivos”, embora com menos registos, há menção a outras engenharias, como por exemplo, as constantes da tabela precedente (engenheiro, engenheiro eletrotécnico e engenheiro mecânico, as quais constituem mais 8 registos) e ainda outras não mencionadas na tabela (como por exemplo, engenheiro de obras de engenharia civil, engenheiro de telecomunicações, engenheiro químico e engenheiro técnico civil), as quais, no

cômputo geral, acrescentariam mais 4 registos. No total, as engenharias contariam com 20 indivíduos nas ocupações profissionais do grupo “Arguidos exclusivos”. Vejamos, de seguida, as 10 ocupações profissionais com maior incidência no grupo de “Arguidos exclusivos”, o que permite individualizar cada ocupação profissional.

Ocupação profissional	N.º de "Arguidos exclusivos"
Professor	19
Segurança (vigilante privado), outros porteiros e similares	19
Eletricista	10
Empresário	10
Técnico de informática	10
Empregado de balcão	8
Engenheiro de informática	8
Serralheiro civil	7
Vendedor	7
Operador de call center	6

Tabela CV - As 10 ocupações profissionais dos "Arguidos exclusivos" com maior incidência.

Como já tivemos oportunidade de verificar, a ocupação profissional de professor (sem especificação do grau académico da docência) soma o maior número de “Arguidos exclusivos”. Segue-se a de “segurança (vigilante privado), outros porteiros e similares”, que conta com 19 indivíduos. Não despendiendos, são os registos associados às ocupações profissionais de eletricista, empresário e técnico de informática, cada uma com 10 “Arguidos exclusivos”.

Observemos a distribuição anual das 10 ocupações profissionais com maior incidência, por ano de início de investigação, na tabela subsequente:

Ocupação profissional	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total geral
Professor	0	1	0	4	2	3	2	4	1	2	0	19
Segurança (vigilante privado), outros porteiros e similares	0	1	0	1	1	6	0	1	5	4	0	19
Eletricista	0	1	0	0	1	4	1	1	0	2	0	10
Empresário	0	1	0	0	1	3	0	0	0	4	1	10
Técnico de informática	0	1	0	1	1	3	0	1	2		1	10
Empregado de balcão	0	2	0	1		0	0	0	3	2	0	8
Engenheiro de informática	0	0	0	0	2	2	0	1	1	2	0	8
Serralheiro civil	0	0	0	1	2	0	0	1	2	1	0	7
Vendedor	0	0	0	1	1	0	1	2	1	1	0	7
Operador de call center	0	0	0	0	1	2	0	1	2	0	0	6

Tabela CVI - As 10 ocupações profissionais dos "Arguidos exclusivos" com maior incidência, por ano.

A ocupação profissional de professor regista o maior número de “Arguidos exclusivos” nos anos de 2010 e 2014. A ocupação profissional seguinte, “Segurança (vigilante privado), outros porteiros e similares” destaca-se em 2012 e 2015.

7) Situação profissional dos “Arguidos exclusivos”

Da situação profissional dos “Arguidos exclusivos” só obtivemos informação relativamente a 520 indivíduos, o que corresponde a 70% do grupo.

Grupo "Arguidos exclusivos"													
Situação profissional	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total de cada situação profissional	%
Empregado	1	11	6	13	32	50	12	28	66	38	2	259	50%
Estudante	0	2	10	3	11	7	11	24	34	26	10	138	27%
Desempregado	0	3	1	3	9	11	5	13	9	14	3	71	14%
Reformado	1	1	1	2	4	10	0	5	9	4	0	37	7%
Trabalhador por conta própria	0	1	0	1	1	2	1	0	4	5	0	15	3%
<i>Total geral</i>	2	18	18	22	57	80	29	70	122	87	15	520	100%

Tabela CVII - "Arguidos exclusivos" por situação profissional, por ano.

Nesta amostra, a situação profissional que claramente se destaca é a de empregado, agregando 50% da amostra de situações profissionais conhecidas (259 indivíduos), seguida de estudante (138 indivíduos, correspondendo a 27% da amostra).

8) Idade dos “Arguidos exclusivos”

Com todas as idades dos “Arguidos exclusivos” elaborámos o gráfico seguinte, que nos permite visualizar a média de idade por ano, apurado pelo ano da abertura ou início da investigação.

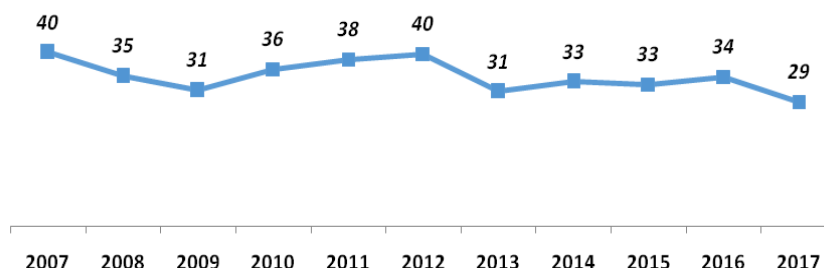


Ilustração 27 - Média da idade dos "Arguidos exclusivos" apurada pelo ano de início de investigação.

Como podemos observar, ocorre uma variação anual, compreendida entre os 40 e os 29 anos de idade. No entanto, a média geral é de 35 anos da idade e a moda é de 16 anos de idade. Efetivamente, 16 anos é a idade que mais se repete dentre os "Arguidos exclusivos", seguida de 19 anos de idade. A mediana é de 34 anos de idade.

As idades compreendidas entre os 16 e os 19 anos de idade são as que mais se repetem na amostra dos "Arguidos exclusivos" mas, para uma visão mais global das idades, fornecemos uma tabela com as idades distribuídas por 12 escalões etários, à semelhança do que efetuámos para os outros dois grupos de arguidos.

Escalões etários	N.º de "Arguidos Exclusivos"	%
16 - 20	153	20,3%
21 - 25	87	11,5%
26 - 30	91	12,1%
31 - 35	87	11,5%
36 - 40	106	14,1%
41 - 45	67	8,9%
46 - 50	54	7,2%
51 - 55	41	5,4%
56 - 60	27	3,6%
61 - 65	17	2,3%
66 - 70	10	1,3%
> 71	14	1,9%
Total geral	754	100%

Tabela CVIII - "Arguidos exclusivos" por escalões etários.

Confirma-se na tabela antecedente que o escalão etário que medeia entre os 16 e os 20 anos de idade é o mais representativo do grupo de “Arguidos exclusivos”, contendo 153 indivíduos (correspondendo a 20,3% da amostra). O segundo escalão mais representativo, constituído por 106 indivíduos, é o “36-40” anos de idade (14,1% da amostra), embora os três escalões intermédios entre estes dois também sejam relevantes, pois cada um compreende entre 11,5% a 12,1% da amostra.

Constatamos que, à medida que a idade avança, menos são os “Arguidos exclusivos” representados.

Seguidamente apresentamos a idade dos “Arguidos exclusivos” no ano do início do acontecimento, à semelhança do que apresentámos para os “Arguidos PM” e “Arguidos mistos”. Como forma de sintetizar a informação, apresentamos de início a média das idades dos “Arguidos exclusivos” por ano.

Atendendo à omissão de informação relativamente à data de início de acontecimento, como já tivemos oportunidade de ressaltar, apenas detemos informação relativamente a 486 “Arguidos exclusivos” (64,5%).

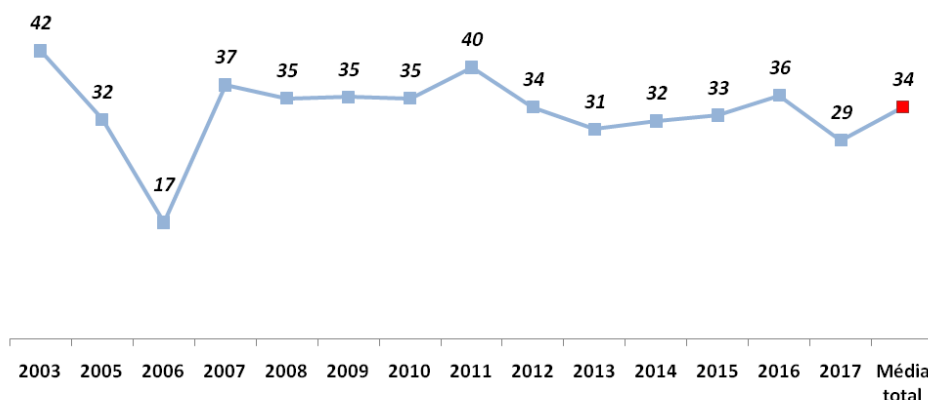


Ilustração 28 - Média da idade dos “Arguidos exclusivos” por ano de início do acontecimento.

Verifica-se que a amplitude das médias anuais variam entre os 17 e os 42 anos de idade, sendo que a média total é de 34 anos de idade.

Nos anos de 2008, 2013, 2015 e 2017, as médias são iguais às médias de idade dos “Arguidos exclusivos” apuradas pelo ano de início da investigação.

A média total apurada por ano de início de acontecimento é de 34 anos, ao passo que a média apurada de acordo com o ano do início da investigação é de 35 anos de idade.

Comparando as médias apuradas, em função das duas datas, obtivemos a seguinte ilustração.

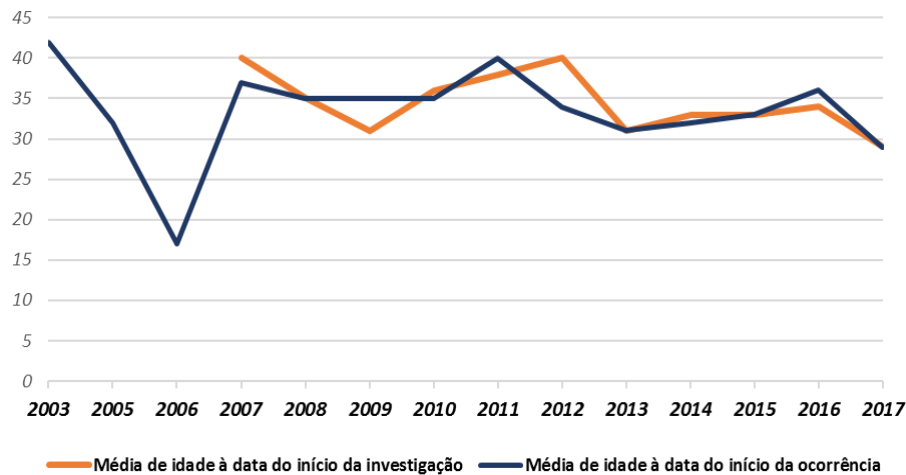


Ilustração 29 - Médias anuais da idade dos "Arguidos exclusivos" apuradas pelo ano do início da investigação e pelo ano do início da ocorrência.

Pese embora não se sobreponham, a discrepância entre as médias não se revela acentuada. Vejamos seguidamente, os escalões etários apurados através do ano de início do acontecimento.

Escalões etários - Idade à data do início do acontecimento	N.º de "Arguidos exclusivos"	%
14-15	8	1,6%
16-20	113	23,3%
21-25	56	11,5%
26-30	52	10,7%
31-35	54	11,1%
36-40	59	12,1%
41-45	38	7,8%
46-50	35	7,2%
51-55	26	5,3%
56-60	18	3,7%
61-65	10	2,1%
66-70	8	1,6%
>71	9	1,9%
Total	486	100%

Tabela CIX - "Arguidos exclusivos" por escalões etários, à data do início do acontecimento.

Os escalões etários apurados à data do início do acontecimento denotam a inserção de mais um escalão — “14-15” anos de idade — pelas razões anteriormente aduzidas, o qual constitui 2% dos “Arguidos Exclusivos” apurados pelo ano de início do acontecimento.

O escalão etário que abrange o maior número de arguidos é o “16-20” (113 indivíduos, correspondendo a 23,3% da amostra), seguido do “36-40” (59 indivíduos, correspondendo a 12,1% da amostra) e, em terceiro lugar, o escalão “21-25”, o qual abrange 56 indivíduos, correspondendo a 11,5% da amostra.

Se somarmos os escalões etários, constatamos que quase 70% da amostra é constituída por “arguidos exclusivos” entre os 16 e os 40 anos de idade.

Em comparação com os escalões apurados pelo ano de início de investigação, chegamos a uma percentagem quase igual, pelo que a preponderância etária dos “Arguidos exclusivos” é muito semelhante, quer seja apurada pelo ano de início de acontecimento, quer seja pelo ano de início de investigação. Acresce a esta semelhança o facto dos escalões “16-20” e “36-40” serem os preponderantes independentemente da metodologia do apuramento.

9) Residência dos “Arguidos exclusivos”

No que tange à residência dos “arguidos exclusivos”, não dispomos de informação relativamente a 62, equivalendo a 8,2% da amostra. Os restantes (91,8% do grupo “arguidos exclusivos” distribuem-se de acordo com a tabela subsequente.

Residência	N.º de "Arguidos exclusivos"	%
Lisboa	162	23,4%
Porto	116	16,8%
Setúbal	81	11,7%
Aveiro	53	7,7%
Coimbra	37	5,3%
Faro	33	4,8%
Braga	32	4,6%
Viseu	30	4,3%
Leiria	26	3,8%
Arquipélago dos Açores	18	2,6%
Castelo Branco	18	2,6%
Santarém	18	2,6%
Vila Real	18	2,6%
Arquipélago da Madeira	16	2,3%
Viana do Castelo	8	1,2%
Bragança	6	0,9%
Évora	5	0,7%
Guarda	5	0,7%
Portalegre	3	0,4%
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	3	0,4%
Alemanha	1	0,1%
Beja	1	0,1%
Brasil	1	0,1%
Noruega	1	0,1%
Total	692	100%

Tabela CX - "Arguidos exclusivos" por local de residência.

Como observável, os quatro primeiros locais são os mesmos que apurámos relativamente aos "Arguidos PM", encimados por Lisboa, com 23,7% da amostra de "Arguidos exclusivos" dos quais se detém informação sobre o local de residência, seguidos do Porto, Setúbal e Aveiro.

No que respeita ao local de residência, por escalões etários apurados à data de abertura da investigação, dispomos da tabela ulterior.

Residência dos "Arguidos exclusivos"	16-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	46-50	51-55	56-60	61-65	66-70	> 71	Total
Lisboa	28	19	18	27	25	12	9	10	3	4	3	4	162
Porto	25	10	13	11	15	12	12	9	5	1	2	1	116
Setúbal	11	9	12	10	11	8	5	6	6	0	0	3	81
Aveiro	7	10	6	5	9	8	3	1	2	1	1	0	53
Coimbra	14	3	3	6	4	1	1	2	0	1	0	2	37
Faro	7	1	2	1	5	5	2	2	3	2	2	1	33
Braga	7	5	3	6	4	3	1	2	0	1	0	0	32
Viseu	10	4	4	1	1	2	3	2	2	1	0	0	30
Leiria	9	1	4	3	2	2	3	1	0	0	0	1	26
Arquipélago dos Açores	6	1	3	3	3	1	0	0	1	0	0	0	18
Castelo Branco	1	4	2	2	2	2	4	0	0	1	0	0	18
Santarém	2	0	4	2	4	3	2	1	0	0	0	0	18
Vila Real	3	5	1	2	3	2	1	0	0	1	0	0	18
Arquipélago da Madeira	8	2	1	0	0	1	2	1	0	0	1	0	16
Viana do Castelo	1	1	3	0	2	0	0	1	0	0	0	0	8
Bragança	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	6
Évora	0	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	5
Guarda	1	1	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	5
Portalegre	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Alemanha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Beja	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Brasil	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Noruega	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	141	78	81	80	95	64	51	40	24	14	10	14	692

Tabela CXI - "Arguidos exclusivos" por local de residência, por escalão etário.

Nos distritos de Lisboa e Porto, destaca-se o escalão etário “16-20”, enquanto que no distrito de Setúbal é o “26-30” e no de Aveiro é o escalão “21-25”.

No tocante às residências estrangeiras, há registo de 6, três das quais no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Apresentamos seguidamente o local de residência dos mesmos indivíduos “arguidos exclusivos”, distribuídos pelos anos de abertura da investigação.

Residência dos "Arguidos exclusivos"	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Lisboa	0	10	5	7	20	27	7	20	47	18	1	162
Porto	0	4	5	4	12	14	10	16	30	17	4	116
Setúbal	1	5	5	4	9	10	3	12	15	11	6	81
Aveiro	0	3	4	1	7	5	0	8	12	13	0	53
Coimbra	0	1	0	3	2	7	0	11	4	9	0	37
Faro	1	2	0	0	5	6	4	5	6	3	1	33
Braga	0	6	0	0	6	7	3	1	5	4	0	32
Viseu	1	1	1	2	1	3	5	9	1	6	0	30
Leiria	0	0	0	0	2	7	2	2	6	7	0	26
Arquipélago dos Açores	0	0	0	2	0	4	0	2	7	2	1	18
Castelo Branco	0	0	0	2	1	5	0	4	3	3	0	18
Santarém	0	1	0	0	5	2	1	1	3	3	2	18
Vila Real	0	2	0	0	1	5	0	2	1	6	1	18
Arquipélago da Madeira	0	0	5	1	1	4	2	1	2	0	0	16
Viana do Castelo	0	0	0	1	0	3	0	1	2	1	0	8
Bragança	0	0	0	0	0	1	0	2	2	1	0	6
Évora	0	0	0	0	1	1	1	2	0	0	0	5
Guarda	0	0	0	1	1	1	0	0	1	1	0	5
Portalegre	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	3
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	3
Alemanha	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Beja	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Brasil	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Noruega	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Total	3	36	26	29	76	114	38	99	149	106	16	692

Tabela CXII - "Arguidos exclusivos" por local de residência, por ano de abertura de investigação.

Verifica-se a maior concentração de “arguidos exclusivos” no ano de 2015 relativamente à residência nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. O ano de 2016 é o que contém maior número de arguidos com residência no distrito de Aveiro.

Com base nos dados estatísticos providenciados pelos Censos 2011, apurámos as taxas de incidência, tendo resultado que a residência que prevalece é a correspondente ao distrito de Coimbra (10,2) seguido dos distritos de Castelo Branco e Arquipélago dos Açores (cada um com uma taxa de 9,7). O distrito com menor representatividade é o de Beja (1,3).

10) Situação familiar dos “Arguidos exclusivos”

As situações desconhecidas (S/Ref.^a) correspondem a 57 indivíduos (7,6% da amostra), pelo que a tabela que se segue se debruça sobre as situações familiares conhecidas do grupo “Arguidos exclusivos” (92,4% do total).

Situação familiar	N.º de "Arguidos exclusivos"	%
Solteiro	466	61,8%
Casado	183	24,3%
Divorciado	41	5,4%
União de facto	3	0,4%
Separado	2	0,3%
Viúvo	2	0,3%
S/Ref. ^a	57	7,6%
Total geral	754	100%

Tabela CXIII - Situação familiar dos "Arguidos exclusivos".

Verificamos que são, na maioria, solteiros, representando 61,8% do grupo (466 indivíduos), seguidos dos que apresentam a situação de casados (24,3% do grupo, correspondendo a 183 indivíduos). As restantes situações são minoritárias.

Vejamos, na tabela que se sucede, a distribuição anual das situações familiares.

Situação familiar	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total de "Arguidos exclusivos"	%
Solteiro	1	23	18	18	44	58	24	70	116	75	19	466	61,8%
Casado	1	9	7	8	26	37	6	18	37	32	2	183	24,3%
Divorciado	0	3	3	1	0	8	4	8	9	5	0	41	5,4%
União de facto	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	3	0,4%
Separado	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	2	0,3%
Viúvo	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0,3%
S/Ref. ^a	1	3	0	2	6	9	4	7	11	13	1	57	7,6%
Total geral	3	38	28	29	77	115	38	103	175	126	22	754	100%

Tabela CXIV - Situação familiar dos "Arguidos exclusivos" por ano.

Verificamos que em todos os anos sob análise, a situação de solteiro é a que apresenta o maior número de "Arguidos exclusivos", demonstrativo de consistência no tipo de situação familiar.

11) Relacionamento entre os "Arguidos exclusivos" e as vítimas

No que tange ao relacionamento entre os "Arguidos exclusivos" e as vítimas, verificámos, antes de mais, que 43,9% dos registos não contêm informação a este respeito (correspondendo a 331 indivíduos). Quanto aos restantes 423 indivíduos

(equivalendo a 56,1% do total do grupo) o tipo de relacionamento está patente na tabela seguinte.

Relacionamento com a vítima	N.º de "Arguidos exclusivos"	%
Virtual	241	57,0%
Nenhum	118	27,9%
Conhecido(a)	20	4,7%
Colega	9	2,1%
Mãe/Pai	6	1,4%
Amigo(a)	5	1,2%
Ex-namorado(a)	5	1,2%
Namorado(a)	5	1,2%
Padrasto/Madrasta	4	0,9%
Vizinho(a)	3	0,7%
Companheiro(a) do pai/mãe	2	0,5%
Avô/Avó	1	0,2%
Cônjuge/Companheiro(a)	1	0,2%
Pai (família de acolhimento)	1	0,2%
Primo	1	0,2%
Tio(a)	1	0,2%
Total	423	100%

Tabela CXV - "Arguidos exclusivos" de acordo com o seu relacionamento com a vítima.

Mais uma vez se verifica que é o relacionamento dominante na amostra é o “virtual”, isto é, intermediadas pelas TIC, em particular pela Internet, correspondendo a 241 indivíduos (57% da amostra). O segundo mais relevante na amostra é o “nenhum”, com 118 “Arguidos exclusivos” (correspondendo a 27,9% da amostra).

Seguidamente, apresentamos a tabela de relacionamentos, por ano.

Relacionamento dos "Arguidos exclusivos" com a vítima	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total geral
Virtual	0	11	4	6	38	43	10	42	68	16	3	241
Nenhum	1	0	1	4	14	26	8	16	17	27	4	118
Conhecido(a)	0	0	1	3	0	1	2	5	5	3	0	20
Colega	0	0	1	0	0	3	2	0	1	1	1	9
Mãe/Pai	0	1	0	1	0	0	0	0	2	2	0	6
Amigo(a)	0	0	0	1	0	0	3	1	0	0	0	5
Ex-namorado(a)	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1	1	5
Namorado(a)	0	0	1	0	0	1	0	0	1	2	0	5
Padrasto/Madrasta	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	0	4
Vizinho(a)	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	3
Companheiro(a) do pai/mãe	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
Avô/Avó	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Cônjuge/Companheiro(a)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Pai (família de acolhimento)	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Primo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Tio(a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total geral	2	13	9	16	52	75	27	67	99	54	9	423

Tabela CXVI - "Arguidos exclusivos" de acordo com o seu relacionamento com a vítima, por ano.

Embora o relacionamento “virtual” colha o maior número de “Arguidos exclusivos” no geral, constatamos, na tabela que antecede, que nos anos 2016 e 2017 é a ausência de qualquer relacionamento (“nenhum”) que apresenta os maiores valores.

12) Reincidência de suspeição sobre indivíduos “Arguidos exclusivos”

Recordamos que os “Arguidos exclusivos” são aqueles que são arguidos nos Inquéritos da nossa amostra, no hiato temporal a que já aludimos, apenas e só com o crime/infração de pornografia de menores. Tal não significa que os indivíduos que constituem este grupo não possuam historial diverso nos registos da PJ, isto é, um histórico policial no SICPJ. Era este o objetivo pretendido quando solicitámos todos os registos destes indivíduos, como arguidos, no SICPJ, tendo resultado o seguinte:

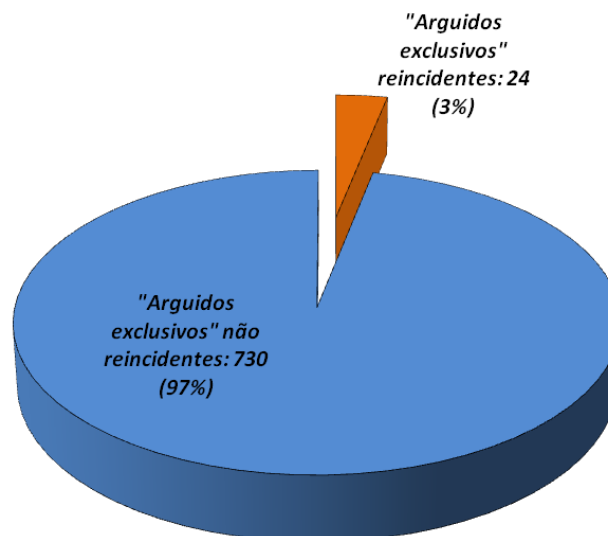


Ilustração 30 – Reincidência criminal de “Arguidos exclusivos”. Histórico da constituição de arguidos em indivíduos “Arguidos exclusivos”.

Do grupo “Arguidos exclusivos”, constituído por 754 indivíduos, verifica-se que 24 deles foram constituídos arguidos em mais do que um Inquérito, sendo um desses Inquéritos, apenas e só, relativo ao crime de pornografia de menores.

A proporção da reincidência, nos termos anteriormente definidos e não na aceção jurídica do termo, é de 3%. Salientamos que 97% do grupo de “Arguido exclusivos” não regista reincidência (730 indivíduos).

Seguidamente, apresentamos informação mais detalhada relativamente à reincidência, patente na tabela subsequente.

N.º de "Arguidos exclusivos"	N.º de Inquéritos
1	8
2	3
21	2
730	1
Total de arguidos - 754	Total de Inquéritos - 786

Tabela CXVII - Histórico criminal no SICPJ de "Arguidos exclusivos": n.º de Inquéritos por arguido.

Observamos que um “Arguido exclusivo” se encontra registado em oito Inquéritos, seguido de 2 arguidos, com registo em três Inquéritos cada. São 21 os “arguidos exclusivos” que constam em 2 Inquéritos, enquanto a maioria, constituída por 730

indivíduos, apenas consta num só Inquérito, exclusivamente com o crime de pornografia de menores.

Vejamos a distribuição anual dos Inquéritos onde constam estes 24 “Arguidos exclusivos” reincidentes.

"Arguidos exclusivos"	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total de Inquéritos
A									1	7		8
B		1	2									3
C								1	2			3
D		1			1							2
E										2		2
F					1				1			2
G			1			1						2
H		1			1							2
I					1	1						2
J			1	1								2
K		1			1							2
L		1			1							2
M					2							2
N				1			1					2
O					1	1						2
P						1				1		2
Q								1	1			2
R								2				2
S								1	1			2
T								2				2
U									1	1		2
V									2			2
W										2		2
X										2		2
Total geral	0	5	4	2	9	4	1	7	9	15	0	56

Tabela CXVIII – Histórico dos “Arguidos exclusivos” reincidentes, por ano de abertura de investigação.

A primeira observação que importa sublinhar é a de que, destes arguidos, só constam registos em Inquéritos com ano de início de investigação entre 2008 e 2016. A segunda é a de que alguns arguidos são-no apenas em Inquéritos iniciados no mesmo ano (“Arguidos exclusivos” E, M, R, T, V, W e X). Nos restantes, o intervalo entre Inquéritos é variável, podendo ocorrer intercaladamente ou em anos consecutivos.

Parece-nos relevante, no caso em apreço de “Arguidos exclusivos” verificar quantos são intervenientes em Inquéritos exclusivamente com o crime de pornografia e quantos o são em Inquéritos com outros crimes, seguindo a mesma

metodologia que utilizámos anteriormente, para estabelecer a sua “situação cronológica” por ano de abertura de investigação. Para este desígnio utilizámos a tabela que se segue, informando da relação cronológica entre os Inquéritos com pornografia de menores e crimes diversos. Aqui observaremos igualmente quantos são os “Arguidos exclusivos” reincidentes que, em todo o seu percurso criminal registado no SICPJ, apenas são arguidos relativamente ao crime de pornografia de menores (PM).

Situação cronológica dos Inquéritos, por ano de abertura de investigação, por crime	N.º de "Arguidos exclusivos"	%
2 Inq.ºs só PM	13	54%
2 Inq.ºs só PM, no mesmo ano	6	25%
2 Inq.ºs com PM no mesmo ano (1 deles também com crime de Extorsão)	1	4%
2 Inq.ºs com PM (o primeiro Inq.º com crime de Importunação sexual)	1	4%
3 Inquéritos com PM, os últimos dois, no mesmo ano, cada um com diferentes crimes: Roubo na via pública com arma branca e Sequestro	1	4%
3 Inq.ºs só PM (2 no mesmo ano)	1	4%
8 Inquéritos Só PM (7 no mesmo ano)	1	4%
Total geral	24	100%

Tabela CXIX - Crime de pornografia de menores em relação a outros crimes, cronologicamente, por ano de abertura de investigação, de "Arguidos exclusivos" reincidentes.

Conforme apurámos, no cômputo geral, independentemente dos anos, 21 dos “Arguidos exclusivos” reincidiram unicamente no crime de pornografia de menores, no mesmo ou em diferentes anos. Da reduzida amostra de “Arguidos exclusivos” reincidentes, apenas três reincidiram em Inquéritos com outros crimes, sendo que um só reincidiu num dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual (importunação sexual).

Isto sugere-nos que esta amostra de “Arguidos exclusivos” reincidentes fá-lo maioritariamente no mesmo crime (87,5% dos 24 “Arguidos exclusivos” reincidentes), ou seja, de pornografia de menores.

Estes resultados permitem-nos concluir que dos 754 “arguidos exclusivos”, 2,78% (21 arguidos) reincidiram no crime de pornografia de menores, único crime pelo qual foram constituídos arguidos nos registos do SICPJ da PJ. Permitem-nos, simultâneamente, constatar que, do universo de “Arguidos PM” (N=961), 2,18% são arguidos exclusivos do crime de pornografia de menores e reincidentes no mesmo.

Fruto destas interessantes conclusões, impusemo-nos aprofundar o conhecimento sobre estes 21 indivíduos “Arguidos exclusivos” reincidentes no mesmo crime, tendo resultado o seguinte:

- 100% são do sexo masculino;
- 95% de nacionalidade portuguesa;
- 24% naturais do distrito de Lisboa, sendo as restantes naturalidades em menor percentagem, contudo, tendo em consideração o peso relativo da população, a maior taxa de naturalidade corresponde ao Arquipélago dos Açores, com 0,8 por cada 100.000 habitantes;
- 14%, das ocupações profissionais conhecidas, são de professor, sendo as restantes em menor percentagem, perfazendo, no total 13 ocupações profissionais diferentes, relativas a 14 “arguidos exclusivos” reincidentes no crime de pornografia de menores; por Grandes Grupos de Profissões, de acordo com a classificação do INE, mantém-se a heterogeneidade revelada na diversidade de ocupações profissionais conhecidas, sendo que o grupo com maior agregação de indivíduos (29%) é o dos trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices, seguido do de especialistas das atividades intelectuais e científicas (21%);
- 67% apresentam a situação profissional de empregado, seguidos de 20% de desempregados;
- atendendo a que estes indivíduos se encontram como arguidos em mais do que um Inquérito e por vezes, em anos diferentes, não podemos balizar todas as idades por escalões etários. Contornamos este obstáculo, apresentando as idades dos 21 arguidos, aquando do ano de início de investigação, onde está patente que 6 deles constam em Inquéritos do mesmo ano, enquanto os restantes, apresentam duas idades, correspondentes aos Inquéritos com início da investigação em anos diferentes.

Idade aquando do ano de início das investigações
21
33
35
42
58
59
19/22
24/25
32/33
33/34
33/34
34/35
39/40
39/42
40/44
45/46
48/49
51/54
61/64
63/66
66/69

Tabela CXX - Idade dos "Arguidos exclusivos" reincidentes no crime de pornografia de menores, no ano de início das investigações.

- Refira-se ainda que a amplitude das idades dos indivíduos, no ano de início de investigação, varia entre os 19 e os 69 anos de idade; a média é de 43 anos, a moda de 33 anos e o máximo tempo de intervalo entre Inquéritos, de acordo com o ano de início da investigação, é de 3 anos;
- 21% dos arguidos cuja residência é conhecida residem no distrito de Lisboa, seguido do distrito de Porto (16%), no entanto, proporcionalmente à população, é o Arquipélago dos Açores que detém a maior taxa, constituindo 0,8 por cada 100.000 habitantes;
- 57% dos arguidos, em termos de situação familiar, são solteiros;
- 70% dos relacionamentos conhecidos entre o arguido e a vítima são virtuais.

13) Relação entre o crime de abuso sexual de crianças e o crime de pornografia de menores em “Arguidos exclusivos”

Como verificámos na tabela antecedente, na amostra de “Arguidos exclusivos” reincidentes não consta qualquer referência ao crime de abuso sexual de crianças.

De facto, o único crime registado, dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, para além da pornografia de menores, é o de importunação sexual.

Relativamente ao grupo de “arguidos exclusivos” reincidentes, não se apurou qualquer relação entre o crime de abuso sexual de crianças e o de pornografia de menores.

6.2.2.4 Síntese da análise dos “Arguidos PM”

- Consta registo de 961 “Arguidos PM” em Inquéritos com o crime de pornografia de menores; deste total, 754 são “Arguidos exclusivos” (correspondem a 78,5%) e 207 são “Arguidos mistos” (21,5%); Calculámos a taxa de “Arguidos PM”, tendo resultado 9,1 por cada 100.000 habitantes;
- Por distribuição anual, é o ano de 2015 (22%) que agrega mais arguidos, seguido do de 2016 (18%);
- 94,5% dos “Arguidos PM” são do sexo masculino e 5,5% do sexo feminino, sendo o ano de 2015 que agrega a maior diferença entre os sexos;
- 95% dos arguidos dos quais há registo de nacionalidade (99,8% do total de “Arguidos PM”) são de nacionalidade portuguesa, seguida da nacionalidade brasileira e da britânica;
- No período em análise foram efetuadas 176 detenções, 97% das quais relativas a indivíduos do sexo masculino; No que respeita à nacionalidade, 97% dos detidos tinham nacionalidade portuguesa;
- Do total de “Arguidos PM” (N=961), 176 foram detidos, o que corresponde a 18%; a maior aproximação relativa entre o número de arguidos e o número de detenções ocorre no ano de 2013 (26% dos arguidos foram detidos);

- Foi aplicada a medida de coação de prisão preventiva a 59 indivíduos (98,3% do sexo masculino), o que representa 33,5% dos detidos; apesar das flutuações, há uma tendência crescente para a aplicação da prisão preventiva a detidos, culminando no valor mais elevado de sempre no ano de 2017, onde 41,9% dos detidos foram sujeitos a prisão preventiva; no cômputo geral, 6% dos “Arguidos PM” foram sujeitos a prisão preventiva;
- 21,5% dos arguidos dos quais há registo de naturalidade (98,6% do total dos “Arguidos PM”) são naturais do distrito de Lisboa (204 arguidos, 21,5%), seguido do distrito do Porto (154 arguidos, 16,2%) e do de Aveiro (76 arguidos, 8%); a naturalidade estrangeira mais representada é a angolana (25 arguidos, 2,6%); A taxa apurada da proporcionalidade entre os locais e o respetivo número de habitantes resultante informa que são o Arquipélago dos Açores (13,4) e o distrito de Castelo Branco (10,7) com maior taxa por cada 100.000 habitantes;
- No que respeita à ocupação profissional conhecida dos “Arguidos PM” (51% do grupo de “Arguidos PM”, 492 indivíduos) é o Grande Grupo das Profissões do INE “Especialistas das atividades intelectuais e científicas” que agrega o maior número de “Arguidos PM” (93 indivíduos, 19%) seguido do “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” (83 indivíduos, 17%) e do “Trabalhadores não qualificados” (76 indivíduos, 15%);
- No Grande Grupo das Profissões “Especialistas das atividades intelectuais e científicas” do nosso grupo de “Arguidos PM” é a profissão de professor que agrega mais arguidos (22), seguida da profissão de engenheiro de informática (8) e de “Advogado” (6);
- No leque de profissões relatadas pelos “Arguidos PM”, não agrupadas pelas nomenclaturas do INE, é a profissão de “professor” que agrega maior número de arguidos PM (22 arguidos), seguida de “segurança (vigilante privado), outros porteiros e similares” (21) e “empresário” (15);

- A situação profissional conhecida (69,8% do total de “Arguidos PM”, 671 indivíduos) regista que a mais representativa é a de “empregado” (335 indivíduos, 50%), seguida de “estudante” (162 indivíduos, 24%);
- A média anual da idade dos “Arguidos PM”, no ano de início da investigação, varia entre os 43 (em 2007) e os 30 anos (em 2017); a média total é de 35 anos de idade e a moda de 16 anos; A média anual da idade dos “Arguidos PM” no ano de início de acontecimento (das quais são conhecidas 56,9% do total dos “Arguidos PM”) varia entre os 17 anos (em 2006) e os 42 (em 2003), sendo que a média total corresponde a 34 anos de idade;
- Comparando os resultados das duas metodologias no que concerne à média anual da idade dos “Arguidos PM”, constatamos que o maior desfasamento entre ambos os resultados ocorre não só na diferença entre as médias anuais (veja-se a diferença da média relativa ao ano de 2012, onde se apurou que a idade do arguido à data do início da investigação era de 41 anos, enquanto que à data do início da ocorrência era de 35 anos, evidenciando uma diferença de 6 anos), mas também no diferencial dos anos a ter em consideração (a data de início de acontecimento remonta ao ano de 2003, enquanto a data de início de investigação na PJ inicia-se em 2007);
- No que respeita aos 12 escalões etários instituídos, apurados pelo ano do início ou abertura da investigação, predomina o escalão “16-20”, com 19,8% do total de “Arguidos PM” (190 indivíduos), seguido do escalão “36-40” (132 indivíduos, 13,7%) e do “31-35” (114 indivíduos, 11,9%);
- No tocante aos 13 escalões etários apurados pelo ano de início do acontecimento (as idades conhecidas correspondem a 56,9% do grupo dos “Arguidos PM”), é o escalão “16-20” o predominante, com 22,9% dos “Arguidos PM” (125 indivíduos), seguido do “36-40” (68 indivíduos, 12,4%) e do “21-25” (63 indivíduos, 11,5%);

- Concluímos que, não obstante a diferente metodologia do apuramento dos escalões etários, prevalecem os mesmos em ambas as metodologias, pela seguinte ordem de primazia: “16-20”, “36-40” e “21-25”;
- No que tange à residência do “Arguidos PM” (das quais são conhecidas 92,6% do total de “Arguidos PM”) destacamos o distrito de Lisboa (198 indivíduos da amostra, 22,2%), seguido do distrito do Porto (170 indivíduos, 19,1%) e do de Setúbal (87 indivíduos, 9,8%); Sob a perspetiva da porporcionalidade relativamente ao número da habitantes dos locais de residência dos “Arguidos PM”, apurámos que o distrito com maior taxa é o de Coimbra (10,7);
- Com o cruzamento das variáveis escalão etário e residência dos “Arguidos PM”, com os respetivos valores absolutos, apurou-se que o escalão etário predominante com residência no distrito de Lisboa são os escalões “16-20” e “31-35” anos de idade; no distrito do Porto é o escalão “16-20” anos e no distrito de Setúbal são os escalões “16-20” e 36-40”;
- Os três escalões etários que medeiam entre os 41 e os 55 anos de idade obtêm maior número de registos no distrito do Porto do que no de Lisboa, enquanto que o distrito de Lisboa prevalece sobre o do Porto nos escalões que medeiam entre os 21 e os 40 anos de idade; A terceira residência com maior incidência dos “Arguidos PM”, sita no distrito de Setúbal, regista um maior número de indivíduos nos escalões etários “16-20” e “36-40” anos de idade;
- O local de residência por ano de início de investigação demonstra que a residência no distrito de Lisboa é preponderante em quase todos os anos em análise, exceto em 2013 e 2016, onde lidera o distrito do Porto; No entanto, a maior taxa por cada 100.000 habitantes regista-se no distrito de Coimbra (10,7);
- No atinente à situação familiar, das quais são conhecidas 93,5% do grupo de “Arguidos PM”, a dominante é a de solteiro (constituída por 583 indivíduos, o que corresponde a 64,8% da amostra de situações conhecidas, seguida da de casado (235 indivíduos, 26,1%);

- Dos relacionamentos entre os “Arguidos PM” e as vítimas, dos quais só temos informação relativamente a 42,1% (557 indivíduos) destaca-se o relacionamento “virtual” mediado pelas TIC, com 52,2% da amostra (291 indivíduos), seguido do “nenhum”, com 27,1% da amostra (151 indivíduos), sendo que o “conhecido” ocupa o terceiro lugar na prevalência, com 7,2% da amostra (40 indivíduos);
- O relacionamento “virtual” atinge o máximo de registos no ano de 2015 (77 arguidos) e o ano de 2016 regista o mesmo número de arguidos nos relacionamentos “virtual” e “nenhum”;
- A reincidência em “Arguidos PM” regista-se em 15% dos indivíduos (140 arguidos), sendo que 821 indivíduos não têm registo de reincidência (corresponde a 85% do total de “Arguidos PM”);
- Quanto ao número de Inquéritos por arguido, a amplitude varia entre os 12 e apenas 1 Inquérito;
- No que respeita à relação cronológica entre a intervenção dos arguidos em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” e outros, por ano de abertura de investigação, constatámos o seguinte:
 - i) 69 indivíduos (49% da amostra dos 140 reincidentes) reincidiram noutros crimes que não em crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual ou são reincidentes unicamente no crime de pornografia de menores;
 - ii) 71 arguidos (51% da amostra de arguidos reincidentes) reincidiram em outros “crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”, sendo que 40 destes são arguidos em Inquéritos com o crime de pornografia de menores cujo ano de abertura da investigação é posterior à abertura da investigação de outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual;

- iii) Na relação entre os crimes de pornografia de menores e de abuso sexual de crianças, constatámos que 59 indivíduos foram arguidos em ambos os crimes;
- iv) O crime de pornografia de menores, em 40 arguidos (correspondendo a 68% da *subamostra* de 59 arguidos em ambos os crimes de abuso e pornografia de menores) registou-se depois do crime de abuso sexual de crianças; O crime de pornografia de menores registou-se antes do abuso sexual de crianças em 7 indivíduos, o que equivale a 12% da *subamostra*;
- v) Relativamente à reincidência criminal, os resultados indicam antecedência temporal do crime de abuso sexual de crianças face à descoberta do crime de pornografia de menores.

6.2.2.5 Síntese da análise e comparação entre “Arguidos mistos” e “Arguidos exclusivos”

- Dos 961 arguidos identificados em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores, no período em análise, 207 são “Arguidos mistos” e 754 são “Arguidos exclusivos” (21,5% e 78,5%, respetivamente, do total de “Arguidos PM”); Proporcionalmente, atendendo ao total da população portuguesa, a taxa de “Arguidos mistos” é de 2 e a de “Arguidos exclusivos” é de 7,1 por cada 100.000 habitantes;
- O ano de início de investigação com maior número de “Arguidos mistos” foi o de 2016, com 50 indivíduos, o que corresponde a 24,2% do grupo, ao passo que o ano de início de investigação com maior número de “Arguidos exclusivos” foi o de 2015, com 175 indivíduos, correspondendo a 23,2% do grupo;
- Anualmente, tem-se constatado um número crescente de “Arguidos mistos” (exceto no ano 2013, onde se registou uma quebra na tendência crescente), enquanto que nos “Arguidos exclusivos” também se verifica uma tendência crescente, embora com flutuações, pois ocorreu decréscimo do ano de 2015 para 2016. O resultado para o ano de 2017 nos “Arguidos exclusivos” parece

evidenciar uma diminuição considerável, inferior aos valores absolutos registados nos anos anteriores, nomeadamente em 2014, 2015 e 2016;

- 97,6% dos “Arguidos mistos” são do sexo masculino (corresponde a 202 indivíduos) e 2,4% do feminino (5 indivíduos); no que respeita aos “Arguidos exclusivos”, 93,6% são do sexo masculino (706 indivíduos) e 6,4% do sexo feminino (48 indivíduos);
- O ano que agrega o maior número de “arguidos mistos” do sexo masculino é o de 2016, com 48 indivíduos, enquanto que nos “Arguidos exclusivos” é o ano de 2015, com 164 indivíduos;
- 94,7% dos “Arguidos mistos” e 94,8% dos “Arguidos exclusivos” (da amostra de 752 arguidos dos quais é conhecida a nacionalidade, correspondendo a 99,7% do grupo “Arguidos exclusivos”) são de nacionalidade portuguesa; as nacionalidades estrangeiras em ambos os grupos de arguidos correspondem a percentagens inferiores 5,5%, incluindo as duplas nacionalidades, em ambos os grupos de arguidos;
- No que concerne à naturalidade, apurámos o seguinte:
 - i) Os “Arguidos mistos” (dos quais são conhecidas 203 nacionalidades, 98%) registam, por ordem decrescente, a preponderância das nacionalidades nos distritos do Porto (46 indivíduos) e de Lisboa (31 indivíduos); no tocante às nacionalidades dos “Arguidos exclusivos” (das quais são conhecidas 98,8%, correspondendo a 745 indivíduos), verifica-se grande variedade e é a naturalidade do distrito de Lisboa que predomina, com registo de 173 indivíduos (corresponde a 23,2% da amostra), seguida da do Porto (108 indivíduos, 14,5% da amostra);
 - ii) Contudo, se atendermos à distribuição relativa das nacionalidades portuguesas, apurada com recurso aos resultados dos Censos de 2011, verificamos que se evidenciam nos “Arguidos mistos”, com as taxas mais elevadas, os distritos de Aveiro (1,8) e Porto (1,7), enquanto que nos

- “Arguidos exclusivos” se destaca o Arquipélago dos Açores (12,2) seguido do distrito de Castelo Branco (10,2);
- iii) As naturalidades estrangeiras nos “Arguidos mistos” são pouco expressivas e a que agrega mais registos é a angolana (6 indivíduos, 2,9% da amostra), enquanto que nos “Arguidos exclusivos” são a brasileira (21 indivíduos, 2,8% da amostra), seguida da angolana (19 indivíduos, 2,6% da amostra);
 - iv) O ano de 2016 é aquele onde se regista o maior número de naturalidades dos “Arguidos mistos” associadas ao distrito do Porto (18 indivíduos), enquanto que nos “Arguidos exclusivos” é o ano de 2015, associados ao distrito de Lisboa (54 indivíduos);
- Sendo conhecidas 63,3% das ocupações profissionais dos “Arguidos mistos” (131 indivíduos), o Grande Grupo das Profissões de acordo com a classificação do INE, com preponderância no grupo de “Arguidos mistos” é o dos “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” (28 indivíduos, 21,4% da amostra), com maior preponderância no ano de 2014, seguido do de “Trabalhadores não qualificados” (21 indivíduos, 16%), com maior incidência no ano de 2016; relativamente aos “Arguidos exclusivos” apenas são conhecidas as de 361 arguidos, o que corresponde a 47,8% do grupo. Nesta amostra do grupo de “Arguidos exclusivos”, o Grande Grupo de Profissões segundo a classificação do INE, que mais se destaca é o de “Especialistas das atividades intelectuais e científicas”, constituindo 20,5% da amostra (74 indivíduos), com maior incidência no ano de 2012, seguido do grupo “Técnico e profissões de nível intermédio” (55 indivíduos, 15,2% da amostra), com maior incidência no ano de 2015;
- No Grande Grupo de Profissões “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” as profissões com maior incidência, no que concerne aos “Arguidos mistos” são as seguintes: cozinheiro (3 indivíduos), calceteiro (2 indivíduos) e canalizador (2 indivíduos); Quanto aos “Arguidos exclusivos”, no Grande Grupo de Profissões “Especialistas das atividades intelectuais e científicas”, são as seguintes: professor (19 indivíduos), Engenheiro de

informática (8 indivíduos) e Advogado (4 indivíduos). Contudo, às profissões de professor e de engenheiro podem ser considerados outros subtipos com menor número de registos na amostra de “Arguidos PM”, o que atingiria um total de 23 indivíduos com a ocupação profissional de professor, independentemente do grau académico que leciona, assim como um total de 20 arguidos com ocupação profissional na área das engenharias;

- Se atendermos às profissões inscritas no SICPJ, sem as enquadrar nas classificações do INE, obtemos resultados diferentes, destacando-se a ocupação profissional de empresário com o maior número de “Arguidos mistos” (5 indivíduos), seguido de motorista (4 indivíduos) e em terceiro lugar, *ex aequo*, as ocupações profissionais de cozinheiro, empregado fabril, escriturário, professor e vendedor (3 indivíduos cada); no que concerne aos “Arguidos exclusivos” a ocupação profissional com maior número de arguidos é a de professor (19 indivíduos, resultado que já referimos ser relativo), seguido da de “Segurança (vigilante privado), outros porteiros e similares” (19 indivíduos) e, em terceiro lugar de incidência, *ex aequo*, as ocupações profissionais de eletricista, empresário e técnico de informática (10 indivíduos cada);
- Sendo do nosso conhecimento 72,9% das situações profissionais dos “Arguidos mistos” (o que corresponde a 151 indivíduos), a situação que mais se destaca nesta amostra é a de empregado, obtendo 50% dos registos (76 indivíduos), seguida da de desempregado, com 21% (31 indivíduos) e de estudante, com 16% (24 indivíduos); No que concerne aos “Arguidos exclusivos”, dos quais obtemos informação relativa a 520 indivíduos, correspondendo a 70% do grupo, destacamos a situação de empregado (a qual agrega 259 arguidos, o que corresponde a 50% da amostra), seguida da de estudante (constituída por 138 indivíduos, 27% da amostra) e da de desempregado (71 indivíduos, 14%);
- No que concerne à idade, por ano de início de investigação, constatámos o seguinte:

- i) O grupo de “Arguidos mistos” apresenta uma amplitude de médias anuais que varia entre os 31 e os 46 anos de idade, a média total é de 38 anos e a moda são os 17 anos de idade; o grupo de “Arguidos exclusivos” apresenta uma amplitude entre os 29 e os 40 anos de idade, a média total é de 35 anos e a moda são os 16 anos de idade;
 - ii) Nos “Arguidos mistos” o escalão etário predominante é o que engloba as idades compreendidas entre os 16 e os 20 anos de idade (17,9% do grupo “Arguidos mistos”), seguido do escalão “31-35” (13%); quanto aos “Arguidos exclusivos” resultou que o escalão etário é também o “16-20” (20,3% do grupo), seguido do escalão “36-40” (14,1% da amostra);
- Quanto à idade, apurada através do ano de início de acontecimento ou ocorrência do ilícito, resultou o seguinte:
- i) No que respeita ao grupo de “Arguidos mistos”, dos quais só detemos 29,5% da informação (correspondendo a 61 indivíduos) a amplitude de médias anuais varia entre os 27 e os 57 anos de idade; a média total é de 35 anos e a amplitude das médias anuais é menor do que no apuramento tendo em consideração a data de início de acontecimento; Quanto aos “Arguidos exclusivos”, detemos 64,5% da informação (correspondendo a 486 arguidos), apurando desta amostra que a amplitude das médias anuais varia entre os 17 e os 42 anos e a média total é de 34 anos de idade;
 - ii) Relativamente aos escalões etários dos “Arguidos mistos” (como já referido, só detemos 29,5% da informação, correspondendo a 61 indivíduos), apurou-se que o escalão etário preponderante é o de “16-20” com 20% da amostra (12 indivíduos), seguido do escalão “36-40” anos de idade (15%, 9 indivíduos); concluímos que a preponderância é semelhante à apurada relativamente ao ano de início de investigação, sendo que o segundo escalão mais predominante é o de “31-35” seguido de perto pelo escalão “36-40”; Quanto aos “Arguidos exclusivos” (como já referido, só dispomos de 64,5% da informação, relativa a 486 arguidos), o escalão etário mais recorrente é novamente o “16-20” com 23,3% da amostra (113 indivíduos), seguido do escalão “36-40” com 12,1% da

- amostra (59 indivíduos) e, em terceiro lugar, o escalão “21-25” correspondendo a 11,5% da amostra (56 indivíduos);
- iii) Independentemente da metodologia adotada, seja atendendo à data do início da investigação ou à data do início do acontecimento, o resultado é muito semelhante, senão vejamos: a) se somarmos os escalões etários, constatamos que quase 70% da amostra é constituída por “Arguidos exclusivos” entre os 16 e os 40 anos de idade; b) os escalões etários “16-20” e “36-40” são os preponderantes em ambas as metodologias;
- O local de residência predominante dos “Arguidos mistos” (dos quais dispomos de 95,6% da informação a este respeito, correspondendo a 198 indivíduos) situa-se no distrito do Porto (27% da amostra, 54 indivíduos), seguido dos distritos de Lisboa e Aveiro, com 18% e 10% respetivamente; No tocante aos “Arguidos exclusivos” (dos quais dispomos de 91,8% do grupo, equivalendo a 692 indivíduos) é o distrito de Lisboa (162 indivíduos, correspondendo a 23,4% da amostra), seguido do Porto (116 indivíduos, 16,8%) e de Setúbal (81 indivíduos, 11,7%); O apuramento da taxa de incidência dos “Arguidos mistos” nos locais de residência, proporcionalmente ao respetivo número de habitantes, destacou os distritos de Viana do Castelo (2,5) e Porto (2) com tendo as taxas mais elevadas e, no que respeita aos “Arguidos exclusivos” destacou os distritos de Coimbra (10,2), Castelo Branco e Arquipélago dos Açores (cada um com uma taxa de 9,7 por cada 100.000 habitantes);
- Cruzando as categorias escalão etário (apurado pelo ano de início da investigação) e local residência dos “Arguidos mistos” (valores absolutos), verificámos que o escalão etário “16-20” obtém o maior número de registos nos distritos do Porto e Braga, enquanto o escalão etário “31-35” obtém o maior número de registos no distrito de Aveiro; Sob a mesma análise, no que respeita aos “Arguidos exclusivos”, o escalão etário “16-20” obtém maior número de arguidos nos distritos de Lisboa e Porto, enquanto Setúbal têm o maior número de arguidos no escalão “26-30” e Aveiro no escalão “21-25”;

- Cruzando as categorias ano de abertura de investigação na PJ com o local de residência dos “Arguidos mistos” apurámos que a maior incidência absoluta do distrito do Porto se registou no ano 2016, seguido do ano de 2012. No distrito de Lisboa, a maior incidência registou-se nos anos 2010 e 2014 e no de Aveiro, no ano de 2016, seguido de 2014; efetuando a mesma análise para os “Arguidos exclusivos” verificámos que a maior incidência nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal se registou no ano de 2015, enquanto no distrito de Aveiro se registou o maior número de “Arguidos exclusivos” no ano de 2016;
- A situação familiar dos “Arguidos mistos” (dos quais dispomos de informação relativamente a 97,6% do grupo) demonstra predominância da situação de solteiro (117 arguidos, 57,9% da amostra), seguida da de casado (52 arguidos, 25,7% da amostra). Quanto à sua distribuição anual, ocorre a de solteiros em 2016 (33 indivíduos), enquanto a de casado ocorreu em 2015 (12 indivíduos); Sob a mesma análise, os “Arguidos exclusivos” (dos quais dispomos de informação relativamente a 697 indivíduos, o que compreende 92,4% do grupo) agregam o maior número de indivíduos na situação de solteiro (466 indivíduos, 66,9% da amostra) seguida da situação de casado (183 indivíduos, 26,3%) e da de divorciado (41 indivíduos, 5,9%). Quanto à sua distribuição anual, em todos os anos sob análise, a situação de solteiro é a que apresenta o maior número de “Arguidos exclusivos”, demonstrativo de consistência no tipo de situação familiar;
- O relacionamento entre arguidos e as vítimas, no que respeita ao grupo de “Arguidos mistos” (do qual só detemos informação relativamente a 64,7% do grupo, correspondendo a 134 indivíduos) sobressai o relacionamento “virtual” (37,3% da amostra, 50 indivíduos), seguido do “nenhum” (24,6% da amostra, 33 indivíduos). Sob a perspetiva temporal, é o ano de 2016 que agrega o maior número de relacionamentos “virtuais”; No que concerne aos “Arguidos exclusivos”, padece igualmente de uma elevada ausência de informação, pelo que só detemos 56,1% do total do grupo, correspondente a 423 indivíduos. Na amostra de “Arguidos exclusivos” também é o relacionamento “virtual” que agrega o maior número de arguidos (241 indivíduos, 57% da amostra), seguido

do “nenhum”, com 118 arguidos (27,9% da amostra). Em termos cronológicos, é o ano de 2015 que agrega o maior número de relacionamentos “virtuais”, no entanto, nos anos de 2016 e 2017 é o “nenhum” que apresenta os maiores valores;

- No apuramento da reincidência de suspeição sobre arguidos, verifica-se que, dos 207 “Arguidos mistos” apurados, 116 foram também arguidos noutros Inquéritos, ao longo da sua vida, o que se repercute numa proporção de 56% do grupo; Apuramento similar foi efetuado para o grupo de “Arguidos exclusivos” tendo-se concluído que, dos 754 “Arguidos exclusivos” apurados, 24 foram também arguidos noutros Inquéritos no decurso da sua vida, o que resulta numa proporção de 3% do grupo; É evidente a disparidade de percentagem de reincidência entre ambos os grupos de arguidos que ascende a 53% de diferença;
- No tocante à reincidência, estabelecendo a relação cronológica entre os Inquéritos com o crime de pornografia de menores e os outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, resultou o seguinte:
 - i) Na amostra de “Arguidos mistos” reincidentes:
 - a. Dos reincidentes (116 indivíduos), constatou-se que 39,7% reincidiram em crimes diversos, sendo que os restantes 60,3% (70 indivíduos) reincidiram noutros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual;
 - b. Dos reincidentes noutros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual (70 indivíduos), 40 estão em Inquéritos com o crime de pornografia de menores cujo início de investigação ocorreu depois do início de investigação dos outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual (o que corresponde a 57,1% dos “Arguidos mistos” reincidentes noutros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual;
 - c. Dos reincidentes (116 indivíduos) 59 reincidiram no crime de abuso sexual de crianças, o que corresponde a 84,3% dos “Arguidos mistos” reincidentes, tal significando que o crime de abuso sexual de crianças

é o crime com maior representação na reincidência de “Arguidos mistos” do leque de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual;

- d. Destes reincidentes, 40 indivíduos (68% dos indivíduos que reincidiram em Inquéritos com o crime de abuso sexual de criança) reincidiram em Inquéritos com o crime de pornografia de menores cuja investigação iniciou depois do início da investigação do crime de abuso sexual de menores, sendo este o mesmo resultado que se apurou relativamente aos “Arguidos PM”, pelo que se conclui que só os “Arguidos mistos” reincidiram no crime de abuso sexual de crianças;

ii) Na amostra de “Arguidos exclusivos” reincidentes:

- a. Dos reincidentes (24 indivíduos), constatamos que 21 destes reincidiram exclusivamente no mesmo crime de pornografia de menores, 1 reincidiu num dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual (importunação sexual) e 2 reincidiram em crimes diversos;
- b. Resultou desta análise que da amostra de “Arguidos exclusivos” reincidentes, 87,5% (21 arguidos) reincidiram precisamente no mesmo crime de pornografia de menores e que nenhum foi constituído arguido pelo crime de abuso sexual de crianças;
- c. Dos 21 “Arguidos exclusivos” reincidentes unicamente no crime de pornografia de menores (correspondem a 2,78% dos “Arguidos exclusivos” ea 2,18% dos “Arguidos PM”) podemos destacar as seguintes características:
 - i. 100% do sexo masculino;
 - ii. 95% de nacionalidade portuguesa;
 - iii. 24% naturais do distrito de Lisboa, sendo as restantes naturalidades em menor percentagem, contudo, do apuramento da taxa por 100.000 habitantes resultou que a taxa mais elevada corresponde ao Arquipélago dos Açores (0.8);

- iv. 21% dos arguidos cuja residência é conhecida residem no distrito de Lisboa, no entanto, proporcionalmente ao número de habitantes, é novamente o Arquipélago dos Açores que detém a maior taxa, constituindo 0,8 por cada 100.000 habitantes;
- v. 14% das ocupações profissionais conhecidas são de professor, sendo as restantes em menor percentagem, perfazendo, no total, um total de 13 ocupações profissionais diferentes relativas a 14 “Arguidos exclusivos” reincidentes somente no crime de pornografia de menores;
- vi. Por Grandes Grupos de Profissões, de acordo com a classificação do INE, mantém-se a heterogeneidade revelada na diversidade de ocupações profissionais conhecidas, sendo que o grupo com maior agregação de indivíduos (29%) é o dos “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”, seguido do de “especialistas das atividades intelectuais e científicas” (21%);
- vii. 67% apresentam a situação profissional de empregado;
- viii. Com um amplo leque de idades no ano de início de investigação dos Inquéritos onde são arguidos (entre 19 e 69 anos de idade), sendo a média de 43 anos e a moda de 33 anos de idade;
- ix. Maioritariamente solteiros (57%);
- x. Maioritariamente com relacionamento virtual com a vítima (70%).

6.2.3 Vítimas

Constatámos o registo de 900 vítimas em Inquéritos iniciados no período indicado, com referência ao crime de pornografia de menores, entre outros crimes registados nestes mesmos Inquéritos.

Confrontados com a relativa homogeneidade do universo das vítimas, ponderámos a desnecessidade de efetuar a mesma análise “tripartida” para todas as variáveis que efetuámos para os arguidos. Não obstante, apresentaremos os dados e análise das variáveis sobre o número de vítimas, idade (distintamente, por idade no ano de abertura da investigação na PJ e idade no ano do início do acontecimento), naturalidade e local de residência, de acordo com os três grupos de Inquéritos aos quais já nos referimos, isto é, os “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, os “Inquéritos mistos” e os “Inquéritos exclusivos de PM”.

Efetuada as respetivas ressalvas, debruçamo-nos sobre as vítimas do crime de pornografia de menores em Portugal identificadas no SICPJ, em Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores, em 19 de julho de 2017.

6.2.3.1 Vítimas: análise de acordo com os grupos de Inquéritos

1) Número de vítimas

De acordo com os Censos de 2011, concretizados pelo INE e tendo em consideração a população total de 10.562.178 habitantes, resulta uma taxa de vítimas pelo crime de pornografia de menores de 8,5 por cada 100.000 habitantes. Verificámos que as vítimas se encontram distribuídas, por ano de abertura da investigação na PJ, da seguinte forma:

Ano de início da investigação	Vítimas em "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores"		Vítimas em "Inquéritos exclusivos de PM"		Vítimas em "Inquéritos mistos"	
	N.º	% de diferença anual	N.º	% de diferença anual	N.º	% de diferença anual
2007	5		2		3	
2008	27	440%	25	1151%	2	-33%
2009	31	15%	27	8%	4	100%
2010	46	48%	38	41%	8	100%
2011	36	-22%	27	-29%	9	13%
2012	49	36%	39	45%	10	11%
2013	53	8%	46	18%	7	-30%
2014	200	278%	157	241%	43	515%
2015	169	-15%	117	-25%	52	21%
2016	181	7%	106	-9%	75	44%
2017	103	-43%	83	-22%	20	-73%
Total	900		667		233	

Tabela CXXI – Vítimas pelos três grupos de Inquéritos, por ano de abertura de investigação.

Verificamos que o total de vítimas composto por 900 indivíduos se pode subdividir em grupos distintos, à semelhança da análise que efetuámos para os Inquéritos, sendo que estão identificadas 233 vítimas em “Inquéritos mistos” (corresponde a 25,9% do total de vítimas) e 667 vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM” (corresponde a 74,1% do total de vítimas).

A taxa de vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM” é de 6,3 por cada 100.000 habitantes.

Constatamos também que, no cômputo geral dos Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores, estão menos vítimas identificadas do que arguidos (900 e 961, respetivamente).

A evolução anual, sob a perspetiva do ano de início de investigação, evidencia um crescente número de vítimas ao longo dos anos sob análise, revelando-se em conformidade com o crescendo de Inquéritos, conforme já tivemos oportunidade de analisar. O ano que agregou o maior número de vítimas, em geral, foi o de 2014, fortemente influenciado pelas vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM” (157 vítimas), uma vez que o número de vítimas em “Inquéritos mistos” nesse ano não foi o mais elevado, mas sim o ano de 2016. Não obstante, a transição de 2013 para 2014 no número de vítimas em “Inquéritos mistos” aumentou 515%, constituindo o maior aumento de sempre de vítimas neste tipo de Inquéritos.

No que respeita ao ano de 2017, atendendo ao facto de só agregar os dados até 19 de julho e já conter a identificação de 103 vítimas, poderá indiciar, se se mantiver semelhante incidência no segundo semestre, que 2017 finalizará também com um elevado número de vítimas.

O gráfico seguinte ilustra a evolução anual do número de vítimas, de acordo com os três grupos de Inquéritos a que já aludimos.

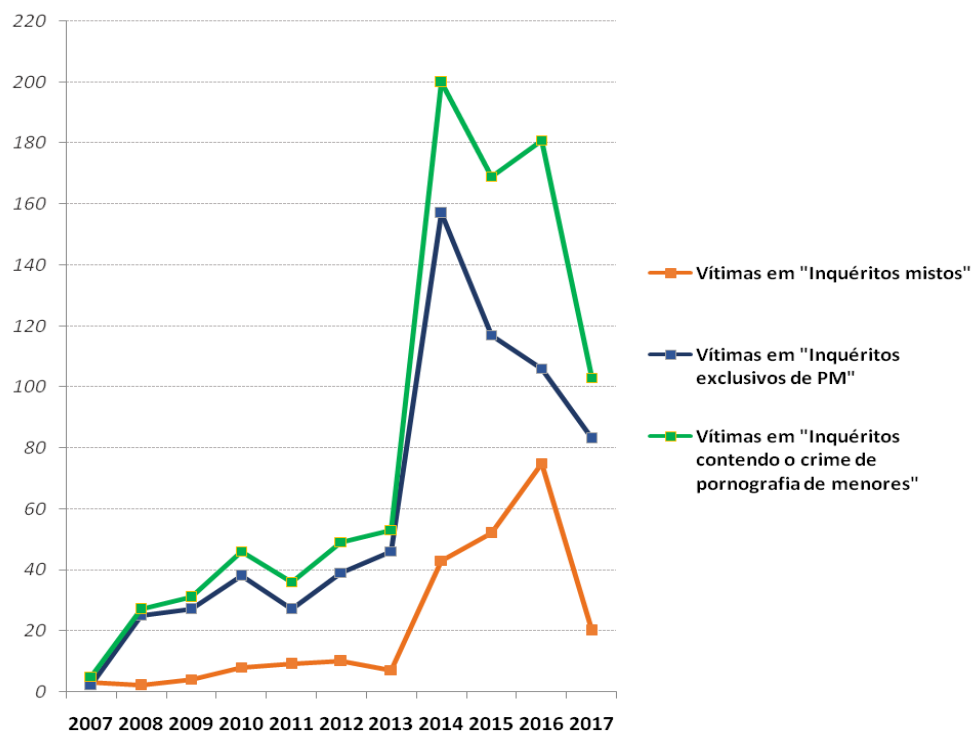


Ilustração 31 - Vítimas nos três grupos de Inquéritos, por ano de abertura de investigação.

Na perspetiva do ano de início de acontecimento ou ocorrência do ilícito, apresentamos a tabela homóloga.

Ano de início do acontecimento	Vítimas em "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores"		Vítimas em "Inquéritos exclusivos de PM"		Vítimas em "Inquéritos mistos"	
	N.º	% de diferença anual	N.º	% diferença anual	N.º	% diferença anual
2006	1		1			
2007	3	200%	3	200%		
2008	18	500%	18	500%		
2009	31	72%	27	50%	4	
2010	25	-19%	22	-18%	3	-25%
2011	23	-8%	14	-36%	9	200%
2012	41	78%	34	143%	7	-22%
2013	46	12%	36	6%	10	43%
2014	132	187%	103	186%	29	190%
2015	136	3%	102	-1%	34	17%
2016	121	-11%	79	-23%	42	24%
2017	53	-56%	44	-44%	9	-79%
Total	630		483		147	

Tabela CXXII - Vítimas pelos três grupos de Inquéritos, por ano de início de acontecimento.

Tal como nas análises anteriores, tendo em consideração o ano de início de acontecimento, revelam-se percentagens variáveis de informação ausente. No caso em apreço, no total das vítimas relativas a “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, apurou-se uma proporção de 30% de ausência de informação, enquanto que no grupo de “Inquéritos mistos” essa percentagem sobe para 36,9% e no grupo de “Inquéritos exclusivos de PM” desce para 27,6%.

Resta-nos, assim, uma amostra de vítimas constituída por 630 vítimas (à data de início de ocorrência em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”), 23,3% dos quais se referem a “Inquéritos mistos” (147 vítimas) e 76,7% se referem a “Inquéritos exclusivos de PM” (483 vítimas).

No que respeita à sua evolução anual, observa-se que o ano de 2015 é o que agrega o maior número de vítimas em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” (136 vítimas, constituindo um aumento de 3% relativamente ao ano anterior), fortemente influenciado pelo número de vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM” (102 vítimas).

Contudo, o ano com maior número de vítimas em “Inquéritos mistos” é o de 2016 (42 vítimas) e em “Inquéritos exclusivos de PM” é o de 2014 (103 vítimas).

O gráfico seguinte ilustra a evolução anual desta situação.

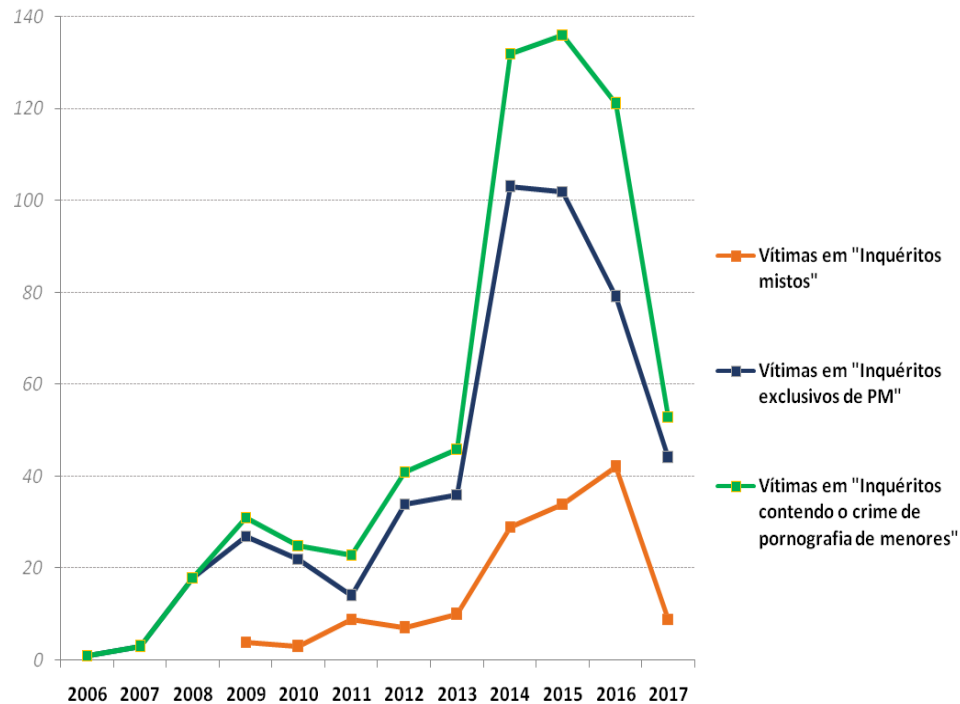


Ilustração 32 - Vítimas nos três grupos de Inquéritos, por ano de início de acontecimento.

2) Sexo

No que respeita ao sexo das vítimas, constatamos que 20 destas não possuem informação quanto ao sexo. Do universo remanescente, isto é, do universo que tem informação sobre o sexo da vítima (97,8%, N=880), 73% são do sexo feminino (640 indivíduos) e 27% são do sexo masculino (corresponde a 240 indivíduos).

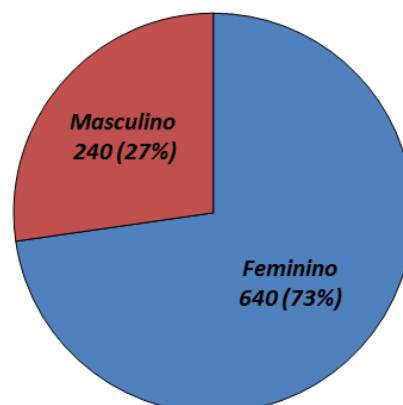


Ilustração 33 - Vítimas por sexo.

A tabela seguinte complementa a informação, porquanto podemos analisar a incidência do sexo por ano de início da investigação, apurando-se que se regista

no ano de 2014 a maior aproximação do número de vítimas entre ambos os sexos, devendo-se a um brusco aumento do número de vítimas masculinas (442% de 2013 para 2014).

Ano	Sexo feminino		Sexo masculino		Total		
	N.º	% de diferença anual	N.º	% de diferença anual	Total anual	% do total anual	% de diferença anual
2007	5				5	0,6%	
2008	19	280%	8		27	3,1%	440%
2009	24	26%	7	-12%	31	3,5%	15%
2010	36	50%	10	43%	46	5,2%	48%
2011	28	-22%	7	-30%	35	4,0%	-24%
2012	38	36%	11	57%	49	5,6%	40%
2013	39	3%	12	9%	51	5,8%	4%
2014	131	236%	65	442%	196	22,3%	285%
2015	115	-12%	53	-18%	168	19,1%	-14%
2016	132	15%	45	-15%	177	20,1%	5%
2017	73	-45%	22	-51%	95	10,8%	-46%
Total	640		240		880	100%	

Tabela CXXIII – Vítimas por sexo e por ano.

No entanto, verifica-se que a vitimação masculina nunca chega a alcançar 50% da vitimação feminina, aliás, cifra-se, na generalidade, em pouco mais de um terço da vitimação feminina, conforme podemos observar na figura seguinte.

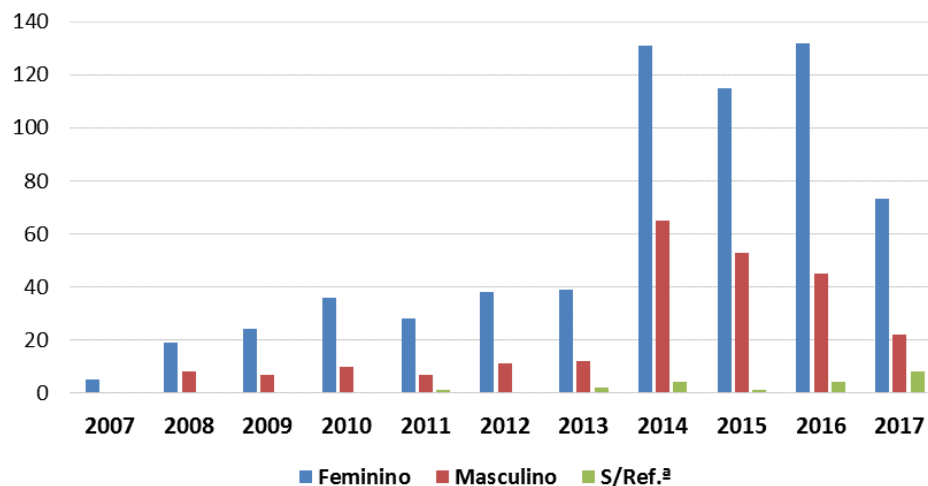


Ilustração 34 - Vítimas, por sexo e por ano.

Não é possível efetuar a comparação entre a vitimação por sexo dos dados da PJ com a registada pela DGPJ (*“Tabela XIII – Número de lesados/ofendidos em crimes registados, segundo o sexo, por crime, entre 2007 e 2016”*), relativamente à

categoria “Lenocínio e pornografia de menores” porque os valores são díspares, atendendo às circunstâncias já previamente mencionadas.

3) Nacionalidade

No que concerne à nacionalidade das vítimas, constata-se que do universo de 900, apenas 761 possuem indicação sobre a nacionalidade (corresponde a 84,6% das vítimas).

Nacionalidade das vítimas	Feminino	Masculino	N.º total de vítimas	%
Portugal	548	197	746	98,0%
Brasil	9	2	11	1,4%
Alemanha	1	0	1	0,1%
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	1	0	1	0,1%
Roménia	1	0	1	0,1%
Ucrânia	1	0	1	0,1%
<i>Total geral</i>	<i>561</i>	<i>199</i>	<i>761</i>	<i>100%</i>

Tabela CXXIV- Vítimas por nacionalidade e sexo.

No topo das nacionalidades, encontra-se a nacionalidade portuguesa, com 98% (das quais 73,5% são do sexo feminino e 26,4% do masculino), sendo as restantes valores residuais, representando pouco mais de 1%. No entanto, constata-se que, pese embora valores irrisórios, as vítimas de nacionalidade conhecida de origem estrangeira circunscrevem-se a 5 nacionalidades, correspondendo a 15 indivíduos, 13 dos quais do sexo feminino,

Das nacionalidades estrangeiras, destaca-se a brasileira por agrupar 11 vítimas, 9 das quais do sexo feminino.

4) Idade das vítimas

Para prosseguir no estudo da vítima, agrupámos as idades por escalões com pouca latitude, para maior precisão e adequação ao CP Português. Por uma questão de coerência e por crermos que esta diferenciação poderá proporcionar perspetivas diferentes, apresentaremos os dados com base em duas variáveis diferentes: a idade no ano de início da investigação na PJ e a idade no ano do início do acontecimento.

Iniciamos pela análise da idade da vítima no ano de abertura da investigação na PJ, por escalões etários.

Não obstante, não possuímos informação sobre a idade de 9 destas vítimas⁷⁴². Quanto às restantes vítimas (891, equivalendo a 99%), optámos pela sua distribuição em nove escalões etários.

Escalões etários à data do início da investigação	N.º de vítimas	%
0 - 1	5	0,6%
2 - 3	6	0,7%
4 - 5	11	1,2%
6 - 7	17	1,9%
8 - 9	28	3,1%
10 - 11	111	12,5%
12 - 13	260	29,2%
14 - 15	300	33,7%
16 - 17	153	17,2%
Total	891	100%

Tabela CXXV - Vítimas por escalões etários, apurados pelo ano da abertura da investigação, em "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores".

Pela leitura da tabela antecedente apercebemo-nos de que o escalão com as idades de 14 e 15 anos é o que agrega o maior número de vítimas (300 indivíduos), correspondendo a 33,7% da amostra de vítimas com idades conhecidas, seguido do escalão "12-13" (260 indivíduos, 29,2%).

O escalão "12-13" encontra-se no limite da vitimação perpetrada por indivíduos que, clinicamente, poderão ser eventualmente diagnosticados como pedófilos (Malón, 2012, p. 1086; Organização Mundial da Saúde, [s.d.], 2016; Shetty *et al.*, 2014, p. 3). Pressupõe-se que as vítimas deste escalão etário poderão estar fisiologicamente no início da puberdade, com a correspondente alteração dos caracteres sexuais secundários (Manuila *et al.*, 2000, p. 500). Nesta perspetiva, vítimas de indivíduos com esta psicopatologia (se assim diagnosticada) poderiam corresponder aos escalões até aos 13 anos de idade, inclusive, o que compreende, na nossa amostra, 438 vítimas, equivalendo a 49,2%.

⁷⁴² Não é possível apresentar a idade, mas o SICPJ contém campo onde é possível indicar a idade aproximada, entre dois parâmetros. Não nos socorremos desta possibilidade, pela sua impossibilidade de tratamento estatístico.

Outra perspetiva emerge do marco dos 13 anos de idade. A questão da idade pode representar um problema para a agravação da moldura penal em razão da idade, pois os 13 anos estão naquele limiar jurídico, no que respeita aos crimes de natureza sexual contra menores, que a linha cronológica dos 14 anos de idade ameniza. Além disso, os 13 anos já representam a fase inicial de maturação dos caracteres sexuais secundários, como referimos, o que compreende um desafio acrescido para a necessária classificação etária, caso a vítima seja desconhecida, para a correspondente imputação penal. Recordemos a cominação legal do agravamento em caso de menor de 14 anos e de 16 anos de idade (n.º 7 e 6, respetivamente, do art.º 177.º “Agravação” do CP).

A análise dos escalões etários por ano de início de investigação evidencia, na tabela seguinte, que o ano de abertura das investigações com maior número de vítimas foi o de 2014 (200 vítimas), contudo, não foi este o ano no qual todos os escalões etários obtiveram mais registos. O ano de 2014 registou, efetivamente, o maior número de vítimas dos escalões etários compreendidos entre os 8 e os 13 anos de idade, mas os escalões seguintes obtêm a maior concentração de vítimas nos anos seguintes, ou seja o de “14-15” em 2015 e o “16-17” em 2016.

Este resultado poderá sugerir um aumento da idade de vitimação nos anos mais recentes.

Escalões etários das vítimas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
0 - 1	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	5
2 - 3	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	6
4 - 5	0	1	1	2	0	2	0	0	1	1	3	11
6 - 7	0	1	0	3	3	1	1	3	1	4	0	17
8 - 9	0	0	2	3	4	3	2	7	4	2	1	28
10 - 11	0	4	3	8	8	8	2	33	17	15	13	111
12 - 13	4	4	5	15	7	15	18	67	54	43	28	260
14 - 15	0	8	10	10	9	13	20	64	70	68	28	300
16 - 17	1	6	8	3	4	6	10	25	21	44	25	153
Total	5	26	31	45	36	48	53	200	169	178	100	891

Tabela CXXVI - Vítimas por escalões etários, por ano, apurados pelo ano da abertura da investigação em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”.

Apurámos, a média de idades, por ano, resultando que a idade média, da soma de todos os anos, são os 13 anos de idade, conforme ilustração abaixo. No entanto, o valor mínimo situa-se nos 12 anos e o máximo nos 14 anos de idade, pelo que a média reflete a tendência de todos os anos observados.

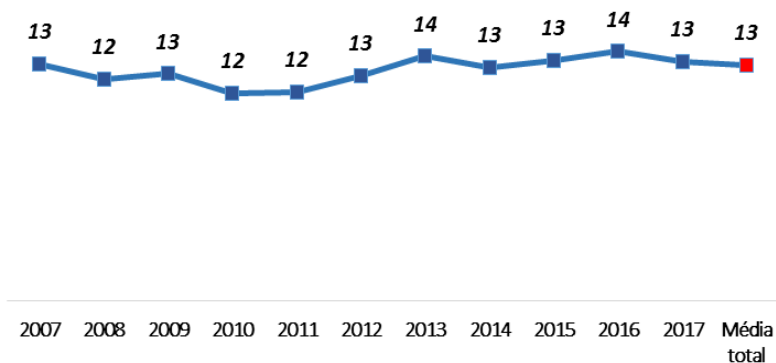


Ilustração 35 – Média de idade das vítimas, por ano, apurada pelo ano da abertura da investigação em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”.

No que concerne às moda e mediana, correspondem aos 14 anos de idade.

Efetuámos a mesma operação de apuramento em relação às vítimas em “Inquéritos mistos” e em “Inquéritos exclusivos de PM” tendo resultado o seguinte:

- a) Relativamente aos “Inquéritos mistos”, a média de idade geral das vítimas, por ano, foi também de 13 anos de idade, tal como a mediana e a moda permenceram nos 14 anos de idade. Contudo, a amplitude da média dos anos foi mais lata, pelo que optámos por carrear a respetiva tabela, para ilustrar o apurado.

Ano de abertura da investigação de "Inquéritos mistos"	N.º de vítimas	Média de Idade da vítima à data da abertura da investigação
2007	3	14
2008	2	6
2009	4	14
2010	8	8
2011	9	12
2012	10	12
2013	7	13
2014	43	13
2015	52	13
2016	75	14
2017	20	14
Total geral	233	13

Tabela CXXVII - Média da idade das vítimas por ano de abertura da investigação de "Inquéritos mistos".

Como observamos, a amplitude da média de idades das vítimas situa-se entre os 6 anos (correspondendo a 2 vítimas em "Inquéritos mistos" em 2008) e os 14 anos de idade (nos anos de 2007, 2009, 2016 e 2017);

- b) No que releva aos "Inquéritos exclusivos de PM" o resultado foi muito semelhante ao dos "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores", permanecendo a idade dos 13 anos como média geral dos anos em análise. A amplitude da média por anos revelou-se ligeiramente superior: entre os 11 anos (em 2011) e os 14 anos de idade (em 2013 e 2016). A moda e a mediana situaram-se nos 13 anos de idade.

Seguidamente apresentaremos a análise às vítimas, de acordo com a idade apurada pelo ano de início do acontecimento.

No que concerne aos escalões etários de todas as vítimas em "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores", constatamos uma elevada ausência de data de início de acontecimento, sendo que tal omissão interfere no apuramento da idade e, conseqüentemente, do escalão etário (31%, correspondendo a 277 vítimas). Das restantes 623 (69%) resulta a seguinte tabela.

Escalões etários à data do início do acontecimento	N.º de vítimas	%
0 - 1	3	0,5%
2 - 3	6	1,0%
4 - 5	7	1,1%
6 - 7	8	1,3%
8 - 9	23	3,7%
10 - 11	95	15,2%
12 - 13	194	31,1%
14 - 15	210	33,7%
16 - 17	77	12,4%
Total	623	100%

Tabela CXXVIII - Vítimas, por escalões etários, por ano do início do acontecimento em "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores".

Verificamos que, sob esta perspetiva, o escalão etário “14-15” subsiste como o prevalecente (210 vítimas, equivalendo a 33,7% da amostra) quando comparado com os escalões de idade apurados pelo ano de início de investigação, tal como o segundo escalão mais agregador, o de “12-13” anos, correspondendo a 31,1% da amostra (194 indivíduos).

O terceiro escalão mais agregador de vítimas já se revela diferente, consoante o tipo de análise efetuada, registando-se o “10-11”, com 15,2% na análise por ano de início de acontecimento, enquanto que na amostra por ano de início de investigação, se destaca, em terceiro lugar, o escalão “16-17”, com 12,4% da amostra.

Por outro lado, a média anual da idade das vítimas, apurada à data do início do acontecimento, conforme a ilustração seguinte, exhibe a média geral de 13 anos de idade, o que alinha com a apurada à data de início da investigação.

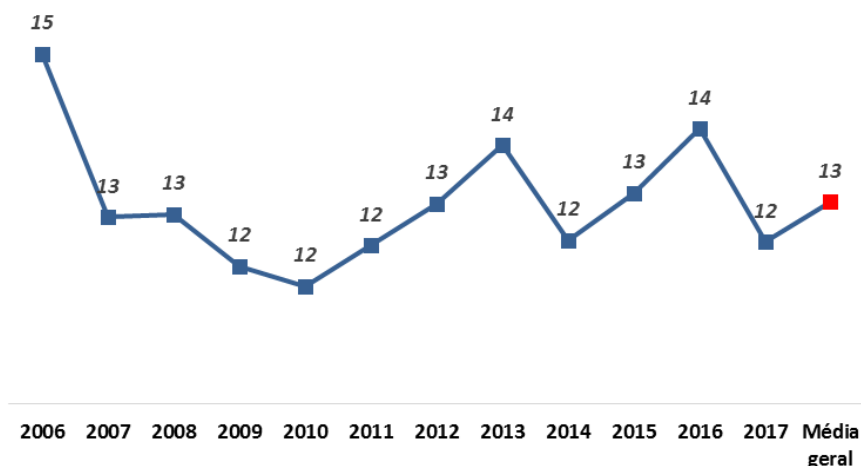


Ilustração 36 - Média da idade das vítimas por ano de início de acontecimento.

Também a amplitude de variação das médias anuais se situa entre os 12 e os 14 anos de idade, exceto no ano de 2006, no qual a média é de 15 anos de idade.

No que se refere à moda, a idade que mais se repete, na nossa amostra, são também os 14 anos de idade.

Efetuámos a mesma operação de apuramento em relação às vítimas em “Inquéritos mistos” e em “Inquéritos exclusivos de PM”, por ano de início de acontecimento, tendo resultado o seguinte:

- Relativamente aos “Inquéritos mistos”, a média de idade geral das vítimas, por ano, foi também de 13 anos de idade. A amplitude da média dos anos registou-se entre os 8 anos (2010) e os 14 anos de idade (anos de 2009 e 2016). Foi na amostra de vítimas em “Inquéritos mistos” que se registou a média mais baixa de todas, correspondendo aos 8 anos de idade;
- No que releva aos “Inquéritos exclusivos de PM” o resultado foi muito semelhante, permanecendo a idade dos 13 anos como média geral dos anos em análise. A amplitude da média por anos revelou-se ligeiramente diferente, pois inclui a idade de 15 anos (1 vítima em 2006). No entanto, situa-se entre os 12 e os 15 anos de idade.

5) Ocupação profissional

No que respeita à ocupação profissional das vítimas, atendendo à idade destas, confirmamos que uma minoria tem registo de ocupação profissional, em profissões pouco qualificadas, conforme se verifica na tabela seguinte:

Ocupação profissional	N.º de vítimas	%
Não possui	315	98,7%
Auxiliar	1	0,3%
Operador	1	0,3%
Operador de telemarketing	1	0,3%
Vendedor	1	0,3%
Total geral	319	100,0%

Tabela CXXIX - Ocupação profissional das vítimas.

Pese embora não conste referência à eventual ocupação profissional de 64,6% das vítimas (581 indivíduos), sublinha-se que dos remanescentes 319, uma fatia considerável não possui ocupação profissional (98,7%). Esta análise é complementada pela informação que consta relativamente à situação profissional.

6) Situação profissional

Entendemos como “situação profissional” o estado da ocupação profissional, onde englobamos os estudantes, não obstante ainda não terem enveredado por uma ocupação profissional. Do universo das vítimas, não consta informação sobre a situação profissional de 582, equivalendo a 64,7%. No que tange às restantes vítimas de pornografia de menores, confirmamos que a maioria são estudantes (99,1%) o que é compreensível, atendendo à faixa etária.

Situação profissional	N.º de vítimas	%
Estudante	315	99,1%
Empregado	2	0,6%
Desempregado	1	0,3%
Total	318	100%

Tabela CXXX - Vítimas por situação profissional.

7) Naturalidade

As nacionalidades das vítimas foram agrupadas, em caso de nacionalidades nacionais, por distritos e regiões autónomas e, em caso de nacionalidades estrangeiras, por países, à semelhança do que efetuámos para os arguidos.

No âmbito desta variável procedemos à análise tripartida do universo de vítimas, conforme efetuado anteriormente relativamente aos Inquéritos e arguidos.

No atinente às vítimas em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, resultou a tabela seguinte, onde constatámos que 22,9% das vítimas (206) não possui qualquer informação relativa à sua nacionalidade.

As restantes 694, correspondendo a 77,1% do total de vítimas, distribuem-se pelas seguintes nacionalidades.

Naturalidades	N.º de vítimas	%
Porto	200	28,8%
Aveiro	91	13,1%
Lisboa	78	11,2%
Braga	56	8,1%
Viana do Castelo	41	5,9%
Arquipélago dos Açores	31	4,5%
Coimbra	25	3,6%
Castelo Branco	22	3,2%
Viseu	22	3,2%
Leiria	21	3,0%
Setúbal	20	2,9%
Brasil	14	2,0%
Faro	14	2,0%
Arquipélago da Madeira	7	1,0%
Santarém	7	1,0%
Évora	6	0,9%
Vila Real	5	0,7%
Beja	4	0,6%
França	4	0,6%
Guarda	4	0,6%
Luxemburgo	3	0,4%
Portalegre	3	0,4%
Bragança	2	0,3%
Canadá	2	0,3%
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	2	0,3%
São Tomé e Príncipe	2	0,3%
África do Sul	1	0,1%
Alemanha	1	0,1%
Cabo Verde	1	0,1%
Espanha	1	0,1%
Roménia	1	0,1%
Suiça	1	0,1%
Ucrânia	1	0,1%
Equador	1	0,1%
Total	694	100%

Tabela CXXXI - Vítimas em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, por naturalidade.

Destacam-se, com o maior número absoluto de vítimas, o distrito do Porto (200 vítimas, 28,8% da amostra), seguida de Aveiro (91 vítimas, 13,1% da amostra) e só então, do distrito de Lisboa (78 vítimas, 11,2% da amostra).

No entanto, a naturalidade com a maior taxa de representatividade na distribuição da população portuguesa pelas divisões geográficas optadas corresponde ao distrito de Viana do Castelo (16,7) seguido do de Aveiro (12,7). Os distritos com

menores taxas são os de Bragança e de Santarém (1,5 cada, por cada 100.000 habitantes).

A naturalidade estrangeira com maior incidência é a brasileira, registando-se 14 vítimas (2% da amostra), embora seja digno de nota que há registo relativamente a 14 países diferentes de naturalidade das vítimas, compreendendo um total de 35 vítimas com naturalidade estrangeira, correspondendo a 5% da amostra.

Vejamos se relativamente aos “Inquéritos mistos” a incidência das naturalidades sofre alterações, na tabela seguinte.

Naturalidade	N.º de vítimas em "Inquéritos mistos"	%
Porto	60	32,8%
Lisboa	22	12,0%
Braga	21	11,5%
Viana do Castelo	20	10,9%
Aveiro	17	9,3%
Arquipélago dos Açores	10	5,5%
Brasil	4	2,2%
Faro	4	2,2%
Beja	3	1,6%
Setúbal	3	1,6%
Viseu	3	1,6%
Coimbra	2	1,1%
Évora	2	1,1%
Leiria	2	1,1%
Santarém	2	1,1%
África do Sul	1	0,5%
Canadá	1	0,5%
Equador	1	0,5%
Guarda	1	0,5%
Portalegre	1	0,5%
Roménia	1	0,5%
Suiça	1	0,5%
Vila Real	1	0,5%
Total	183	100%

Tabela CXXXII - Vítimas em "Inquéritos mistos" por naturalidade.

Das 233 vítimas em “Inquéritos mistos”, 50 não dispõem de informação quanto à sua naturalidade, o que corresponde a 21,5% do grupo. Das restantes 183 (78,5% do grupo) observamos que o distrito do Porto permanece como a naturalidade com

maior número de vítimas, correspondendo a 32,8% da amostra, seguido do distrito de Lisboa, com 12%.

Repetindo os mesmos cálculos para apuramento da taxa de incidência são o distrito de Viana do Castelo (8,2) e o Arquipélado dos Açores (4,1) que detêm a maior taxa, ao contrário de outras áreas geográficas cuja taxa apurada não ascende a 0,1, tais como Bragança, Castelo Branco e o Arquipélago da Madeira.

No que respeita às nacionalidades estrangeiras, regista-se novamente a predominância da brasileira (4 vítimas, 2,2% da amostra). Não obstante, há registo de 6 países diferentes como nacionalidade em “Inquéritos mistos”, agregando 9 vítimas, o que corresponde a 4,9% da amostra.

Segue-se a informação relativamente à nacionalidade de vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM”, na qual se encontra ausente informação relativa a 156 vítimas, correspondendo a 23,4% do grupo de vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM”. Dos restantes que compõem esta amostra de 511 indivíduos, 27,4% (140 vítimas) são naturais do distrito do Porto, 14,5% (74 vítimas) do distrito de Aveiro e 11% (56 vítimas), do distrito de Lisboa.

Naturalidades em "Inquéritos exclusivos de PM"	N.º de vítimas	%
Porto	140	27,4%
Aveiro	74	14,5%
Lisboa	56	11,0%
Braga	35	6,8%
Coimbra	23	4,5%
Castelo Branco	22	4,3%
Arquipélago dos Açores	21	4,1%
Viana do Castelo	21	4,1%
Leiria	19	3,7%
Viseu	19	3,7%
Setúbal	17	3,3%
Brasil	10	2,0%
Faro	10	2,0%
Arquipélago da Madeira	7	1,4%
Santarém	5	1,0%
Évora	4	0,8%
França	4	0,8%
Vila Real	4	0,8%
Guarda	3	0,6%
Luxemburgo	3	0,6%
Bragança	2	0,4%
Portalegre	2	0,4%
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	2	0,4%
São Tomé e Príncipe	2	0,4%
Alemanha	1	0,2%
Beja	1	0,2%
Cabo Verde	1	0,2%
Canadá	1	0,2%
Espanha	1	0,2%
Ucrânia	1	0,2%
Total	511	100%

Tabela CXXXIII - Vítimas em "Inquéritos exclusivos de PM" por naturalidade.

Salientamos que a taxa apurada indicou os distritos de Castelo Branco (11,2) e Aveiro (10,4) como os que detêm a maior proporção de naturalidades de vítimas. Beja é o distrito com a menor taxa (0,7).

A naturalidade estrangeira mais recorrente é novamente a brasileira, correspondendo a 2% da amostra (10 vítimas), sendo de destacar o registo de 10 países diferentes como naturalidades estrangeiras de vítimas em "Inquéritos exclusivos de PM", as quais agregam 26 vítimas, correspondendo a 5,1% da amostra.

Constatamos que se mantém, em todas as tabelas precedentes, relativamente à naturalidade da vítima, a preponderância do distrito do Porto.

8) Local de residência

Iniciamos a nossa análise do local de residência de vítimas em todos os “Inquéritos que contendo o crime de pornografia de menores”, nos moldes das análises anteriores, dos quais não temos informação relativamente a 127 vítimas, correspondendo a 14,1% do grupo.

Das restantes 773 vítimas (equivalem a 85,9% do grupo), constatamos que há apenas uma residência fora do território nacional, sita na Suíça.

Local de residência em "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores"	N.º de vítimas	%
Porto	215	27,8%
Aveiro	95	12,3%
Lisboa	93	12,0%
Braga	74	9,6%
Viana do Castelo	45	5,8%
Setúbal	37	4,8%
Coimbra	34	4,4%
Leiria	29	3,8%
Viseu	27	3,5%
Arquipélago dos Açores	25	3,2%
Castelo Branco	22	2,8%
Faro	19	2,5%
Santarém	19	2,5%
Arquipélago da Madeira	9	1,2%
Beja	6	0,8%
Guarda	6	0,8%
Bragança	5	0,6%
Évora	5	0,6%
Vila Real	4	0,5%
Portalegre	3	0,4%
Suíça	1	0,1%
Total	773	100%

Tabela CXXXIV - Vítimas em "Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores" por local de residência.

Observamos, partindo dos valores absolutos, que o distrito do Porto colhe 27,8% da amostra de vítimas (215 vítimas), seguido de Aveiro, com 12,3% (95 vítimas) e de Lisboa, com 12% (93 vítimas).

Os distritos de residência das vítimas em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” com maior incidência (Porto, Aveiro, Lisboa, Braga e Viana do Castelo, por ordem decrescente de número de vítimas) correspondem exatamente aos mesmos que reúnem o maior número de vítimas no que respeita à naturalidade.

Apurámos que as maiores taxas de locais de residência das vítimas correspondem ao distrito de Viana do Castelo (18), seguido de Aveiro (13). Vila Real é o distrito com a menor taxa (2).

No que concerne ao local de residência da amostra de vítimas em “Inquéritos mistos”, está ausente 12% da informação (28 vítimas) sendo que as restantes 205 (dos quais dispomos relativamente a 205 vítimas. 89,9% do grupo) apresentamos a tabela seguinte.

Local de residência em "Inquéritos mistos"	N.º de vítimas	%
Porto	69	33,7%
Lisboa	34	16,6%
Braga	30	14,6%
Viana do Castelo	27	13,2%
Aveiro	16	7,8%
Arquipélago dos Açores	6	2,9%
Faro	6	2,9%
Santarém	4	2,0%
Setúbal	3	1,5%
Beja	2	1,0%
Coimbra	2	1,0%
Guarda	2	1,0%
Viseu	2	1,0%
Évora	1	0,5%
Leiria	1	0,5%
Total	205	100%

Tabela CXXXV - Vítimas em "Inquéritos mistos" por local de residência.

O distrito do Porto colhe o maior número de vítimas (69 vítimas, 33,7% da amostra), seguido do de Lisboa (34 vítimas, 16,6%) e de Braga (30 vítimas, 14,6%).

Confirma-se, novamente, que são os mesmos distritos que colhem o maior número de vítimas em “Inquéritos mistos” relativamente à sua naturalidade.

Apurámos que as maiores taxas de locais de residência das vítimas em “Inquéritos mistos” correspondem aos distritos de Viana do Castelo (11) e do Porto (3,8). Taxas inferiores a 0,1 correspondem aos distritos de Bragança, Castelo Branco, Portalegre, Vila Real e Arquipélago da Madeira.

Relativamente ao local de residência das vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM”, cuja amostra contém 667 vítimas, equivalendo a 85,2% das vítimas (99 vítimas sem informação, correspondendo a 14,8%) resulta a tabela subsequente.

Local de residência em "Inquéritos exclusivos de PM"	N.º de vítimas	%
Porto	146	25,7%
Aveiro	79	13,9%
Lisboa	59	10,4%
Braga	44	7,7%
Setúbal	34	6,0%
Coimbra	32	5,6%
Leiria	28	4,9%
Viseu	25	4,4%
Castelo Branco	22	3,9%
Arquipélago dos Açores	19	3,3%
Viana do Castelo	18	3,2%
Santarém	15	2,6%
Faro	13	2,3%
Arquipélago da Madeira	9	1,6%
Bragança	5	0,9%
Beja	4	0,7%
Évora	4	0,7%
Guarda	4	0,7%
Vila Real	4	0,7%
Portalegre	3	0,5%
Suíça	1	0,2%
Total	568	100%

Tabela CXXXVI - Vítimas em "Inquéritos exclusivos de PM" por local de residência.

Nesta amostra de vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM” é novamente, em termos absolutos, o distrito do Porto que reúne o maior número de vítimas (146, 25,7%), seguido de Aveiro (79 vítimas, 13,9%) e de Lisboa (59 vítimas, 10,4%).

Novamente confirmamos a coincidência entre o local de residência e a naturalidade das vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM”, sendo que, desta vez, apenas os 4 primeiros distritos são coincidentes, pela mesma ordem (Porto, Aveiro, Lisboa e Braga).

Apurámos que as maiores taxas de locais de residência das vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM” correspondem ao distrito de Castelo Branco (11,2), seguido de Aveiro (11,1). Vila Real é o distrito com a menor taxa (1,9).

10) Situação familiar

No que respeita à situação familiar, conforme seria expectável, os dados apresentam-se homogéneos e consistentes com a idade das vítimas, pois o estado civil conhecido é exclusivamente o estado solteiro, sendo desconhecido o de 37% das vítimas.

Situação familiar	N.º de vítimas	%
Solteiro	565	63%
S/Ref. ^a	335	37%
Total	900	100%

Tabela CXXXVII - Vítimas por situação familiar.

6.2.3.2 Síntese da análise e comparação das Vítimas

- No período em análise, consta registo de 900 vítimas em Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores; Tal valor, proporcionalmente à população portuguesa, representa uma taxa de vitimação de 8,5 por cada 100.000 habitantes;
- Do total de vítimas, 233 são vítimas em “Inquéritos mistos”, equivalendo a 25,9% do total de vítimas e 667 são vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM”, correspondendo a 74,1% do total de vítimas; A taxa de vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM” é de 6,3 por cada 100.000 habitantes;
- Do total de “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, estão registadas menos vítimas do que arguidos (900 e 961, respetivamente, registando-se um diferencial de 6,8%);
- Quanto à evolução do número de vítimas e atendendo ao ano de início de investigação, apurou-se o seguinte:
 - i) No decurso dos anos em análise, constata-se um aumento progressivo, embora com variações, culminando no ano de 2014, o qual agregou o maior número de vítimas (200), em resultado da transição de 2013 para 2014, tendo aumentado 278% o número de vítimas;
 - ii) O número de vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM” tem decrescido desde 2015, enquanto o número de vítimas em “Inquéritos mistos” tem aumentado (não tendo em consideração o ano de 2017, por se tratar de um ano cujos dados estão incompletos);
 - iii) O ano de 2017, à data da recolha dos dados, já contava 103 indivíduos, o que poderá indiciar, se se mantiver semelhante incidência no segundo semestre do ano, que o ano finalizará também com um elevado número de vítimas;
- Quanto à evolução do número de vítimas e atendendo ao ano de início de ocorrência ou acontecimento, apurou-se o seguinte:

- i) Apenas há informação disponível relativamente a 70% das vítimas (630 indivíduos), sendo 483 vítimas associadas a “Inquéritos exclusivos de PM” (correspondem a 72,4% do grupo destas vítimas) e 147 vítimas associadas a “Inquéritos mistos” (correspondem a 63,1% do grupo destas vítimas);
 - ii) Da amostra de vítimas restante, 23,3% referem-se a “Inquéritos mistos” e 76,7% a “Inquéritos exclusivos de PM”;
 - iii) O ano de início de acontecimento que agrega o maior número de vítimas é o de 2015 (136 vítimas), correspondendo a um aumento de 3% relativamente ao ano anterior. O ano de 2016 já regista um decréscimo de vitimação registada na ordem dos 11%, alinhado com a descida do número de vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM” e em sentido contrário com a tendência crescente da vitimação em “Inquéritos mistos” (exceto o ano de 2017, cuja limitação já referimos);
- No que concerne ao sexo das vítimas (das quais temos conhecimento de 97,8%, equivalendo a 880 indivíduos), destaca-se o sexo feminino com 73% da amostra (640 indivíduos);
- A nacionalidade predominante de todas as vítimas (das quais se conhecem 84,6% das naturalidades, correspondendo a 761 vítimas) é a portuguesa (98% da amostra de vítimas, 73,5% do sexo feminino), sendo de realçar o registo de 11 vítimas de nacionalidade brasileira (1,4% da amostra de vítimas);
- 86,7% das nacionalidades estrangeiras (13 vítimas) correspondem ao sexo feminino;
- No que tange à idade das vítimas por ano de início de investigação, nos seguintes grupos de vítimas:
 - i) Em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”
 - a. Dispondo de 99% de informação relativamente a 891 vítimas, apurou-se que, distribuindo o número de vítimas por 9 escalões etários, é o escalão dos “14-15” que agrega mais vítimas (300 indivíduos,

equivalendo a 33,7%), seguido do escalão “12-13” (260 indivíduos, 29,2% da amostra);

- b. 438 vítimas, equivalendo a 49,2% da amostra enquadram-se na vitimação até aos 13 anos de idade, inclusive, perpetrada por potenciais indivíduos pedófilos;
- c. O ano de 2014 agregou o maior número de vítimas (200 indivíduos);
- d. O ano de 2014 registou, o maior número de vítimas dos escalões etários compreendidos entre os 8 e os 13 anos de idade, mas os escalões seguintes obtêm a maior concentração de vítimas nos anos seguintes, ou seja o de “14-15” em 2015 e o “16-17” em 2016;
- e. A média de idade de todos os anos são os 13 anos, registando-se uma amplitude de médias anuais entre os 12 e os 14 anos; a moda são os 14 anos de idade;

ii) Em “Inquéritos mistos”

- a. A média de idade das vítimas, por ano, foi também de 13 anos, registando-se uma amplitude da média dos anos mais lata, desta vez, entre os 6 e os 14 anos de idade;

iii) Em “Inquéritos exclusivos de PM”

- a. A média de idade das vítimas, por ano, foi também de 13 anos, registando-se uma amplitude da média dos anos entre os 11 e os 14 anos;

— No que tange à idade das vítimas por ano de início de acontecimento, nos seguintes grupos de vítimas:

i) Em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”

- a. Dispondo de 69% da informação relativamente a 623 vítimas, apurou-se que, distribuindo o número de vítimas por 9 escalões etários, subsiste o escalão “14-15” como o prevalecente, com 210 vítimas, equivalendo a 33,7% da amostra), assim como o segundo escalão mais agregador, o de “12-13” anos, correspondendo a 31,1% da amostra (194 indivíduos);
- b. A média geral das médias anuais é de 13 anos de idade, tal como na média apurada à data do início da investigação;

- c. As médias anuais variam entre os 12 e os 15 anos; a moda são os 14 anos de idade;
 - ii) Em “Inquéritos mistos”
 - a. A média geral das médias é de 13 anos de idade;
 - b. As médias anuais variam entre os 8 e os 14 anos de idade;
 - iii) Em “Inquéritos exclusivos de PM”
 - a. A média geral das médias é de 13 anos de idade, novamente;
 - b. As médias anuais variam entre os 12 e os 15 anos de idade;
- No que concerne à ocupação profissional das vítimas em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, são conhecidas as de 319 vítimas (35,4% do total de vítimas), das quais, como expectável, 98,7% não possuem ocupação profissional;
- Relativamente à situação profissional das vítimas em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, são conhecidas as de 318 vítimas (35,3% do total de vítimas), das quais, 99,1% são estudantes;
- No âmbito da naturalidade das vítimas, procedemos à sua distinção em função do respetivo grupo, a saber:
- i) Das vítimas em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”
 - a. Obtivemos informação relativamente a 77,1% (correspondendo a 694 indivíduos), destacando-se a naturalidade do distrito do Porto como sendo a mais agregadora (200 vítimas, 28,8% da amostra), seguida de Aveiro (91 vítimas, 13,1% da amostra) e, em terceiro lugar, o distrito de Lisboa (78 vítimas, 11,2% da amostra);
 - b. A taxa correspondente, relativamente à proporção da população pelas áreas geográficas indicadas, é mais elevada nos distritos de Viana do Castelo (16,7) e de Aveiro (12,7);
 - c. A naturalidade estrangeira com maior incidência é a brasileira, registando-se 14 vítimas (2% da amostra), embora seja digno de nota que há registo relativamente a 14 países diferentes de naturalidade

das vítimas, compreendendo um total de 35 vítimas com naturalidade estrangeiros, correspondendo a 5% da amostra;

ii) Das vítimas em “Inquéritos mistos”

- a. Obtivemos informação relativamente a 78,5% do grupo (equivalendo a 183 indivíduos), destaca-se o distrito do Porto como o que regista o maior número de vítimas (60 indivíduos, 32,8% da amostra), seguido de Lisboa (22 indivíduos, 12% da amostra) e de Braga (21 indivíduos, 11,5% da amostra);
- b. A taxa correspondente, relativamente à proporção da população pelas áreas geográficas indicadas, é mais elevada no distrito de Viana do Castelo (8,2) e no Arquipélago dos Açores (4,1);
- c. A naturalidade estrangeira mais recorrente é a brasileira, correspondendo a 2,2% da amostra (4 vítimas). Não obstante, há registo de 6 países diferentes como naturalidade em “Inquéritos mistos”, agregando 9 vítimas, o que corresponde a 4,9% da amostra;

iii) Das vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM”

- a. Obtivemos informação relativamente a 76,6% do grupo (equivalendo a 511 indivíduos), donde se destaca novamente o distrito do Porto como o que regista o maior número de vítimas (140 vítimas, 27,4% da amostra), seguido de Aveiro (74 vítimas, 14,5% da amostra) e de Lisboa (56 vítimas, 11% da amostra);
- b. A taxa correspondente, relativamente à proporção da população pelas áreas geográficas indicadas, é mais elevada nos distritos de Castelo Branco (11,2) e de Aveiro (10,4);
- c. A naturalidade estrangeira mais recorrente é novamente a brasileira, correspondendo a 2% da amostra (10 vítimas), sendo de destacar o registo de 10 países diferentes como nacionalidades estrangeiras de vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM”, as quais agregam 26 vítimas, correspondendo a 5,1% da amostra;

— Relativamente ao local de residência das vítimas, procedemos novamente à sua distinção em função do respetivo grupo, a saber:

i) Das vítimas em “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”

- a. Obtivemos 85,9% da informação (correspondendo a 773 vítimas), destacando-se o distrito do Porto com o maior número absoluto de registos (215 vítimas, 27,8% da amostra), seguido de Aveiro (95 vítimas, 12,3% da amostra) e de Lisboa (93 vítimas, 12% da amostra);
 - b. A taxa correspondente, relativamente à proporção da população pelas áreas geográficas indicadas, é mais elevada nos distritos de Viana do Castelo (18) e de Aveiro (13);
 - c. Constatamos que há apenas uma residência fora do território nacional, sita na Suíça;
 - d. Os distritos de residência das vítimas com maior incidência (Porto, Aveiro, Lisboa, Braga e Viana do Castelo, por ordem decrescente de número de vítimas) correspondem exatamente aos mesmos que reúnem o maior número de vítimas no que respeita à naturalidade;
- ii) Das vítimas em “Inquéritos mistos”
- a. Obtivemos 89,9% da informação (correspondendo a 205 vítimas), destacando-se também o distrito do Porto com o maior número absoluto de registos (69 vítimas, 33,7% da amostra), seguido de Lisboa (34 vítimas, 16,6% da amostra) e de Braga (30 vítimas, 14,6% da amostra);
 - b. A taxa correspondente, relativamente à proporção da população pelas áreas geográficas indicadas, é mais elevada nos distritos de Viana do Castelo (11) e do Porto (3,8);
 - c. Não há registo de qualquer local de residência estrangeiro;
 - d. Confirma-se, novamente, que são os mesmos 5 distritos que colhem o maior número de vítimas em “Inquéritos mistos” relativamente à sua naturalidade (Porto, Lisboa, Braga, Viana do Castelo e Aveiro, por ordem decrescente do número de registos);
- iii) Das vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM”
- a. Obtivemos 85,2% da informação (correspondendo a 667 vítimas), destacando-se também o distrito do Porto com o maior número absoluto de registos (146 vítimas, 25,7% da amostra), seguido de Aveiro (79 vítimas, 13,9%) e de Lisboa (59 vítimas, 10,4% da amostra);

- b. A taxa correspondente, relativamente à proporção da população pelas áreas geográficas indicadas, é mais elevada nos distritos de Castelo Branco (11,2) e de Aveiro (11,1);
 - c. Há registo de 1 local de residência estrangeiro;
 - d. Novamente confirmamos a coincidência entre o local de residência e a naturalidade das vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM”, sendo que, desta vez, apenas os 4 primeiros distritos são coincidentes, pela mesma ordem (Porto, Aveiro, Lisboa e Braga);
- No que respeita à situação familiar conhecida (correspondendo 565 vítimas, 63% da amostra), é exclusivamente a de solteiro.

Conclusão

1. O nosso percurso no estudo da problemática da pornografia de menores revelou-se multifacetado, com derivações que nos conduziram ao abarque sucessivo de temáticas relacionadas, caso não optássemos por escolher quais os destaques necessários e imprescindíveis para a compreensão e evolução do fenómeno global e, em especial, a nível de Portugal;
2. Compreendemos que, embora preexistente, não só para a “pornografia de menores” mas também para o interesse sexual em crianças de uma forma geral, as TIC contribuíram decisivamente para a sua visibilidade, o seu aumento global e o surgimento de novas formas de exploração sexual;
3. Constatámos que, sendo um problema global, só faz sentido ser combatido numa perspetiva de cooperação intensa e produtiva. A transversalidade do crime de pornografia de menores amplificada pela globalização, clama por uma forte cooperação e harmonização legislativa, pese embora os passos já desencadeados nesse sentido, com lenta evolução;
4. É incontornável que as TIC constituem desafios coevos à segurança dos jovens no geral, mas também representam oportunidades inegáveis. Perspetivamos que, na situação atual de crescente penetração da Internet e utilização destes meios pelas camadas mais jovens, não se possa escamotear esta realidade de qualquer política que venha a ser equacionada;
5. No entanto, a aquisição de competências tem de caminhar irmanada com o sentido ético de responsável de utilização por parte de toda a comunidade, em sentido lato e nestes inserimos, com particular acuidade, a responsabilidade do setor privado que desenvolve atividades relacionadas com as TIC e em particular, no ciberespaço. Se não a responsabilização criminal, pelo menos, a responsabilidade social de se envolver mais na proteção solidária dos cidadãos mais vulneráveis;

6. A informação é uma ferramenta importantíssima, não só para desconstruir ideias que se firmaram no coletivo relativas ao “predador sexual”, como para trazer aos discursos uma dimensão assente em conhecimentos científicos que se vêm desenvolvendo paulatinamente na área da criminalidade sexual. As políticas, nomeadamente as criminais, devem assentar em pilares mais robustos para que não se exacerbem os perigos nem se professem criminalizações de eficácia duvidosa;
7. Resulta da revisão da literatura que o “menor” em sentido jurídico é um ser em rápido amadurecimento e crescente capacitação, mas ainda assim, imaturo para ajuizar sobre o melhor caminho a trilhar. Todavia é-lhe reconhecida uma gradual capacidade de autodeterminação em todas as áreas da sua vida, mas enquanto não atinge um patamar com maior solidez, necessita de proteção, não em sentido de limitação, mas no de não sofrer imposição prejudicial ao seu desenvolvimento e bem-estar. Neste âmbito, curámos de equacionar o dano que a referida “hipersexualização da infância” possa causar, não só influenciando os menores, mas também influenciado a própria perceção da infância carregando-a de conotações sexuais. Confessamos que não extraímos uma conclusão firme a este respeito porque carecia de um estudo mais aprofundado, não obstante, não podemos deixar de relevar os vários autores que se pronunciaram contra a hipersexualização da infância (Rush e Nauze, Jewkes, Filomena Teixeira e Julia Davidson), na medida em que a *adultificação* das crianças poderá, eventualmente, reforçar a normalização de interesses sexuais por crianças previamente existentes (Schaap, 2016). Esta asserção parece obter respaldo no apurado por estudos dedicados à subcultura desviante com interesse sexual em crianças, no ciberespaço (*op. cit.* de Corriveau, 2010; Durkin e Bryant, 1999; O’Halloran e Quale, 2010), em particular às racionalizações apresentadas por membros da subcultura, nas quais a “culpa” é atribuída às crianças e à sociedade, as primeiras por serem sedutoras e a segunda, por promover a hipersexualização das crianças;
8. O interesse sexual em menores associa-se, em geral, à desordem parafílica da pedofilia, quanto estão em causa pré ou recém pubescentes, tratando-se

apenas de uma caracterização clínica em instrumentos de diagnóstico. No entanto, se tal interesse se manifesta em condutas que lesem menores, as repercussões jurídico-penais abrangem, entre outras de maior impacto, tratamento clínico e medidas de reinserção social, atendendo ao alegado risco de reincidência. Com efeito, a título preventivo, antes do cometimento do ilícito penal, qualquer sujeito poder-se-á sujeitar a tratamento, se assim o entender. Restou-nos a dúvida sobre a eficácia do tratamento clínico, contudo. Não obstante, pensamos ter ficado claro que os desejos e pensamentos não são matéria criminal, pelo que o mero diagnóstico de pedofilia não carrega qualquer consequência. Carrega a conduta. Quando a conduta se consubstancia no interesse, dedicação e empenho em material de pornografia de menores, através da coleção, parece estabelecer-se um dos indicadores de que o indivíduo poderá ser diagnosticado com esta parafilia, carecendo de tratamento. Constatámos também o reforço no interesse sexual em crianças que as comunidades no ciberespaço fomentam, podendo abrir espaços para a edificação de uma subcultura desviante;

9. No que tange à terminologia “pornografia de menores”, que foi amplamente utilizada neste trabalho académico de forte vertente jurídica, apresentámos a nossa tomada de posição: somos contra a terminologia “pornografia de menores”. Consideramos que o material em causa não se poderá definir por um conceito associado à pornografia de adultos que induz à perceção de um envolvimento consensual onde os menores são “*protagonistas*”. De facto, constatámos uma pleora de termos relativos aos crimes sexuais contra crianças que suscitam ambiguidades, mas tratando-se de condutas criminalizadas à escala global, reconduzimos a questão à legislação penal e, em particular, ao nosso ordenamento jurídico. Sustentamos que a terminologia utilizada no CP nacional não corresponde às condutas efetivas, pelo que é o nosso entendimento de que carece de adequação. Concordamos que a epígrafe do articulado — pornografia de menores — é incorreta e imprecisa, pelo que subscrevemos terminologia mais adequada. No entanto desconsideramos a terminologia recente advogada por entidades internacionais, por pensarmos não caracterizar devidamente a variedade de

condutas que integram o crime. Referimo-nos aos termos como “imagens de abuso sexual” ou “violência sexual contra crianças”, que carregam, na nossa, um leque demasiado amplo de condutas, e conforme verificámos, nem todo o material de natureza sexual com menores é suficientemente claro ou evidente para que nos possamos pronunciar sobre se efetivamente ali está subjacente um crime sexual contra menores, reais ou virtuais. Nesta categoria inclui-se o material gerado voluntariamente pelo próprio menor ou imagens integralmente produzidas por meios digitais. De facto, não nos é possível deixar de realçar que no nosso CP há uma clara distinção de tipo de ilícito, quer seja utilizada a astúcia, poder ou autoridade, quer seja, por outro lado, a violência, a força ou a coerção. Todas as modalidades são crimes sexuais cometidos contra menores e suscetíveis de serem o meio de obtenção de material de pornografia de menores. Assim sendo, consultando o CP, constatamos que os crimes sexuais contra crianças se encontram tipificados nos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, cujo bem jurídico se distingue em função da proteção especial da autodeterminação sexual do menor, para que cresça e se desenvolva livremente na vertente sexual, sem intervenção de terceiros. Não nos parece fazer sentido limitar a tipicidade do crime de pornografia de menores aos crimes de abuso sexual ou atos sexuais com adolescentes, uma vez que são igualmente vítimas de crimes que atentam contra a sua liberdade sexual. Neste sentido, consideramos que a forma de abarcar todas as modalidades apontadas se traduz numa terminologia, pelo que sugerimos “*material de crimes sexuais contra menores*” ou “*material de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores*”. Na esteira do já anteriormente referido, o termo “material” abarca todos os tipos de suporte e gravação, ao passo que “crimes sexuais contra menores” ou “crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores” abarcam todos os crimes de natureza sexual contra crianças, retratados em material. Acrescentamos ainda que, à semelhança de outros ordenamentos jurídicos, como o espanhol, nos parece proporcional e adequada a proteção penal, nos mesmos moldes, de pessoa mentalmente incapaz, porquanto a sua limitação de cognição e, em última instância, de autodeterminação, merece igual proteção;

10. Na nossa sugestão terminológica omitimos propositadamente todo o material que não constitui uma ação direta sobre o menor, pois a sua produção não comporta qualquer sofrimento para o menor, como já exemplificámos anteriormente referimo-nos às imagens obtidas subrepticiamente numa praia, as auto geradas pelos jovens em contexto relacional e consensual entre pares, mas que, atentam contra a privacidade, o foro íntimo e a autodeterminação sexual dos menores. São imagens que retratam menores reais, mas não tiveram na sua base um crime de natureza sexual contra os intervenientes em tais gravações, embora a sua utilização, divulgação e gravação possam ser alheias ao visado e causarem dissabores futuros. Como tal, pensamos que este material constitui uma subcategoria de material que não teve na sua origem um crime sexual e como tal, deveria ter um tratamento penal diferenciado, eventualmente, uma terminologia própria que encerrasse em si a natureza deste material, como por exemplo, “*material de exploração sexual de menores*”. No entanto, se ignorarmos o facto de serem menores retratados neste material, algumas destas condutas já estão previstas no nosso CP, como por exemplo, as gravações ilícitas e a devassa da vida privada;
11. A nossa pesquisa constatou que o estudo desta problemática encerra várias dificuldades, nomeadamente obstáculos de natureza ética e legal. As dificuldades técnicas para abordagens ao ciberespaço, quer por académicos, quer por entidades policiais, acrescem na medida em parece ocorrer um incremento da utilização da *Darknet* e das redes *Peer-to-Peer* para estas condutas;
12. As revisões penais no nosso ordenamento jurídico, relativamente ao crime de pornografia de menores, endureceram progressivamente, em consonância com a transposição de instrumentos jurídicos internacionais subscritos e por obrigações decorrentes da UE. Contudo, o agravamento da cominação penal deste crime foi além do requerido nos instrumentos jurídicos internacionais ou europeus (exceto na inserção da definição de pornografia de menores no articulado, o que pode suscitar dúvidas quanto aos conceitos subjacentes). Quer parecer-nos injustificável essa limitação e discrepância e, apesar dos

“*ventos de mudança*” trazidos pelo DIP e DE, o facto é que Portugal podia ter-se valido das flexibilizações concedidas nestes instrumentos jurídicos, nomeadamente quanto à idade e à pornografia integralmente digital. Não foi essa a opção legislativa nacional, “(...) porventura animado do «complexo do bom aluno» e de fervor anti-pedófilo” (Albergaria e Lima, 2010, p. 220), opinião que sufragamos. Não obstante, ressalvamos que os instrumentos jurídicos europeus e internacionais não se cingem apenas à criminalização das condutas, mas incitam à educação, sensibilização e capacitação da comunidade face às TIC e, em particular, instam à proteção da vítima antes, durante e após o processo judicial;

13. Mormente a redação constante do CP, algumas das questões suscitam diferendos nas doutrina e jurisprudência nacionais, das quais destacámos o bem jurídico protegido pela incriminação, a detenção, a pornografia virtual de menores e o concurso de infrações e a figura do trato sucessivo. No que respeita à última referida, não nos parece que possamos tecer comentários úteis;
14. No que tange à idade das vítimas no crime em apreço, no qual o legislador nacional estabeleceu como menores de 18 anos de idade, concordamos com Jenkins, Gillespie, Luciana Costa, Inês Ferreira Leite, entre outros, que realçam o carácter contraditório de se conceder liberdade sexual para alguns atos extremamente relevantes e com consequências para a vida, como o aborto⁷⁴³, e não se conceder liberdade sexual para participar em gravações de atos sexuais explícitos, sob a alegação de que tal conduta prejudica todos os menores, constituindo-se o já referido bem jurídico supra-individual. Além disso, a identificação da idade do menor retratado revela-se mais dificultosa em pubescentes, pelo que até a alegada “representação realista de menor” (n.º 4) nos ergue substanciais dúvidas quanto à sua criminalização. A aparência de um maior de 18 anos, alegadamente fazendo-se passar por menor de 18 anos reconduz a uma avaliação subjetiva que nos faz questionar da sua eficácia e,

⁷⁴³ Cf. Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, relativa à interrupção voluntária da gravidez, com redação dada pela Lei n.º 136/2015, de 7 de setembro.

acima de tudo, da sua justiça. Custa-nos imaginar a punição de alguém que importe imagens de jovens com mais de 18 anos, mas que apresentem indumentária infantil e sem pelos púbicos. A questão do dolo é ambígua, pelo que subscrevemos as dúvidas carregadas por Luciana Costa (2006, p. 51) quando refere que “(...) na prática, são enormes as dificuldades de prova da idade do sujeito passivo, principalmente se levarmos em conta que estamos diante de um crime praticado em meios informáticos, não havendo como contar com a possibilidade de perceção física, visto que não existe qualquer contacto além do visual com aquele que pode ou não ser menor”. Posto isto, quer parecer-nos que a idade para consentir poderia ser, à semelhança do cominado no crime de “atos sexuais com adolescentes”, os 14 anos de idade. No entanto, a variável TIC apresenta-se preponderante em vários aspetos dos crimes sexuais contra menores, como vimos anteriormente, e representa um ambiente que se vê vilipendiado para atentar contra os menores. Não nos contraria que, atendendo a estas circunstâncias, a idade do consentimento no crime de pornografia de menores seja protelada até aos 16 anos de idade;

15. Das condutas abrangidas pelo CP português, na redação dada ao art.º 176.º como tivemos oportunidade de elencar previamente, verificámos que algumas algumas suscitam controvérsia, pontos de vista doutriniais diferenciados, nomeadamente no que concerne à posse ou detenção (apenas para utilização própria) e ao material inteiramente gerado artificialmente sem utilização de qualquer menor. No que respeita à detenção do material, a nossa posição vai no sentido de que a posse de material que efetivamente represente um crime sexual contra menores — do qual nos parecem suficientemente demonstrados a sua danosidade contra a criança representada e o nexo causal de que o consumo deste material proporcione o ímpeto de criação de mais material, em especial na vertente da comercialização e respetivo lucro — legitima a sua criminalização. Contudo, não se verificando o crime sexual contra a criança — admitamos que se trata de difícil destrição — e que o material possa ter sido autoproduzido pelo próprio, desde que maior de 16 anos de idade e concedido a outrem de forma consentânea, não nos parece proporcional e eficaz a tutela do direito penal, que se quer *última ratio*. Nestes casos de autoprodução quer-

nos parecer que a intervenção de políticas sociais com ênfase na educação, em sentido lato, fazem mais sentido. Sem prejuízo, evidentemente, de que condutas paralelas sejam efetivamente criminalizadas, por constituírem devassa da vida privada ou gravações ilícitas, atentatórias a qualquer cidadão;

16. No que respeita à pornografia de menores integralmente produzida por meios digitais, pautamo-nos pela afirmação de Suzanne Ost (2010, p. 255-256) na qual considerar esta tipologia de pornografia de menores tão inaceitável e nociva quanto a que envolve menores reais é uma forma de “(...) subestimar seriamente os danos físicos e psicológicos que as crianças sofrem na pornografia de menores real. O dano causado pela pornografia de menores real é concreto e indesmentível”. Não há paralelismo possível. É verdade que o CP pune desigualmente as várias condutas, mas concordamos com os autores que advogam a sua descriminalização por não corresponder a dano suficientemente relevante que se possa invocar o princípio da ofensividade e da necessidade. No entanto, sobre este tipo particular de material, carecemos de mais estudos sobre o seu papel para o indivíduo que o detém e admitimos que o nosso estudo empírico não trouxe qualquer luz sobre esta matéria;
17. Tratando-se de um crime estipulado como objetivo específico da política criminal, crime de prevenção e investigação prioritárias desde 2007, consideramos que deveria ocorrer uma maior alocação de recursos, potenciando maior proatividade na deteção e investigação do crime, assim como na identificação de vítimas. A existência de um repositório de imagens a nível nacional, com capacidade analítica e comparativa, poderia aumentar a eficácia e eficiência na investigação criminal e na identificação de vítimas. Subscrevemos inteiramente o questionado por Ana Rita Alfaiate (2009, p. 114-115): “De que vale prever o crime se não forem previstos meios para o prevenir, identificar e perseguir?”;
18. A identificação das vítimas é um fator decisivo, no nosso entendimento. O nosso estudo conclui que não só os crimes sexuais padecem de elevadas cifras

negras, como também a omissão na identificação das vítimas, neste crime em concreto;

19. Os inquéritos de vitimação, como método importante para apuramento da criminalidade, não abrange este crime porque os inquiridos são, na generalidade, maiores de idade ou adolescentes. A nível nacional, pareceu-nos que os métodos alternativos às estatísticas criminais ou de criminalidade participada, não carregaram conhecimento acrescido sobre a problemática do nosso estudo;
20. Os dados estatísticos oficiais portugueses relativamente ao crime de pornografia de menores não refletem a verdadeira dimensão da criminalidade conhecida. O ano 2016 assinala também um imenso diferencial, constituindo o número de crimes registados pela DGPJ apenas 22,5% do total entrado na PJ para investigação, tendo o crime de pornografia de menores como infração principal ou mais grave;
21. Não há dados estatísticos oficiais desagregados relativamente ao crime de pornografia de menores, por se encontrar agregado ao crime de lenocínio de menores, o que dificulta o apuramento da sua dimensão, associado ao método de apuramento, que se centra na infração principal em cada Inquérito. Pensamos que decorreriam benefícios na implementação de um instrumento oficial de medição mais rigoroso e completo, o que significaria que o modelo de preenchimento da DGPJ ao qual os OPC estão obrigados, poderia ser revisto no sentido de individualizar cada um dos crimes previstos no CP e na legislação penal extravagante. Resta-nos a questão dos Inquéritos iniciados pelo MP, o qual não sendo OPC, recebe participações criminais e constitui-se como entidade nacional representante no protocolo com o NCMEC, no que respeita ao crime de pornografia de menores;
22. A divergência entre as estatísticas oficiais e as estatísticas policiais da PJ prende-se com a diferença entre os Inquéritos registados e os Inquéritos investigados, e quer parecer-nos que é consequência da não contabilização

dos Inquéritos do MP. O relatório do Gabinete Cibercrime (Gabinete Cibercrime, 2017) informou que, entre outubro de 2013 e o primeiro semestre de 2016, foram rececionadas 2880 participações providas do NCMEC, das quais 1350 deram origem à abertura de Inquéritos, não contabilizados para as estatísticas, nem oficiais nem policiais. Não podemos ou não devíamos obliterar a existência de 1350 Inquéritos registados em quase três anos — os quais corresponderão, no mínimo, a 1350 crimes de pornografia de menores — das estatísticas deste crime;

23. Com base na análise dos dados cedidos pela PJ, esboçámos um *perfil* dos Inquéritos onde foi investigado o crime de pornografia de menores (independentemente de constituir ou não o crime mais grave), dos seus arguidos e vítimas. O resultado obtido com recurso aos dados relativos ao período compreendido entre 15 de setembro de 2007 e 19 de julho de 2017, diz respeito à maior incidência em cada uma das categorias enunciadas. Sublinha-se que algumas das conclusões se devem pautar por cautela, atendendo ao desconhecimento de percentagens consideráveis em várias destas categorias, nomeadamente no que respeita às análises efetuadas com base no ano de início do acontecimento ou ocorrência do ilícito;
24. No atinente aos Inquéritos efetuámos uma análise tripartida, constituída por três grupos: o grupo dos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” e os dois grupos que deste derivam, o grupo dos “Inquéritos exclusivos de PM” e o grupo dos “Inquéritos mistos”. O primeiro grupo contém informação sobre todos os Inquéritos onde consta o crime de pornografia de menores, podendo também constar outros crimes. Neste constam Inquéritos só com o crime de pornografia de menores e Inquéritos que contêm este crime e outros. Este grupo, que constitui o universo dos Inquéritos, foi dividido em dois outros grupos: o grupo “Inquéritos exclusivos de PM” e o grupo de “Inquéritos mistos”. O grupo “Inquéritos exclusivos de PM” corresponde aos Inquéritos que apenas contêm referência a este crime, exclusivamente, e o grupo de “Inquéritos mistos” é constituído por Inquéritos que contêm o crime de pornografia de menores e outros crimes;

25. Analisámos o grupo dos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” e concluímos o seguinte:

- a. De um total de 2535 Inquéritos, iniciados na PJ entre 15 de setembro de 2007 e 19 de julho de 2017, 90% dizem respeito apenas ao crime de pornografia de menores e os restantes 10% dizem respeito a Inquéritos que investigaram, em concomitância, o crime de pornografia de menores e outros crimes, pelo que este resultado sugere que a esmagadora maioria dos Inquéritos é exclusivamente dedicado à investigação deste crime; o número de Inquéritos tem efetivamente aumentado no decurso dos anos e a sua investigação é demorada e o hiato temporal entre o ano de início do acontecimento e o ano de início da investigação ascende a 7 anos, podendo tal discrepância estar relacionada o facto da comunicação ao MP ou ao OPC ocorrer muito depois da ocorrência;
- b. Quase metade dos Inquéritos foram concluídos com proposta de arquivamento, enquanto 25% concluíram com proposta de acusação;
- c. Entre 2009 e 2015, comparando os valores dos Inquéritos investigados pela PJ concluídos com proposta de acusação e os Inquéritos findos em Tribunais de 1.^a instância, pelo crime de pornografia de menores, constatamos que a percentagem de atrição ascende ao máximo de 85,7%;
- d. 32,6% dos Inquéritos com entidades participantes foram despoletados por uma entidade estrangeira norte-americana, que monitoriza proativamente o ciberespaço, o que poderá sugerir que o número de Inquéritos seria substancialmente inferior caso não ocorresse esta intervenção;
- e. Ocorreu uma prevalência das entidades estrangeiras como participantes, alcançando quase metade do número de participações

(48%), o que sugere não só uma crescente cooperação internacional, mas também, na nossa perspetiva, que a proatividade refletida nos dados devia caber, em primeira mão e quando possível, às entidades nacionais. Sendo entidades estrangeiras as impulsionadoras da investigação criminal, sugere-nos que a investigação criminal deste crime, em Portugal, é essencialmente reativa;

- f. O local da ocorrência do crime com maior incidência relativa indica-nos uma taxa de prevalência, de acordo com os dados do recenseamento de 2011 do INE, de 22,8 por cada 100.000 habitantes no distrito de Faro;
- g. Os registos da PJ indicam que, no período em análise, foram investigados 2423 Inquéritos nos quais o crime de pornografia de menores foi considerado o mais grave, o que corresponde a uma percentagem de 95,6% de todos os Inquéritos com este crime. Não é possível a comparação com as estatísticas oficiais providenciadas pela DGPJ, porquanto esta entidade agrega os valores referentes ao crime de pornografia de menores com o crime de lenocínio de menores. Contudo, os valores da DGPJ são, na generalidade, inferiores aos valores providenciados pela PJ;
- h. Nos Inquéritos que “combinam” o crime de pornografia de menores com outros crimes, é a “combinação” “abuso sexual de crianças/pornografia de menores” que regista a maior percentagem, não obstante revelar uma percentagem diminuta (2,37% dos Inquéritos), pois a esmagadora maioria dos Inquéritos (90%) apenas tem o crime de pornografia de menores em investigação;
- i. Observando todos os crimes que constam dos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” verificámos que o crime mais associado ao de pornografia de menores é o de abuso sexual de crianças (4,1% dos Inquéritos), seguido de coação sexual e de gravações e fotografias ilícitas (0,64% cada). Estes resultados indicam

que não nos é possível efetuar uma correlação estreita entre o crime de pornografia de menores e o de abuso sexual de crianças ou com a generalidade dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual;

- j. Apenas um terço dos Inquéritos têm arguidos identificados, sendo que em 90,5% destes consta apenas um arguido em cada Inquérito, o que poderá sugerir uma conduta solitária ou a incapacidade ou impossibilidade da investigação discernir uma rede associada a estas práticas ilícitas. O facto dos Inquéritos com maior número de arguidos resultarem de intervenção de entidades internacionais é sintomático. A solitude da maioria dos arguidos é coerente com a baixa percentagem de Inquéritos que são concluídos com proposta de acusação;
- k. O resultado da análise dos Inquéritos investigados pela PJ revela indivíduos que atuam sozinhos, na sua esmagadora maioria, o que sugere que, em Portugal, este crime não tem expressão de criminalidade organizada ou que a investigação tem dificuldade em descortinar a organização;
- l. Apenas 26% dos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” possui a identificação de vítimas, sendo que 85,6% destas constam sozinhas em cada Inquérito. A baixa percentagem de identificação de vítimas, atendendo à informação veiculada pela PGR relativa a detenções e investigações relativas a milhares de imagens, induz-nos a supor que ocorre ineficiência na identificação de vítimas;
- m. Os Inquéritos onde consta o maior número de vítimas tiveram como entidades participantes entidades nacionais e internacionais;

26. Efetuámos a análise e comparação dos grupos de “Inquéritos mistos” e “Inquéritos exclusivos de PM” (ambos provenientes do grupo “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”), tendo concluído o seguinte:

- a. Em ambos os grupos tem aumentado o número de Inquéritos, culminando no ano de 2016, seja na perspetiva do ano de início de investigação, seja na perspetiva do ano de início de acontecimento;
- b. Parece resultar um maior “sucesso” na investigação dos “Inquéritos mistos” do que no grupo de “Inquéritos exclusivos de PM”, se atendermos à percentagem de Inquéritos concluídos com proposta de acusação (+13,1%), à percentagem de Inquéritos concluídos com proposta de arquivamento (-17%), à percentagem de arguidos identificados em Inquéritos (+7,61%), maior quantidade de arguidos (+50%) e à menor duração da investigação;
- c. No que respeita à origem da denúncia, verificámos que nos “Inquéritos mistos” intervêm principalmente entidades nacionais, enquanto que nos “Inquéritos exclusivos de PM” a maior incidência é atribuída a entidades estrangeiras (NCMEC e Interpol);
- d. No que concerne ao local de ocorrência do crime, a maior taxa de incidência correspondeu, em “Inquéritos exclusivos de PM” ao Arquipélago dos Açores e em “Inquéritos mistos” ao distrito de Viana do Castelo”;
- e. Regista-se uma diferença percentual de 32,59% quanto à omissão do local da ocorrência, entre “Inquéritos exclusivos de PM” e “Inquéritos mistos”, sendo que os primeiros registam a maior percentagem de ausência desta informação (S/Ref.^a), o que, no nosso entendimento, está relacionado com o local difuso da ocorrência deste tipo de crime;
- f. Proporcionalmente, constatámos uma menor percentagem de arguidos isolados na amostra de arguidos em “Inquéritos mistos” do que em “Inquéritos exclusivos de PM” (na ordem dos -3,85%), assim como o máximo de arguidos por “Inquérito misto” é de 5, ao passo que, nos

“Inquéritos exclusivos de PM”, o máximo de arguidos por Inquérito ascende a 17;

g. Constatámos uma maior percentagem de vítimas identificadas nos “Inquéritos mistos” do que nos “Inquéritos exclusivos de PM” (diferença de 46,3%) o que poderá sugerir que a investigação de outros crimes, num Inquérito que contenha a investigação do crime de pornografia de menores, aumenta a probabilidade de identificação das vítimas;

h. Proporcionalmente, relativamente ao grupo de “Inquéritos exclusivos de PM”, o grupo de “Inquéritos mistos” tem menor percentagem de vítimas isoladas (78,1% contra os 88,39% dos “Inquéritos exclusivos de PM”). Sob outra perspetiva, constatamos que o número de vítimas por “Inquérito misto” não ultrapassa as 8 vítimas por Inquérito, ao passo que, nos “Inquéritos exclusivos de PM”, o número de vítimas por Inquérito ascende às 43 vítimas;

27. Com base na análise dos dados cedidos pela PJ, esboçamos um *perfil* dos arguidos em Inquéritos onde foi investigado o crime de pornografia de menores. Efetuámos uma análise tripartida, constituída por três grupos: o grupo dos “Arguidos PM” e os dois grupos que deste derivam, o grupo dos “Arguidos exclusivos” e o grupo dos “Arguidos mistos”. Esta análise tripartida baseia-se nos mesmo critérios aplicados aos Inquéritos;

28. Analisámos o grupo dos “Arguidos PM” e concluímos o seguinte:

a. À data da extração dos dados, constava registo de 961 “Arguidos PM” pelo crime de pornografia de menores e destes, 754 são “Arguidos exclusivos” (78,5%) e 207 são “Arguidos mistos” (21,5%);

b. A taxa de incidência dos “Arguidos PM”, atendendo à população apurada no recenseamento de 2011, corresponde a 9,1 arguidos por

cada 100.000 habitantes e é o ano de 2015 que agrega o maior número de arguidos;

- c. 94,5% dos “Arguidos PM” são do sexo masculino e 5,5% são do sexo feminino, o que se encontra alinhado com as tendências apuradas na revisão da literatura e com o declarado pelos nossos entrevistados;
- d. Das nacionalidades conhecidas, 94,6% são de nacionalidade portuguesa, seguida da nacionalidade brasileira (1,2%);
- e. No período em análise, ocorreram 176 detenções, maioritariamente de indivíduos do sexo masculino e de nacionalidade portuguesa. Ocorreu um crescente número de detenções, podendo o ano de 2017 ter encerrado com o maior valor de sempre, tendo-se verificado paralelismo na aplicação da medida de coação de prisão preventiva, culminando em 2017 com o maior valor de sempre. A percentagem de detenções convertidas em prisão preventiva, no seu total, corresponde a 33,5%;
- f. 18% dos “Arguidos PM” foram detidos, no período em análise; as percentagens correspondentes à detenção de “Arguidos PM” são variáveis nos anos em análise, embora evidenciem uma tendência crescente. A percentagem de detidos aos quais foi aplicada a prisão preventiva, no período em análise, tem vindo igualmente a manifestar uma tendência crescente, culminando no ano 2017 com a maior percentagem (41,9%). No cômputo geral, 6% dos “Arguidos PM” são sujeitos à prisão preventiva;
- g. No que concerne à naturalidade conhecida dos “Arguidos PM”, os valores absolutos apontam a preponderância de nacionalidades nacionais, destacando-se o Arquipélago dos Açores, seguido do distrito de Castelo Branco com as maiores taxas por 100.000 habitantes;

- h. No período em análise e no que tange à ocupação profissional conhecida, apurando-se de acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões” do INE, sobressai o Grande Grupo de Profissões “Especialistas das atividades intelectuais e científicas”, agregando 19% da amostra cuja ocupação profissional é conhecida. O grupo “Especialistas das atividades intelectuais e científicas” é representado, nos “Arguidos PM”, pelas seguintes profissões, das quais apresentamos apenas as três que possuem a maior incidência: professor, engenheiro de informática e advogado;
- i. Sem efetuar a agregação das profissões conforme o INE, o número absoluto das ocupações profissionais admitidas pelos arguidos revela que a maior incidência recai novamente sobre a de professor (22), seguida pelas de “segurança (vigilante privado), outros porteiros e similares” (21) e empresário (15);
- j. Relativamente à situação profissional conhecida dos “Arguidos PM” verificámos que metade da amostra corresponde a indivíduos empregados e quase um quarto da amostra corresponde à situação de estudante;
- k. No que concerne à idade, por ano de início de investigação, a sua distribuição por escalões etários resultou maior incidência no escalão “16-20” (19,8%), seguido do escalão “36-40” (13,7%); sublinha-se ainda que, pese embora a maioria dos arguidos sejam jovens, uma relevante percentagem de 32,8% dos arguidos possuíam idade acima dos 40 anos. Ainda no que respeita à idade, mas na perspetiva analítica do ano do início da ocorrência ou acontecimento, mantém-se a preponderância dos referidos escalões;
- l. Quanto à residência dos “Arguidos PM”, é o distrito de Coimbra que agrega a maior taxa por 100.000 habitantes;

- m. No que respeita à situação familiar dos “Arguidos PM” conhecida, a que agrega o maior número de indivíduos é a situação de solteiro (60,7%) seguida da de casado (24,5%);
- n. O relacionamento apurado entre “Arguidos PM” e as vítimas (pese embora apenas seja conhecido relativamente a 42,1% do total de “Arguidos PM”) indica o “virtual” como o predominante (52,2%), seguido do “nenhum” (27,1%), o que sugere uma ausência de relacionamento de natureza pessoal presencial entre os arguidos e as vítimas. Estes resultados estão alinhados com a predominância de Inquéritos apenas com o crime de pornografia de menores, onde o meio da prática ilícita utilizado é a Internet;
- o. Sem limitação temporal, verificámos que a reincidência de suspeição sobre indivíduos “Arguidos PM” (à qual denominámos histórico policial no SICPJ, abarcando todo o repositório) constitui 15% dos indivíduos, pois são arguidos em Inquéritos com o crime de pornografia de menores e em outros Inquéritos (independentemente do crime); 85% dos “Arguidos PM” não constam como reincidentes;
- p. Para estabelecer a relação entre o crime de pornografia de menores e outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, procedemos à análise da reincidência e do espectro cronológico, com vista a estabelecer a sequência da trajetória criminal, tendo concluído que 51% dos reincidentes são arguidos por crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, sendo que, nos Inquéritos em que são intervenientes, mais de metade (56%) correspondem a Inquéritos cujo ano de início da investigação do crime de pornografia de menores é posterior ao ano de início da investigação de outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual. Em síntese, este resultado sugere que a investigação do crime de pornografia de menores foi cronologicamente posterior à investigação dos outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual;

- q. Na mesma linha de análise, mas desta vez restringindo-nos à análise da relação entre o crime de abuso sexual de crianças e o de pornografia de menores, resultou a mesma ordem cronológica, isto é, a investigação do crime de abuso sexual de crianças foi anterior à investigação do crime de pornografia de menores;
 - r. Recapitulamos que foi apurada a baixa percentagem de Inquéritos contendo ambos os crimes (abuso sexual de crianças e de pornografia de menores), assim como o histórico policial no SICPJ indicou que a investigação do crime de abuso sexual foi anterior à investigação do crime de pornografia de menores, o que nos sugere que o nexo causal entre ambos os crimes e o alegado *upgrade* para abuso sexual de crianças com contacto físico não é evidente nos dados do SICPJ;
29. Efetuámos a análise e comparação dos grupos de “Arguidos mistos” e de “Arguidos exclusivos” (ambos *subgrupos* do grupo “Arguidos PM”), tendo concluído o seguinte:
- a. O grupo de “Arguidos mistos” constitui 21,5% e o grupo de “Arguidos exclusivos” 78,5% do total de “Arguidos PM”, o que, atendendo ao total da população portuguesa apurado pelo recenseamento de 2011, a taxa de “Arguidos mistos” é de 2 e a de “Arguidos exclusivos” é de 7,1 por cada 100.000 habitantes;
 - b. Ambos os grupos apresentam uma tendência crescente;
 - c. 97,6% dos “Arguidos mistos” e 96,3% dos “Arguidos exclusivos” são do sexo masculino;
 - d. A nacionalidade predominante em ambos os grupos é a portuguesa;

- e. A taxa da naturalidade conhecida prevalecente foi, nos “Arguidos mistos” o distrito de Aveiro e, nos “Arguidos exclusivos”, o Arquipélago dos Açores;
- f. O Grande grupo de profissões que agrega o maior número de “Arguidos mistos” (agrupados de acordo com a classificação por grandes grupos de profissões do INE) é o grupo dos “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”; por outro lado, no que respeita aos “Arguidos exclusivos” é o grande grupo de profissões de “especialistas das atividades intelectuais e científicas”; se não atendermos à classificação por grandes grupos de profissões do INE e apenas às profissões, tal como inscritas no SICPJ, a ocupação profissional que agrega o maior número de “Arguidos mistos” é a de empresário, seguido de motorista, enquanto nos “Arguidos exclusivos” é a de professor, seguido de “segurança (vigilante privado), outros porteiros e similares”;
- g. A situação profissional conhecida com maior prevalência nos grupos de “Arguidos mistos” e de “Arguidos exclusivos” é a de empregado (50% de cada grupo), sendo de sublinhar que a segunda mais preponderante nos “Arguidos exclusivos” é a de estudante (27%);
- h. No que concerne à idade dos “Arguidos mistos”, por ano de início de investigação, no atinente à sua distribuição por escalões etários, é o escalão “16-20” que agrega o maior número de arguidos (17,9%), seguido do escalão “31-35” (13%); No que respeita aos “Arguidos exclusivos” a maior representatividade cabe ao escalão etário “16-20” (20,3%) seguido do “36-40” (14,1%); ainda no que respeita à idade, mas na perspetiva do ano do início da ocorrência ou acontecimento, nos Inquéritos que dispõem dessa informação (29,5%), nos “Arguidos mistos” apurámos que o escalão etário predominante é o “16-20”, seguido do “36-40” e nos ; “Arguidos exclusivos” mantêm-se os mesmo escalões apurados por via do ano de início de investigação;

- i. Estes resultados sugerem que, independentemente da metodologia adotada para apurar os escalões etários (data de início da investigação ou data de início do acontecimento) os resultados de ambos dos grupos de arguidos convergem para a predominância das idades compreendidas entre os 16 e os 40 anos de idade, com maior incidência no escalão “16-20”;
- j. No tocante à taxa de local de residência, nos “Arguidos mistos” situa-se no distrito de Viana do Castelo e nos “Arguidos exclusivos”, no distrito de Coimbra;
- k. No que respeita à situação familiar, ambos os grupos de arguidos apresentam uma maior predominância na situação de solteiro (57,9% de “Arguidos mistos” e 66,9% de “Arguidos exclusivos”), seguida da situação de casado;
- l. Apurámos que o relacionamento entre arguidos e vítimas é maioritariamente “virtual” (37,3% em “Arguidos mistos” e 57% em “Arguidos exclusivos”) seguido do “nenhum”, isto é, a inexistência de qualquer tipo de relacionamento;
- m. No apuramento da reincidência de suspeição sobre os arguidos no seu histórico policial na PJ, constatámos que 56% dos “Arguidos mistos” e 3% dos “Arguidos exclusivos” reincidiram no crime de pornografia de menores e em crimes diversos. Este apuramento aponta para uma inegável disparidade de percentagem de reincidência entre ambos os grupos, ascendendo a 53%;
- n. Efetuámos o refinamento da reincidência apurada, por crimes e relação cronológica entre o crime de pornografia de menores e outros crimes, tendo resultado o seguinte:

- i) Nos “arguidos mistos”, 60,3% dos reincidentes reincidiram noutros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual;
- ii) Só os “Arguidos mistos” reincidiram no crime de abuso sexual de crianças, sendo este o crime com maior representatividade na recidiva;
- iii) Na maioria dos Inquéritos, o início da investigação do crime de abuso sexual de crianças ocorre antes do início da investigação do crime de pornografia de menores (68% dos “Arguidos mistos” reincidentes);
- iv) 87,5% dos “Arguidos exclusivos” reincidentes reiteraram o mesmo crime (pornografia de menores) e apenas 4% (1 “Arguido exclusivo” reincidente consta noutro crime contra a liberdade e autodeterminação sexual, especificamente no crime de importunação sexual);
- v) 2,18% dos “Arguidos PM” (21 indivíduos) são reincidentes única e exclusivamente no crime de pornografia de menores e apresentam as seguintes características:
 - Todos do sexo masculino;
 - Predominantemente de nacionalidade portuguesa;
 - A maior taxa de naturalidade e residência corresponde ao Arquipélago dos Açores;
 - Ocupação profissional mais representada é a de professor (embora a amostra abranja 13 ocupações profissionais diferentes referentes a 21 arguidos); maior predominância do grande grupo de profissões “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”;
 - A maioria apresenta a situação profissional de empregado;
 - As idades, no ano de início da investigação, compreendidas entre os 19 e 69 anos de idade (sendo a média de 43 anos e a moda de 33 anos);
 - Maioritariamente solteiros;
 - Relacionamento “virtual” com a vítima;

30. Com base na análise dos dados cedidos pela PJ, esboçamos um perfil das vítimas em Inquéritos onde foi investigado o crime de pornografia de menores:

- a. O total de vítimas inscritas nos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” ascende a 900, no período em análise, o que constitui uma taxa de 8,5 por cada 100.000 habitantes, de acordo com os dados do recenseamento de 2011;
- b. Constatámos que estão inscritas no SICPJ menos vítimas do que arguidos nos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” (-6,8%) o que nos induz a cogitar sobre a eficácia e eficiência na identificação das vítimas, assim como o respetivo registo do SICPJ. Do total, 25,9% correspondem a vítimas em “Inquéritos mistos” e 74,1% correspondem a vítimas em “Inquéritos exclusivos”;
- c. Tal como verificado nos arguidos, o número de vítimas por ano tem aumentado gradualmente, embora com variações, revelando-se em conformidade com o crescente número de Inquéritos;
- d. Os valores relativos ao ano completo de 2017 podem vir a revelar-se superiores ao ano anterior, especialmente no que diz respeito às vítimas em “Inquéritos exclusivos de PM”;
- e. 73% das vítimas são do sexo feminino, resultados que se encontram alinhados com o apurado na revisão da literatura e nas declarações dos entrevistados;
- f. 98% das nacionalidades correspondem à portuguesa;
- g. Relativamente à idade da vítima, apurou-se o seguinte:
 - i) Nos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” a distribuição da idade das vítimas por 9 escalões etários permitiu-nos

apurar que o escalão etário predominante é o escalão “14-15”, seguido do escalão “12-13”, tanto na análise efetuada por ano de início de investigação como na análise por ano de início de acontecimento;

- ii) Nos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” 49,2% do total de vítimas correspondem a escalões até aos 13 anos, idade limite a que corresponde a maior agravação da moldura penal e o eventual diagnóstico de “desordem parafílica” em arguidos inscritos em Inquéritos com vítimas desta faixa etária;
- iii) A evolução anual da vitimação, sugere-nos um aumento da idade de vitimação nos anos mais recentes, especificamente em 2016;

h. Como seria expectável, a situação profissional das vítimas é maioritariamente de estudante (99,1%);

i. Quanto à naturalidade, registam-se diferenças de acordo com os grupos de Inquéritos, a saber:

- i) Nos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores”, a taxa prevalecente corresponde ao distrito de Viana do Castelo. As nacionalidades estrangeiras constituem 5% do grupo;
- ii) Nos “Inquéritos mistos”, a taxa de vitimação prevalecente corresponde também ao distrito de Viana do Castelo;
- iii) Nos “Inquéritos exclusivos de PM”, a taxa de vitimação remete-nos para o distrito de Castelo Branco, seguido do de Aveiro;

j. Quanto ao local de residência das vítimas, registam-se diferenças de acordo com os grupos de Inquéritos, a saber:

- i) Nos “Inquéritos contendo o crime de pornografia de menores” a taxa por 100.000 habitantes remete-nos para o distrito de Viana do Castelo; nos “Inquéritos mistos” a taxa de incidência indica-nos novamente o distrito de Viana do Castelo, e nos “Inquéritos exclusivos de PM”, a taxa apurada indica-nos o distrito de Castelo Branco;

- k. No que concerne à situação familiar, 100% das vítimas são solteiras;
31. Face ao apurado, no que tange aos dados da PJ, cumpre-nos realçar que duas das questões que são digladiadas na revisão da literatura e que deram azo, em 2015, internamente, à implementação do Sistema de registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menores, não se revêm nos resultados que obtivemos: a reincidência e o nexo causal;
32. No que concerne à reincidência e tendo em mente um conceito de reincidência *alargado*, não coincidente com o jurídico, mas baseado na reiteração da constituição de arguido em Inquéritos investigados pela PJ, verificámos que apenas 2,18% (21 “Arguidos PM”) do universo foi registado nesta circunstância. O “histórico criminal” dos arguidos no SICPJ permitiu-nos efetuar a distinção entre os “Arguidos exclusivos” e os “Arguidos mistos”, tendo revelado que os primeiros possuem uma percentagem muito inferior aos segundos (3% contra 56%). Além disso, só os “Arguidos mistos” reincidem no crime de abuso sexual de crianças e dos “Arguidos exclusivos” apenas 1 reincidiu noutros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, especificamente, no crime de importunação sexual. De facto, dos “Arguidos exclusivos” reincidentes, 87,5% reincidiu apenas e só no crime de pornografia de menores. Este resultado parece indiciar uma certa consistência na atividade criminal, de acordo com os dados da PJ;
33. Quanto ao nexo causal — estabelecendo uma relação causa-efeito na qual o consumo de pornografia de menores produziria como consequência o crime sexual de contacto contra menores — verificámos também que os resultados não corroboram esta asserção, na medida em que a investigação dos crimes sexuais contra menores e, em particular, o abuso sexual de crianças, ocorreu cronologicamente antes da investigação do crime de pornografia de menores. De facto, constatamos que a esmagadora maioria dos Inquéritos é exclusivamente de pornografia de menores (90%, correspondendo a 2286

Inquéritos) e que, dos remanescentes 10% (249 Inquéritos), é o crime de abuso sexual de criança que evidencia maior conexão com o de pornografia de menores. No entanto, efetuada a análise cronológica do ano de início da investigação na PJ, apurámos que 68% dos “Arguidos PM” reincidentes (40 arguidos) se encontram em Inquéritos com o crime de abuso sexual de crianças com ano de início de investigação anterior a Inquéritos com o crime de pornografia de menores (contra 12%, correspondendo a 7 “Arguidos PM” cujos Inquéritos de pornografia de menores são anteriores ao Inquéritos com o crime de abuso sexual de crianças”;

34. Por outro lado, no que tange ao relacionamento entre o arguido e a vítima, os resultados indicam que, maioritariamente, é inexistente ou é apenas confinada ao meio virtual. Este resultado sugere-nos que, ao contrário dos crimes sexuais de contacto, alegadamente maioritariamente perpetrados por pessoas do círculo de conhecidos ou familiares da vítima, o crime de pornografia de menores encerra uma maior distância real e, eventualmente afetiva, entre o arguido e a vítima (relacionamento “virtual” e “nenhum” mais acentuado nos “Arguidos exclusivos” do que nos “Arguidos mistos” e, inversamente, maior percentagem de relacionamento “conhecido(a)” nos “Arguidos mistos” do que nos “Arguidos exclusivos”). Recordemo-nos como Ana Jorge (2012, p. 98) nos informa que os menores portugueses admitem uma baixa percentagem de contacto *online* com estranhos. Face a estes resultados e considerando que os danos dos crimes sexuais são mais profundos quando o crime é cometido por pessoas próximas da vítima, o crime de pornografia de menores poderá representar, neste aspeto e eventualmente, um impacto emocional menos grave. No entanto, admitimos que perspetivar o apurado nesta vertente do dano emocional é demasiado simplista, pelo que apenas formulamos esta hipótese como exercício teórico;
35. No que respeita às políticas públicas e boas práticas que evidenciámos, embora não de forma exaustiva, parecem não constituir uma estratégia integrada e coordenada de proteção dos infantojuvenis. O que defendemos é uma estratégia integrada que abarque vários dos riscos das TIC, como forma

de potenciar e aproveitar os recursos. Uma estratégia que delineie políticas a desenvolver (preventivas e repressivas) envolvendo não só as entidades públicas (MP, OPC, entre outras) como também ONG de proteção à infância e à vítima, associações de pais e demais entidades privadas cuja responsabilidade social deve ser evidenciada e reconhecida, com especial destaque para o papel pedagógico que os meios de comunicação social podem desenvolver. Para este objetivo ter-se-ia de designar uma entidade coordenadora de políticas preventivas neste âmbito que mobilizasse a comunidade e os meios de comunicação;

36. Equacionamos igualmente a pertinência da implementação de um observatório para os fenómenos associados à vitimação infantojuvenil associada às TIC, constituindo o crime de pornografia infantil uma das suas vertentes de estudo;
37. A educação e a sensibilização para a utilização das TIC de forma responsável revelam-se poderosas ferramentas preventivas. Em Portugal, as campanhas nesta matéria dirigem-se às potenciais vítimas, incitando-as à sua autoproteção, mas não se vislumbraram campanhas cujo alvo tenha sido o próprio ofensor ou o público em geral que se depare com imagens desta natureza;
38. O facto de estudos nacionais sobre a utilização da Internet em Portugal confirmarem que são os mais jovens que fazem uma utilização mais proficiente e intensa das TIC, justifica uma intensificação do esforço na sua educação e conscientização dos perigos e potencialidades. Descortinámos que os menores provenientes de estratos sociais mais desfavorecidos podem beneficiar mais de educação. A educação pode ser a “melhor defesa que pode ser providenciada aos menores”, como ressalva a Europol (IOCTA, 2017, p. 15). No mesmo sentido converge toda a doutrina enunciada, nacional e internacional. Neste domínio, não se constituindo a única vertente de política social no âmbito da prevenção, a educação é um fator de segurança;

39. O ensino para os direitos da sexualidade constitui a base sobre a qual edificarão pedagogias de comportamentos *online* e *offline*, porque, como constatámos, as TIC são um poderoso “intermediário” dos comportamentos humanos;
40. A intervenção precoce junto dos ofensores mais jovens — a maioria, de acordo com os dados da PJ — e na esteira do enunciado por Leukfeldt, Jansen e Stol (2014, p. 11) constitui-se como uma oportunidade valiosa, inclusive pedagógica, contribuindo para um maior sucesso na cessação da atividade delituosa, seja relacionada com condutas de pornografia infantil, seja com quaisquer outras condutas que atentem contra a integridade e autodeterminação sexual própria ou alheia;
41. No que tange às limitações do nosso estudo, entendemos que constituiu uma lacuna a prospeção de informação nacional de carácter qualitativo. Adicionalmente, a nossa análise teve como base a informação das investigações da PJ, pelo que constitui apenas e certamente, uma pequena parte da realidade. Não obstante, um ponto de partida;
42. Seria especialmente interessante incidir sobre as motivações do ofensor, o papel da pornografia integralmente digital e a subcultura em Portugal, a título de exemplo. Outra lacuna de relevo é a discriminação das condutas perpetradas pelos ofensores, com recurso a Inquéritos, ou seja, apurar as características da detenção, distribuição, produção, entre outras. Por fim, incontornável seria o estudo do material apreendido;
43. Finalizamos cientes de que várias caminhos ficam por trilhar, merecedores de investigação, nas perspetivas do Direito, das Políticas Públicas e da Segurança.

Bibliografia

Monografias, livros, artigos e outros documentos

(por ordem alfabética)

ABRANTES, Alexandra Catarina Silva - **O problema do aliciamento de menores através da internet para fins sexuais** [Em linha]. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2016 [Consult. 2 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL:[https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/21940/1/Alexandra Catarina Silva Abrantes.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/21940/1/Alexandra%20Catarina%20Silva%20Abrantes.pdf)>.

AEBI, Marcelo F. - Measuring the influence of statistical counting rules on cross-national differences in recorded crime. Em AROMAA, KAUKO; HEISKANEN, MARKKU (Eds.) - **Crime and Criminal Justice Systems in Europe and North America 1995-2004** [Em linha]. Helsínquia, Finlândia: European Institute for Crime Prevention and Control affiliated with the United Nations (HEUNI), 2008 Disponível em WWW:<URL:https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Crime-statistics/HEUNI_1995-2004.pdf>. ISBN 978-952-5333-36-7v. 55. p. 200–218.

AEBI, Marcelo F. et al. - **European sourcebook of crime and criminal justice statistics** [Em linha]. Helsínquia, Finlândia: European Institute for Crime Prevention and Control affiliated with the United Nations (HEUNI), 2014 [Consult. 10 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.heuni.fi/material/attachments/heuni/reports/qrMWoCVTF/HEUNI_report_80_European_Sourcebook.pdf>.

AFONSO, Lígia et al. - Delinquência juvenil: os atos reportados e as cifras negras. Em **Colóquio Internacional As Jovens e o crime - transgressões e justiça tutelar** [Em linha]. Coimbra, Portugal: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2015 [Consult. 4 abr. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_x.pdf>.

AGRA, Cândido Da et al. - crime e delinquência auto-revelada. **OlhareSeguros**. Porto, Portugal. ISSN 0874-4947. 1:2 (1999) 14.

AGUSTINA, José R. - ¿ Menores infractores o víctimas de pornografia infantil? Respuestas legales e hipótesis criminológicas ante el Sexting. **Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología**. ISSN 1695-0194. 12:11 (2010) 1–44.

AIKEN, M.; MORAN, M.; BERRY, M. J. - Child abuse material and the internet: cyberpsychology of online child related sex offending. Lyon, França. (2011) 1–22.

AKDENIZ, Yaman - **International child pornography and the law: national and international responses**. Inglaterra: Ashgate publishing Limited, 2008. ISBN 978-0-7546-2297-0.

ALBERGARIA, Pedro Soares De; LIMA, Pedro Mendes - O crime de detenção de pseudopornografia infantil - evolução ou involução? **Julgar**. Portugal. ISSN 1646-6853. 12: Crimes no seio da família e sobre menores (2010) 195–220.

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto De - **Comentário do Código Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2008. ISBN 978-972-54-0220-7.

ALFAIATE, Ana Rita - **A Relevância penal da sexualidade dos menores**. Coimbra: Coimbra Editora, 2009. ISBN 978-972-32-1730-8.

ALISES, Glória F. - Estatísticas oficiais (Cifras negras). Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 197–199.

ALMEIDA, Ana Nunes De *et al.* - Crianças e internet: a ordem geracional revisitada. **Análise Social**. Lisboa. ISSN 2182-2999. 207 (2013) 340–365.

ALMEIDA, Ana Nunes De; ALVES, Nuno De Almeida; DELICADO, Ana - As crianças e a internet em Portugal: perfis de uso. **Sociologia, Problemas e Práticas**. ISSN 2182-7907. 65 (2011) 9–30.

ALMEIDA, Fernando De - Psicopatologia e crime. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 402–403.

ALMEIDA, Maria Rosa Crucho De; ALÃO, Ana Paula - Os inquéritos de vitimação do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça. Em **III Congresso Português de Sociologia: Práticas e Processos da Mudança Social** [Em linha]. Associação Portuguesa de Sociologia, 1996 Disponível em WWW:<URL:http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR49253f37e581c_1.pdf>.

ALMEIDA, Paulo Pereira De - A vitimação em Portugal - Apresentação de dados de um estudo nacional. Em **I Jornadas de Segurança Interna** [Em linha]. Portugal: Ministério da Administração Interna, 2010 [Consult. 21 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.dgai.mai.gov.pt/pdf/Jornadas_Seguranca_Interna__2010__184pp.pdf>. ISBN 978-989-95928-4-1>.

ALMEIDA ALVES, Nuno DE - Perfis dos utilizadores da internet em Portugal. **Análise Social**. Lisboa. ISSN 0003-2573. 43:188 (2008) 603–625.

ALPUIM, Margarida Botelho Noronha Agorreta - **Há partes do Mundo...: influência dos fatores sócio-culturais no abuso sexual de menores** [Em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009 Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10451/2194>>.

ALTAF, Gabriela Berutto - **As belas que me perdoem: marcas do feio na contemporaneidade** [Em linha]. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2014 Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10400.14/16379>>.

ALVES, Sândia Gabriela Pereira - **Um olhar sobre o crime de pedopornografia: importância do uso de fotografias da face na estimativa da idade** [Em linha]. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014 Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10316/31636%0A>>.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA Statement on DSM-5 Text Error. Arlington (2013) 1. (Acedido em 2016-12-12), disponível em http://psychstar.ca/resources/DSM-5_Corrections-to-Text_sexual_disorders.pdf.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION - **Report of the APA Task Force on the sexualization of girls** [Em linha]. Washington DC, Estados Unidos da América: APA. 2007. [Consult. 1 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.apa.org/pi/women/programs/girls/report-summary.pdf>>.

ANASTÁCIO, Zélia - Saúde e desenvolvimento adolescente: relação entre a tomada de decisão, comportamento sexual, autoestima e imagem corporal. Em **VIII Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde** [Em linha]. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2012 [Consult. 27 jan. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/1822/21346>>. ISBN 978-989-8537-00-3

ANTUNES, Maria João - Crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual dos menores. **Julgar**. Portugal. ISSN 1646-6853. 12 especial (2010) 153–161.

ANTUNES, Maria João; SANTOS, Cláudia - Pornografia de menores. Em JORGE FIGUEIREDO DIAS (Ed.) - **Comentário Conimbricense do Código Penal. Parte Especial**. 2.a ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2012. ISBN 978-972-322061-2v. Tomo I.

ARAÚJO, António De - **Crimes sexuais contra menores: entre o Direito Penal e a Constituição**. Coimbra: Coimbra Editora, 2005. ISBN 978-972-32-1349-2.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - Debate na Assembleia da República sobre Proposta de lei n.º 305/XII (4.a) e projetos de lei n.º 772/XII (4.a) e 886/XII (4.a) Portugal. Diário da Assembleia da República, 29 Abr. 2015. [Consult. 25 set. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/12/04/080/2015-04-29/30?q=pornografia+>>>.

ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA - **#ON_Sex - Direitos Sexuais e Jovens Vulneráveis** [Em linha]. 2016. [Consult. 15 out. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.apf.pt/atuacao/projetos/onsex-direitos-sexuais-e-jovens-vulneraveis>>.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - **Manual Core para o atendimento de crianças vítimas de violência sexual - compreender** [Em linha].

Portugal. 2002 [Consult. 9 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.apav.pt/pdf/core_compreender.pdf>. ISBN 972-98845-3-6.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - **Manual Core para o atendimento de crianças vítimas de violência sexual - proceder** [Em linha]. Portugal. 2002 [Consult. 9 ago. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.apav.pt/pdf/core_proceder.pdf>. ISBN 972-98845-3-6.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - **Estatísticas APAV. Relatório anual 2010** [Em linha]. Lisboa: Disponível em WWW:<URL:http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_2010.pdf>.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - **Estatísticas APAV. Relatório anual 2011** [Em linha]. Lisboa, Portugal: [Consult. 23 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2011.pdf>.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - **Estatísticas APAV. Relatório anual 2012** [Em linha]. Lisboa, Portugal: [Consult. 23 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Totais_Nacionais_2012.pdf>.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - **Estatísticas APAV. Relatório anual 2013** [Em linha]. Lisboa, Portugal: [Consult. 23 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2013.pdf>.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - **Estatísticas APAV. Relatório anual 2014** [Em linha]. Lisboa, Portugal: [Consult. 23 mar. 2016]. Disponível em

WWW:<URL:http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anuual_2014.pdf>.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - **Estatísticas APAV. Relatório anual 2015** [Em linha]. Lisboa: Disponível em WWW:<URL:http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anuual_2015.pdf%0A>.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA - **Estatísticas APAV. Relatório anual 2016** [Em linha]. Lisboa: Disponível em WWW:<URL:http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anuual_2016.pdf>.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA; INTERCAMPUS - **Criminalidade e insegurança** [Em linha]. Portugal: [Consult. 22 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Barometro_APAV_Intercampus_2_Criminalidade1_2012.pdf>.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA; INTERCAMPUS - **Perceção da população portuguesa sobre a violência contra crianças e jovens** [Em linha]. Portugal: [Consult. 13 mar. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Barometro_APAV_Intercampus_7_Criancas_2015.pdf>.

AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES - **Manual de comércio electrónico em Portugal - o quadro legal e o negócio** [Em linha]. Lisboa, Portugal: ANACOM, 2004 Disponível em WWW:<URL:https://www.anacom.pt/streaming/manual_comercio_elec.pdf?contentId=178219&field=ATTACHED_FILE>. ISBN 972-786-011-7.

BABCHISHIN, Kelly M.; HANSON, R.Karl; HERMANN, Chantal A. - The characteristics of online sex offenders: a meta-analysis. **Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment**. ISSN 1573-286X. 23:1 (2010) 92–123. doi: 10.1177/1079063210370708.

BACELAR GOUVEIA, Jorge - Manual de Direito Internacional Público. 2.a ed. Coimbra: Livraria Almedina. 2004. ISBN 972-40-2326-5.

BACELAR GOUVEIA, Jorge - Direitos fundamentais. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Eds.). Em Enciclopédia de Direito e Segurança. Coimbra: Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5

BACELAR GOUVEIA, Jorge - Segurança humana. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Eds.). Em Enciclopédia de Direito e Segurança. Coimbra: Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5

BARRETO, Pedro - Apresentação do estudo sobre delinquência juvenil, realizado pelo Instituto de Criminologia da Universidade do Porto. Em **I Jornadas de Segurança Interna** [Em linha] Ministério da Administração Interna, 2010 Disponível em
WWW:<URL:http://www.dgai.mai.gov.pt/pdf/Jornadas_Seguranca_Interna__2010_184pp.pdf>. ISBN 978-989-95928-4-1

BARROSO, Ricardo - Violência sexual. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 530–531.

BARROSO, Ricardo G. et al. - Between public agenda and the emergence of intervention programmes: sexual offenders within the portuguese context. **Sexual Offender Treatment**. ISSN 1862-2941. 6:2 (2011) 1–10.

BARROSO SILVA, Júlio César Casarin - Liberdade de expressão, pornografia e igualdade de género. **Revista de Estudos Feministas**. São Paulo, Brasil. ISSN 0104-026X. 21:1 (2013) 143–165. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100008>.

BARTELS, Ross M.; MERDIAN, Hannah L. - The implicit theories of child sexual exploitation material users: An initial conceptualization. **Aggression and Violent Behavior**. ISSN 1873-6335. 26 (2016) 16–25. doi: 10.1016/j.avb.2015.11.002.

BASILE, Kathleen C.; SALTZMAN, Linda E. - Sexual violence surveillance: uniform definition and recommended data elements. Atlanta, EUA: National Center for Injury

Prevention and Control. (2002) 1-94. Disponível em stacks.cdc.gov/view/cdc/6545/cdc_6545_DS1.pdf

BEECH, Anthony R. et al. - The internet and child sexual offending: A criminological review. **Aggression and Violent Behavior**. ISSN 1359-1789. 13:3 (2008) 216–228. doi: 10.1016/j.avb.2008.03.007.

BEIER, Klaus M. et al. - Encouraging self-identified pedophiles and hebephiles to seek professional help: First results of the Prevention Project Dunkelfeld (PPD). **Child Abuse & Neglect**. ISSN 0145-2134. 33:8 (2009) 545–549. doi: 10.1016/j.chiabu.2009.04.002.

BEIER, Klaus M. et al. - The German Dunkelfeld Project : a pilot study to prevent child sexual abuse and the use of child abusive images. **Journal of Sexual Medicine**. Alemanha (2014). doi: 10.1111/jsm.12785.

BELEZA, Teresa Pizarro - Sem sombra de pecado: o repensar dos crimes sexuais na revisão do Código Penal. Em CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS (Ed.) - **Jornadas de Direito Criminal - Revisão do Código Penal**. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários. 1996. ISBN 972-9122-15-6

BELEZA, Teresa Pizarro - **Direito Penal**. 2.^a ed. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1998. ISBN 972-100-700073-2.

BELEZA, Teresa Pizarro - A Revisão da Parte Especial na reforma do sistema penal. Em ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA (Ed.) - **Jornadas sobre a revisão do Código Penal**. Lisboa: Maria Fernanda Palma e Teresa Pizarro Beleza (org.), 1998

BEXIGA, Vanessa Vicente - **O direito à imagem e o direito à palavra no âmbito do processo penal** [Em linha]. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2013 [Consult. 6 dez. 2016]. Disponível em [WWW:<URL:http://hdl.handle.net/10400.14/14575>](http://hdl.handle.net/10400.14/14575).

BLANCHARD, Ray et al. - Sexual attraction to others: A comparison of two models of alloerotic responding in men. **Archives of Sexual Behavior**. ISSN 0004-0002. 41:1 (2012) 13–29. doi: 10.1007/s10508-010-9675-3.

BLASCO, Bernardo Del Rosal - ¿ Hacia El Derecho Penal De La Postmodernidad ? **Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología**. Espanha. ISSN 1695-0194. 11:8 (2009) 1–64.

BÖRJESSON, Carla - Tecnologias de informação e crimes sexuais contra menores - o abuso sexual de menores e a internet [Em linha]. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2012 Disponível em WWW:<URL:[http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9687/1/Tecnologias de Informação e Crimes Sexuais Contra Menores - Carla Börjesson.pdf](http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9687/1/Tecnologias%20de%20Informação%20e%20Crimes%20Sexuais%20Contra%20Menores%20-%20Carla%20Börjesson.pdf)>.

BORREGO, Mafalda Meneses Gonçalves De Nunes - **Registo de abusadores sexuais de menores: perceção do cidadão português** [Em linha]. Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2014 [Consult. 5 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10216/74880>>.

BOURKE, Michael L.; HERNANDEZ, Andres E. - The «Butner study» redux: A report of the incidence of hands-on child victimization by child pornography offenders. **Journal of Family Violence**. ISSN 0885-7482. 24:3 (2009) 183–191. doi: 10.1007/s10896-008-9219-y.

BOWEN, José Luis Alarcón - El tratamiento del delito de pornografía infantil en la legislación ecuatoriana [Em linha]. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2015 [Consult. 14 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2015/08/doctrina41885.pdf>>.

BRAZÃO, Nélio - Reabilitação. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 413–414.

BRONSTRUP, Felipe Bauer - **Los delitos de pornografía infantil como paradigma del moderno Derecho Penal (estudio del artículo 189 cp)** [Em linha]. Sevilha, Espanha: Universidad de Sevilla, 2016 [Consult. 26 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://idus.us.es/xmlui/handle/11441/34414>>.

BROUGHTON, Daniel D. - Child exploitation in the 21st century. **Paediatrics and Child Health**. ISSN 1751-7222. 19:S.2 (2009) 197–201. doi: 10.1016/j.paed.2009.08.006.

BUCKINGHAM, David et al. - **Sexualised goods aimed at children: a report to the Scottish Parliament Equal Opportunities Committee** [Em linha]. Edimburgo. Disponível em WWW:<URL:http://oro.open.ac.uk/25843/2/sexualised_goods_report.pdf>.

CANOTILHO, J. J.Gomes; MOREIRA, Vital - **Constituição da República Portuguesa anotada**. 4.a Reimp. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. ISBN 978-972-32-2286-9.

CARDOSO, Daniel et al. - **Projecto #ON_SEX: direitos sexuais e jovens vulneráveis**. Lisboa. (2016) 37. doi: 10.13140/RG.2.1.3803.9284.

CARMO, Rui Do - Arguido. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 46–47.

CARR, John - **Child abuse, child pornography and the internet** [Em linha]. Londres: [s.n.] [Consult. 14 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:www.nch.org.uk>.

CARVALHO, Nuno Vieira De - As estatísticas criminais e os «crimes invisíveis». Portugal. ISSN 1646-6977. 2006) 1–24. (acedido em 2018-08-15), disponível em www.psicologia.pt/artigos/textos/A0272.pdf.

CARVALHO, Tássia Puga Cardoso Brabo De - **Pornografia infantil virtual: o bem jurídico em questão** [Em linha]. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014 [Consult. 6 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/10316/35039>.

CASTELLS, Manuel - **O fim do milénio. A Era da informação: economia, sociedade e cultura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. ISBN 972-31-1055-5.

CHILD EXPLOITATION AND ONLINE PROTECTION CENTRE (CEOP) - **A picture of abuse: a thematic assessment of the risk of contact child sexual abused posed by those who possess indecent images of children** [Em linha]. Londres, Reino Unido. 2012 [Consult. 30 set. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://ceop.police.uk/Documents/ceopdocs/CEOP%IIIOCTA Executive Summary.pdf>.

CÍRCULO DE LEITORES, S. A.; EDITIONS LAROUSSE - Puberdade. Em Larousse Enciclopédia Moderna. Portugal: Círculo de Leitores, S.A., 2009. ISBN 978-972-42-4377-1

Código Penal Português - Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919

COMISSÃO DAS LIBERDADES PÚBLICAS E DOS ASSUNTOS INTERNOS - **Relatório sobre a comunicação da Comissão intitulada «Conteúdo ilegal e lesivo na internet» (COM(96)0487-C4-0592/96)** [Em linha] [Consult. 26 jul. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A4-1997-0098+0+DOC+XML+V0//PT>.

COMISSÃO EUROPEIA - **Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho que avalia a execução das medidas referidas no art.º 25.º da Diretiva 2011/93/UE, de 13 de dezembro de 2011, relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e pornografia** in [Em linha]. Bruxelas: [s.n.] Disponível em WWW:<URL:http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016DC0872&from=PT%0A>.

COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO - **Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças - Guia de orientações para os profissionais da acção social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo**. Lisboa: Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. (2011) 1-367. Disponível em www.cnpcjr.pt/guias/Guia_Acao_Social.pdf (acedido em 2017-09-02).

COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU - Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «Um quadro para a publicidade destinada aos jovens e às

crianças» (Parecer de iniciativa). **Jornal Oficial da União Europeia** [Em linha] (12-6-11. [Consult. 10 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52012IE0138&from=PT>.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA - Conclusões do Conselho sobre a proteção das crianças no mundo digital (2011/C 372/04). **Jornal Oficial da União Europeia**. C 372:2011) 15–18.

CONSELHO SUPERIOR DE ESTATÍSTICA – 345.^a Deliberação do Conselho Superior de Estatística - Aprovação, para fins estatísticos, de alterações à «Tabela de crimes registados». **DOCT/2264/CSE/PCD**. Portugal. (2008) 1–5.

COOPER, Sharon W. - The sexual exploitation of children and youth: redefining victimization. Em OLFMAN, SHARNA (Ed.) - **The sexualization of childhood**. Westport, Estados Unidos da América: Praeger Publishers, 2009. ISBN 978–0–275–99985–8. p. 105–120.

CORDEIRO, Ana Dias - Lista de condenados por pedofilia nunca foi consultada por polícias. **Público**. (22 nov. 2017). 15.

CORREIA, João Conde - Prova digital: as leis que temos e a lei que devíamos ter. **Revista do Ministério Público**. Lisboa, Portugal. ISSN 0870-6107. 139 (2014) 29–59.

CORRIVEAU, Patrice - Les groupes de nouvelles à caractère pédopornographique: Une sous-culture de la déviance. **Déviance et Société**. Chêne-Bourg, Suíça. ISSN 0378-7931. 34:3 (2010) 381–400. doi: 10.3917/ds.343.0381.

CORTÉS, Lina Mariola Díaz - Una aproximación al estudio de los delitos de pornografía infantil en materia penal: el debate sobre la libertad sexual y la influencia de la directiva 2011/92/UE en la reforma de 2015. **Revista de Derecho Penal y Criminología**. ISSN 1132-9955. 13 (2015) 13–50.

COSTA, João Paulo - Pedófilo usava Facebook para aliciar rapazes. **Jornal de Notícias**. (10 jun. 2016).

COSTA, Luciana G. - **A Difusão de pornografia infantil pela internet: sentido e limites de uma incriminação**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2006.

COSTA, S. *et al.* **Petição n.º 161/XI/2** - Solicita a ratificação da Convenção do Conselho da Europa contra a exploração e o abuso sexual de crianças e a adopção de medidas de prevenção e combate ao tráfico sexual de crianças e jovens. 2011 [Em linha] (11-03-16) Disponível em WWW:<URL:<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhePeticao.aspx?BID=12091>>.

CROFTS, Thomas; LEE, Murray - «Sexting», children and child pornography. **Sydney Law Review**. Austrália. 35 (2013) 85–106.

CUNHA, Manuela Ivone; DURÃO, Susana - Os sentidos da segurança: ambiguidades e reduções. **Etnográfica**. Portugal. ISSN 2182-2891. 15:1 (2011) 53–66. doi: 10.400/etnografica.790.

CUNHA, Maria Da Conceição Ferreira Da - Crimes sexuais contra crianças e adolescentes. **Revista Jurídica Luso Brasileira**. ISSN 2183-539X. 3 (2017) 345–376.

DAVIDSON, Julia - Legislation and policy - protecting young people, sentencing and managing Internet sex offenders. Em DAVIDSON, JULIA; GOTTSCHALK, PETER (Eds.) - **Internet child abuse: current research and policy**. Nova Iorque: Routledge, 2011. ISBN 978-0-20-384743-5. p. 8–26.

DAVIDSON, Julia C. - **Child sexual abuse: media representations and government reactions**. E-book ed. Oxford: GlassHouse, 2008. ISBN 978-0-203-92873-8.

DELGADO, Ana - Sexualidades diferentes. Parafilias. Homossexualidade. Em FORTUNATO BARROS E RUTE FIGUEIREDO (COORD.) (Ed.) - **Manual de medicina sexual - Visão multidisciplinar** [Em linha]. Portugal: Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica e Sociedade Portuguesa de Andrologia, 2014 Disponível em

WWW:<URL:<http://www.spandrologia.pt/Pdfs/Publicacoes/manualdemedicinasexual.pdf>>. p. 417–420.

DELISI, Matt et al. - The dark figure of sexual offending: new evidence from federal offenders. **Journal of Criminal Psychology**. 6:1 (2016) 3–15. doi: <https://doi.org/10.1108/JCP-12-2015-0030>.

DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL DE LISBOA - Ordem de serviço n.º 17/2016, de 31 de maio de 2016 - Criação da Unidade de ação penal de crimes sexuais e cometidos contra crianças e jovens fora de ambiente familiar - 2.ª Secção. Portugal. (2016) 3.

DEPUTADOS DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. **Projeto de Lei n.º 886/XII** - Estratégia nacional para a proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais. 2015 [Em linha] (15-04-22) [Consult. 20 out. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=39383>>.

DEPUTADOS DO PARTIDO SOCIALISTA. **Projeto de Lei n.º 772/XII** - Procede à [...] alteração ao Código Penal, cumprindo o disposto na Convenção do Conselho da Europa para a proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais (Convenção de Lanzarote). 2015 [Em linha] (15-02-06) [Consult. 20 out. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=39011>>.

DIAS, Isabel - Inquérito de vitimação. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 269–271.

DIAS, Maria Do Carmo Saraiva De Menezes Da Silva - Repercussões da Lei n.º 59/2007, de 4/9 nos «crimes contra a liberdade sexual». **Revista do Centro de Estudos Judiciários**. ISSN 1645-829X. n.º 8 (Esp:2008) 213–279.

DIAS, Maria Do Carmo Saraiva De Menezes Da Silva - Notas substantivas sobre os crimes sexuais com vítimas menores de idade. **Revista do Centro de Estudos Judiciários**. Lisboa, Portugal. ISSN 1645-829-X. 15 (2011) 209–259.

DIAS, Vera Elisa Marques - **A problemática da investigação do cibercrime** [Em linha]. Lisboa, Portugal : Universidade de Lisboa, 2010 [Consult. 3 fev. 2014].

Disponível em

http://www.verbojuridico.com/doutrina/2011/veradias_investigacaocibercrime.pdf.

DIJK, Jan Van; KESTEREN, John Van; SMIT, Paul - **Criminal victimisation in international perspective: key findings from the 2004-2005 ICVS and EU ICS** [Em linha]. Haia, Holanda: [s.n.] [Consult. 31 mai. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://unicri.it/services/library_documentation/publications/icvs/publications/ICVS2004_05report.pdf>.

DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA - Modelo 262 - Mapa para notação de crimes (2016).

DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA - Manual de preenchimento - Modelo 262 - Crimes registados 2016. Portugal. (2016) 1–54.

DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE - Maus tratos em crianças e jovens: guia prático de abordagem, diagnóstico e intervenção. Portugal. (2011).

DIREÇÃO-GERAL DE REINserÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS - **Avaliação do Projecto Piloto do Programa de intervenção dirigido a Agressores Sexuais** [Em linha]. Portugal: [s.n.] [Consult. 21 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/Documentos/DocumentosSite/AvalPrograma_AgrssSex.pdf>.

DIREÇÃO-GERAL DE REINserÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS - **Relatório estatístico anual 2014** [Em linha]. Portugal: [s.n.] [Consult. 6 abr. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/estat>>.

DIREÇÃO-GERAL DE REINserÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS - **Serviços Prisionais 2005-2016** [Em linha] Disponível em

WWW:<URL:<http://www.siej.dgpj.mj.pt/SIEJ/PDFs/Execução de penas e medidas de intervenção social/ServicosPrisionais.pdf>>.

DORFMAN, Lori et al. - Case by case: news coverage of child sexual abuse, 2007-2009. **Issue**. Berkeley. 19 (2011).

DOUGLAS, John E. et al. (EDS.) - **Crime classification manual: a standard system for investigating and classifying violent crimes** [1992] 2.a ed. São Francisco: Jossey-Bass, 2006. ISBN 978-0-7879-8501-1.

DURKIN, Keith F.; BRYANT, Clifton D. - Propagandizing pederasty: A thematic analysis of the on-line exculpatory accounts of unrepentant pedophiles. **Deviant Behavior**. ISSN 0163-9625. 20 (1999) 103–127. doi: 10.1080/016396299266524.

ECPAT INTERNACIONAL - **ECPAT International report of the World Congress III Against Sexual Exploitation of Children & Adolescents**. 2009. [Em linha] [Consult. 13 set. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ecpat.org/wp-content/uploads/legacy/ECPATWCIIIReport_FINAL.pdf>.

EKE, Angela W.; SETO, Michael C.; WILLIAMS, Jennette - Examining the criminal history and future offending of child pornography offenders: an extended prospective follow-up study. **Law and Human Behavior**. ISSN 1573-661X. 35:6 (2011) 1–19. doi: 10.1007/s10979-010-9252-2.

ENEMAN, Marie; GILLESPIE, Alisdair A.; STAHL, Bernd Carsten - Criminalising fantasies: the regulation of virtual child pornography. Em **Proceedings of the 17th European Conference on Information Systems** [Em linha]. Gotemburgo, Suécia: Departamento de Tecnologia de Informação Aplicada da Universidade de Gotemburgo, 2009 [Consult. 17 ago. 2014]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.cse.dmu.ac.uk>>.

EU KIDS ONLINE - **EU Kids Online: findings, methods, recommendations**. 2014. ISSN 2045-256X [Em linha] Disponível em WWW:<URL:<http://eprints.lse.ac.uk/60512/>>.

EUROJUST - Child abuse. **Eurojust News**. União Europeia. 5 (2011). Disponível em [www.eurojust.europa.eu/doclibrary/corporate/newsletter/Eurojust News Issue 5](http://www.eurojust.europa.eu/doclibrary/corporate/newsletter/Eurojust%20News%20Issue%205)

(December 2011) on the fight against child abuse/EurojustNews_Issue5_2011-12-EN.pdf (acedido em 2017-05-19).

EUROPOL - Efforts stepped-up to identify victims of child sexual abuse. Press release. (2015). Disponível em www.europol.europa.eu/newsroom/news/efforts-stepped-to-identify-victims-of-child-sexual-abuse (acedido em 2017-05-12).

EUROPOL - **Internet Organised Crime Threat Assessment (IOCTA) 2017** [Em linha] Disponível em [WWW:<URL:https://www.europol.europa.eu/iocta/2017/index.html>](https://www.europol.europa.eu/iocta/2017/index.html).

EUROPOL - **Say No! Online sexual coercion and extortion is a crime** [Em linha], atual. 2017. [Consult. 29 jun. 2017]. Disponível em [WWW:<URL:https://www.europol.europa.eu/activities-services/public-awareness-and-prevention-guides/online-sexual-coercion-and-extortion-crime>](https://www.europol.europa.eu/activities-services/public-awareness-and-prevention-guides/online-sexual-coercion-and-extortion-crime).

EUROPOL - **Europol launches public appeal to help identify victims of child sexual exploitation.** Press release (2017). Disponível em www.europol.europa.eu/newsroom/news/europol-launches-public-appeal-to-help-identify-victims-of-child-sexual-exploitation (acedido em 2017-06-02).

EUROPOL - **Europol Programming Document 2017-2019** [Em linha]. Haia. 2017. Disponível em [WWW:<URL:https://www.europol.europa.eu/publications-documents/europol-programming-document%0A>](https://www.europol.europa.eu/publications-documents/europol-programming-document%0A).

EUROPOL - **Serious and Organised Crime Threat Assessment (SOCTA) 2017** [Em linha]. Haia. 2017. Disponível em [WWW:<URL:www.europol.europa.eu>](http://www.europol.europa.eu). ISBN 978-92-95200-77-7.

EUROSTAT - **Crime and criminal justice statistics - methodological guide for users.** (2016). Disponível em ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/Annexes/crim_esms_an1.pdf (acedido em 2016-06-03).

FAPMI - FEDERACIÓN DE ASOCIACIONES PARA LA PREVENCIÓN DEL MALTRATO INFANTIL; ECPAT ESPANHA - **Uso de personas menores de edad en contenidos pornográficos** [Em linha]. Madrid, Espanha. [Consult. 14 dez.

2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ecpat-spain.org/empresa.asp?sec=14&subs=1>.

FARIAS, Alexandre Ramalho De - A incidência da normativa internacional na delimitação do bem jurídico nos delitos relativos à pornografia infantil. **Revista Justiça e Sistema Criminal**. Curitiba, Brasil. ISSN 2177-4811. 2:3 (2010) 159–195.

FAUST, Erik et al. - Child pornography possessors and child contact sex offenders: a multilevel comparison of demographic characteristics and rates of recidivism. **Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment**. ISSN 1573-286X. (2014) 1–19. doi: 10.1177/1079063214521469.

FAVEIRO, Vítor António Duarte; ARAÚJO, Laurentino Da Silva - Código Penal Português - Anotado. 3.a ed. Coimbra: Coimbra Editora. 1960.

FÁVERO, Marisalva Fernandes et al. - Sexual violence against children and adolescents: a developmental victimology. **Psiquiatria, Psicologia & Justiça**. Santo Tirso, Portugal. ISSN 2182-9381. 12 (2017) 81–107.

FÁVERO, Marisalva Fernandes; FERREIRA, Fátima - Sexting. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 448–449.

FERNANDES, Luís; RÊGO, Ximene - Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. **Etnográfica**. ISSN 2182-2891. 15:1 (2011). doi: 10.4000/etnografica.869.

FERNANDES, Maria De Fátima Carrilho - A pornografia de menores: conceitos e terminologia. **Revista de Direito e Segurança**. Lisboa, Portugal. ISSN 2182-8687. 4 (2014) 55–87.

FERNANDES, Sara Sofia Santos - **Caracterização do abusador sexual de crianças** [Em linha]. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, 2014 [Consult. 11 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/632/1/Construção da Tese PDF.pdf>.

FERRARO, Monique Mattei; CASEY, Eoghan; MCGRATH, Michael - **Investigating child exploitation and pornography: the internet, the law and forensic science**. [E-book] ed. Estados Unidos da América: Academic Press, 2005. ISBN 0-12-163105-2.

FIGUEIREDO DIAS, Jorge De; COSTA ANDRADE, Manuel Da - Criminologia. **O homem delinquente e a sociedade criminógena**. Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, 1992. ISBN 972-32-0069-4.

FINKELHOR, David; BROWNE, Angela - The traumatic impact of child sexual abuse: a conceptualization. **The American Journal of Orthopsychiatry**. ISSN 0002-9432. 55:4 (1985) 530–541. doi: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1939-0025.1985.tb02703.x>.

FONTES, José - **O direito ao quotidiano estável. Uma questão de direitos humanos**. Coimbra: Coimbra Editora, 2013. ISBN 978-972-32-2208-1.

FONTES, José - **Teoria geral do Estado e do Direito**. 4.a ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. ISBN 978-972-32-2279-1.

FRIEDRICHS, Jörg - **Fighting terrorism and drugs - Europe and international police cooperation**. [ebook] ed. Oxon, Estados Unidos da América: Routledge, 2008. ISBN 978-0-203-93456-2.

G-8 JUSTICE AND HOME AFFAIRS MINISTERS - **Reinforcing the international fight against child pornography**. Munique. (2007). Disponível em www.g-8.de/Content/EN/___Anlagen/2007-05-24-g8-justiz-innen-start-erklaerung-en,property=publicationFile.pdf%0A (acedido em 2014-11-18).

GABINETE CIBERCRIME - **Relatório da atividade - 2013** [Em linha]. Lisboa, Portugal: [s.n.] [Consult. 20 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/anexos/divulgacao/r-elatorio-da-atividade_cibercrime.pdf>.

GABINETE CIBERCRIME - **Inquéritos referentes a pornografia infantil - primeiro semestre 2016** [Em linha]. Lisboa: [s.n.] [Consult. 28 nov. 2016]. Disponível em

WWW:<URL:http://www.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/pornografia_infantil.pdf>.

GABINETE CIBERCRIME - **Relatório da atividade: setembro 2015 a dezembro 2016** [Em linha]. Lisboa. Disponível em WWW:<URL:http://cibercrime.ministeriopublico.pt/>.

GALLAGHER, Bernard - Internet-initiated incitement and conspiracy to commit child sexual abuse (CSA): the typology, extent and nature of known cases. **Journal of Sexual Aggression**. Reino Unido. ISSN 1355-2600. 13:2 (2007) 101–119.

GARCÍA, Juan Carlos Rojo - La realidad de la pornografía infantil en internet. **Revista de Derecho Penal y Criminología**. Espanha. ISSN 1132-9955. 9:2002) 211–251.

GARCIA, M.Miguez; RIO, J. M.Castela - **Código Penal: parte geral e especial**. 1.^a ed. Coimbra: Almedina, 2014. ISBN 978-972-40-5478-0.

GARLAND, David - **The Culture of Control - Crime and social order in contemporary society**. Chicago, Estados Unidos da América: The University of Chicago Press, 2001. ISBN 0-226-28383-6.

GILLESPIE, Alisdair A. - **Child pornography: Law and Policy**. 2.^a ed. Nova Iorque: Routledge, 2012. 1-392. ISBN 978-04-1566-741-8.

GILLESPIE, Alisdair A. - Child pornography. **Information & Communications Technology Law**. ISSN 1360-0834. 27:1 (2017) 30–54. doi: 10.1080/13600834.2017.1393932.

GOLLER, Anne et al. - Criminal recidivism of illegal pornography offenders in the overall population — A national cohort study of 4612 offenders in Switzerland. **Advances in Applied Sociology**. ISSN 2165-4328. 6:2 (2016) 48–56. doi: 10.4236/aasoci.2016.62005.

GOMES, Conceição; MOURAZ LOPES, José - As recentes transformações no sistema penal português: a tensão entre garantias e a resposta à criminalidade.

Sistema Penal & Violência. Porto Alegre, Brasil. ISSN 2177-6784. 1:1 (2009) 22–32.

GONÇALVES, Manuel Maia - **Código Penal português: Anotado e comentado e legislação complementar.** 13.a ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1999. ISBN 972-40-1229-8.

GONÇALVES, Paula - Predador seduz crianças na net. **Correio da Manhã.** (7 fev. 2014).

GONÇALVES, Rui Abrunhosa; VIEIRA, Sandra - A avaliação do estilo de vida criminal em ofensores sexuais. **Psicologia: Teoria, Investigação e Prática.** ISSN 0873-4976. 10:1 (2005) 81–92.

GOUVEIA, Feliz - Crime informático. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade.** 1.^a ed. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 125–126.

GOVERNO DE PORTUGAL. **Proposta de Lei n.º 305/XII (4.a).** [Em linha] 2015. [Consult. 30 jul. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/12/04/098/2015-03-19/42?q=pornografia+&pOffset=10>.

HAAS, Adriana Amaral - **Tutela penale dell'intangibilità sessuale del minore in Brasile e in Italia: un'analisi dei reati di Stupro di vulnerabili e Atti sessuali con Minorenne** [Em linha]. Palermo: Università degli Studi di Palermo, 2017 [Consult. 1 nov. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://iris.unipa.it/retrieve/handle/10447/221232/399218/Tesi di Dottorato Adriana Haas.pdf>.

HABERMEYER, Benedikt et al. - Immediate processing of erotic stimuli in paedophilia and controls: a case control study. **BMC psychiatry.** ISSN 1471-244X. 13 (2013) 88. doi: 10.1186/1471-244X-13-88.

HAMES, Michael - Child pornography: a secret web of exploitation. **Child Abuse Review.** 2 (1993) 276–280.

HAMILTON, Melissa - The child pornography crusade and its net-widening effect. **Cardozo Law Review**. ISSN 0270-5192. 33:4 (2012) 1679–1732.

HENSHAW, Marie; OGLOFF, James R. P.; CLOUGH, Jonathan A. - Looking beyond the screen: a critical review of the literature on the online child pornography offender. **Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment**. ISSN 1573-286X. (2015) 1–30. doi: 10.1177/1079063215603690.

HOLGUIN, Ana - Pedophilia. (Fedwa Malti-Douglas, Ed.). Em *Encyclopedia of Sex and Gender* [Em linha]. Estados Unidos da América : Thomson Gale, 2007 Disponível em WWW:<URL:<http://medcontent.metapress.com/index/A65RM03P4874243N.pdf>>. ISBN 978-0028-65960-2

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - **Censos 2011** [Em linha], atual. 2011. [Consult. 1 out. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - **Classificação Portuguesa das Profissões 2010** [Em linha]. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2011 Disponível em WWW:<URL:https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=107961853&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt>. ISBN 978-989-25-0010-2.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - **Destaque do Inquérito à utilização de tecnologias da informação e da comunicação pelas famílias** [Em linha]. Portugal: [s.n.] [Consult. 21 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=250254698&DESTAQUESmodo=2>.

INTERAGENCY WORKING GROUP ON SEXUAL EXPLOITATION OF CHILDREN - **Terminology guidelines for the protection of children from sexual exploitation and sexual abuse**. Luxemburgo: ECPAT International. (2016) 100.

ISBN 978-92-61-21501-9. Disponível em <http://luxembourgguidelines.org/english-version/>.

INTERNATIONAL CENTRE FOR MISSING & EXPLOITED CHILDREN - **Child pornography: model legislation & global review** [Em linha]. Estados Unidos da América: [s.n.] [Consult. 4 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.icmec.org/wp-content/uploads/2016/02/Child-Pornography-Model-Law-8th-Ed-Final-linked.pdf>>.

INTERNET WATCH FOUNDATION - **IWF Annual Report 2016** [Em linha] [Consult. 8 jan. 2018]. Disponível em WWW:<URL:https://annualreport.iwf.org.uk/assets/pdf/iwf_report_2016.pdf>.

ITZIN, Catherine - Pornography. (Adam Kuper & Jéssica Kuper, Eds.). Em *The Social Science Encyclopedia*. Londres: Routledge, 2005. ISBN 978-0-415-47635-5

JAYAWARDENA, Kasun P.; BROADHURST, Roderic - Online child sex solicitation: exploring the feasibility of a research «sting». **International Journal of Cyber Criminology**. ISSN 0974-2891. 1:2 (2007) 228-248. doi: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2137390>.

JEHLE, Jörg-Martin - Attrition and Conviction Rates of Sexual Offences in Europe: Definitions and Criminal Justice Responses. **European Journal on Criminal Policy and Research**. ISSN 1572-9869. 18:1 (2012) 145-161. doi: 10.1007/s10610-011-9163-x.

JENKINS, Philip - **Beyond tolerance: child pornography on the internet**. Nova Iorque: New York University Press, 2001. ISBN 0-8147-4262-9.

JEWKES, Yvonne - Tanto pânico para nada? Representações e realidades da solicitação online de menores. **Comunicação & Cultura**. Lisboa. ISSN 1646-4877. 14 (2012) 85-105.

JONES, Lisa M.; MITCHELL, Kimberly J.; FINKELHOR, David - Trends in youth internet victimization: findings from three youth internet safety surveys 2000-2010. **Journal of Adolescent Health**. ISSN 1054-139X. 50:2 (2012) 179-186. doi: 10.1016/j.jadohealth.2011.09.015.

JORGE, Ana - Em risco na Internet? resultados nacionais do Inquérito EU Kids Online. Em PONTE, CRISTINA et al. (Eds.) - **Crianças e Internet em Portugal - acessos, usos, riscos, mediações: Resultados do inquérito europeu EU Kids Online**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2012. ISBN 978-857-811-079-6. p. 93–104.

KIM, Candice - From fantasy to reality: the link between viewing child pornography and molesting children. **Prosecutor**. EUA: American Prosecutors Research Institute. 39 (2005) 1–5.

KRONE, Tony - A Typology of Online Child Pornography Offending. **Trends & Issues in Crime and Criminal Justice**. Austrália: Australian Institute of Criminology. ISSN 0817-8542. 279 (2004) 1–6. Disponível em www.aic.gov.au/media_library/publications/tandi_pdf/tandi279.pdf (acedido em 2014-12-19).

KRONE, Tony et al. - Online child sexual exploitation offenders: a study of Australian law enforcement data. **Criminology Research Grants**. January (2017) 77. Disponível em crg.aic.gov.au/reports/1617/58-1213-FinalReport.pdf (acedido em 2018-01-03).

KRUEGER, Richard B.; KAPLAN, Meg S. - Paraphilic diagnoses in DSM-5. **Israel Journal of Psychiatry and Related Sciences**. ISSN 0333-7308. 49:4 (2012) 248–254.

L. O. - Segurança com pedofilia na internet. **Correio da Manhã**. (28 jun. 2016).

LALOR, Kevin; MCELVANEY, Rosaleen - Overview of the nature and extent of child sexual abuse in Europe. Em **Protecting children from sexual violence - A comprehensive approach** [Em linha]. Estrasburgo: Conselho da Europa, 2010 Disponível em [WWW:<URL:http://arrow.dit.ie/cgi/viewcontent.cgi?article=1003&context=aaschsslbk>](http://arrow.dit.ie/cgi/viewcontent.cgi?article=1003&context=aaschsslbk). ISBN 978-9287-16972-3. p. 13–43.

LANÇA, Hugo Cunha - **A regulação dos conteúdos disponíveis na internet: a imperatividade de proteger as crianças**. Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2015.

LANÇA, Hugo Cunha - Como proteger as crianças dos conteúdos disponíveis na internet? **Cyberlaw by CIJC**. ISSN 2183-729. 4 (2017) 68–119.

LANDINI, Tatiana Savoia - Assédio sexual online (Grooming Luring). Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 49–50.

LANNING, Kenneth V. - **Child molesters: a behavioral analysis**. 5.^a ed. Estados Unidos da América: National Center for Missing and Exploited Children, 2010.

LARANJO, Tânia - PJ apanha predador. **Correio da Manhã**. (10 abr. 2014).

LEAL-HENRIQUES, Manuel De Oliveira; SIMAS SANTOS, Manuel José Carrilho - Código Penal. Lisboa. ISBN 972-51-0004-2.

LEITE, André Lamas - As alterações de 2015 ao Código Penal em matéria de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexuais - nótulas esparsas. **Julgar**. Lisboa, Portugal. ISSN 1646-6853. 28:2016) 61–74.

LEITE, André Lamas; BARROSO, Ricardo - Crime sexual. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 132–133.

LEITE, Inês Ferreira - **Pedofilia - Repercussões das novas formas de criminalidade na teoria geral da infração**. Coimbra, Portugal: Livraria Almedina, 2004. ISBN 972-40-2192-0.

LÉRIAS, Eduardo Romeu De Oliveira - Maus Tratos Contra Crianças e Jovens – Uma Abordagem Teórica. **Revista de Direito e Segurança**. Lisboa, Portugal. ISSN 2182-8970. 7 (2016) 63–98.

LEUKFELDT, E.Rutger; JANSEN, Jurjen; STOL, Wouter P. - Child pornography, the Internet and juvenile suspects. **Journal of Social Welfare and Family Law**. ISSN 0964-9069. 36:1 (2014) 3–13. doi: 10.1080/09649069.2013.851178.

LEVY, Neil - Virtual child pornography: the eroticization of inequality. **Ethics and Information Technology**. ISSN 1572-8439. 4 (2002) 319–323.

LIEVORE, Denise - **Non-reporting and hidden recording of sexual assault: An international literature review**. Australian Institute of Criminology. 2003. ISBN 1-877042-41-2 [Em linha] Disponível em WWW:<URL:<https://aic.gov.au/publications/archive/non-reporting-and-hidden-recording-of-sexual-assault>>.

LOURENÇO, Nélson - Sentimento de insegurança e Estado de Direito: o espectro axial da relação liberdade e segurança. **Segurança e Defesa**. ISSN 1646-6071. 17 (2011) 70–83.

LOURENÇO, Nélson - Sentimento de insegurança. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Eds.). Em *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Coimbra: Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5

LOURENÇO, Nélson - Estatísticas criminais. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Eds.). Em *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Coimbra: Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5

LOURENÇO, Nélson - Criminalidade transnacional e globalização. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Eds.). Em *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Coimbra: Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5

LOURENÇO, Nélson - Segurança interna. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Eds.). Em *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Coimbra: Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5

LOUVEIRA, Leopoldo Stefano Gonçalves Leone - **A esfera da vida privada do cidadão como limite à interferência do Direito Penal: a questão da pornografia infantil** [Em linha]. São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo, 2013 [Consult. 14 jan. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-10012014-154631/pt-br.php>>.

LOWENKRON, Laura - O monstro contemporâneo: notas sobre a construção da pedofilia como «causa política» e «caso de polícia». **Cadernos Pagu**. Brasil. ISSN 0104-8333. 41 (2013) 303–337. doi: 10.1590/S0104-83332013000200016.

LOWENKRON, Laura - A cruzada antipedofilia e a criminalização das fantasias sexuais. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. ISSN 1984-6487. 15 (2013) 37–61. doi: 10.1590/S1984-64872013000300003.

LOWENKRON, Laura - Dos sentimentos subjetivos às provas objetivas: uma etnografia do olhar investigativo (policial e antropológico) frente a cenas de pornografia infantil. **Revista de Antropologia (USP)**. São Paulo, Brasil. ISSN 1678-9857. 57:1 (2014) 145–177.

M'JID, Najat Maalla - **Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development**. Assembleia Geral da ONU. 2009. [Em linha] Disponível em WWW:<URL:<http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/12session/A.HRC.12.23.pdf%0A>>.

M'JID, Najat Maalla - United Nation Special Rapporteur on the sale of children, child prostitution and child pornography - pre recorded speech. Em **Interpol Specialists Group on Crimes against Children - 1st South East Asia Working Party Meeting** [Em linha]. Banguedoque. 2013. Disponível em WWW:<URL:http://www.unodc.org/documents/southeastasiaandpacific/2013/03/childhood/3B._UN_Rapporteur_Najat_Mjid_19_March_2013.pdf%0A>.

MAGALHÃES, Teresa M. - Abuso sexual infantil. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 14–15.

MAGRIÇO, Manuel Aires - **A exploração sexual de crianças no ciberespaço**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014. ISBN 978-989-622-664-0.

MAIA, Thais Meirelles De Sousa; SEIDL, Eliane Maria Fleury - Castração química em casos de pedofilia: considerações bioéticas. **Revista Bioética**. Brasil. ISSN 1983-8042. 22:2 (2014) 252–261. doi: 10.1590/1983-80422014222006.

MAILLARD, Jean De - **Crimes e leis**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. ISBN 972-8245-40-8.

MALAMUTH, Neil; HUPPIN, Mark - Drawing the line on virtual child pornography: bringing the law in line with the research evidence. **New York University Review of Law and Social Change**. Nova Iorque, EUA. ISSN 0048-7481. 31:773 (2007) 1–47.

MALÓN, Agustin - Pedophilia: A diagnosis in search of a disorder. **Archives of Sexual Behavior**. ISSN 0004-0002. 41:5 (2012) 1083–1097. doi: 10.1007/s10508-012-9919-5.

MANITA, Celina - Perigo. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.ª ed. Lisboa : Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 354–356.

MANUILA, L. et al. - Puberdade. Em CLIMEPSI EDITORES (Ed.) - **Dicionário Médico**. Lisboa: Climepsi Editores. 2000. ISBN 972-8449-55-0. p. 500.

MARIA JOANA XARA-BRASIL MARQUES - **Os meios de obtenção de prova na Lei do Cibercrime e o seu confronto com o Código de Processo Penal** [Em linha]. Lisboa, Portugal: Universidade Católica Portuguesa, 2014 [Consult. 11 ago. 2015]. Disponível em WWW:<URL:[http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/17887/1/Dissertacao de Mestrado final - JoanaXaraBrasilMarques - Final.pdf](http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/17887/1/Dissertacao%20de%20Mestrado%20final%20-%20JoanaXaraBrasilMarques%20-%20Final.pdf)>.

MARSHALL, Liam E. et al. - Obsessive-Compulsive Disorder, Social Phobia, and Loneliness in Incarcerated Internet Child Pornography Offenders. **Sexual Addiction & Compulsivity: The Journal of Treatment & Prevention**. ISSN 1072-0162. 19:1–2 (2012) 41–52. doi: 10.1080/10720162.2012.665291.

MARSHALL, W. L. - Revisiting the use of pornography by sexual offenders: Implications for theory and practice. **Journal of Sexual Aggression**. ISSN 1355-2600. 6:1–2 (2000) 67–77. doi: 10.1080/13552600008413310.

MARTINS, José Soares - Reação psicológica e social ao crime. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 415–416.

MARTINS, Raquel Amaro - **Abuso sexual de crianças: diferenças entre agressores sexuais por contacto e ofensores por pornografia infantil** [Em

linha]. Porto: Universidade do Porto, 2017 Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/10216/109758>.

MCALINDEN, Anne-Marie - «Grooming» and the sexual abuse of children: implications for sex offender assessment, treatment and management. **Sexual Offender Treatment**. ISSN 1862-2941. 8:1 (2013) 1–13.

MCCARTHY, Jennifer A. - Internet sexual activity: a comparison between contact and non-contact child pornography offenders. **Journal of Sexual Aggression**. ISSN 1355-2600. 16:2 (2010) 181–195. doi: 10.1080/13552601003760006.

MCMANUS, Michelle Ann et al. - Factors associated with contact child sexual abuse in a sample of indecent image offenders. **Journal of Sexual Aggression**. ISSN 1742-6545. 21:3 (2015) 368–384. doi: 10.1080/13552600.2014.927009.

MERDIAN, Hannah L. - **Offenders who use child sexual exploitation material: development of an integrated model for their classification, assessment and treatment**. Waikato, Nova Zelândia: Universidade de Waikato, 2012

MILLER, Laurence - Sexual offenses against children: Patterns and motives. **Aggression and Violent Behavior**. ISSN 1359-1789. 18:5 (2013) 506–519. doi: 10.1016/j.avb.2013.07.006.

MISSING CHILDREN EUROPE; ENACSO - THE EUROPEAN NGO ALLIANCE FOR CHILD SAFETY ONLINE; ECPAT - END CHILD PROSTITUTION, Child Pornography And Trafficking Of Children For Sexual Purposes - **A survey on the transposition of Directive 2011/93/EU on combating sexual abuse and sexual exploitation of children and child pornography** . 2015 [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://missingchildreneurope.eu/Portals/0/Docs/A survey on transposition of Directive against child sexual exploitation and abuse.pdf>.

MITCHELL, Kimberly J.; WOLAK, Janis; FINKELHOR, David - Police posing as juveniles online to catch sex offenders: Is it working? **Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment**. ISSN 1079-0632. 17:3 (2005) 241–267. doi: 10.1007/s11194-005-5055-2.

Disponível em WWW:<URL:<https://www.nspcc.org.uk/preventing-abuse/child-abuse-and-neglect/child-sexual-abuse/>>.

NATIONAL SOCIETY FOR THE PREVENTION OF CRUELTY TO CHILDREN - **Child sexual exploitation: What is child sexual exploitation** [Em linha] [Consult. 30 ago. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.nspcc.org.uk/preventing-abuse/child-abuse-and-neglect/child-sexual-exploitation/>>.

NATSCHERADETZ, Karl Prehaz - **O Direito Penal sexual: conteúdo e limites**. Coimbra: Livraria Almedina, 1985.

NAVARRETE, Miguel Polaino - Funciones dogmáticas del derecho penal y legitimación material del sistema punitivo. **Derecho Penal Y Criminologia**. Colômbia. ISSN 2346-2108. 26 (2005) 77–98.

NEGREIROS, Jorge - Subculturas desviantes. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 462–463.

NEUTZE, Janina et al. - Undetected and detected child sexual abuse and child pornography offenders. **International Journal of Law and Psychiatry**. ISSN 0160-2527. 35:3 (2012) 168–175. doi: 10.1016/j.ijlp.2012.02.004.

NEVES, Ana Cristina - Risco. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7

NEVES, Ana Cristina - Reincidência criminal. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 420–421.

NOGUERA, Isabel García - Pornografía infantil en internet: principales aspectos de la transposición de la Directiva 2011/92/UE. IDP - **Revista d'e Internet, Derecho Y Política**. Espanha. ISSN 1699-8154. 19:November (2014) 105–116. doi: <http://dx.doi.org/10.7238/idp.v0i19.2329>.

NUNES, Ariana Barros Trévidic - **O sistema de identificação criminal de condenados por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade**

sexual de menor: considerações aos anexo I da Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto [Em linha]. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2015. Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/10400.14/20430>.

O'HALLORAN, Elaine; QUAYLE, Ethel - A content analysis of a «boy love» support forum: revisiting Durkin and Bryant. **Journal of Sexual Aggression**. ISSN 1742-6545. 16:1 (2010) 71–85. doi: 10.1080/13552600903395319.

OLIVEIRA, Francisco Rolo - Saúde sexual. Em FORTUNATO BARROS E RUTE FIGUEIREDO (COORD) (Ed.) - **Manual de medicina sexual - Visão multidisciplinar** [Em linha]. Portugal: Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica e Sociedade Portuguesa de Andrologia, 2014 Disponível em WWW:<URL:http://www.spandrologia.pt/Pdfs/Publicacoes/manualdemedicinasexual.pdf>. ISBN S/ISBN. p. 37–41.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - **Human development report**. Nova Iorque: United Nations Development Programme, 1994. ISBN 0-19-509170.1.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - **The ICD-10 Classification of Mental and Behavioural Disorders: clinical descriptions and diagnostic guidelines**. 1-267. Disponível em www.who.int/classifications/icd/en/bluebook.pdf?ua=1 (acedido em 2016-09-15).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - Child sexual abuse. **Em Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence** [Em linha]. Genebra: OMS. 2003. Capítulo 7. [Consult. 5 fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/42788/1/924154628X.pdf>. ISBN 92-4-154628-X

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - **ICD-10 Version: 2016** [Em linha], atual. 2016. [Consult. 15 set. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2016/en#/F60-F69>.

OST, Suzanne - **Child pornography and sexual grooming: legal and societal responses**. Nova York: Cambridge University Press, 2009. ISBN 978-0521-88582-9.

OST, Suzanne - Criminalising fabricated images of child pornography: A matter of harm or morality? **Legal Studies**. EUA. ISSN 1748-121X. 30:2 (2010) 230–256. doi: 10.1111/j.1748-121X.2010.00161.x.

OWENS, Jessica N. et al. - Investigative aspects of crossover offending from a sample of FBI online child sexual exploitation cases. **Aggression and Violent Behavior**. ISSN 1873-6335. 30 (2016) 3–14. doi: 10.1016/j.avb.2016.07.001.

PALMA, Maria Fernanda - Conceito material de crime e reforma penal. **Anatomia do Crime**. Coimbra. ISSN 2183-4180. 0 (2014) 113–118.

PAPADOPOULOS, Linda - **Sexualization of young people review**. Reino Unido. 2010 [Em linha] [Consult. 31 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+/http://www.homeoffice.gov.uk/documents/sexualisation-of-young-people.pdf>. ISBN 978-1-84987-186-0.

PASCOAL, Patrícia M.; OLIVEIRA, Leonor; RAPOSO, Catarina - Sexualidade e meios de comunicação social. Em FORTUNATO BARROS E RUTE FIGUEIREDO (COORD.) (Ed.) - **Manual de medicina sexual - Visão multidisciplinar** [Em linha]. Portugal: Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica e Sociedade Portuguesa de Andrologia, 2014 Disponível em WWW:<URL:http://www.spandrologia.pt/Pdfs/Publicacoes/manualdemedicinasexual.pdf>. p. 537–540.

PATACAS, António - **Código Penal e Código de Processo Penal: atualizados**. Lisboa: Livraria Petrony, 1972.

PAUL, Bryant; LINZ, Daniel G. - The effects of exposure to virtual child pornography on viewer cognitions and attitudes toward deviant sexual behavior. **Communication Research**. ISSN 0093-6502. 35:1 (2008) 3–38. doi: 10.1177/0093650207309359.

PAULINO, Mauro - Pedofilia. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 350–352.

PAULINO, Mauro - Falometria. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 207–208.

PEIXOTO, Alberto Da Costa Ribeiro - **Propensão, experiências e consequências da vitimização: representações sociais** [Em linha]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012 [Consult. 7 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10362/7880>>.

PEREIRA, Artur - Política criminal. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 370–372.

PEREIRA, Eliana - Crime de abuso sexual de menores com recurso à internet: Darknet - os desafios da investigação. Em JUDICIÁRIOS, CENTRO DE ESTUDOS (Ed.) - **Trabalhos temáticos de Direito e Processo Penal** [Em linha]. Lisboa, Portugal: Centro de Estudos Judiciários, 2016 [Consult. 4 abr. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/penal/eb_Trabalhos_Tematicos_Direito_Processo_Penal_Vol_I.pdf>. ISBN 978-989-8815-47-7v. I. p. 157–177.

PEREIRA, Nuno Monteiro - Sexualidade na infância e adolescência. Em FORTUNATO BARROS E RUTE FIGUEIREDO (COORD.) (Ed.) - **Manual de medicina sexual - Visão multidisciplinar** [Em linha]. Portugal: Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica e Sociedade Portuguesa de Andrologia, 2014 Disponível em WWW:<URL:<http://www.spandrologia.pt/Pdfs/Publicacoes/manualdemedicinasexual.pdf>>. p. 293–298.

PINTO, Ângela - Crime de abuso sexual de menores com recurso à internet: enquadramento jurídico, prática e gestão processual. Em CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS (Ed.) - **Trabalhos temáticos de Direito e Processo Penal** [Em linha]. Lisboa, Portugal: Centro de Estudos Judiciários, 2016 [Consult. 4 abr. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/penal/eb_Trabalhos_Tematicos_Direito_Processo_Penal_Vol_I.pdf>. ISBN 978-989-8815-47-7v. I. p. 109–154.

PINTO, Luís Valença - A centralidade das pessoas para a segurança. **Cidadania e Defesa**. 44 (2011) 16–19.

PIRES, Carlos M. Lopes - **Noções de Psicopatologia**. Lisboa: Universidade Aberta, 2003. ISBN 972-674-401-6.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS - **Proposta de lei n.º 253/XII - Grandes Opções do Plano para 2015**. 2014-10-11 [Consult. 30 jan. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<https://tinyurl.com/y9c8ve67>>.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS - **Proposta de Lei n.º 81/XIII**, de 4 de maio de 2017. [Em linha] Disponível em WWW:<URL:<https://tinyurl.com/yanj9fsf>>.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA - **Circular n.º 12/2012 de 25 de setembro**. PGR [Em linha] Disponível em WWW:<URL:<http://www.ministeriopublico.pt/iframe/circulares>>.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA - **Pedido de informação em Processo-crime**. (2012). Disponível em simp.pgr.pt/circulares/mount/anexos/1430924420_formularios_circ12_2012.pdf%0A (acedido em 2017-05-14).

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA - **Despacho n.º 14115/2013**. [Em linha] (13-11-04) [Consult. 21 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://dre.pt/application/file/2770776>>.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA - **Relatório de atividades 2014 - DCIAP** [Em linha]. Portugal: [s.n.] [Consult. 10 set. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://dciap.pgr.pt/Relatorios/relatorio_2014.pdf>.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA; INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA - **Protocolo de cooperação**. Beja. (2013).

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA; INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA - **Protocolo de cooperação**. Lisboa. (2015).

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA; UNIVERSIDADE DE AVEIRO - **Protocolo de cooperação**. Lisboa. (2014).

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA; UNIVERSIDADE DO PORTO - **Protocolo de cooperação**. Porto. (2014).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. A Ascensão do Sul: Progresso humano num mundo diversificado** [Em linha]. Nova Iorque. [Consult. 3 nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.un.org/files/hdr2013_portuguese.pdf>.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - **Relatório do desenvolvimento humano 2014. Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência** [Em linha]. Nova Iorque: [s.n.] [Consult. 3 nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf>.

QUAYLE, Ethel - The COPINE Project. **Irish Probation Journal**. ISSN 1649-639X. 5 (2008) 65–83.

QUAYLE, Ethel - Child pornography. (Jay A. Siegel & Pekka J. Saukko, Eds.). Em *Encyclopedia of Forensic Sciences* [Em linha]: Academic Press, 2013 [Consult. 28 jul. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<http://dx.doi.org/10.1016/B978-0-12-382165-2.00122-7>>. ISBN 978-0-12-382166-9

QUAYLE, Ethel; TAYLOR, Max - Child Pornography and the Internet: Perpetuating a Cycle of Abuse. **Deviant Behavior**. ISSN 0163-9625. 23:4 (2002) 331–361. doi: 10.1080/01639620290086413.

QUINTAS, Jorge - Medo do crime. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 320–321.

RAMOS, Rosa - Lista oficial de pedófilos já tem 5618 nomes. **Jornal de Notícias**. (24 ago. 2016).

RAMOS, Rosa - Condenados 121 pedófilos em três meses. **Jornal de Notícias**. (17 nov. 2016).

REBOCHO, Maria Francisca; GONÇALVES, Rui Abrunhosa - Sexual predators and prey: a comparative study of the hunting behavior of rapists and child molesters. **Journal of Interpersonal Violence**. ISSN 1552-6518. 27:14 (2012) 2770–2789. doi: 10.1177/0886260512438280.

RECASENS, Amadeu - Segurança. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 438–440.

REGHELIN, Elisangela Melo - **Delinquência sexual grave: o tratamento jurídico-penal contemporâneo para indivíduos perigosos** [Em linha]. Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 2015 Disponível em WWW:<URL:https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/670037/melo_reghelin_elisangela.pdf?sequence=1>.

REGO, Joana Mota - **Pedopornografia virtual total e aparente - ilegitimidade da intervenção penal** [Em linha]. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016 [Consult. 2 fev. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10316/43310>>.

RENOLD, Emma et al. - Images of abuse: a review of the evidence on child pornography - summary of research and findings. **NSPCC inform**. ISSN 0045-3102. 2003. 1-5 [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://www.nspcc.org.uk/Inform/publications/downloads/imagesofabuse_wdf48065.pdf>.

RIJO, Daniel - Reinserção social. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 421–422.

RIJO, Daniel - Ressocialização. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 428–429.

ROBERT, Philippe et al. - Measuring crime: police statistics and victimization surveys (1985-1995). **Revue Française de Sociologie**. ISSN 0035-2969. 42:Supplement: An Annual English Selection (2001) 133–174. doi: 10.2307/3323056.

RODRIGUES, Ana Paula - Pornografia de menores: Novos desafios na investigação e recolha de prova digital. **Revista do Centro de Estudos Judiciários**. Lisboa, Portugal. ISSN 1645-829-X. 15 (2011) 261–291.

RODRIGUES, Anabela Miranda - Novo olhar sobre a questão penitenciária. Em HUMANA GLOBAL - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, DA CULTURA E DO DESENVOLVIMENTO (Ed.) - **Educar o outro** -

as questões de género, dos direitos humanos e da educação nas prisões portuguesas [Em linha]. Portugal: Publicações Humanas, 2007 [Consult. 21 set. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.dhnet.org.br/educar/mundo/portugal/a_pdf/humana_globa_l_educar_outro_prisoas.pdf>.

RODRIGUES, Benjamim Silva - **Da prova penal - Tomo IV - Da prova electrónico-digital e da criminalidade informático-digital**. 1.^a ed. Rei dos Livros, 2011. ISBN 978-989-8305-18-3.

RODRIGUES, Herbert - **A pedofilia e suas narrativas - uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil** [Em linha]. São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo, 2014 [Consult. 3 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:www.teses.usp.br/teses/disponiveis/.../2014_HerbertRodrigues_VCorr.pdf>.

RODRIGUES, Liliana - Predador da net deixado à solta. **Correio da Manhã**. (27 fev. 2015).

RODRÍGUEZ, Noelia Valencia - Pornografía virtual infantil. **Pensamiento Penal**. Argentina. ISSN 1853- 4554. 8 (2014) 43.

ROOF, Judith - Pornography. (Fedwa Malti-Douglas, Ed.). Em *Encyclopedia of Sex and Gender*. Estados Unidos da América: Thomson Gale, 2007. ISBN 978-0028-65960-2

ROSENBLOOM, Arlan L. - Inaccuracy of age assessment from images of postpubescent subjects in cases of alleged child pornography. **International Journal of Legal Medicine**. ISSN 0937-9827. 127:2 (2013) 467–471. doi: 10.1007/s00414-012-0765-8.

RUSH, Emma; NAUZE, Andrea La - **Corporate paedophilia: sexualization of children in Australia** [Em linha]. Manuka : The Australia Institute, 2006 (Relatório n.90). [Consult. 22 set. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.tai.org.au/documents/dp_fulltext/DP90.pdf>.

S. A. V. - Pedófilo usava a internet. **Correio da Manhã**. (25 jan. 2014).

S/N - Predador «despia» menores na net. **Jornal de Notícias**. (21 nov. 2014).

S/N - PJ detém alegado predador sexual. **Jornal I**. (3 out. 2015).

S/N - Tinha imagens «porno» com menores. **Jornal de Notícias**. (28 jun. 2016).

S/N - Lista de pedófilos tem 5 mil nomes. **Sol**. (27 ago. 2016).

SAAVEDRA, Rosa Melim - Vitimação direta. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 536–537.

SACCHETTI, António Emílio Ferraz - O impacto do conceito de Segurança Humana. Em ADRIANO MOREIRA E PINTO RAMALHO (COORD.) (Ed.) - **Estratégia**. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 2008, v. XVII.

SALTER, Michael; CROFTS, Thomas; LEE, Murray - Beyond criminalisation and responsabilisation: sexting, gender and young people. **Current Issues in Criminal Justice**. ISSN 1034-5329. 24:3 (2013) 301–316.

SANTOS, A. Miranda - Pornografia. (Editorial Verbo, Ed.). Em *Polis Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*. Portugal. 1986. Vol IV, 1393-1396. ISBN 972-22-1790-9

SANTOS, João Carlos Carvalho Dos - **A política prisional e a criminalidade portuguesa contemporânea** [Em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011 [Consult. 1 fev. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/10400.5/3812>.

SANTOS, Lino - Ciberespaço. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Eds.). Em *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Coimbra: Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5

SANTOS, Miguel Jorge Ferreira Granja Dos - **Avaliação e caracterização do risco na pornografia infantil: estudo comparativo** [Em linha]. Braga: Universidade do Minho, 2017 [Consult. 20 fev. 2018]. Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/1822/49248>.

SARAIVA, Cláudia Sofia Fortunato - **A tutela dos interesses da vítima menor nos crimes de abuso sexual - dicotomia entre protecção da vítima e punição do agressor** [Em linha]. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2015 [Consult. 21 nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/1180/1/Dissertação.pdf>>.

SARMENTO, Cristina Montalvão - **Política & Segurança - novas configurações do poder**. Lisboa: Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna & Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2010. ISBN 978-972-8630-06-5.

SARMENTO, Manuel J. - Sociologia da infância. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 455–457.

SAVE THE CHILDREN EUROPE GROUP - **Visible evidence – forgotten children, the need for a child protection and children’s rights focus in identifying children who have been sexually abused for the production of child abuse images**. Bruxelas, Bélgica. 2006.

SAVE THE CHILDREN EUROPE GROUP - **Position paper regarding online images of sexual abuse and other internet-related sexual exploitation of children**. 2005. [Em linha] Disponível em WWW:<URL:<https://resourcecentre.savethechildren.net/sites/default/files/documents/1782.pdf>>.

SAWAYA, Márcia Regina - **Dicionário de Informática e Internet: Inglês/Português** [Em linha]. São Paulo, Brasil: Livraria Nobel, S.A., 1999 Disponível em WWW:<URL:<http://comp.ist.utl.pt/aaa/Prog/Dicion%EArio%20De%20Inform%EAtica%20e%20Internet%20Ingl%EAs-Portugu%EAs.pdf>>. ISBN 85-213-1099-4.

SCHAAP, Marco Dos Reis Guerreiro - **Teste de associação implícita: o caso do interesse sexual em crianças** [Em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2016 [Consult. 19 dez. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10451/27173>>.

SEIGFRIED-PELLAR, Kathryn C.; ROGERS, Marcus K. - Does deviant pornography use follow a Guttman-like progression? **Computers in Human Behavior**. ISSN 0747-5632. 29:5 (2013) 1997–2003. doi: 10.1016/j.chb.2013.04.018.

SEIGFRIED, Kathryn C.; LOVELY, Richard W.; ROGERS, Marcus K. - Self-reported online child pornography behavior: a psychological analysis. **International Journal of Cyber Criminology**. ISSN 0974-2891. 2:1 (2008) 286–297.

SENTENCING COUNCIL - **Sexual Offences Definitive Guideline**. (2013). Disponível em www.sentencingcouncil.org.uk/wp-content/uploads/Aug-2015-Sexual-Offences-Definitive-Guideline-web.pdf (acedido em 2018-01-20).

SERAFIM, António De Pádua et al. - Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. **Revista de Psiquiatria Clínica**. Brasil. ISSN 1806-938X. 36:3 (2009) 105–111. doi: 10.1590/S0101-60832009000300004.

SERRANO, Jorge Jiménez - Tráfico de pornografia infantil: dinámica, roles y prevención. **Gaceta Internacional de Ciencias Forenses**. ISSN 2174-9019. 5 (2012) 33–41.

SETO, Michael C. - Pedophilia. **Annual Review of Clinical Psychology**. ISSN 1548-5943. 5 (2009) 391–407. doi: 10.1146/annurev.clinpsy.032408.153618.

SETO, Michael C. - Child pornography use and internet solicitation in the diagnosis of pedophilia. **Archives of Sexual Behavior**. ISSN 0004-0002. 39:3 (2010) 591–593. doi: 10.1007/s10508-010-9603-6.

SETO, Michael C. - Is pedophilia a sexual orientation? **Archives of Sexual Behavior**. ISSN 0004-0002. 41:1 (2012) 231–236. doi: 10.1007/s10508-011-9882-6.

SETO, Michael C. et al. - Viewing child pornography: prevalence and correlates in a representative community sample of young swedish men. **Archives of Sexual Behavior**. ISSN 0004-0002. 44 (2015) 67–79. doi: 10.1007/s10508-013-0244-4.

SETO, Michael C.; CANTOR, James M.; BLANCHARD, Ray - Child pornography offenses are a valid diagnostic indicator of pedophilia. **Journal of Abnormal Psychology**. ISSN 0021-843X. 115:3 (2006) 610–615. doi: 10.1037/0021-843x.115.3.610.

SETO, Michael C.; HANSON, R.Karl; BABCHISHIN, Kelly M. - Contact sexual offending by men with online sexual offenses. **Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment**. ISSN 1573-286X. 23:1 (2011) 124–145. doi: 10.1177/1079063210369013.

SETO, Michael C.; KINGSTON, Drew A.; BOURGET, Dominique - Assessment of the paraphilias. **Psychiatric Clinics of North America**. 37:2 (2014). doi: 10.1016/j.psc.2014.03.001.

SETO, Michael C.; REEVES, Lesley; JUNG, Sandy - Explanations given by child pornography offenders for their crimes. **Journal of Sexual Aggression: An international, interdisciplinary forum for research, theory and practice**. ISSN 1355-2600. 16:2 (2010) 169–180. doi: 10.1080/13552600903572396.

SHEEHAN, Valerie - Producers of indecent images of children: a qualitative analysis of the aetiology and development of their offending patterns [Em linha]. Londres: The London Metropolitan University, 2016 Disponível em WWW:<URL:<http://repository.londonmet.ac.uk/1161/1/SheehanValerie> - DProf Policing full thesis.pdf>.

SHETTY, Abhi et al. - Pedophilia. Em CORONA, GIOVANNI; JANNINI, EMMANUELE A.; MAGGI, MARIO (Eds.) - **Emotional, physical and sexual abuse - impact in children and social minorities**. Suíça: Springer International Publishing, 2014. ISBN 978-3-319-06786-5. p. 1–16.

SILVA, Carlos - Subcultura. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 461.

SILVA, Germano Marques Da - **Direito Penal Português - Parte Geral - Introdução e teoria da lei penal**. 1.^a Reimpr ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1997. ISBN 972-2218-28-x.

SILVA, Pámela Carolina Teixeira - **Limites à incriminação na pornografia de menores: a tutela da liberdade de criação artística** [Em linha]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2017 [Consult. 12 jan. 2018]. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10362/22993>>.

SIMÕES, Rita Joana Basílio De - **Crime, castigo e género nas sociedades mediatizadas. Políticas de (in)justiça no discurso dos Media** [Em linha]. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011 [Consult. 11 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/10316/17894>>.

SINGER, Jerome L. - Fantasy. Em The Social Science Encyclopedia. Reino Unido: Routledge, 2005. ISBN 978-0-415-47635-5

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - **Relatório anual de segurança interna 2007** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://www.portugal.gov.pt/media/564311/rasi_2007.pdf>.

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - **Relatório anual de segurança interna 2008** [Em linha]. Portugal. Disponível em WWW:<URL:http://www.portugal.gov.pt/media/564308/rasi_2008.pdf>.

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - **Relatório anual de segurança interna 2009** [Em linha]. Portugal [Consult. 13 jan. 2015]. Disponível em WWW:<URL:www.portugal.gov.pt/media/564305/rasi_2009.pdf>.

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - **Relatório anual de segurança interna 2010** [Em linha]. Portugal [Consult. 23 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/RASI_2010.pdf>.

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - **Relatório anual de segurança interna 2011** [Em linha]. Portugal [Consult. 23 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_rel_at_rio_anual_seguran_a_interna.pdf>.

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - **Relatório anual de segurança interna 2012** [Em linha]. Portugal [Consult. 23 mar. 2016]. Disponível em

WWW:<URL:http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI_2012_versão_final.pdf>.

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - **Relatório Anual de Segurança Interna 2013** [Em linha]. Portugal [Consult. 23 mar. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.portugal.gov.pt/media/1391220/RASI_2013.pdf>.

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - **Relatório anual de segurança interna 2014** [Em linha]. Portugal [Consult. 29 nov. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.portugal.gov.pt/media/6877606/20150331-rasi-2014.pdf>>.

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - **Relatório anual de segurança interna 2015** [Em linha]. Portugal [Consult. 10 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.portugal.gov.pt/media/18859123/20160331-rasi-2015.pdf>>.

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA - **Relatório anual de segurança interna 2016** [Em linha]. Portugal [Consult. 5 abr. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://tinyurl.com/y9pg66vq>>.

SITARZ, Rachel et al. - Internet addiction to child pornography. Em **Conference on Digital Forensics, Security and Law** [Em linha]. Richmond, Estados Unidos da América: Association of Digital Forensics, Security & Law, 2014 [Consult. 13 set. 2016]. Disponível em URL:<http://proceedings.adfsl.org/index.php/CDFSL/article/view/30/30>.

SKOGAN, Wesley G. - Reporting crimes to the police: the status of world research. **Journal of Research in Crime and Delinquency**. ISSN 1552-731X. 21:2 (1984) 113–137. doi: 10.1177/0022427884021002003.

SKOGAN, Wesley G. - Measuring what matters: crime, disorder, and fear. Em LANGWORTHY, ROBERT H. (Ed.) - **Measuring what matters: Proceedings from the Policing research Institute Meetings** [Em linha]. Estados Unidos da América: U. S. Department of Justice, 1999 [Consult. 16 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/170610.pdf>>.

SMITH, Clarissa; ATTWOOD, Feona - Lamenting sexualization: Research, rhetoric and the story of young people's «sexualization» in the UK Home Office review. *Sex Education*. ISSN 1468-1811. 11:3 (2011) 327–337. doi: 10.1080/14681811.2011.590314.

SOLDINO, Virginia; GARCÍA, Javier Guardiola - Pornografía infantil: cambios en las formas de obtención y distribución. **Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología**. ISSN 1695-0194. 19–28 (2017) 1–25.

SOUSA, António Francisco - **Manual de Direito Policial**. Porto, Portugal: Vida Económica - Editorial, SA, 2016. ISBN 978-989-768-244-5.

STABENOW, Troy - A Method for Careful Study: A Proposal for Reforming the Child Pornography Guidelines. **Federal Sentencing Reporter**. ISSN 1533-8363. 24:2 (2011) 108–136. doi: 10.1525/fsr.2011.24.2.108.

STEEL, Chad M. S. - Web-based child pornography: The global impact of deterrence efforts and its consumption on mobile platforms. **Child Abuse & Neglect**. ISSN 1873-7757. 44 (2015) 150–158. doi: 10.1016/j.chiabu.2014.12.009.

STETNER, Catarina Nucci; RODRIGUES, Guilherme Mendonça - Castração química: limites e possibilidades à adoção como penalidade para pedofilia. **Gestão & Políticas Públicas**. Brasil. ISSN 2237-1095. 1:1 (2011) 281–294.

TAVARES, João; PINTO, Magali - Condenados da Casa Pia na lista de pedófilos. **Correio da Manhã**. (25 ago. 2016).

TAYLOR, Max; HOLLAND, Gemma; QUAYLE, Ethel - Typology of paedophile picture collections. **The Police Journal**. 74:2 (2001) 97–107.

TAYLOR, Max; QUAYLE, Ethel - **Child pornography: an internet crime**. Nova Iorque: Brunner-Routledge, 2003. ISBN 0-203-69795-2.

TAYLOR, Max; QUAYLE, Ethel; HOLLAND, Gemma - Child pornography, the internet and offending. **The Canadian Journal of Policy Research**. ISSN 1492-0611. 2:2 (2001) 94–100.

TEIXEIRA, Filomena - Hipersexualização, género e Media. **Interacções**. ISSN 1646-2335. 11:39 (2015) 1–9.

TEIXEIRA, Nuno Severiano - **Contributos para a Política de Segurança Interna**. Lisboa: Ministério da Administração Interna, 2002. ISBN 972-95771-1-0.

THE TOR PROJECT - **Tor** [Em linha] [Consult. 7 jan. 2018]. Disponível em WWW:<URL:www.torproject.org/index.html.en>.

TRUMAN, Jennifer L.; LANGTON, Lynn; BUREAU OF JUSTICE STATISTICS - **Criminal Victimization, 2014** [Em linha]. Estados Unidos da América: [Consult. 16 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/cv14.pdf>.

UNIÃO EUROPEIA - **Eurobarometer 432 «Europeans' attitudes towards security»** [Em linha] 2015. [Consult. 20 abr. 2017]. Disponível em <http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/instruments/SPECIAL/surveyKy/2085> (acedido em 2017-04-20).

UNICEF - **Hidden in plain sight: a statistical analysis of violence against children** [Em linha]. Nova Iorque. 2014 [Consult. 14 out. 2014]. Disponível em WWW:<URL:http://files.unicef.org/publications/files/Hidden_in_plain_sight_statistical_analysis_EN_3_Sept_2014.pdf>. ISBN 978-928-064-767-9.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - **SHERLOC** [Em linha] [Consult. 2 nov. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://www.unodc.org/cld/v3/sherloc/>.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - **Study on the effects of new information technologies on the abuse and exploitation of children**. Nova Iorque, EUA. (2015) 1–60. Disponível em www.unodc.org/documents/organized-crime/cybercrime/Study_on_the_Effects.pdf (acedido em 2016-12-13).

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - **UN-CTS Metadata** (2014 - 2015). ONU. 2015. Disponível em <https://data.unodc.org/#state:2>.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes - **Segurança: um tópico jurídico em reconstrução**. Lisboa: Âncora Editora, 2013. ISBN 978-972-780-394-1.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes - **Teoria geral do direito policial**. 4.^a ed. Coimbra: Almedina, 2014. ISBN 978-972-40-5798-9.

VENTURA, André - Pena. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Eds.). Em Enciclopédia de Direito e Segurança. Coimbra: Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5

VERDELHO, Pedro - Cibercrime. Em COIMBRA EDITORA (Ed.) - **Direito da Sociedade da informação**. Coimbra, Portugal: APDI - Associação Portuguesa de Direito intelectual, 2003. ISBN 9789723211696v. IV. p. 347–383.

VERDELHO, Pedro - Lei do Cibercrime. (Jorge Bacelar Gouveia & Sofia Santos, Eds.). Em Enciclopédia de Direito e Segurança. Coimbra: Edições Almedina, 2015. ISBN 978-972-40-5994-5

VIEIRA, Rui - O combate às ameaças transnacionais - sua articulação entre Portugal, União Europeia, EUA e as principais organizações internacionais de segurança e defesa (ONU e OTAN). Em ADRIANO MOREIRA E PINTO RAMALHO (COORD.) (Ed.) - **Estratégia**. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 2008. ISBN 1645-9083 v. XVII. p. 443–532.

VIEIRA, Sandra; GONÇALVES, Rui Abrunhosa - A avaliação do risco de violência sexual. **Psicologia: Teoria, Investigação e Prática**. Portugal. ISSN 0873-4976. 2 (2004) 65–80.

WESTENBERG, Megan - Establishing the nexus: the definitive relationship between child molestation and possession of child pornography as the sole basis for probable cause. **University of Cincinnati Law Review**. EUA. ISSN 0009-6881. 81:1 (2013) 337–360.

WHYTE, Joana - Bem jurídico. Em **Dicionário: Crime, Justiça e Sociedade**. 1.^a ed. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo, Lda., 2016. ISBN 978-972-618-853-7. p. 64–65.

WOLAK, Janis; FINKELHOR, David; MITCHELL, Kimberly J. - **Child-pornography possessors arrested in Internet-related crimes: findings from the National Juvenile Online Victimization Study**. National Center for Missing & Exploited Children. EUA. (2005) 1–66. Disponível em <https://scholars.unh.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://scholar.google.com/&httpsredir=1&article=1032&context=ccrc>.

WOLAK, Janis; FINKELHOR, David; MITCHELL, Kimberly J. - Child pornography possessors: trends in offender and case characteristics. **Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment**. ISSN 1079-0632. 23:1 (2011) 22–42. doi: 10.1177/1079063210372143.

WOLAK, Janis; LIBERATORE, Marc; LEVINE, Brian Neil - Measuring a year of child pornography trafficking by U.S. computers on a peer-to-peer network. **Child Abuse & Neglect**. ISSN 1873-7757. 38:2 (2014) 347–356. doi: 10.1016/j.chiabu.2013.10.018.

WOLAK, Janis; MITCHELL, Kimberly J.; FINKELHOR, David - Internet sex crimes against minors: the response of law enforcement. Estados Unidos da América. (2003) 1–22. Disponível em www.ncjrs.gov/App/Publications/abstract.aspx?ID=202909.

WOLAK, Janis; MITCHELL, Kimberly J.; FINKELHOR, David - **Online Victimization of youth: five years later**. National Center for Missing & Exploited Children. New Hampshire, Estados Unidos da América. (2006) 1–81. Disponível em www.missingkids.com/en_US/publications/NC167.pdf.

WORTLEY, Richard; SMALLBONE, Stephen - **Child pornography on the internet**. Washington DC, Estados Unidos da América. 41 (2012). doi: 10.1016/j.psc.2012.08.004.

WYRE, Ray - Paedophile Characteristics and patterns of behaviour: developing and using a typology. Em ITZIN, CATHERINE (Ed.) - **Home truths about child sexual abuse - influencing policy and practice** [Em linha]. Routledge, 2000 Disponível em WWW:<URL:www.eBookstore.tandf.co.uk>. ISBN 0-2039-9242-3. p. 49–69.

ZHANG, Xiaolu - Charging children with child pornography-Using the legal system to handle the problem of «sexting». **Computer Law and Security Review**. ISSN 0267-3649. 26:3 (2010) 251–259. doi: 10.1016/j.clsr.2010.03.005.

Legislação e Jurisprudência nacionais

(por ordem cronológica, crescente)

Código Penal, aprovado pelo Decreto de 16 de setembro de 1886

Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro (62.ª versão do Código Civil)

Constituição da República Portuguesa, aprovada por Decreto de 10 de abril de 1976

Lei n.º 24/82, de 23 de agosto

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro (Código Penal)

Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro

Decreto-Lei n.º 402/82, de 23 de setembro

Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro (Código de Processo Penal)

Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março

Lei n.º 60/98, de 28 de agosto

Lei n.º 65/98, de 2 de setembro

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco)

Resolução da Assembleia da República n.º 47/00, ratificada pelo Decreto do presidente da República n.º 28/00, publicado em 01/06/2000 no Diário da República

Lei n.º 99/2001, de 25 de agosto

Lei n.º 10/2002, de 11 de fevereiro

Decreto do Presidente da República n.º 14/2003, de 5 de março

Resolução da Assembleia da República n.º 16/2003, de 5 de março

Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro (Comércio eletrónico no mercado interno e tratamento de dados pessoais)

Lei n.º 17/2006, de 23 de maio (Lei-Quadro da Política Criminal)

Lei n.º 48/2007, de 29 de agosto

Lei n.º 51/2007, de 31 de agosto

Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro

Lei n.º 32/2008, de 17 de julho

Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto

Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto (Lei da Organização da Investigação Criminal)

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto (Lei de Segurança Interna)

Decreto-Lei n.º 42/2009, de 12 de fevereiro

Lei n.º 38/2009, de 20 de julho

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro (Lei do Cibercrime)

Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro

Acórdão do STJ, de 27/05/2010 (Processo n.º 474/09.4PSLSB.L1.S1)

Lei n.º 40/2010, de 3 de setembro

Acórdão do TRP, de 17/11/2010 (Processo n.º 5/04.2AILS.B.P1)

Acórdão do STJ, de 29/11/2012 (Processo n.º 862/11.6TAPFR.S1)

Acórdão do TRP, de 06/02/2013 (Processo n.º 623/12.5PPPR.T.P1)

Lei n.º 21/2013, de 21 de fevereiro

Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto

Acórdão do TRP, de 03/12/2014 (Processo n.º 4190/11.9TAGDM.P1)

Acórdão do TRC, de 25/02/2015 (Processo n.º 369/13.7GAMGL.C1)

Acórdão do TRE, de 17/03/2015 (Processo n.º 524/13.0JDLSB.E1)

Lei n.º 72/2015, de 20 de julho

Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto

Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro

Acórdão do TRC, de 11/11/2015 (Processo n.º 372/12.4TACLD.C1)

Acórdão do TRL, de 15/12/2015 (Processo n.º 3147/08.JFLSB.L1-5)

Decreto-Lei n.º 81/2016, de 28 de novembro

Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto

Legislação estrangeira, Instrumentos jurídicos internacionais e europeus

(ordem cronológica, crescente)

Code Penal, Bélgica, 1867 (atualizado até 1 de outubro de 2017, disponível em <http://www.ejustice.just.fgov.be>).

Código Penal Revisto, 1930, Filipinas, disponível em www.lawphil.net/statutes.

Carta das Nações Unidas, Organização das Nações Unidas, 1945.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, Organização das Nações Unidas, Paris, 1948.

Declaração dos Direitos da Criança (Resolução 1386 (XIV), A/RES/14/1386, 20 novembro 1959), Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, 1959.

Crimes Act 1961, de 1 de novembro, Nova Zelândia (atualizado em 28/09/2017), disponível em www.legislation.govt.nz.

Decreto-Lei n.º 10426 de 23 de agosto de 1972 (Código Penal), Bolívia, disponível em <https://bolivia.infoleyes.com>.

Criminal Code, Canadá, 1985 (atualizado até outubro de 2017), disponível em <http://laws-lois.justice.gc.ca>.

Convenção sobre os Direitos da Criança, Organização das Nações Unidas, 1989.

Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança, União Africana, 1990.

Sexual Offences and Domestic Violence Act, Bahamas, agosto de 1991 (WWW:URL:https://www.unodc.org/res/cld/document/bhs/1991/SexualOffencesandDomesticViolenceAct_1.pdf).

Films, Videos, and Publications Classification Act 1993, de 26 de agosto, Nova Zelândia, (atualizado até 5 de dezembro de 2017) disponível em www.legislation.govt.nz.

Código Penal, 1995, Espanha, alterado pela Ley Orgánica 1/2015, de 30 de março, disponível em www.boe.es/legislacion/codigos.

Lei n.º 12 de 1996 - Lei da Criança, Egito, alterada pela Lei n.º 126 de 2008, disponível em www.nccm-egypt.org.

Ação Comum 97/154/JAI, de 24 de fevereiro de 1997 (Conselho da União Europeia, 1997).

German Criminal Code, 13 de dezembro de 1998 (alterado pela última vez pela Lei de 10 de outubro de 2013, disponível em língua inglesa em www.gesetze-im-internet.de).

Act on Punishment of Activities Relating to Child Prostitution and Child Pornography, and the Protection of Children (Act No.52 of May 26, 1999), Japão.

A Convenção da OIT Relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Ação Imediata com Vista à sua Eliminação, Organização Internacional do Trabalho, Genebra, 1999.

Protocolo Facultativo à Convenção sobre Direitos da Criança, relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil (Organização das Nações Unidas, Nova Iorque, 2000).

Carta dos Direitos Fundamentais, União Europeia, 2000.

Diretiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 8 de junho de 2000 relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno («Diretiva sobre o comércio eletrónico»).

Convenção sobre o Cibercrime, Conselho da Europa, Budapeste, 2001.

Minuta do Relatório Explicativo da Convenção sobre o Cibercrime, Conselho da Europa, 2001.

Decisão-Quadro 2004/68/JAI do Conselho Europeu.

A Convenção para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais, Conselho da Europa, Lanzarote, 2007.

Explanatory report to the Council of Europe Convention on the Protection of Children against Sexual Exploitation and Sexual Abuse, Conselho da Europa, Lanzarote, 2007.

Cybercrime and Computer Related Crimes Act, Botsuana, 2007, disponível em www.elaws.gov.bw.

Decisão n.º 1351/2008/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, que estabelece um programa comunitário plurianual para a proteção das crianças que utilizam a Internet e outras tecnologias da comunicação”.

Anti-Child Pornography Act of 2009, de 17 de novembro, Filipinas, disponível em www.lawphil.net/statutes.

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia. JO C 202 (2009) 389–405.

Tratado de Lisboa, União Europeia, 2009.

Recomendação do Parlamento Europeu ao Conselho, de 3 de fevereiro de 2009, referente à luta contra a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil.

Decisão 2009/371/JAI do Conselho, de 6 de abril de 2009, da União Europeia.

Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil e que revoga a Decisão-Quadro 2004/68/JAI, Bruxelas, 2010.

Resolução n.º 1733 (2010) - Reinforcing measures against sex offenders , da Assembleia Parlamentar, Conselho da Europa.

Diretiva 2010/13/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de março de 2010, relativa à coordenação de certas disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes à oferta de serviços de comunicação social audiovisual (Diretiva «Serviços de Comunicação Social Audiovisual»).

Diretiva 2011/93/UE, relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, e que substituiu a Decisão-Quadro 2004/68/JAI (Parlamento Europeu e Conselho Europeu, 2011), de 13 de dezembro.

Conclusões do Conselho sobre a proteção das crianças no mundo digital (2011/C 372/04) da União Europeia.

Cybercrime Prevention Act of 2012, Filipinas, disponível em www.lawphil.net/statutes.

A Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu — Luta contra a Criminalidade na Era Digital: Criação de um Centro Europeu da Cibercriminalidade, de 28 de março de 2012, União Europeia.

Resolução do Parlamento Europeu, de 22 de maio de 2013, sobre a aplicação da Diretiva “Serviços de Comunicação Social Audiovisual (2012/2132(INI))”.

Agenda Europeia para a Segurança (Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, The European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: The European Agenda on Security), Estrasburgo, 2015.

Regulamento (UE) 2016/794 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016.

Resolução n.º 2119 (2016) – Fighting the over-sexualisation of children, datada de 21 de junho de 2016, Conselho da Europa.

Recomendação n.º 2092 (2016) – Fighting the over-sexualisation of children, datada de 21 de junho de 2016, Conselho da Europa.

Regulamento (EU) 2016/794 do Parlamento Europeu e do Conselho, que cria a “Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol)” e que substitui e revoga as Decisões 2009/371/JAI, 2009/934/JAI, 2009/936/JAI e 2009/968/JAI do Conselho.

Sítios de Internet consultados

www.internetworldstats.com

www.policiajudiciaria.pt

www.torproject.org

www.ine.pt

www.crinter www.crinternet.ics.ul.pt net.ics.ul.pt

www.europol.europa.eu

www.interpol.int

ec.europa.eu

www.ine.pt

www.apdsi.pt

www.nsopw.gov/pt

www.iwf.org.uk

www.ecpat.org

www.dailymail.co.uk

www.mirror.co.uk

www.who.int

www.icmec.org

www.ecpat-spain.org

www.savethechildren.net

ceop.police.uk

www.terredeshommes.nl

eucpn.org

www.dont-offend.org

www.stopitnow.org.uk

www.stopitnow.org

www.childfocus.be/fr

www.betterinternetforkids.eu

www.inhope.org

www.inhopefoundation.org

eur-lex.europa.eu

www.coe.int

www.underwearrule.org

www.unicef.org

www.lse.ac.uk

www.saferinternet.org

www.internetsegura.pt

www.unodc.org

www.dgsi.pt

www.portugal.gov.pt

www.dgrs.mj.pt

www.ministeriopublico.pt

simp.pgr.pt

www.parlamento.pt

www.fct.pt

www.seguranet.pt

www.internetsegura.pt/

www.fundacao.telecom.pt

www.apav.pt

www.apavparajovens.pt

www.apf.pt

www.iacrianca.pt

missingchildreneurope.eu

www.crinternet.ics.ul.pt

Apêndices

Apêndice A1 - Pedido de colaboração à PGR

Foi remetido pedido de colaboração à Exma. Procuradora Geral da República, por mensagem de correio eletrónico em 21 de junho de 2016, no sentido de nos serem concedidos dados relativos ao crime de pornografia de menores e uma entrevista com um representante do Gabinete Cibercrime ou do DCIAP.

Às questões formuladas relativas a processos, ofensores e vítimas, as quais se transcrevem abaixo, não nos foram facultados dados.

Foi-nos concedida entrevista com um elemento do DCIAP, cuja transcrição também disponibilizamos.

Dados solicitados:

a) Fornecimento de dados, se possível, a nível nacional, sobre:

- I. Número de crimes de “pornografia de menores” “titulados pelo Ministério Público, por ano, desde 2007 até 2015, inclusive e destes, quantos com despacho de arquivamento ou acusação (estão questão prende-se com o número de imagens de pornografia de menores e em quantos crimes é acusado determinado indivíduo que é encontrado na posse de centenas ou milhares de imagens);

Inquéritos:

- II. Número de inquéritos, com despacho de acusação, contendo apenas a infração de “pornografia de menores” (desde 2007 a 2015, inclusive), por concelho;
- III. Número de inquéritos, com despacho de acusação, contendo a infração de “pornografia de menores” em concomitância com outras infrações, com discriminação das mesmas (desde 2007 a 2015, inclusive), por concelho;

Arguidos:

- IV. Número de arguidos contra os quais foi deduzida acusação apenas pela infração “pornografia de menores”, por ano, desde 2007 até 2015, inclusive, discriminando o género, idade, nacionalidade, concelho da última residência conhecida, habilitações literárias e, se possível, n.º de imagens apreendidas;
- V. Número de arguidos contra os quais foi deduzida acusação pela infração “pornografia de menores” em concomitância com outras infrações (discriminadas), por ano, desde 2007 até 2015, inclusive, discriminando o género, idade, nacionalidade, concelho da última residência conhecida, habilitações literárias e, se possível, n.º de imagens apreendidas;
- VI. Números de indivíduos contra os quais foi deduzida acusação pela infração de “pornografia de menores” que tenham reincidido no mesmo crime (de 2007 a 2015, inclusive);

Vítimas:

- VII. Número de vítimas por inquérito, apenas com a infração “pornografia de menores”, por ano, desde 2007 até 2015, inclusive, discriminando o género, idade (aprox./estimada) à data dos factos;
- VIII. Número de vítimas por inquérito, relativos à infração de “pornografia de menores” em concomitância com outras infrações, por ano, desde 2007 até 2015, inclusive, discriminando o género, idade (aprox./estimada) à data dos factos;

Condenações - Supondo que o Ministério Público dispõe de dados relativos às condenações em sede de julgamento, pela infração de “pornografia de menores”, solicita-se o seguinte:

- IX. Número de inquéritos, com arguidos condenados apenas pelo crime de “pornografia de menores” (desde 2007 a 2015, inclusive), por concelho;

- X. Número de inquéritos, com arguidos condenados pelo crime de “pornografia de menores” em concomitância com outras infrações, com discriminação das mesmas (desde 2007 a 2015, inclusive), por concelho;
- XI. O número de arguidos condenados apenas pela infração de “pornografia de menores” (por ano, desde 2007 até 2015, inclusive, discriminando o género, idade, nacionalidade, concelho da última residência conhecida e habilitações literárias) e a que penas foram condenados;
- XII. O número de arguidos condenados pela infração de “pornografia de menores” em concomitância com outras infrações (por ano, desde 2007 até 2015, inclusive, discriminando o género, idade, nacionalidade, concelho da última residência conhecida e habilitações literárias) e a que penas foram condenados.

Apêndice A2 (a) – Resposta da PGR

A resposta da Procuradoria-Geral da República chegou-nos, após insistência, em 19 de janeiro de 2017.

Procº 131/2016 - Lº E - Pedido de colaboração para tese de doutoramento em Direito e Segurança, subordinada ao tema "A Pornografia de menores em Portugal – Direito, Políticas Públicas e Segurança"

Data: Qui, 19 Jan 2017 (18:25:06 WET)

De: Mail da Procuradoria <correiopgr@pgr.pt>

Para: 'mfcfnet.sapo.pt' <mfcf@net.sapo.pt>

Exmª Senhora
Maria de Fátima Carrilho Fernandes

Tenho a honra de acusar a recepção do email de Vª. Exª., datado de 10 de janeiro de 2017, e informar que os dados estatísticos solicitados na sua generalidade não estão disponíveis, não sendo possível satisfazer o solicitado.

Com os melhores cumprimentos.

Pela Chefe de Gabinete

O Assessor
(Miguel Ângelo Carmo)

Apêndice A2 (b) - Entrevista DCIAP

Na sequência do pedido formulado à Procuradoria-Geral da República, foi-nos concedida entrevista presencial com um elemento daquele departamento.

Data em que ocorreu a entrevista: 19/10/2016, às 14H30

Entrevistada: Exma. Sr.^a Procuradora-Adjunta Marta Viegas, a desempenhar funções no DCIAP

Como introdução, a Exma. Sr.^a Procuradora-Adjunta elucidou o seguinte:

O *National Centre for Missing and Exploited Children* (NCMEC), através da cooperação estabelecida em 2013, remeteu a este DCIAP, desde dezembro desse mesmo ano, até junho de 2016, 2.880 relatórios com informação e imagens/vídeos indiciadores do crime de pornografia de menores, cujo local do “*upload*” deste material para a internet se situava no território português.

No cômputo geral, corresponderam a 46.880 ficheiros, cada um correspondendo a uma imagem ou um vídeo.

Destes, após análise, foram instaurados 1.350 Inquéritos, dos quais cerca de metade foram arquivados, por motivos diversos, como por exemplo, IP público.

Os restantes inquéritos, foram remetidos para as respetivas comarcas, tendo conhecimento de que destes, até agora, foram emitidos 20 despachos de acusação, e muitos outros com suspensão provisória de processo.

No primeiro semestre de 2016, o NCMEC remeteu, para os mesmos efeitos, 19.849 ficheiros, constituídos por imagens e vídeos de cariz pedopornográfico.

Finda a introdução, a entrevistada abordou os tópicos propostos:

1. As dificuldades investigatórias

Os novos meios tecnológicos permitem que o utilizador dos meios informáticos consiga esconder a sua utilização, com recurso a IP falsificados, à Dark Web, à utilização de redes de internet públicas, em que depois é difícil

chegar ao autor, pois os IP não ficam registados. Na sequência, mesmo chegando ao local do IP – corresponderá a um IP de um computador naquela casa – não sabemos quem é o utilizador efetivo daquele computador, o que também representa um considerável obstáculo.

Temos a colaboração do Hotmail e do Google, mas não do Yahoo.

Por vezes, os fornecedores de serviço não são cooperantes e sobre estes apenas pode recair uma contraordenação, a aplicar pela ANACOM, o que não acontece.

Não tenho conhecimento se, no domínio da pornografia de menores, há criminalidade organizada em Portugal.

2. A especificidade do crime em questão

Este crime tem variadas facetas, como por exemplo: há menores que expõem a imagem pornográfica da namorada na internet, o que levanta questões difíceis. Se o menor tiver 16 anos ou mais, está a cometer um crime; se tiver menos de 16 anos, poderá ser comunicado à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e ao tribunal de menores competentes.

Considero, a título pessoal, que a idade considerada da “autodeterminação sexual” se encontra desajustada na lei porque as crianças são muito desenvolvidas psicologicamente e aos 18 anos já atingiram, há muito, a sua maturidade intelectual e, muitas vezes, sexual.

Relativamente à questão da pornografia virtual, totalmente digital, isto é sem criança real, considero que se ofensor pensar que está perante uma criança real (de carne e osso) está efetivamente a cometer um crime, porque embora não cause dano a uma criança real, o ofensor tem intenção de prejudicar o menor, na sua autodeterminação sexual.

Considero que em, abstrato, todas as variantes de PM são criminalizadas com vista à proteção do bem jurídico autodeterminação sexual do menor, independentemente de ser um menor em concreto ou a infância em geral.

3. Perceções quanto ao contexto social do crime

Da minha experiência, a esmagadora dos ofensores são do sexo masculino, e o abuso tanto ocorre na heterossexualidade como na homossexualidade, embora raramente tenha constado imagens com contacto homossexual entre o sexo feminino.

Os ofensores de pornografia de menores são, geralmente, de estrato social médio ou elevado, ao contrário das vítimas, que muitas vezes são exploradas sexualmente, principalmente em países em que tais condutas são desvalorizadas como é o caso das Filipinas.

4. O eventual nexó de causalidade entre o crime de pornografia de menores e o abuso sexual de crianças

Não tenho informação que me permita efetuar qualquer juízo sobre um eventual nexó de causalidade.

5. Diretrizes emanadas no sentido da contabilização de imagens fixas/frames de vídeos de pornografia de menores

Considera-se cada imagem e cada vídeo individualmente e não frames.

Os despachos de acusação podem acusar centenas de crimes ou apenas um, dependendo, sendo a pena valorada tendo em consideração vários fatores. O que releva são os factos praticados.

6. Quais os esforços para a identificação de vítimas (constantes das imagens fixas/vídeos de pornografia de menores)

Não sei responder a isso. Sei da existência de programas de identificação facial, mas o MP não tem essa tecnologia.

7. Perícias criminalísticas às imagens e a eventual pertinência da categorização de imagens por severidade de ofensa

O NCMEC categoriza as imagens/vídeos de pornografia de menores que nos remete, vindo tal indicação nos relatórios que chegam ao DCIAP. Os alertas vermelhos correspondem a situações que estão a decorrer, isto é, a abusos que estão a ser perpetrados, pelo que esses são prioritários em

relação aos outros, sendo despachados primeiro, para que se iniciem rapidamente diligências para fazer cessar o crime.

O MP não funciona com qualquer tipo de escala de severidade de imagens, porque decorre da lei que estes crimes já são, por si próprios, prioritários, além de que são todos importantes, pelo que não pode estabelecer prioridade a alguns em detrimento de outros. Considero que uma escala de severidade de imagens de pornografia de menores pode ser relevante para a medida da pena. A investigação criminal não pode discriminar processos, uma vez que são todos prioritários.

8. Cooperação com organizações/ONG internas e externas

O DCIAP, no âmbito da investigação da pornografia de menores, não mantém relacionamento com entidades ou ONG internas. Com entidades externas, apenas mantém com o NCMEC.

9. Demais questões que surjam no decurso da entrevista

Questionou-me sobre a utilidade para o MP do “Registo de condenados por crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”, pelo que lhe respondo que não me pronuncio a esse respeito.

Questionou-me também sobre qual o país que melhor lida com a questão da pornografia de menores, mas eu não lhe sei responder.

Apêndice B1 - Pedido dirigido à DGRSP

Foi solicitado, em 21 de julho de 2016, por mensagem de correio eletrónico, dirigida à DGRSP, visando o conhecimento do crime de pornografia de menores, cumprindo também averiguar da trajetória dos ofensores que os cometem, as penas a que são condenados, quantos são e quais as suas características, assim como do acompanhamento de que podem beneficiar em cumprimento de pena e após a mesma.

Na prossecução dos objetivos traçados, elencamos as questões que foram dirigidas aquela DGRSP:

A) Relativamente aos indivíduos encarcerados (distinguir entre cumprimento de pena e prisão preventiva), dados não nominativos, entre os anos 2007 e 2015, inclusive (por ano):

1. Número de indivíduos encarcerados só pelo crime de Abuso sexual de crianças (por género e idade);
2. Número de indivíduos encarcerados só pelo crime de Pornografia de menores (por género, idade, nacionalidade, habilitações literárias, profissão e concelho da última residência conhecida);
3. Número de indivíduos encarcerados pelos dois tipos de crime- Abuso sexual de crianças e pornografia de menores (por género, idade, nacionalidade, habilitações literárias, profissão e concelho da última residência conhecida);
4. Número de indivíduos encarcerados pelo crime de Pornografia de menores em concomitância com outros crimes, discriminando-os (por género, idade, nacionalidade, habilitações literárias, profissão e concelho da última residência conhecida);

B) Relativamente ao universo de indivíduos condenados judicialmente (penas de prisão, penas não privativas de liberdade, medidas de segurança, discriminando-as) dados não nominativos, entre os anos 2007 e 2015, inclusive (por ano):

- a. Número de indivíduos condenados apenas pelo crime de “pornografia de menores”;
 - b. Número de indivíduos condenados pelo crime de “pornografia de menores” em concomitância com outros crimes (discriminados);
- C) Relativamente aos indivíduos condenados pelo crime de “pornografia de menores”, o número de indivíduos que tenham reincidido no mesmo crime (de 2007 a 2015, inclusive);
- D) Informação sobre programas de reabilitação e tratamento de agressores sexuais:
- a. Âmbito, conteúdo, duração, quando decorreram, onde decorreram, quantos técnicos estiveram envolvidos;
 - b. Número de condenados só pelo crime de “pornografia de menores” que participou nos programas/concluiu os programas;
 - c. Algum programa de reabilitação e tratamento de agressores sexuais incluiu “castração química” para condenados voluntários?
 - d. Existência de acompanhamento psicológico/psiquiátrico a condenados por crimes sexuais após cumprimento de pena?

Apêndice B2 - Resposta da DGRSP

Em 22 de agosto de 2016 obteve-se a resposta da DGRSP, provinda da Direção de Serviços de organização, Planeamento e Relações Externas, que se passa a transcrever:

“Em resposta ao solicitado e na medida da informação que foi possível esta Direção Geral trabalhar para satisfazer o seu pedido de elementos estatísticos juntam-se, em anexo, documentos com dados relativos a penas privativas de liberdade e a penas não privativas de liberdade decorrentes do cometimento de crimes de abuso sexual de crianças e de pornografia de menores.

No que se refere a elementos sobre programas de reabilitação e tratamento de agressores sexuais, informa-se que o Programa dirigido a Agressores Sexuais em aplicação em meio prisional se destina a reclusos condenados (com decisão transitada em julgado) por crimes contra a autodeterminação e liberdade sexual, com maior prevalência para os crimes de "Violação" e "Abuso sexual de menores/crianças". Este programa visa a prevenção da recidiva através da reestruturação cognitiva, em especial das crenças e distorções cientificamente classificadas como típicas nos agressores destas tipologias de crimes, e tem a duração de 44 sessões. Trata-se de um programa de reabilitação que se subdivide em dois grupos distintos (Violadores/Abusadores), uma vez que as variáveis cognitivas desviantes diferem significativamente. O programa está disponível em todo o território nacional, e é aplicado a grupos de 12 a 14 reclusos condenados pela mesma tipologia de crimes. Esta Direção Geral não trabalha a informação por forma a permitir dizer quantos condenados só pelo crime de “pornografia de menores” participou ou concluiu o programa supra referido.

Os programas de reabilitação da responsabilidade da DGRSP são de cariz cognitivo-comportamental, não comportando em qualquer circunstância a intervenção farmacológica suscetível de poder ser associada a “castração química”.

No que se refere ao acompanhamento psicológico/psiquiátrico a condenados por crimes sexuais após cumprimento de pena, informa-se que, sempre que necessário

e tecnicamente indicado como necessidade subsistente de reinserção social, procede-se ao encaminhamento do ex-recluso para os serviços de apoio médico-psicológico que é assegurado através dos inúmeros acordos de colaboração com as estruturas da comunidade, em especial as estruturas da saúde”.

Quadros anexos à Resposta da DGRSP

Profissão dos reclusos Codenados por crimes de Abuso Sexual de Crianças e por Pornografia de Menores (data de referencia estatística agosto 2016)	Nº de Reclusos	Profissão dos reclusos Codenados por crimes de Abuso Sexual de Crianças e por Pornografia de Menores (data de referencia estatística agosto 2016)	Nº de Reclusos
Desconhecida do Estabelecimento Prisional	157	Fiel de Armazém	2
Acabador - Madeiras	1	Gerente Bancário	3
Advogado	3	Guarda Florestal	1
Agente da Guarda Nacional Republicana	2	Guarda Nocturno	2
Agente da Polícia de Segurança Pública	4	Jardineiro	3
Agricultor	27	Jornalista	1
Ajudante de Cozinha	2	Ladrihador (Azulejador)	1
Ajudante de Padaria /Padeiro	4	Manobrador de Carro Pesado	2
Animador Cultural	2	Maquieiro	1
Armador de Ferro	2	Maquinista de Comboio	2
Assentador de Revestimentos	3	Mecânico de Automóveis	5
Assistente Social	2	Mediador (Angariador de Seguros)	1
Auxiliar de Limpeza (Servente de Limpeza)	2	Médico Dentista	1
Bate - Chapas de Veículos Automóveis	2	Montador de Andaimos	1
Bibliotecário - Documentalista	2	Moto - Serrista	1
Bilheteiro	2	Motorista de Ligeiros / pesados	16
Caixa de Banco	1	Músicos, Cantores e Bailarinos ...	1
Calceteiro	2	Oficial Maquinista	1
Canalizador	2	Operador de Área	3
Cantoneiro de Limpeza	6	Operador de Grua	1
Carpinteiro	10	Operador de Imagem	1
Carteiro	2	Operador de Sistema de Refrigeração	2
Cesteiro - Artesanato	1	Pedreiro	33
Comerciante	4	Pescador	1
Contabilista	1	Pintores da Construção Civil	9
Corretor	1	Produtor de Televisão	1
Cozinheiro	3	Professor	4
Decorador de Interiores	1	Sapateiros, Trabalhadores de Calçado	2
Desenhador	5	Serralheiros Mecânicos e Similares	9
Director Comercial	1	Serventes da Construção Civil	1
Disk - Jockey	1	Trabalhadores Florestais não Qualificados	1
Electricista	6	Servente - Construção Civil	22
Empregada Doméstica	1	Técnico de Manutenção - Informática	1
Empregado de Balcão / Mesa	10	Técnico de Prevenção e Segurança	1
Empresário	6	Técnico de Vendas	1
Engenheiro de Sistemas - Informática	1	Terapeuta da Fala	1
Escriturário	4	Tipógrafo, em Geral	1
Estucador	2	Vendedores Ambulantes	6
Fiel de Armazém	2	Vigilante (Guarda, Rondista)	2
TOTAL			436

FD/UNL Tese em Direito e Segurança 652

Anos	Crime	Masculino				Feminino				Total	
		Ag. Julgamento	Ag. Trânsito	Condensado	Inimputável	Ag. Julgamento	Ag. Trânsito	Condensado	Inimputável	Masculino	Feminino
2007	Pornografia de Menores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Abuso Sexual de Crianças	30	12	217	9	0	0	7	0	268	7
2008	Pornografia de Menores	5	0	0	0	0	0	0	0	5	0
	Abuso Sexual de Crianças	23	6	199	7	0	0	2	0	235	2
2009	Pornografia de Menores	3	2	1	0	0	1	0	0	6	1
	Abuso Sexual de Crianças	28	6	169	7	3	0	0	0	210	3
2010	Pornografia de Menores	2	0	5	0	0	0	1	0	7	1
	Abuso Sexual de Crianças	22	19	173	7	0	0	4	0	221	4
2011	Pornografia de Menores	7	2	11	0	0	0	1	0	20	1
	Abuso Sexual de Crianças	27	9	187	6	0	0	4	0	229	4
2012	Pornografia de Menores	7	3	18	0	0	0	1	0	28	1
	Abuso Sexual de Crianças	34	11	217	6	1	0	6	0	268	7
2013	Pornografia de Menores	7	2	25	0	0	0	1	0	34	1
	Abuso Sexual de Crianças	35	15	242	6	0	0	6	0	298	6
2014	Pornografia de Menores	9	5	29	0	0	0	0	0	43	0
	Abuso Sexual de Crianças	50	21	272	5	0	0	4	0	348	4

Observações: Não existe nenhum recuso no base de dados que tenha no mesmo processo estes dois crimes juntos.

Os dados são reportados a 31 de Dezembro de cada um dos anos indicados.

Número de pessoas com penas e medidas não privativas de liberdade na fase pós sentencial, em execução durante o ano, por género, idade e tipologia de crimes em 2011
(Fonte: SIRS)

Idade/ Género	Masculino	Feminino	Total
17 - 20			0
21 - 30			0
31 - 40	2	1	3
41 - 50	2	1	3
51 - 60	2	1	3
60+	3		3
omisso	0	0	0
total	9	3	12

Penas e medidas	Masculino	Feminino	Total
Liberdade Condicional com regras de conduta	3		3
Liberdade condicional com regime de prova	1		1
Prestação Trabalho a Favor Comunidade	1		1
Período de adaptação à liberdade condicional com VE	1		1
Suspensão Execução Pena Prisão com Regras de conduta		1	1
Suspensão Execução Pena Prisão com Regime de Prova	3	2	5
total	9	3	12

Tipo de crime	Masculino	Feminino	Total
Lenocínio e pornografia de menores	9	3	12
Abuso sexual de crianças, adolescentes e menores dependentes	1		1
Auxílio à imigração ilegal	1		1
Ofensa à integridade física voluntária simples	1		1
Rapto, sequestro e tomada de reféns	2		2
Violação	1		1
total	15	3	18

Número de pessoas com penas e medidas não privativas de liberdade na fase pós sentencial, em execução durante o ano, por género, idade e tipologia de crimes em 2012
(Fonte: SIRS)

Idade/ Género	Masculino	Feminino	Total
17 - 20			0
21 - 30			0
31 - 40	4	1	5
41 - 50	2	3	5
51 - 60	4	3	7
60+	1	1	2
omisso			0
total	11	8	19

Penas e medidas	Masculino	Feminino	Total
Liberdade Condicional com regras de conduta	1	1	2
Liberdade condicional com regime de prova	1		1
Prestação Trabalho a Favor Comunidade	1	1	2
Período de adaptação à liberdade condicional com VE		1	1
Suspensão Execução Pena Prisão com Regras de conduta	1		1
Suspensão da execução da pena de prisão com dever de PSIP		1	1
Substituição de multa por trabalho	1	1	2
Suspensão Execução Pena Prisão com Regime de Prova	6	3	9
total	11	8	19

Tipo de crime	Masculino	Feminino	Total
Lenocínio e pornografia de menores	11	8	19
Tráfico de estupefacientes (inclui precursores)	1		1
Auxílio à imigração ilegal	1		1
Detenção ou tráfico de armas proibidas	2		2
Rapto, sequestro e tomada de refens	1		1
Associação de auxílio à imigração ilegal	1		1
total	17	8	25

Número de pessoas com penas e medidas não privativas de liberdade na fase pós sentencial, em execução durante o ano, por género, idade e tipologia de crimes em 2013
(Fonte: SIRS)

Idade/ Género	Masculino	Feminino	Total
17 - 20			0
21 - 30	1		1
31 - 40	2	2	4
41 - 50	3	1	4
51 - 60	5	3	8
60+	3	1	4
omisso			0
total	14	7	21

Penas e medidas	Masculino	Feminino	Total
Liberdade Condicional com regras de conduta	3	2	5
Liberdade condicional com regime de prova		1	1
Prestação Trabalho a Favor Comunidade	2	1	3
Suspensão Execução Pena Prisão com Regras de conduta	1		1
Suspensão Execução Pena Prisão com Regime de Prova	8	3	11
total	14	7	21

Tipo de crime	Masculino	Feminino	Total
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual		1	1
Violação	1		1
Outros crimes de maus tratos	1		1
Desobediência	1		1
Ameaça e coação	1		1
Lenocínio e pornografia de menores	14	7	21
Tráfico de estupefacientes (inclui precursores)	1		1
Auxílio à imigração ilegal		3	3
Rapto, sequestro e tomada de reféns		1	1
Outros crimes	2		2
Total	21	12	33

Número de pessoas com penas e medidas não privativas de liberdade na fase pós sentencial, em execução durante o ano, por género, idade e tipologia de crimes em 2014
(Fonte: SIRS)

Idade/ Género	Masculino	Feminino	Total
17 - 20			0
21 - 30	1		1
31 - 40	9	1	10
41 - 50	8	4	12
51 - 60	4		4
60+	5		5
omisso			0
total	27	5	32

Penas e medidas	Masculino	Feminino	Total
Liberdade Condicional com regras de conduta	4	1	5
Prestação Trabalho a Favor Comunidade	1		1
Suspensão Execução Pena Prisão com Regras de conduta	2		2
Substituição de multa por trabalho	6		6
Suspensão Execução Pena Prisão com Regime de Prova	14	4	18
total	27	5	32

Tipo de crime	Masculino	Feminino	Total
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual		1	1
Violação	1		1
Outros crimes de maus tratos	1		1
Desobediência	1		1
Ameaça e coação	1		1
Lenocínio e pornografia de menores	14	7	21
Tráfico de estupefacientes (inclui precursores)	1		1
Auxílio à imigração ilegal		3	3
Rapto, sequestro e tomada de reféns		1	1
Outros crimes	2		2
total	15	11	26

Número de pessoas com penas e medidas não privativas de liberdade na fase pós sentencial, em execução durante o ano, por género, idade e tipologia de crimes em 2015
(Fonte: SIRS)

Idade/ Género	Masculino	Feminino	Total
17 - 20			0
21 - 30	3	1	4
31 - 40	2		2
41 - 50	9	1	10
51 - 60	8		8
60+	7		7
omisso			0
total	29	2	31

Penas e medidas	Masculino	Feminino	Total
Liberdade Condicional com regras de conduta	7		7
Prestação Trabalho a Favor Comunidade	1		1
Medida de Segurança relativa a Inimputável - Susp. Execução internamento com regras de conduta	1		1
Suspensão Execução Pena Prisão com Regime de Prova	20	2	22
total	29	2	31

Tipo de crime	Masculino	Feminino	Total
Detenção ou tráfico de armas proibidas	3		3
Associação criminosa	1		1
Condução sem habilitação legal	1		1
Lenocínio e pornografia de menores	29	2	31
Auxílio à imigração ilegal	10		10
Associação de auxílio à imigração ilegal	1		1
Outros crimes relacionados com a imigração ilegal	3		3
Abuso sexual de crianças, adolescentes e menores dependentes	3		3
Falsificação de documentos, cunhos, marcas, chancelas, pesos e medidas	2		2
Outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	1		1
Outros crimes	1		1
total	55	2	57

Número de pessoas com penas e medidas não privativas de liberdade na fase pós sentencial, em execução durante o ano, por género, idade e tipologia de crimes em 2016 (só até agosto)
(Fonte: SIRS)

Idade/ Género	Masculino	Feminino	Total
17 - 20			0
21 - 30	1		1
31 - 40	9	1	10
41 - 50	8	4	12
51 - 60	4		4
60+	5		5
omisso			0
total	27	5	32

Penas e medidas	Masculino	Feminino	Total
Liberdade Condicional com regras de conduta	4	1	5
Prestação Trabalho a Favor Comunidade	1		1
Suspensão Execução Pena Prisão com Regras de conduta	2		2
Substituição de multa por trabalho	6		6
Suspensão Execução Pena Prisão com Regime de Prova	14	4	18
total	27	5	32

Tipo de crime	Masculino	Feminino	Total
Detenção ou tráfico de armas proibidas	4		4
Extorsão	1		1
Associação criminosa	1		1
Condução sem habilitação legal	1		1
Maus tratos ou sobrecarga de menores	1		1
Ameaça e coação	2		2
Lenocínio e pornografia de menores	27	5	32
Tráfico de estupefacientes (inclui precursores)	2		2
Outros crimes respeitantes a estupefacientes	1		1
Auxílio à imigração ilegal	1		1
Associação de auxílio à imigração ilegal	1		1
Outros crimes	5		5
total	47	5	52

Apêndice C1 – Pedido de informação à DGAJ

Em 21 de julho de 2016, remetemos mensagem de correio eletrónico para a DGAJ, no sentido de obter informações relativamente ao “Registo de condenados por crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”.

Pedido de informação sobre “Registo de identificação criminal de condenados por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menor”

Data: Qui, 21 Jul 2016 (14:34:31 WET)

De: mfc1@net.sapo.pt

Para: correio@dga.j.mj.pt

Ex.^{ma} Sr. Diretor-Geral da Direção-Geral da Administração da Justiça,

Chamo-me Maria de Fátima Carrilho Fernandes, estudante n.º 003750 do Doutoramento em Direito e Segurança da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e encontro-me a elaborar tese subordinada ao tema “A Pornografia de menores em Portugal – Direito, Políticas Públicas e Segurança”, sob orientação do Professor Doutor José Fontes.

No âmbito do trabalho que venho desenvolvendo, revela-se importante o conhecimento da criação e implementação do “Registo de Identificação Criminal de Condenados por Crimes Contra a Autodeterminação Sexual e a Liberdade Sexual de Menor”, conforme determinado pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto.

Atendendo a que a referida legislação remete responsabilidades para V. Ex.^a e respetiva Direção-Geral da Administração da Justiça, solicito informação sobre se a aludida plataforma eletrónica já foi criada ou em que estado está a criação da mesma e quando se prevê a entrada em funcionamento, dotada das inscrições das decisões judiciais.

Antecipadamente grata pela colaboração.
Com os cordiais cumprimentos,
Fátima Fernandes.

Não obtivemos qualquer resposta.

Apêndice D1 – Pedido de entrevista e questões formuladas a elemento da PJ

(Inspetor-Chefe Jorge Duque, a coordenar a secção que investiga o crime de pornografia de menores na UNC3T da Polícia Judiciária)

A entrevista foi realizada em 29 de setembro de 2017, nas instalações da Polícia Judiciária, em Lisboa, com recurso a gravação de voz. No decurso da entrevista, surgiram duas novas questões, que foram inseridas na lista de questões formuladas, abaixo reproduzida. Após a transcrição fiel do conteúdo, foi o mesmo sujeito à validação e correção pelo entrevistado.

Texto remetido antecipadamente ao entrevistado:

“Nota prévia: As questões formuladas visam obter a opinião pessoal do entrevistado, podendo não corresponder à visão da organização.

Qual a sua opinião sobre...

Questões relacionadas com Pornografia infantil/menores, no geral:

- 1. O que é a pornografia infantil e o que difere da pornografia*
- 2. A correção e adequação da terminologia “pornografia infantil”, jurídica, psicológica e sociologicamente*
- 3. Função da pornografia de menores para os ofensores*
- 4. Nexos de causalidade entre o visionamento/posse de pornografia de menores e o cometimento de ofensas sexuais sobre os menores*
- 5. Importância da contagem das imagens/vídeos apreendidos para o conhecimento do perfil do ofensor de pornografia de menores*
- 6. A relevância da catalogação das imagens/vídeos, com base em índices de severidade*
- 7. Importância da identificação das vítimas de pornografia de menores e que medidas se podem desenvolver para uma maior eficácia*
- 8. A criminalização da pornografia virtual de menores (totalmente digital)*

9. *O que representa as TIC para a problemática da pornografia de menores*
10. *A regulação da internet, no geral. Vantagens e desvantagens*
11. *Medidas de prevenção do crime de pornografia de menores (políticas públicas) eficazes*
12. *Medidas de prevenção da reincidência do crime de pornografia de menores eficazes*
13. *Qual é o País que melhor lida com a problemática da pornografia de menores*
14. *Relativamente à prevenção e repressão da pornografia de menores, de que boas práticas internacionais é conhecedor*

Questões relacionadas com Pornografia de menores em Portugal:

15. *O(s) bem/bens jurídicos protegidos pelo art.º 176.º do CP*
16. *Quais são as dificuldades na investigação criminal da pornografia de menores, em Portugal*
17. *Quais são as tendências atuais que verifica neste crime, em Portugal? Estão alinhadas com a criminalidade europeia e mundial?*
- 17-A. *A posse de pornografia de menores poderá indiciar uma parafilia, a preferência sexual por menores?*⁷⁴⁴
18. *A evolução da severidade das imagens de pornografia de menores, no decurso dos anos, de acordo com a sua experiência profissional. Em que termos? Estão alinhadas com a criminalidade europeia e mundial?*
19. *As responsabilidades que pendem sobre os “Prestadores de serviços da sociedade da informação”, na legislação portuguesa, no que respeita à problemática da pornografia de menores*
20. *A contagem de imagens/vídeos de pornografia de menores tem ou deveria ter repercussões jurídicas?*
21. *A legislação nacional relativa à pornografia de menores (nomeadamente quanto à sua proporcionalidade/eficácia/adequação ao fenómeno/idade dos visados)*
22. *O Registo de pessoas Condenadas por crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual*

⁷⁴⁴ Questão inserida no decurso da entrevista.

23. *Como caracterizaria o ofensor de pornografia de menores português? Está alinhado com o ofensor europeu e mundial?*
24. *Há diferenças no perfil do ofensor, consumidor de pornografia de menores, quando comparado com o perfil do abusador sexual de crianças, tendo por análise os casos investigados pela Polícia Judiciária?*
25. *Há diferenças no comportamento do ofensor, nomeadamente na severidade, quando a vítima é conhecida?*
26. *Como caracterizaria o Modus operandi do ofensor de pornografia de menores português (a título exemplificativo, poderia referir na resposta a predominância das condutas pelo ofensores portugueses de produção, distribuição, detenção, importação, exportação, divulgação, exibição ou cedência)*
27. *Como caracterizaria a vítima de pornografia de menores portuguesa*
28. *Pensa que a alegada liberdade sexual e sexualização precoce terá a ver com a sexualização da infância e da adolescência?*⁷⁴⁵
- Gostaria de acrescentar qualquer outra informação ou opinião que considere relevante para o tema?*
- As respostas podem ser verbalizadas em entrevista presencial (forma preferencial, com recurso a gravador de som, para posterior transcrição) ou escritas.*
- Muito obrigada”.*

⁷⁴⁵ Questão inserida no decurso da entrevista.

Apêndice D2 – Respostas do elemento da PJ: Inspetor-Chefe Jorge Duque

(Inspetor-Chefe Jorge Duque, a coordenar a secção que investiga o crime de pornografia de menores na UNC3T da Polícia Judiciária)

O conteúdo da entrevista foi gravado e transcrito integralmente. O entrevistado procedeu às correções tidas por necessárias.

Questão 1. O que é a pornografia infantil e o que difere da pornografia e Questão 2. A correção e adequação da terminologia “pornografia infantil”, jurídica, psicológica e sociologicamente (respondidas conjuntamente)

Pornografia infantil significa qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança no desempenho de actividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins predominantemente sexuais, (cf. a Convenção dos Direitos da Criança).

No entanto considero o termo Pornografia infantil desapropriado, uma vez que estamos a falar de menores, em que uma parte substancial, não tem de querer ou deixar de querer em termos de realizar qualquer imagem ou qualquer ato sexual. Ou como refere Costa Andrade “até atingir um certo grau de desenvolvimento indiciado por determinados limites etários, o menor deve ser preservado dos perigos relacionados com o desenvolvimento prematuro em actividades sexuais”.

Portanto, não deveríamos tratar isto como pornografia infantil mas sim como exploração e abuso sexual de menores. O termo pornografia não se adequa à situação nem ao bem jurídico em causa.

É algo que também, em relação à 2.ª questão, em termos de terminologia jurídica, pornografia de menores, também não deveria existir, pelo que tem sido contestado, pois trata-se de imagens (paradas) ou vídeos de exploração e abuso sexual de menores e não de pornografia.

O que existe no Código Penal, é pornografia de menores, no art.º 176 e não concordamos com essa terminologia. O querer dos menores, nomeadamente inferiores a 14 anos não tem qualquer relevância, daí que estamos a falar de atos de exploração e abuso sexual de menores.

Não há o consentimento do menor para determinados atos nem ele está desperto ainda para atos de sexualidade, ou pelo menos, está a tentar descobrir a sua sexualidade, e portanto, não há aqui a questão de, como disse, relativamente a determinadas idades, consentimento algum por parte de um menor para estes atos. Ele é explorado e é abusado na sua pessoa, física e mentalmente.

O menor é sempre explorado, e o abuso contém em si a exploração. Quando é efetuada uma serie de imagens em que o menor se vai despindo, sem que haja qualquer contacto sexual, seja com pares, seja com adultos, há a visualização do corpo e eventualmente dos órgãos genitais,...há uma exploração sexual de um menor.

Questão 3. Função da PM para os ofensores

Nesta situação, as imagens de exploração e abuso sexual visam (de alguma forma), satisfazer os ofensores e desinibi-los ao longo do tempo para o contacto físico. Acho que é essa a função da pornografia de menores para os ofensores: para satisfação, para desinibição. No entanto, poderá haver aqui muitas outras questões porque há vários tipos de ofensores a nível da pornografia de menores, nomeadamente no crime p.p. no art.º 176 do Código Penal.

O abuso sexual de crianças tem um tipo de ofensor. No crime de pornografia de menores existem vários tipos de ofensores. Tem, não só o indivíduo que procede ao abuso ou à exploração do menor, como também aquele que distribui, o que comercializa, o que produz os vídeos ou as imagens e o consumidor.

No entanto, o produtor pode não intervir no ato sexual, mas é um ofensor que faz parte da cadeia de ofensores que existem neste tipo de crime, que é diferente do abuso sexual de crianças em que, na generalidade, há apenas um tipo de ofensor ou abusador.

Um ofensor na pornografia de menores pode ter várias qualidades.

A visualização de pornografia de menores ou de exploração e abuso sexual de menores através da internet e contacto com outros ofensores, acaba por desinibir o ofensor e se tiver oportunidade, de passar à prática. É o que resulta dos relatórios, nomeadamente a nível dos Estados Unidos onde existem mais estudos a nível desta matéria.

Questão 4. Nexo de causalidade entre o visionamento/posse de pornografia de menores e o cometimento de ofensas sexuais sobre os menores

O nexo causal existe. Existe, na medida em que os ofensores acabam por passar em determinadas circunstâncias, se houver essa possibilidade, se tiverem acesso a menores... ao acto físico.

No entanto, hoje em dia verificamos que os próprios média despertam as pessoas (com apetência) para a visualização.

Este visionamento, difusão e publicidade de imagens de exploração acabam por ser um nexo causal entre a visualização e o cometimento de ofensas sexuais. Se houver oportunidade, o ofensor vai cometer o crime de abuso sexual. É uma questão de oportunidade.

A minha experiência profissional reforça esta ideia de que a visualização vai desinibindo a pessoa, vai criando a convicção no ofensor, nos contactos que ele vai mantendo, que o acto sexual com adultos corresponde ao normal desenvolvimento sexual do menor.

Não é só a questão da visualização que está aqui subjacente. É a questão dos contactos com os outros ofensores a nível da internet, onde cada um vai dando conta das suas experiências e vai criando a convicção nesse ofensor de que se trata de uma prática lícita.

Que é uma ação saudável para a descoberta da sexualidade por parte dos menores e não o que a sociedade em si dá conta, que é um abuso ou exploração de um menor.

Logo, desinibindo o ofensor no que diz respeito ao acto físico, se ele lidar com menores, é uma questão de tempo. Aqueles que lidam com menores acabam por, se tiverem esta apetência para a sexualidade com menores, praticar o abuso.

Não concordo com pontos de vista que consideram que a visualização seja suficientemente satisfatória e que o ofensor já não sentirá impulsos para a prática do abuso sexual de contacto.

Não é só a questão da visualização, como disse, é a visualização e o contacto com esta comunidade em que eles vão trocando experiências, imagens e vídeos e acabam por se desinibir.

O interesse pecuniário existe, no entanto, não temos deparado com muitos casos destes. Mas os mais graves têm a haver precisamente com interesses monetários como seja o streaming.

Isto porque as tecnologias de rede de comunicação e informação permitem que se cometa um abuso sexual em direto, em que aquele que está de um outro lado de um ecrã solicita, pagando, a coberto do domicílio e das redes de anonimização, que um menor seja abusado de determinada forma.

Passámos para um outro nível, em termos não só da mera visualização, troca ou consumo para alguém ou organização que está a fazer negócio com a imagem e corpo de menores.

Questão 5. Importância da contagem das imagens/vídeos apreendidos para o conhecimento do perfil do ofensor de pornografia de menores

É evidente que é importante saber qual é o volume de imagens e vídeos que um ofensor tem nos seus computadores, nos seus sistemas de armazenamento. Mas além do número de imagens, é de igual forma importante aferir se elas estão catalogadas por idades, por tipo e se dizem respeito a vítimas do sexo feminino ou masculino e outros dados.

Normalmente, este tipo de ofensor tem o conteúdo catalogado. Tem preferências pelo tipo de idades, que vão entre os 0 e os 5 anos, entre os 8 e os 10, ou entre os 12 e os 14... do sexo feminino ou do sexo masculino, actos entre menores, menores e adultos ou menores com animais, etc. Portanto há vários tipos de preferências. A partir desses elementos, do número de imagens, da catalogação que eles próprios fazem e de outros dados é possível aferir das preferências e determinar o perfil do ofensor.

A situação de abuso de um menor com 3 ou 4 anos, é grave e choca, perturba o normal cidadão, porque estamos a falar de uma criança que não tem qualquer possibilidade de reagir nem de, porventura, verbalizar o que quer que seja.

No entanto, por certo, não vai ficar com um trauma como um menor de 8 ou 9 anos. Um menor de 8 anos, explorado da mesma forma que um menor de 4 anos, terá por certo um trauma maior para a vida futura, pese embora a repulsa, seja igual ou maior quando é vitimado um menor de 3 ou 4 anos ou um menor de tenra idade. Contudo, o trauma na criança de 8 anos vai ser maior, inevitavelmente.

Quanto à contagem para a medida da pena, há duas perspetivas: há quem faça a contagem das imagens por causa da medida da pena e há quem entenda que não devem ser o número de imagens, mas sim o número de menores envolvidos nessas imagens, que é uma coisa diferente.

Uma coisa é termos milhares de imagens com 10 menores envolvidos em diversos actos sexuais durante determinado tempo, outra coisa é termos um menor e milhares de imagens.

O que está em causa, na minha opinião, é o número de menores e não o número das imagens. Contudo no caso da difusão ou partilha é evidente que o número de imagens conta para o número de crimes, mas há programas em que não é possível avaliar o número de imagens partilhadas ou difundidas.

De acordo com a minha experiência, em sede de julgamento, há uma contagem do número de imagens e vídeos, sendo relevante para a sentença. O problema é que não temos milhares de menores em milhares de imagens... temos porventura 10, 30 ou 40 menores.

Há entendimentos que vão no sentido de que cada imagem partilhada corresponde a um crime, independentemente de ser o mesmo menor repetido numa série de imagens.

No entanto um vídeo tem milhares de imagens, que podem ser partilhadas individualmente. É sem dúvida um problema jurídico, que a seu tempo e com uma base de dados será resolvido da melhor forma.

Quanto à figura do crime de “trato sucessivo” existem diferentes interpretações jurídicas relativamente a esta matéria.

Se para efeitos de investigação criminal a contagem é relevante? Depende como acima disse no entanto o que importa realmente é aferir do número de menores envolvidos e se eles já foram identificados e subtraídos a eventuais abusos.

Vejamos, vamos a casa de uma pessoa e fazemos uma triagem aos seus suportes informáticos para verificar se existe pornografia de menores. Existindo pornografia de menores temos que avaliar o que está ali em causa. Se foram produzidas pelo próprio ou se foram importadas, adquiridas ou seja qual for a circunstância que levaram a serem salvaguardadas no suporte informático.

Uma das coisas mais procuradas a nível de internet é a pornografia de adultos e quem procura pornografia de adultos, porventura, vai confrontar-se com imagens

de menores, que, em termos de dever cívico, as deveria denunciar. Mas não as vai denunciar porque foi o objectivo da pesquisa ou tem medo de se ver envolvido num processo.

Apesar de poder fazê-lo de forma anónima, por norma não o faz, não há essa cultura cívica. Mas, essas imagens vieram com pornografia de adultos? Estão ou não organizadas? Ficaram ali porque efetivamente foram esquecidas no âmbito de um conjunto de pornografia?...estamos a falar de pornografia de menores de menores com 14 ou estamos a falar de menores com 5 ou 6 anos? Etc.

Com 15 e 16 anos, às vezes torna-se difícil de verificar a idade em concreto. Se estivermos a falar de jovens do sexo feminino asiáticas, é difícil determinar qual é a idade. Em alguns casos são tidas na Internet como sendo menores, mas na realidade elas são maiores de 18 anos.

Há que ponderar o tipo de imagens que o eventual ofensor tem no seu computador: se tem muitas; em que circunstâncias as obteve; se estão ou não organizadas e qual a idade dos menores que estão retratados, para não ficarmos no limbo entre os 16 e os 18, sem perceber que idade tem aquele menor que está retratado na fotografia.

Ponderar para proceder à apresentação ou detenção. De outro modo é complicado só o decurso da investigação pode dar conta da responsabilidade criminal de determinado indivíduo pelo que se deve aguardar pela conclusão da investigação. A incriminação pelo crime em causa tem uma censura elevada e pode destruir a vida de uma pessoa pelo que a investigação tem que ser rigorosa e efetuada de acordo com as melhores práticas nomeadamente científicas.

Todavia, no âmbito da busca há que procurar e realizar uma triagem aos suportes informáticos de modo a encontrar elementos de prova da prática do crime - saber quais os suportes que têm de ser apreendidos porque têm prova - e porventura, avaliar se estamos perante um consumidor de pornografia de menores, ou de um abusador.

Hoje em dia um dos problemas é saber se estamos perante alguém que já passou à prática, ao abuso físico, como já ocorreu em algumas situações, ou se consumiu e/ou partilhou simplesmente imagens. E esse momento pode fazer a diferença entre o travar eventuais abusos que estejam a ocorrer ou deixar prosseguir.

É essa avaliação que tem de ser feita numa busca e que não é fácil tendo em conta o momento de “conflito”.

Questão 6. A relevância da catalogação das imagens/vídeos, com base em índices de severidade

A relevância da catalogação com base em índices de severidade é de todo relevante porque podemos estar só perante imagens de exploração ou de abusos sexuais de menores ou de ambas. Uma coisa é a exploração da imagem do menor. Tem a sua gravidade, como é óbvio. Outra é a intervenção do menor em atos sexuais, seja com o par, com adultos, ou animais. Há que verificar dessa severidade.

Mas além da severidade temos o problema jurídico da idade e o problema do trauma consoante a idade.

Quando falamos de severidade estamos a falar da conduta em si - se estamos perante a mera exposição de um menor ou de um ato sexual. Do interesse da aplicação de escalas de severidade, tem a sua utilidade, a par de um outro critério relevante, o da idade da vítima.

Por exemplo, a base de dados da Interpol nunca considerou índices de severidade. Em todo o caso, já se está a fazer atualmente a análise dessas imagens consoante a severidade e consoante a idade dos menores.

Em termos de uma acusação e considerando o nosso Código Penal português que faz a distinção até aos 14 anos, entre os 14 aos 16 e entre os 16 aos 18, teremos de catalogar de acordo com os intervalos atrás referidos, para além de definir o tipo de acto e qual o grau de severidade de modo a que a acusação possa ser efetuada de forma rigorosa. Se é que o investigador ou IML, a partir dos 14 anos consegue dizer que o menor tem 15 ou 17 anos. Mas se calhar, consegue dizer que aquele menor tem inevitavelmente menos de 14 anos, ou é menor de 18.

Porque isso vai determinar a moldura penal com que o ofensor vai ser condenado, tem que haver uma catalogação e subcatalogação de acordo com as idades, de modo a que a acusação possa ser o mais justa possível e seja o mais célere possível.

Caso contrário, torna-se difícil dizer que estamos perante dez mil imagens de exploração com idades compreendidas entre x e y ou que estamos perante

imagens de abuso sexual de menores com idades entre z e w. Tem de haver essa distinção, sendo que abaixo dos 14 anos, existe uma agravação substancial em termos da moldura penal, de acordo com o Código Penal.

Questão 7. Importância da identificação das vítimas de pornografia de menores e que medidas se podem desenvolver para uma maior eficácia

É importante, sem dúvida, porque a partir do momento em que se identifica uma vítima, não só ela é subtraída às mãos do abusador como permite determinar que idade é que tinha, quando determinadas imagens ou vídeos foram feitos.

Isso permitirá, nas futuras acusações dizer que aquela vítima já é conhecida e que naquelas imagens tinha 13 ou 15 anos de idade. Isso em termos de moldura penal tem importância.

No entanto só é possível se cumprirmos o objectivo principal identificar as vítimas e abusadores. Mas para esse efeito são necessárias bases de dados.

Não só a base de dados da Interpol, mas base de dados a nível nacional. O trabalho tem de ser feito em “casa” para alimentar a base de dados internacional. Se não fizermos o trabalho de casa (porque é diferente a questão jurídica em cada um dos Estados), não estamos a contribuir para o combate a nível internacional.

Para a investigação é importante avaliar o que apreende e perceber se há imagens novas. Para o efeito temos de ter uma base de dados nacional e de as catalogar de acordo com os níveis ainda a definir. Com a base de dados torna-se mais fácil proceder à acusação, tratar as que são desconhecidas de modo a chegar à origem da imagem e proceder às perícias porque o número de imagens a catalogar vai reduzindo.

A origem da imagem permitir-nos-á saber onde é que foi feita, quando é que foi feita e, porventura, a partir daí, chegar ao abusador e à vítima. Portanto, é andar para trás através da análise da imagem.

A futura base de dados nacional ainda está em desenvolvimento. Embora se possa fazer algo com a base de dados da Interpol temos que inserir as imagens que apreendemos e temos que analisar diariamente as imagens que são disponibilizadas pelos outros estados membros.

Se ao realizarmos todo um processo e ele for a tribunal, e não dermos conta à Interpol de que os menores retratados nas imagens apreendidas foram identificados estamos a realizar um mau trabalho ou um trabalho incompleto.

Isto porque as congéneres estrangeiras vão continuar à procura daqueles menores, dos quais estão a ser divulgadas as imagens a nível mundial, e não vão conseguir sedimentar a acusação em resultado de desconhcerem a idade dos menores caso tenham o mesmo problema jurídico que Portugal.

Portanto, se nós não informarmos, se não tivermos uma base de dados onde fazer um repositório a nível nacional de todas as essas imagens que apreendemos, e verificarmos e informarmos de que em determinadas imagens já identificámos os menores e os abusadores, as outras equipas estão a gastar recursos que poderiam ser canalizados para outras investigações, por inexistência da informação de Portugal.

Portugal tem acesso à base de dados da Interpol mas não possui analistas. Quer isso dizer que não analisa diariamente o que é inserido pelos demais Estados-Membros, para ver se existe informação que diga respeito a Portugal.

Se existe um menor português (perceptível pela língua do vídeo ou outros elementos) ou se existem imagens que foram produzidas em Portugal para podermos dar início a uma identificação.

Por exemplo já identificámos um menor, por causa de um cachecol de um clube de futebol que dizia respeito a Portugal. A investigação informou que aquela imagem, em princípio, dizia respeito a Portugal, nomeadamente pelos escritos que estavam, na parede, e de que porventura tinha sido realizada em Portugal, etc.

A Europol tem uma nova abordagem para identificação dos espaços e objetos em imagens de exploração e abuso sexual, com vista à identificação das vítimas. Os pedaços de imagens provêm de imagens completas bastante severas, e portanto, foram classificadas como tal por elementos da Europol e dos vários Estados.

Se a imagem for classificada, por mais de dois ou três elementos experientes nesta matéria, como severa, poderão excertos das imagens serem transmitidos de modo a identificar abusadores e vítimas, que estavam naquelas imagens, cuja identidade ainda é desconhecida.

Penso que é uma abordagem interessante, mas vai despertar os ofensores, como em todas estas coisas...tem duas faces: vai despertar os abusadores e os

produtores para outras questões – não é que eles não o saibam – mas vai tornar isso mais consciente, vai torná-los mais cuidadosos. É o reverso da medalha. O cuidado que eles vão ter, independentemente de já o terem, vai estar sempre no seu subconsciente de que têm de ter esse cuidado de modo a não serem identificados.

Penso que não são só os pouco cuidadosos ou tecnicamente pouco hábeis que são apanhados pelas polícias, porque o trabalho desenvolvido pelas polícias a nível mundial e outras entidades, como a Europol e a Interpol, tem produzido bons resultados, é só uma questão de cooperação.

Isso ficou demonstrado recentemente numa ação que foi feita em Portugal, e depois de Portugal, noutros países, com grande êxito. No entanto, nunca será possível chegar a todos os ofensores porque, nesta área, são muitos. A Internet foi algo que veio propiciar a exploração e abuso sexual de menores a muita gente que, eventualmente, só procurava as vítimas ao pé de casa.

Neste momento, as vítimas são a nível mundial e, portanto, será difícil identificar todos esses abusadores. Sendo certo que, com o combate a nível internacional, produzirá num futuro breve os seus frutos. E a consciencialização a nível de outros países de que estão perante a violação dos direitos da criança – também poduzirão uma redução de abusos e de imagens.

Por ora, talvez não, mas no curto e médio prazo esperamos que sim. É uma questão de consciencialização e de combate. A consciencialização de outros países que acho que ainda não têm bem presente os que são os direitos da criança. Em Portugal, acho que a denúncia tem a ver com a cultura e a evolução da sociedade. Quanto às medidas para uma maior eficácia, a mais relevante é a cooperação a nível internacional, mas cada país tem de fazer o seu trabalho de casa e alimentar a base de dados da Interpol. Para o efeito à que criar e formar analistas que diariamente alimentem e analisem o que é colocado na base de dados da Interpol, de modo a que possamos fazer um trabalho global.

Questão 8. A criminalização da pornografia virtual de menores (totalmente digital)

Sim, as imagens realistas, conforme o CP. Não tem sentido.

A questão desta criminalização fará algum sentido para avaliar, porventura, o perfil do abusador. Poderá servir para esse efeito. Em todos o caso, não é comparável em nenhuma base de dados e em Portugal não se regista muito, ou quase nada. Não existe “animés”, não estamos a procurar humanos, não estamos a procurar uma criança. Isto, quanto muito, poderá, como alguns referem aquando da implementação da penalização, ter como propósito a salvaguarda dos direitos universais da criança, ou seja tentar que, deste modo, se salvaguardem os direitos universais da criança...mas qual criança? A Criança de forma genérica, não uma criança específica.

Se, um indivíduo na posse destas imagens pode vir a desenvolver uma conduta de abuso sexual de criança de contacto físico? Não lhe sei responder. Até, como lhe digo, em Portugal não tem grande relevância. Pelo menos, não temos detetado muitas imagens a este nível.

O que os abusadores pretendem são imagens novas, imagens reais, não querem virtuais. Penso que a criminalização destas imagens no nosso CP veio por arrasto das Diretivas e das Convenções, motivo pelo qual antes desta última revisão a imagem virtual tinha uma pena superior à posse de uma imagem real, o que era um absurdo.

Questão 9. O que representam as TIC para a problemática da pornografia de menores

As TIC representam o veículo ideal para a difusão/partilha das imagens e vídeos e de abuso sexual de menores. É o lado negro da Internet, embora possa ter muitos “lados”, mas, pelo menos o mais negro da Internet é precisamente a questão da exploração e abuso sexual de menores.

Questão 10. A regulação da Internet, no geral. Vantagens e desvantagens

Os prestadores de serviço de Internet não controlam os conteúdos daquilo que transmitem, caso contrário estariam a intrometer-se nos conteúdos dos internautas e tal seria uma violação de direitos. Em todo o caso, eles podem criar filtros, no sentido de aferir se nas suas redes passam determinados tipos de conteúdos, nomeadamente imagens de pornografia de menores.

Neste momento, a nível dos Estados Unidos da América, todos aqueles programas que são comuns, a nível dos internautas, são controlados. Isso é uma questão que nós verificamos por aquilo que é participado pelos EUA nesta matéria. Portanto, tudo aquilo que as pessoas fazem, em termos de difusão de imagens de exploração e abuso sexual de menores, a nível mundial utilizam – é participado.

Exemplo disso é o Facebook. Em suma, todos os programas administrados por entidades norte americanas e não só, controlam o upload de imagens e a partir do momento em que é feito o upload de uma imagem ou de um vídeo de uma criança a ser explorada ou abusada, é participado às autoridades, do país de onde foi feita a difusão.

Participações que tem estado a produzirem os seus efeitos. É evidente que isto leva a que os indivíduos tomem mais cuidado e utilizem outros meios mais “fechados” ou que procedam à difusão por este meio para ocupar as Polícia. Grupos mais “fechados” para troca e partilha deste tipo de conteúdos.

Em Portugal, em termos dos prestadores de serviço de Internet, creio que têm alguns filtros, mas não os conheço. Penso que em Portugal, as operadoras, uns mais do que outros, têm filtros nesse sentido, ou, pelo menos, mais algum cuidado, relativamente aos serviços que as pessoas podem subscrever de forma anónima para publicitar, publicar ou difundir pornografia de menores.

Em todo o caso, seria de todo útil as grandes empresas, nomeadamente, as participadas pelo Estado, disporem de filtros através dos hashtags (das assinaturas destes ficheiros) já conhecidos por parte da Interpol, Europol e FBI, ou ICE, no sentido de aferir se alguém está a cometer algum ilícito dentro de uma rede empresarial ou do Estado.

Quanto às desvantagens, não as vislumbro, pois estamos a tratar dos direitos dos menores. Acho que é um dos direitos que se sobrepõe a muitos outros direitos. Fundamental, por assim dizer, por isso não me parece que haja aqui grandes desvantagens, nomeadamente quanto a questões que se podem colocar no âmbito da censura e privacidade.

No entanto, tudo isto é feito na Europa e não só, em termos de controlo das imagens, com respeito pela privacidade. Em Portugal existem regras jurídicas e elas são cumpridas no que à privacidade diz respeito.

No que respeita às ações encobertas há questões que já têm alguns anos, mas que nunca foram devidamente avaliadas, nomeadamente a questão da encriptação.

A encriptação, antigamente, era utilizada única e exclusivamente pelos militares. Hoje em dia, está acessível a qualquer internauta. Logo, em termos deste tipo de investigação, cada vez mais “fechada” um dos problemas é a encriptação.

Outro são os grupos fechados onde a polícia está bastante limitada em termos de investigação porque não pode partilhar imagens. Quer isto dizer que, para fazer determinado tipo de ações tem de ser através de ações encobertas onde se preveja também outro tipo de interceção – não a mera interceção típica telefónica de áudio ou vídeo – mas uma interceção idêntica àquela que os autores dos crimes de homebankig realizam.

Têm de ser utilizados outros métodos, evidentemente mais intrusivos, mas com respeito pelos elementares direitos do cidadão. Mas foi nesta direção que a encriptação nos levou e para onde nos levaram estes grupos extremamente fechados.

O nosso ordenamento jurídico contempla na minha opinião esta possibilidade mas nem todos partilham desta opinião. Em opinião o art.º 19.º da lei do Cibercrime, onde estão previstas as ações encobertas, permite de acordo com o n.º 2 deste artigo, “o recurso a meios e dispositivos informáticos, observam-se, naquilo que for aplicável, as regras previstas para a interceção de comunicações”, ou seja a possibilidade de utilização de outros dispositivos informáticos a nível de interceção de dados e de comunicações.

Há quem assim não o entenda, que terá de ser analisado caso a caso ou que terá de haver uma disposição específica sobre isso. Creio que este artigo 19.º das ações encobertas da Lei do Cibercrime deixa bem claro o que se pode realizar. A entrada num destes grupos restritos, só acessível por convite, também pode ser efetuada com a tomada do lugar de um arguido, que tenha sido apanhado e que pretenda colaborar.

No entanto para entrarmos em determinados grupos restritos vamos ter que fornecer algo, mesmo que se tome a posição do indivíduo arguido, temos de fornecer imagens, caso contrário, passado algum tempo, seremos banidos do

grupo ou verificarão que está ali um indivíduo que está para outros fins que não a partilha de imagens ou vídeos.

A nossa lei é restrita quanto a isso. Já foram feitas ações, no âmbito deste tipo de crime e nestas situações. Na última, foi proposto, porque não havia forma de lá nos manter, precisamente, a difusão de imagens já conhecidas. Estamos a aguardar a decisão.

Questão 11. Medidas de prevenção do crime de pornografia de menores (políticas públicas) eficazes

A polícia judiciária tem realizado diversas ações de prevenção junto de diferentes públicos-alvo, que tem produzido os seus efeitos nomeadamente na salvaguarda dos dados pessoais e privacidade.

Mas sem dúvida que algo mais podia ser feito, de forma concertada, nomeadamente entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Administração Interna, de modo a que existisse uma mensagem uniforme na prevenção deste tipo de crime.

Até porque determinadas ações de prevenção, nomeadamente as alarmistas, podem levar à deslocação do crime para outras áreas, onde depois a investigação tem de reformular todo um trabalho.

Para prevenir, o mais eficaz é a educação. Passa tudo pela educação.

Já há muito tempo que a polícia faz um trabalho de sensibilização e educação a nível das escolas, em coordenação com o Ministério da Educação, de forma a chegar ao maior número de escolas. Ainda no ano passado se chegou a todas as escolas nacionais a nível do 2.º ciclo, através de uma ação levada a cabo pelo Ministério da Educação, com a colaboração desta Polícia.

Não existe um protocolo, mas sim uma conjugação de esforços, sendo elaborado um relatório onde consta qual foi o grupo alvo – pais, professores ou educandos – e qual o número aproximado da assistência.

A temática, normalmente, é a internet segura, concretamente os riscos da internet, as questões sexuais e da vida privada.

No entanto também têm sido realizadas diversas ações por parte da GNR, da PSP, e da PJ junto de Escolas, Universidades, Associações de Pais, mas a prevenção passa sempre pela educação, que começa em casa e continua na escola.

Outras organizações que não as polícias também fazem prevenção, em termos de proteção dos direitos das crianças. Contudo a nível do crime, penso que deve ser feita por quem sabe da matéria.

Em termos de prevenção do crime, tal como disse, tem de ser bem definido qual é o público-alvo, o que é que nós queremos atingir e essa mensagem tem de ser uniforme, independentemente de quem a passa. É evidente que, quem a passa, tem a sua forma de a passar, que é diferente do outro, mas se ela tiver uma base ou tronco comum, ela vai ser sempre uniforme.

Quanto à recente campanha da Europol, denominada “Say No!” contra a coação e extorsão sexuais, penso que é um alerta que as famílias e os jovens devem ter em atenção, campanha também com a participação da Polícia Judiciária.

É atual e penso que este tipo de campanhas deveria chegar aos destinatários de outras formas nomeadamente através dos média.

Entidades que tem uma responsabilidade social pelo que deveriam preocupar-se em passar precisamente estas campanhas de prevenção. Por outro lado os ISP, deveriam fazer chegar aos smartphones e a outros aparelhos, mensagens de prevenção em vez de sms para subscrição de serviços de forma ardilosa.

Nas ações de prevenção penso que deveria existir uma maior pro-atividade, das diversas entidades envolvidas nas ações, de modo a fazer chegar ao destinatário, nomeadamente aos smartphones as mensagens de prevenção.

Aqui os operadores de telecomunicações têm um papel importante, ou deveriam ter um papel importante. No entanto também deveria haver um maior acompanhamento dos pais, pelo menos em termos da literacia digital ou da informação tecnológica...deveria, porventura, embora tenha sido feito bastante pelo Ministério da Educação a nível das tecnologias de informação, maior acompanhamento e explicação da vivência em sociedade.

Questão 12. Medidas de prevenção da reincidência do crime de pornografia de menores eficazes

É difícil dizer ou impor a alguém a não utilização da Internet.

Quando se apresenta um detido perante o Juiz coloca-se a questão das medida a aplicar nomeadamente de inibição do uso da internet, da prisão domiciliária, onde porventura podem e são cometidos os crimes.

Como é sabido grande parte dos crimes de abuso sexual de menores são cometidos a coberto do domicílio. Portanto, a medida mais eficaz, perante um abusador, que permite salvaguardar os direitos do menor, é a prisão preventiva.

No entanto talvez possam existir outras medidas quando estamos perante a utilização da Internet por parte dos ofensores/consumidores ...talvez uma maior carga de trabalho comunitário.

Medidas para que estes indivíduos não voltem a cometer o mesmo crime?...será difícil. Não tenho elementos em termos estatísticos, mas a propensão de um abusador repetir o crime de abuso é sempre bastante grande.

No que respeita ao crime de pornografia de menores, não tenho elementos que me permitam dizer o mesmo. Já existe reincidência neste tipo de crime [pornografia de menores], mas neste momento carece de mais alguns anos ou de mais algum tempo para percebermos qual vai ser a reincidência dessas pessoas que têm estado a ser condenadas ou se passaram ao abuso físico.

Acho que ainda há poucos elementos estatísticos em termos de pornografia de menores, ou seja, onde não ocorreu o crime de abuso sexual. Tendo havido abuso, é evidente que a reincidência é elevadíssima ou, pelo menos a probabilidade de reincidir é elevada.

Medidas? Trabalho comunitário a nível e imediato afastamento de menores.

Questão 13. Qual é o País que melhor lida com a problemática da pornografia de menores

Os países europeus e norte americanos, de uma forma geral, na medida em têm criado ferramentas, políticas de prevenção e de controlo de conteúdos de exploração e abuso sexual de menores...

Acho que há um trabalho a fazer a nível dos países asiáticos.

Talvez a França ou a Alemanha. Não conheço todas as realidades, como a dos nórdicos...mas talvez a Alemanha que tem grandes grupos de trabalho dedicados a esta temática.

Questão 14. Relativamente à prevenção e repressão da pornografia de menores, de que boas práticas internacionais é conhecedor

As boas práticas começam precisamente pelas boas práticas de investigação, na manutenção da cadeia da prova, na utilização de determinadas ferramentas forenses, na realização de ações de prevenção junto da comunidade, na colaboração a nível internacional...é isso que temos levado a cabo em termos de boas práticas. Genericamente, passa desde as boas práticas da investigação criminal nesta área, pela definição clara de políticas de prevenção, como as que têm sido levadas a cabo, pela educação, pela colaboração com a Europol, Interpol e outros países, e em termos de combate efetivo a nível global.

Questão 15. O(s) bem/bens jurídicos protegidos pelo art.º 176.º do CP

O bem jurídico protegido pelo art.º 176.º é a autodeterminação sexual do menor, embora, como já lhe disse, na questão da representação realista de menor, o bem jurídico é o direito universal das crianças.

Em todo o caso o art.º 176.º do CP que foi recentemente alvo de atualização também tem algumas situações que não são fáceis de articular, como por exemplo, no n.º 1 alínea d) “quem adquirir ou detiver os materiais previstos na alínea b) com o propósito de os distribuir, importar, exportar, divulgar, exhibir ou ceder”, aqui o legislador tentou dizer que, de maneira nenhum poderá adquirir ou deter, mas isto se olharmos à letra da lei não faz sentido o “importar”. Como é que se consegue consumir a situação de “importar”...adquirir ou deter com o propósito de os importar... não faz sentido. “Importar” está aqui a mais.

Quanto à questão da liberdade sexual dos menores entre os 14 e os 16 (mitigada) e os 16 e 17 anos de idade e a restrição imposta pela criminalização da pornografia de menores até aos 18 anos de idade, penso que se criou um problema.

Concordo que a penalização do crime de pornografia de menores deve proteger menores até aos 18 anos, porque há questões em termos de maturidade dos jovens que têm de ser ponderadas, na medida em que, a nível da sua difusão através de um sistema informático, ela pode perdurar para a vida inteira.

Uma coisa será um ato que fica no segredo da vítima, outra coisa é um acto que é partilhado com o mundo e que pode ser reavivado, a qualquer momento,.... tem de

haver penalização relativamente a essa difusão / partilha, porque é algo que, noutras situações, não se coloca.

A questão de uma imagem nunca mais sair da Internet e perdurar para a vida inteira e poder ser reavivada e a pessoa em causa poder ser vitimizada várias vezes por causa daquela imagem, por causa daquele vídeo, leva a que esta deva ser protegida até aos 18 anos de idade.

Cada vez que a imagem de um menor é visualizada, esse menor está a ser vitimizado, mesmo não sabendo que está a ser visualizado. A partir do momento em que o menor sabe que a sua imagem foi difundida na Internet ele saberá e, terá sempre no subconsciente, de que está a ser vítima porque alguém a irá ou está a visualizar.

Uma imagem a nível do foro íntimo ou do foro sexual, que tenha conteúdo sexual, não sai dos computadores e vai perdurar a vida inteira e esse facto é uma das situações traumatizantes relativamente aos jovens vítimas.

Em termos de prevenção, relativamente a esta situação das imagens perdurarem, temos alertado os jovens para a divulgação das imagens do foro íntimo findo o namoro. Porque existe uma grande probabilidade de essas imagens irem parar à Internet.

Ora, é sabido que a nível dos 16, 17 ou 18 anos, ocorrem atualmente uma troca intensa de imagens do foro íntimo, logo, estes menores têm de ser protegidos. Não existe ainda a consciência de que a transmissão ou disponibilização dessas imagens do foro íntimo irá prejudicar a vítima para sempre.

Essa transmissão atenta contra a reserva da sua privada e contra a sua autodeterminação sexual, se ela souber que essas imagens foram transmitidas....ela pode não saber que foi filmada sequer....colocam-se várias questões que podem traumatizar a vítima.

As imagens até podem ser produzidas e difundidas pelos próprios menores, mas numa fase da vida vão por certo tomar consciência de que foi um erro. Em termos de autodeterminação sexual vão sentir-se inibidos ou constrangidos com as imagens que circulam na Internet e vai ser um problema em termos da sua imagem e autoestima. Depende das circunstâncias, de como a pessoa lida, em termos de autodeterminação sexual, com essa difusão.

Questionou-me se os adultos com incapacidade mental estão englobados no artigo 176.º do CP português, à semelhança do CP espanhol.

Para a penalização temos de ir para outro tipo de crime na legislação portuguesa e não para este. Se as vítimas forem maiores de idade já não estamos a falar de menores, mesmo que as condutas sejam as mesmas. Penso que neste caso teremos de enquadrar no abuso sexual de pessoa incapaz de resistência e, no caso de imagens sexuais, teremos de, eventualmente, enquadrar por via do artigo correspondente à devassa da vida privada.

Na minha opinião, penso que ambos deviam ter a mesma proteção. Não deixa de ser, porventura, de acordo com o tipo de doença ou incapacidade mental, de ser um “menor” em termos de capacidade de discernimento.

A única situação que tivemos verdadeiramente diferente, única mundialmente, pelo menos não há conhecimento na Europa, foi a detenção de uma pessoa cega, por pornografia de menores.

O indivíduo não via pornografia de menores, mas ouvia. No caso em apreço, o indivíduo procurava na Internet pelo tema da pornografia de menores, sabia em que consistia e tinha textos relativos ao tema, textos descritivos de Abuso e violação de menores transcritos por software de interpretação de sons.

Perguntou-me sobre literatura, como a obra “Lolita”. Se com o texto conseguirmos representar um abuso sexual de um menor perante as referências do n.º 4, do n.º 1 e das diversas alíneas do art.º 176.º do CP, existem indícios da prática do crime. Um texto poderá ser idêntico, ou pelo menos equivalente, ao que se pretende salvaguardar, com a penalização das imagens realista da menor.

Penso que isto é a representação realista de um menor, em sentido lato, quer seja ficcionado ou real, tal como a criação de imagens, informaticamente. Não correspondem a nenhum menor em concreto, mas estão a representar o abuso sexual de um menor, seja em termos de imagem, seja em termos de texto.

Questão 16. Quais são as dificuldades na investigação criminal da pornografia de menores, em Portugal

Muitas. Falta de recursos humanos, falta de meios técnicos, falta de uma base de dados nacional... três situações que porventura serão a base para uma boa investigação.

Questão 17. Quais são as tendências atuais que verifica neste crime, em Portugal? Estão alinhadas com a criminalidade europeia e mundial?

As tendências estão alinhadas, Portugal não é diferente. Isto é uma situação global, a nível mundial e portanto, as tendências são as mesmas que qualquer outro país. Penso que o crime de pornografia de menores está a crescer, mas não sei se estará a ocorrer o mesmo com o crime de abuso sexual de menores.

O crime de pornografia de menores cresce enquanto não houver uma consciência mundial relativamente a este tipo de situação. Uma coisa será o número relativamente aos abusos, outra coisa será a questão das imagens e a questão de pessoas que aderem a este tipo de pornografia, ou que praticam este crime para satisfação pessoal.

Esperamos que, com o combate global, venha, a breve trecho, reduzir o número de casos e de imagens em circulação. Mas o streaming é um problema, neste momento...

Questão 17-A. A posse de pornografia de menores poderá indiciar uma parafilia, a preferência sexual por menores?

Sim, indicia uma preferência sexual por menores, dependendo do tipo de imagens que detém, o número de imagens, como as tem...mas sim, indicia claramente. Não uma doença mas uma preferência. Acho que não se trata aqui propriamente de uma doença, trata-se é de uma preferência em termos sexuais a que chamam de desordem.

Questão 18. A evolução da severidade das imagens de pornografia de menores, no decurso dos anos, de acordo com a sua experiência profissional. Em que termos? Estão alinhadas com a criminalidade europeia e mundial?

Creio que existe uma apetência por imagens de menores mais jovens, e por atos sexuais que se traduzam em novidade. Aquilo que procuram é a novidade.

Quanto à evolução, têm aparecido imagens de mais jovens, de menores de idade com quatro, cinco anos, ... com um ano. Nesse aspeto têm aparecido mais imagens e os grupos fechados têm procurado imagens recentes.

Creio que este crime em Portugal está alinhado com os restantes países, embora haja determinadas especificidades consoante os países, nomeadamente os

asiáticos, ou outros em que há preferência por outro tipo de imagens, como a representação realista de menores. Mas a nível europeu, é idêntico.

Questão 19. As responsabilidades que pendem sobre os “Prestadores de serviços da sociedade da informação”, na legislação portuguesa, no que respeita à problemática da pornografia de menores

Existem responsabilidades, não sei é se elas são assumidas em termos de responsabilidade social. Não que eles tenham que monitorizar os conteúdos, mas que contribuam para uma prevenção sobre esta matéria.

O problema, a nível dos prestadores de serviço é que eles têm um negócio a defender e o negócio é o tráfego e não as questões de responsabilidade social. Portanto, numa primeira mão, de certeza que não se estão a preocupar, senão, caso contrário, já teriam investido, nomeadamente, na identificação dos seus clientes.

Neste momento, temos um problema a nível da identificação, ou seja, os prestadores de serviços não estão a cumprir a legislação portuguesa quanto à identificação das comunicações eletrónicas, porque, caso estivessem a cumprir, nós poderíamos combater de forma mais eficaz a problemática da pornografia de menores. Aí têm a sua responsabilidade, sem dúvida, em que este combate não se faça de forma eficaz.

Existe uma lei chamada 32/2008 que obriga os prestadores de serviços de Internet a reter os dados de todas as comunicações eletrónicas durante um ano, para que, caso sejam necessárias, em termos de repressão criminal, seja identificada a origem dessa comunicação, porque tem relevância criminal. No entanto não a estão a cumprir.

Ao não o fazerem, por questões economicistas...ou outras, estão a colocar entraves à investigação de crimes graves como a pornografia de menores.

Questão 20. A contagem de imagens/vídeos de pornografia de menores tem ou deveria ter repercussões jurídicas?

A interpretação que é hoje feita, em termos do número de imagens/número de crimes não me parece correta. O correto deveria ser o número de menores envolvidos nas imagens. Porque estamos a falar de menores e temos de verificar

quantos estão nas imagens, até porque, em relação aos vídeos, vamos considerar uma imagem única ou vamos dividir o vídeo em quantas imagens? Um vídeo pode ser dividido em muitos fotogramas e se os contarmos todos, são vários crimes, no entanto não deixa de ser um só vídeo. Se contarmos apenas o vídeo, vamos contar só um crime? Penso que não está de todo correcta a contagem de imagens. Se for uma só vítima em mil imagens, penso que depende do número de atos de que foi vítima de abuso sexual. Deveríamos avaliar isso...se é que é possível, nalguns casos, avaliar.

Questão 21. A legislação nacional relativa à pornografia de menores (nomeadamente quanto à sua proporcionalidade, eficácia e adequação ao fenómeno e idade dos visados)

já respondida na Questão 15

Questão 22. O Registo de pessoas Condenadas por crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual

A base de dados de registo de pessoas condenadas, porventura, deve existir. Não penso que seja uma sobreposição relativamente ao registo criminal porque esta é relativa a uma situação específica que tenta atender a uma restrição de contacto destas pessoas, em termos do emprego e do dia-a-dia.

Tendo sido estas pessoas condenadas, há quem diga que isto é uma dupla condenação. O que não creio porque também não se consegue “cura-las”. No percurso pós condenação, temos que acautelar os direitos fundamentais de outros menores.

Daí, penso que não é uma sobreposição mas sim uma situação de equilíbrio entre direitos, de modo a acautelar situações irreversíveis, seja de maiores ou de menores.

No entanto as condenações não devem ser do conhecimento do público, senão daquelas que têm de lidar com a situação, como o juiz ou as polícias.

Quanto à utilidade deste registo para a investigação criminal da polícia, creio que não será tão útil. Seria útil, englobado numa outra base de dados, nomeadamente na base de dados das imagens de modo a que as possamos comparar com as imagens que vão sendo apreendidas.

Isto é, a imagem dos condenados tem de constar na base de dados das imagens de pornografia de menores apreendidas, para que possamos efetuar a comparação com as imagens que vão sendo apreendidas. De outro modo, não vamos conseguir aferir que determinado abusador afinal cometeu outros abusos.

Questão 23. Como caracterizaria o ofensor de pornografia de menores português? Está alinhado com o ofensor europeu e mundial?

O ofensor de pornografia de menores vai desde o jovem menor de 16 anos até ao avôzinho de 75 anos. É um grupo heterogéneo quanto ao estrato social e à idade. Quanto ao sexo, esse sim, é maioritariamente – diria 98% ou mais - masculino. O sexo feminino intervém também nas imagens que apreendemos. Em Portugal, quase não há ofensores de pornografia de menores do sexo feminino.

Em suma, até à data, os ofensores de pornografia de menores são maioritariamente do sexo masculino; desde os 16 aos 75, 80 anos; não têm estrato social, habilitações literárias predominantes; quanto à profissão, destacam-se profissões que lidam com menores.

Penso que este perfil está alinhado com o ofensor de pornografia de menores europeu e mundial. Portugal não é diferente dos outros países.

Questão 24. Há diferenças no perfil do ofensor, consumidor de pornografia de menores, quando comparado com o perfil do abusador sexual de crianças, tendo por análise os casos investigados pela Polícia Judiciária?

Se o ofensor de pornografia de menores não for abusador, é evidente que existem diferenças, porque uma coisa é alguém que consome este tipo de conteúdo mas não conseguiu ainda passar à prática por alguma razão (como a falta de oportunidade ou porque ainda está inibido), outra coisa é um abusador.

Há uma grande probabilidade de um possuidor de pornografia de menores vir a ser abusador sexual.

No que respeita aos Inquéritos investigados pela PJ verificamos que grande parte dos ofensores de pornografia de menores ainda não está indiciada por abusos sexuais, embora haja grande probabilidade de os vir a cometer.

Também já verificámos que pessoas mais velhas, identificadas por posse de pornografia de menores, terão, eventualmente, praticado abusos sexuais no

passado. Já ocorreram situações em que ficamos convictos, perante o desenrolar da investigação criminal, de que em anos passados, essas pessoas terão praticado abusos.

Questão 25. Há diferenças no comportamento do ofensor, nomeadamente na severidade, quando a vítima é conhecida?

O abusador, pouco lhe importa se a vítima é conhecida ou não. Ele procura um menor, pode ser familiar ou não, não sendo relevante se a vítima é conhecida. O ofensor, a nível da pornografia de menores, que não passe ao abuso sexual de contacto, vai sempre referir que uma coisa são os filhos ou pessoas de família, outra coisa será um estranho.

Na maior parte das situações, inclusive, eles chegam a dizer “eu não conheço este menor”, é como se fosse um boneco que está nas imagens. Há um distanciamento emocional, para eles é um “cromo”, não é um menor, aquilo é uma imagem, é um vídeo, como todos os outros de pornografia e portanto, não há naquela pessoa a percepção de que “aquilo” é um menor, uma criança, que é filha de alguém e que não deveria estar a ser exposta, não deveria ter sido vítima daquele abuso.

Quando conversamos com estes indivíduos, eles arranjam desculpas, justificações alegando que estavam a fazer uma investigação para a polícia, que estavam à procura de um menor desaparecido, que estavam a fazer um estudo, ... as desculpas mais variadas que não têm qualquer cabimento e existe efetivamente este distanciamento, dando conta de que aquela criança que está ali naquela imagem é um “cromo”, ou qualquer coisa menos uma criança para eles....

Um cromo para colecionar, para se satisfazer sexualmente quando visualiza a imagem. É qualquer coisa fora do comum.

Questão 26. Como caracterizaria o *Modus operandi* do ofensor de pornografia de menores portugueses (a título exemplificativo, poderia referir na resposta a predominância das condutas pelos ofensores portugueses de produção, distribuição, detenção, importação, exportação, divulgação, exibição ou cedência)

Em termos do crime de pornografia de menores, poderá haver alguma predominância em termos da distribuição, detenção...as restantes condutas estão

de alguma forma associadas, ou seja, ao distribuir eu estou a exportar, a divulgar, a exibir...depois depende da plataforma que estamos a utilizar. Se estamos a utilizar uma rede peer-to-peer estamos a partilhar automaticamente.

Perguntou-me se os ofensores de pornografia de menores portugueses são mais produtores ou se se aproveitam daquilo que já existe para a sua posse ou visualização. As pessoas que visualizam e que se satisfazem com a visualização acabam por procurar imagens novas. Todos eles vão procurando filmes e imagens novas. Logo, consoante a plataforma, vão ter de partilhar para receber novas ou não.

Em termos dos produtores, normalmente o produtor está associado ao abusador. É aquilo que temos constatado. O abusador produz as suas próprias imagens e distribui, de forma a partilhá-las, quer seja como troféu, quer seja para a obtenção de outras.

Questionou-me se a coação sexual, através das redes sociais, é um modus operandi para obtenção de imagens cada vez mais comum. A resposta é não e sim porque existe nesta matéria um elevado número de cifras negras, por não participação dos menores, e/ou desconhecimento dos pais de que os filhos foram vítimas.

Os menores por norma escondem a situação dos pais... mas a situação nalguns casos é participada por alguém da família ou da escola, algum dos pares denuncia a situação à administração da escola, iniciando-se assim a investigação.

Mas há um elevado número de cifras negras relativamente a esse tipo de situações. Atualmente temos este problema com os adultos, temos uma maior participação de situações crimes por extorsão, mas com adultos.

Relativamente aos menores, a situação ainda existe. Não só de coação para novas imagens mas também para contacto físico. Não se trata propriamente de aliciamento, mas sim de coação, com base na posse das imagens do menor. A exigência de um encontro presencial, ameaçando a divulgação das imagens. Uma coisa é o aliciamento do jovem para um encontro físico, outra é praticar sobre ele um ato de coação.

Questionado sobre se poderei destacar, em termos de modus operandi, o mais frequente dos ofensores portugueses de pornografia de menores, respondo-lhe que

será a distribuição, a detenção, importação, exportação, divulgação, exibição ou cedência.

Deixei de fora a produção porque os casos são em menor número relativamente às outras condutas.

Questão 27. Como caracterizaria a vítima de pornografia de menores portuguesa.

Caracterizaria da seguinte forma: idade compreendida entre os 8 e os 14 anos de idade; maior preponderância do sexo feminino; sem estrato social definido; situações de fragilidade do foro familiar e do próprio jovem, da sua estrutura mental; não acompanhamento dos pais nos alertas que lhe deveriam ser dados em termos da salvaguarda da sua imagem na Internet.

É evidente que há um conjunto de situações que provêm, precisamente, dos pares, ou seja, de quando o namoro acaba, tudo vai parar à Internet, nomeadamente as imagens do foro íntimo.

Quanto a isso deveriam existir mais ações de prevenção dando conta da baixesa da conduta, independentemente das razões que levaram à rutura, seja entre adultos ou jovens.

Portanto, expor essa pessoa, por muitas razões que resultem do mau relacionamento, será do mais baixo que pode suceder a nível do ser humano. É colocar o outro perante os olhares do mundo inteiro, a sua nudez e intimidade.

Questão 28. Pensa que a alegada liberdade sexual e sexualização precoce terá a ver com a sexualização da infância e da adolescência?

Sim, penso que sim, mas penso que as tecnologias estão sob descoberta das pessoas, novos modus operandi estão sempre a surgir, novas aplicações surgem diariamente e as pessoas ainda estão a aprender a viver com isto. Os jovens também e portanto, independentemente de terem os conhecimentos, não têm a consciencialização de que tudo isto tem o seu preço no futuro.

Iremos verificar, quando estas jovens, retratadas em imagens do foro íntimo divulgadas na Internet, viverem um relacionamento sério e tiverem filhos, e porventura, os filhos depararem com essas imagens, se não vão ter outro problema. Essas consequências ainda não se conseguiram avaliar, mas num futuro muito

breve será possível e iremos constatar a existência de problemas, quando confrontadas pelos filhos.

Penso que daqui a uns tempos voltaremos um pouco atrás na utilização das tecnologias, ou seja, vamos resguardar a nossa privacidade, vamos resguardar os nossos dados pessoais e vamos resguardar a pegada digital, que neste momento estamos a deixar. Mas ainda não existe uma consciencialização nesse sentido. Face às campanhas de prevenção, penso que os jovens já estão a ter mais atenção quanto aos seus dados pessoais e, eventualmente (acho que ainda não) à troca das suas imagens, em especial do foro íntimo.

Penso que quando houver essa salvaguarda vamos andar um “pouco para trás”, no sentido da nossa proteção, na utilização das novas tecnologias, sendo certo que, hoje em dia, as novas tecnologias sabem tudo sobre nós.

Existe uma fatia considerável de ofensores menores, entre os 14 e os 18 anos de idade.

Apêndice E1 – Pedido de esclarecimento à DGPJ

Pedido de esclarecimentos à DGPJ, por correio eletrónico (formulário disponível no sítio de Internet da DGPJ), em 9 de novembro de 2017:

-----Mensagem original-----

De: Direcção-Geral da Política de Justiça
Enviada: 9 de novembro de 2017 15:21
Para: Direcção-Geral da Política de Justiça <correio@dgpi.mj.pt>
Assunto: Pedido de Informação Estatística - Maria de Fátima Carrilho Fernandes

DADOS

Nome: Maria de Fátima Carrilho Fernandes
E-mail: mfcf@net.sapo.pt
Morada:
Telefone:

PEDIDO

Finalidade: Trabalho académico
Outro:

Pedido: Pedido de esclarecimentos:

- Os dados disponíveis online em "estatísticas da justiça" são os mesmos que podem disponibilizar por esta via (formulário)?
 - No que respeita à criminalidade registada pelas polícias, estas incluem os processos-crime que são iniciados no MP/DIAP/DCIAP ou apenas são contabilizados os Inquéritos que "nascem" em cada uma das polícias?
 - Há alguma possibilidade de obter, nas estatísticas "criminalidade registada pelas polícias", os dados relativos ao crime de pornografia de menores desagregado do crime de lenocínio de menores?
- Muito obrigada.
Cumprimentos.

Apêndice E2 – Resposta da DGPJ

Na sequência do nosso pedido, a DGPJ respondeu , por mensagem de correio eletrónico, em 10 de novembro de 2017:

Estatísticas da Justiça

Data: Sex, 10 Nov 2017 (10:53:19 WET)
De: Direcção-Geral da Política de Justiça <correio@dgpj.mj.pt>
Para: 'mlc@net.sapo.pt' <mlc@net.sapo.pt>

Exma. Senhora

Maria de Fátima Carrilho Fernandes,

Em resposta aos pedidos de esclarecimento efetuados, junto envio a resposta aos mesmos:

1. É possível solicitar dados das estatísticas da Justiça mais desagregados através de um pedido por esta via. De facto, as estatísticas da Justiça não constam com todo o nível de detalhe no sistema de consulta online, por motivos relacionados com o volume da informação e, assim, também com a performance e a amigabilidade do sistema.
2. No que respeita à criminalidade registada pelas entidades policiais não se incluem efetivamente os processos crime iniciados nos serviços do Ministério Público, uma vez que esta operação estatística respeita apenas à criminalidade registada pelas entidades policiais.
3. A recolha de dados estatísticos de crimes de pornografia de menores registados pelas entidades policiais é efetuada de forma agregada com o crime de lenocínio de menores, pelo que não é possível fornecer esses dados desagregados.

Com os melhores cumprimentos,

António Mendes de Almeida
Chefe de Divisão/Head of Division



Direção-Geral da Política de Justiça

Ministério da Justiça / Ministry of Justice
Direção-Geral da Política de Justiça / Directorate General for Justice Policy
Av. D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3, 1990-097 Lisboa, Portugal
T: +351 217 924 000 F: +351 217 924 090

Apêndice F1 - Pedido de esclarecimento à DGAJ

Na sequência de notícia publicada em 22 de novembro de 2017, no jornal Público, intitulada “Lista de condenados por pedofilia tem dois anos e nunca foi consultada por polícias” da autoria de Ana Dias Cordeiro, solicitámos informação à DGAJ sobre os mesmos factos relatados, através de correio eletrónico (formulário disponível no sítio de Internet da “Plataforma Digital da Justiça”) dirigido à DGAJ, no próprio dia da publicação da peça jornalística:

De: Plataforma Digital da Justiça [<mailto:paulo.fagundes@gfi.pt>]
Enviada: 22 de novembro de 2017 13:02
Para: Correio Geral DGAJ <correio.geral@dga.j.mj.pt>
Assunto: Nova mensagem

Recebeu uma nova notificação.

RESPONSE DETAILS:-

Nome: Maria Fernandes

Email: mfcf@net.sapo.pt

Mensagem: Exmos. Senhores, sou estudante de Doutoramento em Direito e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa e a minha tese debruça-se sobre a problemática da pornografia de menores, um crime que atenta contra a autodeterminação sexual dos menores. Atendendo à notícia veiculada hoje pelo jornal Público (Título "Lista de condenados por pedofilia tem dois anos e nunca foi consultada por polícias", assinada pela jornalista Ana Dias Cordeiro), solicito, para mencionar na Tese que estou a elaborar, que me informem do número de registos constante do Registo de condenados por crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, assim como qual o número de pedidos de certificados, por ano, quantos positivos e negativos e quais as entidades solicitantes. Agradecia muito a resposta da DGAJ, porque confirmarei a veracidade do que foi exposto na aludida notícia com a fonte oficial de tal informação. Com os melhores cumprimentos, Maria Fernandes.

Assunto: Pedido de informação

Time to begin(secs): 7.948

Time to submit(secs): 692.076

Time to complete(secs): 692.076

IP Address: 88.157.219.162

Apêndice F2 – Resposta da DGAJ

Em 22 de novembro de 2017, a DGAJ respondeu ao nosso pedido de esclarecimentos da seguinte forma:

FW: Nova mensagem

Data: Qua, 22 Nov 2017 (18:17:26 WET)
De: Registo Criminal <sicrim@dga.j.mj.pt>
Para: 'mfcrfnet.sapo.pt' <mfcrf@net.sapo.pt>

Exma. Sra.:

Reporto-me ao email que V. Ex.^a dirigiu aos nossos serviços e informo que os dados que constam na notícia hoje publicada no jornal Público foram obtidos junto destes serviços.

Com os melhores cumprimentos

Jorge Brandão Pires
Subdiretor-Geral



Direção-Geral da Administração da Justiça
Av. D. João II, nº 1,08.01 D/E, 9º-14º
1990-097 Lisboa - Portugal
Tel: (351) 21 790 62 45
correio@dga.j.mj.pt
www.dga.j.mj.pt